SEDE VACANTE

PAULO VI NÃO É LEGÍTIMO PAPA

POR

REV. PE. JOAQUÍN SÁENZ Y ARRIAGA

ÍNDICE GERAL

PRÓLOGO..... 8
CAPÍTULO 1. SEDE VACANTE..... 20
1. 1. O MISTÉRIO DE CRISTO..... 35

CAPÍTULO 2. A SITUAÇÃO DA IGREJA NO GRANDE CISMA DO OCIDENTE..... 44
2.1. SEMELHANÇA DESTA SITUAÇÃO COM A CRISE ATUAL. 68
2.2. A COLEGIALIDADE E SUAS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES..... 74
2.3. A DOUTRINA A SALVO... MAS, E AS CONSEQUÊNCIAS?.. 84
2.4. CONCLUSÕES QUE DECORREM DA NATUREZA DA INFALIBILIDADE PAPAL..... 101

CAPÍTULO 3. CONCLUSÕES RELATIVAS AOS EFEITOS DA INFALIBILIDADE PONTIFÍCIA..... 115
3.1. CONDIÇÕES REQUERIDAS, SEGUNDO A DEFINIÇÃO, PARA A INFALIBILIDADE..... 116
3.2. A ENCÍCLICA PASCENDI DE SÃO PIO X..... 124
3.3. A ASSISTÊNCIA DIVINA AO VIGÁRIO DE CRISTO..... 132
3.4. A VIRADA DO VATICANO II SOBRE ESTE PONTO FUNDAMENTAL..... 134
3.5. MAGISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO E ORDINÁRIO..... 136

CAPÍTULO 4. PODE UM PAPA CAIR EM HERESIA?..... 139
4.1. O CARDEAL SÃO ROBERTO BELARMINO, S.J., EXPÕE AS CINCO OPINIÕES QUE OS DIVERSOS TEÓLOGOS TÊM SOBRE ESTE IMPORTANTE TEMA..... 146

CAPÍTULO 5.EM QUE CONSISTE A ELEIÇÃO DE UM PAPA?.160

5.1. JOÃO B. MONTINI NÃO É UM VERDADEIRO E LEGÍTIMO PAPA.....164
5.2. O ABBÉ DE NANTES DENUNCIA JOÃO B. MONTINI..... 167

CAPÍTULO 6. AS DUAS HIPÓTESES QUE PODEM EXPLICAR A INCERTEZA ATUAL..... 188
6.1. CAJETANO NOS FALA DA HERESIA E DEPOSIÇÃO DE UM PAPA HEREGE.....199
6.2. EM QUALQUER UMA DESTAS DUAS HIPÓTESES, A CONCLUSÃO É A MESMA: NÃO TEMOS PAPA.....209
6.3. UMA PROVA QUE CONVENCE.....211

CAPÍTULO 7. AS MUDANÇAS NO SEMINÁRIO DO MÉXICO E O QUE PENSA SEU NOVO REITOR.....219
7.1. OUTRO DISCURSO DE OUTRO PRELADO MEXICANO DA "NOVA ONDA".....223
7.2. SACERDOTES PARA O POVO..... 226

CAPÍTULO 8. POR QUE SE CASAM OS SACERDOTES?.....233
8.1. CARTA DE ANTONIO QUINTANAR AOS SEUS ANTIGOS PAROQUIANOS.....238
8.2. ESTE TRABALHO DESTRUTIVO DO SACERDÓCIO COMEÇA JÁ NOS ORGANISMOS DA JUVENTUDE.....250
8.3. A NOVA MISSA, PONTO CENTRAL DA CONTROVÉRSIA ENTRE CATÓLICOS E ACUSAÇÃO PRINCIPAL CONTRA O PAPA MONTINI.....251
8.4. UM ARTIGO REVELADOR DA CIVILTÀ CATTOLICA.....260
8.5. NOSSO COMENTÁRIO A ESTE ARTIGO ANÔNIMO DE CLARA INSPIRAÇÃO DE PAULO VI.....269
8.6. O CARDEAL JEAN DANIÉLOU, S.J.....287

CAPÍTULO 9. PIO XII FALA DA COMPANHIA DE JESUS..... 328
9.1. TAMBÉM PAULO VI FAZ SÉRIAS ADVERTÊNCIAS AOS JESUÍTAS..... 337
9.2. UM ARTIGO DO PE. DR. ANTONIO BRAMBILA..... 349
9.3. OUTRO ARTIGO DO DR. ANTONIO BRAMBILA COM UMA

GUINADA À ESQUERDA..... 357
9.4. BRAMBILA NÃO É VERDADEIRO CATÓLICO, MAS SIM VERDADEIRO "PAPÓLATRA"..... 362

CAPÍTULO 10. JOÃO B. MONTINI E SEU PROGRAMA SOCIOECONÔMICO E SOCIOPOLÍTICO..... 365
10.1. A CHAVE DO ENIGMA: O CONCÍLIO PASTORAL VATICANO II..... 374
10.1.1. TRÊS TENTATIVAS JUDAICAS PARA DESTRUIR O CRISTIANISMO..... 375
10.2. A GRANDE CONSPIRAÇÃO..... 381

CAPÍTULO 11. PODE HAVER UM PAPA ILEGÍTIMO?.....393
11.1. JOÃO B. MONTINI, O ARTÍFICE DA DESTRUIÇÃO..... 405
11.1.1. O QUE É NECESSÁRIO PARA A LEGÍTIMA ELEIÇÃO DE UM PAPA?..... 411
11.2. ALGUNS PONTOS CRÍTICOS DA POPULORUM PROGRESSIO..... 437
11.3. PAULO VI RECEBE UM GRUPO DE HIPPIES..... 446
11.4. OUTRO DISCURSO DE PAULO VI VERDADEIRAMENTE REVELADOR..... 451

CAPÍTULO 12. PAULO VI SEGUE ADIANTE COM SEU PROGRAMA REFORMISTA..... 460
12.1. A DIALÉTICA MONTINIANA, CAUSA DA CONFUSÃO REINANTE..... 465
12.2. UM NOVO "AGGIORNAMENTO" DA IGREJA..... 471
12.3. A PROVA DA ILEGITIMIDADE DE PAULO VI..... 472

CAPÍTULO 13. O ECUMENISMO, MEIO EFICAZ PARA A AUTODEMOLIÇÃO DA IGREJA..... 479
13.1. OUTRA VEZ OS JESUÍTAS..... 485
13.2. NOSSA OBEDIÊNCIA E RESPEITO RELIGIOSO AO PAPA E AOS BISPOS..... 492

CAPÍTULO 14. O M. R. PADRE PEDRO ARRUPE, PROPÓSITO

GERAL DA COMPANHIA, VISITA O MÉXICO PARA INTENSIFICAR A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA.....500
14.1. TRÊS ATITUDES DISTINTAS FRENTE AO NEOMODERNISMO..... 507

APÊNDICE A. APÊNDICE POR RENÉ CAPISTRÁN GARZA..... 511

PRÓLOGO

POR RENÉ CAPISTRÁN GARZA

Sua Eminência o senhor Cardeal Arcebispo Primaz do México, Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, considerou realizar um ato de justiça fundamentado no Direito Canônico e até mesmo exigido por este, ao aplicar ao senhor Pe. e Dr. Joaquín Sáenz Arriaga a máxima pena de que dispõe a Igreja Católica para resguardar a fé quando algum batizado, leigo ou eclesiástico, incorre em grave transgressão da lei canônica em detrimento da Verdade ou em dano direto e injusto aos direitos, interesses ou doutrina da própria Igreja. Nenhum tesouro do mundo vale para um católico o que vale ser católico: porque o ser católico o coloca no caminho que conduz à bem-aventurança eterna, que é, de todos os negócios humanos fundamentais, o negócio mais humano de todos os negócios. Este fato de que existe um caminho para a salvação eterna – caminho assinalado pela palavra de Cristo, dita de uma só vez e para sempre durante sua pregação, e ampliada e explicada depois por seus Apóstolos, já dentro da Igreja instituída na mesma noite em que se iniciou a Paixão – é uma realidade operante para crentes e não crentes, assim como é uma realidade operante que tomar cianeto mata tanto aquele que felizmente conhece a existência do cianeto como aquele que infelizmente a desconhece. Ignorar os fatos ou negá-los quando se os conhece não imuniza contra suas inflexíveis consequências.

Mas para administrar a justiça são necessários dois elementos imprescindíveis: o juiz e a norma. Um mau juiz ou uma lei má, ou mal aplicada e interpretada, não são fatores de justiça, mas sim de injustiça. E no caso da excomunhão ditada pelo ilustre senhor Cardeal contra o modesto senhor presbítero, nos deparamos com um juiz deplorável e, para a surpresa dos leitores, em alguns casos com uma lei mal interpretada e, em outros, com uma lei inexistente. Ambos os extremos me proponho a demonstrar da forma mais sintética e condensada que me seja possível.

Partindo do pressuposto de que o mau juiz que aplica mal a lei, ou aplica uma lei que não existe, se transforma no ato em delinquente, em réu, e é ele, e não o acusado, quem se converte de juiz acusador em sujeito e objeto da lei acusadora.

Analisemos o texto do Decreto que excomunga Sáenz Arriaga e examinemos sua localização dentro da lei canônica pós-conciliar. Se a localização for correta, o Decreto é válido. Se a localização for falsa ou equivocada, o Decreto é nulo, de acordo com a própria legislação pós-conciliar. E neste estado da questão, o juiz deve ser, para a justa aplicação das leis, um árbitro indiscutível; mas nunca, jamais, um arbitrário questionável.

O Decreto de excomunhão começa afirmando que o livro "La Nueva Iglesia Montiniana", por cuja doutrina seu autor é excomungado, foi publicado, e nisto consiste o delito, "sem nenhuma censura nem licença eclesiástica". Esta acusação é grave. Tão grave é que, em seu apoio e fundamento, poderia ser invocado juridicamente, dentro do Novo Direito Canônico Pós-Conciliar, o Motu Proprio "*Integrae Servandae*", expedido por Paulo VI em 7 de dezembro de 1965 (A.A.S. – que quer dizer*, Acta Apostolicae Sedis* – 47, fólios 952 a 955).

Este Motu Proprio, invocável para fundamentar o delito e sua sanção, estabelece no número 5 das funções correspondentes à *Congregatio pro doctrina fide*i, o seguinte: "investigar diligentemente sobre os livros que lhe são denunciados, e os reprova se o julgar oportuno, mas ouvindo o autor e dando-lhe a faculdade de se defender, inclusive por escrito, não sem antes avisar ao ordinário, conforme já se preveniu na Constituição *Sollicita ac provida*, de Nosso Predecessor, de feliz memória, Bento XIV".

Mas, além disso, a esta "legítima" autorização pós-conciliar, que serviria de apoio ao senhor Cardeal para reduzir a pó impalpável o senhor Pe. Sáenz Arriaga por ter publicado "La Nueva Iglesia Montiniana" sem nenhuma censura nem licença eclesiástica, acrescenta-se a Notificação da

Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, de 14 de junho de 1966 – um ano mais tarde – (A.A.S., 58, fólio 445), Notificação que diz: "Mas se forem publicadas doutrinas e opiniões, qualquer que seja o modo como se divulguem, que sejam opostas aos princípios da fé e dos costumes, e seus autores, cortesmente convidados a corrigir os erros, se recusarem a fazê-lo, a Santa Sé, fazendo uso de seu direito e em cumprimento de seu dever, reprovará, inclusive publicamente, tais escritos para zelar pelo bem das almas com a devida firmeza". E é óbvio que nenhum Bispo, Arcebispo ou Cardeal pode ir além, e menos ainda dentro da legislação pós-conciliar, do que a própria Santa Sé, que não excomunga, mas sim "reprova" se a falta for cometida.

Estes textos – nos quais não se fala da excomunhão da pessoa, mas sim da "reprovação" do conteúdo da obra, e que, por conseguinte, se referem ao pensamento doutrinário da obra e não à pessoa do autor – provocaram uma avalanche de consultas solicitando declarações, esclarecimentos e explicações. A resposta da Sagrada Congregação da Fé, a respeito do Cânone 2318, que era o que impunha certas penas, entre elas a de excomunhão, contra os transgressores da lei da censura indicados no Cânone 1385, foi expedida em 15 de novembro de 1966, declarando na parte respectiva: "mas aqueles que talvez tivessem incorrido nas censuras estabelecidas pelo Cânone 2318 devem ser considerados absolvidos das mesmas pelo fato de este Cânone ter sido derrogado (A.A.S., 58, fólio 1186). O defensor público dos católicos progressistas mexicanos, o licenciado Genaro María González, pretendeu fundamentar no "Excélsior" a aplicação legítima deste direito revogado, invocando o Cânone 2222 que estabelece que o Bispo pode castigar "embora a lei não traga anexa nenhuma sanção, com alguma pena justa, mesmo sem prévia cominação, a transgressão da Lei..."; mas, no caso em questão, não há nenhuma transgressão da Lei de Censura porque, para espanto e estupor do cidadão defensor público, essa Lei de Censura foi revogada, o que, entre outras consequências, tem a de que o senhor respectivo licenciado ficará invalidado como competente na matéria.

Esfumou-se, pois, a base legal, não para proibir a leitura do livro, que era o que, em todo caso, o senhor Cardeal poderia ter feito. O que ele

fez foi ir além, confundindo a proibição de uma obra com a excomunhão de seu autor, com o qual também desmorona a parte final do primeiro parágrafo do decreto cardinalício: “E não obstante já ter sido previamente admoestado acerca da obrigação imposta por dito Cânone”. Primeiro, o Pe. Sáenz Arriaga não havia sido convidado, nem cortês nem descortesmente, “a corrigir seus erros” (A.A.S., fólio 445 já citado), e, segundo, o Cânone 2318, que decretava certas penas a quem publicasse livros sem prévia censura eclesiástica, já havia sido derrogado no Novo Direito Canônico. E uma lei canônica derrogada não pode ser revivida por conta própria nem mesmo por todo um senhor Cardeal, a quem, pelo contrário, sim, se poderia convidar “cortesmente” a corrigir seus próprios erros, de preferência a corrigir os alheios. Mas nem isso. Porque...

Em seu segundo parágrafo, o Decreto de excomunhão, cortesmente refutado aqui, diz que “Do exame minucioso deste livro, resulta evidente que nele se contém uma escalada de graves injúrias, insultos e juízos heréticos proferidos diretamente contra o Romano Pontífice e os Padres do Concílio Vaticano II; a ponto de o autor afirmar, com ingênua malícia, que a Igreja está ‘acéfala’ por ter o Santo Padre incorrido em heresia. O autor deste livro incita os fiéis à desobediência ao Santo Padre e promove aversão e ódio contra seus atos, decretos e decisões, conspirando assim contra a Autoridade suprema da Igreja. Consequentemente, é um livro escandaloso e prejudicial ao bem comum da Igreja”.

Argumento inquestionável, com a condição de que, obviamente, neste ponto como em todas as questões de Direito, quem afirma algo é quem deve prová-lo. Se Sua Eminência o senhor Cardeal afirma tudo o que foi dito acima a respeito do que diz o livro, deve ter a bondade de prová-lo também de forma inquestionável; de outro modo, poder-se-ia supor em Sua Eminência um certo dramatismo deliberado, explicável “ingenuamente, embora com malícia”, no zelo de aumentar seu prestígio na Cúria Romana, assumindo ares de importância. Mas é tão difícil assumir ares de importância quanto provar inquestionavelmente que o livro produz todas essas coisas horrendas que o Decreto nos relata.

Pois vejamos. Diz o senhor Cardeal: “Resulta evidente nele (no livro)”, isto, aquilo e o mais. Que significado tem a palavra *evidente*? Evidente é algo certo, claro, patente e sem a menor dúvida. Digamos, axiomático; que não necessita de demonstração. Portanto, se no livro é evidente tudo o que lhe atribui o senhor Cardeal, por que no início deste segundo parágrafo diz o purpurado: “do exame minucioso deste livro, resulta evidente...”? Acaso algo evidente, ou seja, algo certo, claro, patente e sem a menor dúvida, requer um “exame minucioso”, como o Decreto concretamente diz? Para que examinar tão minuciosamente um texto que resulta evidente? Não; do texto não decorrem tão “evidentemente” as conclusões que o senhor Cardeal conclui; a menos que o senhor Cardeal conclua coisas que, longe de serem evidentes, requeiram um exame minucioso para encontrar a forma de que *pareçam* evidentes. É inconcebível tanta insegurança, tanta contradição, tanta frivolidade em um documento expedido por tão elevada dignidade eclesiástica como é a Cardinalícia, nada menos que para excomungar alguém da Igreja – ou seja, neste caso, suspender o sacerdote do exercício do ministério e privar o fiel dos sacramentos – porque o sacerdote e o fiel, longe de combaterem o Pontificado e a Primazia de Pedro, apontam que o sucessor atual deste tolera os maiores desvios da fé, e incentiva a desordem litúrgica e doutrinária, nomeando e sustentando Bispos e Cardeais rebeldes ao Pontificado com a inexplicável complacência do próprio Pontífice, e conduzindo a Igreja a um conluio sacrílego com o comunismo, que aos progressistas parece iminentemente vitorioso. Não são, como ocorreu na antiga Roma, os cristãos cristianizando os bárbaros; são os bárbaros barbarizando os cristãos; e isso não é injuriar, mas sim defender o Pontificado e sua missão sagrada. Censurá-lo sim, por deserção. E a verdade em defesa da Verdade tudo poderá ser, menos heresia. E que não passe pela Mitra ou pelo Capelo do senhor Arcebispo a “ingênua malícia” de me excomungar também. Porque eu, para lhe evitar incômodos e contratempos, considero-me fora não da Igreja Católica, mas da Igreja que consente que se ponha em dúvida a Eucaristia, permitindo a circulação de catecismos heréticos como o Holandês, e que se ponha em xeque a Virgindade da Mãe de Deus, e na qual há um Cardeal como Willebrands que duvida da infalibilidade dogmática do Papa e pede a revisão do juízo

sobre Lutero, a quem se deve reivindicar, nada menos que porque o anjinho tinha razão! Para mim, essa Nova Igreja e seus promotores são os excomungados *ipso facto* com Decreto ou sem Decreto, e que, embora defendam o Papa como pessoa humana, atacam o Papado como Instituição divina. As coisas a fundo, até o cabo da espada; ou, se não, mereceremos "evidentemente" a excomunhão. E há por aí uma Decretal vigente de Graciano que diz que o excomungado não pode excomungar. Vamos de surpresa em surpresa, e tudo porque o senhor monsenhor Reynoso, Secretário da Mitra, é um pouco precipitado.

Com que autoridade moral ou canônica se qualifica de "ingênua malícia" a opinião, nada ingênua nem maliciosa, mas sim hipotética e muito razoável, do Pe. Sáenz no sentido de que a Igreja possivelmente se encontre acéfala? Ser Cardeal é muito menos que ser a Igreja. Nem sequer é igual; e menos ainda nestes tempos funestos de claudicações em turbilhão, heresias em cadeia e ecumenismos com sinal verde para o erro. E se *De internis non iudicat Ecclesia*, menos ainda *iudicat de internis* Sua Eminência o Cardeal.

Em resumo: o Cânone 1385 estabelecia a censura prévia para a publicação de livros; e o Cânone 2318 estabelecia a penalidade: excomunhão "*ipso facto*". Ambos os cânones são regidos pelo princípio da "natureza do delito" estabelecido pelo Cânone 2195: "DELITO: a violação externa e moralmente imputável de uma lei que tenha anexa uma sanção canônica".

A sanção canônica que o Cânone 2318 estabelecia desapareceu, não está vigente, conforme "As Respostas" que, em 15 de novembro de 1966, como já mencionei, a Sagrada Congregação para a Defesa da Fé deu às perguntas que lhe foram formuladas por causa das dúvidas originadas pela "Notificação" de 14 de junho de 1966 e pelo Motu Proprio "Integrae Servandae" de 7 de dezembro de 1965. Supondo vigente o Cânone 1385, ele não traz consigo sanção, e sua transgressão, portanto, não é delito e não merece pena em virtude da derrogação do Cânone 2318; isto é, supondo que no caso não se pediu licença, não cabia, nem mesmo assim, aplicar a

pena de excomunhão, estabelecida pelo citado Cânone, em virtude de ter sido derrogado.

O Decreto invoca, não como fundamento da ação – o que seria uma má ação –, mas como forma processual, o Cânone 2227, alegado pelo defensor público Dom Genaro, o qual implica que o Bispo pode castigar a transgressão da lei que não tenha pena anexa com uma pena justa, mesmo sem prévia comunicação. O pressuposto do Cânone é a violação de uma lei que já não existia; e acrescenta, para norma do critério do Bispo, que haja escândalo originado pela transgressão da lei, que é o pressuposto inicial e básico, ou que a gravidade da transgressão assim o exija.

No caso, a transgressão da lei da censura não exige a pena que se exigia para o caso do DELITO, hoje revogado (de publicar sem prévia censura), e é apenas o critério do Bispo que estimou "o escândalo" para fundamentar a pena, seja alegando um direito revogado, seja refugiando-se, para o caso de dúvida, em uma faculdade sobre "transgressão da lei" ou "escândalo" estimado pelo próprio Bispo, sem considerar que o Cânone 2318, derrogado, foi considerado, quanto à sanção de excomunhão – entre outras, sendo esta a máxima – como inoperante, pois "aqueles que talvez tivessem incorrido nas censuras estabelecidas pelo Cânone 2318 devem ser considerados absolvidos das mesmas pelo fato de este Cânone ter sido revogado (A.A.S. 58, 1186).

Concluamos esta primeira parte: as penas canônicas impostas a Sáenz Arriaga não se ajustam, pois, ao Direito:

a. Porque não existe a comissão do delito.

b. Porque estão em contra do disposto pelo Motu Proprio *Integrae Servandae*, pela Notificação de 14 de junho de 1966 (A.A.S. 58, fólio 415) e contra as respostas da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé de 15 de novembro de 1965 (A.A.S. 58, 1186). Não há pena pela falta de censura. Que pena!

c. Porque, ademais, o Cânone 2222, parágrafo 1º, que o Decreto e Dom Genaro invocam em relação com o 2223, implicam que se viole uma lei e que intervenha um juiz; e no caso não se violou lei alguma e, quanto ao juiz, este não se ajustou aos termos dos Cânones 1946 e 1954, que supõem inquirição, citação do réu, comparecimento e procedimentos judiciais. Estes Cânones podem ser consultados por qualquer um, até mesmo pelo senhor licenciado Genaro María González, que tão pouco pode, com o Código Eclesiástico vigente.

d. Porque se viola a Notificação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé de 14 de junho de 1966, pois não houve nenhuma indicação cortês, e nem sequer descortês, para que o sancionado, vendo "seus erros", os corrigisse, demonstrando que eram opostos aos princípios da fé e dos costumes.

Com a fé, com a autoridade, com os princípios e com a dignidade das pessoas, não se pode nem se deve brincar; menos ainda se pode improvisar; tampouco fazer malabarismos valendo-se do muito que se sabe, confiando demais que os outros não sabemos nada de nada. Porque, no fim das contas, pode ser que alguém se lembre de alguma coisa.

E estas oportunas palavras finais da primeira parte de minha exposição não são palavras minhas, são de Sua Santidade Paulo VI na exortação pronunciada na Casa dos Meninos no dia 19 deste mês ("Excélsior", domingo, 2 de janeiro de 1972, Pág. 2A.): "E o fato de que alguns se obstinem em querer impor suas ideias aos demais, sob pena de danos, repressões e castigos, é uma ordem verdadeira?".

Pois claro que não; mas, por favor, encaminhem isto ao senhor Cardeal Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, digníssimo Arcebispo Primaz do México. É urgente que ele saiba. E perguntem-lhe se existe por acaso algum dogma que estabeleça que o Papa é pessoalmente infalível fora de seu ensinamento *ex cathedra*, no qual, sim, certamente o é.

Desde que o camarada Dom Miguel de Cervantes Saavedra inventou que as segundas partes nunca foram boas, consignando-o assim no prólogo

da Segunda Parte da Vida do Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha, deu-se a essa expressão um valor automático e axiomático. E é aí que está a mancha. Porque há segundas partes que não só são boas, mas melhores. Neste caso, por exemplo, da excomunhão do Pe. Sáenz, se foi bom demonstrar que a aplicação dessa pena é canonicamente fraudulenta, posto que se fundou em um Cânone já revogado no Direito pós-conciliar, muito melhor será demonstrar nesta segunda parte que a autoridade excomungadora perdeu sua autoridade para excomungar, mesmo no suposto inadmissível de que neste caso tivesse razão.

O ponto de partida é esta interrogante: Pode um herege excomungar?

Sua herética reverência, o Pe. Porfirio Miranda y de la Parra, S.J., que escreveu o livro "Marx e a Bíblia", em meados do ano passado (1970), obteve sem necessitar, posto que a lei respectiva já não existe, o *"nihil obstat"* para seu livro; o *"imprimatur"*, bem cheio de considerandos favoráveis e benévolos do senhor Cardeal Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, ademais Arcebispo Primaz do México, e, repito, obteve tudo isso sem necessidade, porque as leis que estabeleciam como obrigatória a prévia censura eclesiástica de obras foram derrogadas pelo direito ecumênico do Papa Paulo VI. Além disso, também sem necessidade, o senhor Arcebispo obsequiou voluntariamente o *"imprimatur"* ao livro "Marx e a Bíblia", porque, como rezam no próprio livro os considerandos das autoridades eclesiásticas, julgou-se que "dita publicação está dentro do dogma católico".

Diz o Santo Evangelho: "Tudo foi feito por Ele, e sem Ele nada foi feito". (S. J. que, neste caso, não quer dizer o que os senhores estão pensando, mas sim São João, Cap. I); e é de fé católica que "Deus é criador de tudo o que existe"; por isso repetimos no Credo, menos os progressistas que nem no Credo creem: "Creio em Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do Céu e da Terra"; isto é, "Criador de tudo o que existe, de tudo o que é visível e de tudo o que é invisível", ou seja: DEUS PANTOCRATOR, ou seja, Deus Criador de tudo. Esta fé não só é o fundamento da religião sobrenatural, base sobre a qual descansa toda a

agora fatigada Sagrada Teologia, mas, mais ainda, é a base de toda a religião, mesmo da religião natural. Pois bem, o Pe. Porfirio Miranda y de la Parra, S.J. – não São João – sustenta em seu livro: "é a própria essência do Cristianismo que está em questão... Marx não poderia, evidentemente, relacionar essa exigência (a Moral) com o deus pantocrator, que o Ocidente adorava e adora; faço meu o seu repúdio a esse ídolo e a todos os ídolos...".

O Pe. Miranda, idolatrado pelos progressistas, repudia o deus pantocrator; pela Fé no Deus Criador de tudo, por essa Fé, pela Igreja, o Ocidente adorou e adora a Deus; e a esse Deus ele chama de ídolo; e a esse Deus ele repudia, em adesão ao repúdio que Karl Marx, ídolo dos comunistas e dos católico-comunistas, faz de Deus.

Blasfêmia! – Heresia!, mas não para o senhor Arcebispo do México, Cardeal Miranda, que considerou que essa publicação "está dentro do dogma católico" e lhe deu o *"imprimatur"*, e afirmou com isso, como pastor do Povo de Deus, que é católico fazer o repúdio que o Pe. Miranda, S.J. – não São João – faz de Deus, seguindo e fazendo seu o repúdio que Marx faz de Deus. Tudo isso é, no senhor Arcebispo, negação explícita da fé; desprezo da religião, injúria a Deus e escândalo ao próximo. Também aqui, como no Decreto de excomunhão, podemos enumerar "erros"

Mas aqui a enumeração é legítima.

Este "imprimatur", que nem sequer era obrigatório pela lei canônica, é um "imprimatur" não involuntário; é meditado; e obstinado em que a heresia sustentada no livro "Marx e a Bíblia" está dentro da doutrina católica; não pode o senhor Arcebispo alegar, em sua reconhecida modéstia, ignorância da Fé Católica; não se adverte em sua tônica imperativa que o senhor Arcebispo tenha sido atemorizado nem pelo autor, Dom Porfirio, nem pelo R. P. Provincial da Companhia de Jesus, nem pelos heréticos censores; não há lugar para engano, porque "a consideração" que faz indica que ele considerou o que o livro sustenta; por tudo isso, este repúdio ao Deus Pantocrator, em relação ao "imprimatur",

faz com que a conduta do senhor Arcebispo seja, por falar como "Doutor e Mestre" dos fiéis que paternalmente lhe fomos encomendados, não só grave, mas gravíssima, por ser um caso de HERESIA em um Arcebispo.

O senhor Arcebispo tinha a potestade de corrigir e, ademais, o dever e a potestade de não dar o *imprimatur* à heresia, fazendo-a passar como [algo] dentro da doutrina católica; pôde corrigir, pois era de sua potestade fazê-lo; não quis corrigi-lo; deu o "imprimatur". O exemplo se espalha: não só se abdica da autoridade. Ela é empregada para o contrário do que é seu fim.

O Decreto de Graciano, ao qual já me referi, vigente na Igreja conforme o Cânone 6 do Código de Direito Canônico, nos dá a pauta para medir a transcendência que este "Imprimatur à Heresia", em que incorreu o senhor Arcebispo, tem, pois "quem, podendo emendar crimes, não os corrige, ele mesmo os comete"; e, ainda mais, pôde o senhor Arcebispo resistir ao erro; era sua obrigação Pastoral, e não lhe resistiu: "e quando não se resiste ao erro, ele é aprovado". Assim, cometida a heresia pelo senhor Arcebispo do México, e aprovada além de cometida, só nos resta repetir com o Decreto de Graciano: "Consta claramente que quem se afasta da Fé carece da Potestade de Amaldiçoar ou de Abençoar".

CAPÍTULO 1

SEDE VACANTE

No Direito Eclesiástico, entende-se por "SEDE" a própria dignidade dos Bispos e Arcebispos, incluindo também a do Sumo Pontífice, que é a suprema autoridade visível na Igreja, por ser o Bispo de Roma, o sucessor de Pedro, o Vigário de Cristo, seu lugar-tenente, e, por isso mesmo, por ser o possuidor de todas as prerrogativas e poderes que o próprio Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem, o Divino Fundador da Igreja, quis dar a Simão, filho de João (Bar-Jonas), a quem também deu o nome simbólico de PEDRO, rocha sobre a qual Ele quis edificar sua Santa Igreja.

Com mais propriedade, conhece-se pelo nome de "SEDE" o território no qual os Bispos e Arcebispos exercem sua jurisdição e a "CÁTEDRA" que ocupam, como símbolo da suprema jurisdição que têm no governo de sua diocese.

Também, como já disse, o Bispo de Roma tem sua "SEDE"; mas, por ser o sucessor de Pedro, a quem Jesus Cristo confiou o governo da Igreja Universal, esta "SEDE" de Roma se chama "SANTA SÉ" ou "SEDE APOSTÓLICA".

No entanto, na linguagem canônica, por este título se designa não só o Romano Pontífice, mas também as Congregações, Tribunais e Ofícios, pelos quais o Papa costuma despachar os assuntos da Igreja Universal. Diz o Cânone 7 do atual Direito Canônico: "Se pela natureza do assunto ou pelo contexto não aparecer outra coisa, neste Código entende-se, sob o nome de 'SEDE APOSTÓLICA' ou 'SANTA SÉ', não só o Romano Pontífice, mas também as Congregações, os Tribunais, os Ofícios, por meio dos quais o mesmo Romano Pontífice costuma despachar os assuntos da Igreja Universal".

Tem, pois, dois sentidos o título de “SEDE APOSTÓLICA” ou “SANTA SÉ”: um amplo, que abrange as Congregações, os Tribunais, os Ofícios, as outras Comissões, Institutos ou Secretariados, chamados Pontifícios. E outro restrito, que significa exclusivamente a própria pessoa do Romano Pontífice.

Por “SEDE VACANTE”, na linguagem canônica, entende-se a ausência, por morte, renúncia, translado ou desaparecimento, seja dos Bispos, nas Igrejas locais, seja do Sumo Pontífice na Igreja Universal. E por “SEDE IMPEDIDA” entende-se a “CÁTEDRA EPISCOPAL” que, sem estar “VACANTE”, existe, no entanto, um fato que impede ao Bispo ou ao Papa o governo pessoal, responsável e legítimo de sua Igreja, seja por enfermidade, seja por outra causa que paralisa, por assim dizer, o genuíno exercício dos poderes recebidos de Cristo para o bem das almas a eles confiadas. Como sucedeu no caso do Cardeal Mindszenty, durante seu terrível e prolongado suplício.

Dada esta breve explicação do significado canônico de “SEDE”, “SANTA SÉ” ou “SEDE APOSTÓLICA”, vejamos agora se é possível afirmar “sem ingênua malícia”, como diria o poderoso chanceler da Mitra Metropolitana do México, sem incorrer em heresia ou dizer uma expressão “ofensiva aos ouvidos piedosos”, que a Santa Sé (tomando o termo em seu sentido estrito) pode estar “jacente” durante um período de tempo mais ou menos longo, por não haver um Papa ou porque o Papa reinante não é um Papa legítimo ou é um Papa impedido.

Desde já, ao morrer um Papa, antes que seu sucessor seja eleito, a “Santa Sé” (no sentido estrito), o posto do papado, está “vacante”. E, no entanto, não podemos dizer que já não existe a “CÁTEDRA DE PEDRO”; que a “SANTA SÉ” morreu.

A “SEDE VACANTE” pode durar e, de fato, durou vacante, segundo consta na História da Igreja, por longo tempo, sem que essa vacância do pontificado signifique, de maneira alguma, o desaparecimento da própria Igreja. Se afirmássemos o contrário, teríamos que dizer que a

nomeação do sucessor do Papa morto deveria fazer-se simultaneamente com a morte de seu predecessor, já que, do contrário, a própria Igreja, ao não ter Papa, ficaria sem fundamento, e o edifício da Igreja viria por terra.

Morre o Pontífice reinante, mas não morre o Papado, a própria instituição de Cristo. Por isso, assim como pode morrer um Papa e a legítima eleição de seu sucessor durar por longo tempo, assim também é possível que o Papa, aparentemente eleito de forma legítima, possa ser um antipapa, um impostor, um infiltrado; e, no entanto, mesmo nestas circunstâncias aflitivas, o Papado e a Igreja, como obra divina, permanecem incólumes. Recordemos, por exemplo, o caso do Papa Luna, tido e acatado como verdadeiro Papa por muitos católicos e até por santos que estão agora canonizados pela Igreja; e, no entanto, não era Papa.

Poderíamos argumentar, com um exemplo compreensível a todos, para impedir que Luis Reynoso Cervantes – que dizem ser autêntico descendente de Abraão, *secundum carnem*, e por isso me odeia cristãmente – venha a considerar minha afirmação não apenas atrevida, mas herética. Suponhamos, dentro das coisas humanas e possíveis, que, morto o Papa – morto João B. Montini –, surja na Igreja um profundo cisma, pelas ambições pessoais dos que se creem com direito à eleição (como os Daniélou, os Suenens, os Villot), ou por compromissos adquiridos com grupos poderosos que, por controle remoto, pressionam sobre os que hão de eleger o sucessor de Pedro, ou por qualquer outro motivo que impeça ou retarde a devida eleição (estas suposições não são quiméricas, absurdas ou irrealizáveis; são reais, são históricas, como poderemos comprovar depois), poderíamos, por isso, dizer que a instituição de Cristo fracassou; que a Igreja, fundada por Ele, deixou de existir?

A obra de Cristo não falha, nem pode falhar, ainda que os homens, consciente ou inconscientemente, conspirem para destruí-la, ainda que os lobos, revestidos com pele de ovelha, se introduzam fraudulentamente no aprisco, ainda que todo o poder humano pareça unir-se para esmagar a

resistência dos que nos empenhamos em defender a fé tradicional e apostólica.

Uma coisa é a Igreja, e outra coisa muito distinta são os homens que fazem parte da Igreja. Esposa de Cristo, obra e instituição do Filho de Deus, a Igreja é santa, é incorruptível; segundo nos asseguram as promessas do Divino Fundador: as portas do inferno não prevalecerão contra Ela; enquanto os homens – qualquer que seja sua hierarquia – são, por sua natureza (a não ser que estejam confirmados em graça), frágeis, falíveis, expostos a cair nas maiores misérias, como nos ensina a própria História da Igreja.

É um grande erro, é contrário à doutrina católica pensar que qualquer jerarca, pelo fato de ocupar o posto que ocupa, pelo fato de ser bispo, ou ser Papa, já é um "santo", é impecável, é sempre e em tudo infalível. De si, como ensina a teologia católica, assim como os religiosos, que voluntariamente abraçaram os conselhos evangélicos, estão obrigados não a ser "perfeitos", mas a tender à perfeição, assim também os bispos, e muito mais o Papa, devem ser perfeitos, devem praticar a perfeição cristã, conforme o exige a alta dignidade que têm, os sumos poderes que receberam e o bem espiritual das almas a eles confiadas. Mas uma coisa é o que "deve ser" e outra, o que é na realidade. Há bispos santos, muito santos, assim como há bispos pecadores, muito pecadores. Nem o Papa, cuja prerrogativa de sua infalibilidade didática, para preservar a "inerrância" da Igreja, nós confessamos como dogma de nossa fé católica (pressupostas as quatro condições que estabelece e declara o Concílio Ecumênico Vaticano I), é, pessoalmente, nem impecável, nem infalível. Na cátedra de São Pedro se sentaram grandes santos, mas também insignes pecadores.

Do dito se segue, parece-me, que a "*CÁTEDRA DE PEDRO*" possa estar, por um tempo mais ou menos longo, "vacante" ou "impedida", seja pela morte do Papa, seja porque o Papa que ocupa essa "*CÁTEDRA*" falha gravemente no cumprimento de seus deveres primordiais, ou porque, embora venerado por uma porção do povo cristão como legítimo sucessor de Pedro, é um infiltrado, um antipapa, um lobo revestido de pele de

ovelha. Anacleto II, antipapa, pertenceu à família dos Pierleoni, oriunda de judeus enriquecidos. Educou-se em Paris, foi monge de Cluny, cardeal e delegado do Papa na França. Com a morte de Honório II, apoiado pelos romanos, milaneses e por Rogério da Sicília, foi elevado ao Pontificado (1130) CONTRA Inocêncio II. Por fim, foi excomungado em 1138.

Ao afirmar estas possibilidades humanas – confirmadas, desgraçadamente, pela História da Igreja – não estamos, de maneira alguma, nem atacando, nem negando a instituição de Cristo. Como diz Belloc, nada prova tanto a divindade da Igreja, sua inerrância, sua duração indestrutível, garantida pelas promessas de Cristo, como as misérias humanas, os erros gravíssimos daqueles que, por sua autoridade, deveriam ser a garantia e a defesa da verdade e da santidade da Igreja de Deus, a eles confiada. Se a Igreja fosse obra humana, os homens já teriam acabado com ela.

A Igreja nunca está, nem pode estar "acéfala", como com "refinada malícia" me atribuiu ter dito o "terrível" chanceler da Mitra Metropolitana da Arquidiocese do México, o tristemente célebre Luis Reynoso Cervantes. Para prová-lo, basta citar aqui algumas palavras da Encíclica *MYSTICI CORPORIS CHRISTI* de Sua Santidade Pio XII:

Prova-se que este Corpo Místico, que é a Igreja, leva o nome de Cristo: pelo fato de que Ele há de ser considerado como sua Cabeça – Ele, diz São Paulo (Col. I, 18), – é a Cabeça do Corpo da Igreja. Ele é a Cabeça, a partir da qual todo o Corpo, disposto com a devida ordem, cresce e aumenta para a sua própria edificação (Ef. IV, 16; Col. II, 19).

"Bem sabeis, Veneráveis Irmãos, com quão convincentes argumentos os Mestres da Teologia Escolástica, e principalmente o Angélico e comum Doutor, trataram deste assunto, e sabeis perfeitamente que os argumentos por ele aduzidos correspondem fielmente às razões alegadas pelos Santos Padres, os quais, aliás, não fizeram outra coisa que referir e, com seus comentários, explicar a doutrina da Sagrada Escritura."

A Igreja, pois, não pode NUNCA estar "acéfala", porque sua verdadeira Cabeça, Cristo, ainda que falte o Papa ou faltem os bispos, nunca a abandonará, cumprindo assim sua divina promessa: "EU ESTAREI CONVOSCO TODOS OS DIAS ATÉ A CONSUMAÇÃO DOS SÉCULOS". Pode faltar o Vigário, o lugar-tenente, a cabeça visível da Igreja, mas a Igreja nunca pode ficar "acéfala".

Diz Pio XII:

"Nem se há de crer que seu governo se exerce somente de um modo visível e extraordinário, sendo que também de uma maneira patente e ordinária o Divino Redentor governa, por seu Vigário na terra, o seu Corpo Místico... Nem para debilitar esta afirmação pode-se alegar que, por causa do Primado de jurisdição estabelecido na Igreja, este Corpo Místico tenha duas cabeças. Porque Pedro, em virtude do Primado, não é senão o Vigário de Cristo, porquanto não existe senão uma Cabeça primária deste Corpo, isto é, Cristo; o qual, sem deixar de reger secretamente por si mesmo a Igreja... governa-a, ademais, visivelmente por aquele que na terra representa sua pessoa...

"Encontram-se, pois, em um perigoso erro aqueles que pensam que podem abraçar a Cristo, Cabeça da Igreja, sem aderir fielmente ao seu Vigário na terra. Porque, ao remover esta cabeça visível e romper os vínculos sensíveis da unidade, obscurecem e deformam o Corpo Místico do Redentor, de tal maneira que os que andam em busca do porto da salvação não podem vê-lo nem encontrá-lo.

"E o que neste lugar Nós dissemos da Igreja Universal deve ser afirmado também das particulares comunidades cristãs, tanto orientais como latinas, das quais se compõe a única Igreja Católica; porquanto elas são governadas por Jesus Cristo com a palavra e a potestade do bispo de cada uma. Pelo qual, os Bispos não somente hão de ser considerados como os principais membros da Igreja Universal, como aqueles que estão ligados por um vínculo especialíssimo com a Cabeça divina de todo o

Corpo... mas, no que se refere à sua própria diocese, apascentam e regem como verdadeiros Pastores, em nome de Cristo, a grei que a cada um foi confiada; mas, fazendo isto, não são completamente independentes, sino que estão postos sob a autoridade do Romano Pontífice, ainda que gozem de jurisdição ordinária, que o mesmo Sumo Pontífice diretamente lhes comunicou..."

Resumindo a doutrina de Pio XII, devemos confessar que a Cabeça da Igreja é Cristo; que o Papa é o Vigário, o representante visível desta Cabeça, na Igreja Universal, assim como os bispos o são em suas dioceses, ainda que dependentes e subordinados ao Papa; que o Corpo Místico de Cristo não tem duas ou mais cabeças, porque "Pedro, em virtude do Primado, não é senão o Vigário de Cristo, porquanto não existe mais que uma Cabeça primária deste Corpo, isto é, Cristo". Cristo e seu Vigário constituem uma só Cabeça, como o ensinou solenemente Bonifácio VIII. E o que se diz dos sucessores de Pedro deve-se dizer, ressalvada sempre sua dependência do Primado, de todos os bispos, em suas dioceses.

Sendo Cristo a verdadeira Cabeça da Igreja e o Papa, seu Vigário, seu representante visível, assim como os bispos em suas respectivas dioceses, segue-se que, quando os bispos ou o Papa se afastam, em sua doutrina ou em suas disposições, da vontade santíssima de Cristo, deixam de ser seus representantes, seus lugar-tenentes; deixam de ser cabeça visível da Igreja. O Vigário, o representante, o lugar-tenente, será tal na medida em que se identifique com os ensinamentos e os preceitos do Mestre.

E acrescenta mais adiante o Sumo Pontífice:

"Pelo qual, sentimos grandíssima pena quando chega aos nossos ouvidos que não poucos de Nossos Irmãos no Episcopado, somente por serem verdadeiros modelos do rebanho e por defenderem fiel e energicamente, segundo o seu dever, o sagrado depósito da fé que lhes foi confiado; somente por manterem zelosamente as leis santíssimas, esculpidas nas almas dos homens, e por defenderem, seguindo o exemplo

do divino Pastor, a grei a eles confiada, dos lobos rapaces, não só têm que sofrer as perseguições e vexações dirigidas contra eles mesmos, mas também – o que para eles costuma ser mais doloroso – as levantadas contra as ovelhas postas sob seu cuidado, contra seus colaboradores no apostolado, e até mesmo contra as virgens consagradas a Deus. Nós consideramos tais injúrias como infligidas a nós mesmos e repetimos as sublimes palavras de nosso predecessor, de feliz memória, São Gregório Magno: 'Nossa honra é a honra da Igreja universal; Nossa honra é a firme fortaleza de nossos irmãos; e então nos sentimos verdadeiramente honrados, quando a cada um deles não se nega a honra que lhe é devida'."

Com quanta mais razão se doleria, nestes trágicos momentos, o Papa Pio XI, ao ver seus Irmãos no Episcopado descuidar lastimosa e perigosamente o "Depósito sagrado da Fé", a eles confiado; tolerando e acobertando a difusão das heresias mais monstruosas, não só entre os fiéis, mas entre seus sacerdotes e seus seminários! Como reprovaria o silêncio incompreensível e inexplicável, ante a derrocada da moral católica, ante a negação não só prática, mas teórica, da lei natural, reflexo eterno da própria lei de Deus, dos "pastores" a cujo cuidado Deus confiou a eterna salvação das ovelhas!

Agora não se perseguem os lobos carniceiros; agora, sacerdotes, bispos e cardeais atacam os mesmos dogmas que a teologia secular da Igreja havia ensinado como a Verdade Revelada. Agora, lançam-se as mais graves censuras da Igreja contra aqueles que têm a audácia de defender o que aprenderam nas salas de aula eclesiásticas de maior prestígio, de sacerdotes eminentes por sua ciência teológica.

No número três da nova revista "PUNTO CRÍTICO", há um artigo, sem o nome de seu autor, referente à Igreja mexicana, no qual se pretende julgar, com critério evidentemente sectário, a luta indubitável que existe aqui no México, como existe em todos os países do mundo, entre os dois setores opostos em que a Igreja de Cristo praticamente já está dividida. "Com respeito ao primeiro grupo", diz o escritor anônimo, "destaca-se –

pelo menos em ordem cronológica – a muito comentada notícia da excomunhão do Padre Joaquín Sáenz Arriaga, imposta pelo cardeal Darío Miranda, segundo os cânones da '*Ferendae sententiae*'. A excomunhão ao Pe. Arriaga deveu-se ao fato de ser autor do livro 'A NOVA IGREJA MONTINIANA', o qual diverge consideravelmente da ortodoxia católica".

Poderia alguém demonstrar concretamente minhas divergências com a ortodoxia católica?

"Com respeito a esta excomunhão, é bom notar que ela desatou a santa fúria dos setores mais reacionários do clero, já que o Pe. Arriaga é um de seus paladinos. Quando viajou a Roma (11 de janeiro) para protestar contra a excomunhão de que foi objeto, o Pe. Arriaga foi recebido pelos mencionados setores reacionários como se se tratasse de um mártir da cristandade (neste caso, nada mais que incompreendida), os quais organizaram uma 'marcha da penitência', clamaram pela 'interpretação exata das Sagradas Escrituras' e, enfim, rasgaram as vestes com fervor inaudito neste nosso século tão descrente."

"O que havia por trás de tanto fervor cristão, tanto zelo demonstrado? Simplesmente um anticomunismo delirante, como o demonstram os panfletos distribuídos aos transeuntes, nos quais, além de lançar 'vivas' ao Pe. Arriaga e 'morras' ao cardeal mexicano, afirmavam que a autoridade eclesiástica do México se dedica a excomungar bons cristãos, enquanto propicia as atitudes negativas, 'desonra de toda a Igreja', dos padres progressistas."

É assim que se escreve a História! Senhor escritor de "PUNTO CRÍTICO". A reserva de falar mais adiante da "suposta excomunhão", que não foi promulgada, segundo disse um dos peritos em teologia, da imprensa e da televisão, o Dr. Dom Antonio Brambila, por Sua Eminência, mas na qual eu incorri por um decreto de uma Congregação Romana que já não existe, a Sagrada Congregação do Concílio, e que agora se chama "Congregação para o Clero" – decreto disciplinar que foi lançado contra o movimento "PAX", que, na Polônia e nos outros países por trás da Cortina

de Ferro, estava enganando e aliciando numerosos sacerdotes –, farei agora alguma observação pertinente.

Não sei o que o escritor entenderá pelos cânones "*Ferendae Sententiae"*, nos quais, segundo ele, Sua Eminência fundou a excomunhão, que, segundo Brambila, ele não fulminou, mas na qual eu voluntariamente quis incorrer. Mas gostaria – já que ele ecoa as espantosas acusações que o até agora desconhecido teólogo e seu "porta-voz oficial" Martín Rivero me fazem de divergir consideravelmente da ortodoxia católica, ou, como diria Reynoso, de incorrer em heresia – de conhecer com precisão quais são essas minhas heresias ou erros consideráveis contra a fé.

Eu não fui a Roma para protestar contra a excomunhão; eu não vi, nesta ocasião, "nenhuma marcha a Roma". As peregrinações de penitência e oração que ocorreram, no ano passado e no retrasado, em Pentecostes, foram para pedir a Deus que termine esta espantosa Crise da Igreja, que Paulo VI chamou de uma "autodemolição". Para ser exato, senhor escritor, os pontos principais pelos quais pedimos e continuaremos pedindo são estes: 1) Pelo restabelecimento da Missa de São Pio V, a Missa de sempre, que remonta até os tempos apostólicos em suas partes principais. 2) Para que os catecismos católicos, livres de resistências, de inexatidões e de verdadeiros erros que, por desgraça, circulam em vários países, voltem a ensinar ao povo e, especialmente às crianças e jovens, a doutrina tradicional, apostólica, que sempre se ensinou na Igreja Católica; e, terceiro, que não se dê às Sagradas Escrituras o sentido ecumênico, eclético, que hoje, apoiando-se na exegese protestante ou dos rabinos judeus, se lhes quer dar, mas sim o único sentido que *semper et ubique tenuit Ecclesia*, que o Magistério da Igreja sempre ensinou.

Anticomunismo, sim – embora agora o "diálogo" tenha levado nossos pastores a buscar no "socialismo", no "comunismo", na "mudança audaciosa e rápida de todas as estruturas", a revolução total, sem violência ou com violência. Em meio a tantas mentiras e inexatidões, há alguma verdade: o cardeal Miranda, que deu seu *"imprimatur*" ao livro de José

Porfirio Miranda y de la Parra (por mais que outros queiram defendê-lo, assumindo para si as únicas responsabilidades; por mais que o Pe. Arrupe e sua Cúria Geral – segundo dizem – achem dito livro totalmente ortodoxo), o cardeal, que até agora não reprovou esse livro blasfemo, nem se deu por ciente, apesar de meu livro "APÓSTATA", da principal responsabilidade que sobre ele recai pelo "*imprimatur"*, pela "nota anexa" e por seu culpável silêncio, depois dos ataques diretos que lhe foram feitos por esse "*imprimatur"* a esse livro blasfemo, parece ter caído na "excomunhão" que o decreto doutrinal do Santo Ofício de 29 de junho de 1949 emitiu contra os que de algum modo favorecem o comunismo. Esse decreto, como doutrinal, não admite exceções nem pode ser revogado por nenhuma autoridade humana.

Eminência, convém ter presente que uma negação de um fato consumado, e muito menos um silêncio inexplicável, prolongado e culpável, não podem apagar a responsabilidade tangível do fato, que consta na primeira página do mencionado livro "MARX E A BÍBLIA"; responsabilidade gravíssima do autor, dos censores Luis G. del Valle, S.J. – filho do cristão e honrado cavalheiro Bernabé del Valle –, Jorge Manzano, S.J. – antigo amigo e discípulo meu –, do ex-provincial dos jesuítas Enrique Gutiérrez Martín del Campo, S.J. – sobrinho do já falecido arcebispo de Morelia –, e, sobre todos e ante todos, de Vossa Eminência Reverendíssima, Arcebispo Primaz do México e Cardeal da Santa Mãe Igreja, que foi quem deu o "imprimatur", como consta no livro, e do qual não se retratou – que saibamos.

Porque, embora seja verdade que a imprensa nos falou de uma pueril "explicação" do Pe. Provincial e do Pe. Guinea, S.J. – o diretor da em outros tempos "BOA" e atualmente "MÁ IMPRENSA" –, nada lemos nem soubemos que Vossa Eminência Reverendíssima tenha escrito ou dito algo que signifique não digo já uma retratação, mas nem sequer uma condenação de um livro tão ímpio, tão blasfemo e tão nocivo para a fé do povo e para a estabilidade de nossa Mãe, a Santa Igreja.

Desmentiu Vossa Eminência o fato inegável desse "imprimatur", que aparece no livro "MARX E A BÍBLIA", com a nota marginal sobre o sentido e o alcance do mesmo? Basta, por acaso, fazer com que o provincial e seus cúmplices digam que V. Ex.ª não leu o livro; que foi uma rotina e um abuso inculpável o que originou que tão veneráveis Padres tivessem tomado a liberdade, sem ler eles tampouco o dito livro, de dar por aprovado seu conteúdo para supor e dar por feito o "imprimi potest" do Pe. Gutiérrez Martín del Campo e o definitivo "imprimatur" do Cardeal Arcebispo Primaz da Arquidiocese do México? Eminência, essas desculpas podem, talvez, enganar o povo ignorante, mas não a gente preparada e, menos ainda, àqueles a quem os santos e sábios jesuítas de outros tempos ensinaram as ciências eclesiásticas. Um Pe. Pérez del Valle – que é Pérez, simplesmente, nascido no Valle de Santiago, Estado de Guanajuato, e que não fez a longa carreira da Companhia, mas passou como gato por brasas pelos estudos incompletos dos Coadjutores Espirituais – pode, provavelmente, com gritos e gesticulações, impressionar seus neófitos congregados para assegurar-lhes que o livro de Miranda y de la Parra é cem por cento ortodoxo, a quinta-essência do Evangelho, porque foi escrito – e isso basta e sobra – por um jesuíta da "nova onda", sobre quem não há "PLUS ULTRA".

Desmentiu V. Ex.ª, de uma maneira pessoal e pública, o fato patente do vergonhoso "imprimatur" que aparece na primeira página de "MARX E A BÍBLIA"? Disse Vossa Senhoria uma só palavra para fazer recair toda a responsabilidade sobre os verdadeiros e "únicos" culpados, os jesuítas da "nova onda", que, abusando em matéria tão grave da inesgotável generosidade e benevolência de Vossa Eminência Reverendíssima, atreveram-se a usar o nome e a assinatura do Primaz do México – Cardeal da Igreja – para dar o sinal verde a esse livro satânico e perverso?

Enquanto não vier a pública retratação de Vossa Eminência Reverendíssima – que todo o povo do México com razão exige – desse incrível "imprimatur"; enquanto o Primaz do México não condenar, com excomunhão ou sem excomunhão, esse infernal escrito do excomungado apóstata, nós continuaremos a considerar Vossa Eminência o maior

responsável por esse livro apóstata; e, portanto, continuaremos crendo – apoiando-nos no decreto de excomunhão de Pio XII, que é um decreto doutrinal, promulgado pelo Santo Ofício, que não foi nem pode ser revogado, já que se funda na intrínseca oposição entre o Catolicismo e o comunismo – que Vossa Eminência Reverendíssima Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, Arcebispo Primaz do México, não só perdeu seus títulos, suas prebendas e sua "jurisdição" na Arquidiocese, mas também incorreu na "excomunhão" *ipso facto incurrenda* para os que favorecem, professam ou defendem o "comunismo ateu, destruidor e inimigo de Deus e do homem". Também os Cardeais, também o próprio Papa, podem incorrer em "excomunhão", isto é, podem ficar fora da Igreja, quando, com ciência e consciência, perderam a fé, fizeram alianças com o comunismo ateu e inimigo de Deus, ou faltaram notória e persistentemente a suas obrigações mais sagradas.

Do que foi dito, segue-se que a "CÁTEDRA DE PEDRO" pode estar temporalmente "vacante" ou "impedida", por um tempo mais ou menos longo, seja pela morte do Papa, seja pela heresia, apostasia do Papa, ou porque o Pontífice que reina na Igreja falha notória e persistentemente em seus deveres fundamentais. Ao afirmar estas possibilidades humanas, não estamos, de maneira alguma, nem atacando, nem negando a obra e instituição divina. Lembremos que a pedra angular e inabalável é Cristo, e que o sucessor de Pedro é tão somente o Vigário, o representante, o lugar-tenente de Cristo; e que, como homem, pode falhar na fé e nos costumes.

A Igreja, Eminência; a Igreja, Luis Reynoso Cervantes, nunca está, nem pode estar "acéfala", como com "manifesta malícia" me atribui ter dito o chanceler furibundo da Mitra. Ainda que falte o Papa, ainda que, por um impossível, faltassem todos os bispos, a Igreja não ficaria sem Cabeça, porque Cristo, que é sua Divina Cabeça, nunca a abandonou, nem a abandona, nem a abandonará, e cumpre perenemente suas infalíveis promessas: *"EU ESTAREI CONVOSCO TODOS OS DIAS ATÉ A CONSUMAÇÃO DOS SÉCULOS"*. Falta o Vigário, falta o lugar-tenente, falta o administrador; mas não falta a Cabeça.

Se, por um impossível, o Papa e os bispos, em sua maioria, se apartassem da verdadeira doutrina de Cristo; se se opusessem à tradição apostólica de um modo palpável e manifesto, poderíamos dizer que continuam sendo os representantes visíveis de Jesus Cristo e que estamos obrigados a obedecer-lhes, contra os ditames de nossa consciência, contra os ininterruptos ensinamentos do Magistério autêntico e infalível, contra a própria doutrina revelada, que chegou a nós pela Tradição e pela Escritura e pelo próprio Magistério da Igreja?

Vale a pena citar aqui a passagem eloquente da Epístola de São Paulo aos Gálatas (II, 11), na qual São Paulo, com liberdade de espírito e antepondo Deus aos critérios ou conveniências humanas, repreende São Pedro, primeiro Papa, por suas condescendências com os judaizantes. Nessa passagem, aparece claramente a dependência que o sumo exercício da autoridade humana há de ter com respeito à autoridade suprema e infinita de Deus. Eis as palavras do Apóstolo:

"Mas, quando Cefas (Pedro) veio a Antioquia, resisti-lhe face a face, POR SER DIGNO DE REPREENSÃO. Pois ele, antes que chegassem certos homens da parte de Tiago, comia com os gentios; mas, quando aqueles chegaram, RETRAÍA-SE E AFASTAVA-SE, POR TEMOR AOS QUE ERAM DA CIRCUNCISÃO. E os outros judeus incorreram com ele na mesma hipocrisia, tanto que até Barnabé se deixou arrastar pela simulação deles. Mas, quando eu vi que não andavam retamente, conforme a verdade do Evangelho, disse a Cefas (Pedro) na presença de todos: 'Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como os judeus, como obrigas os gentios a judaizar? Nós somos judeus de nascimento, e não pecadores procedentes da gentilidade; mas, sabendo que o homem é justificado, não por obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, nós mesmos cremos em Cristo Jesus, para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei; visto que pelas obras da Lei não será justificado mortal algum...'"

Ninguém pode condenar a atitude e os enérgicos conceitos com que o Apóstolo dos gentios reprova a debilidade, as condescendências, o

dissimulo do Chefe visível da Igreja, por comprazer aos judaizantes e evitar assim os constrangimentos que uma atitude franca e honesta a respeito da gentilidade convertida poderia lhe ocasionar da parte daqueles falsos irmãos que, cristãos na aparência, seguiam apegados à Lei mosaica.

Esta é a situação atual, na melhor das hipóteses. O Papa Montini tem tolerado, dissimulado, aparentado condescender com as exigências absurdas, anticatólicas e, em muitos casos, abertamente heréticas, dos dirigentes do "progressismo", sejam eles cardeais, bispos, clérigos ou simples leigos. O que teria dito e feito São Paulo, diante dessa caótica situação, diante dessa "autodemolição" da Igreja, diante dessas condescendências para comprazer, em diálogo "ecumênico", aos "separados", cuja ambição é reduzir nossa Igreja a uma seita vergonhosa, a um ramo seco, arrancado do tronco da Cruz de Cristo? O que teria opinado o Apóstolo dos Gentios diante do silêncio inexplicável da maioria dos bispos, que mais se preocupam em ajustar a Igreja ao mundo do que em pregar "*opportune et importune*" a doutrina austera que a Cruz de Cristo implica? Aprovaria São Paulo a viagem política do atual Pontífice à ONU, organização dominada pela judaeo-maçonaria? Que juízo mereceria para o Apóstolo o discurso de Paulo VI nesse parlamento internacional, onde se silenciou ou dissimulou a doutrina imutável do Evangelho eterno, para condenar o "colonialismo" e semear a intranquilidade entre os povos pobres, com a exigência irrealizável de uma igualdade impossível? Qual seria a reação de São Paulo diante da viagem a Genebra, diante do discurso "ecumênico" no Conselho Mundial das Igrejas, no qual a verdadeira e única Igreja de Jesus Cristo ficou assimilada e absorvida por esse eclético conglomerado de seitas, cujo denominador comum, se é que têm algum, é a negação da verdade imutável e permanente?

São Paulo repreendeu em Pedro a simulação, a hipocrisia, o dissimulo, para acomodar-se, ainda que fosse nas aparências, às exigências dos judaizantes. Paulo fustigaria agora a claudicação, a tolerância, o desvio manifesto da doutrina recebida, que pretende trocar o Reino de Deus e sua Justiça pela utópica "justiça dos homens", que hoje chamamos de "justiça social".

1. 1. O MISTÉRIO DE CRISTO

Em sua Epístola aos Colossenses, São Paulo expõe o mistério de Cristo e sua primazia, seu predomínio sobre toda a criação:

"Ele (Cristo) – escreve o Apóstolo –, é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação, pois por ele foram criadas todas as coisas, as dos céus e as que estão sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados. Todas as coisas foram criadas por meio dele e para Ele. E Ele é antes de todas as coisas e nele subsistem todas. E Ele é a Cabeça do Corpo da Igreja, sendo Ele mesmo o princípio, o primogênito dentre os mortos, para que em tudo seja Ele o primeiro".

Neste capítulo, ao descrever-nos o Apóstolo o mistério de Cristo, fala primeiro de Cristo, enquanto é verdadeiro Filho de Deus: "*Qui eripuit nos de potestate tenebrarum, et transtulit in regnum Filii dilectionis suae"* (Ele nos arrancou da potestade das trevas e nos transportou para o reino do Filho de seu amor, em quem temos a redenção, a remissão dos pecados). Porque o Filho é o Verbo do Pai, semelhante e igual em tudo ao Pai, e, por isso mesmo, da mesma essência e natureza do Pai; consubstancial ao Pai: *"QUI (FILIUS) EST IMAGO DEI (PATRIS) INVISIBILIS"*. Mas, depois de nos ter falado São Paulo de Cristo, enquanto Deus, e de nos ter demonstrado sua divindade, fala d'Ele, enquanto homem, para nos demonstrar sua excelsa dignidade. Porque Cristo, enquanto homem, não enquanto Deus, é a Cabeça da Igreja (Cf. Ef. I, 22) "*QUI EST PRINCIPIUM"*. Cristo, enquanto Deus, como diz Santo Anselmo, é o princípio de todas as coisas, de tudo quanto existe; mas, enquanto homem, é Cabeça da Igreja. Cristo, enquanto homem, é o "princípio", isto é, a fonte da "vida sobrenatural" para nós, o guia, o autor da ressurreição: por isso é o "primogênito" dos mortos, pois por Ele havemos de ressuscitar um dia. É o "princípio" *tempore et causalitate*, no tempo e pela causalidade, já que Ele formou seu Corpo Místico, que é a Igreja, no qual nós estamos como membros. D'Ele nos vem a verdadeira vida e, por Ele, por sua graça,

fruto inesgotável de sua redenção, recebemos a possibilidade e os auxílios necessários para qualquer ação conducente à vida eterna.

Já vemos, pois, que a Igreja nunca, em nenhuma circunstância, pode estar nem estará "acéfala", como com diabólica calúnia me atribui ter dito o monsenhor chanceler da Mitra da Arquidiocese do México, Reynoso Cervantes.

No que toca à pessoa humana dos bispos e do próprio Papa, volto agora a fazer esta pergunta: acaso sua eliminação basta para declarar a Igreja "acéfala"? Porventura a ausência do administrador, do vigário, do representante visível faz com que o Corpo fique sem Cabeça? Enquanto Cristo estiver, a Igreja universal ou a Igreja local não estão "acéfalas", ainda que careçam de bispo ou de Papa autêntico e genuíno, ainda que careçam temporalmente de autoridade visível.

Não deixo de ver que esta situação dolorosa e anormal significa para a Igreja e para as almas uma espantosa tragédia. O drama da paixão do Senhor parece que se repete agora em seu Corpo Místico. Mas o triunfo de Cristo é penhor do triunfo da Igreja.

Se, por um impossível ou um possível, o Papa ou os bispos se apartassem da verdadeira doutrina de Cristo, se, em seus ditos ou feitos, se opusessem à tradição apostólica, de um modo palpável e manifesto, poderíamos dizer que continuam sendo os representantes de Jesus Cristo e que nós estamos obrigados a obedecer-lhes, ainda que seja contra nossa fé e nossa consciência, contra os ininterruptos ensinamentos do Magistério da Igreja, contra a própria doutrina revelada, que chegou até nós pela Tradição e pela Sagrada Escritura?

Eis aqui o gravíssimo problema que estamos vivendo e que a muitos arrastou, por uma falsa obediência, a aceitar tantos erros como hoje circulam com o "*imprimi potest*", o *"nihil obstat"* e o solene "*imprimatur*" dos grandes hierarcas da Igreja, os que legalmente açambarcaram toda a ciência e toda a experiência da Igreja, os que, desprezando a tradição

apostólica, se creem predestinados para "reformar" a religião de Cristo – antiquada e decadente –, para nos dar "uma nova economia do Evangelho", uma "metanoia", uma "nova mentalidade", à qual devemos nos sujeitar, para adaptar ao mundo moderno as vetustas estruturas da Igreja, fundada pelo Filho de Deus, que, pelo visto, não teve a visão ou o poder necessário para instituir uma Igreja não sujeita a evoluções, mas ao natural crescimento e desenvolvimento de todo ser vivente, que Ele mesmo anunciou ao comparar sua Igreja ao grão de mostarda, que, sendo uma das menores sementes, cresce e se desenvolve com o tempo, até se converter em um espesso arbusto, em cujos ramos as aves do céu fazem seu ninho.

A falta dos conhecimentos das ciências eclesiásticas, como a sólida filosofia, a rica teologia, a História da Igreja, a patrologia e os numerosos documentos emanados do Magistério extraordinário e ordinário é uma explicação, no terreno humano, da ignorância, da instabilidade e da constante mudança dos ensinamentos e práticas dos seguidores do progressismo, de seus "peritos" ignorantes e desorientados, e de seus múltiplos "pontífices mínimos", como os chamou, com fina ironia, o destacado jornalista Dom Luis Vega Monroy, esses Abascales que nos querem ensinar o Pai Nosso.

"Nunca como agora – escrevia eu, lá pelos anos de 1945, na introdução de meu livro "*ONDE ESTÁ PEDRO, AÍ ESTÁ A IGREJA"* – se impõe a difusão da verdade. Vivemos em uma época de luta intelectual intensa, na qual as afirmações e as negações disputam tenazmente o domínio das almas. O cristianismo (melhor diríamos hoje o Catolicismo, para não nos confundirmos com os irmãos separados), a religião do Evangelho eterno, se vê violentamente combatido, e toda a concepção cristã da vida está ameaçada pelos golpes certeiros do niilismo pulverizador. A humanidade enlouquecida quis fabricar, com as decantadas conquistas da ciência moderna, uma nova Babel, para desafiar, desde ela, os poderes divinos; e o castigo, que já pesa sobre nós e nos esmaga, é a confusão, o caos, o desenfreio, que parecem arrastar nossos povos a uma barbárie, tanto mais destruidora, quanto mais refinada. Os

homens falam e ninguém os entende. As palavras mudam constantemente de sentido e a mais desconcertante demagogia invadiu o próprio santuário da sabedoria, onde já não reinam as ideias desinteressadas, os princípios imutáveis, mas sim as paixões violentas e agressivas, convertidas ou disfarçadas em sistemas artificiosos e frases vazias de sentido e de vida, mas cheias de veneno e prenhes de ódio, de dor, de destruição e de extermínio".

"O grande sofisma desta trágica confusão, dentro do próprio seio da Igreja, está em confundir a instituição divina, que Cristo fez de sua Igreja, com os homens que, legítima ou ilegitimamente, ocupam os postos da Igreja. O não saber precisar a natureza e a finalidade das prerrogativas e poderes que Cristo deu aos pastores da Igreja, *in aedificationem, non in destructionem Corporis Christi* (para a edificação, e não para a destruição do Corpo de Cristo). O não saber reconhecer, segundo a mais sólida teologia católica, os limites intransponíveis que esses poderes, essa autoridade, essa dignidade assombrosa dos hierarcas da Igreja – sejam Papas, Cardeais ou Bispos – devem necessariamente ter, segundo o plano e os desígnios do Altíssimo e segundo o exige o domínio absoluto, ilimitado e constante que Deus tem e deve ter sobre todos e cada um dos homens, sejam estes reis, bispos ou papas.

Uma adesão incondicional e ilimitada aos ensinamentos do Magistério NÃO infalível, às disposições da Hierarquia, não excluindo as do Sumo Pontífice, quando estas manifestamente se afastam dos ensinamentos da tradição, das definições e decisões irreformáveis dos Papas ou Concílios antecessores, não está, nem pode estar de acordo com a ortodoxia dos dogmas católicos, uma de cujas características – a principal, seguramente –, segundo nos ensina infalivelmente o Concílio Ecumênico Vaticano I, é sua absoluta imutabilidade:

"Si quis dixerit, fieri posse, ut dogmatibus ab Ecclesia propositis aliquando, secundum progressum scientiae, sensus tribuendus sit alius ab eo, quem intellexit et intellegit Ecclesia, anathema sit".

(Se alguém disser que é possível que aos dogmas propostos pela Igreja, segundo o progresso das ciências, se deva dar um sentido distinto daquele que a Igreja entendeu e entende, seja anátema). (Denzinger, 3043).

E, no Epílogo da Constituição dogmática, sessão III, do mesmo Concílio, lemos:

"Itaque, supremi pastoralis Nostri officii debitum exsequentes, omnes Christi fideles, maxime vero eos, qui praesunt et docendi munere funguntur, per viscera Iesu Christi obtestamur, necnon eiusdem Dei et Salvatoris nostri auctoritate iubemus, ut ad hos errores a Sancta Ecclesia arcendos et eliminandos, atque purissimae fidei lucem pandendam studium et operam conferant".

(Assim, pois, cumprindo o dever de nosso ofício pastoral, conjuramos a todos os fiéis cristãos, mas principalmente àqueles que governam e ensinam, pelas entranhas de Jesus Cristo; e, com a autoridade de nosso Deus e Salvador, lhes ordenamos que ponham toda diligência e todo esforço em reprimir e eliminar todos esses erros da Santa Igreja, e em fazer resplandecer a luz da puríssima fé).

Dificilmente pôde o Concílio Vaticano I expressar-nos de uma maneira mais clara, mais precisa, o ponto-chave da infalibilidade, da imutabilidade dos dogmas católicos, que são verdades reveladas por Deus e propostas como tais pelo Magistério infalível da Igreja.

Como se o Vaticano I já estivesse vendo a derrocada, a autodemolição da Igreja, por esses inovadores que, sob pretexto de uma melhor inteligência, de um *aggiornamento* à mentalidade do mundo moderno, não só mudaram a "formulação" dos dogmas, mas os desconheceram, negaram, silenciaram, para se acomodarem assim às falazes heresias dos teólogos protestantes e dos rabinos judeus.

Já desde então, a revolução subterrânea da Igreja fazia ver aos homens de visão e de talento os grandíssimos perigos que ameaçavam a

Igreja de Cristo, precursores da catástrofe pela qual estamos hoje passando. Como já indiquei em meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA", para realizar a reforma da Igreja, projetada por Mons. João B. Montini, por Maritain, por Teilhard de Chardin, Congar, Hans Küng, Rahner, Chenu e demais corifeus, era necessário começar por negar a absoluta imutabilidade dos dogmas católicos. Não era precisamente uma negação franca – a qual teria sido impolítica e perigosa para fazer fracassar os planos sinistros do "progressismo" –, mas uma adaptação dessas verdades imutáveis aos avanços da ciência moderna, à mentalidade moderna, à "nova economia do Evangelho", segundo a expressão do próprio Paulo VI.

As gravíssimas palavras do Concílio Ecumênico Vaticano I, citadas anteriormente, já nos estão dizendo que aqueles Padres Conciliares de um verdadeiro Concílio já estavam conscientes do caminho que os adversários conjurados de nossa Igreja pensavam tomar para poder introduzir-se nas entranhas da fé, adulterando-a, falseando-a, mudando-a ou, se fosse preciso, negando-a também. Era indispensável "reformular os dogmas", tirar-lhes sua monolítica interpretação, semear a confusão com o equívoco, e tornar assim possível o transbordo ideológico que, insensivelmente e a título de progresso, tornasse possível a mudança de uma religião para outra; a troca da imutabilidade da Verdade Revelada pelo instável e evolucionista "movimento ecumênico", inspirado e conduzido por uma "pastoral de compromisso, de transações, de mudanças constantes, que tornassem mais atraente, de maior atualidade, o *show* maravilhoso da nova religião, sem dogmas fixos, sem moral imutável nem universal, sem disciplina estável e com uma 'liturgia de teatro'".

O Vaticano I exorta a todos, com palavras de sumo encarecimento, "pelas entranhas de Jesus Cristo", a defender a Igreja dessa ameaça que pretende destruir a própria fé católica. E esta exortação e este mandato, que "com a autoridade de nosso Deus e Salvador nos faz" o Concílio Vaticano I, está especialmente dirigida "àqueles que governam e que ensinam", isto é, aos sacerdotes, bispos, cardeais e ao próprio Papa, cuja

missão principal é a de conservar incólume o Depósito da Divina Revelação.

Desgraçadamente, na espantosa crise atual da Igreja, pela qual estamos passando, o problema mais sério o encontramos na hierarquia e nos órgãos do Magistério. Se havemos de falar claro, eu penso que, pelos dados que a observação e a experiência nos fornecem, poderíamos estabelecer três grupos bem definidos e distintos na hierarquia. O primeiro, talvez mais numeroso do que muitos pensam, é o dos cardeais e bispos que perderam a fé. Não creem senão em seu poder, em seu dinheiro, em seus juízos e opiniões, que, por serem deles, pensam, são a única e genuína expressão das verdades da fé. Foi necessário que eles viessem a ocupar esses postos supremos de comando, foi necessário estabelecer o Vaticano II, para que, removidos os escombros, aparecesse diáfana a doutrina evangélica, não segundo a tradição apostólica, mas segundo o juízo certeiro dos "peritos conciliares". A Igreja começou com eles, com João XXIII e com a interpretação equívoca do Vaticano II.

O segundo grupo de nossos prelados é o que está integrado por bispos carentes da ciência e da capacidade necessária para poder valorizar em toda a sua profundidade e ampla compreensão os problemas tão sérios e transcendentes levantados por essa "pastoral" ecumenista, traição a Deus e ao Evangelho, aceitação implícita dos erros e heresias dos "separados". Sem os conhecimentos necessários, sem tempo para estudar, aconselhados e dirigidos pelas Conferências Episcopais e pelos conselheiros de seus presbitérios, os santos varões, sem se darem conta, são os que, com maior eficácia, estão fazendo o jogo do inimigo. Há bispos e arcebispos no México, para não dizer alguns cardeais, que, se falam francês, inglês e italiano, parecem ignorar, em contrapartida, os princípios fundamentais da teologia, da filosofia e do Direito Canônico. Em sua ignorância, veem-se na necessidade de seguir docilmente, com edificante submissão, os conselhos desacertados de seus atrevidos chanceleres.

Finalmente, há outro grupo de prelados de fé indiscutível, de ciência que supera a mediocridade, de boas intenções, de vida exemplar, que se

dão perfeita conta da tremenda crise pela qual atravessa a Igreja do Senhor, que reprovam em sua consciência todas essas novidades e que, na medida do possível, tratam de reprimir os excessos e desvarios dos reformadores, mas que, temendo as reações das maiorias e os perigos que sua oposição poderia lhes ocasionar da parte da Cúria Romana, *aggiornada* e ajustada às consignas do Pontífice, preferem suportar passivamente essa "autodemolição" da Igreja, da qual eles têm plena consciência.

Em outras palavras: ao primeiro grupo falta fé; ao segundo, ciência, e ao terceiro, falta-lhes coragem.

A tudo isso, deve-se acrescentar outra causa importantíssima, que justifica ou pretende justificar, entre clérigos e leigos, as reformas às quais os princípios morais e religiosos se opõem: é a chantagem intolerável da mal compreendida "obediência", da qual falaremos depois, com a devida calma.

Para evitar más compreensões e interpretações distorcidas, creio ser oportuno afirmar aqui a doutrina católica, dogmática e infalível, sobre o Primado de Jurisdição e as demais prerrogativas que Cristo quis dar a Pedro e aos "legítimos" sucessores de Pedro no Pontificado Romano. Mas, antes, parece-me oportuno recordar a aflitiva situação da Igreja durante o grande cisma do Ocidente, que durou de 1378 a 1417, no qual o ponto central da unidade eclesiástica se converteu em motivo de divisão e dilaceramento da Igreja. Ao reafirmar a doutrina católica sobre o Primado dos sucessores de Pedro, demonstrarei, contra os escrúpulos de Sua Eminência, Miguel Darío Miranda y Gómez, e contra os sofismas de seu não muito preparado chanceler, que confundir as instituições com os homens, querer santificar o Papa pelo mero fato de ser Papa, é colocar-se no perigo de cair em uma "Papolatria", muito alheia à Verdade Revelada; e, ao mesmo tempo, farei ver, com o testemunho da História, o exemplo dos santos e a mais sólida teologia, que é possível censurar o Sumo Pontífice, quando há motivos públicos, óbvios e inegáveis, sem incorrer por isso nas censuras que tão poderosos senhores quiseram me impor

indevidamente, sem levar em conta, de modo algum, os princípios fundamentais do Direito Canônico.

Ao recordar essa época trágica, esse cisma doloroso que dividiu a Igreja, podemos nos dar conta de que a assistência divina, as promessas de Cristo e a permanente "inerrância" da Igreja não tornam impossível, dada a malícia e o abuso da liberdade humana daqueles que têm o poder em suas mãos, essa demolição interna que Teilhard programava e Paulo VI, angustiado, chorava. Deus, que permitiu a paixão e a morte de seu Divino Filho, permite também, para nosso castigo, essas heresias, esses cismas, essas tragédias em sua Igreja, que, por fim, fazem brilhar o poder e a infinita sabedoria com que o Senhor tira bens dos próprios males e leva adiante seus inescrutáveis desígnios, apesar das próprias perversões dos homens.

CAPÍTULO 2

A SITUAÇÃO DA IGREJA NO GRANDE CISMA DO OCIDENTE

O cisma, segundo o Direito Canônico e a História da Igreja, consiste na separação da Igreja Católica de algum ou alguns de seus membros, pelo fato de negar a "devida" obediência ao Romano Pontífice, cabeça visível da Igreja, e romper, desta sorte, o vínculo de união da mesma, que é a sobredita sujeição ao Vigário de Cristo. Duas coisas pressupõe um verdadeiro cisma: a primeira, que o Romano Pontífice seja um verdadeiro e legítimo Papa, pois é evidente que a um Papa espúrio, que não representa a pessoa e a autoridade de Cristo, não se pode dever obediência; e a segunda é que o mandato desse Papa legítimo não seja contrário à doutrina recebida, nem se oponha à vontade santíssima de Deus, que nos consta certamente por outros caminhos.

Com toda a razão escreve na Revista "SIEMPRE" meu bom amigo Dom Nemesio García Naranjo y Elizondo: "O excomungado Padre Sáenz não está de acordo com sua excomunhão porque, assim como acima do Presidente da República está a Constituição, deve-se entender que acima do Papa está a doutrina eclesiástica promulgada *per omnia saecula saeculorum*. Não se deve confundir o mandante com o mandatário, e é preciso distinguir entre Deus e seu Vigário. Deus não é criticável, mas o Papa pode sê-lo e, em qualquer caso, deve haver alguma maneira de remediar o abuso ou a omissão danosa do representante."

E estas profundas observações de Dom Nemesio estão em perfeita harmonia com as palavras de São Paulo: "Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos pregasse um Evangelho distinto do que vos temos anunciado, que seja anátema". (Gálatas I, 8)

Como observa o Abbé J.P. Rayssignier em sua carta escrita em Roma em 30 de julho de 1970: “Quando o Papa, o homem que ocupa a Cátedra de Pedro, não leva em conta a doutrina invariável da Igreja, em seus ditos, ações e omissões, nós ficamos não só dispensados da obediência que nos é exigida, mas estamos obrigados a não obedecer, segundo aquelas palavras de São Pedro: ‘É necessário obedecer a Deus antes que aos homens’”. (Atos dos Apóstolos V, 29).

É evidente que o súdito não está obrigado a obedecer quando as ordens dos superiores, quaisquer que sejam, ultrapassam os limites de sua autoridade em seus mandatos, quando os Superiores abusam de seu poder, quando estão animados de uma turva vontade de poderio. Porque, como ensina Santo Tomás de Aquino, “os súditos não estão sujeitos aos superiores em todas as coisas, sem limite algum, mas em um domínio determinado, fora do qual os superiores não podem intervir sem abuso e usurpação do poder”. (II-II, q. 104)

O que dirá de toda esta doutrina a ciência portentosa do ex-gerente da Editorial “JUS”, o mínimo teólogo e sumo sacerdote da tribo de Levi? Ainda que ele proteste, devemos dizer mais uma vez que não é doutrina católica que o Papa, pelo fato de ser Papa, ou os bispos, pelo fato de serem bispos, sejam pessoalmente nem impecáveis, nem infalíveis.

Voltando ao nosso tema, devemos distinguir o “cisma” da “heresia” – ao menos de uma maneira formal – porque uma e outra implicam divisão na Igreja, mas não a dividem da mesma maneira, porque, sendo a Igreja una, não só pela unidade do regime, mas principalmente pela unidade da doutrina, o “cisma”, enquanto tal, só destrói formalmente a primeira unidade, enquanto a heresia, por destruir a unidade da fé, destrói também a unidade do regime, já que a autoridade da Igreja, sua jurisdição, é, antes de tudo, doutrinal. Toda heresia implica um cisma, e os que a professam podem, com toda propriedade, ser chamados de cismáticos; mas nem todo cisma (pelo menos antes das definições do Vaticano I sobre as prerrogativas do Papa) implicava uma heresia; e assim, não pelo fato de ser cismático, era-se herético.

A natureza da unidade da Igreja é explicada com admirável precisão por Leão XIII, em sua Encíclica "SATIS COGNITUM" de 29 de junho de 1886, na qual lemos: "*Cum Ecclesiam Divinus Auctor fide et regimine et communione unam esse decrevisset, Petrum eiusque succesores delegit, in quibus principium foret ac veluti centrum unitatis"* (Como o Autor Divino da Igreja quis que esta fosse una pela unidade da fé, do regime e da comunhão, escolheu a Pedro e a seus sucessores, para que fossem o princípio e como que o centro da unidade. Isto nos ensinam Santo Irineu, São Cipriano, São Jerônimo e quase todos os Padres e Doutores da Igreja).

Do que foi dito, segue-se que será puro cisma quando a insubordinação à cabeça visível da Igreja for tão somente em matéria de disciplina e de doutrina, e será misto quando à insubordinação se juntar a negação de algum dogma.

Se o cismático permanecesse no estado de simples desobediência contumaz contra o Romano Pontífice como tal, não se sujeitando a ele ou não querendo reconhecê-lo, quando toda a Igreja o reconhece, sem negar o Primado, nem outro dogma de fé, neste caso, disputam os autores católicos se, por isso mesmo, já ficaria fora da Igreja. O Pe. Francisco Suárez, S.J. (t. IX de Fide, sl. n. 14) encontrou muitos autores que o negavam, e ele mesmo preferiu negá-lo, parecendo-lhe que tal pessoa, que conserva a fé e continua sendo membro de Cristo, sê-lo-á também da Igreja. A opinião de Suárez, mesmo sendo de um Doutor tão exímio, não é hoje tão aceita pelos teólogos modernos. No entanto, é necessário ter presente que, quando os autores falam de cisma, como já indiquei mais acima, falam na hipótese de que a legitimidade do Papa é inquestionável e que não há motivos gravíssimos, como os que hoje parecem existir, para pôr em dúvida não só a doutrina e as ações do Pontífice, mas sua própria legitimidade no Papado. Bem pode ser que tenhamos um Papa *de jure*, mas não *de facto*.

Uma forma de cisma, várias vezes repetida na Igreja, é a que nasce de uma dupla ou duvidosa eleição do Romano Pontífice. Então será cismático (objetivamente, embora, talvez, não subjetivamente) o indivíduo

ou a comunidade que adere ao Papa ilegítimo; mas, enquanto ambos os Papas forem duvidosos, disputam os autores o que se deve fazer; e, na realidade, por menor que seja a dúvida, é muito difícil a situação para todo católico de reta consciência, como sucedeu no grande cisma do Ocidente.

Na prática, como diz Bento XIV (*De servorum Dei beat. et eor canonizatione*), cada um pode seguir aquele que tem por legítimo. A prova disto é que a Igreja Católica elevou à honra dos altares insignes varões que haviam defendido com grande tenacidade Papas que não eram legítimos. Daqui parece que podemos deduzir que nosso juízo individual, fundado na doutrina da fé e da sólida teologia, pode justificar nossa atitude de aparente desobediência ou de inconformidade com os que têm o poder, mas não o usam conforme a doutrina do Senhor. Quando, como nos tempos atuais, vemos que a tradição apostólica foi menosprezada, quando não abertamente negada; quando circulam impunemente os mais graves erros e heresias, sem que os bispos, nem o próprio Papa, reajam, enérgica e definitivamente, contra esses atentados à unidade e estabilidade de nossa fé; quando estamos palpando os frutos amargos na "autodemolição" da Igreja, na claudicação de tantos sacerdotes, na ruína da vida religiosa, do estado de perfeição; quando nos seminários se está corrompendo a fé e a moral dos futuros sacerdotes... temos o direito, temos o dever de duvidar da legitimidade do Papa Montini, já que é o principal responsável por esta derrocada.

Mas, vejamos já as lições que nos dá o grande cisma do Ocidente.

Foi Gregório XI o último Papa que a França deu à Igreja; este Pontífice, graças aos rogos, advertências e ameaças de Santa Catarina de Sena, pôs termo à permanência dos Papas em Avinhão, para onde se haviam refugiado em sua gigantesca luta contra os Imperadores, buscando a proteção da França. Em 27 de março de 1378, morria na Cidade Eterna este Papa; mas sua morte veio a ocasionar o maior cisma que a Igreja de Deus sofreu até agora no Ocidente.

À sua morte, 16 cardeais, que se reuniram em conclave em meio a uma agitada revolução popular que, com gritos e ameaças, pedia um Papa não só italiano, mas também romano. Apenas quatro eram os purpurados de origem italiana: os romanos Francisco Tebaldeschi e Jacopo Orsini, o milanês Simone de Brossano e o florentino Pietro Corsini. Diante desta minoria italiana, estava a maioria de 12 cardeais estrangeiros ou ultramontanos, dos quais onze eram franceses e um espanhol.

O conclave começou em 7 de abril; e, estando já encerrados os cardeais, penetrou no palácio uma imensa multidão que, em tom ameaçador, gritava exigindo um Papa romano ou, pelo menos, italiano. Na desordem e nos excessos, a multidão apoderou-se de grande parte das provisões de boca, preparadas para o conclave, e causou graves danos nos pertences do palácio, durante as três horas em que invadiram o recinto vedado, onde devia celebrar-se a eleição pontifícia.

Mas, já antes que esta se efetuasse, estava assinalado pela maioria o nome de Bartolomeo Prignano, napolitano, arcebispo de Bari. O cardeal de Luna escreve: "Depois, a gritaria do povo foi se tornando mais forte, excitado e verdadeiramente possuído pelo demônio, que clamava: 'Queremos um romano!'. E com estes clamores penetraram homens armados, com as espadas desnudas, até a capela. Nestes momentos foi quando a liberdade e a própria vida dos cardeais se viram em perigo; só que, então, o Papa já estava eleito". Cheios de angústia, os purpurados não se atreveram a comunicar aos furibundos intrusos o nome do eleito e, para apaziguar a turba irritada, designaram como Papa o ancião cardeal Tebaldeschi. "Até nós", escreve um dos conclavistas, "aclamamos o nomeado cardeal como realmente eleito; e, por mais que resistisse, o pusemos no trono, vestido com o manto pontifício; e ali o deteve por quase duas horas o povo que havia penetrado. Os clamores do ancião cardeal: 'O Papa não sou eu; é outro' não tiveram, por ora, atenção; e os cardeais aproveitaram, para fugir, a terrível confusão que reinava no palácio. Alguns se dirigiram ao castelo de Santo Ângelo, outros a seus aposentos; quatro abandonaram Roma para buscar nos arredores um refúgio seguro;

mas, na mesma tarde, espalhou-se pela cidade a notícia da eleição de Prignano."

Este admitiu a nomeação e, em 10 de abril, foi entronizado por 12 dos cardeais que puderam se reunir após a dispersão, tomando o nome de Urbano VI. Os mesmos cardeais notificaram por cartas aos soberanos a eleição. Ninguém parecia duvidar da legitimidade desta, até que o caráter duro e violento do Papa ganhou, em pouco tempo, a antipatia de todos os cardeais que o haviam eleito. Sempre será um mistério para a história a unanimidade com que todos os cardeais, que haviam concorrido à eleição, afirmaram depois, de maneira unânime, que esta não havia sido válida, pretextando o temor e os perigos com que a fúria popular os havia dominado durante as eleições. Podemos admitir que a eleição já estava feita antes que o conclave tivesse começado, embora os eleitores tivessem manifestado um consentimento unânime? Podemos crer que, feita a eleição, o medo dos cardeais chegou a tal grau que, diante do povo exigente, nomeassem depois e entronizassem o ancião cardeal romano Francisco Tebaldeschi? Podemos admitir que, por muitos que fossem os defeitos e violências de Prignano, os cardeais chegassem a afirmar, por unanimidade, que sua eleição havia sido nula por falta de liberdade nos eleitores?

Em 20 de julho do mesmo ano – poucos meses depois da coroação de Urbano VI –, os cardeais não italianos, reunidos em Anagni, convidavam os outros a fazer uma nova eleição. Reuniram-se 13 e, em 9 de agosto, declararam nula a eleição de Urbano VI. O grande cisma havia começado. Em 20 de setembro, reunidos os 16 cardeais em Fondi, procederam a uma nova eleição. O eleito foi Roberto de Genebra, que tomou o nome de Clemente VII, sendo coroado em 31 de outubro.

A divisão da Igreja foi espantosa. Inglaterra, Alemanha e Itália estavam por Urbano, enquanto França, Castela e Aragão, com uma completa conformidade, deram sua obediência a Clemente VII. Como era de se supor, ambos os Papas nomearam novos cardeais. Ao morrer Urbano VI, em 15 de outubro de 1389, reunidos em Roma, 14 cardeais elegeram

legitimamente Papa a Pietro Tomacelli, que se chamou Bonifácio IX; e, do mesmo modo, com a morte de Clemente VII, ocorrida em 16 de setembro de 1394, foi eleito o espanhol Pedro de Luna, que, persuadido de sua legitimidade, ao subir ao trono pontifício, tomou o nome de Bento XIII.

Há duas cartas, escritas aos cardeais que elegeram primeiro a Urbano VI e, depois de negá-lo, elegeram a Clemente VII. A primeira é de Santa Catarina de Sena aos cardeais italianos, esquecidos de seus juramentos, e a segunda do chanceler político Coluccio Salutati.

"Ai de vós! – escrevia Santa Catarina – Aonde viestes parar, por não haverdes agido conforme as prescrições de vossa dignidade! Fôreis chamados a alimentar-vos nos seios da Igreja; a espalhar fragrância como flores de seu jardim; a sustentar como firmes colunas o Vigário de Cristo e sua barquinha; a servir como tochas para iluminar o mundo e para dilatar a fé. Vós sabeis bem se cumpristes aquilo para que havíeis sido chamados e a que estáveis obrigados! Onde está vossa gratidão para com a Esposa que vos nutriu? Vós estais persuadidos da verdade de que Urbano é o legítimo Papa, o Sumo Pontífice, constituído por uma eleição legal e, antes, por inspiração divina do que por vossa operação humana! Assim no-lo anunciastes, conforme é verdade, mas agora virastes as costas como covardes e miseráveis cavaleiros, que temeis vossa própria sombra. Qual é a causa? O veneno do amor-próprio, que corrompe o mundo; e vós, que éreis anjos na terra, vos entregastes às obras diabólicas, e ademais quereis arrastar-nos ao dano que sobre vós opera, conduzindo-nos à obediência do anticristo. Ó, desditosos, que nos anunciastes a verdade e quereis agora brindar-nos com a mentira! Quereis fazer-nos crer que elegestes Papa a Urbano por medo; mas quem tal diz, mente. – Podereis dizer-nos: – Por que não nos credes, dado que nós, os eleitores, conhecemos a verdade melhor que vós? Mas, eu vos respondo que vós mesmos me mostrastes de que maneira vos afastais da verdade. Se considero vossa vida, sinto falta em vossa conduta da virtude e da santidade que poderiam, por respeito à vossa consciência, afastar-vos da mentira. O que me prova a legítima eleição do Senhor Bartolomeu, arcebispo de Bari, que hoje é verdadeiramente o Papa

Urbano VI? A prova nos dão a solene coroação, a homenagem que lhe prestastes, as graças que solicitastes dele e em parte recebestes. E vós só podeis opor mentiras a esta verdade. Ó, insensatos e dignos de mil mortes!, em vossa cegueira não conheceis vossa própria afronta. Se fosse verdade o que dizeis, assim como é mentira, não nos teríeis enganado quando nos destes a Urbano VI como Papa legítimo? Não seríeis agora réus de simonia, havendo solicitado graças e usado das que obtivestes daquele a quem agora chamais de Papa ilegítimo?"

Esta carta escrita por uma humilde mulher, por uma santa, parece que, *mutatis mutandis* (mudando nomes e circunstâncias), bem poderíamos dirigi-la a nossos atuais hierarcas; a tantos cardeais, dominados por um amor-próprio desmedido, que antepõem seu bem-estar, seus interesses, sua "carreira", aos altíssimos interesses da glória de Deus e da salvação das almas. Estão vendo o desastre impressionante, satânico, da Igreja e, com seu silêncio, com sua aceitação às ordens, com seu desejo de fazer méritos, de conservar seus postos, suas prebendas, seus honores, fazem mais do que lhes pedem as ordens, ainda que para fazê-lo tenham que sacrificar a verdade, a justiça, a caridade e a própria fé. "Vós, que éreis anjos na terra, vos entregastes às obras diabólicas". "E ademais quereis arrastar-nos à obediência do Anticristo. Ó, desditosos, que nos anunciastes a verdade em outros tempos, e agora pregais a mentira!"

Em outros tempos, cumprindo vossa profissão de fé tridentina e vosso juramento antimodernista, anatematizáveis em vossos seminários, em vossas cartas pastorais, em vossos púlpitos, os mesmos erros que agora apregoais como o "*aggiornamento*" da Igreja ao mundo corrompido, no qual encontrais o "progresso" e a prosperidade dos povos. Fôreis chamados a ser a luz do mundo e o sal da terra. Vossa excelsa missão era a de preservar incólume a doutrina evangélica, o Sagrado Depósito de nossa fé católica; e, em vez disso, autorizastes com vossa autoridade a difusão dos erros modernistas, compêndio monstruoso de todas as heresias. Concedestes graciosamente vosso "*imprimatur"* aos livros que não só atacam os dogmas mais sagrados, mas a própria existência de um Deus transcendente, Criador de tudo quanto existe; justificastes os erros infames

de Teilhard de Chardin com o nome e o peso do Geral dos Jesuítas, que parece ter-se convertido na ponte entre a verdade e o erro, entre a luz e as trevas; e, em troca, fulminais as penas supremas da Igreja jurisdicional – contra a qual levantastes vossa voz no Vaticano II – para calar as vozes dos que nos obstinamos em defender como imutáveis esses dogmas sagrados, que expressam a Verdade Revelada. Vosso dever primário, depois de conservar a fé, era o de preservar as ovelhas que Deus vos havia confiado dessa imoralidade que se propaga nos próprios colégios católicos, destruindo e corrompendo nossa infância e nossa juventude, prostituindo a santidade da família cristã e justificando as mais absurdas aberrações contra a lei imutável e universal da moral cristã, que é reflexo da lei eterna do próprio Deus. Esquecestes de que Cristo veio a este mundo, morreu por nós e instituiu sua Igreja para a salvação e santificação das almas, não para converter este mundo na utopia de um paraíso. Consagrastes vosso poder e todas as vossas atividades a uma empresa totalmente alheia ao vosso divino ministério. Vedes por toda parte a profanação do Santuário; aceitastes o *"Novus Ordo Missae"*, confeccionado por Bugnini e sete ministros protestantes. Em vez do altar, nos pusestes a "mesa anglicana"; em lugar do Santo Sacrifício, real e verdadeiro, como nos ensina Trento, nos impusestes a "assembleia", com suas inumeráveis variações, que chegam às vezes a zombarias sacrílegas e intoleráveis dos mistérios mais sagrados. Vossas "homilias" são perorações que ridiculamente emulam os discursos demagógicos dos incitadores à revolução e à violência. Vós sabeis muito bem que, apesar de vossas múltiplas reuniões, conferências e viagens, apesar dos sínodos periódicos, de vossa mal compreendida "colegialidade", a Igreja se encontra em uma crise tão terrível que nos dais a impressão de estardes empenhados em eliminar nos povos a própria religião.

Vossos seminários estão vazios; diminuem pavorosamente as vocações sacerdotais e para a vida religiosa. E, quando vemos o que, nesses seminários, se ensina e se permite aos pouquíssimos alunos, preferiríamos vê-los fechados ou convertidos em escolas de artesanato. Aumentam de dia em dia as deserções dos ministros do altar, de vossos sacerdotes, que, ao se darem conta de vossa traição à doutrina evangélica,

à tradição apostólica, à Igreja de dois mil anos, preferiram buscar no tálamo a fecundidade material, já que viram perdida sua fecundidade espiritual.

O Papa dispensa! O Papa dá a permissão! A Congregação para a Doutrina da Fé já autorizou os bispos e as Conferências Episcopais a facilitar e abreviar os processos para reduzir os clérigos insatisfeitos ao estado laical, com as necessárias dispensas, para que esses sacerdotes possam se casar; e não se dão conta de que todas essas facilidades são uma cumplicidade com o pecado, um aliciante à tentação do pobre sacerdote, que nunca deveria esquecer que seu caráter sacerdotal é indelével!

Não menos dura é a carta de Coluccio Salutati: "Quem não vê – escreve aos cardeais – que vós não buscáveis um verdadeiro Papa, mas tão somente um francês...". "Foi mau o terdes, por medo, eleito o Sumo Pontífice; pior o terdes confirmado o que fizestes; mas péssimo o terdes, depois de tudo, prestado a ele a devida reverência, confirmando assim vossa eleição passada. Foi torpe apresentar aos fiéis aquele que não era verdadeiro Pontífice como Vigário de Cristo; anunciá-lo com cartas, maior torpeza; mas torpeza suma, ocultar por tanto tempo a verdade. Foi perigoso fazer sentar na Sé aquele que não havia entrado pela porta; mais perigoso tolerar por tanto tempo o intruso, mas o sumo perigo está em opor agora um Pontífice a outro Pontífice".

Também estas palavras de Salutati, *mutatis mutandis* (mudando as circunstâncias de assuntos, tempos, lugares e pessoas), poderiam ser dirigidas a nossos hierarcas, que tomaram parte no Vaticano II e que continuaram aceitando depois as contínuas mudanças da Igreja, esquecidos de que uma coisa é o progresso, *in aedificationem Corporis Christi*, e outra coisa muito distinta é pretender fazer da religião algo evolutivo, instável e variável. Se se combina com a ideia da evolução universal, pode-se chegar a sistemas, mais ou menos coerentes, tais como o monista-materialista de Haeckel ou o teológico-lírico de Teilhard de Chardin; mas a doutrina de Cristo, a Verdade Revelada, perdida sua

estabilidade inabalável, passaria a ser uma mera elucubração da mente humana, que foge de Deus e da verdade.

Foi mau aceitar, já desde os começos do Concílio, a ideia de um Concílio cujos resultados se previam e com temor se esperavam; foi pior ter rechaçado o esquema devidamente preparado pelos teólogos do Santo Ofício; mas foi péssimo deixar nas mãos dos chamados peritos a direção equívoca que, desde o princípio, o Concílio Pastoral assumiu. Foi torpe querer abarcar em tão pouco tempo os ingentes projetos propostos pelos "peritos"; foi maior torpeza assumir, desde os princípios, essa atitude de "ecumenismo", de transação, de conluios; mas suma torpeza foi atrever-se a tocar o que já era intangível, o que a voz infalível do Magistério já antes havia definido. Foi perigoso convidar os "observadores" de outras religiões, que certamente não mostravam estar convencidos de seus erros e heresias; mais perigoso, colocar a Igreja Católica no nível das outras seitas que se dizem cristãs; mas o sumo perigo esteve e está em querer retificar agora as condenações definitivas de Concílios anteriores para facilitar assim, não a verdadeira união, mas um sincretismo religioso, que necessariamente acabará por destruir todas as crenças.

A essência da mentalidade pós-conciliar – como nos diz o Dr. Julio Garrido – "é a introdução da noção de mudança, de movimento e, portanto, de instabilidade em todos e cada um dos capítulos da teologia e em **todos e cada um** dos aspectos da vida religiosa". Sublinhamos ***todos e cada um***, porque a teologia católica e a vida religiosa estão tão bem travadas e constituem um edifício tão sólido e coerente que, assim como a alteração de suas partes fundamentais tem repercussões desastrosas sobre o conjunto do edifício, também o deixar incólume um só de seus elementos básicos permite reconstruir logicamente o edifício tradicional. E isto o sabem muito bem os "neoteólogos" e, por isso, todas e cada uma das partes do edifício foram objeto de seus ataques.

Se todas e cada uma das partes do edifício são atacadas, não nos encontramos diante de um novo edifício, mais bonito ou mais feio, mais ou menos certo, mas diante de um edifício em decomposição, no qual cada

uma de suas partes está desmoronando, e resulta um agnosticismo integral religioso, que guarda certa recordação de sua estrutura anterior, mas no qual nenhuma de suas partes tem consistência segura, já que está sujeita a muito variadas interpretações, a gosto de cada um dos que ainda, por costume, continuam se chamando "teólogos".

"O agnosticismo religioso integral – prossegue o Doutor Garrido –, encontra-se no polo oposto da religião católica. Não trata de discutir uma ou outra verdade, ou de pôr em dúvida algum dogma determinado, o que é próprio das heresias (que foram às vezes benéficas, pois permitiram precisar o pensamento ortodoxo). Não se trata tampouco de estruturar uma nova religião definida, mas da negação, dissimulada ou descarada, de toda verdade religiosa invariável."

"Seja qual for a autoridade que nos propusesse tais teses aparentadas com este agnosticismo religioso integral, sejam quais forem as razões aduzidas em prol desta nova visão, distinta da tradicional, não podemos senão dizer: esta não é a religião da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica; isto é algo diferente, e se a Igreja se equivocou durante vinte séculos, com que autoridade nos proporiam agora um grupo de neoteólogos inconscientes (ou de membros da Hierarquia doutrinariamente corrompidos) umas mudanças e umas variações que atentam contra o edifício estável e definitivo da doutrina católica?"

Até aqui o Doutor Julio Garrido, que em seu profundo raciocínio nos confirma na aplicação da carta de Salutati aos cardeais que iniciaram o cisma do Ocidente, que tão grandes danos trouxe para a Igreja. Voltemos a esse cisma. A divisão da Igreja era espantosa. O rei Carlos VI de França inclinou todo o peso de seu poderio em favor de Clemente VII, convencido, ao que parece, de sua legitimidade. Inglaterra, Alemanha e Itália, embora com divisão e dúvidas dos ânimos, estavam por Urbano, enquanto França, Castela e Aragão, com mais compacta conformidade, prestavam sua obediência a Clemente. Ao morrer Urbano VI, em 15 de outubro de 1389, reunidos em Roma, 14 cardeais elegeram legitimamente Papa a Pietro Tomacelli, que se chamou Bonifácio IX. E, do mesmo modo,

com a morte de Clemente VII, ocorrida em 16 de setembro de 1394, antes que a França pudesse intervir para impedir uma nova eleição, era eleito, após juramento de procurar a união por meio da renúncia, o espanhol Pedro de Luna, que, ao subir ao trono pontifício, persuadido de sua legitimidade, tomou o nome de Bento XIII.

Bento XIII não cria que a renúncia fosse o caminho apropriado para terminar o cisma; antes, confiava que em uma entrevista convenceria seu adversário, a quem chamava de "o intruso". A França queria, antes de tudo, a renúncia e, após uma embaixada dos duques de Berry, de Borgonha e de Orléans, que com este objeto enviou a Avinhão, retirou-lhe a obediência, no que foi imitada por Castela, ficando Bento XIII, na realidade, preso dos franceses. Bonifácio IX, tão persuadido em Roma de seu direito como Bento do seu em Avinhão, não tolerava a só ideia de renúncia ou de concílio.

Com esta atitude dos dois contendores ao papado, a França, por decretos de 28 e 30 de maio de 1403, viu-se obrigada a devolver sua obediência a Bento XIII. Bonifácio IX morreu em 1 de outubro de 1404. Seu sucessor, Inocêncio VII, reinou apenas quatro anos, e seguiu-o Gregório XII, com o mesmo compromisso de renunciar que tinha Bento XIII, se assim conviesse para a paz da Igreja.

Desde o princípio, havia-se pensado na França e na Espanha em um concílio que dirimisse a questão. Desejava-o, sobretudo, a Universidade de Paris, cujos membros, em especial o chanceler Pierre d'Ailly e seu discípulo Gerson, embora vissem a dificuldade de que nenhum Papa queria convocá-lo, pretendiam superá-la com a opinião errônea de que o poder do concílio estava acima do poder do Papa. Convocou-se, pois, um concílio, apoiado pela França; logo que houve cardeais de uma e outra parte, separados de seus respectivos Papas, nada mais fácil que recorrer a este meio. Em 1409, reuniram-se em Pisa, chegando a juntar-se ali 24 cardeais, muitos bispos e, sobretudo, muitos doutores. Depois de lamentáveis discursos sobre os crimes dos dois papas, creram-se com faculdades para depor ambos, os quais, ao mesmo tempo, protestavam e reuniam outros

sínodos em Aquileia e em Perpignan. Mas, embora fora da França, as outras nações, como tais, não tivessem aderido ao conciliábulo de Pisa, foi a desgraçada ideia de eleger um novo papa, Pietro Filargi, cardeal arcebispo de Milão, que tomou o nome de Alexandre V, o que complicou ainda mais a situação.

João XXIII, que sucedeu a Alexandre V em Roma, convocou um concílio geral em Constança. Começou-se dando a João XXIII as honras do papado, mas, desde que se sentaram, no início de 1415, os embaixadores de Gregório XII, já quase abandonado por todos, pensou-se em fazê-lo renunciar. Seus próprios cardeais, Guillaume de Fillastre e d'Ailly, propuseram-lho com a evidente razão de que era impossível que os partidários dos outros dois se conformassem em abandoná-los sem este sacrifício. A admissão dos doutores a votar, por proposta dos mesmos cardeais, desconcertou os planos de João XXIII, que foi deposto com igual direito com que fora eleito seu predecessor em Pisa. Enquanto isso, Gregório XII havia renunciado; mas Pedro de Luna, apesar de Sigismundo, rei dos Romanos, e o Rei de Aragão irem pessoalmente suplicar-lhe que renunciasse, conforme seus compromissos, não quis ceder nada da duvidosa autoridade de que estava revestido. Mas, abandonado por quase todos, o concílio procedeu a uma solene deposição do mesmo em 26 de julho de 1417. Para a nova eleição, combinou-se, após inacabáveis disputas, que aos cardeais se unissem seis delegados de cada nação ou grupo, alemães, espanhóis, franceses, ingleses e italianos, devendo o eleito reunir dois terços dos cardeais e dos eleitores de cada nação. Em 8 de novembro de 1417, entraram em conclave 23 cardeais e os outros 30 eleitores, e à tarde foi eleito o cardeal Ottone Colonna, o qual se chamou Martinho V. O cisma havia terminado.

Vemos, pois, que essa espantosa crise da Igreja, na qual desfilaram vários papas, e na qual houve momentos em que três eleitos distintos reivindicaram a sucessão legítima de Pedro, durou de 9 de agosto de 1378 até 8 de novembro de 1417. É evidente que, durante o cisma, a sucessão de Pedro, que Urbano VI havia recebido legitimamente em sua eleição, residiu unicamente nos Papas legítimos, seus sucessores, mas a situação

era tão caótica, que grandes santos e varões esclarecidos por sua ciência sustentaram proposições que se afastavam da doutrina revelada na tradição.

"No último terço do século XIV, precisamente na desditosa época do cisma – escreve o historiador Ludovico Pastor –, esta agitação alcançou seu período álgido na Alemanha; e não só no sul dela e nas comarcas do Reno, que haviam sido os dois principais focos da agitação herética da Idade Média, uma grande parte da população havia caído nos erros dos Valdenses, mas também estes haviam penetrado no norte e até o mais remoto oriente do império... O movimento revolucionário contra a Igreja e o clero, em muitos aspectos profundamente relaxado, que havia invadido as massas populares em diferentes províncias da Alemanha, foi ainda muito pouco investigado; o fato é que se ouviam vozes claras concitando a uma apostasia pública da Igreja, e a uma revolução social estreitamente combinada com ela. Uma crônica de Mogúncia refere, em 1401, que o que andava havia já tempo na boca de todos, havia se tornado então a consigna geral: 'Que era preciso surrar a canalha clerical'".

"A que desvios a oposição herética conduzia, mostra-o a seita panteísta do espírito livre, que agora apareceu de novo em diferentes lugares da Alemanha. Das atuações contra um adepto daquela seita, verificadas em Eichstätt, no ano de 1381... aparece claramente o terrível perigo que por este lado ameaçava toda ordem, tanto eclesiástica como social; pois aquele herege afirmava que, por uma ardente devoção e penetração dentro da divindade, havia alcançado tornar-se um com Deus, inteiramente perfeito e incapaz de pecar". E desta imaginária perfeição sacava o acusado consequências que são muito a propósito para justificar certas acusações dos escritores medievais contra os sectários de então, algumas das quais se haviam tido até agora por injustas e incríveis. Conforme a opinião de dito acusado, não só os mandamentos da Igreja, mas também as leis da moral comum, deixam de ser obrigatórias para os agraciados com o espírito de liberdade e perfeição. Mesmo os maiores delitos contra o sexto mandamento não são para ele pecado algum, enquanto sigam apenas o instinto da natureza; e a tal ponto se crê com o

direito de poder fazer ‘o que lhe desse vontade’ que declara ser-lhe permitido matar quem quer que se lhe oponha, ainda que fossem mil pessoas.

“De muito maior importância que os demais movimentos heréticos do mesmo gênero, violentamente reprimidos pela Inquisição, foi o sistema de João de Wiclef, morto na Inglaterra em 1384. Todos os erros que haviam aparecido entre os apocalípticos, os Valdenses, Marsílio e outros, juntaram-se na seita por ele fundada, a qual serviu de ponto de transição da antiga heresia para a nova direção herética universal do protestantismo. Sua doutrina fundamental era um exagerado realismo panteísta e um predestinacionismo, que ameaçava toda a moral. Tudo é Deus. Tudo é dominado por uma necessidade incondicional, até mesmo as ações divinas. Até o mal sucede por necessidade, e Deus força cada uma das criaturas agentes a todos e cada um de seus atos; assim, uns são predestinados para a glória e outros para a sua condenação; e a oração destes precitos não tem valor nenhum, enquanto aos predestinados nenhum dano lhes fazem os pecados, aos quais Deus os induz com necessidade. Sobre dita teoria da predestinação, Wiclef edifica sua Igreja; a qual é, para ele, a comunidade dos eleitos. Com isto, fica, em princípio, suprimida a Igreja como sociedade, e se converte em uma comunidade puramente interior dos espíritos, sem que ninguém possa saber quem pertence a ela ou não. Só é certo para a fé que em todo tempo existe a Igreja na terra, em algum lugar, ainda que, porventura, só em uns poucos pobres leigos, que moram espalhados em diversos lugares. O Papa, a quem Wiclef havia reconhecido, a princípio, ainda que condicionalmente, não lhe parecia, mais adiante, Vigário de Cristo, mas sim o anticristo; e a veneração que ao Papa se tributa – diz – é, por conseguinte, uma idolatria tanto mais abominável e blasfema, quanto por ela se atribuem honras divinas a um membro de Lúcifer, e a um ídolo muito mais abominável que um toco de madeira pintado, porquanto encerra em si tão grande maldade. A igreja – ensina mais adiante Wiclef – não pode ter nenhuns bens temporais e há de restituir-se à simplicidade dos tempos apostólicos; é preciso arrebatar-lhe toda possessão e senhorio. A Bíblia é a única fonte de fé; de nenhuma maneira a tradição. Nenhum superior, secular ou eclesiástico, tem

autoridade, se permanece endurecido em estado de culpa mortal. Adiante sempre em seus erros, Wiclef rechaçou as indulgências, a confissão, a extrema-unção, a confirmação, a ordem sacerdotal, e chegou até a atacar o ponto central de todo o culto católico: A Divina Eucaristia."

"Estas doutrinas, que encerravam em si uma revolução, não só das relações eclesiásticas, mas também das políticas e sociais, alcançaram rápida difusão na Inglaterra; numerosos discípulos, 'Sacerdotes Pobres' que Wiclef enviava, em oposição à 'Igreja rica e entregue ao diabo', espalharam seus erros por todo o país e, em um tempo relativamente curto, provocaram tal agitação contra os bens temporais da Igreja, contra o Papa e os bispos, que fez temer os maiores excessos."

Seu sucessor foi João Hus. Assim como os erros de Wiclef, as doutrinas do mestre de Praga "deviam necessariamente conduzir a uma revolução cujo fim não podia ser visto de antemão...". "Só os crentes; isto é, os partidários de Hus, tinham direito a possuir em propriedade, e ainda isto, só pelo tempo em que suas convicções estivessem conformes com as que dominavam no país. Não se necessitam muitas explicações para entender que tais teorias significavam a supressão de todo direito de propriedade, e para compreender quão espantosas consequências devia produzir a só tentativa de aplicar estes princípios (aparentemente derivados das doutrinas da religião cristã) como critério na constituição de uma nova ordem social. A posterior guerra dos hussitas recebeu, em grande parte, seu caráter extraordinariamente sangrento, precisamente da tentativa de realizar semelhantes teorias. Se, por uma parte, Hus declarava a guerra à ordem social, por outra parte, punha em dúvida toda autoridade pública, porquanto defendia a máxima wiclefista de que nenhum homem que persevere endurecido em pecados mortais pode ser senhor temporal, bispo ou senhor, 'porque então seu senhorio temporal ou eclesiástico, seu cargo ou dignidade, não recebem a aprovação de Deus'".

Não há, por acaso, uma semelhança, um certo paralelismo entre as doutrinas que hoje circulam e as de Wiclef e as de Hus? Não se assemelha o panteísmo destes dois hereges ao panteísmo de Teilhard de Chardin?

Não se antecipou Wiclef à "Igreja dos Pobres" dos tempos modernos? Não se adiantou ao protestantismo e ao modernismo liberal de nossa época, ao rechaçar a tradição como fonte de revelação? Não foi um dos postulados da reforma do Vaticano II o voltar à simplicidade dos tempos apostólicos, como pregava Wiclef? Não estamos vendo agora, como nesses antigos tempos de heresia, o menosprezo das indulgências, a eliminação da confissão sacramental, a solapada negação da Ordem Sacerdotal e a negação prática dos mistérios eucarísticos?

E, como então, estas doutrinas anticatólicas, dissolventes, heréticas encerram em si não só uma verdadeira revolução religiosa dentro da Igreja, mas também, eliminados os freios da consciência, da lei santa de Deus, e destruída a base de toda autoridade, essa revolução ideológica e religiosa tende a converter-se em uma revolução de ordem política e social, que necessariamente haverá de produzir um derramamento de sangue entre os oponentes. As guerras religiosas são sempre as guerras mais sangrentas e prolongadas. Por isso a guerra dos hussitas, na qual estavam envolvidas a propriedade e os direitos fundamentais do homem, foi tão cruel, tão violenta e tão extraordinariamente sangrenta. E, com o direito de propriedade, caiu o princípio de autoridade, que não subsiste quando o homem pretende suplantar com seus critérios absurdos e egoístas a base de toda autoridade, de toda lei, que só existe no reconhecimento sincero e profundo de nossa dependência total e absoluta do próprio Deus, nosso Criador, nosso Senhor e Dono.

Em verdade, ao ler sobre essa crise tenebrosa do grande cisma do Ocidente e ao comparar a situação atual que na Igreja vemos, encontramos, sem dúvida, muitos pontos parecidos, idênticos; mas a enorme diferença está em que, então, as autoridades eclesiásticas, por indignas e pecadoras que fossem, combateram energicamente essas heresias; jamais fizeram pactos com a iniquidade. Enquanto agora – e causa dor dizê-lo! – o mal está dentro; a infiltração é manifesta e a tolerância com os erros e heresias é considerada como um progresso nas ciências sagradas.

Por mais que queiramos dissimular esta verdade amarga; por muito que tratemos de encobrir a situação que hoje destrói a Igreja, temos que chegar às alturas; temos que reconhecer que, se o clero anda mal, se os seminários se converteram em focos de irreligiosidade e corrupção, deve-se não tão somente aos superiores desses estabelecimentos, mas ao descuido, à condescendência, à manifesta tolerância dos Bispos, já que um de seus mais sagrados deveres pastorais está em preparar, com a maior prudência, vigilância e solidez possível, os futuros sacerdotes, que hão de ser seus colaboradores hierárquicos em sua sublime missão da glória de Deus e da salvação das almas. E este descuido, este silêncio, esta condescendência, esta tolerância com que os prelados veem um ponto tão importante e transcendente; esta passividade diante dos erros que se pregam e se ensinam; este silêncio inexplicável de não falar quando devem fazê-lo; esse impedir a defesa da verdade; esse empenhar-se em crer que sua dignidade de bispos os faz "quase" infalíveis e impecáveis, ainda que suas injustiças, suas debilidades, suas secretas misérias devessem lhes provocar grandíssimos remorsos de consciência, pensando na conta que têm que dar a Deus, segundo aquelas terríveis palavras da Escritura: "Pois os que exercem poder sobre outros serão julgados com extremo rigor. Porque com os pequenos se usará de compaixão; mas os grandes sofrerão grandes tormentos. Que não excetuará Deus pessoa alguma, nem respeitará a grandeza de ninguém... se bem que aos mais grandes ameaça maior suplício" (Sab. VI, 6-8); toda essa autossuficiência com que, por serem bispos, se sentem incapazes de se equivocarem, de caírem em falta alguma contra a justiça e contra a caridade, contra a lei de Deus e a própria lei dos homens, deveria ser a preocupação constante de um governo eclesiástico que teme ao Senhor.

Eis aqui a grande responsabilidade do Papa Montini, supondo seu grande talento, sua habilidade política, sua boa e sincera vontade, ao não reprimir o mal quando pode e deve fazê-lo, quando sabe muito bem e tem plena consciência de que, quando Deus elege um homem para ser Papa, para ser o fundamento da Igreja, o sucessor de Pedro, o Vigário de Cristo na terra, ele deve, com sumo cuidado, com completa dedicação, dedicar-se totalmente ao cumprimento de seus altíssimos deveres, de cujo

cumprimento depende, no plano humano, a glória de Deus e a salvação das almas. A aparente timidez de Paulo VI, que muitos alegam como uma desculpa para seu governo desastroso, não é uma desculpa, é um agravante.

Não é contra a verdade católica, não é injuriar o Papa – supondo que seja um verdadeiro Papa –, não é presunção nem soberba estudar as mudanças que nos impuseram e que nos querem impor, contra a doutrina da fé, contra a tradição apostólica, contra os ditames de nossa própria consciência. Como nos diz em sua amável crítica de meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA" meu bom amigo Dom Nemesio García Naranjo y Elizondo, assinalando o ponto crucial da presente controvérsia: "O Pe. Sáenz critica outros muitos aspectos da conduta da Igreja nos últimos tempos. Choca-lhe a atitude ambígua de Paulo VI em problemas como o controle da natalidade e o celibato do clero. O resultado dessa ambiguidade foi que cada qual interpreta as normas como bem entende. Os crentes carecem agora do freio que antes tinham para reger sua conduta, ao mesmo tempo que frades e monjas facilmente pulam as cercas do claustro para se dedicarem – como diz com encantadora ingenuidade Dom Joaquín – 'a desfrutar dos deleites do tálamo'...". E, um pouco mais acima, escreve no mesmo artigo Dom Nemesio: "NÃO SE DEVE CONFUNDIR O MANDANTE COM O MANDATÁRIO, E É PRECISO DISTINGUIR ENTRE DEUS E SEU VIGÁRIO. DEUS NÃO É CRITICÁVEL, MAS O PAPA PODE SÊ-LO". "E, EM QUALQUER CASO, DEVE HAVER ALGUMA MANEIRA DE REMEDIAR O ABUSO OU A OMISSÃO DANOSA DO REPRESENTANTE".

Sim, há; sim, existem na Igreja, como o demonstra sua antiquíssima jurisprudência e a ciência de teólogos eminentes, várias maneiras para remediar o mal, quando a cabeça visível da Igreja, sujeita às humanas debilidades, ou aos compromissos adquiridos anteriormente, ou às pressões de forças estranhas e nocivas, descuida, ignora e se nega a cumprir seus mais altos deveres papais. O cisma do Ocidente, humanamente falando, não teria tido, ao que parece, solução, se não tivesse sido pela eleição espúria de Baltasar Cossa, o antipapa João XXIII,

e pela intervenção enérgica de Sigismundo, rei dos romanos. Deus escreve certo, como diria Santa Teresa, por linhas tortas.

Apesar de o conciliábulo de Pisa ter sido um fracasso por não ter sido convocado por um Papa legítimo, a opinião geral, diante do desespero da situação, continuava pensando que só um Concílio Universal poderia acabar com a perturbação das coisas eclesiásticas. Há um escrito, atribuído falsamente por alguns a Gerson, cujo provável autor é Dietrich von Nieheim e cujo título é: "Da maneira de unir e reformar a Igreja em um Concílio Universal", o qual, apesar das boas intenções que talvez tivessem seus promotores, nos está demonstrando a confusão ideológica que o cisma havia provocado nas consciências dos católicos. Dietrich, à maneira dos wiclefistas, distingue duas Igrejas: a particular e privada Igreja Apostólica, e a Universal, que, como comunidade de todos os fiéis, recebeu de Deus imediatamente o poder das chaves. "Esta Igreja Universal está representada pelo Concílio Universal, que está acima do próprio Papa, o qual tem a obrigação de lhe obedecer, podendo o Concílio limitar seu poder, despojá-lo de seus direitos e ordenar sua deposição. Se a existência da Igreja volta a ser posta em perigo", prossegue Dietrich, "a necessidade dispensa até mesmo os preceitos morais. O fim da unidade santifica todos os meios: a astúcia, a fraude, a violência, o suborno, o encarceramento, a morte; pois toda a ordem foi estabelecida para o bem da comunidade, e qualquer particular há de ceder ante o bem comum". E prossegue: "Enquanto não houver um imperador ou um rei dos romanos justo e severo, a quem todos devem obedecer, não só durará o cisma, mas havemos de temer que a cada dia se torne mais espantoso".

Tudo o que foi dito até aqui nos está demonstrando, em vários pontos de suma importância, a similitude que esse cisma tem com a atual situação, muito mais terrível e dolorosa, pela qual está passando a Igreja de nossos dias. Notemos alguns deles:

1. Na Igreja, apesar das promessas e da assistência de Cristo, e apesar também da ação do Espírito Santo, os homens que então a regiam, como os homens que a regem agora, os que representavam e representam a

Cristo podem, por suas paixões, por seus equívocos, pelas pressões estranhas, conduzir a Igreja a um estado caótico, no qual um pontificado tricéfalo dilacere a unidade, não tão somente da disciplina, mas dos próprios dogmas.

2. Humanamente falando, a crise do cisma não parecia ter remédio; e esta incerteza, este caos pernicioso, fazia com que varões como Gerson, de cuja ortodoxia e virtude não podemos duvidar, incorressem em erros muito graves na própria busca de uma solução urgente e decisiva.

3. Todos ou quase todos pensavam em um Concílio como a única solução viável para terminar aquele prolongado cisma, pensando que, estando, como estava, o mal na cabeça, a Igreja Universal, a obra de Cristo para a salvação dos homens, que evidentemente está acima da hierarquia e das prerrogativas que Ele quis lhe dar, que o próprio Divino Fundador instituiu para preservar e levar adiante sua obra Salvífica, deve haver um caminho, um meio seguro dentro da ortodoxia, no qual possam se compaginar e se salvar tanto a inerrância e a estabilidade da Igreja, como as prerrogativas com que Cristo enriqueceu a Pedro e a seus sucessores para o bem da Igreja Universal, como também os poderes que, dependentes de Pedro, o Divino Fundador concedeu aos bispos, sucessores dos Apóstolos no governo das Igrejas locais.

No caso do cisma de que vimos falando, se os três pontífices se tivessem obstinado em manter o que eles criam ser seus legítimos direitos; se, sobre os altíssimos interesses da glória de Deus, da salvação das almas e da própria existência da Igreja, tivessem todos e cada um defendido sua suprema hierarquia, que remédio se poderia ter excogitado no plano humano para restabelecer a unidade da Igreja, a paz nas consciências? Não faltaram os que pensassem em admitir a pacífica coexistência dos diversos papas, segundo as exigências e conveniências humanas; mas tal solução teria, indiscutivelmente, destruído a própria instituição de Cristo com novas “estruturas”, que necessariamente teriam que fazer uma completa transformação na Igreja de Deus.

A ideia do Concílio, em tão difíceis e perigosíssimas condições, não parecia, pois, de todo descabida, já que, sobre os homens que ocupam os postos de comando, está, sem dúvida alguma, a instituição e a permanência divina que esses postos supõem, segundo a intenção do Salvador, não em benefício dos homens que haveriam de ocupar esses postos de comando, mas para a conservação e o crescimento do Reino de Deus sobre a terra.

Evidentemente, em circunstâncias normais, a plenitude da Jurisdição e do Magistério, instituídos por Cristo, assim como a plenitude do Sacerdócio Hierárquico, reside no Papa legitimamente eleito. Mas, quando, como no grande cisma do Ocidente, havia três pessoas que disputavam ao mesmo tempo os direitos de uma eleição legítima, que remédio restava, humanamente falando, para salvar o Primado de Jurisdição e a supremacia do Magistério que Cristo confiou a Pedro e a seus legítimos sucessores, os Romanos Pontífices? Em tais circunstâncias, não parecia fora da ortodoxia congregar um Concílio, por aqueles que na Igreja têm ou tiveram a dignidade episcopal, como legítimos sucessores dos Apóstolos, para resolver este problema fundamental, sem que, por isso, a missão desse Concílio extraordinário pudesse ter outra atividade extra, por assim dizer, antes que tivesse declarado quem era o legítimo Papa, ou tivesse feito a eleição do legítimo Papa; e só então, restituída a unidade da Igreja sob um só pastor, este determinasse se o Concílio deveria continuar, para resolver outros problemas, ou se deveria ser suprimido.

4. "Sigismundo soube utilizar habilmente a disposição dos ânimos, que havia encontrado sua expressão geral no escrito de Nieheim; soube vencer também as grandes dificuldades que se opunham ao Concílio; e à sua infatigável e grandiosa atividade se deve agradecer principalmente a reunião daquela assembleia e o fato de que esta tenha sido tão frequentada... Foi João XXIII quem, em Lodi, assinou a bula de convocação para um Concílio Universal, prometendo ele mesmo assistir a ele. Sigismundo ganhou para o Concílio a Inglaterra, os Estados orientais da Europa e a maioria dos Estados Italianos. Na França, a Universidade de

Paris e a maioria dos prelados simpatizavam com o plano do Concílio; mas o Governo tomou a respeito dele uma atitude muito pouco complacente; Espanha e Escócia, que antes e depois se mostraram favoráveis a Bento XIII, e os partidários de Gregório XII na Itália se declararam, então, inimigos do Concílio."

5. Convocado o Concílio de Constança por Baltasar Cossa – o antipapa João XXIII, eleito e coroado em Pisa com a morte de Alexandre V, e por Sigismundo, rei dos romanos – é manifesto que, pelo menos em sua convocação e em seus princípios, não foi um verdadeiro Concílio. João XXIII, Papa ilegítimo, convocou este novo Concílio, consciente de sua situação insegura, esperando adquirir, por ser ele o convocador do Concílio e pelo auxílio de muitos prelados italianos, seus amigos, um certo direito à direção do mesmo. Para se assegurar de toda contingência de seus numerosos e potentes inimigos, nomeou, em 15 de outubro de 1414, o valente e ambicioso duque Frederico do Tirol como capitão-geral das tropas da Igreja, com um soldo anual de 6.000 ducados de ouro. Medida inútil, já que o ambiente de Constança esteve, desde o princípio, totalmente adverso à legitimidade de sua eleição e à sua própria pessoa, à qual se imputavam enormes delitos. O porvir do Papa João se apresentava cada vez mais sombrio, especialmente por um memorial entregue a alguns padres do Concílio, que continha as mais graves acusações contra o Papa de Pisa. Por medo de um processo judicial, formado contra ele pelo Concílio, prometeu solenemente restituir a paz da Igreja com uma renúncia incondicional ao papado, se seus oponentes, Gregório XII e Bento XIII, também o fizessem.

6. Entretanto, a linguagem do partido reformista era cada vez mais resoluta, e João, a quem seus espiões tinham perfeitamente informado de tudo, não se sentiu mais pessoalmente seguro. Temendo medidas violentas da parte de Sigismundo, e crendo finalmente que só uma resolução rápida e atrevida poderia salvá-lo, fugiu, na noite de 20 para 21 de março de 1415, para Schaffhausen, disfarçado de moço de estábulo e montado em um pequeno cavalo.

7. A fuga de João XXIII produziu uma grande comoção na assembleia de Constança. Nesse tempo de universal excitação, obteve a supremacia aquele partido que só cria factíveis a terminação do cisma e a reforma da Igreja por meio de uma limitação dos direitos papais. O Concílio Universal devia impor esta limitação e, por conseguinte, o Papa havia de se submeter então ao juízo do Concílio e, segundo o juízo de muitos, ficar definitivamente sujeito a ele.

2.1. SEMELHANÇA DESTA SITUAÇÃO COM A CRISE ATUAL

Mais uma vez, devemos ressaltar aqui a semelhança da situação caótica da Igreja, durante esses dias pavorosos do cisma do Ocidente, com as pretensões inauditas que os peritos do Vaticano II e vários dos próprios bispos tinham para a reforma, que eles julgavam inadiável, da Igreja pré-conciliar. Hans Küng, o teólogo cuja influência foi e é das mais perniciosas no Concílio, antes e depois dele, escreveu principalmente livros que causaram enorme sensação nos meios protestantes: "*Concile et Retour à l'Unité"* (O Concílio e o Retorno à Unidade) e "*Le Concile, Épreuve de l'Église*" (O Concílio, prova da Igreja). Em uma demonstração de franqueza, com intolerável presunção e jactância, o teólogo de Tübingen impugna todas as tradições, todos os dogmas, tudo o que há de mais precioso e sagrado em nossa religião: "Toda instituição", diz ele, "inclusive a mais santa (por exemplo, a celebração da Eucaristia), toda constituição (por exemplo, a preeminência do Papa), podem, no processo de formação e de deformação histórica, chegar a ser tais que tenham necessidade de uma reformação e, em consequência, devem ser reformadas e renovadas".

Küng pede ao Concílio, para que tenha êxito, "uma consciência radical somente no Evangelho, na perspectiva prática de nossa época e para nossa época". "O Concílio deve levar em conta as legítimas pretensões dos protestantes, dos ortodoxos, dos anglicanos e dos liberais". Regozija-se de que "João XXIII, pela primeira vez, depois de 400 anos,

tenha derrubado, de maneira decisiva, as barreiras da incompreensão, da passividade, do isolamento; e que tenha instaurado um ativo e vigoroso espírito de compreensão para com nossos irmãos separados". "A Igreja tem o direito de exigir grandes sacrifícios ao Ministério de Pedro (do Papa), se ela quiser recobrar sua unidade".

Küng quer que se fale mais dos deveres do Papa do que de seus direitos; e que se fale mais sobre os direitos dos bispos do que sobre seus deveres. O ministério apostólico dos bispos deve, diz ele, recobrar o espírito do Novo Testamento. "A inerrância do Papa se integra naturalmente na estrutura da Igreja".

Naquele tempo de universal excitação e perturbação inconcebíveis, durante esse prelúdio do Concílio de Constança, obteve a supremacia aquele partido que "só tinha por possível a terminação do cisma e a reforma da disciplina eclesiástica por meio de uma limitação dos direitos papais; o Concílio Universal devia impor esta limitação e, por conseguinte, o Papa havia de se submeter então ao juízo do Concílio e, segundo o parecer de muitos, ficar para sempre sujeito a ele".

Com estas resoluções, os de Constança queriam, como querem agora os "progressistas", estabelecer como suprema na Igreja uma potestade que não havia sido instituída como tal por Cristo, a potestade do Concílio, a colegialidade ou a corresponsabilidade que Suenens proclama.

Na mente de muitos dos Padres do Concílio Vaticano II, o plano era o de equilibrar os ensinamentos do Vaticano I sobre o Primado de Jurisdição e a supremacia do Magistério do Vigário de Cristo, com uma doutrina explícita da "colegialidade episcopal". O Papa tinha que ser menos Papa, e os bispos tinham que ser mais bispos. Assim como a doutrina do Primado Papal esclarece o direito do Papa para governar sozinho a Igreja Universal, assim também a "colegialidade" devia estabelecer o direito dos bispos para governar a Igreja Universal em união com o Papa. Era de se esperar que a "colegialidade" devesse ser

necessariamente interpretada de modo diverso pelos distintos grupos que se haviam formado dentro do Concílio.

Entre os aderentes da "Aliança Europeia", especialmente alguns teólogos, chegaram a propugnar por impor ao Papa a obrigação, em consciência, de consultar os bispos antes de tomar qualquer decisão nas grandes matérias. Tal decisão teria acabado definitivamente com a definição do Vaticano I e com a própria vida da Igreja, destruído seu fundamento.

No último dia da discussão, terça-feira, 15 de novembro, os cardeais moderadores anunciaram que, no dia seguinte, seriam apresentados por escrito quatro pontos, para determinar os quatro principais argumentos do capítulo 2 do esquema "A Igreja". A votação seria feita um dia depois. No dia seguinte ao anúncio, os moderadores tiveram que retratar seu aviso anterior, dizendo que a distribuição desses quatro pontos "teria lugar outro dia". Foi somente no dia 29 de outubro que os quatro pontos impressos foram finalmente distribuídos entre os conciliares.

No texto, perguntava-se aos Padres Conciliares se aprovavam que o capítulo 2 do esquema de Igreja declarasse:

1. Que a consagração episcopal era o mais alto grau do sacramento da Ordem Sacerdotal.
2. Que qualquer bispo, legitimamente consagrado e em comunhão com os outros bispos e com o Romano Pontífice, sua cabeça e princípio de unidade, fosse um membro do Colégio Episcopal.
3. Que este Colégio Episcopal é sucessor do Colégio dos Apóstolos, em sua missão de ensinar, santificar e conduzir as almas; e que este Colégio, juntamente com o Romano Pontífice, sua cabeça, e nunca sem ele (cuja primazia sobre todos os bispos e fiéis permanece completa e intacta), goza de pleno e supremo poder sobre toda a Igreja Universal; e
4. Que este poder pertence, por direito divino, ao Colégio de Bispos, unido com sua cabeça.

Uma nota anexa informava aos Padres do Concílio que os pontos anteriores deveriam ser postos em votação no dia seguinte. E advertia-lhes, ademais, que com seus votos os Padres Conciliares "nem aprovariam, nem rechaçariam nenhum texto" contido no esquema, já que essa votação não tinha outra finalidade senão "tornar possível à comissão teológica sondar os sentimentos da assembleia sobre os pontos propostos". A Comissão, por sua vez, segundo as regras do Concílio, expressamente se obrigava a "dar a devida consideração às intervenções individuais dos Padres do Concílio"; ainda mais, o texto do esquema, já corrigido, seria novamente submetido à votação dos Padres Conciliares, em uma Congregação Geral. Os "moderadores" acrescentavam que se haviam visto obrigados a dar este passo, a pedido de numerosos Padres Conciliares e também de muitas Conferências Episcopais.

Esta fraseologia, tão esmeradamente escolhida para expressar o sentido e o alcance da votação anunciada, nos está expressando, sem gênero de dúvida, que alguns influentes padres conciliares temiam, e com razão, que esse voto fosse usado pela poderosa ala liberal do Concílio, na comissão teológica, como uma razão para ignorar todos os argumentos, orais ou escritos, que contra ele pudessem ser apresentados da parte dos tradicionalistas. A votação, que teve lugar no dia 30 de outubro, foi uma brilhante vitória para a ala liberal. No primeiro ponto dos acima assinalados, os liberais alcançaram 2.123 votos, contra 34, dos conservadores. No segundo, 2.049 contra 104. No terceiro, 1.808 contra 336; e, finalmente, no quarto, 1.717 contra 408.

O Bispo Wright, atual cardeal e Secretário da Sagrada Congregação para o Clero, um destacado membro liberal da comissão teológica, expressou que aquela votação tinha suma importância porque era uma prova da esmagadora maioria dos Padres Conciliares que "participavam das tendências do Concílio em tão importante matéria".

Em 5 de novembro, pôs-se em decisão o esquema dos bispos e do governo das dioceses; e, pelo menos, seis dos Padres demonstraram dificuldade em entendê-lo, já que era palpável a ignorância que havia entre

os conciliares da própria noção de "colegialidade". No dia seguinte, o Cardeal Browne, da Cúria Romana, Vice-presidente da comissão teológica, disse que as objeções apresentadas no dia anterior careciam de base "porque a noção de Colegialidade não havia sido precisamente definida pelos teólogos da Comissão". Dois dias depois, o Cardeal Frings qualificou de "divertidas" as observações do Cardeal Browne. "Essas observações" – disse – "pareceriam implicar que a Comissão teológica tem acesso a verdades desconhecidas pelo resto dos demais Padres". "Essas observações", acrescentou, "perdem de vista o fato de que as comissões do Concílio foram estabelecidas unicamente para servir como instrumentos das Congregações Gerais e para executar a vontade dos Padres do Concílio."

Em outra parte de seu discurso, o mesmo Cardeal Frings pediu uma clara distinção entre a prática administrativa e judicial da Cúria Romana. "Esta distinção" – disse – "deveria aplicar-se também ao Santo Ofício". "Seus métodos, em muitos casos, já não correspondem às condições modernas e, como uma consequência, muitos são os que se escandalizam". A tarefa de salvaguardar a fé é extremamente dificultosa, acrescentou; mas, mesmo no Santo Ofício, "ninguém deveria ser julgado e condenado sem ter sido ouvido ou sem lhe dar uma oportunidade para corrigir seu livro e sua ação".

O Cardeal Ottaviani estava na lista dos oradores desse dia. Com a fortaleza que o caracteriza, com a clareza de pensamento que lhe é própria e com a solidíssima teologia que possui, disse em tom severo: "Eu devo protestar energicamente contra essas acusações que acabam de ser feitas contra o Santo Ofício, cujo Presidente é o Sumo Pontífice"; "essas palavras foram ditas com um absoluto desconhecimento – e não quero usar outra palavra para não ofender a ninguém – dos procedimentos do Santo Ofício". Explicou que todos os peritos das Universidades católicas de Roma eram sempre chamados para estudar com cuidado os diversos casos, a fim de que os cardeais que fazem parte da Congregação do Santo Ofício tivessem uma base para julgar conforme a verdade. Suas resoluções eram submetidas depois ao Sumo Pontífice para sua aprovação.

“No que se refere à votação ocorrida no Concílio, no dia 30 de outubro, foi ‘tão somente uma indicação do pensamento dos Padres Conciliares’”. É de se lamentar, disse o Cardeal Ottaviani, que os pontos votados tenham sido propostos pelos Moderadores sem terem sido previamente submetidos à Comissão Teológica, a única que tem competência sobre uma matéria relacionada com a fé. Esses pontos estão expostos com termos equívocos que deveriam ter sido esclarecidos. Em particular, o ponto sobre a “colegialidade” dá por certo a “existência do Colégio Apostólico”, do qual dizem que o presente Colégio de Bispos é o sucessor. “Mas este é um caso de confusão sobre a natureza da sucessão episcopal”. “É certo que os bispos são os sucessores dos Apóstolos, mas não são sucessores do Colégio Apostólico, porque o Colégio Apostólico, pelo menos como Colégio Apostólico, não existia em um sentido jurídico”. Não há senão um só exemplo de colegialidade entre os Apóstolos, o do Concílio de Jerusalém. Ninguém duvida de que em Jerusalém os Apóstolos atuaram colegialmente – disse Sua Eminência – “assim como ninguém duvida agora que os bispos aqui reunidos estão atuando como um colégio, com e sob a dependência do Papa”. As palavras de Cristo “apascenta minhas ovelhas, apascenta meus cordeiros” foram dirigidas somente a seu Vigário, e, portanto, “quem quer que deseje ser contado no rebanho de Cristo, deve estar sob o pastor universal assinalado por Cristo”. Não há exceção alguma a esta regra, ainda que sejam bispos.

O Arcebispo D’Souza, da Índia, atacou os Cardeais Browne e Ottaviani por estarem atuando como se os sintomáticos votos alcançados na votação de 30 de outubro “fossem totalmente nulos e inválidos, porque a ‘colegialidade’ dos bispos ainda não havia sido juridicamente estabelecida. Não parece isto como uma zombaria ao Concílio dizer que não há obrigação de levar em consideração o ponto de vista que 85 por cento dos Padres expressaram claramente por seus votos?” Parecia-lhe dificultoso ver como um pequeno grupo de bispos de todo o mundo, “disseminados em várias das Sagradas Congregações”, como os que haviam sido chamados para redigir o esquema sobre os bispos e sobre o governo das dioceses, pudesse ter alguma influência real sobre a Cúria

Romana, “quando 2.200 bispos de todas as partes do mundo, congregados em um Concílio Ecumênico, encontram dificuldades, em ocasiões, para resistir a certas pressões”. “O bem comum da Igreja”, prosseguiu o arcebispo, “seria grandemente promovido se um Senado, digamos assim, fosse formado por um grupo de bispos de diversos países, para reger a Igreja com o Sumo Pontífice”. Mas seria ainda mais desejável “se, por uma parte, o poder da Cúria Romana ficasse limitado e, por outra parte, os bispos recebessem todas as faculdades para o exercício de seu ofício, que lhes pertencem pela lei comum e pela própria lei divina”. A Sé Apostólica, disse, “reteria sempre aquelas coisas que são oportunas para toda a Igreja”.

2.2. A COLEGIALIDADE E SUAS DIVERSAS INTERPRETAÇÕES

Como se vê, a mais importante e dramática batalha do Concílio Vaticano II foi sobre o valor e o sentido jurídico da Colegialidade Episcopal. Era uma luta na qual, como indiquei antes, citando Hans Küng, se pretendia restringir, por uma parte, os poderes papais e ampliar, em troca, as faculdades episcopais. O drama foi causado pela controvérsia sobre a verdadeira e própria maneira na qual se devia entender a “colegialidade” no capítulo 3 da Constituição Dogmática sobre a Igreja.

a) Segundo o ponto de vista conservador, o colégio dos bispos não exercita seu supremo poder por direito divino, mas somente por direito humano. Isto significa que depende do Papa a participação do colégio episcopal no supremo poder, por exemplo, ao convocar o Pontífice um Concílio Ecumênico. Segundo esta opinião, o Papa, e somente o Papa, tem, por direito divino, o poder supremo sobre toda a Igreja Universal.

b) Segundo a extrema opinião oposta, defendida e promovida por alguns dos mais liberais dos Padres, o único sujeito do supremo poder na Igreja era o Colégio Episcopal com sua cabeça, que é o Papa. O Papa podia exercer este supremo poder; mas, ao fazê-lo, ele o faria como cabeça

do Colégio Apostólico, ou, em outras palavras, ele seria um mero representante do Colégio Apostólico. Em consciência, estava obrigado a pedir a opinião do colégio de bispos antes de fazer nenhum pronunciamento, porque, representando o Colégio, estava obrigado a expressar o pensamento do Colégio.

c) Um terceiro grupo, considerado como o dos moderados, tinha a opinião, que era também a do Papa e a de muitos liberais, de que o Papa pessoalmente era o sujeito do supremo poder na Igreja, e também os bispos colegialmente, quando estavam unidos com sua cabeça, que é o Papa. Nesta hipótese, o consentimento do Papa era necessariamente um elemento essencial e constitutivo do supremo poder do Colégio. Em outras palavras, o Papa possui o supremo poder por direito divino e está sempre em liberdade para usar este poder; enquanto o colégio episcopal possui este supremo poder também por direito divino, mas não está em liberdade para usá-lo sempre. Já que o colégio está obrigado a agir com sua cabeça e sob sua cabeça, o Papa; pelo que depende do Papa no uso desse supremo poder. Desta maneira, fica a salvo a unidade da suprema autoridade na Igreja.

Paulo VI, primeiro como sacerdote, mais tarde como Cardeal Arcebispo de Milão, havia estudado com sumo empenho tanto a estrutura hierárquica da Igreja como o problema da "colegialidade". Como Papa, teve que encarar a última literatura teológica e as contendas que sobre este importantíssimo ponto circulavam nos meios conciliares, nesta matéria. Nos arquivos oficiais do período preparatório do Concílio, pode-se encontrar seu nome nos documentos que pediam uma determinação dos poderes e carismas próprios dos bispos no governo da Igreja, segundo a vontade de Cristo. Já Papa, ele deu a conhecer à comissão teológica seus pontos de vista e ficou com a impressão de que dita Comissão participava de sua maneira de ver as coisas.

A Colegialidade foi discutida amplamente nas sessões de estudo e nas Congregações Gerais, durante a segunda sessão, em 1963. A Comissão Teológica estabeleceu uma subcomissão sobre este tema da Colegialidade;

a qual subcomissão trabalhou tão rapidamente que, em 6 de março de 1964, o texto revisado sobre a "colegialidade" estava terminado. Pouco depois, foi apresentado ao Papa Paulo VI, que não ficou satisfeito, mas, em 19 de maio de 1964, apresentou ao Secretário-Geral algumas sugestões que ele desejava que fossem levadas em consideração pela Comissão Teológica, deixando, no entanto, a dita Comissão em liberdade para adotá-las ou rechaçá-las na próxima sessão plenária, que devia ter lugar no dia 5 do mês seguinte.

Em 27 de maio, o Secretário-Geral escreveu ao Pe. Benjamin Wambacq, Secretário da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos, em nome do Papa Paulo, pedindo-lhe uma resposta urgente a duas perguntas. A primeira era se, segundo a Pontifícia Comissão, podia ser provado pela Escritura o seguinte texto do esquema: "Assim como, por vontade do Senhor, São Pedro e os outros Apóstolos constituíram um só Colégio Apostólico, assim, de modo semelhante, o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, e os bispos, como sucessores dos Apóstolos, estão unidos". Em resposta, a Pontifícia Comissão, em uma reunião em 3 de junho, afirmou que a primeira parte da afirmação (Assim como por vontade do Senhor, São Pedro e os outros Apóstolos constituíram um só Colégio Apostólico) pode ser provada pela Sagrada Escritura; mas o resto da afirmação (Assim, de modo semelhante, o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, e os bispos, como sucessores dos Apóstolos, estão unidos em um colégio) não pode ser provado somente pela Sagrada Escritura.

A segunda pergunta era se se podia dizer, pelos trechos da Escritura mencionados na seguinte afirmação, que o ofício de ligar e desligar, que foi dado a Pedro (Mat. XVI, 19), foi dado também ao Colégio dos Apóstolos, unidos com sua cabeça (Mat. XVIII, 18). A Comissão Bíblica respondeu que nos dois trechos o poder de ligar e desligar parece ser o mesmo, mas disto não se segue que o poder seja "supremo e completo sobre toda a Igreja", como o esquema parece indicá-lo, em ambos os casos.

Quais são as relações que existem, segundo a expressa vontade de Jesus Cristo, entre a jurisdição de Pedro e a Jurisdição do Colégio Apostólico? Na perícope de São Mateus, Cristo promete somente a Pedro a potestade ou jurisdição que mais adiante há de conceder a todo o Colégio Apostólico, incluindo também a Pedro. Pedro tem, pois, enquanto Pedro, sozinho e independente, o que tem também enquanto membro do Colégio Apostólico. O Colégio Apostólico não pode prescindir de Pedro; mas Pedro pode exercer sua autoridade suprema independentemente na Igreja, sobre todos os membros que a integram e até mesmo sobre os demais Apóstolos. O Colégio Apostólico não está nem pode estar acima de Pedro, porque, se deixamos de lado Pedro, já não existe este Colégio Apostólico; nenhum membro do Colégio Apostólico, com exceção de Pedro, tem jurisdição sobre outro dos membros, a não ser que lhe tenha sido delegada, pelo menos implicitamente, por Pedro; e, mesmo então, permanece em pé a última apelação à sentença definitiva de Pedro.

No entanto, mesmo sendo tão grande o poder de Pedro sobre toda a Igreja, não é ilimitado, nem independente: como todo poder humano legítimo, está sempre limitado pela lei de Deus, pela vontade santíssima de Deus. Convém também insistir, como já o fizemos antes, em um ponto importantíssimo, que dá o sentido e o valor aos poderes de Pedro e de seus sucessores: essas prerrogativas, dadas pelo Salvador a Simão, estão encaminhadas não a seu próprio benefício, mas ao bem-estar, à conservação e ao crescimento de sua Igreja. Simão, o filho de João, morreu como morreu Pio XII, João XXIII ou qualquer Papa; mas não morreu, nem pode morrer Pedro: o Papado, o fundamento da Igreja, aquele que tem as chaves do Reino dos Céus, aquele que tem a plenitude independente e universal da jurisdição sobre a Igreja Universal, o Vigário de Cristo, o Papa, o sucessor perene de Simão, o filho de João, embora todos os seus altíssimos poderes estejam sempre, ou devam estar sempre, sob a dependência de Deus.

A resposta às duas perguntas que o Secretário-Geral fez ao Pe. Benjamín Wambacq, Secretário da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos, foi apresentada para sua consideração à Comissão Teológica, em

sua reunião de 5 de junho. A Comissão também discutiu as onze sugestões de Paulo VI, sete das quais se referiam à colegialidade. A Comissão incorporou oito das sugestões e uma parte de outra em seu texto. No que tocava às decisões da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos, a Comissão Teológica decidiu que não necessitavam de alteração alguma nos trechos relacionados com o esquema. O texto revisado foi aprovado por Paulo VI em 3 de julho, como base para ulteriores estudos, e enviado por correio aos padres conciliares.

Em 28 de julho, o Arcebispo Staffa, da Cúria, tinha preparado um longo estudo sobre os dois esquemas recentemente revisados sobre a Igreja e os bispos, estudo que fez circular entre todos os Padres do Concílio. Ao se referir às seções da "colegialidade" dos dois esquemas, expressou sua profunda convicção de que "essas proposições eram opostas ao ensinamento mais comum na Igreja, dos Santos Padres, dos Romanos Pontífices, dos Sínodos Provinciais, dos Santos Doutores da Igreja Universal, dos teólogos e canonistas. São também contrárias às normas que por séculos manteve a disciplina eclesiástica". O Arcebispo citou as obras teológicas do jesuíta italiano Pe. Giovanni Bolgeni (1733-1811), comentando que "as proposições fundamentais de Bolgeni e as do esquema sobre a Igreja eram substancialmente idênticas". Mons. Staffa julgou extraordinário o fato de que, depois de 140 anos, os princípios de Bolgeni, que teólogos e canonistas, havia tempo, haviam "unanimemente rechaçado como inaceitáveis e alheios à sólida tradição da Igreja", fossem agora, de repente, aceitos como as bases de um esquema conciliar. Segundo o Arcebispo, o esquema proposto privava o Papa de seu supremo e pessoal poder, e limitava seu Primado a servir como moderador dos bispos, já que, segundo o esquema, o supremo poder teria desaparecido no Papa.

No dia seguinte à abertura da terceira sessão, o Arcebispo Staffa apresentou uma lista de mais de setenta nomes aos cardeais moderadores, com a súplica de que lhe fosse permitido falar na assembleia geral, antes que começasse a votação do importantíssimo capítulo 3 sobre a colegialidade. Apelou ao artigo 57, seção 6, das Regras para o

procedimento no Concílio, segundo o qual, ainda que tivesse terminado a discussão sobre um tópico específico, o ponto de vista da minoria tinha o direito de "designar três oradores... a quem também se concederia o privilégio de falar por mais de 10 minutos", contanto que a súplica fosse feita em nome de, pelo menos, setenta padres conciliares. A petição do Arcebispo Staffa não foi, no entanto, concedida. Nova prova da intriga dominante no Concílio!

A votação do capítulo 3 ocorreu de 21 a 29 de setembro. Oito votações foram feitas sobre o artigo 22 da colegialidade e, em três votações separadas, foram recolhidos mais de 300 votos negativos. Em uma votação geral sobre todos os pontos da colegialidade, o resultado foi de 1.624 votos afirmativos, 572 afirmativos *iuxta modum* e 42 negativos. Muitas das observações expostas nos votos *"iuxta modum*" haviam sido preparadas pelo Grupo Internacional de Padres, entre os quais se encontrava o Arcebispo Staffa.

A subcomissão sobre a "Colegialidade", na Comissão Teológica, trabalhou com empenho, comparando estas qualificações com as outras e com o texto do esquema. O trabalho ficou terminado em um mês, pelo numeroso grupo de "peritos" que nele intervieram. Os membros foram: o Arcebispo Parente, da Cúria; o Arcebispo Florit, de Florença; o Bispo Schröffer, de Eichstätt; o Bispo Auxiliar Heuschen, de Liège; o Bispo Hermann Volk, de Mainz; o Bispo Auxiliar de Caracas, Henríquez Jiménez. Os "peritos" eram os Padres Rahner, Ratzinger, Salaverri, Schauf, Smulders, Thils, Betti, Dhanis, D'Ercole, Gagnebet, Lambruschini, Maccarrone e Moeller.

Antes que o trabalho estivesse completo, o Arcebispo Staffa e os dirigentes do Grupo Internacional de Padres souberam que suas observações haviam sido ignoradas pela subcomissão sobre a "colegialidade", enquanto outras, que todos criam de menor importância, haviam sido incorporadas ao texto. Então, o Arcebispo Staffa escreveu uma longa carta ao Papa, com data de 7 de novembro de 1964, da qual foram enviadas doze cópias aos doze membros mais ativos do grupo, cada

um dos quais passou o texto a outros doze Padres Conciliares, convidando-os a lê-lo e assiná-lo. Este projeto veio a ser chamado de a "OPERAÇÃO STAFFA". Como se rumorejou que o relatório da Comissão Teológica sobre a revisão do esquema já estava na imprensa, a coleta de assinaturas foi dificultada. A carta informava ao Papa que todos os que a haviam assinado estavam convencidos de que uma noção extrema de colegialidade estava contida no esquema e que eles se sentiam obrigados, em consciência, a votar contra ela. Acrescentava o Arcebispo Staffa que os Moderadores haviam ilegalmente impedido que se falasse sobre o assunto.

Ao receber a carta, Paulo VI ordenou uma investigação oficial sobre esta e outras violações alegadas no procedimento do Concílio, e passou à Comissão Teológica, em uma carta, os diversos pontos de vista teológicos para sua devida consideração. Entrementes, trinta e cinco cardeais e cinco Superiores-Gerais das famílias religiosas mais numerosas haviam também escrito ao Papa, afirmando que, embora o texto da colegialidade no esquema tivesse a aparência de expressar os pontos de vista do partido liberal moderado, era, na realidade, ambíguo e podia dar ocasião a que, depois, fosse interpretado conforme os critérios do grupo mais fanaticamente liberal. O Papa achou difícil crer nisso e respondeu com uma carta ao cardeal cujo nome encabeçava a lista, atacando os argumentos expostos na carta. Depois disso, o Cardeal, acompanhado de alguns Padres de seu grupo, foi ver pessoalmente o Papa para lhe explicar as graves e sólidas razões que haviam dado base a seu grupo para essas suspeitas. Mas o Papa não agiu, mas manteve-se passivamente.

O Cardeal sugeriu que se permitisse aos teólogos de seu grupo debater o assunto, na presença do Santo Padre, com os teólogos do grupo contrário. Mas tampouco a isto quis aceder o Pontífice. No entanto, ele pediu ao Cardeal o nome de seus teólogos e, quando Sua Eminência nomeou três, o Papa, visivelmente, perturbou-se, já que eles eram muito conhecidos e eram muito estimados pelo próprio Papa Montini. Mas, nem então Paulo VI fez nada, pensando que o texto da "colegialidade" já havia sido aceito por mais da maioria requerida. Antes de contar os votos, disse, os Padres do Concílio certamente deram ao problema uma profunda

consideração e estudo, e, sem dúvida, também pediram com intensa oração a luz do céu. O cardeal se desculpou por expressar sinceramente que ele não partilhava dos mesmos sentimentos nem ideias do Papa; mas o Pontífice, não obstante, nada fez, pela grande fé que tinha na Comissão Teológica.

Foi então que um dos mais extremistas entre os liberais cometeu o erro de se referir, por escrito, a alguns dos trechos ambíguos, que poderiam ser interpretados em sentido oposto ao que, à primeira vista, os da Comissão pareciam querer dar-lhes, depois do Concílio. Este papel caiu nas mãos do anteriormente mencionado grupo de Cardeais e Superiores-Gerais de Ordens Religiosas, cujo representante o levou ao Papa. Paulo VI, admitindo, enfim, que havia sido enganado, curvou-se e começou a chorar. Que remédio pôr a esta situação inesperada e comprometedora? Dado que o texto do esquema, embora ambíguo e equívoco, não continha uma afirmação positivamente falsa, essa ambiguidade poderia ser eliminada acrescentando-se ao texto uma frase cuidadosamente explicativa. Esta foi a origem da nota preliminar explicativa acrescentada ao esquema.

Em 10 de novembro de 1964, o Papa Montini deu, sem demora, instruções ao Secretário de Estado para que escrevesse uma carta, indicando que ainda havia alguns pontos no esquema que deviam ser mais precisamente expressos. Em particular, Paulo VI desejava que se expressasse claramente a necessária e essencial condição, para a autoridade do Colégio de Bispos, do consentimento do Sumo Pontífice. Incluídas na carta havia, ademais, outras indicações de mudança, que tornariam o texto mais claro e que, por insistência de Paulo VI, deviam também ser incorporadas ao texto, antes que ele lhe desse seu apoio e promulgação. E para evitar, em absoluto, qualquer interpretação errônea da colegialidade, a Comissão Teológica devia preparar uma "Nota" preliminar explicativa, como introdução a este particular capítulo.

As correções indicadas pelo Pontífice já haviam sido pedidas por numerosos Padres Conciliares à Comissão, sem que essas demandas

obtivessem nenhuma resposta satisfatória. A indicação papal fez com que as mudanças sugeridas fossem incorporadas ao texto. A nota foi redigida e enviada ao Papa, que, depois de algumas correções, deu-lhe sua aprovação. Em 14 de novembro, o escrito contendo as indicações submetidas pelos Padres do Concílio ao capítulo 3, assim como as respostas da Comissão Teológica e a "Nota Explicativa", foi distribuído na Aula conciliar. Acreditou-se que a Nota era uma adição espontaneamente feita pela Comissão, já que dita Nota começa assim: "A Comissão decreta que as seguintes observações gerais devem ser levadas em conta para a correta interpretação de todo o texto".

Nas 48 horas que se seguiram, houve grandes discussões entre os Padres Conciliares e os "peritos" a respeito da significação da "Nota" anexa. Alguns sustentavam que dita Nota havia mudado o ensinamento mantido no esquema. Outros, pelo contrário, opinavam que, dado que essas explicações estavam redigidas como uma nota e não no texto, não mudavam em nada o sentido original do texto. No dia 16 de novembro, o Secretário-Geral, dirigindo-se a todos os Padres, fez três importantes anúncios:

1. No primeiro anúncio, disse que alguns Padres haviam se queixado à Autoridade Superior porque, na discussão e na votação sobre o capítulo 3 do esquema de Igreja, as regras que deveriam ter governado o procedimento não haviam sido observadas; muitos dos mesmos Padres estavam cheios de inquietude e haviam apresentado certas dúvidas sobre a doutrina exposta no capítulo. A matéria havia sido cuidadosamente examinada, acrescentou, e os Padres Conciliares podiam ter plena confiança de que nenhuma regra havia sido violada nos procedimentos. As dúvidas apresentadas sobre a doutrina do capítulo 3 haviam sido cuidadosamente examinadas pela Comissão Teológica.

2. O segundo anúncio referiu-se ao assentimento que todos os membros da Igreja, segundo se esperava, deveriam dar ao ensinamento contido neste capítulo. Este ensinamento, segundo este anúncio, não deveria ser considerado como uma definição infalível ou um dogma de fé,

mas deveria ser recebido como o supremo ensinamento da autoridade da Igreja.

3. O terceiro anúncio foi o seguinte: “Finalmente, os Padres ficam desde agora cientes, pela SUPREMA AUTORIDADE, de uma Nota Preliminar Explicativa sobre as qualificações do capítulo 3 do esquema sobre a Igreja. A doutrina contida neste capítulo deve ser explicada e entendida segundo o teor e o significado desta ‘Nota’...”. O Papa explicitamente estendeu a interpretação da nota a todo o capítulo terceiro, e não só às suas qualificações. Com esta NOTA, embora seja uma nota, embora não esteja propriamente incluída no texto, havia-se salvado a doutrina de fé, definida no Concílio Ecumênico Doutrinal, não pastoral, do Vaticano I.

Se analisarmos esses três anúncios do Secretário-Geral à luz dos fatos precedentes, devemos dizer que tais declarações não estão de acordo com a verdade objetiva. A afirmação do Secretário implicava ou parecia implicar duas coisas:

a) que Mons. Staffa e os Padres que com ele se queixaram ao Pontífice estavam objetivamente mentindo, seja por torcidas intenções, seja por falta de compreensão aos passos dados pela Comissão e pelos Moderadores. b) Se as dúvidas apresentadas haviam sido, como disse o Secretário, maduramente estudadas e ponderadas, parece que esse exame tão maduro, em sua objetividade, carecia da ciência necessária para dar um juízo correto sobre tema tão importante, no qual pareciam estar em conflito os dogmas definidos no Vaticano I e a doutrina que agora queria proclamar – não infalível, nem dogmaticamente – o Vaticano II.

A doutrina proposta no esquema sobre a “colegialidade” não é, segundo advertiu o Secretário, nem uma definição infalível, nem um dogma de fé. Então, pergunto, que valor tem? “Deve ser recebida como o supremo ensinamento da autoridade da Igreja”. Acaso o supremo ensinamento do Magistério não é a doutrina de fé divina ou de fé eclesiástica? Que obrigação impõe aos católicos admitir este supremo ensinamento? Se a Comissão Teológica ainda não nos havia dado a noção

precisa da "colegialidade", se os próprios membros da Comissão não tinham o mesmo conceito sobre este tema tão ardorosamente discutido, podiam, com razão, esperar que "todos os membros da Igreja" recebessem, como "o supremo" ensinamento de nossa religião, uma doutrina que, por um lado, não tem uma base clara na Escritura e, por outro, pode ter e, de fato, teve e tem, diversas interpretações que explicitamente não haviam sido nem definidas nem condenadas?

Paulo VI, ainda que tarde, deu-se conta da armadilha que o "progressismo" lhe havia preparado para, com o pretexto de declarar a "colegialidade", destruir praticamente o Primado de Jurisdição e a Supremacia do Magistério dos sucessores de Pedro. Por isso, ainda que fora do texto, pôs essa "Nota" preliminar explicativa, que, segundo sua expressa vontade, devia abranger todo o capítulo 3 do esquema de Igreja. A doutrina contida neste capítulo deve ser explicada e entendida segundo o "significado" e o teor desta "NOTA".

É de se lamentar que a doutrina exposta na NOTA, a qual não era outra senão a doutrina definida como de fé no Vaticano I sobre as prerrogativas dos sucessores de Pedro, não tenha sido reestruturada e adequadamente esclarecida em uma nova redação do esquema; é de se lamentar que em uma Nota preliminar se tenham exposto os dogmas fundamentais de nossa fé, que são os que delimitam e precisam o único valor que para nós tem a "colegialidade episcopal", que destruiu em muitos casos a unidade da Igreja e fez com que muitos bispos – como nosso tão conhecido Bispo de Cuernavaca – se sentissem quase Papas, já que consideram o Papa como "*primus inter pares"*, o primeiro bispo entre os iguais Bispos.

2.3. A DOUTRINA A SALVO... MAS, E AS CONSEQUÊNCIAS?

É indubitável que a discussão sobre a "colegialidade" foi uma das mais agitadas e perigosas do Vaticano II. O "ecumenismo", a "união com

as seitas separadas", um dos principais, se não o principal objetivo desse Concílio Pastoral, tropeçava, como um dos mais graves obstáculos para a "união" dos protestantes com a Igreja Católica ou, melhor dizendo, para a união da Igreja Católica com as seitas protestantes no "Conselho Mundial das Igrejas", entre outros pontos fundamentais de nossa fé católica, com o Primado de Jurisdição e a Supremacia do Magistério do Romano Pontífice. Era necessário, pois, eliminar ou debilitar, pelo menos, esses dogmas católicos, fundados na Escritura e na Tradição. A "colegialidade", a existência na Igreja de um Corpo Episcopal, cuja cabeça, se se quiser, é o Papa, mas do qual são partes integrantes e iguais todos os bispos, punha o Papa, se quiserdes, em uma primazia de honra, em um centro de coordenação, em uma espécie de Secretário-Geral, como o que usam no "Conselho Mundial das Igrejas" entre os protestantes; mas não como Cabeça suprema da Igreja.

A Operação Staffa, como, com ironia, designaram os "progressistas" a atuação deste sábio e valente defensor da fé e da verdade católica, não obteve, ao que parece, os resultados buscados para salvar, em ponto tão básico e importante, a doutrina essencial do Romano Pontífice. O Papa contentou-se em ordenar uma investigação oficial sobre estas e outras violações nos procedimentos do Concílio. A tática seguida pelos "peritos" havia sido hábil, sem dúvida; redigiu-se e pôs-se em votação um esquema em extremo escabroso e de suma transcendência, sem começar por precisar e definir a própria noção do que a Comissão entendia por "colegialidade". E assim se fez, de um modo global e impreciso, a votação geral sobre o esquema preparado habilmente pela Comissão, com fins evidentemente partidários.

Já antes, fizemos ver os diversos sentidos que, nos diversos grupos, tinha ou pretendia ter a palavra "colegialidade". Segundo o definido como dogmas de fé no Vaticano I, nada se poderia acrescentar, neste conceito, que, no mínimo, diminuísse as prerrogativas próprias e exclusivas de Pedro e de seus sucessores. A ideia de "Colégio", fora da união e dependência dos bispos com respeito ao Papa e da jurisdição participada que têm em suas dioceses, não tinha, nem podia ter, valor jurídico nenhum

no que se refere à Igreja Universal. O Bispo é em sua diocese o que o Papa é em toda a Igreja, cuja unidade se afirma na dependência ou comunhão com o Romano Pontífice, dos bispos, sacerdotes e fiéis. Nos próprios Concílios Ecumênicos, onde se realiza de uma maneira mais tangível a ideia de "Colégio" e de "colegialidade", não se rompe, nem diminui, no mínimo, a dependência de todos os membros conciliares com respeito ao Papa.

Mas o "progressismo", o "reformismo imperante", pretendia reagir contra o que eles chamavam de "centralismo papal", buscando na vaga ideia de "Colégio Apostólico" uma participação real de todos os bispos no governo universal da Igreja e nos poderes e prerrogativas do Sumo Pontífice. Esta é a ideia extrema e herética do cardeal Suenens, que, levada à prática, teria destruído o que o Vaticano I havia definido a respeito do Romano Pontífice como dogmas de fé irreformáveis em seu sentido e expressão, e teria também destruído a própria Igreja de Deus.

O esquema, tal como havia sido redigido pela Comissão, havia sido aprovado por Paulo VI antes de sua primeira votação. O Papa Montini, apesar da teológica carta de Mons. Staffa e do documento redigido pelos 35 Cardeais e Superiores-Gerais de algumas Ordens religiosas, no qual advertiam ao Pontífice que o texto sobre a "colegialidade", globalmente votado, tinha uma marcada tendência revolucionária, ou, pelo menos, ambígua, que, a longo prazo, se prestaria a interpretações radicais e destrutivas depois do Concílio, não pareceu aceitar estas fundamentais advertências. O esquema parecia continuar contando com a aprovação e o apoio de Paulo VI. Nem a visita pessoal do Cardeal que encabeçava a carta; nem as amplas explicações que, em nome próprio e de seus representados, deu ao Pontífice; nem os sólidos argumentos expostos nas cartas de Mons. Staffa e dos Cardeais e Superiores-Gerais de algumas Ordens religiosas fizeram Paulo VI mudar aquela que parecia ser sua decisão terminante.

Foi ingenuidade? Foi falta de visão? Foi participação consciente, consigna dada pelo Papa Montini de uma projetada reforma a esta

estrutura fundamental da Igreja e de sua Hierarquia, tal como havia sido instituída por seu Divino Fundador, Jesus Cristo? Esta é uma interrogação difícil de responder de uma maneira categórica e certa. Mas o que o fato histórico nos demonstra é que o Papa Montini não é fraco, nem indeciso, como pensam alguns, mas, pelo contrário, sabe muito bem o que busca e os meios pelos quais pode levar seus planos adiante, deixando cair a responsabilidade de suas decisões sobre as maiorias episcopais, em um plano democrático.

Por que, tratando-se de um assunto tão importante e transcendental, relacionado com a própria essência da Igreja, Paulo VI se negou a que os teólogos de ambos os grupos discutissem em sua própria presença sobre seus opostos pontos de vista? Por que se perturbou ao ouvir os três primeiros nomes que o Cardeal lhe deu dos teólogos do grupo antiprogressista, que iriam impugnar o esquema votado? Por que recorreu à afirmação de que o texto da "colegialidade" já havia sido aceito por uma esmagadora maioria, maior que a necessária, se o Papa Montini sabia muito bem que essa primeira votação – como foi expressamente declarado aos Padres Conciliares – não tinha um valor definitivo, mas tão somente exploratório? Mesmo admitindo a muita consideração e muita oração que Paulo VI cria que os padres tiveram antes de votar sobre tema tão grave, não parece uma razão convincente para se negar a essa disputa, na qual deveria se esclarecer esse tema de incalculável transcendência, no qual se debatia o porvir e até mesmo a existência da Igreja.

O que providencialmente veio a salvar tão delicada situação foi a imprudente jactância de um dos extremistas nas fileiras do progressismo, que expressou antecipadamente a interpretação herética que eles pensavam dar ao texto votado, uma vez que o Concílio tivesse terminado. Esse papel caiu nas mãos do anteriormente mencionado grupo de Cardeais e Superiores de algumas Ordens religiosas, cujo representante o levou pessoalmente a Paulo VI.

Diante da evidência da prova, qual foi a solução excogitada pelo Pontífice? Nem mesmo então deu o braço a torcer. A seu juízo, já que o

texto do esquema não continha nenhuma afirmação falsa, mas tão somente termos ambíguos, pensou que, conservando o texto original, poderia acrescentar uma explicação, uma "NOTA", cuidadosamente redigida, que eliminasse toda interpretação torcida. Esta solução é, penso eu, uma nova prova de qual era, desde o princípio, a mentalidade do Papa Montini neste gravíssimo assunto. A ambiguidade era quase geral em todo o texto, ou, pelo menos, em suas partes mais delicadas e perigosas; não parece que uma NOTA PRELIMINAR EXPLICATIVA fosse suficiente para pôr todos os pontos sobre os is. Por que não refazer todo o esquema? Por que não assentar, como base principal de todos os outros pontos, a doutrina já definida no Vaticano I, doutrina que todos os católicos temos que aceitar, sob pena de eterna condenação? Por que deixar uma porta aberta para que os inimigos, em qualquer tempo, possam insistir em suas demandas?

É verdade que na carta que, por instruções de Paulo VI, o Secretário de Estado enviou ao Cardeal Ottaviani, além da "NOTA", pedia-se que alguns outros pontos do esquema fossem com maior precisão expressos. Mas, com maior razão, pergunto: por que não refazer todo o esquema e não querer, com esses remendos, salvar a doutrina em ponto tão transcendental, quando é a voz de um Concílio que fala?

O Secretário-Geral do Concílio fez três famosas declarações a todos os Padres, incluindo a Presidência do Concílio e os Cardeais moderadores. As duas primeiras, sem nomear o Arcebispo Staffa, referiam-se à carta que este Prelado dirigiu a Paulo VI em 7 de novembro. Segundo o Secretário-Geral, não havia havido nenhuma violação às regras diretrizes do Concílio. As dúvidas concernentes à doutrina exposta no capítulo terceiro já haviam sido entregues, para serem devidamente examinadas, à Comissão Teológica, pela segunda vez.

Aqui parece haver certa contradição na resposta: se não houve violação, se as dúvidas propostas pelos padres não tinham peso suficiente para serem discutidas, por que mandá-las à Comissão Teológica para serem novamente revisadas? Acaso, sem ouvir os queixosos, podia a dita Comissão Teológica dar uma resposta satisfatória a todos? Um estudo

completo e sólido dessa Comissão não poderia ser feito – assim parece – sem um diálogo, uma discussão dos "peritos" da Comissão Teológica com os Padres inconformados com a redação do documento, onde toda ambiguidade fosse totalmente eliminada.

Mais surpreendente foi a segunda advertência do Secretário-Geral: "O ensinamento, segundo esta notificação, deste capítulo não era uma definição infalível; não era um novo dogma, mas era um ensinamento que devia ser aceito por todos como o ensinamento da Suprema autoridade da Igreja". Eu sei – como já expressei em outras partes – que há duas classes de ensinamentos do Magistério da Igreja (Papa ou Concílio): o extraordinário, que é a definição de um dogma novo, o qual é sempre infalível; e o ordinário, o qual só é infalível quando se refere a verdades já dogmaticamente definidas anteriormente por Papas ou Concílios, ou a verdades que a Igreja sempre e em toda parte ensinou. Esse "ensinamento da Suprema autoridade da Igreja" de que nos fala o Secretário-Geral, supomos que se refere ao ensinamento do Papa Montini, que ele mesmo nos adverte, pela boca do Secretário-Geral, não ser "infalível", isto é, que pode se equivocar; que não é uma definição dogmática de nenhum Papa, nem é uma doutrina que a Igreja sempre e em toda parte tenha ensinado; mas que deve ser aceita, porque é da Suprema Autoridade do Magistério, embora ele mesmo reconheça que não está usando essa suprema autoridade em uma nova definição, nem se está apoiando em definições anteriores de Papas ou Concílios, nem em um ensinamento tradicional e universal da Igreja de Cristo. E mais inquieta ver o contraste entre os ensinamentos equívocos deste Concílio e os ensinamentos invariáveis da Igreja de sempre.

Resta apenas, como garantia da nova doutrina que querem nos impor, o "*obsequium religiosum*" de que falam os teólogos, o qual não tem lugar quando existe uma contradição com verdades infalíveis, já definidas ou sempre professadas pela Igreja.

É na terceira declaração do Secretário-Geral que se adverte o valor e o sentido da "NOTA EXPLICATIVA PRELIMINAR", a qual

providencialmente veio a salvar, ao menos para todos os católicos sinceros, a fé católica, definida imutavelmente pelo Concílio Ecumênico Vaticano I. Segundo esta declaração, a "NOTA" abrangia todo o capítulo 3 do esquema sobre a "colegialidade". Não há "colegialidade" sem Pedro, sem o Papa; não há governo da Igreja Universal senão no Papa. Os Bispos, mesmo no governo de suas dioceses, dependem do Papa. Ainda que a "maioria" deles pense de modo oposto ao Papa; ainda que decidam algo sem o Papa, sua opinião e seus mandatos carecem de valor para a Igreja Universal sem a suprema e definitiva decisão do Sumo Pontífice. Ou seja, o "COLÉGIO EPISCOPAL" não é uma entidade jurídica universal, nem sua doutrina pode ser considerada como católica até que seja aprovada e promulgada por Pedro e seus sucessores, com as condições já anteriormente expressas, a não ser que essa doutrina, sem ter sido definida, tenha sido sempre aceita pela Igreja universal.

Ao advertir, pois, o Secretário-Geral que o ensinamento sobre a "colegialidade" não é infalível, não é dogmático, podemos, sem pecado, sem heresia alguma, rechaçar essa doutrina, sobretudo quando com ela se pretende estabelecer uma falsa base para destruir o Primado de Jurisdição e a Supremacia do Magistério de Pedro e dos sucessores de Pedro.

Recordemos aqui o que definiu o Vaticano I:

"Si quis dixerit, beatum Petrum Apostolum non esse a Christo Domino constitutum Apostolorum omnium principem et totius ecclesiae MILITANTIS VISIBILE CAPUT; vel eundem honoris tantum, non autem verae propriaeque iurisdictionis primatum ab eodem Domino nostro Iesu Christo directe et immediate accepisse: ANATHEMA SIT."*

(Se alguém disser que o bem-aventurado Apóstolo Pedro não foi constituído, por Cristo Nosso Senhor, príncipe de todos os Apóstolos; ou que esse primado, que recebeu direta e imediatamente do mesmo Jesus Cristo Nosso Senhor, foi tão somente um primado de honra e não de uma verdadeira e própria jurisdição, QUE SEJA ANÁTEMA).

E no capítulo segundo lemos:

"Si quis ergo dixerit, non esse ex ipsius Christi Domini institutione seu iure divino, ut beatus Petrus in primatu super universam Ecclesiam habeat perpetuos successores: aut Romanum Pontificem non esse beati Petri in eodem primatu successorem: ANATHEMA SIT."

(Se alguém disser que não é de instituição de Cristo Nosso Senhor ou de direito divino que o bem-aventurado Pedro tenha perpétuos sucessores no primado sobre toda a Igreja; ou que o Romano Pontífice não é o sucessor nesse primado do bem-aventurado São Pedro, QUE SEJA ANÁTEMA).

E na definição dogmática da Infalibilidade Pontifícia, promulgada pelo mesmo Concílio, lemos também:

"Itaque Nos traditioni a fidei christianae exordio perceptae fideliter inhaerendo, ad Dei Salvatoris nostri gloriam, religionis catholicae exaltationem et christianorum populorum salutem, sacro approbante Concilio, DOCEMUS ET DIVINITUS REVELATUM DOGMA ESSE DEFINIMUS:

'Romanum Pontificem, cum ex cathedra loquitur, id est cum omnium christianorum pastoris et doctoris munere fungens pro suprema sua Apostolica auctoritate doctrinam de fide vel moribus ab universa Ecclesia tenendam definit, per assistentiam divinam ipsi in beato Petro promissam, ea infallibilitate pollere, qua Divinus Redemptor Ecclesiam suam in definienda doctrina de fide vel moribus instructam esse voluit; ideoque eiusdem Romani Pontificis definitiones ex sese, non autem ex consensu Ecclesiae, irreformabiles esse'".

(Assim, Nós, aderindo fielmente à tradição que remonta aos próprios começos da fé cristã, para a glória de nosso Deus e Salvador, para a exaltação da religião católica e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ENSINAMOS e definimos como dogma revelado por Deus: Que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto

é, quando, no cumprimento de seus altíssimos deveres de Pastor e Doutor de todos os cristãos, com sua Suprema autoridade Apostólica, define uma doutrina sobre a fé e os costumes que deve ser crida por toda a Igreja Universal, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual o Divino Redentor quis que sua Igreja estivesse instruída ao definir a doutrina pertinente à fé ou à moral; e que, por isso mesmo, as definições do Romano Pontífice, por si mesmas, e não pelo consentimento da Igreja, são irreformáveis).

Permita-se-me agora, dada a importância da matéria, reproduzir aqui parte de meu livro "ONDE ESTÁ O PAPA, AÍ ESTÁ A IGREJA", já que assim removerei toda dúvida sobre minha ortodoxia e darei uma demonstração de que conheço a matéria que estou tratando: "Demonstrado que Cristo fundou em sua Igreja um Magistério autêntico e infalível, preservado do erro pela especialíssima assistência do Espírito Santo, vimos que Pedro, independentemente do Colégio Apostólico, como fundamento da Igreja, como Pastor supremo do rebanho de Cristo, como cabeça visível da Igreja, recebeu, entre suas prerrogativas e poderes, o dom da infalibilidade didática no exercício de seu Supremo Magistério.

Fizemos finca-pé em que, evidentemente, essa prerrogativa não lhe foi dada a Pedro em benefício próprio, mas para o bem da Igreja. O próprio fim da Igreja exige que os sucessores de Pedro, no Magistério Hierárquico, estejam também preservados contra todos os erros doutrinais. Ou vamos pensar que Cristo deu somente aos primeiros cristãos um Magistério infalível, deixando as gerações posteriores ao cuidado de um magistério meramente humano e falível? Como entender, então, as promessas do Divino Fundador de uma assistência divina até a consumação dos séculos? Crer na infalibilidade do Magistério da Igreja, crer na infalibilidade dos sucessores de Pedro não é outra coisa senão crer no cumprimento das promessas de Jesus Cristo; crer na "INERRÂNCIA" da Igreja, crer em sua origem divina.

O supremo Magistério de Pedro, que tem por fim conservar a verdade e a unidade da doutrina da Igreja, seria ineficaz se não gozasse da

assistência especial do Espírito Santo, mediante a qual custodiasse incontaminada a revelação, o Depósito da Fé, pregada pelos Apóstolos, ensinada por Cristo, e fielmente a expusesse; isto é, se não fosse infalível. Porque, na Igreja, a fé há de ser una e tão certa que, sem nenhuma classe de dúvida ou temor prudente, pronta e seguramente possamos conhecer tudo o que nos é necessário para nos salvarmos, segundo as palavras de Cristo: "Quem crer será salvo; quem não crer, será condenado".

Ora bem, quem seria capaz, entre os puros homens e sem esta assistência divina, sem esta prerrogativa, tratando-se de uma religião revelada, que compreende um corpo de doutrina que se há de crer, um conjunto de leis que devem ser cumpridas e certos ritos e cerimônias que se hão de guardar no culto que se tributa a Deus; e tratando-se de sentir e de apreciar as coisas, e tão cheios de toda classe de paixões, quem seria capaz – digo – de conservar a unidade da fé com tão heterogêneos elementos?

Nem vale dizer que a Igreja decidiria, pois, quem, com a frequência necessária, estaria encarregado de consultar o parecer de todos os membros da Igreja ou de sua Hierarquia? Quem determinaria o número de votos que se requeririam e com que autoridade faria esta determinação? Teriam mais valor os votos dos mais anciãos, dos mais doutos, dos mais nobres? Ou, pelo contrário, valeriam mais os votos dos jovens, dos ignorantes, dos plebeus? Buscar-se-ia na frequente convocação dos Concílios o meio para definir sempre a verdade? Mas o Concílio não pode ser o meio para encontrar o fim proposto, porque – deixando de lado outras razões – a Igreja não poderia estar em um Concílio permanente. Teria, portanto, que se convocar o Concílio para resolver cada caso particular e para dizer se uma nova doutrina é ou não parte do Depósito da divina revelação. E quem não vê as dificuldades e as delongas que estes Concílios trariam consigo? Basta observar que, nos dois mil anos da Igreja, houve apenas 21 Concílios Ecumênicos, incluindo o último, se é que, por seu caráter pastoral, pode ser considerado um verdadeiro Concílio. Entre Trento e o Vaticano I transcorreram três séculos; e entre o Vaticano I e o Vaticano II, quase cem anos. Pelo contrário, os erros se

sucedem com pasmosa rapidez, e todos os dias surgem controvérsias em matéria de fé e de moral, de cuja correta solução depende para todos a eterna salvação.

É, pois, necessária esta prerrogativa do romano Pontífice. Se Cristo a concedeu a São Pedro, não pôde negá-la a seus sucessores. Cristo não fez a Igreja para um século, mas até a consumação dos séculos. A unidade e a estabilidade da Igreja exigem esta prerrogativa naquele que é seu fundamento e o Pastor supremo do rebanho de Cristo. Tirai a infalibilidade didática do Sumo Pontífice, e os membros da Igreja, como os protestantes, andarão desorientados, como ovelhas sem pastor, expostas constantemente a cair nas garras do lobo.

Para ver o alcance e o verdadeiro sentido da infalibilidade didática do romano Pontífice, vamos traduzir de novo agora as palavras cujo texto latino já citamos mais acima:

"Assim, pois, Nós, apoiando-nos firmemente em uma tradição que remonta ao próprio exórdio da fé cristã recebida, para a glória de nosso Deus e Salvador, para a exaltação da religião católica e para a salvação do povo cristiano, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma revelado por Deus:

Que o Romano Pontífice, quando fala ex cathedra, isto é, quando exerce seu ofício de pastor e de doutor de todos os cristãos, ao definir com sua suprema autoridade apostólica a doutrina da fé ou dos costumes que deve ser crida por toda a Igreja, é por si infalível, e, por isso mesmo, suas definições, por si mesmas, e não pelo consentimento da Igreja, são irreformáveis". (Conc. Vat., sess. IV, c. 4).

Segundo as palavras citadas, o Romano Pontífice é considerado aqui como cabeça visível de todo o Corpo da Igreja, como Pastor de todo o rebanho de Cristo, como Vigário na terra do próprio Salvador; e, portanto, enquanto exerce seu próprio ofício de ensinar, definir e declarar a verdadeira fé, a Verdade Revelada, e as leis salutares dos costumes e

aquelas coisas que com elas estão conectadas; e assim mantém a unidade da Igreja e a pureza da vida dos fiéis. O Romano Pontífice pode ser considerado de três maneiras diversas.

1. Como homem particular, como teólogo privado: e então, é evidente que pode errar, não só em questões puramente humanas, mas até mesmo em assuntos relacionados com a fé; sem que isto signifique que possa chegar a definir *ex cathedra* o erro.

2. Como Pontífice, mas não definindo algo em virtude da plenitude de sua autoridade apostólica. Por exemplo, quando fala acerca de um assunto que não pertence à Igreja Universal, ou, pelo menos, ainda que seja um assunto pertinente à Igreja Universal, seu juízo não é dogmático, não é último e definitivo.

É preciso ter presente que a definição papal não supõe uma descoberta científica ou teológica que o Papa faça, mas simplesmente dizer-nos, ensinar-nos infalivelmente que essa verdade definida por ele está compreendida no Depósito da Divina Revelação. Embora, segundo a definição do Concílio Vaticano I, a infalibilidade pontifícia não alcance outros casos, seria, no entanto, temerário opor-se e negar – sem graves e evidentíssimas razões – os ensinamentos dos Papas, já que contam sempre, ainda que não com essa extraordinária assistência divina que supõe suas definições *ex cathedra*, com a graça de estado, a assistência divina que exige, no entanto, a livre cooperação da liberdade humana.

Em muitas das Encíclicas, nas quais, cumprindo seu ofício de Pastor da Igreja, os Papas expõem a doutrina católica, no Magistério ordinário da Igreja, mas não fazem propriamente uma definição, não emitem um juízo dogmático novo, mas antes instruem os fiéis com a doutrina da Igreja, que é Coluna e Firmamento da Verdade, por serem dirigidas à Igreja Universal, nos pontos substanciais que diretamente são ali expostos, embora não contenham uma nova definição, devem ser aceitas com toda submissão pelos fiéis, a não ser que encontremos uma doutrina nova que contradiga a

voz secular da tradição e dos ensinamentos definitivos de outros Pontífices.

3. Finalmente, quando fala *ex cathedra*, como Pontífice máximo, precisamente "enquanto exerce seu ofício de Pastor e Doutor de todos os católicos, ao definir, com sua suprema autoridade apostólica, a doutrina da fé ou dos costumes, que deve ser crida por toda a Igreja". Neste terceiro caso, quando define seja uma verdade que não havia sido antes definida, seja uma verdade contida explicitamente nos ensinamentos do Magistério da Igreja, que o Papa com novo juízo, com nova definição, ratifica e confirma, segundo as exigências dos tempos, como Pastor e Doutor supremo de todos os cristãos, é infalível, não pode errar pela assistência divina que lhe foi prometida a São Pedro para o bem da Igreja. A este último caso se refere expressa e diretamente a definição dogmática do Vaticano I.

Antes de fazer esta definição dogmática sobre a infalibilidade do Supremo Magistério de Pedro, o Concílio Vaticano I (cap. IV) expõe os invictos argumentos em que se funda, e demonstra que o Primado de Pedro contém a excelsa prerrogativa da suprema potestade do Magistério da Igreja Universal. Quais são os argumentos que sucintamente assinala o Concílio? O concílio expõe, em primeiro lugar, três argumentos tomados da tradição: 1) Esta foi sempre a firmíssima convicção e a prática constante da Sé Romana: h*aec Sancta Sedes semper tenuit*. 2) O uso perpétuo da Igreja Universal corrobora esta verdade: *perpetuus Ecclesiae usus comprobat*. 3) E os próprios Concílios Ecumênicos (isto é, a Igreja Universal), principalmente aqueles nos quais o Oriente e o Ocidente se uniram na unidade da fé e da caridade, assim o ensinaram: *ipsaque oecumenica Concilia... declaraverunt*. Depois destes argumentos, o Concílio assinala outro argumento teológico, baseado no fim desta prerrogativa.

Que esta tenha sido a firmíssima convicção da Sé Romana e sua prática constante, comprova-o o Concílio com estas palavras: "para cumprir este seu ofício pastoral, nossos predecessores, sem interrupção e

sem claudicação alguma, sempre trabalharam para que a doutrina salutar de Cristo se propague em todos os povos da terra, e com igual solicitude vigiaram para que, onde dita doutrina já foi recebida, se conserve pura e sincera... E os Romanos Pontífices, segundo a condição dos tempos e das coisas o exigia, já convocando os Concílios Ecumênicos ou explorando o sentir da Igreja Universal, disseminada por todo o mundo, já por sínodos particulares, já valendo-se de outros auxílios que a Providência de Deus lhes oferecia, definiram sempre as coisas que se devem crer e que eles, com o auxílio de Deus, conheceram como verdadeiras, segundo as Sagradas Escrituras e as tradições apostólicas. Porque não lhes foi prometido o Espírito Santo aos sucessores de Pedro para que com uma nova revelação ensinassem (à Igreja) uma nova doutrina, mas para que, com a assistência do Espírito Santo, guardassem incorrupta e fielmente ensinassem a revelação que dos Apóstolos receberam, ou seja, o Depósito de nossa Fé. E, por isso, todos os veneráveis Padres abraçaram e os Doutores ortodoxos veneraram e seguiram a doutrina apostólica (dos sucessores de Pedro), porque sabiam perfeitamente que esta Santa Sé de Pedro permanece sempre imune de todo erro, segundo a divina promessa de Nosso Salvador e Senhor: 'Ego rogavi pro te ut non deficiat fides tua et tu aliquando conversus confirma fratres tuos'. (Eu roguei por ti, para que tua fé não desfaleça; e tu, uma vez convertido, confirma nessa fé a teus irmãos)".

Sempre, desde os mais remotos tempos, os Romanos Pontífices resolveram e dirimiram as controvérsias que em questões de fé surgiram na Igreja, e suas decisões foram aceitas como definitivas. Ao pronunciar seus solenes juízos, os Papas falam como dotados da prerrogativa da infalibilidade, sem protesto algum da Igreja. Assim, por exemplo, já no fim do século II, o Papa Vítor excomungou a Teódoto, que negava a divindade de Jesus Cristo, e sua sentença foi tida por definitiva... Zeferino, no início do século III, condenou o montanismo; desde então, os montanistas foram tidos por expulsos da Igreja. Por volta dos anos 220, os sabelianos são condenados pelo Papa Calisto, e desde essa condenação a Igreja os considerou como hereges. Os Padres do Concílio Cartaginês e Milevitano decretaram que, na causa dos pelagianos, se devia recorrer,

como se fez, ao Papa, para que desse sua solução definitiva. O mesmo determinou São Cirilo de Alexandria na causa de Nestório.

O Papa Silvestre (325) presidiu por seus legados o Concílio de Niceia. Júlio I (342) determinou que as causas dos bispos deviam ser julgadas em Roma. Dâmaso, depois do Sínodo de Rimini, propôs uma regra de fé aos bispos orientais para que a subscrevessem. E Sirício (385), escrevendo a Himério, Bispo de Tarragona, diz: "carrego o fardo de todos ou, por melhor dizer, em mim o carrega o bem-aventurado Apóstolo Pedro, que, como esperamos, nos protegerá em tudo aos herdeiros de sua administração".

O segundo argumento exposto pelo Concílio Vaticano I para comprovar a suprema autoridade do Magistério de Pedro e a infalibilidade pontifícia é o uso perpétuo da Igreja. Desenvolver historicamente esse argumento exigiria um prolixo trabalho, impróprio de nosso objeto. No entanto, traremos os testemunhos de alguns Santos Padres e Doutores da Igreja, tanto do Ocidente como do Oriente. Mas, antes, citemos outras palavras do Concílio Vaticano I, que de propósito omitimos, por nos parecerem mais próprias deste segundo argumento: "Por esta razão", diz o Vaticano I, "os bispos de todo o Orbe, já individualmente, já congregados em Sínodos, seguindo o inveterado costume das Igrejas e a forma da antiga regra, manifestaram principalmente a esta Sé Apostólica aqueles perigos que nos negócios da fé surgiam, para que aí especialissimamente fossem reparados os danos da fé, onde a fé não pode ter defeito algum".

Recordemos agora as palavras de Santo Irineu, que por sua clareza não necessitam de explicação alguma: "Porque com esta Igreja, por sua mais excelsa e poderosa dignidade, é necessário que convenham todas as Igrejas, isto é, todos os fiéis de todas as partes do mundo, na qual todos os fiéis de todas as regiões encontraram conservada e custodiada a tradição apostólica". Com este testemunho de Santo Irineu concordam outros do insigne Doutor grego, São Máximo Mártir.

Da Igreja de Cartago, tragamos o testemunho de São Cipriano, que escreve o seguinte (Epist. 40 ad plebem): “Há um só Deus, e um só Cristo, e uma só Igreja, e uma só cátedra sobre a rocha, fundada pela voz do Senhor... Qualquer que em outro lugar reunir, espalha”. E, em outro lugar: “Os hereges se atrevem a navegar para a Cátedra de Pedro; para a Igreja principal, de onde nasceu a unidade sacerdotal...” (Epist. ad Cornelium). Mais belo e, se cabe, mais eloquente é o seguinte testemunho do mesmo mártir sobre a Igreja de Roma: “Muitos são os raios do sol, mas um é o foco de onde procedem; e muitas são as ramas da árvore, mas um é o tronco sustentado por profundas raízes; de uma mesma fonte se derivam muitos arroios, e, embora as águas se difundam por diversos leitos, guarda-se, no entanto, a unidade em sua origem. Separa o raio do Sol do foco de onde dimana e perderá sua luz; arranca a rama do tronco, e assim, já quebrada, não poderá germinar; afasta os rios de sua fonte e se secarão. Assim sucede na Igreja do Senhor, que, com clareza surpreendente, envia seus raios por todo o orbe, mas uma mesma é a luz que por todas as partes se difunde, sem que sofra sua unidade. Com prodigiosa fecundidade estende sua copada e frondosa folhagem a toda a terra... mas uma é a cabeça, um mesmo é a origem, uma é a mãe rica e fecunda”. Este centro de unidade e de vida é a Cátedra de Roma (De Unitate Ecclesiae, c. 5).

O testemunho de Santo Agostinho é também decisivo. Haviam condenado, em dois Concílios, os bispos da África a Pelágio e a Celéstio, e escreveram depois ao Papa Inocêncio para que, com sua suprema autoridade apostólica, confirmasse a sentença dos Concílios. Ao receber-se em Cartago a resposta afirmativa do Romano Pontífice, Santo Agostinho pronunciou um sermão no qual fez esta terminante afirmação: “Já se enviaram as sentenças de dois Concílios sobre esta causa à Sé Apostólica. Já vieram de lá os documentos. *Causa finita est*: a causa está terminada; oxalá terminasse também logo o erro!”. (Sermão 131, num. 10). Logo, segundo Santo Agostinho, a causa não estava terminada, apesar das condenações conciliares, até que a Santa Sé, com sua autoridade apostólica, confirmou as decisões dos Concílios.

São Bernardo, em sua carta (190) ao Papa Inocêncio II, na qual fala dos erros de Abelardo, escreveu este magnífico testemunho da infalibilidade pontifícia: "É necessário denunciar ante vossa autoridade apostólica todos os perigos e escândalos que surjam no Reino de Deus, e especialmente aqueles que concernem à fé. Porque me parece digno que aí principalmente sejam reparados os danos da fé, onde a fé não pode ter defeito".

Antes de terminar estes testemunhos que, entre outros muitos, escolhemos, vamos citar o Doutor Angélico, Santo Tomás de Aquino, cuja exatidão e precisão é de todos bem conhecida: "A edição do símbolo pertence àquela autoridade à qual também pertence determinar finalmente aquelas coisas próprias da fé e que todos devem abraçar com uma fé inabalável. Mas esta autoridade pertence ao Sumo Pontífice, a quem os assuntos maiores e mais difíceis (da fé) devem ser levados. Por isso disse o Senhor a Pedro: 'Ego rogavi pro te... Eu roguei por ti, para que tua fé não desfaleça; e tu, uma vez convertido, confirma a teus irmãos'". (II-II, Q. 1, art. 10).

Os Padres do oitavo Concílio Ecumênico, que é o IV de Constantinopla, subscreveram e fizeram sua a seguinte regra de fé, proposta ante os bispos que haviam participado no cisma de Acácio. Já antes do Concílio havia sido subscrita e aceita por todos os Bispos do Oriente, pelo Imperador Justiniano e pelos Patriarcas de Constantinopla Epifânio, João e Menas: "A primeira salvação é guardar a regra da verdadeira fé... E, pois, não se pode deixar de lado a sentença de Nosso Senhor Jesus Cristo que diz: *Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam* (tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja)... Estas palavras, que foram ditas, são comprovadas pelos efeitos das coisas, porque na Sé Apostólica sempre se conserva sem mancha alguma a religião católica. Não desejando, pois, de maneira alguma nos separarmos de sua fé e doutrina... esperamos merecer estar naquela única comunhão (de fé) que prega a Sé Apostólica, na qual só se acha a verdadeira e íntegra solidez da religião cristã".

Na profissão de fé que, com a aprovação do II Concílio de Lião (1274), se propôs aos gregos dissidentes que regressaram à unidade de Roma, encontra-se este inquestionável testemunho sobre a suprema e definitiva autoridade do Magistério da Sé Apostólica: "Que a Santa Igreja Romana tem o sumo e pleno primado e principado sobre a universal Igreja católica, o qual primado recebeu do próprio Senhor (Jesus Cristo) na pessoa de São Pedro, príncipe e cabeça dos Apóstolos, de quem é sucessor o Romano Pontífice, com a plenitude da jurisdição... E, como mais que todas as demais Igrejas está obrigada (a Igreja Romana) a defender a verdade da fé, assim devem ser definidas por seu juízo todas as questões que surjam acerca da fé".

No Concílio de união com os gregos de Ferrara-Florença, conhecido como o Concílio Florentino (1438-1445), que foi presidido pelo Papa Eugênio IV em pessoa, e ao qual assistiram o Imperador João Paleólogo, o Patriarca de Constantinopla e muitos bispos orientais, encontramos o terceiro argumento conciliar. Em 6 de julho de 1439, publicou-se solenemente o decreto de união, assinado por todos os bispos gregos, exceto o de Éfeso. Nele, além de outros pontos doutrinais, faz-se a seguinte definição sobre o Primado da Santa Sé: "Definimos que a Santa Sé Apostólica e o Romano Pontífice têm o primado em todo o orbe universo; e que o Romano Pontífice é o sucessor de São Pedro, príncipe dos Apóstolos, e verdadeiro Vigário de Cristo, e cabeça de toda a Igreja, e que seu ofício é de Pai e de Doutor de todos os cristãos; e que a ele, na pessoa de São Pedro, foi dada por Nosso Senhor Jesus Cristo a plena potestade de apascentar, reger e governar a Igreja Universal, como nas Atas dos Concílios Ecumênicos e nos sagrados cânones se contém".

2.4. CONCLUSÕES QUE DECORREM DA NATUREZA DA INFALIBILIDADE PAPAL

1ª Conclusão: O Magistério Infalível do Papa é, em seu exercício, absolutamente independente, seja da autoridade de um Concílio, seja da aprovação ulterior dada por toda a Igreja Universal.

1. Isto é o que indica o ensinamento neotestamentário, particularmente em São Lucas XXII, 32. Porque, segundo as palavras de Jesus que ali lemos, unicamente Pedro e seus sucessores, até o fim dos séculos, possuem, de uma maneira absoluta e sem nenhuma restrição, o privilégio de confirmar na fé os fiéis de todos os tempos, considerados isolada ou coletivamente. Pedro e seus sucessores devem comunicar a todos a firmeza na fé; portanto, devem eles ter em si (Pedro e seus sucessores) essa mesma firmeza para poder comunicá-la aos demais.

2. Isto é o que resulta também das provas da Tradição:

a) Mesmo nos quatro primeiros séculos, a autoridade doutrinal do Pontífice Romano era reconhecida como a autoridade doutrinal suprema, à qual todos deviam absoluta submissão e com a qual era necessário estar em comunhão, se se quisesse pertencer à Igreja Católica. Nos séculos seguintes, esta prática se manteve constante e universal.

b) Depois dos princípios do século V, documentos mais explícitos testemunham que os próprios Concílios Ecumênicos reconhecem o Magistério Supremo dos Romanos Pontífices e se submetem plenamente às suas decisões. Como exemplo, poderíamos citar o Concílio de Éfeso, o de Calcedônia, o III e o IV de Constantinopla e o II de Niceia.

c) O erro teológico que pretendia afirmar a superioridade do Concílio sobre o Papa em matéria de fé, sustentado por alguns autores dos séculos XV e XVI, mas combatido por quase todos os teólogos católicos, foi muitas vezes condenado pela Igreja, assim como a tese geral da superioridade do Concílio sobre o Papa em outras matérias.

d) No século XVII, a mesma reprovação ataca o erro teológico que afirmava a necessidade de uma ratificação ou aprovação da Igreja às decisões doutrinais do Papa, porque essas decisões são verdadeiramente infalíveis. Este erro foi muitas vezes condenado pela Igreja, e especialmente no artigo IV da Declaração do Clero da França em 1682, condenado por Pio VI no Breve "Super soliditatem petrae" de 28 de novembro de 1786.

e) Enfim, o próprio Concílio Ecumênico Vaticano I proclamou solenemente como verdade de fé católica que as definições do Romano

Pontífice são por si mesmas irreformáveis, e não em virtude do consentimento da Igreja. Devemos notar que as palavras *"non autem ex consensu Ecclesiae*" (e não pela aceitação ou consentimento da Igreja) foram acrescentadas pelo Concílio à primeira redação, para condenar o erro segundo o qual era necessária uma subsequente ratificação da Igreja para que a definição papal fosse infalível.

f) Devemos concluir que a infalibilidade do Papa é uma infalibilidade absoluta, pessoal e separada?

Se pela expressão "infalibilidade absoluta" se quer somente dizer que a infalibilidade pontifícia não está, em seu exercício, subordinada à autoridade de um Concílio Geral ou a uma aprovação ulterior da Igreja Universal, nada se opõe a que esta expressão seja corretamente usada. Mas é mais justo dizer, com Mons. Gasser, membro da Comissão da Fé no Concílio Vaticano I, que a infalibilidade pontifícia não é, em nenhum sentido, absoluta, porque a infalibilidade "absoluta" é própria e exclusiva de Deus. Toda outra infalibilidade tem seus limites e suas condições. A infalibilidade pontifícia, por sua origem, é participada e dependente; pelo sujeito que a tem, que é o Papa, que ensina à Igreja Universal o que a assistência divina lhe permite. Está restringida em seu objeto, já que se refere à fé e aos costumes; e está restringida, finalmente, em seu exercício, já que supõe uma "definição", que todos os fiéis estão obrigados a aceitar ou rejeitar, sob pena de eterna condenação.

Se por "infalibilidade pessoal" se quer expressar a infalibilidade que pertence à pessoa pública do Papa, enquanto, como Pastor Supremo, ensina, define, a toda a Igreja, a expressão pode ser empregada. Esta expressão é, de fato, aprovada, neste sentido, por muitíssimos teólogos, contra a distinção galicana entre "a cátedra de Roma" e aquele que ocupa "esta cátedra". A primeira, sempre preservada; a segunda tem a segurança de não incorrer em um erro, porque não se identifica com a "Cátedra". Mas a infalibilidade pontifícia, ao menos no que concerne ao dogma definido pela Igreja, não pode ser chamada de pessoal, nem que pertença ao Papa como pessoa privada. Já o indicamos, é uma infalibilidade didática.

Quanto à expressão "infalibilidade separada", não há nada que se oponha ao seu uso, se se quiser somente significar que a infalibilidade pontifícia é, em seu exercício, absolutamente independente, seja da autoridade de um Concílio, seja de uma aprovação ulterior, dada pela Igreja Universal. Mas a expressão deve ser rejeitada se se quiser excluir nos bispos, dispersos ou reunidos em Concílio, toda autoridade doutrinal, mesmo que dependente.[1]

2ª Conclusão. A infalibilidade pontifícia, como a infalibilidade do Magistério da Igreja, considerada de uma maneira geral, provém da assistência divina para descartar perpetuamente todo erro ou todo perigo de erro no ensinamento da verdadeira e única doutrina. Assistência especialmente prometida a Pedro e a seus sucessores, até a consumação dos séculos. Este é o ensinamento formal do Concílio Ecumênico Vaticano I na definição do dogma da Infalibilidade Pontifícia.

3ª Conclusão. A infalibilidade Pontifícia só se dá nos atos em que o Papa fala com a plenitude de seu poder apostólico, como Pastor e Doutor supremo da Igreja; nos atos emanados efetivamente do Papa e manifestados como tais, e quando se cumprem, evidentemente, as quatro condições requeridas pelo Concílio para um ensinamento absoluto.

1. Isto é o que diz o ensinamento tradicional, tal como o expusemos. Segundo este ensinamento, a infalibilidade doutrinal é propriedade do Papa quando "define", em virtude de sua suprema autoridade apostólica e enquanto é Pastor e Doutor máximo da Igreja Universal, a doutrina da fé e da moral que deve ser crida por todos os fiéis para se salvarem. Este é o ensinamento formal do Concílio Ecumênico Vaticano I, em sua definição já mencionada.

---

[1] Em resumo, essas expressões, referidas à infalibilidade do Papa, embora suscetíveis de um sentido ortodoxo e verdadeiro, não devem ser empregadas sem alguma explicação, por causa do equívoco em que podem ser usadas; abuso que certamente ocorreu na controvérsia anti-infalibilista, antes e durante o Concílio Vaticano I, sobretudo por ocasião da obra de Mons. Maret, "*Du concile général et de la paix religieuse*", Paris 1869."

Segundo a expressa promessa que Jesus Cristo fez a seus apóstolos, nos momentos supremos em que lhes deu a missão de difundir o Evangelho por todos os confins da terra, de estar com eles todos os dias até a consumação dos séculos, implica uma garantia para todos os crentes da verdade indefectível do Magistério vivo, autêntico e infalível da Igreja. Esta garantia é o dom da infalibilidade pontifícia de que falamos.

As palavras da Sagrada Escritura, na boca de Deus: "Eu estarei contigo", "Eu estarei convosco", sempre significam um auxílio especial, uma ajuda extraordinária da parte de Deus para a realização perfeita da missão confiada às pessoas a quem Deus diz estas palavras. Assim, por exemplo, lemos semelhantes palavras em relação à missão divina que o Senhor confiou a Abraão, a Jacó, à Virgem Santíssima, a São Pedro. Portanto, quando Cristo, o Filho de Deus, diz a seus Apóstolos que Ele estará com eles até a consumação dos séculos, que Ele lhes enviará o Espírito da Verdade, o Paráclito, o Consolador, faz-lhes estas promessas precisamente pelo ministério de Pedro, para que preguem o Evangelho, a doutrina que Ele lhes revelou; e lhes garante o êxito de sua missão, isto é, garante-lhes que eles pregarão sempre a mesma doutrina sua, e que os homens a entenderão assim. Esta é a infalibilidade.

Infalibilidade não significa, de maneira alguma, uma nova e divina revelação, como a que receberam os Apóstolos e Evangelistas, cujos escritos são recebidos e aceitos como a palavra de Deus. Esses escritores sagrados de tal maneira foram inspirados por Deus que seus escritos têm por autor principal o próprio Deus. Deus lhes inspirou o que haviam de escrever; Deus, na execução de seu trabalho, preservou-os de todo erro. Eles eram meros instrumentos nas mãos de Deus.

O Depósito das verdades reveladas, que ficou fechado com a morte do último dos Apóstolos, não pode ser aumentado, nem adulterado no mínimo, pelos ensinamentos da Igreja. A Igreja de hoje deve ensinar o que aqueles primeiros evangelizadores ensinaram por prescrição de Cristo. A evolução dogmática não cria novas verdades, mas, no máximo, nos

descobre as verdades que, contidas no Depósito da Divina Revelação, não haviam sido definidas como tais pelo Magistério da Igreja.

Infalibilidade tampouco significa impecabilidade. Os homens da Igreja, qualquer que seja seu rango e condição, como humanos e frágeis, podem pecar e, de fato, muitas vezes pecaram; mas suas debilidades e misérias em nada contradizem o dom da infalibilidade que Jesus Cristo prometeu ao Magistério da Igreja, para benefício de todos os fiéis.

Infalibilidade tampouco significa um conhecimento exato e verdadeiro de todas as ciências e de todas as matérias que caem sob o estudo e a investigação, especulativa ou prática, dos homens. O Magistério da Igreja não abrange estas ciências, estes conhecimentos meramente racionais e humanos, já que o Divino Mestre veio tão somente a nos ensinar os mistérios do Reino dos céus. São Pedro, se se tivesse posto a ensinar matemática ou filosofia ou a arte da pesca, poderia ter-se equivocado, como qualquer mortal, mas o ensinamento destas coisas não estava compreendido em sua missão, nem para esta classe de magistério tinham prometida a assistência de Jesus Cristo e do Espírito Santo.

Infalibilidade, pois, significa, no caso presente, a imunidade do erro no ensinamento da doutrina e da moral de Jesus Cristo, que garante o Magistério oficial da Igreja Universal, pelo auxílio sobrenatural e contínuo de Deus. É uma infalibilidade meramente didática, própria somente do Magistério oficial e universal da Igreja, e, ademais, participada, pois é efeito da especial assistência do Espírito Santo. Esta prerrogativa, como já indicamos, não está encaminhada ao benefício particular dos homens que exercem este Magistério oficial, mas ao benefício de todos os crentes, para a incolumidade e preservação da Igreja. Assim, pois, a infalibilidade didática não pressupõe uma nova revelação, e, de si, nem sequer exige uma ação milagrosa positiva, nem exclui o trabalho da investigação científica, histórica, exegética, teológica. É simples e singelamente uma preservação de todo erro na compreensão, na conservação, no ensinamento oficial e até mesmo na própria investigação encaminhada a este ensinamento oficial.

Pressuposto a origem e o fim divino e sobrenatural da Igreja, sua constituição interna e o meio humano no qual deve se desenvolver, a prerrogativa da infalibilidade é tão lógica, é tão evidente, que não sabríamos como explicar, sem ela, nem a vida, nem a conservação, nem o florescimento maravilhoso e santificador da Igreja de Cristo. Só a verdade é fecunda, só a verdade é consistente, porque só a verdade é imutável e eterna. Se a Igreja foi fundada pelo Filho de Deus; se sua missão, sua obra, sua própria natureza implica o ensinamento a todos os povos e nações da mesma doutrina autêntica, da mesma doutrina íntegra que lhe confiou seu Divino Fundador; se seu fim é a salvação dos homens, sem distinção de raças, nem de condição social; se, para alcançar esta eterna salvação, os homens devem conhecer e aceitar com fé sincera todos os ensinamentos de Jesus Cristo, segue-se que a conservação da Igreja, em sua identidade divina, exige e pressupõe que sua doutrina, o Depósito da Divina Revelação, que Jesus Cristo lhe confiou, se conserve para que, sem adulteração alguma, sem aumento nem diminuição, sem mudanças no sentido ou na formulação, seja identicamente pregada até a consumação dos séculos e em todos os confins da terra, e permaneça invariável e esteja divinamente garantida contra todo erro ou adulteração humana.

A fundação divina da Igreja garante, desde logo, sua perfeita conservação, porque o poder de Deus, que instituiu esta obra salvadora entre os homens para que durasse até o fim dos tempos, está comprometido, não pode falhar, não pode deixar incompleta a obra começada. “Os céus e a terra passarão”, disse Jesus Cristo, “mas as minhas palavras não passarão”. E o mesmo Divino Salvador afirmou enfaticamente a seus Apóstolos e, neles, a toda a sua Igreja: “Eu estarei convosco todos os dias até a consumação dos séculos”. Esta perpétua conservação não existiria se os ensinamentos da Igreja ficassem adulterados pelo erro; porque, sendo a missão principal da Igreja ensinar íntegra e incorrupta a doutrina de Jesus Cristo a todas as gentes, admitido o erro de seu Magistério, seguir-se-ia, com lógica consequência, a mudança intrínseca, a defectibilidade inevitável da missão, da própria natureza da Igreja.

Ademais, o próprio fim da obra de Cristo, a salvação das almas, não poderia realizar-se por uma instituição que, em sua doutrina, muda; que, em seu Magistério, pode ensinar o erro como se fosse a verdade. Poderia o Divino Mestre exigir a aceitação perfeita e humilde de todos os ensinamentos da Igreja, sob pena de eterna condenação, se o Magistério destes ensinamentos pudesse incorrer em todos os erros que a malícia ou a limitação dos homens podem originar? E Jesus Cristo disse: "Os que crerem serão salvos; os que não crerem serão condenados".

"Os ensinamentos da Igreja não são disquisições filosóficas, nem argumentações ou disputas teológicas, nem dissertações acadêmicas, nem opiniões humanas; são o testemunho e a confissão da doutrina revelada, que os homens devem aceitar para se salvarem". Não se deve confundir o Magistério da Igreja com as escolas filosóficas ou teológicas que dentro da Igreja floresceram, nem com as pregações particulares dos sacerdotes, dos bispos e até mesmo do próprio Papa, quando não fala *ex cathedra*, em seu caráter de Mestre Universal e oficial da Igreja.

Vêm aqui muito a propósito as profundas palavras do Eminentíssimo Cardeal Manning, um dos paladinos da infalibilidade Pontifícia, no Concílio Ecumênico Vaticano I:

"Todo conhecimento deve ser 'definido'... Porventura não é assim em toda classe de conhecimentos? O que pensaria um matemático de um diagrama que não estivesse definido? O que seria da história que não estivesse definida? A história que não fosse o registro e a atestação dos fatos definidos e concretos, tal como sucederam e se passaram, seria, no máximo, uma mitologia, seria uma fábula, uma rapsódia... O que seriam as leis morais, se não fossem imutáveis, definidas? Uma lei não definida jamais pode gerar uma obrigação.

E o que sucede nos conhecimentos humanos acontece também, e, com mais razão, nos conhecimentos divinos. Se há um conhecimento que tenha sido definido com mais precisão e estrita clareza, é o conhecimento que Deus nos revelou de Si mesmo. É certamente um conhecimento 'finito',

porque o homem não pode compreender a Deus, mas é um conhecimento perfeitamente 'definido'."
(The Grounds of Faith, págs. 5 e 6)

Há outras palavras de Jesus Cristo que vêm a provar com igual evidência o dom da infalibilidade do Magistério da Igreja. Vejam-se, por exemplo, São João XIV, 16-17, 26; São João XVI, 13. E nos Atos dos Apóstolos, I, 8. Estudando todas estas palavras, podemos deduzir que Jesus Cristo prometeu ao Magistério supremo de sua Igreja um dom gratuito e grandioso, que é, em linguagem teológica, um dom *gratis datum*, já que não é em benefício particular dos homens que o exercem, mas em benefício de todos os fiéis, isto é, em benefício da Igreja Universal. É uma promessa absoluta, como absoluta é também sua vontade de que sua doutrina se conserve incorrupta e de que sua Igreja persevere até a consumação dos séculos. Segundo esta promessa de Jesus Cristo: 1) O Espírito Santo será o Mestre dos Apóstolos: *docebit vos omnia*, vos ensinará todas as coisas, vo-las sugerirá, para que as recebais e pregueis em seu verdadeiro sentido. 2) Os Apóstolos, por esta especial assistência do Espírito Santo, entenderão exatamente a doutrina que devem pregar: *deducet vos in omnem veritatem*, vos conduzirá à verdadeira compreensão de toda a verdade. 3) O Magistério que os Apóstolos devem exercer, isto é, o Magistério oficial da Igreja, corroborado e garantido por essa especial assistência do Espírito Santo, não só estará imune do erro ao conhecer a doutrina de Jesus Cristo, mas também ao pregá-la: *accipietis virtutem... Spiritus Sancti, et eritis mihi testes*, recebereis a virtude do Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas. 4) Esta missão do Colégio Apostólico há de durar até a consumação dos séculos, há de estender-se até os confins da terra. 5) Esta infalibilidade didática reside em Pedro, como na suprema autoridade.

O testemunho deste Magistério conta, pois, com a assistência do Espírito Santo. Em outras palavras, o Magistério da Igreja, segundo se depreende evidentemente destas palavras de Jesus Cristo, está preservado do erro, goza da prerrogativa da infalibilidade; porque um Magistério,

assistido e garantido pelo Espírito Santo, não pode errar; é infalível. Estas palavras de Cristo no Evangelho foram ditas a todos os Apóstolos juntos, isto é, a todo o Colégio Apostólico. Todas as promessas do Divino Fundador sobre a autoridade, as prerrogativas e os poderes dos Apóstolos no desempenho de sua missão transcendente e duradoura na Igreja, foram sempre ditas ao Colégio Apostólico, corporativamente, a todos em comum, se deixarmos de lado as promessas singulares que foram feitas somente a Pedro, independentemente do Colégio Apostólico. Não há nenhuma palavra de Cristo da qual possamos inferir a infalibilidade (didática) pessoal de cada um dos Apóstolos, com exceção de São Pedro. É certo, e assim se prova por outros argumentos, que os primeiros membros do Colégio Apostólico gozaram pessoalmente do dom da infalibilidade; mas as palavras ditas por Cristo a todo o Colégio Apostólico, que não pode se constituir sem sua cabeça visível, sem Pedro, foram, como já advertimos, ditas somente a Pedro, independentemente dos demais membros do Colégio Apostólico.

Antes de terminar, devemos insistir em um ponto importantíssimo. O Magistério que Cristo confiou a seus Apóstolos, com todas as prerrogativas que encerra e pressupõe, havia de terminar com a morte do último deles, ou, pelo contrário, havia de crescer e dilatar-se até o fim dos tempos e até os últimos confins da terra? Deviam os primeiros Apóstolos, segundo a vontade expressa do Divino Fundador, ter legítimos sucessores que, de uma maneira exclusiva, herdassem sua missão e seus poderes, ou, pelo contrário, com sua morte haviam de terminar essa missão e esses poderes, ou haviam de passar a todos os fiéis da Igreja?

Desde já, se considerarmos que esses poderes, essas prerrogativas e essa mesma divina missão que os Apóstolos receberam de Jesus Cristo estavam encaminhados, por sua própria natureza e por vontade do Divino Fundador, não a beneficiá-los individualmente, mas a beneficiar a Igreja, temos que confessar que tais poderes e prerrogativas e a missão específica que Cristo lhes confiara não podiam nem deviam extinguir-se com a morte desses primeiros membros do Colégio Apostólico, mas que, como a Igreja, como este mesmo Colégio, deviam perpetuar-se para a conservação e o florescimento indefectível da Igreja. Se estes elementos desaparecessem,

desapareceria também a Igreja de Cristo. Lembremos as palavras de Cristo: “Ide por todo o mundo; pregai o Evangelho a toda criatura”.

1. Logo, os sucessores de Pedro, independentemente, e os sucessores do Colégio Apostólico, dependentemente de Pedro e em união com ele, hão de herdar e herdam as prerrogativas que Cristo quis dar-lhes, nas circunstâncias e com as limitações com que quis dar-lhas.
2. Daqui se segue, como o demonstramos anteriormente, que os decretos doutrinais das Congregações Romanas, embora respaldados pela aprovação comum do Papa, enquanto permanecerem nesta categoria e forem publicados como tais, não gozam, de maneira alguma, da infalibilidade. Mas pode suceder que o Papa os faça seus e que sejam publicados em seu nome. Este é o caso, por exemplo, do decreto “Lamentabili” do Santo Ofício, de 3 de julho de 1907. Porque São Pio X fez verdadeiramente sua essa doutrina e como tal a declarou a toda a Igreja, em seu Motu Proprio “Praestantia” de 18 de novembro de 1907. O Pe. Chompin, S.J., escrevendo contra Bonix, estabelece que, sempre que esta aprovação, em forma específica, não transforme necessariamente a decisão anterior, não é necessariamente uma definição *ex cathedra*. Esta definição se fará somente “se o Papa manifestar de uma maneira clara sua intenção e sua vontade de ser uma sentença definitiva, terminante, absoluta sobre a questão”.

4ª Conclusão: Quando o Magistério infalível é exercitado conjuntamente pelo Papa e pelos bispos, dispersos ou reunidos em Concílio, pode-se provar, ao menos como uma conclusão muito provável, pelo ensinamento da Sagrada Escritura, da Tradição e do próprio Concílio Vaticano I, que a infalibilidade, primária e principalmente, reside no Papa, de tal sorte que nos bispos somente se dê por participação e de uma maneira dependente.

1. Isto nos diz o ensinamento neotestamentário, especialmente em São Mateus XVI, 18 e em São Lucas XXII, 32. Ali se ensina que Pedro é sempre o fundamento da Igreja e que, por ele, a fé dos outros Apóstolos e de seus sucessores, até a consumação dos séculos, confirmados eles mesmos pela fé de Pedro, tem a indefectibilidade

somente por intermédio de Pedro e sob sua dependência. As palavras subsequentes, dirigidas conjuntamente a Pedro e a seus colegas no apostolado (Mat. XXVIII, 20), não podem modificar a promessa absoluta precedente, que claramente expressa que Pedro é sempre o fundamento da Igreja e que, por ele, a fé dos outros Apóstolos se afirma e se torna indefectível.

2. Este é o testemunho formal da Tradição, ao menos desde o século V. Este ensinamento se acha explicitamente nas palavras de São Leão Magno, declarando de modo categórico que, segundo a oração infalível de Jesus, a firmeza na fé foi dada a Pedro por Jesus, para que Pedro a conferisse aos Apóstolos; que tudo na Igreja se apoia sobre a fé de Pedro e que esta fé foi fortificada por Jesus Cristo com uma tal solidez que a perversão herética e a infidelidade não podem nunca corrompê-la. É fácil demonstrar, ao estudar os testemunhos da tradição, que esse ensinamento de São Leão, depois do século V até nossa época, se encontra constantemente reproduzido, seja como interpretação dos textos da Sagrada Escritura, seja fora dos textos escriturísticos, e que, sobretudo, depois do século XVI, esta doutrina é particularmente afirmada contra o erro teológico que pretende subordinar a decisão doutrinal do Papa à pretendida autoridade superior de um Concílio ou à aprovação ou ratificação final e decisiva da Igreja Universal.

3. Esta doutrina tem sempre como fundamento o dogma do Primado de Jurisdição do Romano Pontífice, tal qual foi definido no Concílio Vaticano I, sessão IV. Dado que a plenitude de toda autoridade reside, primária e principalmente, no Papa; e, dado que só o Papa, com sua autoridade suprema, pode convocar um Concílio e dar valor às suas decisões, pode-se afirmar que a plenitude da "autoridade doutrinal", isto é, "a infalibilidade", reside no Sumo Pontífice, primária, principal e imediatamente; de tal maneira que os bispos,

que ensinam com o Papa, possuem tão somente, poderíamos dizer, analogicamente, por participação e com dependência do Papa, a infalibilidade nas decisões dogmáticas conciliares.

4. Quanto à função de "juízes da fé" que, segundo a tradição católica, pertence certamente aos bispos, ao ensinarem juntamente com o Papa, ela pode ser exercida, com toda a verdade, seja antes, seja depois de uma definição pontifícia. a) Antes da definição pontifícia, os bispos, dispersos ou reunidos em Concílio, podem, apoiando-se nos ensinamentos ou documentos anteriores já conhecidos, estudar o problema teológico que será definido, até encontrar um juízo doutrinal sobre a matéria em questão. Neste processo, este juízo encontrado (supondo que se identifique com o do Papa) é tido como parte da infalibilidade doutrinal, pelo fato de ser depois ratificado ou confirmado pelo Papa, com a autoridade que ele tem recebida de Jesus Cristo. b) Depois da definição pontifícia, os bispos, dispersos ou reunidos em Concílio, podem, antes de se unirem à decisão do Papa, examinar a questão, em virtude da autoridade que lhes corresponde, para chegar, à luz dos argumentos da Escritura ou da Tradição que eles examinam, a um juízo doutrinal conforme àquele que o Papa tem. Este juízo doutrinal dos bispos não pode, no entanto, ter por fim consolidar a autoridade doutrinal do Papa, mas sim esclarecer e tornar tangível a coesão manifesta de todo o episcopado, unido aos ensinamentos do Pontífice.

No Concílio de Éfeso e no de Calcedônia, os bispos, antes de declarar sua vontade formal de se submeterem às decisões doutrinais já resolvidas pelo Papa, examinaram, em virtude de sua autoridade episcopal, à luz dos ensinamentos escriturísticos ou tradicionais, a matéria já definida pelo Papa; e deram depois sua plena adesão às decisões pontifícias com um juízo próprio e fundamentado. Com este sentido, assinaram as "atas conciliares" com uma fórmula para nós inaudita: *"Ego definiens subscripsi"* (eu, definindo, subscrevi). Por esse motivo também os Concílios mencionam muitas vezes as decisões infalíveis dadas por Concílios anteriores.

CAPÍTULO 3

CONCLUSÕES RELATIVAS AOS EFEITOS DA INFALIBILIDADE PONTIFÍCIA

1. Visto que, segundo o ensina o Concílio Vaticano I, o Papa possui esta prerrogativa da infalibilidade, porque Nosso Senhor Jesus Cristo quis assegurar à sua Igreja, *in definienda doctrina de fide et moribus* (ao definir a doutrina da fé e dos costumes), a imunidade de todo erro, esta infalibilidade da Igreja não somente abrange tudo aquilo que foi revelado pelo Divino Mestre, mas também todas as verdades sem as quais o Depósito da Fé não poderia ser defendido com eficácia, nem proposto com uma autoridade suficiente, e é claro que a infalibilidade pontifícia tem que se estender, ainda que indiretamente, a essas verdades relacionadas com a Divina Revelação.

2. Esta verdade, tão manifesta, depois das palavras da própria definição dogmática do Vaticano I: *"cum omnium christianorum pastoris et doctoris munere fungens, pro suprema sua apostolica autoritate, doctrinam de fide vel moribus ab universa Ecclesia tenendam definivit"* (quando exerce seu ofício de Pastor e de Doutor de todos os cristãos, ao definir, com sua suprema autoridade apostólica, a doutrina da fé ou dos costumes que deve ser crida por toda a Igreja). A expressão "tenendum" significa "credendum", isto é, o que deve ser aceito como verdade relacionada com os dogmas de fé: a substituição foi feita, ao se mudar da primeira redação a palavra "credendum" para não restringir as definições *ex cathedra* somente às verdades da fé. É, pois, certo que a infalibilidade pontifícia pode ter como objeto verdades conexas com a fé, ainda que seja de um modo indireto.

3. Segundo esta definição do Vaticano I, nossa conclusão tem a mesma certeza teológica que a própria infalibilidade do Magistério Eclesiástico possa ter indiretamente ao ensinar verdades não expressamente contidas no Depósito da Fé. Esta é a censura que damos a essas verdades, não diretamente reveladas, mas relacionadas com a Verdade Revelada: *"Theologice certa"*, teologicamente certa. Sua negação põe em perigo a fé.

3.1. CONDIÇÕES REQUERIDAS, SEGUNDO A DEFINIÇÃO, PARA A INFALIBILIDADE

1ª Condição: O Papa deve falar como Pastor e Doutor de todos os cristãos, porque, segundo os textos escriturísticos e os documentos da Tradição, a infalibilidade doutrinal está garantida a Pedro e aos sucessores de Pedro, enquanto eles ensinam oficialmente a todos os fiéis a doutrina que eles devem "ter" ou "crer". Não basta, pois, que o Papa fale como pessoa privada ou como autor ou doutor particular, mas sim como Pastor universal. Não é, no entanto, necessário que o Papa se dirija à Igreja inteira; basta que o dê a entender de um modo implícito ou equivalente, ao definir uma matéria que ele declara obrigatória para todos os fiéis, como o indicam as palavras seguintes do mesmo "decreto conciliar": *"cum omnium christianorum pastoris et doctoris munere fungens, pro suprema sua apostolica auctoritate doctrinam de fide vel moribus definit"*. Traduzo, para melhor compreensão da doutrina que vamos explicando (quando fala ex cathedra, quando exerce seu ofício de Pastor e Doutor de todos os cristãos, ao definir com sua suprema autoridade apostólica a doutrina de fé ou de costumes que deve ser crida por toda a Igreja). É igualmente certo que este ensinamento, declarado obrigatório para todos os fiéis, não está necessariamente ligado a alguma forma de linguagem determinada. Basta que se declare que o ensinamento é obrigatório em sua aceitação e crença para todos os fiéis. Assim, no Vaticano I, houve muitas correções que tinham por objeto estabelecer algumas condições ou pré-requisitos para poder considerar o Papa atuando em seu ofício de Pastor e Doutor de todos os cristãos; as quais emendas foram rechaçadas;

como, por exemplo, o Papa ter que consultar antes os bispos, dispersos ou reunidos em Concílio, ou exigir-lhe um estudo prévio e diligente da Sagrada Escritura e da Tradição. Estas novas regras, pelas quais o Concílio poderia, de certo modo, controlar o exercício do Magistério Papal, suporiam evidentemente o errôneo princípio, tantas vezes refutado e condenado, de que o Concílio é superior ao Papa. O Papa deve ser livre no exercício de seu Magistério, como Cristo o quis.

2ª Condição: É necessário que se trate de uma verdade tocante à fé e aos bons costumes; que esta verdade seja em si mesma uma verdade revelada ou que, ao menos, seja uma verdade relacionada intimamente com a revelação, no sentido que já indicamos: *"doctrinam de fide vel moribus ab universa Ecclesia tenendam*", uma doutrina de fé ou de costumes, que toda a Igreja deve confessar.

3ª Condição: É necessário que o Papa defina, isto é, que nos diga que essa verdade concreta foi revelada por Deus e se encontra contida no Depósito da Divina Revelação; e, portanto, a doutrina que ele ensina deve ser tida, aceita, crida pela Igreja Universal.

A definição, da qual aqui se trata, é um juízo doutrinal explícito e último, dado pelo Papa em assuntos de fé ou de moral, como pertencente à Revelação feita por Deus ou como verdade intimamente ligada à Divina Revelação.

a) Visto que, segundo o Decreto conciliar, há uma identidade entre o Magistério do Papa e o Magistério Geral da Igreja, devem-se entender aqui as palavras "*definit tenendam*" no mesmo sentido em que habitualmente foram até agora tidas pelos teólogos, quando eles falam, de uma maneira geral, do Magistério Eclesiástico. Portanto, que fique bem assentado que na linguagem teológica habitual, depois do século XVI, depois dos testemunhos antes citados, estas mesmas palavras ou modos equivalentes de dizer significam, na linguagem habitual dos teólogos, tanto nas definições pontifícias como nas decisões terminantes dos Concílios Gerais, um juízo último e decisivo sobre questões de fé ou de moral, que todos os crentes devemos aceitar e confessar.

Neste sentido, os teólogos dizem comumente que só cai sob a definição conciliar o que o Concílio quis realmente definir, suposto o fim que se propõe, as expressões que emprega e os erros que formalmente quer condenar. De onde se conclui que habitualmente não é necessariamente definido, nem os argumentos ou razões que não são pontos expressamente impostos ao assentimento dos fiéis, nem os motivos da definição, nem as coisas incidentalmente ditas ou mencionadas no Concílio, nem aquilo que incidentalmente se diz em um texto conciliar, sem que o Concílio queira, de maneira alguma, compreendê-lo na definição ou impô-lo à crença ou ao assentimento formal dos fiéis.

a) A conclusão é, pois, manifesta. As palavras "definit tenendam" da definição vaticana devem ser entendidas, segundo o sentido comum admitido até agora, de um juízo explícito e último, que todos devem crer ou ter firmemente.

b) Esta foi a interpretação formulada no relatório de Mons. Gasser, em nome da comissão da fé. A palavra "definit" não deve ser tomada apenas em um sentido jurídico, para pôr fim a uma controvérsia sobre uma heresia ou uma doutrina da fé. Esta palavra significa um JUÍZO DIRETO E ÚLTIMO, dado pelo Papa, em relação à fé e à moral, de tal maneira que todos os fiéis possam ter certeza da intenção do Soberano Pontífice e de que tal doutrina é julgada por ele como herética, próxima da heresia, certa ou errônea.

c) Deve-se concluir, com o Cardeal Billot, que a condição exigida pelas palavras "definit tenendam" pode ser defeituosa de duas maneiras: ou porque as expressões de que o Papa se serve não contêm nenhum juízo doutrinal, ou porque este juízo não é um juízo final que manifeste certamente a exigência do assentimento da fé, uma firme adesão. Há manifesta carência de um juízo doutrinal quando o Papa São Sirício se contenta em proibir toda inovação, como sucedeu no caso dos rebatizados, ou, com razão mais forte, quando o Papa ordenou simplesmente que se abstivessem de toda controvérsia sobre uma matéria determinada, até que a Santa Sé tivesse definido o que devia ser crido ou admitido, como o fez

Pio II na discussão sobre a união hipostática do sangue de Cristo derramado durante a paixão. Há igualmente ausência de juízo doutrinal quando, ressalvada, evidentemente, toda questão doutrinal, se trata unicamente da oportunidade ou da inoportunidade de um juízo que deva ser dado sobre uma simples questão de fato, por exemplo, se tal pessoa ou tal obra merece condenação por causa de erros reais, ou se é preferível abster-se de uma condenação formal por causa dos graves inconvenientes que possam resultar dessa condenação ou porque não existe um perigo imediato. Pode-se, como exemplo, citar o caso do Papa Virgílio no assunto dos três Capítulos. (Denzinger 421-438).

Há também ausência de juízo doutrinal quando se trata unicamente da inoportunidade de uma expressão, considerada, por equívoco, por falsas relações ou por falta da suficiente precisão, que dá lugar a consequências desastrosas.

Enfim, há uma ausência de juízo doutrinal explícito em todos os casos em que se trata de um ensinamento positivo, efetivamente contido nas leis dadas pelo Papa para a Igreja Universal, nos decretos pontifícios concernentes à aprovação do culto dos santos ou à aprovação das Ordens religiosas. Este ensinamento pontifício é infalível, no sentido e com as condições necessárias para o Magistério da Igreja.

2. Visto que somente o juízo direto, formal e último dado pelo Papa em relação à fé e aos bons costumes constitui a definição infalível, no sentido do decreto conciliar, é evidentemente certo que a autoridade infalível deve estar estritamente limitada àquilo que o Papa quer definir, dado o fim que se propõe e dadas as condições que ele declara.

a) Não se podem compreender em tal definição as razões ou os argumentos sobre os quais se apoia essa definição, a menos que estes argumentos sejam em si mesmos expressamente definidos, como os textos de São Mateus XVI, 18 e São Lucas XXII, 32, cujo sentido foi definido pelo Vaticano I. Assim, na Bula “Ineffabilis Deus” de Pio IX, de 8 de dezembro de 1854, definindo o dogma da Imaculada Conceição de Maria,

unanimemente aceita como um ato ex cathedra, as provas ou indicações bíblicas aduzidas pelo argumento pontifício de Gênesis III, 1-15, ou das figuras perfeitas de Maria Santíssima, aduzidas do Antigo Testamento, segundo a interpretação dos Santos Padres, não são, depois da declaração do Papa, nem depois do fim que ele se propôs, o objeto de um juízo doutrinal imposto como obrigatório a todos os fiéis pelo Papa.

A mesma afirmação deve, com maior razão, aplicar-se aos textos citados, nos documentos pontifícios, de uma maneira simplesmente acomodatícia, como os seguintes textos: "Ecce duo gladii hic" (Luc. XXII, 38); e "Converte gladium tuum in vaginam" (Mateus, XXVI, 52), na Bula "Unam Sanctam" de Bonifácio VIII.

b) Não se deve, pois, compreender dentro da definição pontifícia aquilo que é afirmado incidentalmente, por ocasião da definição, sem que o Papa queira, de maneira alguma, impor, nestas suas definições, essas citações incidentais como dogmas de fé aos fiéis. Assim, na Bula mencionada de Pio IX, "Ineffabilis Deus", não se podem considerar como contidas na definição dogmática muitas afirmações concernentes à mediação universal da Santíssima Virgem e à "Onipotência de sua intercessão", palavras ditas incidentalmente, sem que encontremos nenhum indício certo de que o Papa quis impô-las à adesão de fé dos católicos.

c) O mesmo parece que devemos pensar da afirmação incidental que se encontra no fim da mesma Bula, que, quando alguém tivesse a presunção de pensar em seu coração secus a Nobis definitum est (diferente do que foi definido por Nós), saiba que ele se condenou por seu próprio juízo, que naufragou na fé e que se separou da unidade da Igreja. É manifesto que, por esta afirmação, o Papa não pretendeu dirimir a controvérsia teológica relacionada com os hereges ocultos, catalogados por muitos teólogos como membros da Igreja visível, enquanto sua heresia não se manifesta exteriormente, ou, segundo outros teólogos, inteiramente separados da Igreja visível, porque sua fé puramente exterior não pode constituir um vínculo realmente suficiente.

d) Pela mesma razão, não se devem compreender, na definição pontifícia, as possíveis conclusões que são legitimamente dedutíveis do mesmo contexto. Porque estas conclusões, embora possam ser certas, embora não possam ser negadas sem pôr em perigo a verdade revelada ou a própria infalibilidade do Papa, não são, no entanto, o ponto ou a proposição diretamente proposta pelo Papa à aceitação dos fiéis, como se requer para uma definição propriamente dita. Isto, por outro lado, admitem todos os teólogos católicos ao estudar as definições dadas pelos Concílios.

3. Quanto aos caracteres pelos quais se podem reconhecer as definições pontifícias infalíveis, devem-se aplicar os mesmos critérios que comumente nos deram os antigos teólogos para reconhecer as definições infalíveis do Magistério da Igreja, considerado de uma maneira geral. Basta que o Papa manifeste formalmente sua vontade de reprovar ou condenar um erro, como direta ou indiretamente oposto à fé, ou de declarar uma doutrina como estritamente obrigatória para todos os fiéis, seja que se imponha sob a pena do anátema, seja que a proponha como verdade de fé ou como algo que não se pode rejeitar sem prejuízo da fé. Embora, para o Papa significar esta vontade, em princípio, nenhuma expressão seja rigorosamente necessária, há expressões que, segundo a apreciação universal, são sinais certos de uma definição propriamente dita. Poderíamos citar, como exemplo, o caso no qual uma verdade foi declarada verdade de fé ou verdade revelada, com as expressões: *"definitive damnamus et reprobamus"*, *"auctoritate Dei et beatorum Apostolorum Petri et Pauli damnamus et reprobamus"* (definitivamente condenamos e reprovamos; com a autoridade de Deus e dos bem-aventurados apóstolos Pedro e Paulo, condenamos e reprovamos).

Citaremos, a título de exemplos, alguns documentos pontifícios que, segundo os princípios que mencionamos, são considerados como uma definição infalível:

a. A carta já mencionada do Papa São Leão I ao Bispo Flávio de Constantinopla, na qual expõe, com soberana autoridade, a fé que todos devem admitir em relação à Encarnação; esta carta foi considerada pelo Concílio de Calcedônia como um juízo doutrinal definitivo e obrigatório para todos, e mencionado como tal em toda a tradição católica, particularmente na fórmula de fé do Papa São Hormisdas.

b. A Carta dogmática do Papa Santo Agatão relativa às duas vontades em Jesus Cristo, indicando com uma plena autoridade, antes da celebração do Concílio, a doutrina que todos devem saber, sob pena de ficar fora da fé ortodoxa. A soberana autoridade doutrinal deste documento foi plenamente reconhecida pelos Padres do VI Concílio Ecumênico, Constantinopolitano III.

c. A Bula "Unam Sanctam" de Bonifácio VIII, de 18 de novembro de 1302, ao menos por sua declaração final, concomitante à declaração da sujeição de toda criatura humana ao pontificado Romano. *"Porro subesse Romano Pontifici, omni humanae creaturae dicimus, definimus omnino esse de necessitate salutis"*. (Portanto, dizemos e definimos que é de necessidade para a salvação eterna que toda criatura humana esteja sujeita ao Romano Pontífice).

d. A constituição de Bento XII "Benedictus Deus", de 29 de janeiro de 1336: *"Hac in perpetuum valitura Constitutione, auctoritate Apostolica definimus: quod secundum communem Dei ordinationem animae sanctorum omnium, qui de hoc mundo ante Domini nostri Iesu Christi passionem decesserunt, nec non sanctorum apostolorum, martyrum, confessorum, virginum et aliorum fidelium defunctorum, post sacram ab eis Christi Baptisma susceptum, in quibus nihil purgabile fuit, quando decesserunt, nec erit, quando descendent etiam in futurum, vel si tunc fuerit aut erit aliquid purgabile in eisdem, cum post mortem suam fuerint purgatae, ac quod animae puerorum eodem Christi baptismate renatorum et baptizandorum, cum fuerint baptizati, ante usum liberi arbitrii decedentium, mox post mortem suam et purgationem praefatam in illis, qui purgatione huiusmodi indigebant, etiam ante resurrectionem suorum corporum et iudicium generale post ascensionem salvatoris Domini Nostri*

Iesu Christi in caelum fuerunt, sunt et erunt in caelo...” (Por meio desta Constituição perpetuamente válida, com a autoridade apostólica definimos: que, segundo a comum ordenação de Deus, as almas de todos os santos que neste mundo morreram antes da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, assim como as dos santos apóstolos, mártires, confessores, virgens e dos outros fiéis defuntos, depois de haverem recebido o santo batismo de Cristo, nos quais não havia nada a purgar quando morreram, nem haverá quando morrerem também no futuro, ou se então houve ou haverá algo a purgar neles, quando, depois de sua morte, tiverem sido purgados, e que as almas das crianças renascidas pelo mesmo batismo de Cristo e a serem batizadas, quando tiverem sido batizadas e morrerem antes do uso do livre-arbítrio, logo após sua morte e a mencionada purgação naqueles que de tal purgação necessitavam, mesmo antes da ressurreição de seus corpos e do juízo geral, depois da ascensão de nosso Salvador, Nosso Senhor Jesus Cristo, ao céu, estiveram, estão e estarão no céu...).

e. A Bula “Exsurge, Domine” de Leão X, de 15 de junho de 1520, condenando as 41 proposições de Lutero como heréticas e errôneas, e exigindo de todos os fiéis uma absoluta reprovação. (Denzinger 1449).

f. A Constituição Apostólica de Inocêncio X “Cum occasione”, de 31 de maio de 1653, condena 5 proposições extraídas do livro sobre Santo Agostinho de Cornélio Jansênio e proíbe os fiéis de admiti-las, sob as censuras e penas contra os hereges. (Denzinger 1999).

g. A Constituição Apostólica “Caelestis Pastor” de Inocêncio XI, de 19 de novembro de 1687, condenando de uma maneira definitiva 68 proposições do quietista Miguel de Molinos. (Denzinger 2195).

h. A Constituição de Inocêncio XI “Cum alias”, de 12 de março de 1699, condenando, com seu poder apostólico, 23 proposições do livro de Fénelon. (Denzinger 2327).

i. A Constituição “Unigenitus” de Clemente XI, de 8 de setembro de 1713, condenando 101 proposições heréticas ou errôneas de Pasquier Quesnel. (Denzinger 2400).

j. A Constituição “Auctorem Fidei” de Pio VI, de 28 de agosto de 1794, condenando as proposições heréticas ou errôneas do conciliábulo de Pistoia e ordenando expressamente a todos os fiéis que neguem seu assentimento à doutrina ensinada nesse Conciliábulo. (Denzinger 2600).

k. A Bula “Ineffabilis Deus” de Pio IX, de 8 de dezembro de 1854, pela parte que contém a definição dogmática e infalível da Imaculada Conceição. (Denzinger 2803).

l. Muitos teólogos e canonistas consideram como dogmática a célebre Encíclica de Pio IX “Quanta Cura”. À medida que a revolução triunfante no campo teológico, encabeçada por Jesuítas e Dominicanos – os da nova onda – foi crescendo, o Syllabus perdeu para muitos seu valor dogmático. A “autodemolição” que vemos, a derrocada que o Vaticano II e os dois últimos Papas trouxeram, demonstraram que nesse odiado SYLLABUS o Magistério infalível de Pio IX previu as inevitáveis consequências dos erros que na filosofia e na teologia se haviam infiltrado.

3.2. A ENCÍCLICA PASCENDI DE SÃO PIO X

A Encíclica “Pascendi” de São Pio X, publicada em 7 de setembro de 1907, e o Decreto “Lamentabili”, de 3 de julho de 1907, foram, na época de sua publicação, objeto de juízos contraditórios. Muitos teólogos, a maioria deles, viram nesses documentos verdadeiros atos do Magistério infalível, por causa de sua importância doutrinal e pelo “Motu Proprio” “PRAESTANTIA”, de 18 de novembro de 1907, no qual São Pio X faz seu o Decreto e o acompanha com censuras. Outros teólogos, em contrapartida (os já comprometidos), pensam que essa Encíclica, sem chegar ao Magistério infalível, é “o mais alto ato do Magistério Pontifício, depois da definição ex cathedra”. Quanta visão sobrenatural teve esse grande santo e esse grande Papa, ao denunciar, com a maior energia e com as palavras mais inequívocas, o “modernismo”, esse câncer letal que se estendia funestamente até as próprias entranhas da Igreja, não só entre os leigos, mas também entre os sacerdotes, bispos e cardeais. Citemos

algumas passagens dessa Encíclica “PASCENDI DOMINICI GREGIS”, que confirmam e denunciam os erros atuais, que, com o nome de “progressismo”, querem nos dar “uma nova mentalidade”, “uma nova economia do Evangelho”, “uma nova religião”, que já não é a de Cristo, mas a do mundo, a do homem moderno.

“Jamais faltaram – diz São Pio X – homens de linguagem perversa, de discursos vãos e sedutores, que erram e que induzem ao erro. Mas é preciso reconhecê-lo: nestes últimos tempos, cresceu estranhamente o número dos inimigos da Cruz de Cristo, os quais, com artes inteiramente novas e cheias de perfídia, se esforçam por aniquilar as energias vitais da Igreja e até por destruir de cima a baixo, se lhes fosse possível, o império de Jesus Cristo.”

Eis aqui o “progressismo”! Eis aqui a situação religiosa do mundo moderno! Cresce alarmantemente o número dos inimigos, conscientes e inconscientes. Há um ataque cerrado à Cruz de Cristo, que quer converter em paraíso este mundo corrompido e em Deus o homem degenerado. Querem aniquilar as energias vitais da Igreja, especialmente o Santo Sacrifício do Altar e os Sacramentos, que são os canais por onde se derivam até nós as graças inesgotáveis da Redenção de Cristo. De cima a baixo, a destruição aumenta e, simulando pacífica coexistência, “humanismo integral”, “pacificação dos povos” e libertação dos subdesenvolvidos, aumentam as guerras, semeia-se o ódio, provocam-se as guerrilhas, os atos terroristas, os sequestros aéreos ou pessoais e crimes monstruosos que, de dia em dia, e em nome do progresso, em nome do novo evangelho, cobriram de sangue inocente tantas nações.

E prossegue o Papa: “o que, sobretudo, exige de Nós que rompamos sem delongas o silêncio, é a circunstância de que, no presente, não é mais necessário ir buscar os fabricantes de erros entre os inimigos declarados: eles se ocultam, e isto é precisamente objeto de grandíssima ansiedade e angústia, no próprio seio e dentro do coração da Igreja. Inimigos, na verdade, tanto mais prejudiciais quanto menos declarados.”

Não é isto o que estamos vendo? Não é esta a situação angustiante, verdadeiramente satânica, da Igreja de nossos dias, cuja tragédia o próprio Papa Montini, em um momento de objetividade, chamou de a "autodemolição" da Igreja? Os mais eficazes propagadores das heresias, dos erros, da inconformidade violenta; os melhores colaboradores do comunismo ateu e sanguinário são os clérigos progressistas, são os bispos que fazem carreira, são os cardeais que claudicaram de suas gravíssimas responsabilidades para bajular os inimigos e castigar impiedosamente os que se empenham, com torpeza, em defender a bendita religião de nossos antepassados.

"Falamos – continua Pio X – Veneráveis Irmãos, de um grande número de católicos leigos e, o que é ainda mais deplorável, até de sacerdotes, os quais, sob pretexto de amor à Igreja, faltos em absoluto de conhecimentos sérios em filosofia e teologia, e impregnados, pelo contrário, até a medula dos ossos, de venenosos erros, bebidos nos escritos dos adversários do Catolicismo, jactam-se, a despeito de todo sentimento de modéstia, como restauradores da Igreja, e, em falange cerrada, assaltam com audácia tudo o que há de mais sagrado na obra de Jesus Cristo, sem respeitar a própria pessoa do Divino Redentor, que rebaixam, com sacrílega temeridade, à categoria de puro e simples homem."

Sim, já não podemos calá-lo. Os leigos católicos – ou que se dizem católicos – perderam a fé, lendo afanosamente os livros mais venenosos contra a fé. Não é agora para eles Teilhard de Chardin a suma de sua fé evolucionista, panteísta? Não tem essa literatura de apostasia, de máfia, de antros malignos e infernais, a aprovação e a bênção do Pe. Pedro Arrupe, S.J., o incrível Prepósito Geral da Companhia de Jesus, que, com ciência e consciência, nulificou os Mónitos e as condenações do Santo Ofício, para apresentar este apóstata como um jesuíta extraordinário, um sábio excelso, que soube atualizar a já antiquada religião de Cristo? O que creem agora, o que pregam os sacerdotes da nova onda? O que ensinam os pastores, nas poucas vezes que falam? Ecumenismo, aggiornamento, liberdade de religião, diálogo condescendente com os inimigos. O Cristo histórico, para

eles, já não é o Cristo de nossa fé. Justiça social! Mudança de estruturas! Revolução! Violência!

Bem posso aqui, com o devido respeito, fazer minhas as seguintes palavras desse grande Santo: "Tais homens poderão estranhar ver-se colocados por 'mim' entre os inimigos da Igreja; mas não haverá fundamento para tal estranheza em nenhum daqueles que, prescindindo das intenções, reservadas ao juízo de Deus, conheça suas doutrinas e sua maneira de falar e de agir. São certamente inimigos da Igreja, e não se afastará da verdade quem disser que esta não os teve piores." Eu não julgo, como Luis Reynoso Cervantes, o sábio jurista e teólogo retrógrado, as intenções de ninguém, nem penso que foi "ingênua malícia" o que ele redigiu em seus escritos, o que ditou em suas aulas ou em suas conferências difamatórias nos templos; mas, conhecendo suas doutrinas e sua maneira de falar e de agir, penso que estes neomodernistas, convenientes, servis e traidores são dos piores inimigos que a Igreja de Deus teve em sua longa história.

"Para proceder com clareza – diz São Pio X – em matéria tão complexa, é preciso advertir, antes de tudo, que cada modernista representa uma variedade de personagens, misturando, por assim dizer, o filósofo, o crente, o teólogo, o historiador, o reformista, o doutor em Direito Canônico; personagens que convém delinear com exatidão, se se quer conhecer a fundo seu sistema e dar-se conta dos princípios e das consequências de suas doutrinas."

Na impossibilidade de projetar a luz divina desta Encíclica inspirada sobre os erros do progressismo clerical e leigo que hoje nos invade, quero reproduzir aqui umas palavras de São Pio X, referentes à evolução da religião, da qual hoje tanto se fala: "Há aqui um princípio geral: em toda religião que vive, nada existe que não seja variável e que, portanto, não deva variar-se. De onde passam ao que, em sua doutrina, é quase o capital, a saber: a evolução". Aqui temos já a explicação dessa "mudança" que transformou de tal maneira nossa fé, que bem podemos afirmar que a religião do progressismo já não é a religião de nossos pais.

"Se, pois, não queremos – prossegue São Pio X, explicando o pensamento modernista – que o dogma, que a Igreja, o culto sagrado, os livros que, como santos, reverenciamos, e até a mesma fé, languidesçam com o frio da morte, devem sujeitar-se às leis da evolução. Nem isto surpreenderá se se levar em conta o que de cada uma dessas coisas ensinam os modernistas. Porque, posta a lei da evolução, achamos descrita por eles mesmos a razão da evolução. E, em primeiro lugar, quanto à fé. A forma primitiva da fé, dizem, foi rudimentar e comum para todos os homens, porque brotava da própria natureza e vida humana. Fez com que progredisse a evolução vital, não pela agregação externa de novas formas, mas por uma crescente penetração do sentimento religioso na consciência. O mesmo progresso se realizou de dois modos: em primeiro lugar, negativamente, subtraindo todo elemento estranho, como, por exemplo, o que provinha da família ou da linhagem; depois, positivamente, graças ao aperfeiçoamento intelectual e moral do homem, de onde a noção do divino se engrandeceu e se ilustrou, e o sentimento religioso resultou mais requintado. As mesmas causas que trouxemos antes para explicar a origem da fé devem ser atribuídas ao seu progresso. Ao que se deve acrescentar certos homens extraordinários (que nós chamamos de profetas, dos quais o mais excelente foi Cristo), seja porque em sua vida e palavras manifestaram algo de misterioso, que a fé atribuía à divindade, seja porque lograram novas e não vistas experiências, que respondiam às necessidades dos tempos. Mas o progresso do dogma origina-se principalmente de que é preciso vencer os impedimentos da fé, subjugar os inimigos e refutar as contradições. Junte-se a isto o esforço perpétuo para penetrar melhor, o quanto possível, nos arcanos que na fé se contêm. Assim, omitindo outros exemplos, sucedeu com Cristo: aquilo de mais ou menos divino que nele a fé admitia foi crescendo insensivelmente e por graus, até que, finalmente, foi tido por Deus. Na evolução do culto, contribui principalmente a necessidade de acomodar-se aos costumes e tradições populares, e também a de desfrutar da virtude que certos atos receberam do uso. Enfim, a Igreja encontra a razão de seu desenvolvimento em que tem necessidade de adaptar-se às circunstâncias históricas e às formas publicamente introduzidas do regime civil. Assim os modernistas falam de cada coisa

em particular. Aqui, porém, antes de ir adiante, queremos que se advirta bem esta doutrina das necessidades ou indigências (a necessidade de Deus), pois ela é como a base e o fundamento, não só do que vimos, mas, ademais, daquele famoso método que denominam histórico." Não serão estes os Sinais dos Tempos?

"Insistindo ainda na doutrina da evolução, deve-se particularmente advertir que, embora a indigência ou a necessidade impulsionem à evolução, todavia a evolução, regulada apenas por ela, transpondo facilmente os fins da tradição e arrancada, portanto, de seu primitivo princípio vital, encaminhar-se-ia mais para a ruína do que para o progresso. Pelo que, aprofundando mais na mente dos modernistas, diremos que a evolução provém do conflito de duas forças, das quais uma estimula o progresso, e a outra pugna pela conservação. A força da conservação floresce na Igreja e se contém na tradição. Representa-a a autoridade religiosa, e isso, tanto por direito, pois é próprio da autoridade defender a tradição, como pelo uso; posto que, retirada das mudanças da vida, poucos ou nenhum estímulo sente que a induza ao progresso. Pelo contrário, oculta-se e agita-se, nas consciências dos indivíduos, uma força que os arrebata em prol do progresso e responde a interiores necessidades, sobretudo nas consciências dos particulares, daqueles especialmente que estão, como dizem, em contato mais particular e íntimo com a vida. Observai aqui, Veneráveis Irmãos, que ergue sua cabeça aquela doutrina ruinosíssima que ingere na Igreja os leigos como elementos de progresso. Desta espécie de convênio e pacto entre as duas forças, conservadora e progressista, isto é, entre a autoridade e a consciência dos particulares, procedem o progresso e as mudanças. Pois as consciências privadas, ou pelo menos algumas delas, operam na consciência coletiva; esta, por sua vez, nas autoridades, obrigando-as a pactuar e a manter o pacto. Do que foi dito, entende-se, sem trabalho, por que os modernistas se admiram tanto quando sabem que são repreendidos ou castigados. O que se lhes imputa como culpa, eles têm por dever religioso. Ninguém, melhor que eles, compreende as necessidades das consciências, pois mais intimamente as penetram que as autoridades eclesiásticas. Tais necessidades, por conseguinte, eles as recolhem como em si, e, por isso, sentem-se obrigados

a falar e a escrever publicamente. Castigue-os, se quiser, a autoridade; eles se apoiam na consciência do dever e, por íntima experiência, sabem que se lhes devem louvores e não repressões. Estão convencidos de que nem o progresso se faz sem lutas, nem há lutas sem vítimas: sejam eles, pois, as vítimas, a exemplo dos profetas e de Cristo. Nem porque se lhes trate mal odeiam a autoridade; confessam voluntariamente que ela cumpre seu cargo. Queixam-se apenas de que não lhes deem ouvidos, porque assim se atrasa o adiantamento das almas; chegará, não obstante, a hora de destruir essas andanças, já que as leis da evolução podem ser refreadas, mas não de todo quebrantadas. Vão adiante no caminho começado, e, mesmo repreendidos e condenados, vão adiante, encobrindo sua incrível audácia com a máscara de uma aparente humildade. Dobram fingidamente suas cervizes, mas, com a obra e a intenção, prosseguem mais atrevidamente o que empreenderam. Pois assim procedem de caso pensado, tanto porque creem que a autoridade deve ser empurrada e não derrubada, como porque lhes é necessário morar no recinto da Igreja, a fim de mudar insensivelmente a consciência coletiva; nisto não advertem que confessam que a consciência coletiva diverge deles, não tendo, por conseguinte, direito algum de se apresentar como seus intérpretes." Eis aqui a imagem infernal do jesuíta apóstata Pierre Teilhard de Chardin, que quis permanecer na Igreja para destruí-la por dentro.

"Assim, pois, Veneráveis Irmãos, para os modernistas, autores e obreiros, não é conveniente que haja nada estável, nada imutável na Igreja. Na qual sentença lhes precederam aqueles de quem nosso predecessor Pio IX já escrevia: 'Esses inimigos da revelação divina, prodigalizando estupendos louvores ao progresso humano, querem, com temerária e sacrílega ousadia, introduzi-lo na religião católica, como se a religião fosse obra dos homens e não de Deus, ou algum invento filosófico que, com traços humanos, possa ser aperfeiçoado'. Quanto à revelação, sobretudo, e aos dogmas, nada se acha de novo na doutrina dos modernistas, senão que é a mesma que encontramos reprovada no Syllabus de Pio IX, enunciada assim: 'A revelação divina é imperfeita e, portanto, sujeita ao progresso contínuo, indefinido, correspondente ao da razão humana'. E, com maior solenidade no Concílio Vaticano I, por estas palavras: 'Nem, pois, a

doutrina da fé que Deus revelou se propôs como um invento filosófico para que a aperfeiçoassem os engenhos humanos, mas como um depósito divino se entregou à Esposa de Cristo, a fim de que a custodiasse fielmente e infalivelmente a declarasse. Daqui que se hão de ter também os dogmas sagrados no sentido perpétuo que uma vez declarou a Santa Mãe Igreja, nem jamais se deve apartar dele, sob cor ou nome de mais alta inteligência'. Com o qual, sem dúvida, a explicação de nossas noções, mesmo acerca da fé, tão longe está de ser impedida que, antes bem, se facilita e promove. Por esta causa, o Mesmo Concílio Vaticano I prossegue dizendo: 'Cresça, pois, e progrida, muito e incessantemente, a inteligência, a ciência, a sabedoria, tanto dos particulares como de todos, tanto de um só homem como de toda a Igreja, ao compasso das idades e dos séculos; mas, só em seu gênero, isto é, no mesmo dogma, no mesmo sentido e na mesma sentença.'"

Na "PASCENDI", o grande Pontífice estuda o "progressista" enquanto filósofo, enquanto crente, enquanto historiador, crítico, apologista ou reformador; isto é, o homem completo, a religião integral, o católico que, crendo-se membro da Igreja de Cristo, é, na realidade, a negação completa de Cristo e de sua Igreja. E é que a "evolução", a mudança, o "aggiornamento" que proclamam como progresso superior humano é, na realidade, a negação de Deus e a perversão do homem.

Esta é a dialética do marxismo, em cujos moldes está ou pretende estar forjada a "evolução" da fé, de nossos dogmas, de nossa religião. Aqui não há progresso, mas há contradição: por isso o "progressismo" é a negação do catolicismo, porque é a distorção de todos os nossos dogmas, a síntese de todas as heresias. E esta é também – causa dor dizê-lo! – a instabilidade e as mudanças que hoje palpamos nos órgãos do Magistério. Esta é a explicação da facilidade e aceitação com que hoje se proclamam os erros mais crassos, verdadeira negação dos dogmas católicos e aceitação dissimulada das heresias já condenadas pela Igreja.

Com quanta razão São Pio X, depois de ter estudado o "modernismo" em seus diversos aspectos, escreve mais adiante: "Em toda esta exposição da doutrina dos modernistas, Veneráveis Irmãos, pensará

porventura algum que nos detivemos demasiado; mas era de todo ponto necessário, já para que não nos recusassem, como costumam, tachando-nos de ignorantes de suas coisas, já para que seja manifesto que, quando tratamos do modernismo, não falamos de doutrinas vagas e sem nenhum vínculo de união entre si, mas de um corpo definido e compacto, no qual, se se admite uma coisa dele, seguem-se as demais por necessária consequência. Por isso, procedemos de um modo quase didático, sem recusar algumas vezes os vocábulos bárbaros de que usam os modernistas. Agora bem, abarcando como de uma só vez a totalidade deste sistema, ninguém se maravilhará se o definirmos afirmando que é um agregado de todas as heresias". "Antes bem – prossegue São Pio X –, foram estes tanto mais além, que não só destruíram a religião católica, mas, como já indicamos, absolutamente toda religião".

Isto é o que estamos vendo: o neomodernismo, que, como diz São Pio X, tentou destruir toda religião. O que resta da Igreja no progressismo? Uma religião sem Deus; um sincretismo agnóstico; uma religião homocêntrica, na qual o homem ocupou ou pretendeu ocupar o lugar de Deus.

Por isso, a Encíclica de São Pio X foi considerada como uma Encíclica dogmática, porque é uma defesa integral de nossa fé católica, assim como integral é também o ataque progressista, patrocinado e dirigido por Paulo VI.

3.3. A ASSISTÊNCIA DIVINA AO VIGÁRIO DE CRISTO

Já antes da publicação do Syllabus, Pio IX havia deliberado com os cardeais, a maior parte deles favoravelmente opinantes, sobre a conveniência da convocação de um Concílio para condenar os gravíssimos erros que estavam destruindo a fé católica. Assim, pois, por ocasião do jubileu em honra dos Príncipes dos Apóstolos, em junho de 1867, diante dos bispos congregados em Roma, anunciou seu Concílio. No ano seguinte, em 29 de junho de 1868, publicou sua Bula de convocação "Aeterni Patris", na qual assinalava para a inauguração o dia 8 de

dezembro de 1869. Haviam certamente de se tratar coisas pertencentes à disciplina; mas as questões dogmáticas ocupavam o principal. Dois temas principais se preparavam: a explicação da fé católica contra os erros, provenientes principalmente do racionalismo, e a doutrina sobre a Igreja de Cristo. Os acontecimentos revolucionários impediram o desenvolvimento de todos estes temas; mas se estudaram, não obstante, e se definiram os pontos mais importantes. Duas foram as Constituições que o Sínodo definiu: a Constituição "Dei Filius", "de fide catholica", e a "Pastor aeternus", na qual se tratou a primeira parte de "Ecclesia Christi". A revolução veio a impedir a continuação do Concílio e o estudo da segunda parte dessa Constituição sobre a Igreja.

Nos desígnios da Providência, os pontos mais urgentes e mais importantes foram definidos. Na "Constituição da Fé", definiu-se, como base de nossa fé católica, a existência de um Deus, Criador e Senhor das coisas visíveis e invisíveis; condenou-se o materialismo, o panteísmo, a evolução teogênica, a negação da criação. Definiu-se sobre a essência de Deus e sobre o fim da criação visível e invisível. Falou-se e explicou-se a natureza da revelação, natural e sobrenatural. No capítulo 3º desta mesma parte, define-se-nos a natureza da fé, a dependência da razão humana à fé divina, a diferença essencial entre a fé natural e a sobrenatural, para definir depois a necessidade essencial da fé sobrenatural, dada a impotência do entendimento para alcançar essas verdades somente pela razão humana. Definiram-se as provas objetivas e sensíveis que Deus nos dá de sua divina revelação. Determinou-se o valor das Sagradas Escrituras como expressão da palavra de Deus; o valor probativo do milagre; a liberdade do ato de fé. Finalmente, fez-se ver a essencial diferença entre a religião verdadeira e única, fundada por Jesus Cristo, e todas as outras religiões, que se fundam no erro ou na mentira.

Faz ver o Concílio a relação entre a fé e a razão humana. O primeiro cânone desta quarta sessão nos diz que as verdades sobrenaturais não podem, sem a luz da fé, somente pela razão humana, chegar a ser conhecidas. A razão deve estar sujeita à fé; nossa fé não pode ser racionalizada. A fé viva necessita certamente da caridade de Deus; mas, mesmo a fé sem caridade, a fé morta, é uma virtude infusa que o próprio

Deus nos dá com a graça santificante no batismo. Pelo pecado, perde-se a caridade, mas nem a fé nem a esperança, embora possam diminuir, perecem; a não ser que se perca a fé por um pecado contra a própria fé.

Depois da Constituição dogmática sobre a fé católica, passou o Concílio a tratar, em 18 de julho de 1870, da Constituição dogmática "Pastor Aeternus", "de Ecclesia Christi". Um prólogo e fundamento da Igreja de Cristo.

3.4. A VIRADA DO VATICANO II SOBRE ESTE PONTO FUNDAMENTAL

Contrasta este prólogo com o do Vaticano II sobre a mesma matéria, e com a concepção ou definição que da Igreja nos dá este Concílio Pastoral, cuja própria noção da Igreja é tão nova que difere totalmente da que nos dão outros Concílios e a tradição secular da Igreja. Diz o Vaticano I: "O Pastor eterno, o epíscopo de nossas almas (I Ped. II, 25), para tornar perene a obra salutar de sua redenção, dispôs edificar sua Santa Igreja, na qual, como na casa do Deus vivo, todos estivessem unidos pelo vínculo de uma só fé e da caridade".

João XXIII, com um ligeiro toque de "ecumenismo", ao inaugurar o Vaticano II, disse: "Apraz-nos enviar a todos os povos e nações a mensagem de salvação, de amor e de paz, que Jesus Cristo, filho do Deus Vivo, trouxe ao mundo e confiou à sua Igreja...". No entanto, muito em breve o Pontífice insinua uma ideia nova, central, importantíssima, que haveria de ser, no Vaticano II, a base de uma nova doutrina, de "uma nova economia do Evangelho", como nos haveria de dizer seu continuador e sucessor, Paulo VI. Esta ideia nova significava uma reforma radical na própria noção da Igreja, a obra de Cristo, cuja expressão adequada, diversa certamente da tradição, nos dá o Vaticano II, ao definir a Igreja como "o povo de Deus", noção na qual vai expressa não a caridade cristã dos filhos de Deus, mas o coletivismo proclamado pelo marxismo.

"Assim, pois, – diz João XXIII – obedientes à vontade de Cristo, que se entregou a si mesmo à morte por nós, para apresentar ante si uma Igreja sem mancha nem ruga... uma Igreja que seja santa e imaculada (Ef. V, 27), dirigimos todas as nossas energias e todos os nossos pensamentos sobre nós, prelados, e sobre a grei que nos foi confiada, para nos renovarmos de tal maneira que apareça a todo o mundo a face amável de Jesus Cristo, que brilha em nossos corações para resplendor da caridade de Deus (II Cor. IV, 6)... Mas esta união com Cristo está tão longe de nos afastar das obrigações e trabalhos temporais que, pelo contrário, a fé, a esperança e a caridade de Cristo nos impulsionam a SERVIR a nossos irmãos, em conformidade com o exemplo do Divino Mestre, que não veio para ser servido, mas para servir. Ele entregou sua vida por nós; a seu exemplo, devemos entregar a vida por nossos irmãos (I João III, 16)."

Aqui encontramos já a virada da Igreja e do Vaticano II, em uma palavra, ao que parece muito evangélica, muito cristã, mas, na realidade, naturalista e humana: "SERVIÇO". A palavra tem muitos sentidos, como também tem muitas hierarquias. O "serviço" ao homem, quando não está subordinado ao "serviço de Deus", não tem valor nem sentido cristão.

Na famosa meditação do "PRINCÍPIO E FUNDAMENTO" dos Exercícios de Santo Inácio, lemos: "O homem foi criado para louvar, reverenciar e servir a Deus Nosso Senhor e, mediante isto, salvar sua alma". Logo, o fim de nossa existência, o fim da Igreja, é "o serviço de Deus", não o "serviço do homem". Diremos mais: o serviço do homem não tem em si valor se não está ordenado ao "serviço de Deus". Eis aqui a primeira virada, a quase insensível mudança com que João XXIII abriu cautelosamente a janela para receber um pouco de ar fresco. Toda a vida, todo o Evangelho ficam ordenados ao serviço do homem; o serviço de Deus, no máximo, servirá de meio, não de fim.

Mais adiante, a janela se abre mais, e a virada é mais completa: "Reunidos – diz o 'Papa bom' – de todas as nações que o sol alumia, levamos em nossos corações as ânsias de todos os povos, as angústias do corpo e da alma, os sofrimentos, os desejos, as esperanças. Pomos insistentemente nossa atenção sobre todas as angústias que hoje afligem os

homens. Antes de tudo, deve voar nossa alma para os mais humildes, os mais pobres, os mais fracos e, imitando a Cristo, havemos de nos compadecer das turbas oprimidas pela fome, pela miséria, pela ignorância, pondo constantemente ante nossos olhos aqueles que, por falta dos meios necessários, ainda não alcançaram uma condição digna do homem."

Aqui se abriu mais a janela. É agora a "Igreja dos Pobres", a Igreja classista, a que preocupa o pontífice, mais que as misérias espirituais que põem em perigo a eterna salvação. Como se, na história da humanidade, nunca tivesse havido fome, miséria, angústia, enfermidade, tristezas e sofrimentos! E como se Cristo tivesse vindo fundar sua Igreja com vistas ao tempo, e não à eternidade, para fazer desta vida um paraíso! Como se todos os esforços da Igreja, de sua Hierarquia, pudessem converter em abundância, alegria e bem-estar terrestre este "vale de lágrimas".

3.5. MAGISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO E ORDINÁRIO

Voltando à Encíclica de São Pio X, estou convencido de que este documento do Magistério deve guiar-nos para distinguir a verdadeira fé na confusão espantosa pela qual estamos passando. São muitos os teólogos – a maioria deles – que consideraram essa Encíclica como doutrina do Magistério Infalível, pela suma importância que ela tem, pelas censuras que estão expressas no Decreto "Lamentabili" e pelo "Motu Proprio" "Sacrorum Antistites", no qual o Santo Padre impôs o Juramento contra o Modernismo a todos os sacerdotes, bispos e cardeais. Foi necessário um Paulo VI para eliminar, nos momentos mais perigosos, essa defesa indispensável, assim como a Profissão de Fé Tridentina. Falemos agora do Magistério extraordinário e ordinário do Papa.

O Magistério extraordinário do Papa é sempre infalível, didaticamente infalível, não pode ensinar-nos como uma coisa de fé um erro. Mas o Magistério ordinário só pode ser infalível quando ensina coisas já definidas infalivelmente por outros Papas ou por outros Concílios, ou quando a doutrina proposta é a que *semper et ubique tenuit Ecclesia*, a que a Igreja sempre e em toda parte ensinou. E a razão é clara:

a infalibilidade, como já explicamos, não é uma graça *"gratum faciens"*, mas *"gratis data"*, isto é, não é uma graça em favor pessoal do Sumo Pontífice, mas uma graça totalmente gratuita, ordenada à "inerrância" da Igreja. O Pontífice pode ser um grande pecador, pessoalmente; no entanto, por essa graça *"gratis data"*, não pode ensinar definitivamente o erro, porque isto seria em prejuízo da própria "inerrância" da Igreja, contra as promessas de Cristo. Não pode definir *ex cathedra* o menor erro, porque, neste caso, as "Portas do Inferno prevaleceriam contra a Igreja". Logicamente, no Magistério ordinário, se o Papa reafirma verdades já definidas como dogmas de fé, é infalível, assim como, se ensina no Magistério ordinário uma doutrina que sempre foi professada pela Igreja, embora não tenha sido expressa e formalmente definida, o Magistério pontifício goza também dessa infalibilidade didática, porque a Igreja não pode estar sempre no erro; não pode professar uma doutrina que, embora não definida, tenha sido, como consta pela tradição, ininterruptamente ensinada: é a "inerrância", garantida pelas promessas de Cristo, que torna infalível esse ensinamento do Magistério ordinário sobre uma doutrina que a Igreja sempre e em toda parte ensinou.

Um exemplo muito claro e muito oportuno. Existe o inferno? Há fogo físico no inferno? São eternas as penas do inferno? A doutrina católica, infalível da Igreja, é clara, é precisa, é certa, é imutável, embora nem todas essas verdades tenham sido definidas por algum Concílio ou por algum Papa. Nenhum dogma de nossa santa fé foi nem é tão atacado, com mais paixão, nem com argumentos mais capciosos que o dogma do inferno. É que o céu e o inferno são os dois polos de nosso destino pessoal e eterno. Toda vida humana oscila entre essas duas eternidades. Um dogma é o contrapeso e a explicação do outro; e, enquanto um afasta os homens do pecado pelo temor, o outro alenta à virtude pela esperança. O inferno é o fantasma das más consciências, ao projetar suas espantosas sombras sobre as más ações. Eis aqui a última razão da frequente negação deste dogma, fundado, como nenhum outro, nos mais sólidos argumentos da revelação.

Para o Bispo de Cuernavaca, o "inferno" não está na outra vida, mas está aqui. É o terceiro mundo, é a fome, é a pobreza, é a desavença no

matrimônio; são as dívidas, são as desigualdades sociais. Este é o inferno que preocupa Sua Excelência e pelo qual sente impulsos redentores de guerrilhas, de sequestros, de revoluções, de extermínio de todos os que têm a odiosa propriedade privada, com exceção da sua, que lhe faz falta para suas "viagens pastorais" ao Chile, a Querétaro, a Puebla, a México, D.F., etc., e para manter os lares que, por carinho, o saúdam e querem como pai. O inferno da outra vida: esse não inquieta sua excelência reverendíssima!

Voltando à doutrina do Magistério ordinário, temos que confessar não só a existência do inferno com seus terríveis castigos, mas com fogo, e fogo material, e com suplícios eternos, embora essas verdades de nossa fé católica não tenham sido definidas em nenhum Concílio. O que sim nos havia dito o Santo Ofício é que não se podiam dar os últimos auxílios da Igreja aos moribundos que se obstinavam em negar o fogo físico e eterno do inferno. Por quê? Não será por acaso porque naufragaram na fé?

Bem sabemos a obrigação que existe de aderir às mesmas verdades ensinadas pelo Papa, ainda que este não tenha falado com Magistério infalível. Mas a dificuldade está, precisamente, no caso em que não só não há Magistério infalível, mas há um magistério distinto, contraditório ao Magistério de todos os Papas e todos os Concílios.

CAPÍTULO 4

PODE UM PAPA CAIR EM HERESIA?

Em nada se opõe à infalibilidade pontifícia, definida como dogma de nossa fé católica, o fato de um papa, considerado como pessoa particular, poder incorrer na heresia, e não apenas no erro. Já no Decreto de Graciano, atribui-se esta afirmação a São Bonifácio, arcebispo de Mainz, já citada pelo Cardeal Deusdedit (†1087), assim como por Ivo de Chartres (Decretum V, 23): *"Huius (i.e. papae) culpas istic redarguere praesumit mortalium nullus, quia qui cunctos ipse iudicaturus a nemine est iudicandus, nisi deprehendatur a fide devius"* (Decretum part. 1, dist. XL, c. 6) (As culpas do Papa, ninguém entre os mortais presuma manifestar, porque aquele que há de julgar a todos não deve ser julgado por ninguém, a não ser que seja surpreendido desviado do reto caminho da fé). Em um dos sermões do Papa Inocêncio III, o Sumo Pontífice diz: *"In tantum fides mihi necessaria est ut, cum de ceteris peccatis solum Deum iudicem habeam, propter solum peccatum quod in fide committitur possem ab Ecclesia iudicari"*. (Patrologia Latina, t. 217, col. 656) (Tão necessária me é a fé que, sendo que só Deus pode julgar-me dos demais pecados, pelo único pecado que pudesse cometer contra a fé, poderia ser julgado pela Igreja).

Os grandes teólogos do século de ouro da escolástica descuidaram de estudar esta hipótese; mas os canonistas dos séculos XII e XIII comentaram o texto de Graciano. Todos admitem, sem dificuldade, que o Papa pode cair na heresia como em qualquer outro pecado grave; seu estudo se concentra em explicar a razão pela qual somente nos pecados da fé o Papa pode ser julgado pela Igreja. Para alguns, a única exceção à inviolabilidade pontifícia é a heresia: *"Non potest accusari nisi de haeresi"*. (Só pode ser acusado de heresia). (Summa Lipsiensis, antes de 1170). Outros canonistas, em contrapartida, equiparam à heresia o cisma, a simonia, a incredulidade; mas o pecado contra a fé é sempre e para todos

um pecado pelo qual o Papa pode ser julgado. O Canonista Rufino (1164) resume assim as opiniões de seu tempo: *"In ea (causa) quae totam Ecclesiam contingit, iudicari potest, sed in ea, quae unam personam vel plures, non"*. (Em uma causa que afeta toda a Igreja, pode ser julgado; mas não nas causas que afetam somente a uma ou a poucas pessoas). O mesmo autor precisa que se trata de um caso de heresia obstinada. *"Prima sedes non iudicabitur a quoquam nisi in fidei articulis pertinaciter erraverit"*. (A Primeira Sé não pode ser julgada por ninguém, a não ser que com pertinácia tenha pecado contra os artigos da fé). Neste caso, para os canonistas daquele então, em caso de heresia, não se podia alegar o primado, já que o papa, em tal caso, era o último dos católicos, porque estava fora da Igreja.

No século XV, esta era a doutrina comum. Para alguns, o papa herege automaticamente ficava deposto. (Torquemada, Summa de Ecclesia L. II, c. 112, Roma 1469). Segundo outros teólogos, o papa podia, neste caso, ser julgado por um Concílio, cuja autoridade não se estendia senão a julgar a heresia do pontífice; e, em caso comprovado, depô-lo e nomear um novo papa. Thomas Netter (†1430) afirma que esta é a antiga fé católica.

Ao começar o século XVI, a opinião do cardeal Torquemada é reafirmada pelo grande teólogo salmantino, honra da Ordem dos Pregadores, Melchior Cano, em sua obra "De Romani Pontificis institutione et auctoritate", cap. XIII. Igual é a opinião de Priério (Summa Sylvestrina, t. II, p. 276). Contra esta opinião, Pighius nega a possibilidade de que o Papa possa cair na heresia, porque sua deficiência recairia sobre Cristo, a quem representa. Contra esta sentença, o extraordinário teólogo do Concílio de Trento, Melchior Cano, O.P., depois de ter rechaçado a maior parte das explicações dadas por Pighius para defender muitos papas em assuntos de fé, conclui que não se pode negar que o Sumo Pontífice possa cair na heresia, pois basta um caso, um exemplo, para que possa haver dois ou mais. (De locis theologicis, l. VIII, cap. VIII).

Desde a definição da Infalibilidade Pontifícia, pronunciada pelo Concílio Ecumênico e Dogmático Vaticano I, muitos teólogos,

miniteólogos e pseudoteólogos, confundindo a doutrina definida ou, melhor, não a entendendo, declararam que o Papa, pelo fato de ser Papa, é sempre e em tudo infalível e impecável. Eu penso que, se esta opinião fosse certa, a definição do Vaticano I teria sido mal dada; não teria razão de ser. Teria sido suficiente dizer que qualquer homem que, legítima ou ilegitimamente, se sente na Cátedra de São Pedro, é sempre infalível e é, ademais, impecável. E isto, embora a história da Igreja contradiga com fatos irrefutáveis tão absurda teologia.

Temeroso de incorrer em outra excomunhão, fulminada por Sua Eminência, difamada por Luisito Reynoso e teologicamente demonstrada pelo teólogo dos equilíbrios e dos puxões de lapela, que diz ser meu amigo e que me quer muito, vou demonstrar que essa afirmação, essa tese, essa opinião ou essa doutrina não só é falsa, mas é contraditória, absurda, *piis auribus offensiva*.

a. É falsa, dados os múltiplos casos, não tão somente antigos, mas recentes, atuais, que a história da Igreja nos demonstra, nos quais os Sumos Pontífices se equivocaram em questões relacionadas com a própria fé. O Papa Montini – espero que Reynoso não qualifique de insulto nomear Paulo VI com seu sobrenome de família – ao seguir com tanto entusiasmo as teses maritenianas, que não só eu, mas muitos outros teólogos consideraram quase heréticas, escandalosas, indubitavelmente se equivocou; equivocou-se e, por certo, com incrível e perigosa visão, ao afirmar em seu discurso na ONU que essa organização heterogênea, controlada por mãos invisíveis, era para a humanidade de hoje e de amanhã a sólida e segura esperança para forjar um mundo melhor e mais humano. Equivocou-se também o Papa ao buscar, nas relações diplomáticas com os países dominados pelo comunismo ateu, uma postura anticristã, antirreligiosa e politicamente suicida, que garantisse a paz do mundo. E, para não alongar demasiado meu raciocínio, Paulo VI cometeu o mais grave de todos os seus erros ao nos impor o "NOVUS ORDO MISSAE", que é equívoco e que favorece a heresia. Pode um católico, pode um teólogo medianamente instruído, defender, com tranquila consciência, que o Papa Montini tenha admitido que teólogos (?) protestantes, que desconhecem e rechaçam os dogmas eucarísticos, que

João Batista Montini, como qualquer outro sacerdote católico, como todos os fiéis de nossa religião, estamos obrigados a professar e defender, tenham tomado parte ativa na confecção dessa nova liturgia, que favorece – quando menos – a heresia e que é intencionalmente equívoca? Resolutamente, nestes e em muitos outros casos que poderíamos citar aqui, Paulo VI rompeu, como já o demonstrei, a voz firme, imutável e tranquilizadora do Magistério ordinário da Igreja.

b. É uma manifesta contradição – não meramente, mas declaradamente doutrinal – a que o Vaticano socializado planteou ante o mundo, católico e não católico, que viu com estupor a temida virada, que faz ou pretende fazer falsas as antigas condenações dos Papas anteriores, que disseram que o comunismo é intrinsecamente mau e perverso, que nenhum católico pode, em consciência, colaborar com ele, que os que se inscrevem em suas fileiras, ou simpatizam com sua política e suas ideias, estão, *ipso facto*, excomungados. Ou não é assim, Eminência? Estas contradições não podem passar despercebidas para o povo e, muito menos, para a gente que pensa, que reflete, que analisa e sintetiza as ideias ou os fatos. Se antes de João XXIII, Paulo VI e seu Concílio, a condenação do comunismo era universal na Igreja e não havia padres ou frades que se tivessem atrevido a simular sequer uma desculpa do socialismo ou do comunismo; se ainda há uns vinte anos existia, muito perto da Universidade Gregoriana de Roma, um impressionante museu da Igreja do silêncio, que os jesuítas haviam montado para demonstrar objetivamente a crueldade indizível dos comunistas aos católicos; se então o Papa, os cardeais, os bispos, o clero inteiro louvava, comovido, a heroicidade dos Cardeais Stepinac e Mindszenty, vítimas do ódio dos sem-deus; se a Igreja favorecia e fomentava as organizações e as batalhas dos grupos anticomunistas, por que – pergunto – por que agora os Papas recebem com honras os próprios dirigentes do Comunismo? Por que o Vaticano se converteu em um ponto central da política pró-comunista? Não é esta uma verdadeira contradição? Não é uma traição aos povos livres? Não é uma cooperação para a perda da fé?

c. Essa opinião, além de ser falsa e contraditória, é absurda, isto é: "contrária, oposta à razão". Equivale, com efeito, a afirmar que a eleição

de um homem como Papa faz deste homem, em todos e cada um dos momentos, em todas e cada uma de suas palavras, em todos e cada um de seus juízos, a expressão sensível da verdade divina. A razão nos diz que a verdade não muda, é imutável; logo, sendo o privilégio de todos e cada um dos papas a infalibilidade não didática, mas pessoal; não em especialíssimas circunstâncias, mas sempre e em todas as ocasiões, logicamente dever-se-ia seguir que todos os papas deveriam ter um mesmo sentir, uma mesma maneira de pensar, um juízo permanente, garantido pela assistência divina, à qual a vontade humana não pode resistir. É isto o que nos diz a história da Igreja? É isto o que o próprio Paulo VI, em sua atitude dialética, nos demonstra? Em 6 de abril de 1969, a Sagrada Congregação dos Ritos publicou o "Novus Ordo Missae", com um Decreto de Benno Card. Gut, prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos e Presidente do "CONSILIUM", o organismo cuja missão era e é a mudança da liturgia. Vale a pena reproduzir esse Decreto para fazer depois alguns comentários:

DECRETO

Restaurado o *Ordo Missae* [Ordem da Missa], em conformidade com as normas da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, e tendo o mesmo sido aprovado pelo Sumo Pontífice Paulo VI por meio da Constituição Apostólica *MISSALE ROMANUM*, de 3 de abril de 1969, esta Sagrada Congregação dos Ritos, por mandato especial do mesmo Sumo Pontífice, promulga o predito *Ordo Missae*, estabelecendo que comece a vigorar a partir do dia 30 de novembro do corrente ano de 1969, primeiro domingo do Advento.

Juntamente com o *Ordo Missae*, publica-se também a *Institutio generalis Missalis Romani* [Instrução Geral do Missal Romano], que doravante tomará o lugar dos tratados: *Rubricae generales*, *Ritus servandus in celebratione et in Concelebratione Missae*, e *de defectibus in celebratione Missae occurrentibus*, que agora se encontram no início do Missal

Romano. Estabelece-se, ademais, que esta *Institutio generalis Missalis Romani*, igualmente aprovada pelo Sumo Pontífice, entre em vigor no mesmo dia 30 de novembro, juntamente com o *Ordo Missae* restaurado.

Não obstante quaisquer disposições em contrário.

Da Sede da S. Congregação dos Ritos, no Domingo de Páscoa, 6 de abril de 1969.

Benno Cardeal Gut,
Prefeito da S.C.R.
e Presidente do "Consilium"

Ferdinando Antonelli,
Arcebispo titular de Idicra
Secretário da S.C.R.

O Ordem da Missa restaurado, segundo a norma da Constituição da Sagrada Liturgia, e aprovado pela Constituição Apostólica *MISSALE ROMANUM* do dia 3 de abril de 1969, pelo mesmo Sumo Pontífice Paulo VI, esta Sagrada Congregação dos Ritos, por especial mandato do mesmo Sumo Pontífice, promulga o mencionado (novo) Ordem, mandando que entre em vigor no dia 30 de novembro deste ano de 1969, primeiro domingo do Advento.

Com o (novo) Ordem da Missa, publicar-se-á também a Ordenação Geral do Missal Romano, que desde então tomará o lugar do tratado: Rúbricas gerais, os ritos que hão de se usar na celebração e concelebração da Missa, e dos defeitos que podem ocorrer na celebração da Missa: ordenação que, até agora, se encontrava no princípio do Missal Romano. Esta Ordenação geral foi também aprovada pelo Sumo Pontífice e deverá também entrar em vigor em 30 de novembro, com todo o *"Novus Ordo Missae"*. Sem que haja nada que possa se opor a estas disposições…

Omitindo agora as graves irregularidades do *"Novus Ordo Missae"*, como diz o estudo crítico preparado pelos melhores teólogos, canonistas e párocos de Roma, e apresentado ao Sumo Pontífice pelos Cardeais Ottaviani e Bacci; limitando-nos a um só ponto da Ordenação Geral, a definição da Missa, encontramo-nos com uma definição gravemente errônea da Missa, que "impressionantemente se afasta da teologia infalível do Concílio de Trento". "A Ceia do Senhor, ou Missa, é a assembleia sagrada ou congregação do povo de Deus, reunido sob a presidência do sacerdote para celebrar o memorial do Senhor. Daí que seja eminentemente válida, quando se fala da assembleia local da Santa Igreja, aquela promessa de Cristo: 'Onde estão reunidos dois ou três em meu nome, ali estou eu no meio deles'" (Mt. 18, 20).

Esta definição é totalmente equívoca e, por isso mesmo, totalmente anticatólica. Foram tantas as protestas que em todo o mundo fizemos, que a Ordenação geral neste, como em outros pontos, teve que ser emendada. E isso que essa *Institutio generalis*, como diz o Decreto da Sagrada Congregação, havia sido *"a Summo Pontifice pariter approbata"* (aprovada igualmente pelo Sumo Pontífice). *"Contrariis quibuslibet minime obstantibus"* (não obstante quaisquer disposições em contrário). Se a infalibilidade do Sumo Pontífice fosse pessoal e fosse constante, como poderíamos explicar essa aprovação dada à Ordenação Geral, que teve que ser muito em breve reformada para ocultar os erros ou equívocos doutrinais da primeira edição dessa *Institutio generalis Missalis Romani*? Por outra parte, devemos ter em conta que, mesmo feitas essas reformas na *Institutio Generalis*, os equívocos ou erros que na *Institutio generalis* se denunciaram e corrigiram não mudaram no mínimo a própria nova missa, cujos lamentáveis equívocos e novos ritos protestantizaram o augusto Sacrifício do Altar, repetição incruenta do mesmo Sacrifício do Calvário. Podemos manter, diante destas realidades, a infalibilidade pessoal e permanente de Paulo VI?

Há muitos que opinam que a doutrina do Papa Montini foi sempre e é totalmente ortodoxa – entenda-se em seu magistério ordinário, porque, até a data, não fez nenhuma definição *ex cathedra*. Os documentos do Vaticano II, que nada definem, que nada condenam, como documentos de

um Concílio Pastoral, não preenchem os requisitos necessários para cumprir as condições que devem caracterizar o Magistério extraordinário e infalível da Igreja, que anatematiza os erros e heresias que estão minando a fé católica e que proclama solenemente aquelas verdades reveladas por Deus, que estão, por isso mesmo, no Depósito da Divina Revelação.

4.1. O CARDEAL SÃO ROBERTO BELARMINO, S.J., EXPÕE AS CINCO OPINIÕES QUE OS DIVERSOS TEÓLOGOS TÊM SOBRE ESTE IMPORTANTE TEMA

Escreve Belarmino (Vol. I, pág. 608. OPERA OMNIA):
"Argumentum decimum. PONTIFEX IN CASU HAERESIS POTEST AB ECCLESIA IUDICARI ET DEPONI, ut patet in Dist. 40." Argumento décimo. O Pontífice, em caso de heresia, pode ser julgado e deposto pela Igreja, como fica demonstrado na distinção 40 de Graciano:

"III PARS. Si Papa, suae et fraternae salutis negligens, reprehenditur inutilis et remissus in operibus suis, et insuper a bono taciturnus, quod magis officit sibi et omnibus, nihilominus innumerabiles populos catervatim secum ducit, primo mancipio gehennae cum ipso plagis multis in aeternum vapulaturus, huius culpae istic redarguere presumit mortalium nullus, quia cunctos ipse iudicaturus a nemine est iudicandus, NISI DEPRENDATUR A FIDE DEVIUS, pro cuius perpetuo statu universitas fidelium tanto instantius orat, quantum suam salutem, post Deum, ex illius incolumitate animadvertunt propensius pendere". (Corpus Iuris Canonici. Editio Lipsiensis Secunda. Friedberg. Pars Prior. Decretum Magistri Gratiani, Dist. XL, III, pág. 146).

Traduzo: Se o Papa, negligente de sua salvação eterna e da de seus irmãos, fosse digno de repreensão em suas obras e, ademais, calasse o bem que deve falar, que é o principal de seus deveres em relação a si e aos demais, não obstante deva ser eternamente castigado, com a caterva que arrasta consigo, com grandes suplícios, nenhum mortal, no entanto, presuma acusá-lo de suas culpas, porque aquele que tem poder para julgar

a todos não deve ser julgado por ninguém, "a não ser que seja surpreendido como desviado na fé", por cujo perpétuo estado (na verdadeira fé) com tanta instância deve pedir a universalidade dos fiéis, quanto que a eterna salvação de todos, depois de Deus, preponderantemente depende da incolumidade da fé dele.

Fazendo um parêntese, permito-me expor um argumento apodítico, que não está em Belarmino, mas que está implicitamente em Graciano. Nas ladainhas maiores, assim como em outras orações da Igreja, pede-se expressamente pela conservação na fé do Sumo Pontífice e de todas as ordens eclesiásticas: "UT DOMUM APOSTOLICUM, et omnes ecclesiasticos ordines in sancta religione conservare digneris: que te dignes conservar na santa religião o Sumo Pontífice e a todas as ordens eclesiásticas". *Lex Orandi, lex est credendi*: a lei da oração é a lei da fé. Se a Igreja, solene, oficial e liturgicamente pede pela conservação da fé do Papa, é porque o Papa pode cair em heresia, pode desviar-se na fé.

Voltemos a Belarmino. "Logo, pelo menos", prossegue, "há um caso em que o Pontífice está sujeito ao juízo dos homens".

"Há sobre esta questão cinco opiniões:

a) A de Alberto Pighio, que afirma que o Papa nunca pode ser herege e, em consequência, nunca pode ser deposto. Esta é a opinião de nosso mínimo teólogo Salvador Abascal e de seu acólito Salmerón. Não obstante, São Roberto Belarmino, grande teólogo, grande santo e Doutor da Igreja, reconhece que essa opinião nem é certa, nem é comum entre os teólogos. Eu me atreveria a acrescentar duas coisas: 1ª. Que, se o Papa nunca pudesse cair em heresia, a definição conciliar dogmática do Vaticano I teria sido mal formulada. Deveria ter dito: o Papa, todo Papa, é sempre e em todo seu Magistério e em todas as suas disposições infalível e, consequentemente, impecável. 2ª. Se o Papa não pode errar em assuntos relacionados com a fé individualmente, o Papa teria que estar confirmado em graça. Esta sentença está condenada pela Igreja.

b) A segunda opinião é a que já antes indicamos, a do Cardeal Juan de Torquemada (Summa de Ecclesia, livro IV, pars. 2, cap. 20): "O Papa,

pelo mesmo fato de cair em heresia, fica fora da Igreja e deposto pelo próprio Deus, pelo qual pode ser julgado, isto é, pode ser deposto, se se nega a ceder, por ser incapaz de guardar e defender o Depósito da Fé, que lhe foi encomendado". Notemos aqui três coisas: 1ª, segundo Torquemada, o Papa pode cair em heresia. 2ª. Nesse momento, é deposto pelo próprio Deus. 3ª. O juízo dos homens, em tal caso, não só é possível, mas pode ser declaratório de que o Papa herege deixou de ser Papa.

Belarmino não aceita esta opinião, segundo a qual a deposição vem diretamente de Deus, mas com o concurso dos homens, por cuja eleição começou a ser Papa aquele que não era Papa. Logo, Deus não lhe tira essa jurisdição, senão com o concurso dos homens, que devem julgar e depor o Papa. Além disso, acrescenta Belarmino, o herege oculto não pode ser julgado pelo homem; nem o Papa, herege oculto, quereria espontaneamente deixar seu posto. Belarmino pensa também que os hereges ocultos não estão fora da Igreja.

Deixando de lado, já que não vem ao caso, a hipótese da heresia oculta e da óbvia resistência do Papa, herege oculto, para deixar seu cargo, a participação dos homens em sua eleição não parece ser motivo para que Deus não possa, sem o concurso dos homens, depor um Papa que, ao perder a fé, se separou d'Ele. Este argumento de Belarmino *"nimis probat"*, prova demais, logo não prova nada. Pelo ministério dos sacerdotes nos vem, nos sacramentos, a graça santificante; e, no entanto, ninguém vai dizer que seja necessária a intervenção do sacerdote para que percamos a amizade de Deus e a graça santificante. A eleição ao Papado faz com que Deus comunique ao eleito as prerrogativas do Papado; assim como a administração dos sacramentos faz com que Deus nos dê, pelos sacerdotes, a graça santificante e sacramental; mas somos nós, pelo pecado; é o Papa, por sua heresia, que nos separamos de Deus, e pelo que Deus tira ao Papa sua jurisdição e a nós sua amizade e graça, independentemente do concurso humano.

c) A terceira opinião diz que o Papa, nem por heresia oculta, nem por heresia manifesta, pode ser deposto. Belarmino manifesta, contra a opinião de Abascal e Salmerón, que esta opinião é completamente

insustentável. Porque o Papa, apesar de seu supremo sacerdócio e jurisdição, pode cair na heresia, e que, se sua heresia é pública, pode ser julgado, como consta pela já citada distinção 40 de Graciano e no sermão 2 de Inocêncio sobre a consagração do Pontífice. E, para maior abundância, isto se acha no Concílio VIII, ata 7, onde se citam as atas do Concílio Romano, sob Adriano II, nas quais se sustentava que Honório Papa, por direito, parecia excomungado, por ser considerado convicto de heresia. É preciso notar que, embora provavelmente Honório não tenha sido herege formal, mas fraco em reprimir a heresia, e que Adriano foi um Papa enganado pelos documentos adulterados do VI Sínodo, pelos quais julgou que Honório foi herege; não obstante, não podemos negar que Adriano, com o Concílio Romano e, consequentemente, todo o Concílio Ecumênico VIII, dentro da verdade católica, decretaram que um Papa surpreendido na heresia pode e deve ser julgado e deposto. "Não faltava mais", diz São Roberto Belarmino, "que, se um lobo faminto e carniceiro quer devorar a Igreja, a condição desta fosse tão miserável que não pudesse se defender, expulsando o intruso".

d) A quarta opinião é de Caetano: afirma que o Papa herege não está *ipso facto*, automaticamente deposto, *sed deponendus est*, mas deve ser deposto. Esta sentença, a juízo de Belarmino, não pode ser defendida. Porque, em primeiro lugar, como se prova pela autoridade e pela razão, o herege manifesto, *ipso facto*, já está deposto. Prova-se pela autoridade de São Paulo, que, na Epístola a Tito (c. III), manda que o herege, depois de duas correções, isto é, depois que se manifestou como tal, se se torna pertinaz, seja levado a receber a sentença do juiz. Isto é: que se deem duas oportunidades ao delinquente, primeiro corrigindo-o à parte; depois, ante duas testemunhas; e, finalmente, que se o acuse e condene ante a Igreja. Também São Jerônimo escreve: "Alguns pecadores são excluídos do Corpo da Igreja pela excomunhão que contra eles se lança; mas não assim os hereges, que por si mesmos se apartam do Corpo de Cristo"; o que, a juízo de Caetano, é impossível, tratando-se do Papa. "Como poderemos separar nossa cabeça? Como nos afastarmos de um membro unido a nós?"

A razão claríssima contra Caetano é esta: "O não cristão não pode, de maneira alguma, ser Papa, como o próprio Caetano confessa (no mesmo

livro, cap. 26). Não pode ser cabeça quem não é membro, e não é membro quem não é cristão. Mas o herege manifesto não é cristão, como abertamente o diz Cipriano, no livro IV, epíst. 2; e Santo Atanásio em seu sermão 2 contra os arianos; Santo Agostinho, no livro 'De gratia Christi', cap. 20; São Jerônimo (contra Lúcifer) e muitos outros. Logo, o herege manifesto não pode ser Papa."

A esta argumentação responde Caetano (In Apol. pro Tract. praedicto, cap. 25 et in ipso tractatu cap. 227), dizendo que o herege não deixa de ser simplesmente cristão, mas somente em certo modo; porque duas coisas são as que fazem o cristão: a fé e o caráter indelével que no batismo recebemos. O herege, perdida a fé, conserva, no entanto, o caráter batismal e, por esta razão, de algum modo, permanece ainda na Igreja e é capaz da jurisdição. Portanto, ainda é Papa, mas deve ser deposto, porque pela heresia está disposto, com a disposição última, a deixar de ser Papa, como homem que, embora ainda não tenha morrido, está morrendo.

Mas, contra esta maneira de pensar, argui vigorosamente Belarmino. "Porque se, em primeiro lugar, o herege, perdida já a fé, permanece ainda unido à Igreja por razão do caráter batismal, nunca ninguém poderia ser desprendido nem separado dela, porque o caráter batismal é indelével. E, no entanto, todos confessam que há alguns que podem ser eliminados ou expulsos da Igreja. O caráter batismal não faz com que o herege permaneça ainda na Igreja; mas é tão somente um sinal de que esteve na Igreja e de que deveria voltar à Igreja. Assim como o sinal impresso na ovelha, quando esta se perde fora do redil, não faz com que ela esteja no redil, mas indica tão somente o redil do qual saiu e ao qual deve ser obrigada a voltar." E isto se confirma com as palavras de Santo Tomás, que, na parte III, q. VIII, art. 3, diz que os que carecem de fé não estão atualmente unidos a Cristo, mas só potencialmente. Fala da união interna, não externa, que se realiza pela confissão da fé e pelos sacramentos visíveis. E, posto que o caráter batismal, como diz Santo Tomás, pertence ao interno e não ao externo, o só caráter não une atualmente o homem a Cristo.

E prossegue a argumentação de Belarmino: “Ou a fé é simplesmente uma disposição necessária para que um homem seja Papa, ou é tão somente uma disposição para que possa ser um bom Papa”. Se o primeiro, retirada esta disposição pela perda da fé, o Papa automaticamente deixa de ser Papa: não se pode conservar a forma sem as condições indispensáveis. Se a fé fosse tão somente uma disposição necessária para que o Papa fosse um bom Papa, não poderia ser deposto pela heresia comprovada, pois, do contrário, deveria ser deposto pela falta de outras qualidades que são necessárias para que o Papa seja um bom Papa, não tão somente pela perda da fé. E o próprio Caetano reconhece (cap. 26) que por defeito das condições não simplesmente necessárias, mas convenientes para ser um bom Papa, este nunca pode ser deposto.

A isto responde Caetano: “A fé é uma disposição simplesmente necessária, mas uma disposição parcial, não total; por isso mesmo, perdida a fé, o Papa ainda continua sendo Papa, pela outra parte (o caráter episcopal) da disposição que lhe resta, necessária para sua legítima posse do Papado.”

Contudo, responde Belarmino: “Ou esta disposição total, que está constituída pela fé e pelo caráter, é simplesmente necessária, ou não, mas basta a disposição parcial. Se admitimos o primeiro, perdida a fé, já não há a disposição simplesmente necessária para ser Papa, a saber, a disposição total (fé e caráter); se admitimos o segundo, temos que concluir que a fé não é simplesmente necessária para ser Papa, mas que basta a disposição parcial do caráter episcopal. Logo, pela falta da fé, o Papa não pode ser deposto. Ademais, as coisas que formam a última disposição para que perca totalmente o Papado, pouco a pouco, como é claro, deixam de ser, sem nenhuma força externa; logo, o Papa herege, sem nenhuma deposição, por si mesmo, deixaria de ser Papa.”

Permito-me acrescentar a esta argumentação de Belarmino outra que parece óbvia e que, em nosso caso, pode ter uma importância decisiva. Suponhamos um homem batizado que, paulatinamente ou de uma vez, por própria vontade ou por compromisso ou pressão estranha, deixou de ser cristão, perdeu a fé, ainda que ocultando sua pertinaz heresia,

dissimulando com sofismas seus gravíssimos erros, convertido, por exemplo, em um autêntico "marrano"; este homem, a quem supomos legitimamente batizado, ao perder a fé, conserva, no entanto, seu caráter batismal; segundo a argumentação de Caetano, dito herege batizado poderia, validamente, ser eleito Papa, ainda que fosse um herege, porque, embora não tenha todas as disposições necessárias para uma legítima eleição, tem, ao menos, a disposição parcial que lhe dá seu caráter indelével, que lhe foi imposto no santo batismo. É evidente que, neste caso, apesar do caráter batismal, que também conservam no inferno os condenados, o candidato não é *"subiectum capax ad electionem"*, não é sujeito capaz de ser validamente eleito, já que não é membro da Igreja. Como poderia, em tal caso, ser o fundamento da Igreja, o princípio de união, de coesão, de estabilidade, do edifício da Igreja?

Por outra parte, os Santos Padres ensinam concordemente não só que os hereges estão fora da Igreja, mas também que, *ipso facto*, por isso mesmo, carecem de toda jurisdição e dignidade na Igreja, como diz Belarmino: *"Denique, SS. Patres concorditer docent non solum haereticos esse extra Ecclesiam, sed etiam, ipso facto, carere omni iurisdictione et dignitate Ecclesiastica"*. Eminentíssimo Senhor, Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, recorda Vossa Eminência o "imprimatur" ao livro apóstata e comunista do Pe. José Porfirio Miranda y de la Parra, S.J., graciosamente dado por Vossa Senhoria a esse nefasto livro, que abertamente favorece, defende e propaga não uma heresia, mas uma formal apostasia? Vossa Eminência nunca retratou, apesar de minhas denúncias em meu livro "APÓSTATA", esse "imprimatur" e, por isso mesmo, incorreu e continua incurso na excomunhão doutrinal, fulminada pelo Santo Ofício em 29 de junho de 1949, sob a autoridade expressa de Pio XII. E, ainda que não existisse essa excomunhão, bastaria o "imprimatur" para que, pelo direito natural e canônico, Vossa Senhoria tivesse incorrido e continue incurso nessa excomunhão, que o despojou de toda a sua jurisdição e dignidade na Igreja. E este é tão somente um caso dos muitos que poderíamos aduzir no governo paternal de Vossa Eminência Reverendíssima. Lembre-se também Vossa Eminência do triste e comprovado caso de seu Seminário, antro de corrupção e heresias, onde,

com ciência e paciência de V. Ex.ª, estão se corrompendo os futuros sacerdotes da Arquidiocese. Pôde V. Ex.ª excomungar-me, sem admonição nem intimação alguma, quando antes V. Ex.ª, com seu "imprimatur" não retratado, havia incorrido na excomunhão e havia perdido toda jurisdição e dignidade na Igreja?

Confirmando o parecer de Belarmino, São Cipriano havia escrito (Livro II, Epíst. 6): *"Dicimus enim omnes omnino haereticos atque schismaticos nihil habere potestatis ac iuris"*, dizemos, pois, que todos os hereges e cismáticos não têm nenhuma potestade nem jurisdição. E, na carta 1, ensina que os hereges que voltam à Igreja devem ser recebidos como leigos, ainda que tivessem sido na Igreja presbíteros ou bispos. Optato (Liv. I contra Parmen.) afirma que os hereges e cismáticos não podem ter as chaves do Reino dos Céus, nem ligar, nem desligar. O mesmo ensina Santo Ambrósio (liv. de poenit. c. 2) e Santo Agostinho (liv. contra Lúcifer): *"Non quod episcopi esse possint, qui haeretici fuerant, sed quod constaret, eos, qui reciperentur, haereticos non fuisse"*. Não porque pudessem ser Bispos os que haviam sido hereges, mas porque constasse que os que eram recebidos não haviam sido hereges.

O Papa Celestino I, em uma carta a João de Antioquia, que se encontra nos documentos do Concílio de Éfeso (tomo I, c. 19), diz: "Se alguém está excomungado pelo bispo Nestório ou pelos outros bispos que o seguem, desde que começaram a pregar estes erros, ou está despojado de sua dignidade de bispo ou de clérigo, é manifesto que este tal durou e dura em nossa comunhão e que não o julgamos deposto, porque não podia a sentença daquele que já havia demonstrado que ele mesmo devia ser removido, remover a ninguém". E em sua epístola ao clero de Constantinopla: "A autoridade de nossa Sé [Apostólica] sancionou que nenhum bispo, nem clérigo, nem cristão de qualquer profissão, que tenha sido rechaçado ou excomungado por Nestório e os seus, desde que começaram a pregar esses erros, perdeu seu posto, nem sua comunhão legítima, porque aquele que não duvidou em pregar tais erros não podia nem rechaçar, nem remover a ninguém".

E Santo Tomás, na II-II, q. 39, nos ensina o porquê desta perda total e irrevogável da jurisdição do herege ou cismático, seja este um simples clérigo, um bispo, um cardeal ou um Papa:

"Respondeo dicendum quod duplex est spiritualis potestas, una quidem 'sacramentalis', alia 'iurisdictionalis'. Sacramentalis quidem potestas est quae per aliquam consecrationem confertur. Omnes autem consecrationes Ecclesiae sunt immobiles, manente re, quae consecratur sicut etiam patet in rebus inanimatis, nam altare semel consecratum, non consecratur iterum, nisi fuerit dissipatum. Et ideo talis potestas, secundum suam essentiam, remanet in homine, qui per consecrationem eam est adeptus, quandiu vivit, sive in schisma sive in haeresim labatur, quod patet ex eo quod rediens ad Ecclesiam non iterum consecratur. Sed quia potestas inferior non debet exire in actum nisi secundum quod movetur a potestate superiori, ut etiam in rebus naturalibus patet, inde est quod tales usum potestatis amittunt, ita scilicet quod non liceat eis sua potestate uti. Si tamen usi fuerint, eorum potestas effectum habet in sacramentalibus, quia in his homo non operatur nisi sicut instrumentum Dei; unde effectus sacramentales non excluduntur propter culpam quamcumque conferentis sacramentum. – 'Potestas autem iurisdictionis' est quae ex simplici injunctione hominis confertur. Et talis potestas non immobiliter adhaeret. Unde in schismaticis et haereticis non manet. Unde non possunt nec absolvere, nec excommunicare, nec indulgentias facere, aut aliquid huiusmodi; quod si fecerint, nihil est actum. – Cum ergo dicitur tales non habere potestatem spiritualem, intelligendum est vel de potestate secunda (iurisdictionis), vel, si referatur ad primam potestatem (sacramentalem scilicet) non est referendum ad ipsam essentiam potestatis, sed ad legitimum usum eius".

Eis aqui a tradução: "respondo dizendo que há duas potestades espirituais: uma sacramental e outra jurisdicional. A potestade 'sacramental' é a que se confere por uma consagração. Todas as consagrações da Igreja, enquanto permanecerem as coisas e pessoas [consagradas], são imóveis, como aparece até nas coisas inanimadas, porque um altar, uma vez consagrado, não se volta a consagrar, a não ser que tenha sido profanado. E, por isso mesmo, tal potestade, segundo sua essência, permanece no

homem que, pela consagração, a obteve, enquanto este viva, ainda que caia no cisma ou na heresia; o que se vê porque, ao regressar à Igreja, não deve ser de novo consagrado. Mas, porque a potestade inferior não deve ser posta em ato senão enquanto é movida pela potestade superior, como aparece nas coisas naturais, daí se segue que tais potestades sacramentais perdem seu uso, de tal maneira que não é lícito usar desse poder. Mas, se algum, nestas condições, usar dessas faculdades, estas teriam efeito nas coisas sacramentais, porque, nestas coisas, o homem é um mero instrumento de Deus. De onde se segue que o efeito sacramental não é excluído pela culpa, qualquer que esta seja, daquele que confere o sacramento. A potestade de jurisdição é a que se dá ao homem, sem mudança pessoal alguma sua; e esta potestade não adere imovelmente ao homem a quem se outorga. De onde se segue que, nos hereges e nos cismáticos, esta potestade não permanece; pelo que não podem nem absolver, nem excomungar, nem conceder indulgências, ou coisas semelhantes. E se o tentarem fazer, não seria válido, nem teria efeito algum. Quando, pois, se diz que tais homens não têm potestade espiritual, há que entender essa expressão ou bem tão somente da potestade de 'jurisdição', ou, se se refere à potestade sacramental, não há que entender essa negação como se tivesse desaparecido a própria essência da potestade, mas tão somente seu legítimo uso".

Resumindo o que foi dito por Belarmino e por Santo Tomás, e argumentando por nossa própria conta:

a. Não é contra a fé católica, mas, pelo contrário, muito conforme à fé católica, afirmar que um Papa pode incorrer na heresia, pode desviar-se na fé.

b. Não é contra a fé católica, mas muito conforme à fé católica, que o Papa, surpreendido na heresia ou desviado na fé, está sujeito ao juízo dos homens, não tão somente ao juízo de Deus. Acima de nosso respeito, de nossa obediência e de nossa devoção ao Papa, deve estar sempre a íntegra profissão de nossa fé católica. Se o que um Papa faz ou diz contradiz nossa fé, está contra a doutrina invariável e tradicional da Igreja, não só não

pecamos, mas cumprimos com o primeiro dever de nossa religião ao julgá-lo e ao nos afastarmos do que ele faz ou diz.

c. Conforme a distinção 40 de Graciano, e o sermão 2 de Inocêncio, e o Concílio Geral VIII, um Papa surpreendido na heresia ou desviado na fé pode e deve ser julgado e declarado deposto por um tribunal competente. Recordemos as palavras de Belarmino: "Não faltava mais que, se um lobo feroz e carniceiro quer devorar a Igreja, a condição desta fosse tão miserável que não pudesse se defender, expulsando o intruso".

d. Tanto pela autoridade como pela razão se prova que o Papa herege *non est deponendus, sed iam depositus est* pelo próprio Deus. A declaração não seria senão um ato jurídico que tornaria pública a condição já existente no Pontífice. Enquanto essa formal declaração jurídica não se faz, podemos pensar com fundamento – ao menos assim penso – que os atos, de si inválidos, de um Papa que diante de Deus já não é Papa por ter perdido a fé, por ter deixado de ser membro da Igreja, têm, no entanto, seu valor jurídico no que é legítimo, pelo princípio geral do direito: *"in errore communi supplet Ecclesia"*, no erro comum a Igreja supre. Lembremos que a Igreja é o todo e o Papa é a parte, ainda que seja a principal desse todo aqui na terra.

e. O Papa que caiu na heresia, "ainda que conserve sua potestade sacramental de bispo, que é indelével, não conserva, nem pode recuperar a suprema potestade de jurisdição", que, a juízo dos Santos Padres, é irrecuperável. E o mesmo podemos dizer dos bispos ou cardeais que incorreram na heresia ou no cisma.

Supondo esta doutrina, permito-me perguntar: Quem é o Papa?

É o sucessor de Pedro na Cátedra de Roma, como Vigário de Cristo e cabeça visível da Igreja militante. O Papa não é, pois, a verdadeira cabeça da Igreja, como já o advertimos antes, que é Cristo e somente Cristo, mas a "cabeça visível" da Igreja militante (não da Igreja purgante, nem da Igreja triunfante): é o Vigário de Cristo, seu lugar-tenente aqui na terra; é, como diria meu bom amigo Dom Nemesio García Naranjo

Elizondo, o "procurador", não o "mandante", pelo que não pode fazer nem dizer nada além do que lhe foi encomendado.

A condição *sine qua non*, sem a qual nenhum homem pode ser Papa, é que seja católico, que tenha a verdadeira fé de Cristo, não a fé rabínica, nem a fé ecumênica no sentido protestante. E isto por duas razões: a 1ª, porque para ser cabeça visível, deve ser membro do Corpo Místico de Cristo, e o homem que não tem fé católica, sobretudo se assim o demonstrou já publicamente, não é membro do Corpo Místico, nem muito menos pode ser cabeça visível da Igreja militante. E a 2ª, porque, sendo a fé, como já indicamos, a raiz e o princípio de nossa justificação por Jesus Cristo e a condição primeira para agradar a Deus, o homem que não tem fé não participa da vida divina, que é o fim da Encarnação e da Redenção de Jesus Cristo, segundo suas próprias palavras: *"Ego veni ut vitam habeant et abundantius habeant"* (Jo. X, 10). Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância. E, como o mesmo Divino Mestre nos diz: "Quem escuta a minha palavra e crê n'Aquele que me enviou tem a vida eterna". Os hereges, ocultos ou públicos, são o joio semeado pelo inimigo no meio do trigo. Como pode representar a Cristo e nos dar a vida de Cristo aquele que sensivelmente contradiz a doutrina de Cristo e nos oferece uma doutrina que não é a de Cristo?

Ademais, o fim primário e essencial do Papado é "apascentar as ovelhas e os cordeiros de Cristo, ser o fundamento da Igreja, ter o Primado de Jurisdição e Magistério, confirmar na fé a seus irmãos". É assim que, para poder desempenhar estes altíssimos ofícios, necessita preservar fidelissimamente o "DEPOSITUM FIDEI", em cuja sólida e divina doutrina há de nutrir o rebanho que lhe foi confiado. Pode ser fundamento da Igreja aquele que não tem a doutrina da Igreja? Pode conservar o Primado de Jurisdição e de Magistério aquele que, tendo perdido a fé, pretenda utilizar seus altíssimos poderes para a destruição, não para a edificação da Igreja? Como pode confirmar na fé a seus irmãos aquele que não tem a fé de Cristo? Cristo é "o Caminho, a Verdade e a Vida" dos homens. Não pode estar unido a Cristo aquele que, por sua culpa, perdeu o caminho, a verdade e a vida divina.

É verdade que o caráter que imprimem as sagradas Ordens é indelével, como antes o indicamos, tanto no simples sacerdote, como no bispo, como no Papa; (mas o Papado é tão somente uma potestade "jurisdicional", inerente ao Bispado de Roma, mas não supõe uma potestade sacramental distinta da que têm os Bispos). Por isso se "coroa" o Papa, não se lhe "consagra", a não ser que, ao ser eleito, não fosse bispo. A potestade "sacramental", como diz o Angélico, permanece enquanto permanecer viva a alma consagrada, isto é, sempre; mas não assim a potestade "jurisdicional", que se perde ao se perder a fé.

É verdade que, por permanecer a potestade sacramental (o episcopado), ainda que se perca a fé, o bispo herege, ainda que seja o Bispo de Roma, pode válida, não licitamente, exercer certos atos sacramentais inerentes à sua consagração episcopal, como conferir as sagradas ordens ou consagrar um bispo: ambos ficariam validamente consagrados, um como sacerdote e o outro como bispo; no entanto, não podemos aceitar a potestade jurisdicional no Papa herege, porque sua elevação ao Papado foi tão somente o outorgar-lhe legitimamente (supõe-se) a Cátedra de Pedro, os supremos poderes que Cristo quis outorgar aos sucessores de Pedro para a preservação e propagação de sua Igreja. De si, o Papa, como indicamos antes, ao cair na heresia, inválida e ilicitamente exerce qualquer ato que exija a suprema potestade de jurisdição, que, ao perder a fé, perdeu para sempre, porque a potestade de jurisdição não imprime caráter indelével.

Convém ter ideias muito claras sobre estes pontos, para poder nos livrarmos da chantagem da "obediência" que os "papólatras" querem nos impor, como se o culto ao Papa, ainda que fosse herético, significasse a suprema obrigação da vida cristã. A autoridade e a obediência são correlativas. Quando há crise de autoridade, necessariamente há crise também de obediência. Porque a autoridade humana, qualquer que seja, é sempre dependente, é sempre súdita de outra Suprema Autoridade, a qual representa, de quem dimana e da qual nunca pode se emancipar. Ao desconhecer o homem, revestido de autoridade neste mundo (qualquer homem que seja e qualquer autoridade que tenha) a Suprema Autoridade de Deus, ao pretender emancipar-se de seus divinos preceitos, impondo a

seus súditos algo que contradiz a Vontade de Deus, o homem fica despojado de toda autoridade, não representa mais a Deus, não está respaldado pela Autoridade de Deus; não pode mandar em nome d'Ele, ao pretender fazer-se a si mesmo fonte de toda autoridade e de toda lei. "O Estado sou eu", "eu sou a lei", "não há mais autoridade que a minha". Isto é despotismo, tirania, abuso de poder. E os súditos, ao se sujeitarem contra sua consciência, contra a doutrina imutável da fé, contra os ensinamentos do Magistério da Igreja de vinte séculos, de todos os Papas e de todos os Concílios, para aceitar os ensinamentos dos dois últimos Papas e do Vaticano II, deixando de lado a tradição, não obedecem, se entregam; põem o homem acima de Deus. A obediência que não antepõe Deus sobre as leis e os caprichos dos homens, longe de ser virtude, é covardia, é traição ao Senhor. Por isso disse São Pedro: *"Obedire oportet Deo, magis quam hominibus"*. É NECESSÁRIO OBEDECER A DEUS ANTES QUE AOS HOMENS.

CAPÍTULO 5

EM QUE CONSISTE A ELEIÇÃO DE UM PAPA?

Se o Primado de Pedro deve ser perene, se as palavras de Cristo devem ter cumprimento, a sucessão do Primado não pode faltar permanentemente na Igreja. Simão, o filho de João, morreu, mas vive PEDRO em seus sucessores, por vontade expressa do Divino Fundador.

Esta diferença existe entre o regime político da sociedade meramente humana e o regime da Igreja: porque, embora seja da essência da sociedade humana ter algum regime, alguma autoridade, a forma de governo pode variar e, de fato, varia, sem que estas mudanças nas formas de governo impeçam necessariamente a conservação e o florescimento das sociedades. Não assim na Igreja. A mesma vontade do Divino Fundador, que quis estabelecer um regime em sua Igreja, determinou também de uma maneira imutável a forma específica desse regime, no Primado de Pedro. Na Igreja, o regime e a forma do regime são de direito divino: não está, pois, ao arbítrio dos homens, de nenhum Papa, de nenhum Concílio, nem da própria Igreja, mudar a forma de seu governo.

Mas é preciso distinguir entre a instituição divina, que estabelece o Primado de Pedro como a forma específica e perene do regime da Igreja, e a condição desta sucessão, pela qual este, e não aquele, entre os pastores da Igreja, deve ser considerado como o legítimo sucessor de PEDRO e herdeiro, por conseguinte, de seu cargo, com todas as suas prerrogativas e poderes. A história, desde já, nos demonstra, com uma evidência incontrovertível, que os únicos bispos que foram sempre considerados como legítimos sucessores de São Pedro foram os Bispos de Roma. Este é o "fato". Logo, pressuposta a lei da perene sucessão, isto é, a vontade de

Cristo da perpetuidade do Primado, os Bispos de Roma são os verdadeiros e únicos sucessores das prerrogativas do Primado de Pedro, pressuposto, claro está, que eles sejam legítimos e não espúrios Bispos de Roma. E a razão é clara: ou admitimos que os Romanos Pontífices, que sempre estiveram na pacífica sucessão do Primado, são os únicos sucessores de PEDRO, ou temos que confessar que a lei da sucessão, estabelecida por Jesus Cristo, não se cumpriu, já que os Romanos Pontífices, como consta pela história, são os únicos que reivindicaram para si a sucessão de Pedro e suas prerrogativas, e são também os únicos que foram, como tais, reconhecidos.

É evidente que as coisas poderiam ter acontecido de outra maneira; mas aqui não falamos do que "poderia ter acontecido", mas do que de fato aconteceu. O fato histórico é este: São Pedro fundou e conservou até a morte o Episcopado de Roma, e somente os Bispos de Roma foram considerados como os sucessores de São Pedro.

Este é o "fato histórico". Resta-nos demonstrar o "direito" divino inerente à Cátedra de Roma para herdar exclusivamente as prerrogativas e poderes de Cristo, conferidos a Pedro como cabeça visível e fundamento de sua Igreja, no Primado de Jurisdição e na Supremacia do Magistério. Temos, para provar este "direito", o testemunho irrecusável dos Concílios. O Concílio Florentino define como de fé estas duas coisas: 1) que o Bispo de Roma tem o primado em todo o orbe universo; 2) que o Romano Pontífice é o legítimo sucessor de Pedro. *"Definimus sanctam apostolicam sedem et Romanum Pontificem in universum orbem tenere primatum, et ipsum Pontificem Romanum successorem esse Beati Petri, principis Apostolorum"*, definimos que a santa sé apostólica e o Romano Pontífice têm o Primado em todo o orbe universo, e que o mesmo Romano Pontífice é o sucessor do Bem-aventurado Pedro, príncipe dos Apóstolos. – O Concílio Vaticano, por sua vez, define: "Se alguém, pois, disser que não é de instituição do mesmo Cristo N. S., isto é, de direito divino, que São Pedro tenha perpétuos sucessores no Primado sobre a Igreja Universal, ou que o Romano Pontífice não é nesse Primado o sucessor de Pedro, seja anátema". Segundo estas palavras do Concílio, devemos crer, com fé divina e católica, não só o fato do Primado da Sé de Roma, mas também o

direito que a esse Primado tem a Sé Romana, como a legítima sucessora de São Pedro.

A que se deve essa imutabilidade, essa permanência inalterável não só de fato, mas de direito, da sucessão de São Pedro pelos Romanos Pontífices? Para responder a essa pergunta, temos que recorrer de novo à Tradição como fonte autêntica da Divina Revelação, não como fonte meramente histórica, porque os testemunhos dos Padres sobre o direito ao Primado dos Romanos Pontífices são acerca de uma coisa revelada por Deus aos Apóstolos. E, na verdade, lendo a Tradição, encontramos que os Padres insistem nestas características exclusivas da Sé Romana: a) A esta Sé é necessário que convenha toda a Igreja Universal. b) A comunhão com a Igreja de Roma é como o distintivo da verdadeira religião e a nota com a qual se unem de uma maneira infalível todas as outras notas da Igreja verdadeira. c) A Sé Romana é considerada como Mãe e Mestra de todas as Igrejas. d) Dela emanam os direitos. e) Ela não será vencida jamais pelas Portas do Inferno. f) Sé que Deus deu a Pedro para que por ela se guarde na Igreja a unidade. Nenhuma restrição insinuam os testemunhos dos Padres; nenhuma possibilidade de mudança ou de mutação. Seus testemunhos são absolutos, definitivos: como que falam de uma verdade de nossa fé, conservada no DEPÓSITO DA DIVINA REVELAÇÃO e perpetuada, desde os tempos apostólicos, por uma tradição dirigida e garantida pela assistência do Espírito Santo. O "direito", pois, dos Romanos Pontífices ao Primado de Pedro é de direito divino, e esta verdade nos consta pela autoridade do Magistério da Igreja e por uma divina Tradição.

No entanto, embora os Romanos Pontífices sejam os sucessores de Pedro, a condição de Pedro é, em certo modo, distinta da de seus sucessores, em sua origem. Pedro, sem que mediasse nenhuma eleição humana, foi, direta e pessoalmente, eleito por Cristo para o Primado de Jurisdição e a Supremacia do Magistério em sua Igreja; enquanto seus sucessores não obtêm, por direito divino, direto e imediato, a investidura pontifícia, sem que intervenha a intervenção humana da eleição da pessoa que há de ocupar o Bispado de Roma. A união do supremo poder da Igreja na pessoa de Pedro foi feita exclusivamente pelo próprio Jesus Cristo;

mas, no caso de seus sucessores, isto não é assim: a união do poder com as pessoas individuais que ocuparam o Papado, depois de Pedro, não se deve precisamente a uma designação direta e exclusiva de Cristo, mas à eleição humana que, ao fazê-los bispos de Roma, os faz sucessores de São Pedro. Indubitavelmente, em toda eleição legítima, intervém o Espírito Santo, sem que esta assistência divina venha a predeterminar, por assim dizer, a vontade dos eleitores para eleger a tal ou qual pessoa. Por isso, como o comprova a história da Igreja, nos conclaves ocorreram penosos conflitos, que chegaram a pôr em dúvida a própria validade da eleição.

Deus, em sua providência inefável, permite o livre jogo das causas segundas, em eleições nem sempre acertadas nem conformes à sua divina vontade. No entanto, a não ser que haja algum impedimento *in radice*, a eleição canônica, se foi legítima, faz, *de iure ecclesiastico*, o eleito, *ipso facto*, depois de sua aceitação, em virtude da instituição evangélica, a pedra, o fundamento da Igreja, aquele que tem em suas mãos as chaves do Reino dos Céus, o pastor supremo dos cordeiros e das ovelhas. Esta eleição se faz pelos homens e está regulada pelo direito da Igreja.

Portanto, o sujeito que, no mar de Tiberíades, recebeu por direito divino o Primado de Jurisdição e de Magistério foi unicamente a pessoa de Pedro, de Simão, filho de João; mas a pessoa que no conclave recebe esse primado, mediatamente por direito divino, imediatamente por direito eclesiástico, não é esta ou aquela pessoa enquanto tal, mas enquanto a eleição canônica dos eleitores e a aceitação voluntária do eleito fazem com que a instituição divina se prolongue nele. Em outras palavras: Pedro foi Papa por eleição divina, direta e exclusiva de Jesus Cristo; enquanto seus sucessores são Papas porque a eleição legítima de seus eleitores, ao designá-los Bispo de Roma, faz com que, como sucessores legítimos de Pedro, recebam as prerrogativas de Pedro.

Logo, se a eleição canônica é o título para ser sucessor de Pedro no Primado de Jurisdição e de Magistério de toda a Igreja, devemos concluir que as condições desta eleição legítima dependem tão somente do direito pontifício, ao menos ordinariamente. Ademais, que a pessoa legitimamente eleita e já investida com o Pontificado pode deixar de ser Papa por uma

abdicação voluntária, ou por deposição, se, segundo o que vimos antes, o Papa, por notória heresia, deixa de ser Papa.

Segundo o sentir comum dos teólogos, devemos admitir que a pacífica aceitação da Igreja Universal na eleição de um Papa foi considerada sempre como um sinal, pelo menos, certo e indisputável, da legitimidade de sua eleição. No entanto, no terreno meramente hipotético, não podemos negar que uma eleição, em aparência válida e legítima, seja, na realidade, inválida e ilegítima, seja porque o sujeito eleito não era capaz de ser eleito, seja porque a eleição, dentro do conclave, foi irregular, por não se ajustarem os eleitores às normas do direito pontifício ainda vigentes. Em outras palavras, em caso de uma crise como a presente, é necessário estudar primeiro a legitimidade do papa que ocupa a Cátedra de São Pedro.

5.1. JOÃO B. MONTINI NÃO É UM VERDADEIRO E LEGÍTIMO PAPA

Temos que chegar a tirar as conclusões de tudo o que até aqui escrevemos, ainda que levantem ao céu seus braços, em gesto de protesto e ameaça, os múltiplos "papólatras" que há em toda parte, e que, para salvar Paulo VI e seu espúrio reinado, estão dispostos a sacrificar a Igreja e sua própria salvação eterna. Diante da presente "autodemolição" da Igreja, que estamos presenciando, temos que chegar, com imensa amargura, a esta já tangível conclusão: João B. Montini não é um Papa legítimo.

Para começar, comecemos por distinguir bem o sentido das palavras, estabelecendo um *status quaestionis*, para evitar equívocos ou más interpretações. Eu sou "papista", profunda, filial e entusiasticamente "papista", mas não sou, nem nunca fui, de maneira alguma, "papólatra". Ser "papista" é ser católico; ser "papólatra" é ser um fanático ou um sectário. Em tempos da Reforma protestante, os inovadores chamavam de "papistas" os que seguiam fiéis à Cátedra e ao Primado de Pedro, ao Papado; isto é, os que se mantinham na unidade católica. Ser "papista"

significava muitas vezes a prisão, os suplícios, a própria morte. Eu espero que, com a graça de Deus, estaria disposto, se chegasse essa hora, a padecer e morrer pela fé de meus pais. Em nossos tempos, a "papolatria", adoração supersticiosa do Papa, com que os calvinistas e luteranos tratavam de infamar os católicos, não tem esse significado: não é o repúdio da instituição de Cristo, do legítimo sucessor de Pedro, mas a falsa presunção que, ao fazer o homem que ocupa a Cátedra de São Pedro pessoalmente infalível e impecável em tudo o que faz e em tudo o que diz, parece dar, em vida, ao Papa, um culto que não lhe corresponde, sobretudo quando há razões graves para duvidar da legitimidade do atual pontífice, de sua própria ortodoxia.

Já imagino a gritaria que a só definição de "papólatra" que demos já vai levantar entre os "miniteólogos" e minipontífices, os Genaritos, os Abascal, os Salmerón, os Brambila... de que está infestada a Igreja no México. Vão me recordar as "condenações galicanas", sem sequer entender o que estas condenações condenavam. Eu não estou falando dos que legitimamente ocupam a Cátedra de Pedro, mas dos que ilegitimamente estão ali sentados, seja porque sua eleição foi nula, seja porque, legitimamente eleitos, perderam, por sua heresia, cisma ou apostasia, a legitimidade de suas prerrogativas e poderes. Diga-me, Abascal, diga-me, seu acólito Salmerón, rejeitariam Vossas Senhorias o epíteto de "papólatras" àqueles que, por engano, por teimosia ou por malícia, se empenhassem em defender e em dar culto a um antipapa ou a um papa surpreendido na heresia? Não se adiantem, não gritem. Já sei que Vossas Senhorias negam e renegam que o papa Montini seja um antipapa ou seja um papa herege. Mas, prescindindo do caso presente, o que respondem à minha pergunta? Evidentemente, os que aderem a um antipapa ou a um papa herege são – é o mínimo que se lhes pode dizer – uns "papólatras".

Ora bem, se um papa foi canonicamente eleito, sem ser *"subiectum capax ad electionem"*, um sujeito que legitimamente pudesse ser eleito, por não ter sido nunca batizado, por ser herege, por ter sido educado em outra religião, distinta da católica, embora conservando as aparências externas de ser verdadeiro católico; ou se, por sua culpa, por suas leituras,

por seus compromissos, por sua carência de sólida doutrina ou por suas debilidades humanas, perdeu a fé, sem perder por isso suas prebendas, seu próprio episcopado, seu cardinalato – ao menos aos olhos dos homens –; se, nessas circunstâncias, fosse canonicamente eleito papa – o caso não é impossível –, não seriam "papólatras" os que, comprovado o fraude, seguem inabalavelmente aderidos ao falso papa, ao "papa *de iure*, mas *non de facto*"? Os que fecham os olhos para não ver a verdade?

Segundo as citações feitas antes dos grandes teólogos, dos Santos Padres e do *Corpus Iuris Canonici* e dos próprios Papas legítimos, todas estas hipóteses não são impossíveis, nem contradizem no mínimo a doutrina católica. Do contrário, teríamos que admitir, como dogma de fé, que todo aquele que se diz um verdadeiro Papa o é na realidade, ainda que a evidência nos esteja demonstrando o contrário. Sim, senhores, pode ser eleito como Papa um sujeito incapaz de ser Papa, assim como pode deixar de ser Papa um pontífice que, por sua culpa, perdeu a fé católica, embora esteja consagrado, embora tenha sido coroado, embora, com obstinação, por culpa ou covardia dos demais hierarcas, siga obstinado em um posto no qual não crê e do qual está se valendo para destruir a Igreja, com a única autodemolição que é possível da obra de Cristo, a que faz um falso papa. Estes são os "papólatras" que antepõem à fé, à própria Igreja e ao próprio Cristo, seu falso pontífice, que, com aplauso dos próprios católicos – maus, ignorantes, covardes ou convenientes católicos – está autodemolindo a obra de Cristo para poder implantar uma nova religião. "Não faltava mais – diremos outra vez com Belarmino – que a Igreja não tivesse poder para expulsar o lobo feroz e carniceiro que está devorando o rebanho"!

Estas enérgicas palavras de São Roberto Belarmino não foram escritas como um arrebatamento lírico, como uma possibilidade impossível, mas como algo que, dada a humana fragilidade, pode, por desgraça, suceder. Assim como também as palavras de Cristo: "Guardai-vos dos falsos profetas, que virão a vós vestidos de pele de ovelha, mas por dentro são lobos rapaces. Pelos seus frutos os conhecereis", não são tampouco palavras vazias, que nunca haveriam de ter cumprimento na Igreja.

A atual situação da Igreja, em pontos vitais e intocáveis, que, com ciência e paciência do Papa Montini, apesar de seus discursos semanais e de suas encíclicas turvas, que evidentemente desconcertaram os que não se deram ao trabalho de estudá-las, nem de esquadrinhar nelas as frestas que sempre ficam abertas, com habilidade, à heresia, demoliu não uma verdade de nossa fé, mas a fé total, estabelecendo o "relativismo" teológico e filosófico, que faz com que a verdade seja instável, esteja em constante evolução, segundo as circunstâncias de tempos, de lugares e de pessoas. Isto é o modernismo, esta é a nova religião montiniana, a nova economia de Paulo VI. Bastariam tão somente alguns fatos para demonstrar o que foi dito a todos os que, tendo olhos, querem ver, e tendo ouvidos, querem ouvir. Mas, antes, vou me permitir copiar aqui algumas passagens de uma recente conferência dada na Mutualité de Paris, ante um auditório de umas 4.000 pessoas, pelo extraordinário Abbé Georges de Nantes. Existem entre nós não pequenas discrepâncias em alguns pontos importantes de nossa resistência; mas nem por isso deixamos de admirá-lo, estimá-lo e reconhecer sua extraordinária luta.

5.2. O ABBÉ DE NANTES DENUNCIA JOÃO B. MONTINI

"Meus queridos amigos, acabais de ouvir toda a nossa doutrina, todo o programa da nossa Contra-Reforma Católica, com atenção, com paixão. Eu vos pergunto agora: o que há nele de anárquico, de insensato, de blasfemo? O que há nele que mereça uma sanção? Nada; nada, senão o fato, a dizer verdade, capital, de que ninguém pode sustentar atualmente tais convicções, eminentemente católicas, e pô-las em prática, sem atrair sobre si o padre, o bispo e o próprio Papa, em assuntos tocantes ao dogma, ao culto, à moral.

A primeira reação a esta atitude hostil é levantar os ombros e dizer: 'Que vamos fazer? De quem é a culpa?' – E esta é uma boa reação. Nossa religião não depende das opiniões e do humor em que estejam nossos pastores. Depende de Jesus Cristo, de quem eles são meramente ministros. A resistência à sua opressão, a oposição aberta à nova religião é um direito

e um dever sagrado. Que cada um se esforce por cumpri-lo. A princípio, seremos apenas um pequeno número, mas o mérito será maior. Tudo o que vós deveis fazer vos foi recomendado: manter o verdadeiro catecismo, participar valentemente na verdadeira liturgia, receber os sacramentos em suas formas tradicionais, manter em vossos lares a religião tradicional…

Todos aceitam o programa que expusemos esta noite. E existe, ademais, uma multidão de outros sacerdotes e fiéis que se calam, por um sentimento de obediência que nós respeitamos, embora não participemos dele, os quais, no entanto, estão em pleno acordo conosco. Por exemplo, esses 2.000 sacerdotes reunidos em Saragoça, no mês de setembro, entre os quais havia uns 200 franceses, conduzidos pelo Cônego Catta e pelo Pe. Balastrier... Eles criam, com boa fé, tornar público seu amor e veneração ao Papa Paulo VI e sua submissão inteira ao Concílio Vaticano II; pensavam obter assim a liberdade para poder manter seu ministério plenamente tradicional e católico. Como resposta, o Papa se negou a enviar-lhes a menor bênção e proibiu aos Cardeais já inscritos de assistir à sua reunião e pronunciar as conferências anunciadas e por eles prometidas. Desta sorte, esta elite de sacerdotes edificantes, respeitáveis, totalmente consagrados ao serviço da Santa Igreja, apareceram diante do mundo como castigados, desautorizados, excomungados por aquele mesmo cujos pés estavam beijando. Contra esse ostracismo, nós os incitamos a uma santa revolta.

Que o Papa e nossos bispos estejam descontentes não será motivo para que retrocedamos. Porque é bom que se constitua *de facto*, se não *de iure*, uma "comunidade de base" – inaudito! – de rito latino, no seio mesmo da Igreja "reformada". A tradição católica não pode sobreviver diluída em todas as partes, como [sobreviverá] se ela se conserva pura em certos lugares. E, posto que a hierarquia não o tolera, é necessário fazê-lo, apesar dela.

É bom manter o que agora temos; mas é necessário recuperar o que perdemos. E, para reconquistar, é necessário começar, desde já – desculpai minha brutalidade – derrubando o Poder revolucionário ou reformador... Posto que todas as desordens e os crimes se fazem hoje em dia sob o véu

da autoridade e são quase universalmente aceitos por obediência, é a autoridade que deve ser reconquistada. Sem a autoridade do Papa, a "reforma" não teria força. Com o Papa, seguirá vencendo e esmagará toda resistência.

Se se tratasse de opiniões livres, o Papa poderia dominar, do alto, a disputa, sem tomar parte nela, como o fez Paulo V no debate sobre a graça, entre jesuítas e dominicanos.

Se se tratasse da "pastoral", dos meios apostólicos, pedagógicos e científicos postos em prática para a conversão de nossos contemporâneos, como nossos bispos repetem incessantemente, seria normal que o Poder ensaiasse aqui a aceleração e ali o freio. Teríamos então bispos reacionários e bispos progressistas. O antigo e o novo coexistiriam, com maior ou menor êxito, segundo a demanda (com mais ou menos partidários, funcionariam segundo a necessidade).

Mas não. A seleção está excluída, a autoridade tomou parte, a ponto de ser partidária, monolítica, absolutista. O Pacto funciona; tem tudo sempre. É o programa imposto de uma "nova religião", cuja coerência e novidade ouvistes esta noite. É o culto do Homem, proclamado por Paulo VI depois do encerramento do Vaticano II, em vez do culto de Deus, da Virgem, dos santos. A Hierarquia não nos tolera, porque tem o propósito preciso de substituir a velha religião pela nova. E assim o está fazendo. Não nos tolerará porque, em sua intolerância, tornou o exercício de sua autoridade intolerável.

Eis aqui por que nossa Contra-Reforma Católica está desempenhando seu papel próprio e, eu creio, também singular. Não nos podemos enganar: o Poder reformado, tal como agora existe, não nos reconhecerá jamais o direito de subsistir, mesmo segregados, no seio da Igreja. Se nós não o derrubarmos, esse Poder acabará por nos destruir. Esta é – desculpai-me – uma luta de morte entre esse Poder e nós... E me atrevo a dizê-lo, é uma luta entre o Poder e a Igreja.

Durante o Concílio, afirmou-se repetidas vezes que não havia Colégio senão com o Papa. "Repetiram-no até à náusea", disse Congar.

Desventurado! Sem o Papa, toda a sua reforma teria sido vento. Contra o Papa, nada teria subsistido. Os antipapas, com efeito, se aproveitaram da entrada em jogo das forças do Papado. O Concílio é Paulo. A Colegialidade é Paulo. A REFORMA atual é sempre, é em tudo, é sobretudo e em primeiro lugar PAULO VI. Se o Papa franze a testa, tudo para e vem por terra. Tudo se acelera porque ele o quer.

O processo da "REFORMA CONCILIAR" – não o dissimulemos mais – é o processo de Paulo VI. Por isto, logicamente, desde o princípio, nossa Contra-Reforma interpelou o Soberano, não para constatar sua legitimidade, nem para rechaçar sua autoridade, mas para apelar a ele contra ele mesmo. Queremos conduzir Paulo VI aonde ele não quer ir, porque neste gravíssimo conflito se fez ao mesmo tempo "parte" e "partidário". Nós exigimos que seja ele, de uma vez por todas, solene, infalivelmente, como Vigário de Cristo, sucessor de Pedro e Chefe Supremo da Igreja, o Juiz entre ele e nós; o Juiz de sua própria causa. Nós apelamos a Paulo VI contra João B. Montini. Hoje, voltamos a repetir o mesmo.

Eu apelei à Santa Sé em minha Carta ao Cardeal Ottaviani, em julho de 1966 (cf. "Carta a meus amigos" 231). Eu apelei ao Papa contra a Reforma Conciliar em minha "Carta ao Soberano Pontífice" de 11 de outubro de 1967. Eu acusei o Papa e o Concílio de heresia e de cisma em meu Processo no Santo Ofício, na própria Roma, em maio e julho de 1968. (Dossiê CRC, Nº 23-25). O poder se contentou em "desqualificar-me", pelo simples fato de eu ter sustentado acusações que, como ele declarou, não podiam ser sustentadas. Conduziu-se, pois, então, não como juiz que examina uma causa, mas como um tirano que não aceita a suspeita, que considera um crime toda apelação à sua própria justiça.

A Contra-Reforma Católica volta a reatar sua postura anterior. Depois de um ano, apela do Papa e dos Bispos do Vaticano II, reunidos em Concílio Pastoral, ao mesmo Papa e aos mesmos Bispos, reunidos, desta vez, em Concílio Dogmático, o Vaticano III. É a solução adequada à crise deste decênio. Tudo o que dissemos esta tarde seria, em um Concílio dogmático e infalível, o triunfo da Tradição, o anátema contra a

REFORMA atual e a libertação do povo cristão. Seria, será, melhor dizendo, uma festa semelhante à famosa FESTA DA ORTODOXIA, que, em Constantinopla, no ano de 849, terminou a luta iconoclasta, depois de cento e vinte anos.

O meio para recobrar a saúde está bem definido: É necessário remover o obstáculo. E o obstáculo é o Papa Paulo VI, que ligou seu nome, seu reinado, seu coração, a terrível pujança de sua autoridade e de sua fascinante personalidade ao "partido da REFORMA". À instauração do culto do Homem no Santuário do Deus Vivo, ele fortalece a REFORMA. Morto, se converterá em uma garantia intangível e sagrada.

Todas as provas que, em contrário, aportem seus cortesãos, que as gentes boas creiam, que certos publicistas façam destacar, nada podem contra a terrível realidade: Paulo VI é o Papa do Concílio, o Soberano Contratante da "autodemolição" da Igreja, o introdutor de Satanás entre nós. O CULTO DO HOMEM é ele. O ECUMENISMO é ele. A LIBERDADE RELIGIOSA é ele. O INDIFERENTISMO é ele. O NOVO CATECISMO é ele. A NOVA MISSA é ele. A SUPRESSÃO DOS EXORCISMOS NO BATISMO é ele, e A SUPRESSÃO DA FUNÇÃO DO EXORCISTA é ele, no momento em que ele mesmo declara que Satanás está entre nós.

Certas manobras decisivas nos descobrem sua vontade precisa e sua responsabilidade pessoal e decisiva, tais como as reduções ao estado laical de tantos milhares de sacerdotes, como a supressão do juramento antimodernista e a imunidade garantida por ele a Hans Küng, Schillebeeckx, Cardonnel... como a intervenção determinante em favor dos progressistas espanhóis, encabeçados pelo cardeal Tarancón, contra seus próprios auxiliares da Congregação para o Clero e do Santo Ofício, os Cardeais Wright e Seper.

Enfim, certos passos seus ultrapassam a linha vermelha que separa o lícito do vedado. Houve violações à lei divina, insuportáveis a Deus, à Igreja e aos verdadeiros católicos, atos que deveriam ser anatematizados, em vida do prevaricador ou depois de sua morte, mas que não podem, de

maneira alguma, ser tolerados na Igreja. Digo-o chorando: o Papa aceita que hereges e cismáticos recebam a comunhão. O Papa jamais sancionou as "eucaristias" sacrílegas, inválidas ou blasfemas, como as patrocinadas por Monseñor Riobé de Orléans. O Papa permite que se difundam os falsos murmúrios sobre pretensos acordos, entre católicos e protestantes, acerca da Eucaristia. O Papa prepara lenta e silenciosamente a afiliação da Igreja Católica ao Conselho Mundial das Igrejas, organismo do movimento ecumênico protestante.

É necessário depor o Papa, porque Paulo VI é a encarnação da violação da lei de Deus pelos reformistas, antes que ele deixe a desordem no modo da eleição de seu sucessor, preparando o caos.

Em consequência, decidi, de acordo com os Chefes do Círculo, reunidos em Congresso em 1º de outubro, e com o acordo também de meus Irmãos em religião, ir depositar aos pés de Sua Santidade o Papa Paulo VI um *libellum accusationis*, um libelo de acusação contra sua própria pessoa, por heresia, cisma e escândalo, exigindo-lhe uma sentença solene, um juízo infalível sobre seus próprios atos. De qualquer outra autoridade, seria ridículo pretender obter um juízo justo sobre essa mesma autoridade. Mas, se o Papa é um homem, pecador e falível, é impecável e infalível em sua função suprema de Juiz em matéria da doutrina da fé e da moral.

Se ele se negar a julgar a si mesmo e se conduzir como um déspota, isento da lei divina, ou se, por sua inércia, se reconhecer culpado, apelaremos à sua Igreja diocesana, a Igreja de Roma, Mãe e Mestra de todas as Igrejas, a única habilitada para fazer um processo formal e pronunciar a sentença de deposição que resultaria desta morte espiritual do Papa, canonicamente reconhecida.

A Igreja não pode suportar, assimilar, conservar o erro em seu seio. Seu patrimônio necessariamente o exclui. Um Papa que prega J. J. Rousseau e não Santo Agostinho, Lamennais contra São Pio X, Blondel em vez de Santo Tomás, deve ser obrigado a cumprir seu dever de se retratar ou, se não, a Igreja morre. Os tomos das Atas Conciliares e

Pontifícias destes dez últimos anos alimentarão em próximo dia, eu tenho a firme esperança, as chamas de um gigantesco auto de fé, único na história.

Porque a plenitude do Espírito Santo visivelmente conduz sempre a Igreja. Quando se fechará o parêntese deste negro decênio, as lanternas do Vaticano se extinguirão, as quimeras de Paulo VI serão condenadas. Talvez as dificuldades da Igreja sejam as mesmas; mas então a pugna estará entre a verdade e o erro, entre a virtude e o vício, entre a beleza e a fealdade, entre a ordem e a desordem, não de pestilenciais dialéticas de jovem e de velho, de novo ou de antigo, de dinâmico ou estático. Então a Igreja, exorcizada destes demônios modernos, poderá servir a Deus, somente a Deus.

Não passará o ano sem que nós tenhamos levado nossa acusação a Roma, exigindo do Papa que se retrate ou renuncie. Eu não quero ser o único neste trabalho e nesta honra. Se quereis, se o julgais santo e salutar, podereis compartilhar comigo o trabalho e a honra."

Quis reproduzir aqui essas enérgicas palavras do Abbé Georges de Nantes, em sua famosa conferência, pronunciada na Mutualité de Paris, na qual, com valentia cristã, faz recair toda a responsabilidade da presente caótica situação da Igreja sobre a atuação e o governo do Papa Montini. Podemos dissentir em alguns pontos com o Abbé de Nantes, mas, no fundo, sem dúvida, estamos de acordo: João B. Montini é, diante de Deus, diante da Igreja e diante da história, o verdadeiro responsável pela dessacralização, pela protestantização e pela judaização que estamos vendo. Porque:

a. Que explicação podemos dar a essa incrível afirmação que fez o pontífice, diante dos membros da ONU, de que esta organização judaico-maçônica é a única esperança da humanidade? Que sentido católico pôde ter sua própria viagem a Nova York, em momentos tão

delicados, quando se celebrava em Roma um Concílio Ecumênico de projeção e transcendência tão perigosa para o porvir da Igreja? Abandonou o aprisco para parlamentar com os lobos.

b. Que explicação católica podemos dar à viagem do Papa a Genebra, sua visita ao Conselho Mundial das Igrejas, seu discurso diante desses falsos cristãos, quase todos maçons, que se fazem chamar bispos das seitas protestantes?

c. Podemos chamar de "Encíclica" esse documento subversivo, a "POPULORUM PROGRESSIO", que, com a viagem eucarística de Paulo VI a Bogotá, ocasionou a inconformidade, as guerrilhas, os sequestros, os atos terroristas, a revolução intestina, os golpes de Estado e toda essa incrível insegurança em que vivemos? Paulo VI, com seu enxame de agentes confidenciais, com esse exército ou milícia "subversiva", a qual, com toda razão, poderíamos chamar a anti-Companhia de Jesus, por meio de suas consignas confidenciais, por meio da política episcopal dos Hélder Câmara e dos Sérgios Méndez Arceo, secundados pelos bispos de Hermosillo, Ciudad Juárez, Chihuahua, San Cristóbal de las Casas e o ex-bispo de Zacatecas, que em um ano e meio, devido à sua inexperiência e fogosidade, teve que renunciar para se entregar com mais liberdade a essa labor redentora e revolucionária; Paulo VI, digo, é, sem dúvida alguma, o principal responsável não só pela derrocada aparatosa de nossas estruturas, mas também pela perda da fé que estamos lamentando em nossos povos latino-americanos. Porque a sólida fé de nossos povos, provada nas perseguições mais sangrentas, não estava acostumada a escutar esse novo evangelho que hoje pregam os padres subversivos, os terceiro-mundistas, os pseudorredentores, que encobrem suas traições a Deus com a máscara, intolerável por sua insinceridade, da "Igreja dos pobres" e da "justiça social".

d. Não advertem os "papólatras" que estamos sem o Santo Sacrifício; que o menos que podemos dizer da "nova missa" é que é equívoca, injuriosa a Deus e pecaminosa? O que resta da vida eucarística, o que de nossos sagrados dogmas eucarísticos, o que da majestade sublime de nossa liturgia, ecumenizada, judaizada por João B. Montini? Ele é,

diante de Deus, o responsável por este supremo atentado ao mais sagrado que temos, que é a Divina Eucaristia, o centro de nossa religião, o compêndio de todas as maravilhas que Deus fez aos homens. Embora se obstinem os "papólatras", a "nova missa", que a eles mesmos não agrada, é um sacrilégio, um grande sacrilégio, que diariamente perpetua, em nossos templos, a ofensa, o ultraje a Jesus Cristo, Sacerdote e Vítima. Parece que, nestes dias amargos, estão se cumprindo as palavras proféticas de Daniel (VIII, 11 ss.): "E ensoberbeceu-se até contra o Príncipe da milícia [celestial]; tirou-lhe o Sacrifício perpétuo e arruinou o lugar de seu Santuário. Um exército lhe foi dado para destruir o Sacrifício perpétuo, por causa dos pecados; lançou por terra a verdade, e o que fez lhe saiu bem". O Emo. Cardeal Ludovico Billot, S.J., em sua obra sobre a "parusia", atribui o cumprimento desta dramática profecia aos últimos tempos e ao Sacrifício Eucarístico.

Sim, graças a Paulo VI, que se ensoberbeceu contra o Príncipe da milícia [celestial], Cristo, desapareceu o "Sacrifício perpétuo" e só resta reduzido à Igreja das catacumbas. Um exército, um verdadeiro exército, lhe foi dado para levar a cabo esta espantosa profanação, para destruir o "Sacrifício perpétuo", para lançar por terra a verdade. E tudo, até agora, lhe saiu bem!

Nosso teólogo, o que puxa pela lapela, Dom Antonio Brambila, em um recente artigo para a esquerda, para onde frequentemente flutua seu discurso dialético, intitulado: "E QUEM DECIDE?", nos recorda que há na Igreja "uma tradição apostólica intocável, que constitui o depósito e é o objeto de sua fidelidade; e que há nela também tradições menores, que nos vêm ou dos apóstolos, como coisa secundária e mutável, ou de gerações cristãs posteriores". E, a seguir, faz-se esta pergunta inocente: E quem decide, quem discerne entre o essencial e o secundário? Entre o que é de origem apostólica e o que nos vem de gerações posteriores?

A tendência do artigo do Pe. Brambila é clara: o rito tridentino não é essencial; é secundário e, portanto, pode ser mudado, segundo os gostos e opções pessoais dos pontífices que sucessivamente governem a Igreja. Segundo Antonio, com o mesmo direito com que Pio V "codificou",

segundo a tradição apostólica, o *Ordo Missae*, pôde Paulo VI fazer sua radical reforma, com o auxílio dos "irmãos separados", para "ecumenizar" a "ceia" eucarística. E, com esse mesmo título e direito, acrescentaremos nós, cada novo Papa que vier poderá introduzir novas reformas, segundo as conveniências ou exigências de tempos, de lugares e de pessoas. "Foi o Pontífice São Pio V", diz o Dr. michoacano, "que autorizou e promulgou no século XVI o Missal Romano. Pronunciamento humano, digo, que tem por causa a autoridade do homem concreto que foi São Pio V; porque há pronunciamentos humanos, como o de que 'dois e dois são quatro', que são humanos no sentido de que os pronuncia (são pronunciamentos) um homem, mas não no sentido de que tenham o homem por autor. As verdades imutáveis têm por autor a Deus, e o homem simplesmente reconhece que assim são, e assim o pronuncia. Mas, quando algo é humano, no sentido de que tem o homem não só como pronunciante, mas também por autor propriamente dito, esse humano é mutável em si. Não pode ser superior o efeito à sua causa, e por isso as obras de um homem, pronunciadas por ele como definitivas, estão à mercê de outro homem que tenha a mesma autoridade daquele que as promulgou. São Pio V, usando de sua autoridade apostólica, promulgou como definitivo o Missal Romano, que leva seu nome; e agora Paulo VI, com a mesma autoridade pontifícia de São Pio V, pôs um 'Novo Ordem da Missa', que lhe pareceu mais adequado aos tempos que se nos vêm encima e que ele mesmo, seguindo a vontade do Concílio Vaticano II, mandou verter para todas as línguas do mundo".

Aqui temos, pois, a Antonio, definindo vários pontos muito importantes que, aplicados, logicamente estabelecem o "relativismo" filosófico e teológico em toda a doutrina de nossa fé católica. São Pio V nos diz que o Missal Romano, por ele promulgado, havia sido elaborado "por varões versados, que levaram em conta os códices mais vetustos e autorizados nesta matéria, que se encontravam na biblioteca e arquivos da Europa". Em contrapartida, a missa de Paulo VI foi confeccionada por protestantes e católicos, com manifesta tendência a "ecumenizar", "protestantizar" e "judaizar" a "assembleia". Vêm aqui muito bem as palavras de Pio XII, na "Mediator Dei": "Há alguns demasiado ávidos de

novidades, que se afastam do caminho da sã doutrina e da prudência, pois com a intenção e o desejo de uma renovação litúrgica, misturam frequentemente princípios que, na teoria ou na prática, comprometem esta causa santíssima, e a contaminam também muitas vezes com erros que afetam a fé católica e a doutrina ascética".

Prezzolini escreve na NAZIONE: "Uma grande parte do clero, e certamente a mais ativa, está já disposta a reconhecer que a Igreja, embora de instituição divina, vive em um mundo que não é divino e com o qual deve se estabilizar. Os teólogos do passado ensinaram aos teólogos modernos que, distinguindo, se pode mudar o sentido das leis e a direção dos acontecimentos. Estou seguro de que a maior parte do clero progressista está convencido de que se está preparando para a Igreja uma nova juventude... Eu temo, em contrapartida, que estes concílios de bispos, estas manifestações de padres, estas petições de matrimônio, estas modificações do traje das monjas e dos frades, estas novas liturgias, são somente o prelúdio do que eu definiria precisamente a liquidação da Igreja".

Em seu artigo, o Pe. Brambila justifica com a autoridade de Paulo VI a reforma da missa, feita por ele ou ordenada por ele. Contra isto, escreveu o *L'Osservatore Romano*:

"Que o Vigário de Cristo seja quem ordena a implantação da nova missa não é suficiente para garantir, a juízo de muitos, sua bondade doutrinária e sua utilidade pastoral". Não é suficiente para o Pe. Brambila o "Breve Exame Crítico", apresentado a Paulo VI, e a inusitada e enérgica Carta dos Cardeais Ottaviani e Bacci, na qual se adverte ao Papa que o *"Novus Ordo Missae"* se afasta de uma maneira impressionante da doutrina tradicional do Concílio de Trento?

"Norma antiga e rito dos Santos Padres" chama São Pio V ao Missal por ele promulgado a perpetuidade. Inspirou o Espírito Santo ao Papa estas palavras ou não as inspirou? Se as inspirou, então temos que concluir que o Espírito Santo mudou de opinião ao inspirar agora a Paulo VI sua missa ecumênica; se não as inspirou, então tampouco inspirou agora ao Papa

Montini sua reforma litúrgica, mas foram os pactos secretos, os compromissos adquiridos com os inimigos de nossa fé católica, os que fizeram com que João B. Montini, contra o sentimento dos fiéis, contra o parecer dos grandes teólogos, contra o próprio bem da Igreja, nos imponha sua reforma litúrgica.

O que significa para o Pe. Brambila a "perpetuidade" que São Pio V deu à Missa Tridentina, à Missa ajustada "à norma antiga e ao rito dos Santos Padres"? Não têm valor para nosso "perito" teólogo as seguintes palavras de São Pio V: "Estabelecemos e ordenamos, por esta nossa Constituição, que há de ter valor perpetuamente, sob pena de nossa indignação, que a este Missal nada jamais se há de acrescentar, tirar ou mudar... Em virtude de santa obediência, mandamos... que, deixando de lado todas as razões e os ritos de outros Missais, por muito antigos que sejam e que até agora se costumaram observar, doravante... (sacerdotes e bispos) leiam ou cantem a Missa segundo o rito, modo e normas prescritas por Nós neste Missal, e proibimos que na celebração da Missa presumam acrescentar ou recitar outras cerimônias ou preces distintas das que estão contidas neste Missal... E concedemos e outorgamos que este Missal seja usado em todas as Missas, cantadas ou rezadas, sem nenhum escrúpulo de consciência, sem incorrer em nenhuma pena, nenhuma sentença ou censura, de agora em diante, com toda liberdade e licitude, com Nossa autoridade apostólica, por teor deste presente documento, *etiam perpetuo*, à perpetuidade"?

Nunca dissemos que a autoridade apostólica tenha terminado com São Pio V, nem que os sucessores deste Papa não pudessem fazer alguma mudança no Missal Romano. O que dissemos é que estas modificações não podiam mudar o substancial das antigas rubricas, já que essas rubricas, como nos diz São Pio V, haviam codificado a perpetuidade a tradição apostólica, a tradição dos Santos Padres, e eram, portanto, a expressão da fé da Igreja. "As obras de um homem qualquer, pronunciadas por ele como definitivas, estão à mercê de outro homem que tenha a mesma autoridade daquele que as promulgou", diz o Pe. Brambila, mas omite que quem promulgou não é um homem qualquer, mas um Papa e um Santo, e que o que promulgou está intimamente ligado com a fé imutável da Igreja; e

esquece também de mencionar que no governo do pontífice reformador há muitas coisas que impressionantemente se afastam da doutrina definida pelos Papas e Concílios anteriores.

O Papa Montini, em seu afã ecumênico, fez aliança com os filhos da iniquidade para destruir sigilosamente a unidade dogmática, moral, litúrgica e disciplinar da Igreja. Também a maioria dos bispos e cardeais o secundam; é verdade que os dois mil sacerdotes da Jornada de Saragoça o aclamaram, apesar do menosprezo com que ele lhes negou a bênção apostólica. Podemos ainda crer no Papa Montini quando todos os seus atos o denunciam, quando para realizar sua labor comprometida ele se rodeou de cardeais e bispos de cuja probidade e ortodoxia podemos com justiça duvidar? Eliminou ou marginalizou os prelados ortodoxos, valendo-se do ardil da idade, para substituir seus postos com colaboradores incondicionais que docilmente secundam suas consignas. A renúncia se pede e se aceita dos prelados ortodoxos ou inconformados com a subversão, enquanto o reinado dos incondicionais se prolonga, embora tenham ultrapassado a idade de 75 anos, como sucede no caso de nosso cardeal Primaz.

e. Quem senão João B. Montini assinou e autorizou, não obstante o véu de democracia parlamentar com que encobriu suas manobras, todos os documentos conciliares, cujo equívoco permanente e cujos erros manifestos são um motivo de constantes incertezas e dúvidas nos próprios princípios básicos da fé? Mau foi – já o dissemos – o Concílio, mas imensamente pior foi o pós-concílio, no qual os Motus Proprios, as Encíclicas e as Constituições Apostólicas de Paulo VI demoliram todas as estruturas da Igreja.

f. Como podemos defender a participação oficial do cardeal Willebrands nas festas luteranas da Alemanha, como representante Oficial do Vaticano, isto é, de Paulo VI, ocasião na qual o purpurado defendeu e enalteceu a personalidade de Lutero, sem advertir que essa defesa significava uma formal condenação do Concílio de Trento, um dos Concílios mais importantes da Igreja?

g. Com sua habitual astúcia, não só tolerou a recepção da Sagrada Comunhão a hereges comprovados e confessos, mas também autorizou, em circunstâncias particulares, as quais ficam a juízo de outras pessoas, a intercomunhão *in sacris* com os anglicanos e outros hereges. E aceitou, contra a doutrina de Trento, que, em alguns casos, como quando há falta de confessores, se possa admitir os fiéis a comungar com uma absolvição coletiva.

h. Mas há um ponto delicadíssimo, do qual pouco se falou, e que, para mim, é uma prova clara da incompetência de João B. Montini. Terminava o "ANO DA FÉ" para celebrar o décimo nono centenário do martírio dos Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo. O Papa Montini, para testemunhar "sua vontade inabalável de fidelidade ao Depósito da Fé" e "para confirmar na fé a seus irmãos", quis fazer uma profissão de fé, pronunciar UM CREDO, SEU CREDO, o CREDO DA IGREJA, um CREDO que não é uma definição dogmática, um CREDO adaptado, *aggiornado*, UM CREDO ECUMÊNICO. Eu penso, em perfeita harmonia com a doutrina da fé católica, que um CREDO, TODO CREDO, QUALQUER CREDO ORTODOXO, especialmente pronunciado por um Papa, em ocasião tão solene, em circunstâncias tão aflitivas para a Igreja, deve estar garantizado pelo carisma da "infalibilidade do Magistério" e é, portanto, uma DEFINIÇÃO estritamente dogmática. Paulo VI, para introduzir fraudulentamente "suas opiniões pessoais ecumênicas", descarta a "definição dogmática" e tira assim a seu CREDO todo valor, fazendo um novo CREDO, no qual não está pura, incontaminada, inadulterada a fé tradicional da Igreja Católica. Um Credo, segundo nos deixa entender dogmaticamente o Vaticano I, não pode se adaptar à "condição espiritual de nossos tempos"; este é o Credo Montiniano, dialético, evolutivo, inconstante, mutável.

i. Vou transcrever aqui alguns extratos de uma carta que me escreveu um grande amigo, protestante por religião e americano por nascimento, que, antes do Vaticano II, estava a ponto de se converter ao catolicismo; mas, diante da derrocada do Concílio Pastoral, desistiu de seu intento:

"We protestants, who believe implicitly in Christ and in the great fundamental message of His Gospel, might be expected to rejoice over the Roman Catholic compromise with Protestantism, symbolized by the Ecumenical Conference. Such is not the case. On the contrary, we are distressed. In recent years Protestantism has become so corrupt that it seemed that there had developed in the world a tendency on the part of disillusioned Protestants to yield to the converting message of the Paulist Evangelists. Even dogmatic Protestants could not believe that the Roman Church would ever permit itself to be infiltrated by modernism, skepticism, subversion, perversion and diversion.

Under Pope John XXIII, conservative Protestants detected a dissipation of the traditional Christian doctrine inside the Roman Church. They witnessed the invitation of Pope John to the communist leaders of Russia, including the daughter and son-in-law of Khrushchev. They witnessed shocking encouragements to the enemies of Christ, the Jews. They saw protestant leaders received in the Vatican, who had been encouraging and promoting apostasy, unbelief and Communism itself.

These circumstances and others caused potential Protestant converts to turn back, to withdraw on the grounds that the same diluting and adulterating forces which had corrupted Protestantism were at work inside the Roman Church. In years past the uncompromising dogma of the Roman Church has suggested even to the subconscious minds of the Protestants that there was in this world a holy preservation of permanent faith which no outside force could dilute or adulterate. This attitude has been impaired by recent events related to what seems to be compromising progressivism inside the church.

When I saw that the Papal organized Ecumenical Conference was opening its doors to Protestant leaders, I grieved – not for the sake of the Protestants, but for the sake of the Catholics, because official Protestantism in America and in the world is now Jew controlled, Communist infiltrated and materialistically influenced.

Protestantism is controlled largely by Episcopalians, Presbyterians and Methodists. These official religious bureaucracies are pro-Moscow, socialistic and, for all practical purposes, have surrendered the doctrine of salvation through the blood of Christ and have substituted the social gospel for the Gospel of Christ: and when I saw this materialistic Jew controlled apostasy being poured upon the altars of Catholicism I said within my soul: "The Catholic Church is being poisoned with the hemlock of Jewish-created heresy".

A tradução é a seguinte: *Poderia se esperar que nós, os protestantes, que cremos implicitamente em Cristo e na grande mensagem fundamental do Evangelho, estivéssemos contentes com o compromisso da Igreja Romana com o Protestantismo, simbolizado pela Conferência Ecumênica. Mas este não é o caso. Pelo contrário, estamos angustiados. Nos últimos anos, o Protestantismo havia se corrompido tanto que parecia ter se desenvolvido uma tendência da parte dos protestantes desiludidos a se renderem à mensagem de conversão dos Evangelistas Paulinos. Mesmo os protestantes dogmáticos não podiam pensar que a Igreja Romana pudesse nunca permitir ser infiltrada pelo modernismo, pelo ceticismo, pela subversão, pela perversão e pela diversão.*

Sob o Pontificado de João XXIII, os protestantes conservadores descobriram uma dissipação da doutrina tradicional cristã dentro da Igreja Romana. Foram testemunhas do convite do Papa João aos líderes do Comunismo da Rússia, incluindo a filha e o genro de Khrushchev. Foram também testemunhas dos assombrosos e repulsivos estímulos oferecidos aos inimigos de Cristo, os judeus. Viram que líderes protestantes foram recebidos no Vaticano, os mesmos que estimularam e promoveram a apostasia, a perda da fé e o próprio COMUNISMO.

Estas e outras circunstâncias fizeram com que protestantes, potencialmente conversíveis, voltassem atrás ou se arrependessem, porque viram que as mesmas forças dissolventes e adulteradoras que corromperam o Protestantismo estão também atuando dentro da Igreja Romana.

No passado, os dogmas não comprometidos da Igreja Romana haviam sugerido, mesmo às mentes subconscientes dos protestantes, que havia, neste mundo, uma santa preservação de uma fé permanente, que nenhuma força estranha podia dissolver ou adulterar. Esta atitude foi prejudicada pelos acontecimentos recentes, relacionados com o que parece ser o progressismo comprometido dentro da Igreja.

Quando eu vi que a Conferência Ecumênica, organizada pelo Papa, abria suas portas aos líderes protestantes, entristeci-me, não pelos protestantes, mas pelos católicos, porque o protestantismo oficial, na América e em todo o mundo, está controlado pelo judaísmo, infiltrado pelo Comunismo e influenciado pelo materialismo.

O Protestantismo está principalmente controlado pelos Episcopais, os Presbiterianos e os Metodistas. Estas burocracias religiosas são pró-Moscou, socialistas e, na prática, abandonaram a doutrina da salvação pelo Sangue de Cristo para substituir o Evangelho (de Cristo) pelo evangelho social. E, quando eu vi esta apostasia materialista, controlada pelo judaísmo, sobre os altares da Igreja Católica, eu disse em meu coração: "A Igreja Católica foi envenenada com a cicuta da heresia, que o judaísmo criou."

Este é, na verdade, um dos lamentáveis e funestos resultados que a reforma montiniana trouxe à Igreja: paralisaram-se as conversões e aumentaram, em proporções alarmantes, as apostasias de leigos, clérigos e até mesmo de bispos e cardeais.

j. João B. Montini, aparentando defender o Papado, fez tudo o que estava a seu alcance para destruir o Papado. Já vimos como antes do Concílio e mesmo durante o Concílio foi um dos promotores mais decididos da "colegialidade" herética que quer compartilhar com os bispos e até com os leigos o governo universal da Igreja e o Magistério Supremo do Sumo Pontífice. A famosa "nota explicativa" que, obrigado pelas circunstâncias, teve que antepor ao capítulo 3º da Constituição Hierárquica da Igreja, parece seguir a doutrina infalível, definida no Vaticano I, sobre o Primado de Jurisdição e o Magistério Infalível do Sumo Pontífice, segundo

a própria instituição de Jesus Cristo, mas, apesar desta nota esclarecedora que, obrigado, como já dissemos, teve que pôr a esse capítulo, buscou na prática a maneira mais factível de colocar o Papa em nível episcopal, rebaixando assim a dignidade e as funções pontifícias. Por isso tirou a tiara e a pôs em leilão público na feira de Nova York, por isso eliminou a sé gestatória, a guarda nobre e a guarda suíça; por isso entregou aos bispos faculdades que a assistência do Espírito Santo e a experiência haviam reservado à Sé de Roma; por isso modificou de tal modo a Cúria Romana que praticamente a reduziu a uma mera burocracia, sem faculdades algumas para executar as ordens supremas do sucessor de Pedro, da cabeça visível da Igreja; por isso estabeleceu essas Conferências Episcopais que, além de fomentar a estabilização das Igrejas locais, contra a "unidade" prescrita por Cristo, estabelecem um poder anônimo entre o Papa e os bispos, que diminuem os poderes do Papa, executando, aparentemente, sob sua própria responsabilidade independente, as consignas que vêm de cima, e destruindo o livre e responsável governo dos bispos em suas próprias dioceses; por isso estabeleceu esses sínodos periódicos, que fizeram uma Igreja parlamentar, democrática; por isso despojou os legítimos Cardeais do direito que têm de assistir ao conclave e nomear o sucessor; por isso busca a maneira de mudar, por quantos modos possíveis tenha a seu alcance, a própria eleição pontifícia. Paulo VI, sob este ponto de vista, é um verdadeiro antipapa, já que vai contra a própria instituição do Papado.

k. Como uma confirmação recente, vou transcrever o que o jornal "EXCELSIOR" de hoje, domingo, 3 de dezembro, nos diz na pág. 1 de sua edição dominical. Quem conhece o problema da Espanha, quem sabe a história das relações montinianas com o governo, o clero e o povo espanhol, se dará perfeita conta do gravíssimo problema que as secretas consignas vaticanas provocaram na Espanha, comprometendo a férrea e multissecular contextura de sua unidade católica. Copiamos do "EXCELSIOR", domingo, 3 de dezembro de 1972 (AFP, EFE e AP). – "A minoria tradicionalista se impôs à maioria renovadora, e a junta de 80 cardeais, bispos e arcebispos espanhóis entre a Igreja e o Estado, e sob abertas acusações de 'apostasia', disseram hoje altos prelados que assistiram à Conferência."

“Ao término da reunião, Monsenhor José M. Cirarda, bispo de Córdoba e delegado de imprensa da assembleia plenária do Episcopado Espanhol, distribuiu aos repórteres um comunicado no qual se pede ao governo que “aceite o pluralismo político” e se diz que “a diversidade de opiniões” “deve ser expressa em público e pode ser útil”’.

“A assembleia foi inaugurada há uma semana e sabe-se que, pelo menos, dois terços dos prelados presentes apoiavam uma revisão a fundo da Concordata que regulamenta as relações entre a Igreja e o Estado. O setor progressista do episcopado espanhol queria, ao mesmo tempo, renunciar a seus privilégios e recobrar sua autoridade. Atualmente, e de acordo com os termos da Concordata, o Estado Espanhol tem que aprovar a nomeação de todos os bispos, arcebispos e cardeais. No entanto, a minoria tradicionalista bloqueou todas as tentativas da maioria renovadora, e fracassaram os esforços para alcançar uma resolução que fosse assinada por todos”.

“Muitos debates duraram até a madrugada, e alguns bispos disseram, em privado, que se sentiam “amargurados e frustrados” pela resistência dos tradicionalistas. Ontem à noite, esteve a ponto de se concretizar uma transação, quando as duas alas concordaram em que um grupo de sete prelados redigiria um rascunho de resolução, sobre as conclusões de um documento intitulado ‘Relações entre a Igreja e a comunidade política’, aprovado no ano passado em uma junta sacerdotal. Mas essa tentativa fracassou: Nesta ocasião, tanto renovadores como tradicionalistas concordaram que o texto estava mal redigido e que muitos dos pontos eram ambíguos.”

“Desta maneira, nomeou-se uma comissão redatora, formada pelo presidente da Conferência Episcopal, Monsenhor Vicente Enrique y Tarancón, arcebispo de Madri; o capelão-geral dos Exércitos, Monsenhor López Ortiz, e o secretário da Conferência, Monsenhor Yáñez. Os três prelados voltarão a redigir o rascunho de resolução; o enviarão por correio aos cardeais, bispos e arcebispos, e aguardarão que estes, também pela via postal, manifestem sua conformidade ou oposição.”

"Por outra parte, a ultraconservadora Fraternidade Sacerdotal Espanhola, ao tomar conhecimento hoje do encerramento da Conferência, divulgou um comunicado no qual afirma o seguinte:

'No que se refere à nova 'Igreja contestadora', dessacralizada, puramente humanista, que admite as maiores aberrações litúrgicas, morais e até dogmáticas, a Fraternidade Sacerdotal Espanhola não dará um só passo atrás, nem diante da lisonja, nem diante da violência, simplesmente porque não pode fazê-lo sem apostasia'." Valente, católica profissão de fé, que nos recorda os tempos heroicos da Espanha imortal! Não, não podem dar um passo atrás, porque já se chega à apostasia, aonde, talvez, já chegaram os pastores comprometidos e traidores. Saúdo, com efusão, desde estas páginas, os dignos prelados e a Fraternidade Sacerdotal, com a esperança de que, por fim, se resolvam a travar a batalha da fé, ao grito dos cruzados: "DEUS O QUER".

É incrível a tenacidade com que João B. Montini segue adiante com seu projeto de render, pela violência ou pela lisonja, a resistência de um heroico povo, que escreveu páginas imortais da verdadeira e única Igreja de Cristo.

l. Mas, voltemos ao processo que nossa fé católica estabeleceu contra esse Papa que, para cumprir seu programa e seus compromissos com os inimigos, não hesita em sacrificar os povos mais fiéis à Igreja Católica, Apostólica e Romana. Ao suprimir na prática as censuras canônicas contra as heresias que pululam na Igreja; ao contradizer ele mesmo, em seus atos, o que antes afirmou em suas palavras; ao permitir que se volte a pôr em discussão o que ele antes, em sua qualidade de pontífice, já havia ensinado, como aconteceu com a "Humanae Vitae", com a "Sacerdotalis Caelibatus" e no próprio problema da "colegialidade", João B. Montini deu todas as facilidades à heresia, enquanto negou todas as possibilidades à legítima defesa. Dá a impressão de que "sua REFORMA" há de seguir até seu termo, até a destruição da Igreja, para preparar a igreja universal, sob o governo mundial, segundo o programa do judaísmo internacional.

Depois destas amargas, embora muito duras, reflexões que nossa fé católica nos impõe, é temerário pensar que João B. Montini, se sua eleição foi válida, se ele no conclave era *subiectum capax ad electionem*, era sujeito capaz de ser eleito, deixou de ser Papa por ter incorrido na heresia? O dilema posto diante de nossa consciência é ineludível: Ou Cristo não teve a ciência, o poder, a bondade infinita necessária para estabelecer uma Igreja que, em seu desenvolvimento sobrenatural e divino, haveria de permanecer idêntica até a consumação dos séculos, ou o Papa Montini, João XXIII e o Vaticano II, ao quererem *"aggiornar"* a Igreja ao mundo moderno, incrédulo, corrompido, materialista, ao se atreverem a efetuar mudanças tão contínuas, tão profundas, tão espetaculares, tão extensas na moral, na liturgia, na disciplina e até nos próprios dogmas da Igreja, estão nos demonstrando que não são pastores legítimos, que são lobos revestidos com pele de ovelha, que é necessário pôr um ponto final a esta "autodemolição" da Igreja.

Diante do dilema, minha resposta é inevitável: JOÃO BATISTA MONTINI NÃO É MAIS, SE É QUE ALGUM DIA O FOI, UM PAPA LEGÍTIMO.

CAPÍTULO 6

AS DUAS HIPÓTESES QUE PODEM EXPLICAR A INCERTEZA ATUAL

Como indicamos antes, diante da evidência destas inegáveis realidades que nossa consciência católica observa na pessoa e no governo do Papa Montini, há duas hipóteses que podem ser supostas para encontrar a solução urgente para esta situação caótica da Igreja. Lembremos que a Igreja é o fim e o Papa é o meio que Cristo instituiu para a preservação de sua Igreja. A primeira hipótese é que a eleição de João B. Montini foi, *in radice*, uma eleição inválida, embora aparentemente tenham sido cumpridas as prescrições pontifícias vigentes na época de sua eleição para um conclave e uma eleição legítima. Nesse caso, João B. Montini seria um Papa *de iure*, mas não *de facto*, no sentido de que sua eleição, juridicamente válida por cumprir todas as normas do direito pontifício, seria, no entanto, diante de Deus e da consciência, inválida. Aconteceria então algo semelhante ao que acontece em um matrimônio celebrado com todas as formalidades canônicas, que resulta inválido por um impedimento dirimente *in radice* que tornaria nulo o matrimônio, celebrado por se desconhecer, com culpa ou sem culpa, a existência desse impedimento.

A segunda hipótese é que a eleição de João B. Montini foi legítima e, portanto, ele foi um Papa legítimo, mas deixou de sê-lo por ter caído em heresia; mais ainda, por ter encabeçado a heresia e, por isso mesmo, por ter sido deposto pelo próprio Deus. A deposição dos homens não seria, neste caso, senão uma formalidade jurídica necessária para que, diante dos homens, ele deixe de exercer funções que não lhe correspondem e para as quais já não tem autoridade alguma.

Mas, antes de estudar estas hipóteses, estudaremos o argumento da pacífica aceitação da Igreja Universal que, como indiquei mais acima, foi sempre considerada como um sinal certo, quase diríamos infalível, na eleição legítima de um Pontífice.

"Qualquer que seja", diz o Cardeal Ludovico Billot, S.J., "a opinião que tenhamos sobre a possibilidade ou impossibilidade de um Papa poder cair em heresia, pelo menos devemos admitir como algo quase indiscutível e sem nenhuma dúvida que a adesão universal da Igreja a um Papa eleito é, por si só, um sinal infalível da legitimidade da pessoa do Pontífice e, por isso mesmo, da existência de todas as condições que se requerem para sua legitimidade. E a razão é a seguinte: Cristo prometeu infalivelmente que 'as portas do inferno não prevalecerão contra a sua Igreja' e que Ele estaria com seus fiéis discípulos todos os dias até a consumação dos séculos. Se, pois, a Igreja aderisse a um falso pontífice, seria como se a Igreja aderisse a uma falsa regra de fé, porque o Papa é a regra viva que a Igreja deve seguir em suas crenças. Deus pode permitir, certamente, que algumas vezes a sé vacante se prolongue por longo tempo; pode permitir que se duvide da legitimidade de tal ou qual eleito; mas não pode permitir que toda a Igreja admita, como verdadeiro Pontífice, a um que, na verdade, não o é. De onde se segue", continua o Cardeal, "que, desde o momento em que um Papa é recebido pela Igreja Universal e unido a Ela, como cabeça a seu corpo, não se pode mais mover nenhuma dúvida de uma eleição viciosa ou da falta de alguma das condições necessárias à sua legitimidade, porque essa adesão da Igreja sanaria qualquer vício *in radice* havido na eleição e demonstraria infalivelmente a existência de todas as condições necessárias para a eleição."

"E esta argumentação", segue o cardeal jesuíta, "foi usada contra os que tentaram certo movimento cismático, em tempo de Alexandre VI, com o pretexto das certíssimas provas que diziam ter contra a ortodoxia desse Papa e que queriam denunciar em um Concílio Universal. Mas, omitindo outras razões que facilmente podiam refutar essa opinião, basta recordar que, quando Savonarola escrevia suas cartas aos príncipes, toda a cristandade estava aderida e obedecia a Alexandre como a verdadeiro Pontífice. Logo, Alexandre, como já demonstra essa universal adesão, não

era um falso pontífice, mas verdadeiro. Logo", prossegue Billot, "Alexandre não era um Papa herege, ao menos, com aquela heresia que lhe tirasse o direito de ser membro da Igreja, da potestade pontifícia ou de qualquer outra jurisdição."

Até aqui o preclaro teólogo jesuíta, cuja argumentação – embora não estejamos de acordo com ela – não podemos deixar de louvar como um esforço de engenho para sustentar o que ele mesmo não crê que se possa sustentar; mas que, por um *obsequium religiosum*, por tratar-se do Papa, ele crê que se deve defender. "A adesão universal da Igreja a um Papa eleito", diz o cardeal, "é, por si só, um sinal infalível da legitimidade da pessoa do Pontífice". É compatível, pergunto eu a S.E., essa "infalibilidade" com o que pouco antes ele havia escrito sobre o mesmo assunto: "pelo menos devemos admitir, como algo QUASE indiscutível e sem nenhuma dúvida..."? Se é QUASE indiscutível, Eminência, não pode ser infalível. No infalível não há lugar para o QUASE. As promessas de Cristo que S.E. aduz não foram feitas para todos os que se dizem papas, mas para os que são legítimos Papas. Sua Eminência está incorrendo em uma *"petitio principii"*, está supondo o mesmo que quer provar como algo QUASE infalível. As portas do inferno não prevalecem contra a Igreja, nem porque um antipapa se sente por algum tempo no trono de São Pedro, nem porque um Alexandre VI, em sua vida privada, tenha conculcado muitas vezes e publicamente a lei de Deus. Nem mesmo agora, em meio a esta espantosa "autodemolição" da Igreja, como disse Paulo VI, podemos crer que as "portas do inferno prevaleceram contra a Igreja, nem que Jesus Cristo nos abandonou". Adormecido está o Senhor, enquanto a tempestade ruge ameaçadora; mas despertará e, por sua vez, se acalmarão os ventos.

Também convém precisar o conceito expresso por Sua Eminência: "O Papa é a regra viva que a Igreja deve seguir em suas crenças". Mesmo supondo que o cardeal nos fale de um Papa legítimo – o que há que se demonstrar –, o Magistério do Papa, não o próprio Papa; o Magistério infalível, não qualquer Magistério, é a regra viva de nossa fé católica. Entendendo-se, no entanto, que é também o Magistério infalível de todos os Papas e de todos os Concílios; e, quando há oposição entre o que já foi definido *ex cathedra* ou o que a Igreja sempre e em toda parte ensinou,

com o que o atual Papa ou o último Concílio nos ensinam, devemos, em virtude do princípio de contradição, ficar com a verdade que antes cremos e professamos, sobretudo quando os últimos Papas não definiram nada *ex cathedra*, expressamente excluíram seu Magistério dogmático e o Concílio foi um "Concílio Pastoral".

O cardeal Billot admite que "Deus pode, certamente, permitir que, algumas vezes, a Sé Vacante se prolongue por longo tempo, que se duvide da legitimidade de tal ou qual eleito", mas não admite que "a Igreja aceite como verdadeiro Pontífice a um que, na verdade, não o é". E dá a razão: "Se a Igreja aderisse a um falso Pontífice, seria como se a Igreja aderisse a uma falsa regra de fé, porque o Papa é a regra viva que a Igreja deve seguir em suas crenças". Essa frase é verdadeira, mas com todas as limitações que já antes explicamos ao falar da infalibilidade pontifícia. Se "Deus, certamente, pode permitir que, algumas vezes, a Sé Vacante se prolongue por longo tempo; se pode permitir que se duvide da legitimidade de tal ou qual eleito, por que não há de poder permitir que, por algum tempo, toda a Igreja admita ou pareça admitir como verdadeiro Pontífice a um que, na verdade, não o é?" A "inerrância" da Igreja, parece-me, não exclui que, por algum tempo, se veja envolvida, como sucedeu no grande cisma do Ocidente, por densas trevas de incerteza e confusão.

Deus pode permitir o mal por algum tempo; o que não pode é permitir que o mal se imponha e triunfe definitivamente sobre o bem. Na paixão e morte de Cristo, os inimigos aparentemente triunfaram com a morte do Senhor; mas esse triunfo efêmero foi vencido pela glória esplendorosa e eterna da Ressurreição.

Apoiado nessa falsa presunção, S.E. nos dá como axioma uma afirmação que não prova e que, a meu humilde modo de ver as coisas, não pode ser provada: "essa adesão da Igreja", diz Billot, "sanaria qualquer vício *in radice*". Também a falta de fé, Eminência? Também a heresia? Também a apostasia? Também o fato de o eleito ser um criptojudeu? – E conclui o sábio jesuíta: essa adesão da Igreja "demonstraria infalivelmente a existência de todas as condições necessárias para uma legítima eleição". Aqui, Eminência, *salva reverentia*, há uma pequena contradição: por um

lado, a adesão da Igreja demonstra infalivelmente a existência de todas as condições necessárias para uma legítima eleição; e, por outro lado, essa mesma adesão "sana *in radice*" qualquer vício. Logo, se pode haver vício, não há todas as condições, pelo menos *a priori*, mas *a posteriori*. E, confirmados os "vícios" *in radice*, como e quando teríamos a demonstração infalível de que tudo estava sanado, para ter, enfim, um legítimo Pontífice, cuja eleição viciada *in radice* agora já é infalivelmente certa?

Pouco feliz me parece a confirmação histórica do Cardeal ao citar o caso de Alexandre VI, cujo pontificado preenche uma das páginas mais tristes e negras da História da Igreja. Mas, a este propósito, S.E. nos volta a surpreender com outra afirmação QUASE incrível em um teólogo de sua altura e prestígio: "Alexandre não era um Papa herege, ao menos, com aquela heresia que lhe tirasse o direito de ser membro da Igreja, da potestade pontifícia ou de qualquer outra jurisdição". Segundo Billot, há certa classe de heresias que são compatíveis com o ser membro da Igreja, com a potestade pontifícia e com qualquer outra jurisdição. Eu sabia que a heresia, qualquer heresia, é um naufrágio na fé; é um desgarrar-se do tronco; é deixar de ser membro do Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja.

Até aqui o preclaro teólogo jesuíta, cuja argumentação não podemos deixar de louvar, embora não nos convença. Mas, dado e não concedido que essa argumentação demonstrasse que a eleição admitida pela Igreja Universal era em si um sinal infalível da legitimidade da eleição do Pontífice, ainda restariam outros pontos importantes que o Cardeal Billot não toca e que, no entanto, não podem ser silenciados. E o primeiro é este: por quanto tempo deveria se dar essa aceitação universal da legitimidade do Pontífice para assegurar que já há um sinal infalível de que temos um verdadeiro Papa? Porque eu creio que S.E. não quis nos dizer que, logo que todos os bispos e fiéis do mundo inteiro recebam a notícia da eleição, logo que a fumaça branca tenha saído pela chaminé da Capela Sistina, já o mundo católico tem a prova infalível da legitimidade dessa eleição. Se assim fosse, logo que o cardeal camerlengo sai à loggia central de São

Pedro para dizer *URBI ET ORBI*: *"PAPAM HABEMUS... EMINENTISSIMUM DOMINUM... QUI NOMINATUR..."*, infalivelmente deveríamos aderir ao recém-nomeado e ter, como um artigo de fé, que o recém-nomeado é um verdadeiro e legítimo Papa e que qualquer vício que pudesse ter havido em sua eleição estava naqueles momentos sanado.

Mas essa proclamação oficial do Sacro Colégio é uma notícia, uma mera notícia, que com o tempo pode ser admitida ou ser rechaçada, segundo as circunstâncias o exijam. Porque, se o eleito começa logo a falar como não falaram seus predecessores, mas, antes, contrário ao que seus predecessores haviam dito de comum acordo; se o eleito começa a atuar, rompendo aparentemente a tradição apostólica, as dúvidas primeiro e os protestos depois começarão a surgir logo sobre a legitimidade do eleito, precisamente porque temos uma fé inabalável na instituição divina do Papado. Não conhecemos as circunstâncias da eleição do Papa Montini, mas sim sabemos que sua política, sua linguagem, sua ação, seu programa pontifical veio a romper o fio da tradição; veio a contrariar o que seus imediatos predecessores haviam dito de comum acordo. Se o eleito começa a nos falar de "uma nova mentalidade", de "uma nova economia do Evangelho", se busca relações diplomáticas com os poderes comunistas que por tantos anos derramaram tanto sangue de católicos e fizeram milhões de mortos, temos razão para duvidar da legitimidade de sua eleição, se não quisermos duvidar da "inerrância" da Igreja. A revolução interna que se desencadeou dentro da Igreja durante o reinado do "Papa da transição e da Tolerância", João XXIII, seguiu com maior virulência depois da eleição do Papa Montini. O Vaticano II passará à História da Igreja como uma das páginas mais tristes e perigosas do catolicismo.

E, à medida que o tempo passou e os acontecimentos se sucederam e se multiplicaram com pasmosa celeridade, as dúvidas sobre a legitimidade do atual pontífice se tornaram mais públicas, mais convincentes, mais numerosas. É João B. Montini um verdadeiro Papa? É um sincero católico? Ou é um infiltrado na Igreja de Deus, que está trabalhando ativissimamente, com precisão milimétrica, na "autodemolição" da Igreja? Jamais um Papa verdadeiro se teria atrevido a fazer e a dizer, nas coisas essenciais da fé, o que João B. Montini fez e disse, com uma habilidade

indiscutível, na qual finge defender a verdade que ele mesmo está conculcando e negando com seus feitos. Não podemos pensar que Paulo VI, nem o episcopado do mundo inteiro, ignorem as coisas que estão acontecendo. E, se, sabendo-as, não põe o remédio; se deixa que a derrocada siga adiante, quem é, diante de Deus e diante da história, o verdadeiro, o único responsável por tão tremenda tragédia?

Seus antecedentes familiares com os caracteres predominantes nos hebreus; sua débil constituição física, sua formação irregular, sua atividade e relações na Secretaria de Estado Vaticana, sua saída de Roma, sua nomeação como Arcebispo de Milão, sua elevação ao cardinalato (o primeiro ato que de seus poderes papais fez o Papa Roncalli), sua nova pastoral no arcebispado milanês, seus contatos conhecidos com o grupo progressista da "Aliança Europeia", que reagia violentamente contra o "centralismo" de Pio XII, sua conhecida influência no governo e na própria eleição de João XXIII, dão, sem dúvida, margem para suspeitar sobre a legitimidade do Papa Montini. Não creio que seja contra a fé, nem contra minha profunda adesão ao Papado, pensar, como uma possível explicação da atual crise, a pior crise que a Igreja teve, poder afirmar que João B. Montini pôde, desde sua eleição, ser um Papa ilegítimo.

Depois do que escrevemos, podemos ainda seguir pensando com o Cardeal Billot que a adesão universal da Igreja na eleição de Paulo VI é uma prova infalível da legitimidade de sua eleição?

Mas, suponhamos que sua eleição tenha sido legítima; que, ao ser nomeado, João B. Montini era, na verdade, um sincero católico, embora com ideias um tanto desviadas por suas leituras preferidas e por suas relações feitas durante os longos anos em que trabalhou na Secretaria Vaticana; resta ainda a segunda hipótese: sua eleição foi legítima; João B. Montini foi um verdadeiro Papa, mas deixou de sê-lo por ter caído em heresia; mais ainda, por ter encabeçado a heresia e por ter sido deposto, por tal causa, pelo próprio Deus.

Três são os caminhos que podem fazer com que um Papa legítimo deixe de ser Papa: o primeiro é a abdicação do próprio Pontífice; o

segundo, pela morte física; e, finalmente, o terceiro, pela defecção na fé – morte moral – do próprio Papa, que, por sua natureza, como já explicamos, leva consigo a perda do pontificado, já que intrinsecamente repugna que aquele que deixou, pela heresia, de ser membro da Igreja possa ser ainda cabeça visível da Igreja.

Não há dúvida de que os sucessores de Pedro tenham o poder para renunciar, por própria vontade, ao Papado. Porque, como já explicamos, a união do pontificado com esta pessoa singular não é (como no caso de Pedro) *de iure divino* (de direito divino), mas, pressuposta a idoneidade da pessoa, tem por causa de seu pontificado a eleição humana. Mas o efeito da eleição humana depende sempre do livre consentimento ou aceitação do eleito; e esta aceitação continua sendo necessária enquanto o Papa for Papa. Porque, assim como essa pessoa começou a ser Papa legítimo quando aceitou sua eleição, assim deixa de ser Papa quando, por sua renúncia, destrói o efeito de sua eleição. E devemos, de novo, notar que o sucessor de Pedro não está em iguais condições, nem com o próprio Pedro, nem com os outros bispos, que não são Papas. Não com Pedro, porque ele e só ele foi, como já notamos, pessoal e diretamente eleito Papa pelo próprio Cristo, sem intervenção humana alguma. Os demais bispos são eleitos por vontade do Sumo Pontífice, como consta pelo cânon 8 da sessão 23 do Tridentino. E, por isso mesmo, podem renunciar, mas sua renúncia não tem efeito até que seja aceita por aquele que os elevou ao episcopado, o Romano Pontífice. Só o Papa, sucessor de Pedro, está nessa especial condição pela qual pode renunciar, e sua renúncia vale por si mesma. Sua eleição não é uma obrigação que se lhe imponha ao eleito, mas uma designação que exige a aceitação do eleito, como já dissemos. Logo, assim como aceitou por sua própria vontade, assim pode, em qualquer momento, renunciar por sua própria vontade. E, retirada sua aceitação, retira-se o pré-requisito necessário para a investidura: o Papa deixa de ser Papa. Assim o declarou, com sua autoridade apostólica, o Papa Celestino V, e o decretou: *"Romanum Pontificem posse libere resignare"*, o Romano Pontífice pode livremente renunciar a seu cargo.

Segundo a sentença de alguns preclaros teólogos, entre os quais está o Cardeal Billot, a deposição de um Papa é impossível, porque não há

autoridade humana superior ao Pontificado que possa depô-lo. "O superior", diz Billot, "não pode ser deposto pelo inferior". No entanto, há outros, e não menos insignes, teólogos que opinam o contrário. Porque, se tivermos em conta que o Papado, enquanto tal, está, segundo a instituição de Cristo, supeditado à Igreja, devemos concluir que, quando o bem-estar da Igreja assim o exija, pode o pontífice indigno, pelo bem universal da Igreja, ser deposto de seu cargo. O Papado não é um fim, mas um meio: a Igreja é o fim que Cristo quis para a realização de sua obra salvífica. Ademais, como já fizemos notar, com Torquemada, o Papa que cai na heresia, que se torna indigno de ser Papa, está deposto pelo próprio Deus; a deposição humana é uma mera formalidade jurídica.

As razões aduzidas por Billot não parecem muito convincentes. Porque, em primeiro lugar, não se segue, destes casos extremos, a falsa dedução de que o superior estaria sujeito aos inferiores. Não se necessita esta sujeição para que, em casos deploráveis, mas certos, os súditos, instruídos pela fé, guiados pela fé e pela assistência divina que também podem ter, vejam nos atos ou nos ditos dos pontífices algumas coisas que os tornam ineptos para o cargo que receberam em sua eleição e em sua coroação pontifícia. Sem nos convertermos em juízes do atual pontífice, em toda parte, pela lógica dos acontecimentos, chegamos, como já demonstramos amplamente, à tremenda conclusão de que João B. Montini ou nunca foi Papa ou, se o foi, deixou de sê-lo, por ter atentado contra as verdades fundamentais de nossa fé católica, como é, por exemplo, o Santo Sacrifício da Missa.

A segunda razão que Billot nos dá também não é muito convincente. "A deposição de um Papa", diz, "não se opõe correlativamente à sua eleição, mas está em outra ordem, na ordem jurisdicional e potestativa; logo, não se segue que, se a eleição humana pode eleger a pessoa do novo Papa, a deposição humana possa, por isso mesmo, depô-lo". A deposição de um Papa não é um ato propriamente jurisdicional, mas, como já dissemos, uma mera declaração de que o pontífice indigno perdeu o posto pela própria deposição de Deus. Não é, pois, um ato propriamente jurídico, mas meramente declaratório.

A terceira razão não é mais convincente: “A Igreja e o Colégio da Igreja não têm poder algum sobre a pessoa do Pontífice, fora do ato de sua eleição; terminada a eleição canônica, nada se pode fazer até que uma nova eleição, por SEDE VACANTE, possa realizar-se”. Esta última razão do Cardeal Ludovico Billot me parece simplesmente uma *“petitio principii”*, isto é, pressupõe o mesmo que se quer provar. Se, hipoteticamente, o governo de um mau pontífice está destruindo ou autodemolindo a Igreja, não parece conforme à instituição de Cristo deixar sem fundamento a Igreja até que uma eleição legítima venha a reparar o que se havia destruído. Note-se bem que se trata de um caso de notória gravidade, como o que estamos vendo. O mal se espalha porque o mal é tolerado; porque os pastores estão adormecidos ou fizeram pactos com os inimigos. Mais lhes importa hoje o assim chamado “movimento ecumênico” do que a conservação e a defesa da fé tradicional e apostólica que recebemos de Cristo.

Resta uma terceira hipótese, que implicitamente já estudamos e que muitos, sem fundamento sólido, julgam impossível: o caso de um Pontífice que abertamente abandone a Igreja, por apostasia, por cisma ou por heresia. Por apostasia, por exemplo, se o Papa se tornasse um judeu praticante. Por cisma, se não quisesse mais estar em comunhão com a Igreja Católica. Por heresia, se declarasse que ele pessoalmente não crê em algum dogma de nossa fé católica: por exemplo, na divindade de Jesus Cristo, na transubstanciação, etc. Em um caso tão descarado, não seria necessária a deposição ou declaração legítima da Igreja para desautorizar um papa que, por sua própria conta, já se havia antes desautorizado.

Suposto este possível caso, nada há que nos proíba a suposição de um possível Papa herege, embora, aparentemente, pareça guardar a doutrina, como no caso presente; porque a prerrogativa da infalibilidade, da qual já falamos amplamente, não é uma infalibilidade pessoal, nem constante, mas didática e ocasional, quando o Papa, como Pastor supremo, quer nos ensinar a doutrina da fé; quando se cumprem as quatro condições do Vaticano I. (Já antes o disse: querer canonizar João B. Montini, em vida, pelo mero fato de que ocupa a Cátedra de Pedro; querer aceitar o que ele fez e disse unicamente por sua investidura, é sair da verdade católica).

A autoridade divina expressamente nos manda nos separarmos dos hereges, embora agora o movimento ecumenista do Vaticano II e de nossas hierarquias pareçam nos levar por caminhos opostos aos que a palavra de Deus nos assinalou e ao que a Igreja sempre nos havia ensinado. Diz São Paulo a seu discípulo Tito: "Ao homem sectário (ao herege), depois de uma e outra admoestação, evita-o, sabendo que o tal se perverteu e peca, condenando-se por sua própria sentença". E São João, o Apóstolo da Caridade Fraterna, em sua II carta, nos adverte: "Se vem algum a vós e não traz esta doutrina, não o recebais em casa, nem o saudeis; porque quem o saúda participa de suas más obras". O que pensa destas palavras de São Paulo e de São João o Papa Montini? O que pensam nossos prelados ecumênicos?

Porque as palavras de São Paulo e de São João estão bem claras; não admitem interpretações. E, como confirmação ou explicação dessas palavras inspiradas, poderíamos aduzir o seguinte argumento teológico: Pôr em perigo nossa fé é sempre pecaminoso. É assim que o trato ecumênico com os hereges compromete gravissimamente não só nossa fé, mas a fé de muitos outros. Logo, esse movimento ecumênico; essa familiar aceitação dos declarados inimigos da verdade católica; esse "ecumenismo" que admite como observadores, nos Concílios de nossa Igreja, a seus seculares inimigos; que participa com eles em atos simulados de uma inaudita liturgia, que quer comprazer aos próprios erros dos que negam e combatem nossos dogmas; esse abrir as portas e os salões do Vaticano a um Tito e aos maiores corifeus do comunismo internacional e do judaísmo sectário, essencialmente negação de Cristo; essas legações secretas dos emissários vaticanos em busca de uma aproximação com o anticristo; esse permitir agora que os "separados" possam se aproximar alguma vez a receber o Sacramento Eucarístico, a Cristo, real e verdadeiramente presente na hóstia consagrada, aos que o negaram e o combatem e agora querem, negando a Cristo, receber a Cristo, para ultrajá-lo mais uma vez e fazer com que nós o ultrajemos: tudo isto é pecaminoso; tudo isto é sacrílego, tudo isto é comprometer com o mau exemplo a salvação de inumeráveis almas. Se não tivéssemos outros argumentos para denunciar a

João B. Montini, este só seria suficientíssimo para desconhecer seu pontificado, para denunciar seus compromissos com os inimigos da Igreja.

6.1. CAJETANO NOS FALA DA HERESIA E DEPOSIÇÃO DE UM PAPA HEREGE

Alguns, com Caetano, pensam que o Papa que caiu em heresia está sujeito à potestade ministerial da Igreja em ordem à sua deposição, e afirmam que esta é a única exceção na doutrina geral, antes já exposta e explicada. Outros muitos, e não menos ilustres, teólogos afirmam que, nesta hipótese, já não há lugar para uma verdadeira deposição por parte da Igreja; o próprio Papa, ao separar-se da Igreja pela heresia, deixou de ser Papa – *iam depositus est* – porque não pode ser cabeça da Igreja (cabeça visível) aquele que deixou de ser membro da mesma. A Igreja, a única coisa que tem a fazer nesse caso hipotético, é pronunciar a sentença declaratória de que A SÉ APOSTÓLICA ESTÁ VACANTE.

Diz Caetano:

"De modo quo Papa, propter crimen haeresis deponitur, varia est opinio. Quidam dicunt quod hoc fit propter defectum subiecti. Subiectum namque papatus dicunt esse hominem fidelem, ac per hoc, sicut deficiente vita corporali per mortem, desinit subiectum papatus, ita deficiente fide in illo homine, qui est papa, per haeresim, desinit subiectum papatus. Fundatur haec opinio super hoc, quod fides constituit viatorem in hoc quod est membrum Christi Ecclesiae. Huic enim adiuncta propositione, scilicet quod negatio prioris inducit negationem posterioris in essentialiter ordinatis, ordine causae formalis, (quae patet inductive; si enim non est animal, non est homo, et si non color non est albedo, et sic de aliis) subiungunt. Sed esse membrum est et esse caput, sunt sic essentialiter ordinata, quod esse membrum est prius quam esse caput, ut patet, quia caput oportet esse membrum, sed non e converso; quod igitur non est membrum non est caput. Et sic homo carens fide, qualis est haereticus, non est membrum Ecclesiae, igitur non est caput eiusdem, ac per hoc, cum

Papa nihil aliud sit quam caput (visibile) Ecclesiae, eo ipso quod fit sine fide, fit non Papa. Et hoc est quod sub aliis verbis ab aliis dicitur, quod cum Papa fit haereticus, ipso facto, IURE DIVINO, quo fit distinctio fidelium ab infidelibus, est privatus papatu. Et quando, per Ecclesiam propterea deponitur non iudicatur, neque deponitur Papa, sed qui iam iudicatus est, et qui iam depositus est, dum propria voluntate translatus est extra corpus Ecclesiae, factus infidelis, declaratur iudicatus et depositus". (Tract. 1 de auctarit. Papae et Concilii).

Quis transcrever literalmente em latim as palavras de Caetano, por temor, não de todo injustificado, de que Sua Eminência, seu chanceler e os Abascal e Salmerón possam pensar que minha tradução é inexata, fraudulenta ou, pelo menos, adulterada. Diz Caetano: "Existem diversas opiniões sobre a maneira pela qual um Papa deve ser deposto pelo crime de heresia. Alguns dizem que a deposição é automática, por defeito do próprio sujeito. Porque o sujeito do Papado, dizem, deve ser um homem fiel à verdadeira religião de Cristo e, portanto, assim como, faltando a vida ao corpo físico do Pontífice, ele deixa logo de ser Papa, porque já não há sujeito para o Papado; assim, faltando a fé naquele homem que é Papa (de *iure humano*), pela heresia, ele deixa automaticamente de ser sujeito do Papado. Esta opinião se funda no fato de que é a fé que constitui o homem peregrino como membro de Cristo e da Igreja. A isto acrescentam que a negação do maior induz à negação do menor, nas coisas essencialmente ordenadas, pela ordem da causa formal (o que se manifesta indutivamente: se não há animal, não há homem; se não há cor, não há brancura, e assim por diante). Mas ser membro e ser cabeça estão entre si tão essencialmente ordenados que, para ser cabeça, é preciso ser primeiro membro, como é óbvio, porque é necessário que a cabeça seja membro do corpo, mas não que todo o corpo seja cabeça. Logo, o que não é membro não pode ser cabeça; e como o Papa não é outra coisa senão a cabeça visível do Corpo da Igreja, pelo mesmo fato de perder a fé e de deixar de ser membro da Igreja, deixa de ser Papa. E isto é o que, com distintas palavras, dizem outros: que, quando o Papa se torna herege, *ipso facto*, automaticamente, *iure divino*, por direito divino, pelo qual se estabelece a distinção entre os fiéis e os infiéis, fica privado do Papado. E, quando, por este motivo, é

deposto pela Igreja, não é julgado nem deposto o Papa, mas aquele que já está julgado, aquele que já está automaticamente deposto, quando, por própria vontade, ele se pôs fora da Igreja, tornado infiel. A sentença da Igreja, a única coisa que faz é declará-lo julgado e deposto".

Ainda que seja repetindo, convém fazer alguns comentários a estas palavras de Caetano:

1. Não é contra a verdade católica, nem é motivo de escândalos, nem de excomunhões – demonstra-o a própria formulação do problema por Caetano – afirmar que um Papa, qualquer Papa, inclusive João XXIII e Paulo VI, possam cair em heresia.
2. O sujeito do Papado, isto é, as únicas pessoas que podem ser Papas, são os fiéis, os que professam integralmente a fé de Cristo, *sine glossa, sine mutatione*, sem glosa, sem mudança, sem interpretações desviadas. "Pregai o Evangelho; ensinai a todas as gentes e até a consumação dos séculos o que Eu vos ensinei"; o que Cristo nos ensinou, não o que os homens inventaram.
3. Somente a fé faz o homem *"viator"* (peregrino para a eternidade) membro da Igreja de Cristo. Aquele que não tem a verdadeira fé de Cristo não pode ser membro da Igreja de Cristo, embora em SEU CREDO, que não é o CREDO da Igreja, Paulo VI faça dos "separados", ao menos parcialmente, participantes e membros do Corpo Místico de Cristo.
4. Quando o Papa se torna herege, *ipso facto*, automaticamente, *iure divino*, por direito divino, pelo qual se estabelece a distinção entre os fiéis e os infiéis, fica privado do Papado. Há, pois, *iure divino*, uma distinção completa entre os fiéis e os infiéis; entre o trigo e o joio. O Papa, perdida sua fé ou que não teve fé ao ser eleito Papa, está entre os infiéis e, por isso mesmo, não pode ser Papa, cabeça visível da Igreja militante.

Aqui se levanta uma questão, da qual já antes falamos, que convém esclarecer: Se a perda da fé faz com que o homem fique fora da Igreja, é necessário que essa perda de fé seja externa ou basta que seja interna? Ao que eu respondo que "embora *de internis non iudicat Ecclesia*" (das coisas

internas a Igreja não julga – a não ser Sua Eminência e seu chanceler Reynoso, que sim sabem e costumam fazê-lo), a meu humilde modo de ver, basta a perda interna da verdadeira fé para que o homem que tem essa desgraça, ainda que seja Papa, deixe de ser membro da Igreja e de pertencer ao Corpo Místico de Cristo; porque Deus, sim, julga as intenções e, embora o homem dissimule, Deus sabe muito bem quando e por que este perdeu a fé e ficou, por isso mesmo, fora da Igreja. No que toca às consequências externas e jurídicas que essa perda da fé acarreta, parece-me impossível que não se dê, por algum tempo, mais ou menos longo, o doloroso caso de ter uma "SEDE VACANTE", apesar de se ter externamente um homem que se diga Papa. Aqui temos a possibilidade evidente de que um cardeal que não é cardeal porque, em seu interior, não tem a fé católica, possa ser eleito como Papa, sem que essa eleição, *de iure ecclesiastico* e pontifício aparentemente válida, seja *de iure divino* legítima, nem válida. Como pode ser, diante de Deus, verdadeira cabeça da Igreja (ainda que visível) um homem que não é, em seu interior, católico, mas que professa em seu coração doutrinas especificamente opostas às ensinadas por Cristo, doutrinas que foram condenadas pela Igreja? Logo, se, feita a eleição, se comprovasse depois a infidelidade do eleito, seguir-se-iam duas coisas: a evidência de que a eleição, aparentemente válida, havia sido *in radice* inválida, pelo impedimento dirimente de que o eleito não era membro da Igreja, por não ser católico; e seguir-se-ia, ademais, que a Sé Apostólica, aparentemente ocupada pela pessoa do intruso, estava, na realidade, VACANTE; não havia Papa.

Outro ponto importante: não podendo a Igreja julgar o interior do homem, pode, sim, julgar seu exterior; suas palavras e seus atos; e, quando estas e estes não estão de acordo com a fé tradicional, a fé apostólica – sobretudo de uma maneira cumulativa e pertinaz –, a Igreja pode julgar, como já vimos antes, o Pontífice duvidoso, e se este não se retrata, se não esclarece sua posição católica, a Igreja pode pronunciar a sentença de que não temos Papa, de que a Cátedra de Pedro está vacante.

Mas, quem é que pode e deve fazê-lo? Desde já, todos os católicos, e mais os clérigos, se estão devidamente preparados, podem formar um juízo e até mesmo externá-lo, quando há evidência nas objeções dogmáticas

contra os atos e ditos daquele que ocupa a Cátedra de Pedro. A evidência gera a certeza. Mas não se trata de um juízo particular, sem resultados jurídicos; trata-se de um juízo oficial, que esclareça a situação e obrigue o Papa a definir sua fé e a atuar conforme a ela, ou a renunciar.

Não pode fazê-lo um Concílio Geral, porque este só pode ser convocado por um Papa legítimo, e porque seus decretos, definições e constituições, para terem valor, devem ser aprovados e promulgados por um Papa legítimo. Mas, como diz Belarmino, é evidente que a Igreja, nestas circunstâncias extraordinárias, há de ter um meio para expulsar o intruso e salvar o rebanho. Nestas circunstâncias excepcionais, como no Cisma do Ocidente, é a Igreja, é o clero de Roma, são os cardeais, são os bispos, são os próprios príncipes temporais os que podem se juntar para exigir do Pontífice suspeito de heresia que, de uma maneira clara, solene, pública, defina sua posição, retrate seus equívocos, e não com discursos turísticos, mas com um documento, se for preciso *ex cathedra*, condene a heresia e restabeleça a unidade da fé católica. É este grupo que pode exigir do Pontífice, de cuja ortodoxia se duvida, que restabeleça as censuras canônicas, reconstrua a integridade do Santo Ofício, cuja missão imprescindível e sagrada é a defesa do Depósito da Divina Revelação. Este, chamemo-lo assim, Concílio Imperfeito, não julga propriamente o Papa nem o depõe: é o Papa que, voluntariamente e por seus compromissos, aparentemente se pôs fora do Corpo da Igreja; é, nestes casos, o próprio Papa que já está julgado e deposto pelo próprio Deus. A sentença não seria senão uma pública e solene declaração, como já dissemos, de que há SEDE VACANTE, de que não temos Papa. Mas isto, notai bem, não significa que o Papado tenha deixado de existir.

Os argumentos aduzidos por Caetano quase não têm valor algum para o Cardeal Billot: Demonstra-se, diz ele, "que nem por direito divino, nem por direito humano, o Papa herege está, *ipso facto*, automaticamente privado do pontificado, pela seguinte razão: os outros Bispos, se são hereges, não estão, por isso mesmo, nem por direito divino, nem por direito humano, privados de seu episcopado; logo, nem tampouco o Papa". A consequência é clara, porque a condição do Papa não pode ser inferior à dos Bispos. O pressuposto se prova assim: o bispo que, interiormente,

discrepa da fé católica, torna-se um verdadeiro, próprio e perfeito herege, mas nem por isso está privado de seu bispado. Neste processo há duas proposições: 1ª, só pelo ato interior ele fica na categoria de um verdadeiro herege; e esta proposição é evidente. 2ª, este bispo, herege interior, não está excomungado, não perdeu sua jurisdição, porque a Igreja não pode excomungar nem depor a quem não pode julgar. De onde se segue, diz Billot, "que o fundamento de Caetano, de que para a heresia basta o ato interior, é falso e, portanto, que, por um ato interior, nunca se perde a jurisdição". Eis aqui o argumento de Billot: "Pela heresia interior e oculta um bispo não perde seu poder; logo, nunca um bispo herege fica privado, *ipso facto*, de sua jurisdição episcopal. Logo, nem o Papa, que não é de condição inferior à de um bispo". Mas devemos considerar que não estamos falando aqui da heresia enquanto é pecado contra a fé, no foro interno da consciência, que só Deus conhece, mas simples e singelamente da heresia que tem força para separar um homem da Igreja, do corpo visível da Igreja, e que se opõe diretamente à profissão da fé católica. Tal heresia não é a heresia interior e oculta, mas a exterior e notória. Não falamos aqui, no atual caso da Igreja, daquele que ocultamente, em seu interior, não crê, mas daquele que abertamente manifesta discrepar das verdades que a fé católica impõe a todos os fiéis, sob pena de eterna condenação. Esta heresia rompe o vínculo pelo qual pertencemos à sociedade religiosa de nossa fé católica e, consequentemente, perde-se logo a razão de ser membro da Igreja, com todos os títulos que essencialmente pressupõem esta filiação. Posta, pois, a hipótese de que um Papa pode ser notoriamente herege, sem dúvida devemos admitir que, por isso mesmo, *ipso facto*, perderia a potestade pontifícia, ao sair, por própria vontade, do Corpo da Igreja, fazendo-se infiel, como bem dizem os autores.

Ainda que brevemente, creio conveniente tocar no ponto da "heresia" oculta, que, como vimos, a muitos autores não lhes parece razão suficiente para a perda da jurisdição, nem nos bispos, nem no Papa. A perda da fé, ainda que seja oculta, não é somente um pecado grave pelo qual se rompe a amizade do homem com Deus; é, ademais, a total ruptura de todo vínculo que une o homem a Deus. Por outros pecados, ainda que

sejam graves, perde-se a caridade, a amizade com Deus, a graça santificante, a filiação divina; mas pela heresia perde-se a própria raiz de nossa justificação por Jesus Cristo. Como pode, nestas circunstâncias, conservar a legítima representação de Jesus Cristo aquele que, negando a fé, rompeu toda verdadeira relação com Ele? É verdade, como diz Santo Tomás, que a potestade sacramental do bispo ou do Papa não se perde nem por este nem por nenhum outro pecado, porque esta potestade se funda em um caráter indelével; mas a jurisdição, que não imprime caráter, como pode permanecer naquele que interiormente perdeu a fé? Como pode representar a Deus aquele que negou, pela perda da fé, a autoridade de Deus? Logo, penso eu, embora a Igreja não possa julgar *de internis*, das coisas ocultas na consciência, Deus, sim, pode julgar e pode, como antes disse, depor aquele que infielmente traiu o *DEPOSITUM FIDEI*, o depósito da fé que Ele lhe havia confiado. Diante de Deus, esse herege interno já não é Papa; não tem jurisdição alguma. Ele continuará atuando como Papa; provavelmente sua falta de jurisdição será suprida pela Igreja, e os atos que dessa aparente jurisdição possam se seguir terão valor pela Igreja, não pelo papa ou bispo hereges ocultos, que já carecem de toda jurisdição.

Pensa o Cardeal Billot, apoiando-se nas palavras evangélicas: "Eu rogarei por ti, para que tua fé não desfaleça; e tu, uma vez convertido, confirma a teus irmãos" (Lc. XXII, 32), que a hipótese da heresia de um Papa é irrealizável; mas as razões que aduz não convencem. Temos, em primeiro lugar, que a infalibilidade pontifícia, de que fala o Vaticano I, é uma infalibilidade meramente didática, que não torna o Papa pessoalmente nem infalível, nem impecável. O Papa, qualquer Papa, inclusive São Pedro, depois de Pentecostes, puderam e podem errar, mesmo em assuntos de fé ou relacionados com a fé. A atitude vigorosa de São Paulo em Antioquia, contra a atitude equívoca de São Pedro a respeito dos judaizantes, nos demonstra que o Papa, pelo fato de ser Papa, não é sempre infalível, nem pessoalmente impecável; que pode enganar-se, mesmo em coisas relacionadas com a fé.

Que essas palavras de Cristo não só foram ditas a São Pedro, mas a todos os seus sucessores, a tradição apostólica o demonstra, como nos diz

o Cardeal Billot; mas, como o próprio purpurado reconhece, essas palavras se referem à pessoa pública do Pontífice, que ensina *ex cathedra* as verdades da fé e da moral contidas no Depósito da Divina Revelação; e não creio que haja razão alguma para aplicar essas palavras do Divino Mestre à pessoa privada do Papa, como uma garantia de preservação de que caia pessoalmente em heresia. O argumento de Billot *nimis probat*, não prova nada. Dá-se ao Pontífice o encargo de "confirmar na fé a seus irmãos". E Cristo, que foi sempre ouvido por seu Pai, pela reverência que se lhe deve, pede pela fé de Pedro e de seus sucessores. Logo, conclui vitoriosamente Billot, o Papa goza do dom de uma fé indefectível. Se assim fosse, seguir-se-ia que o Papa, todo Papa, pelo mero fato de ser sucessor de Pedro, não só gozaria do dom de uma fé indefectível, mas de uma impecabilidade absoluta, já que as boas obras nascem da fé, assim como as más obras nascem da falta de fé. Uma fé, garantida pela eficacíssima oração de Cristo, uma fé viva, como parece implicar a argumentação de Billot, não poderia se compaginar com o menor pecado. Mas a história da Igreja nos demonstra, com luz meridiana, que houve papas pecadores, muito pecadores; logo, houve papas cuja fé foi deficiente. O próprio Pedro, depois da oração de Cristo, teve suas debilidades na mesma fé, como nos dá a entender o próprio Cristo: "e tu, uma vez convertido, confirma na fé a teus irmãos". Logo, Cristo supõe que a fé de Pedro há de desfalecer, posto que afirma que há de se converter para confirmar na fé a seus irmãos. A oração de Cristo é para que sua fé, a fé de Pedro, não desfaleça, ou para que, depois de desfalecer, Pedro se converta? Se afirmamos o primeiro, teríamos que dizer que a oração de Cristo não foi ouvida, pois a fé de Pedro desfaleceu. Se afirmamos o segundo, temos que afirmar que a fé de Pedro e de seus sucessores pode desfalecer e que a oração eficaz de Cristo alcançará as graças necessárias para a conversão a Pedro e aos sucessores de Pedro, sem que, por isto, possamos afirmar que essas graças farão infalivelmente certa a conversão de Pedro e de seus sucessores, já que está em jogo a liberdade do homem.

Confirmou o Magistério do Papa Montini a fé dos católicos, ou, pelo contrário, serviu para criar a confusão, para fazer desfalecer ou perder a fé de muitos, muitíssimos no povo católico? Podemos dizer que essa

tolerância com os mais graves erros e os mais graves pecados foi o fruto da oração de Cristo? Podemos admitir que a supressão do Santo Ofício, das censuras canônicas, do augusto Sacrifício do Altar foi o fiel cumprimento do mandato de Cristo para que Paulo VI confirme na fé a seus irmãos? Podemos pensar que esse "ecumenismo" traiçoeiro e entreguista é também o fruto da oração do Senhor? Podemos compaginar as evidentes contradições da Igreja pré-conciliar e da Igreja pós-conciliar com a confirmação na fé, imposta por Cristo como o maior dever a todos os sucessores de Pedro? Confirmou na fé aos bispos e aos sacerdotes Paulo VI quando suprimiu o "Juramento Contra o Modernismo", imposto por São Pio X, quando eliminou também a "Profissão de Fé Tridentina", quando deixou de lado as preces leoninas que, depois da Missa, rezávamos os sacerdotes com o povo, e tudo isto nas circunstâncias mais angustiosas para a Igreja?

Mas, sigamos comentando a argumentação do Cardeal Ludovico Billot para provar, com as palavras de São Lucas, a impossibilidade absoluta de que um Papa possa cair na heresia: "Eu roguei por ti, para que tua fé não desfaleça; e tu, quando te tiveres convertido, confirma a teus irmãos". *"At cui, quaeso, impetratur?"*, para quem pede?, pergunta o Cardeal. *An personae abstractae et metaphysicae, an potius personae reali et viventi, a qua esse debet confirmatio caeterorum?* Porventura pede isto Jesus Cristo para uma pessoa abstrata e metafísica ou, antes, para uma pessoa real e viva, pela qual hão de ser confirmados na fé os demais? E nota que, embora o pontífice caísse em uma heresia notória, embora *ipso facto* perdesse o pontificado, no entanto, antes de perder a potestade, deveria cair na heresia e, por isso mesmo, a defectibilidade da fé sempre poderia associar-se com o ofício de confirmar na fé a seus irmãos, o que a promessa de Cristo parece excluir inteiramente".

Esta saída do Cardeal é, *salva reverentia*, um enorme sofisma; é evidente que, enquanto o pontífice não perder a fé, tem a potestade e o mandato para confirmar nessa mesma fé a seus irmãos; mas, perdida a fé, a não ser que se converta, já não pode confirmar na fé a seus irmãos. A oração de Cristo é, de certo modo, condicionada, supõe a correspondência voluntária da vontade livre de Pedro à graça que Cristo, com sua oração,

lhe alcança. A oração de Cristo tem toda a eficácia, porque obtém a graça necessária para a conversão, mas essa eficácia não é determinante, senão supondo a livre correspondência da vontade humana. Na Cruz, Cristo pediu por todos o perdão, em sua primeira palavra; e, no entanto, dos dois ladrões com Ele crucificados, só um alcançou misericórdia, porque só um respondeu à graça redentora. Não creio que a oração de Cristo por Pedro e seus sucessores tenha sido predeterminante, assegurando para eles uma infalibilidade constante, incompatível com uma equivocação, com um erro, mesmo em assuntos da fé, exceção feita, não por mim, nem por nenhum teólogo, mas pelo Vaticano I ao definir o dogma da infalibilidade didática do Pontífice, pressupostas as quatro condições da definição conciliar.

Nem vejo dificuldade alguma em afirmar o que a seguir nos diz o Cardeal Billot como absurdo: "Pode-se dizer indefectível uma fé que não pode errar, que é didaticamente infalível quando nos define o que todos os fiéis devemos crer como coisa de fé, e que, no entanto, pessoalmente pode sofrer naufrágio na fé?" A indefectibilidade pontifícia está ordenada à "inerrância" da Igreja, não ao benefício pessoal do pontífice, que, como indivíduo, tem que ganhar, com sua fidelidade, sua salvação eterna. Não vejo nenhuma incompatibilidade entre os erros e heresias particulares e mesmo públicas de um Papa com o carisma da "infalibilidade didática" que em seu Magistério *ex cathedra* tem prometida por Jesus Cristo. O argumento de Billot é este: *semel bonus, semper bonus*; algumas vezes (nas condições que definiu o Vaticano I), o Papa é infalível, logo sempre tem que ser infalível, logo não pode se equivocar, não pode cair no erro.

Certamente são gravíssimos, como já o estamos vendo, os males que se seguem dos erros de um Papa ou de um Concílio. Mas devemos ter em conta que Deus, que, na ordem natural, respeita a liberdade humana, não porque queira o pecado, mas porque, segundo a economia de sua Providência inescrutável, Ele pede a cooperação de nosso livre-arbítrio e a fidelidade a seus auxílios divinos. Assim, Deus, pelo dom gratuito da "infalibilidade didática", garante o ensinamento oficial de sua Igreja, a preservação do Depósito da Divina Revelação; mas, em sua divina Sabedoria, em sua Justiça infinita, pede também a cooperação pessoal do

homem que é Papa, para que ele possa alcançar sua eterna salvação. A eleição papal, já o dissemos, não torna o Papa pessoalmente nem impecável, nem infalível, nem predestinado para o céu. O dom da "infalibilidade didática" garante a Igreja, mas não garante pessoalmente o Papa, como quer Billot.

6.2. EM QUALQUER UMA DESTAS DUAS HIPÓTESES, A CONCLUSÃO É A MESMA: NÃO TEMOS PAPA

À medida que o tempo passou e os acontecimentos se sucederam, as dúvidas sobre a legitimidade do pontificado de João B. Montini cresceram, tornaram-se mais públicas e mais convincentes em todo o mundo. Jamais um Papa verdadeiro se teria atrevido a fazer e a dizer, nas coisas essenciais da fé, o que Paulo VI fez e disse, com uma habilidade indiscutível, com a qual finge defender a verdade que ele mesmo está conculcando e negando com seus atos. Não podemos pensar que Paulo VI, nem o Episcopado do mundo inteiro, ignorem as coisas que estão acontecendo. E, se, sabendo-as, não aplicam o remédio, se deixam que a derrocada siga adiante, quem são, diante de Deus, diante da História, diante de suas próprias consciências, os verdadeiros responsáveis por tão tremenda tragédia?

Suponhamos que o Papa Montini, ao tempo de sua eleição, era um sincero católico, um tradicionalista verdadeiro; suponhamos que sua mudança se desenvolveu progressivamente pelas pressões, pelos compromissos, pelas influências das pessoas que o rodeiam; em tal caso, volto a perguntar: sua fé católica está ainda a salvo? Se a perdeu, continua sendo Papa? E, se não a perdeu, se por debilidade está tolerando pacientemente a subversão mais espantosa dentro da Igreja, não é ainda maior sua responsabilidade e sua culpabilidade? Porque é pueril, é inadmissível querer exonerá-lo de toda responsabilidade e de toda culpa, dizendo que ele ignora o que na Igreja está acontecendo.

Podemos ainda seguir pensando, com o cardeal Billot, que a legítima eleição de João B. Montini para o pontificado — que, como hipótese, e

nada mais que como hipótese, concedemos — e a pacífica aceitação da Igreja continuam sendo um sinal infalível de que ele é um verdadeiro Papa, a rocha inabalável, o fundamento da Igreja, o princípio de unidade, de coesão, de estabilidade da Igreja? Diante do desastre que vemos, não é esta uma verdadeira "papolatria", um culto indevido ao homem acima do próprio Deus?

Mas é preciso ter em conta que na Igreja nunca existiu essa adesão universal a Paulo VI. Desde sua eleição, houve muitos prelados, sacerdotes, fiéis e até príncipes da Igreja que viram com temor e com desassossego a perigosa guinada que o Vaticano estava dando para a esquerda, para o comunismo niilista e pulverizador. E esse mal-estar, essa inconformidade, essa inquietude, essa desconfiança continuaram crescendo de dia em dia, desde que o Papa Montini tomou em suas mãos o timão da Igreja. Somente os inconscientes ou os comprometidos seguem ainda esperando o prometido "Pentecostes" e a "nova primavera" da Igreja. Uma só voz autorizada, que tivesse a coragem de falar claro, em voz alta, o que se comenta nos cochichos das sacristias ou nas conversas íntimas dos eclesiásticos que não claudicaram, que choram, talvez em silêncio, a tragédia espantosa de nossa Igreja, seria bastante para que o protesto se espalhasse como pólvora por todo o mundo e exigisse a liberdade da Igreja, agora escravizada por seus inimigos, que infatigavelmente estão "abrindo abismos" e estão fazendo a "demolição" da Igreja Católica.

Não prevalecerão!, sabemo-lo; o triunfo final não será deles; mas, enquanto isso, a fé se perde em muitas almas; a juventude e a infância crescem desviadas pelos caminhos da perdição, envenenadas pelos próprios sacerdotes e freiras ou Irmãos, aos quais seus pais haviam confiado a educação cristã de seus filhos. Isto é criminoso! Isto é intolerável! Isto é uma promoção satânica, para arrastar as novas gerações a engrossar as fileiras dos demolidores!

Como indiquei em meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA", eu divido nossas hierarquias, e divido o clero, e divido os Católicos em geral em três grupos manifestamente distintos: ao primeiro — muito

numeroso, por desgraça — pertencem todos aqueles que perderam, se alguma vez a tiveram, a fé. Não creem em nada; buscam tão somente sua carreira, chegar a ser bispos e, se possível, por que não?, a ser cardeais — a ambição de sua vida —; buscam sua posição social, seus interesses econômicos: o "apostolado negócio", não o "negócio do apostolado" dos colégios, das universidades católicas, onde, a preços muito elevados, se dá, muitas vezes, uma deficiente educação aos filhos dos ricos. Ao segundo grupo, falta-lhe cabeça para se dar conta da tragédia, para se dar conta do que está acontecendo. Não têm a ciência e, embora vejam que as coisas andam tortas, com uma obediência absurda que os tranquiliza, deixam as coisas a Deus, para que Ele nos dê a devida solução. Este grupo faz muito dano, pela chantagem da "obediência", que, *opportune et importune*, pregam a todas as horas e em todas as partes. E, finalmente, ao grupo mais numeroso, faltam-lhes "calças", falta-lhes coragem para defender suas crenças. Sabem muito bem o que está acontecendo, mas não querem problemas, não desejam ter conflitos com seus prelados; não querem "ser excomungados" ou "suspensos"; não querem perder suas prebendas ou seus postos de comando. O fenômeno é curioso, lamentável, incrível, mas, por desgraça, muito frequente e muito humano. É a confirmação da verdade psicológica que encerrava a célebre frase do antigo caudilho da Revolução Mexicana e Presidente do México, Álvaro Obregón, que dizia com graça: "Não há general que resista a um canhão de cinquenta mil pesos". Verdade, Luis Reynoso Cervantes?

6.3. UMA PROVA QUE CONVENCE

Para dar certa variedade à leitura deste livro e para confirmar a responsabilidade da hierarquia católica, incluindo o Papa Paulo VI, na atual "demolição" da Igreja, vou copiar e comentar aqui um documento, recentemente chegado às minhas mãos, que tem um valor incalculável – quase tão grande como os documentos do Cardeal Tisserant – que nos delata a corrupção que há na Igreja, ou melhor dito, na Companhia de Jesus, sem que haja ninguém que se anime a levantar a voz de protesto para exigir um remédio pronto e inadiável, que não pode, no presente caso,

ser outro senão a supressão imediata desses seminários que estão nas mãos dos jesuítas. Ei-lo aqui:

"DESPEDIDA DE MONTEZUMA: 14, 15, 16 de maio de 1972. À IX Geração". – Compareceram uns 80 ex-alunos (sacerdotes). Nossa IX Geração esteve representada por 9: Juan Arteaga (Méx.), Rafael Chávez (Mor.), Carlos Díaz (Mat.), Jorge Hope (Ags.), Mauro Iñiguez (Zac.), Salvador Michel (Guad.), José Ma. Ruiz (Cuern.), Domingo Sedano (Cuern.) e Simón Trujillo (Guad.). Predominamos nós, os FUNDADORES.

Domingo, 14: percorremos todas as dependências: A Capela com sua Morena, os corredores, as "vias", o torreão, etc. Nós, os da Geração IX, rodeamos o Filosofado, a classe do 2º ano; vimos a Gruta, subimos a escada... LATINOS FUNDADORES: desapareceu o LATINADO... Pisamos nos campos de jogo; descemos ao Panteão... Ali ESTÁ... Papá Fernández...! No Refeitório – 12h – foi a bem-vinda. O reitor começou a ressaltar que nós, os visitantes, víamos "mudanças" nos alunos atuais... até nos parecerem suspeitos os "seminaristas...", que as mudanças nos chocariam... De tanto insistir... nos vimos contrapostos... como uma "velha onda"... à "nova onda". O presidente da UGESM, o Pe. Salvador Michel, respondeu à "bem-vinda": "Viemos dar graças a Deus e aos bispos mexicanos e norte-americanos... da parte de todos os montezumenses... Somos 1.500 sacerdotes... Somos força... Somos a quinta parte do clero mexicano. Por Montezuma foi possível a unidade nacional do clero nacional..." Aludindo à "velha e nova onda", recordou que "também nós fomos último modelo". Às 17h30 foi a Missa concelebrada: todos os visitantes e os "jesuítas". Presidiu o Reitor. Às 20h, Painel para falar das razões da mudança de Montezuma, N.M., Estados Unidos da América, para Tula, Hidalgo, México. O Reitor diz que o cultivo da Vocação ao Sacerdócio exige "modalidades novas", que correspondam à "revolução cultural presente". A ideia com a palavra "cultura" deu lugar a bate-papo (Comentários)...

Segunda-feira, 15: 9h, Convenção da UGESM. Por voto unânime, deve continuar a existência da UGESM... (Há tempo que flutua a ideia... de

que... para que serve... se não nos chegam benefícios dela?). Mas se fez um novo exame, estimulados pelos tempos novos... Hão de pertencer a ela os que se comprometam formalmente com o Plano de Serviços. Já teremos a informação a respeito. No almoço – 12h – homenageou-se o Pe. Francisco Javier Garibay por seus 50 anos de jesuíta e o Pe. Angelo Savarino Maruchi..., o MESTRE, por seus 50 anos de sacerdote.

(À saúde de V.as e para me despedir por V.as do Hermit's Peak... Hope, Chávez, Ramírez – humorista, o homem que nasceu sem FOMES... Rafael Hernández, A RÃ, – León, Gto. – subiram até o cume e de lá nos despedimos do Truchas Peak, o manancial do Hermit's, os penhascos, a descida, o Porvenir, os desfiladeiros, as represas... tudo fica ali... Às 17h30, Missa concelebrada; foi ao redor da Virgem Branca. Recém-ordenados subdiáconos, rezamos ante ela... os primeiros ofícios... E, depois do jantar, o futebol da lembrança... Michel meteu um gol de voleio... monumental... – ainda não se sabe se foi "condição" ou a sorte grande do século... Na partida de basquete, faltou o "formativo" de Carlos Díaz. Às 20h30, no refeitório, "admiramos" o conjunto "La Fauna", quatro teólogos jesuítas com cabeleiras, barbas, vestimenta *ad hoc*. O jesuíta Enrique Maza García os apresentou. Disse que estes "evangelizam" nestas mudanças... com a "música" monótona, estridente, com os gritos epilépticos do baterista... com ideias de amor e paz, de injustiça e... já estamos saturados de mudanças, sobretudo com as mudanças dos "seminaristas", com as "tias" e as "primas"... esbanjando muito *"love and peace"*. Com essa indigestão, já não aguentamos o "diálogo" com os "atuais".

Terça-feira, 16: As sessões da Convenção se desenvolveram com crescente interesse. Fixaram-se OBJETIVOS para a UNIÃO NACIONAL. Ficaram eleitos os responsáveis dos diversos SERVIÇOS. Aprova-se oferecer-lhes um passeio pela República às Madres de Montezuma. E, por maioria de votos, ficou eleita a nova EQUIPE diretora da UGSM, e EMIGDIO VILLARREAL como presidente (Apart. Post. 60, Colonia del Valle, Monterrey, N.L.). – Às 17h, Painel para fazer contas em dólares sobre o que se gastou em 35 anos; que cada um de nós custou o que vale um "pontiac de luxo": 3.000 dólares. O arcebispo de Santa Fé não pôde

assistir ao jantar em sua honra. Na última Missa concelebrada, falou o Pe. Nicanor González (Nica) e Manuel Enríquez (Tepic). O ato final foi a "fogueira". Sem programa, desorganizado. Mas falou Jorge Hope: com fundo sentimento descreveu o autêntico Montezuma, o da ciência, o da piedade, o humano, o romântico. Foi destacando nomes de AQUELES JESUÍTAS EGREGIOS... que FORMARAM SACERDOTES para a Igreja, para o México... O céu estava nítido, as estrelas eram pequeninas, distantes... fazia frio... nos vimos ali pela última vez os que compartilhamos um espírito e somos um mesmo corpo... sim, algo distantes daqueles "seminaristas" atuais... Nos pusemos de pé para entoar as *golondrinas*, as *yucatecas*... E adeus! Adeus a um passado – que CONSTRUIU um presente sólido! – lançado a um porvir jubiloso e heroico.

Quarta-feira, 17: rumamos para nossa casa. Alguns levaram seu transporte próprio. O ônibus da Alteña partiu às 6h daquela Casa Senhorial, estojo agora distante – de sonhos, de projetos, de sacrifícios, de vidas... Passamos em frente a Papá Fernández... dissemos-lhe: "até breve; peça a Deus com mais afinco por nós..." Ao dobrar a rocha dos suspiros... não pudemos evitá-lo: ali foi a última vez que vimos Montezuma, assim, na penumbra da manhã, para entrar no horizonte do memorável; mas também no que revigora a alma. Por último, o olhar derradeiro ao Rancho, a Los Vigiles, onde alguns ensinamos catecismo... Las Vegas... e já não havia o que contemplar."

E, depois desta descrição do programa desses três dias, que respira calor, ideais e gratidão, vem outra carta "CONFIDENCIAL":

"O seguinte é uma informação. Usem-na para utilidade, conforme seu reto critério. Para esta informação, lembrem-se de que comparecemos uns 80 Ex-Alunos e que fomos TESTEMUNHAS DIRETAS. Completamos o que vimos com dados dos próprios "seminaristas", da gente que os tem tratado assiduamente. Tudo é objetivo, comprovável, demonstrável.

Em Montezuma atual, não há orações, meditação, Missa comum, rosário, visitas ao Santíssimo Sacramento. Não se ouve falar de Deus, da Igreja, do

Apostolado, das almas. Desapareceu o ambiente de piedade, de reverência ao sagrado. Nem jesuítas, nem alunos vestem batina. O ambiente atual é o de uma instituição leiga, mundana, naturalista. As conversas versam invariavelmente sobre temas temporais, profanos, superficiais, com caracteres demagógicos. A cultura humana se manifesta de baixa qualidade. A intelectual é variável em qualidade, mas até um nível de informação corriqueira. As piadas entre eles são grosseiras, grotescas, baixas. Fazem alusão de caráter sensual, sexual e até homossexual. Nas salas, estudos ou dormitórios, têm pôsteres (cartazes): quadros de guerra, de personagens artistas, hippies, de mulheres semidesnudas ou nuas. Há signos hippies. Sua linguagem é agressiva, de oposição, de contradição egoísta, condenatória, individualista. Vemos rostos de gente com tédio, fatigada, indiferente, passiva, desconfiada, ressentida. Manifestam viver um desenvolvimento em um ambiente artificial, impositivo, insatisfeito, tenso. Não se veem personalidades livres, mas vítimas de um enquadramento alheio. Não ouvimos falar de ideais espirituais, sobrenaturais, apostólicos. Nenhum entusiasmo pelas artes. As composições literárias, as poesias, a música baixaram para o mediano, o mecânico, o pedestre. Manifestam-se infatuados, distantes de nós, encastelados em suas atitudes. O secularismo é patente... tanto em "superiores" como em alunos. Qualquer mulher pode entrar no seminário, a qualquer dependência, a qualquer hora. As "tias" e as "primas" são jovens ou adolescentes, "amigas" dos "seminaristas". Podem entrar nos dormitórios, sentar-se para comer, sair dos dormitórios à UMA E MEIA da manhã. Nós os vimos em Las Vegas – aonde podem ir quando quiserem, contanto que "avisem" – saudando com os dedos em V, como hippies. Frequentam cinemas, centros noturnos, bordéis. Um de nós pegou um "teólogo" com uma moça que tinha uma criança nos braços. A moça lhe dizia: "ESTA CRIANÇA DEVE SER SUA". Por testemunho das próprias pessoas, que sempre reconheceram os "padres" de Montezuma, o Seminário está convertido em escândalo para Las Vegas e para os povoados vizinhos ao mesmo Seminário.

Nos edifícios, há capelas com reserva do Santíssimo Sacramento. Ali "celebram Missa". Os "jesuítas" sacerdotes NÃO usam paramentos. Em

camisa, em camiseta esporte, com a presença de mulheres, “consagram” BOLACHAS SALGADAS comuns. Dois companheiros nossos comungaram (?) com essas bolachas. Às vezes, “celebram a Missa” nos próprios dormitórios, sentados nas camas. Ouvimos zombarias da liturgia... “que anda uma porcaria”.

Na fogueira da terça-feira, 16 de maio de 1972, vimos a curta distância verdadeiros romances entre alunos e *pochitas* (mexicanas de gente humilde, nascidas nos Estados Unidos). Ali estava o reitor e os “superiores”, vendo tudo. Os próprios “jesuítas” tomavam parte nas brincadeiras com as moças. Um casal se aventurou a dançar uma polca. A moça era uma gordinha, branca... O senhor... era um senhor alto, peludo, com costeletas volumosas, com camisa colorida, com um lenço colorido no pescoço, calças boca-de-sino, sapatos de duas cores. “ERA UM SACERDOTE JESUÍTA”. Depois, estávamos o contemplando em grandes poses com a gordinha, a um metro e meio.

Os “jesuítas” já não vestem batina; vestem-se, em sua maioria, sem paletó. Só para esperar o Arcebispo de Santa Fé, vimos o reitor e os “padres” com terno preto e gravata. Não se distinguem dos “formandos”. Anda um “jesuíta” com barbas, com seu medalhão hippie, suéter esporte. A outro, os alunos o chamam de “o hippie”. Há um dos “formadores” que trata seus “formandos” a “puros palavrões”, com pura linguagem de carroceiro... e os alunos o tratam da mesma forma...

V.as reflitam. Nós concordamos em INFORMAR: a Delegação Apostólica do México, a Presidência do Episcopado Mexicano, os Bispos que têm seminaristas com estes “jesuítas”, os pais de família desses seminaristas e todos os Montezumenses. Isto é: far-se-á um Memorando como mera informação. Será o primeiro ato de nossa parte. Cumpro, conforme o encargo que me deram, passar a V.as estes dados. Fica à disposição de V.as esta informação, para que ativamente proponham seu parecer sobre a situação do Montezuma que aqui “continua” e os meios pertinentes para modificar o que V.as vejam que há de ser modificado. De V.as afmo. s.s. P. Rafael Chávez Calderón. – Las Fuentes 17, México (22), D.F. – Tel.: 5-73-29-38.

Dentro de pouco tempo, poderei anunciar-lhes o lugar e a data da II Reunião de nosso Grupo. Atte."

Que comentários merece esse documento "confidencial", escrito por um sacerdote de espírito, que pode ser testemunhado por 80 sacerdotes mexicanos? O que pensar desses "educadores", desses "falsos jesuítas", a quem as dioceses da República Mexicana haviam entregue seus melhores alunos para que recebessem a prestigiada "formação" da antiga Companhia de Jesus? Ignoram, porventura, nossos prelados, ignora Roma essa degeneração, esse maiúsculo escândalo, esse asqueroso truque que os "jesuítas da nova onda" estão fazendo com os futuros sacerdotes de nosso país? Mais interessa ao Vaticano e à nossa hierarquia, segundo parece, "a mudança de estruturas", a "revolução social", a "revolução cultural", do que a formação transcendental dos futuros salvadores de almas!!!

Este documento é dilacerante; é sintomático, gravemente sintomático. Parece uma descrição apocalíptica; uma página dantesca, onde a dessacralização chega a seus lógicos e espantosos resultados. Carne e luxúria, em vez de espírito e de sólida piedade! Mundo corrompido, em vez do plácido oásis que, até muito pouco tempo atrás, eram nossos seminários conciliares! O que diz o Pe. Provincial Dom Enrique Martín del Campo? O que opina Sua Eminência Reverendíssima? O que fazem nossos prelados pós-conciliares, que fazem velórios fúnebres para exaltar Benito Juárez, a quem há um século condenaram com a maior energia e as censuras mais enérgicas? É esta a nova primavera, o novo Pentecostes, que nos haviam predito? Não! Mil vezes, NÃO! Não podemos calar; não podemos nos tornar cúmplices desses criminosos com nosso silêncio.

O "complô" é completo, certeiro, teleguiado, para assegurar, tanto quanto humanamente seja possível, o desaparecimento do clero, a eliminação dos cada dia mais escassos operários da Vinha do Senhor. Se esses infelizes jovens, que foram ao Seminário com uma generosa e resoluta vocação, pudessem, seguramente voltariam atrás em seus passos, já que para eles tudo está em perigo: fé, moral, religião, inclusive seu próprio porvir temporal e eterno. Os bispos calarão, seguindo o exemplo de Sua Eminência Dom Darío, quando se tratou do "imprimatur" ao livro

de Porfirio Miranda y de la Parra ou quando ocorreu a sacrílega profanação da Insigne e Nacional Basílica da Rainha e Mãe dos mexicanos, Santa Maria de Guadalupe. Se for necessário, o padre provincial negará os fatos ou tratará de explicá-los com astúcia jesuítica; mas são muitas as testemunhas. O documento é um "EU ACUSO" terrível contra esses perversos corruptores que hoje governam o Seminário de Montezuma, em seu agônico período de existência.

CAPÍTULO 7

AS MUDANÇAS NO SEMINÁRIO DO MÉXICO E O QUE PENSA SEU NOVO REITOR

Em uma reunião com seus sacerdotes, Sua Eminência Miguel Darío Cardeal Miranda y Gómez ficou abrumado diante das denúncias que vários de seus sacerdotes lhe fizeram acerca da situação verdadeiramente repugnante de seu antigo e, em outros tempos, glorioso Seminário Conciliar, agora Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos. Diante daquelas denúncias, S.E. viu-se na penosa necessidade de fazer algumas mudanças, das quais a mais radical foi a do Reitor, novo no ofício, mas não nas ideias. Do jornal "EL UNIVERSAL", de 25 de novembro de 1972, tomamos os juízos emitidos pelo novo Reitor, Carlos Rangel Nava, e pelo Prefeito Geral de Estudos, Salvador Castro Pallares, em entrevista coletiva à qual convocaram por motivo da celebração do 275º aniversário da fundação do Seminário da Arquidiocese do México:

"O povo do México", disseram as autoridades máximas do Seminário, "está desesperado com as injustiças que diariamente observa. Sua situação é grave e explosiva e, como consequência de sua falta de conscientização, necessária para conhecer os problemas, qualquer surto de agitação, chame-se como se chame, o arrasta, pois não tem outra saída. O sacerdote que a Igreja Mexicana requer", disseram, "é aquele que coadjuve a dar a conhecer ao povo seus direitos e obrigações, para que saiba exigir e ser responsável por sua atuação como cidadão. Já passaram os dias em que se tinha a ideia de que recorrer ao sacerdote era para receber a glória celestial. Agora, o mexicano, conjuntamente com o sacerdote, deve trabalhar por erradicar a injustiça e apagar o contraste da 'pobreza humana e da riqueza desumana'..."

"A Igreja no México está mudando já a mentalidade do povo católico, para que compreenda a magnitude dos problemas que há que resolver... A injustiça no México", manifestaram, "adverte-se em todas as ordens, seja econômica, política, cultural, etc. No México, a Igreja luta por um catolicismo mais consciente..."

"Antigamente", disseram, "o sacerdote se enclausurava praticamente para realizar seus estudos do sacerdócio. Tudo isso foi desaparecendo pouco a pouco, já que se considerou contraproducente para o cabal exercício do ministério..."

"Em outra parte da entrevista, manifestaram que se faz necessário que a Igreja adote uma nova reforma, a fim de que se compenetre mais da situação, não só de nosso país, mas do mundo..."

Aqui temos as luminosas ideias que, hoje por hoje, e graças a seus peritos dirigentes, estão formando os sacerdotes tipo "século XXI", para resolver os problemas socioeconômicos e sociopolíticos do México e do mundo inteiro. Os resultados, já os vimos no que antes fielmente expusemos. Não querem mais o sacerdote santo, mas o sacerdote violência, mudança, demagogia; o sacerdote engano, que prega pobreza e busca a abundância em automóveis "último modelo", que frequentam os centros noturnos, que, para tornar mais sua missão transformadora, buscam na vida do mundo a dessacralização completa de seu ministério. Mas estas ideias não são desses pobres clérigos que traíram seu ministério; essas ideias vêm da hierarquia; vêm das altas esferas; das consignas que vêm de ROMA, via S.J., e que fidelissimamente executam os prelados mexicanos.

Pedis-me uma prova? Pois vou vo-la dar, e muito eloquente. No jornal "EL SOL DE MÉXICO", sábado, 2 de dezembro de 1972, lemos:

"SEMINÁRIOS ABERTOS AO SERVIÇO SOCIAL QUE O PAÍS NECESSITA: MONS. QUINTERO ARCE. – Mons. Carlos Quintero Arce, bispo de Hermosillo e presidente da Comissão Episcopal de Educação e Cultura, manifestou que 'os seminários do México se abriram a esse sentido de serviço que reclamam os problemas sociais de hoje; o novo

urbanismo, as cidades perdidas, etc., o que implica uma teologia da realidade, pois a novas situações, novas soluções.'"

"Declarou em conferência de imprensa que a abertura começou muito antes de 1965 – até houve aí uma greve – e, na atualidade, alcança as 66 instituições desta índole que funcionam no país. Apoiaram-no em sua afirmação o Pe. Benjamín Bravo, reitor do Seminário de Missões Estrangeiras, e o Pe. Carlos Rangel, reitor do Seminário Conciliar do México."

"Os três disseram que os seminaristas pedem para conviver com os setores pobres, para dar testemunho da fé cristã e identificar-se com os problemas das classes menos favorecidas. Mas, além de satisfazer seus pedidos, as autoridades dos Seminários incluem agora em seus programas educacionais atividades e práticas que antes estavam proibidas. A dura prova que supõe para os futuros sacerdotes e missionários arrostar os perigos morais e materiais de sair ao encontro da realidade é passada com êxito pelos rapazes, afirmaram os três declarantes. E foram um pouco mais longe para assegurar que a Igreja se fortaleceu com o ecumenismo. Tratando-se dos seminários, a sólida formação intelectual que recebem impede que se contaminem – porque conhecem o marxismo a fundo – e não sucumbem diante dos sofismas. Essa formação e a maturidade que adquirem no contato com os problemas humanos os tornam capazes de levar Cristo ao Homem e de contribuir para uma pátria mais livre, mais formosa, mais feliz."

"O bispo de Hermosillo indicou que 'a Igreja é história e vive segundo as épocas e que as mudanças se devem às mudanças de cultura' e acrescentou: 'agora existe uma compreensão maior da Doutrina Social da Igreja'. Declarou que as conclusões a que chegou a Conferência Episcopal são as seguintes:

1º Nasceu a união entre os bispos e os formadores do Seminário. 2º Juntos fizeram uma estimação positiva de nossa juventude. 3º O necessário não é redigir documentos, mas assumir atitudes. Não se vão lançar indicações, mas se vai trabalhar para que o seminarista se forme

no e para o mundo. 4º Unir os seminários. Ressurgiram os seminários regionais e são uma solução melhor. Na república há 58 seminários, dos quais 30 são maiores, e são regionais o do México, que dá serviço a 35 institutos religiosos, 19 congregações e 21 dioceses, e o de Tula, anteriormente em Montezuma...”

“Abundam sacerdotes em Aguascalientes e Zacatecas e escasseiam no norte. Mas considera-se que os diáconos casados e a participação dos leigos em algumas tarefas antes reservadas ao sacerdote aliviará um tanto essa escassez. Os senhores bispos e arcebispos, em sua reunião, indicou Mons. Quintero Arce, encontraram que a juventude atual é sincera e não há nela rechaço a Cristo, mas desconhecimento. 200 grupos de jovens buscam espontaneamente a orientação religiosa, humana, aberta, ‘sem beatice’.”

Se não tivéssemos diante de nós o jornal, não teríamos acreditado que Sua Excelência Reverendíssima Dom Carlos Quintero Arce fosse de tão escassas luzes e dissesse coisas tão “fantasmagóricas”. Que ideias tão absurdas, tão descabidas tem o Prelado sobre o que é um seminário! É, em boas palavras, a ideia da “nova religião”, da “nova economia do Evangelho”, à qual logicamente hão de se ajustar os futuros clérigos, “abertos ao serviço”, isto é, “fechados ao serviço de Deus e da salvação das almas”. Porque há esta correlação entre os dois serviços: se nos damos ao serviço do mundo, nos fechamos ao serviço de Deus; e vice-versa, se nos damos ao serviço de Deus, temos que nos fechar ao serviço do mundo.

Essa “teologia da realidade”, da qual nos fala o bispo, espero que não seja a teologia da revolução, a teologia da violência, a teologia dos centros noturnos, a teologia dos prostíbulos. Sua Excelência assim parece que nos dá a entender, quando nos diz que “houve por aí uma greve, em 1965”, em algum seminário: o que é um indício confortante, porque é promissor. Agora, há greves de oração, greves de Exercícios Espirituais, greves de exame de consciência, greves de vida enclausurada. Os jovens seminaristas devem viver no mundo, conhecer o mundo, experimentar o mundo e gozar o mundo. Que coisa mais lisonjeira que as “posadas” com

bailes que hoje estilizam os seminários para se prepararem para celebrar devidamente o nascimento do Salvador. Não é verdade, Eminência?

Há uma frase de marcado sabor pelagiano na "teologia" de sua Excelência Dom Carlos Quintero y Arce: "A sólida formação intelectual que recebem (a qual já conhecemos) impede que se contaminem". Dom Carlos, isto é tanto como dizer que os sólidos (?) conhecimentos intelectuais suprem com sobras os auxílios da divina graça; e isto é pelagianismo; é racionalismo; é materialismo; é o que V.S. quiser, mas NÃO É A TEOLOGIA CATÓLICA.

Outra expressão do ultraprogressista bispo de Sonora. "A Igreja é história" e "vive segundo as épocas", disse Dom Carlos Quintero y Arce. Eis aqui a Igreja evolutiva, a Igreja instável, a Igreja dialética. "Agora existe uma compreensão maior da doutrina social da Igreja". Assim deve ser, penso eu, sobretudo se compararmos a maneira humilde, pobre, simples do Exmo. Sr. Arcebispo Dom Juan Navarrete, o predecessor de Dom Carlos, com a vida faustosa do atual prelado. É esta a compreensão de que fala Sua Excelência? Antigamente, nos seminários, formavam-se os jovens no serviço divino e para a santificação própria e das almas. Hoje, não, diz Dom Carlos; hoje o seminarista se forma "no e para o mundo". Sua Excelência adiantou-se, pelo visto, aos tempos modernos, porque sabe viver muito bem no e para o mundo. Deve ter tido uma orientação religiosa "humana, aberta, sem beatice".

7.1. OUTRO DISCURSO DE OUTRO PRELADO MEXICANO DA "NOVA ONDA"

Vou me permitir copiar aqui, como um parêntese, as palavras que outro bispo mexicano da "nova onda" pronunciou recentemente em Salina Cruz, cujos dados tomo do jornal "EXCELSIOR", de 12 de julho de 1972:

"O bispo de Tehuantepec, Arturo Lona Reyes, manifestou hoje que admira Benito Juárez, porque 'foi um estadista de visão; porque teve consciência de que a pessoa humana deve ser digna de respeito, e porque

deu a oportunidade ao homem de seu tempo para se realizar'. Ademais, o prelado, que aboliu o tratamento de 'Excelentíssimo Sr. Bispo' pelo de 'padre bispo', acrescentou: 'Neste sentido, quantos Juárez nos fazem falta para que nos estejam falando com os fatos. Insisto, é uma obsessão minha, de que cada indivíduo necessita da oportunidade de se realizar como pessoa humana, para que assim, como mexicanos, possamos oferecer o orgulho de uma pátria mais limpa, mais honrada, com ânsias inesgotáveis de superação; e, neste sentido, todos os organismos internacionais veriam no México um retrato dos que sabem se respeitar mutuamente, querer-se, ajudar-se, para realizar o papel de cada um, dentro de sua vocação humana, à qual está chamado'. O Pe. Lona Reyes, que há apenas um ano assumiu o bispado da diocese de Tehuantepec, manifestou, desde o princípio, sua admiração pelo benemérito das Américas.

O bispo, para comemorar o centenário do falecimento do patrício, organizou um ato de homenagem no pátio e nos salões do ex-convento de Santo Domingo: houve uma velada cultural, concursos pictóricos, de fotografias, de artesanato e, ao final, o próprio prelado e vários homens de letras exaltaram a figura de Benito Juárez. O bispo, de 47 anos, disse, por outra parte, que 'este mundo já está à deriva e muita culpa disso nós, os cristãos, a temos, porque somos cristãos aburguesados; somos cristãos instalados; não vibramos com o pobre. Mentira! Lembramo-nos do pobre que passa pela calçada e lhe estendemos uma esmola que o humilha, que não o levanta, mas, pelo contrário, o esmaga mais. Sou da opinião mais fiel de que, quando alguém te pede de comer, não lhe dês um peixe, ensina-lhe a pescar".

Perguntou-se-lhe se as diferenças que existem entre a Igreja tradicionalista e a reformista estribam em que o sacerdote moderno deve ser de maior ativismo, de mais aproximação entre sua paróquia. Disse: 'a primeira condição que vejo para ser eficaz deve ser a 'encarnação'. E, por encarnação, entendo ser um igual aos demais; tratar de adentrar-se em sua cultura, vibrar com essa gente, sentir com elas. Portanto, ir a suas alegrias, ir a suas tristezas, aceitar seus valores em todos os seus aspectos. Na realidade, a Igreja, que se qualificou em dois bandos, a de vanguarda, a do 'aggiornamento' de que falava o Concílio, pôr-se em dia,

a Igreja de visão, deve ser bem entendida, porque é preciso fincar-se no essencial e tratar de viver de acordo com as exigências do homem de hoje'. E acrescentou: 'Saber o que o povo quer, quais são suas esperanças, onde estão suas esperanças, onde estão seus fracassos, para estar com eles e, desde dentro, sem lhes importar nada, ajudá-los a se superarem. Eu sou dos que pensam: que minhas obras falem por mim, porque as palavras o vento as leva'."

Perdoe-me o bispo de Tehuantepec que, com franqueza evangélica, lhe diga a impressão que deixou em minha consciência católica, em minha consciência de mexicano, esse demagógico discurso, essa comemoração da morte de Dom Benito, feita em um ex-convento confiscado por ele. Um bispo, desvalorizado à categoria de Padre Bispo, diz "muitos Juárez", isto é, muitos promulgadores das Leis de Reforma, dos supressores e espoliadores dos conventos, do laicismo fechado, dos das transações com os Americanos por meio das lojas maçônicas. Não pretendo expressar meu pensamento – porque não é este o lugar apropriado, e que, por outra parte, é o pensamento católico do México de cem anos – sobre a pessoa e os feitos de Dom Benito Juárez, o benemérito das Américas. Não é este meu tema, nem são estas as circunstâncias para estudar essa figura de nossa história. Juárez é um mito de nossa história, e não é esta a hora para aprofundar divisões que já foram superadas com o tempo. O que choca, o que irrita extraordinariamente, é que um bispo católico venha a se converter agora, com entreguismo servil e rasteiro, no "trovador", no "panegirista" de Benito Juárez, esquecendo-se, desconhecendo toda a literatura eclesial que da Santa Sé e do Episcopado Mexicano brotou então, como um legítimo protesto, diante do despojo dos bens da Igreja, que eram o patrimônio dos pobres. Juárez tentou destruir a própria personalidade moral da instituição de Cristo, que nos havia feito um povo unido e nos havia incorporado à civilização cristã do Ocidente.

O discurso do Sr. "padre bispo" é de uma pieguice intolerável, que, estou seguro, há de desgostar até mesmo os membros das lojas maçônicas do México. Se sua ex-excelência é dos que quer mais obras que palavras, que se dedique a dar doutrina a seus paroquianos, em vez de andar organizando saraus para luzir sua oratória de rancho; que dedique seus

escassos recursos econômicos a evangelizar, a educar esses indígenas que, depois de 150 anos de laicismo, de perseguição e de lutas estéreis, seguem em sua mesma, se não pior, ignorância, com seus mesmos vícios, com sua mesma indolência ancestral. "Padre bispo", mais que veladas fúnebres, mais que discursos demagógicos, mais que querer tomar as rédeas do governo civil, dedique-se Vossa Mercê a uma vida humilde, de oração e de trabalho próprio de seu ministério.

7.2. SACERDOTES PARA O POVO

Reproduzimos agora o texto de uma carta dirigida ao Diretor Geral do jornal "EXCELSIOR" por um grupo de sacerdotes mexicanos, que decidiram se manifestar em reação aos pronunciamentos recentes de dois bispos (o de Ciudad Juárez e o de Chihuahua) e um setor da COMPANHIA DE JESUS:

"Senhor Diretor: Uma das responsabilidades proféticas da Igreja é denunciar as injustiças. Deve ser a voz dos silenciados. Reconhecemos que os meios pelos quais alguns sacerdotes da Igreja Mexicana denunciaram, nos últimos meses, a injustiça social reinante, não foram de todo eficazes, porque chegaram principalmente aos estratos superiores da sociedade. Tais declarações provocaram uma cadeia de reações, posturas, definições, contradeclarações, que deixaram alguma confusão. Muitos pressentem algo novo na Igreja; outros não podem crer na autenticidade e no desinteresse de posições tão firmes contra a situação social de injustiça no México.

Uma centena de sacerdotes e pastores mexicanos nos sentimos urgidos a definir publicamente nossa postura e decidimos configurar o movimento 'Sacerdotes para o povo'. Nosso propósito é fazer eficazmente presente a Igreja, mistério de salvação libertadora para todo homem, especialmente para o pobre e o oprimido, nas lutas pela construção de uma sociedade nova. Necessitamos nos unir, nós que buscamos uma Igreja cujos membros sejam capazes de dar a vida pelo próximo; queremos uma Igreja,

comunidade de homens comprometidos na transformação da sociedade. Os cristãos devemos nos decidir a passar do egoísmo à solidariedade, da atitude competitiva à colaboração, da sociedade de classes à luta pela justiça. Alguns nos acusarão de dividir a Igreja; esta divisão já existe, não a provocamos, a constatamos. Outros nos acusarão de clero político; respondemos que não buscamos os interesses da instituição eclesial, mas os interesses do povo; não nossa participação no poder, mas a do povo.

Como crentes em Cristo Jesus e proclamadores do Evangelho, nos opomos radicalmente ao capitalismo, porque:

1. *Assegura o poder estratégico da classe dominante através da economia organizada em função do lucro, do proveito, do interesse individual e do monopólio das riquezas.*
2. *Considera o trabalho como uma mercadoria; é subordinação escravizadora do indivíduo, que está obrigado pelo sistema a vender sua força de trabalho. A apropriação privada dos bens de produção que defende, divide fatalmente a sociedade em opressores e oprimidos. Constitui-se assim o mecanismo implacável de dominação do homem pelo homem.*
3. *A maioria da população vive em uma pobreza crescente, porque não há possibilidade de distribuição equitativa da renda. Os preços não se baseiam nos custos de produção, mas na maximização dos benefícios.*
4. *A nível internacional, origina a dependência imperialista que sofrem os países subdesenvolvidos, cada vez mais invadidos por empresas 'multinacionais'.*

De acordo com a 'POPULORUM PROGRESSIO', repudiamos como oposta ao Evangelho a ideologia que vem gerando o capitalismo, fundada no individualismo, no egoísmo de classe, na intocável propriedade privada dos bens que produzem riquezas, apoiando-se em expressões como defesa da democracia, liberdade, ordem, legalidade.

Entendemos por povo as classes exploradas e marginalizadas do gozo dos bens sociais: os camponeses e os indígenas, os operários

industriais e de serviços, os empregados do comércio, os desempregados e subempregados que povoam as cidades de miséria. Há, ademais, pessoas que, embora não pertençam estritamente ao povo, desde diversas posições sociais se comprometem com ele em sua luta. Ficam fora do povo seus exploradores, os que mantêm as estruturas econômicas, sociais e políticas que dão como resultado a exploração generalizada do povo e sua alienação.

Afirmamos a intenção de ser servidores do Evangelho para o povo, identificando-nos totalmente com suas aspirações mais humanas. Por isso não pretendemos falar em nome do povo; nos solidarizamos com ele em sua luta libertadora rumo à construção de uma nova comunidade humana. Desejamos compartilhar e aportar nossos esforços de conversão em Cristo para superar o egoísmo interior, que falseia toda mudança social.

As análises da realidade sociopolítica convidam a prever, como base da nova sociedade, a criação de um novo tipo de sociedade e de produção, sem exploração nem acumulação injusta. Por isso, nos parece imprescindível e urgente a constituição de uma consciência coletiva que se oponha ao individualismo da ideologia liberal e que leve o próprio povo à dinâmica da autodeterminação e autogestão, por meio da participação nas decisões do poder.

Nossa opção nasce da exigência evangélica e das bem-aventuranças que nos dão uma insaciável 'fome e sede de justiça'.

Decididos a viver com o povo e a atuar com ele, queremos falar com ações, mais que com palavras, e lutar em plena solidariedade com os oprimidos em suas ações libertadoras.

Tendo em conta a realidade de nossa Igreja no México, que, em muitos casos, atrasa a ação promotora do povo, no tratamento preferencial das pessoas, na educação classista, em uma pregação frequentemente alienadora, queremos provocar a partir de nós mesmos as mudanças necessárias no ambiente eclesial.

Viver exclusivamente do Culto e dos sacramentos nos coloca em uma situação privilegiada e faz com que sejamos um fardo para o povo. Na sociedade de hoje, todo homem deve viver de seu trabalho. Por isso, nos comprometemos a promover os estudos e realizar as ações necessárias para suprimir o sistema de pagamento pelos serviços religiosos.

Confessamos, explícita e publicamente, nossa fé em Cristo Jesus, único Salvador e Libertador dos homens, e nossa fé na renovação da Igreja. Vivemos na esperança da realização desta sociedade nova, com aberta disposição de fazer realidade o preceito do amor: ninguém ama mais seu próximo do que aquele que dá sua vida por ele. Assinaturas...”

O argumento que em nosso livro anterior apresentei aos leitores sobre o influxo comprometedor e claramente revolucionário do célebre Congresso Eucarístico internacional, no qual se falou não de “Eucaristia”, mas de mudança de estruturas, de revolução e de violência; as provas que então dei da tendência agitadora da Conferência do CELAM em Medellín, encontram-se aqui condensadas, em uma repercussão, neste documento tendencioso, falso, subversivo e enganador. Os bispos Almeida, Talamás, Méndez Arceo e o já demissionário Rovalo, com os jesuítas que inspiraram e muito provavelmente redigiram este documento – não são juízos temerários, porque os conheço bem e conheço seus caminhos – quiseram tocar a rebate não o sino da liberdade, mas o da escravidão, o da revolução sangrenta que, derrubando nossas instituições nacionais, nosso regime constitucional, e provocando a inconformidade, o engano, a luta armada, abrissem as portas do Palácio do Governo às milícias comunistas, integradas por bispos agogô e por padres traidores à sua vocação sobrenatural, que encabeçam as turbas atiçadas pela demagogia clerical. Quererão estes corifeus ser uns novos Hidalgos ou Morelos? Não; o que querem é a liderança da subversão, ainda que, para isto, seja necessário trair sua vocação, trair a Igreja e fazer aliança com os piores inimigos de Cristo.

A Igreja, dizem estes demagogos, deve ser, em sua missão profética, a voz dos silenciosos, porque estão silenciados; o povo cala, porque a repressão brutal do regime impede que, a gritos, os agitadores

profissionais, os pseudo-estudantes, os assalariados do comunismo internacional se lancem às ruas para semear o pânico, a destruição, o incêndio, a pilhagem, em nome de um povo que não está de acordo e que, apesar de tanta demagogia, prefere o trabalho construtivo, o pão honrado que se ganha com o suor, e não a destruição que paralisa o ritmo do progresso verdadeiro, no qual as fontes de produção se multiplicam, fazendo com que assim os bens materiais se distribuam com maior abundância.

O maior perigo desta labor subversiva dos padres e dos bispos está na influência que o caráter sagrado, que o povo está acostumado a ver sempre nos sacerdotes e nos bispos, se queira agora utilizar em uma empresa utópica, criminosa e necessariamente sangrenta. Se, pela violência, querem estes pseudo-redentores estabelecer essa igualdade utópica, irrealizável; essa luta de classes, que tenham ao menos a coragem de tirar os hábitos, como "Camilo Torres", para morrer, como ele, nas guerrilhas. E que, na hora em que a justiça exigir as responsabilidades, não se escondam em suas sacristias, depois de terem derramado, com suas pregações, o sangue inocente que clama vingança ao céu contra eles.

A configuração desse seu inovador e pós-conciliar movimento "Sacerdotes para o Povo" é o disfarce covarde que oculta uma traição ao ministério sagrado, ao serviço de Deus, a nossos deveres fundamentais com a Igreja, e esconde também as ambições políticas, os compromissos feitos secretamente pelas altas hierarquias, que deram a funesta guinada para a esquerda comunista. A Igreja não quer sacerdotes classistas, porque Cristo não instituiu este sacerdócio, que é negação, ataque e destruição da obra redentora, instituída pelo Divino Salvador.

E é, ademais, como já o disse muitas vezes, uma infame traição às verdadeiras vítimas do comunismo internacional, que veem seus antigos pastores de braços dados com seus inimigos e abraçando, como eles, as metralhadoras, as bombas incendiárias, em nome de um Cristo revolucionário, em nome de uma Igreja comunista. Dizem ou escrevem que é necessário unir-se, aqueles que buscam uma Igreja que seja "uma comunidade de homens comprometidos na transformação da sociedade".

“Comprometidos”: essa é a palavra, a que implica a perfeita identificação, não com a doutrina do Evangelho eterno, mas com o marxismo, com o maoísmo, que vos espera de braços abertos para colaborar com eles na dominação do mundo. Por isso, necessitais vos unir, vós que fingistes uma contra-Igreja, cujos membros sejam capazes de dar a vida, não pelo próximo (que pouco vos importa), mas pelo triunfo rápido da revolução.

Alegra-me, pelo menos, a confissão que fazeis nesta vossa proclamação demagógica: a divisão da Igreja “já existe”, não é invenção nossa; nós também a constatamos, como eles dizem. Mas jogamos toda a responsabilidade sobre esses inimigos emboscados, vestidos de batina, que são os únicos e verdadeiros responsáveis pela tragédia mundial que estamos sofrendo, a paixão dolorosa do CRISTO MÍSTICO. E se esses maus sacerdotes e bispos, que malamente se chamam “proclamadores do Evangelho”, tratam de atacar a economia organizada para estabelecer a “economia de um estatismo cruel, que escraviza e destrói a liberdade, ao negar a base da liberdade, que é a legítima propriedade privada”, nós, não por interesses mesquinhos, nem com hipócrita e interessada demagogia, saberemos defender os direitos inalienáveis que a lei natural, reflexo da lei eterna, deu ao homem e que levamos escrita em nossa consciência e em nosso coração. Nós continuaremos proclamando a legítima apropriação privada dos bens de produção, embora reconhecendo, ao mesmo tempo, a função social do capital e os legítimos direitos dos trabalhadores, segundo os ditames dessa lei natural, proclamada também pelo Magistério autêntico da Igreja. A verdadeira possibilidade de uma equitativa distribuição da renda não está em fechar as fontes de produção, mas em multiplicá-las. Quanto aos problemas internacionais, a solução deve ser buscada pela autoridade suprema dos países, tendo também em conta que é uma utopia manifesta ambicionar ter o mesmo que outros países mais ricos, mais prósperos, mais desenvolvidos podem ter. A Providência não nos fez iguais; e a demagogia dos homens não pode eliminar essas desigualdades humanas.

Todo este documento que comentamos está definitivamente modelado pela famosa encíclica com a qual Paulo VI quis “especificar” sua política mais humana que eclesiástica e evangélica. NÃO têm nenhum

direito esses padres, ainda que sejam jesuítas e ainda que ocupem postos de comando; não têm – digo – nenhum direito para atacar a "intocável propriedade privada" dos bens que produzem riquezas. Não é a Igreja de sempre, mas a pós-conciliar, a montiniana, a que se esconde com os nomes demagógicos de "defesa da democracia, liberdade, ordem, legalidade"; não só querem suprimir as leis que mantêm a ordem, salvaguardam a legítima liberdade em seu exercício e promovem o bem comum, mas mudar essas leis, não por outras melhores, mas por grilhões de escravidão para todos, menos para aqueles que são os amos e senhores.

Para os redatores deste provocativo escrito, os ricos, os que têm algo próprio, são todos uns criminosos que hão de ser exterminados – este é o compromisso de que falavam; enquanto os que vivem de seu trabalho são todos vítimas da exploração, marginalizados, que vivem amamentando suas invejas, seus rancores, sua sede de vingança. Esse documento não só é totalmente negativo, provocador e pernicioso, terrivelmente pernicioso, mas, sobretudo – e isto é o que mais irrita – é uma falsa comiseração, uma mentirosa sede de justiça, que está buscando o acomodo antecipado nas fileiras, que eles consideram triunfantes, do Comunismo.

CAPÍTULO 8

POR QUE SE CASAM OS SACERDOTES?

Já que nos metemos em temas tão escabrosos, cuja responsabilidade, indiscutivelmente, recai não só sobre os infelizes clérigos que deixam o altar para gozar, como já disse em outra ocasião, dos deleites mórbidos e sacrílegos do tálamo, mas também, e de modo principal, nos hierarcas e no próprio pontífice, que, com sua liberalidade, facilitou a tal ponto o matrimônio dos sacerdotes, que agora não há problema para que os padres e as freiras, em uma metamorfose instantânea, pendurem os hábitos para aparecerem depois como esposos ordinários, que se beijam, que se abraçam e que dormem juntos, sem se preocuparem em nada com os votos que já foram abolidos (ao menos para eles), nem com seu sacerdócio, que em nada se opõe a que agora fiquem reduzidos ao estado secular. Como se o poder papal pudesse apagar o caráter sagrado daquele que foi ungido por Deus e para sempre: *"Tu es sacerdos in aeternum"*, tu és, nos disseram no dia de nossa ordenação, sacerdote eternamente no céu ou no inferno. Que o sacerdote, como humano, caia no pecado, não tem nada de estranho; o grave, o incrível, é que se legalize sua queda, para que, oficialmente, publicamente, o sacerdote viva como qualquer leigo, não só sem ofensa, mas com a bênção de Deus. Isto é incrível, inaudito; e, enquanto não se remediar este escândalo, continuarão as deserções de padres, frades e freiras, despovoando os claustros e deixando as paróquias sem sacerdotes.

Há um caso recente e doloroso, que é público em todo o país, já que o Monsenhor, o pároco de uma população importante da diocese de Zacatecas, quis torná-lo público em folhetos muito bem impressos, que fez circular por toda parte, com um comentário aprovador e encomiástico do Sr. Bispo Rovalo Azcue. Merece ser conhecido, pelo que ensina:

“O PORQUÊ DO FOLHETO

1. Uma pessoa, que eu aprecio muitíssimo por sua sensatez, cordura e decisão para enfrentar a vida, ao conhecer o que vais ler neste folheto, deu-me este parecer: ‘Explica tudo isso aos fiéis! Que o homem da rua saiba os problemas do sacerdote e sua solução correta, ainda que por ignorância ou por malícia se chegue a juízos errôneos ou torpes. Se não procederes assim, sucederá o que é frequente constatar: dá-se a notícia com critério sensacionalista e mórbido; todo o mundo se desorienta; sobretudo, a gente simples fica desconcertada e sem saber o que pensar.’
2. ‘Por que não nos orientam falando-nos claro e discutindo em público esses problemas? Vivemos tempos novos e estamos acostumados a ver que se ventilam publicamente até os assuntos mais delicados, em outro tempo intocáveis. Nos Estados Unidos, por exemplo, é quase ilimitado o direito de receber informação. Ali tens sobre a mesa tudo o do Vietnã, sem reserva alguma, mesmo que lhes arda o rosto e redunde em desprestígio dos Estados Unidos. E isso precisamente é o que faz este povo reagir com objetividade contra a política exterior do governo.’
3. Por outra parte, este é um eficaz caminho para chegar a uma autêntica opinião pública, à qual se oferecem canais normais para se expressar com plena liberdade. Se tal coisa nos parece aceitável e vantajosa, perguntamo-nos então: Por que a Igreja tem ainda o secretismo, que tanto dano lhe está fazendo? Por que não discutem publicamente esses temas tão candentes?
4. ‘Por que não fazê-lo assim neste teu caso, que terá tanta repercussão? Se não se conhece todo o problema, seu alcance, sua história, etc., nós, os cristãos, não reportaremos grandes bens; se não se conhece tudo isso, sucederá o que até agora: conturbação entre os bons, ‘escândalo’ entre os maus e nada de bom para o povo fiel.’
5. ‘Olha, eu compreendi tudo depois de ter lido tua despedida, a carta aos Srs. Bispos e a missiva aos sacerdotes de Zacatecas, que se completam e fazem um todo harmônico. Duvido que não se

convença de tua verdade quem ler isso desapaixonadamente e refletir com serenidade acerca das ideias que ali expões.'

6. Eu não subscrevo todas as aplicações que de seu escrito ele fez sobre os Estados Unidos ao longo de nossa conversa; mas sim estou convencido de que essa exigência de estar informados com sincera veracidade é um 'sinal dos tempos': todos o pedimos como um verdadeiro direito, e isso vai derrubando barreiras e, pouco a pouco, vai abrindo caminho a ideia de vê-lo reconhecido por todos os governos do mundo.
7. Reconhecimento deste direito foi o estrondoso triunfo que a Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos outorgou ao New York Times contra o Pentágono e o Presidente Nixon, no juízo movido por estes contra aquele, ao determinar que o jornal tinha a obrigação de informar ao público e que, por isso mesmo, podia publicar a documentação secreta sobre o Vietnã.
8. E eu digo: exigimos isso dos governos de todo o mundo; a própria Hierarquia o exige, e com razões muito poderosas. Por que, pois, tratando-se da Igreja, tudo se torna secreto e não se pratica o que se exige dos governos civis?
9. No Concílio, começou-se a falar com uma liberdade que então maravilhou os convidados de outras religiões. A autocrítica foi impiedosa e sincera. E trouxe um grande bem à Igreja. Desgraçadamente, houve tropeços que frearam essa abertura; mas há sinais inequívocos e inesperados de que a semente germinou. Para mim, tem este valor a técnica seguida na Espanha, ao se celebrarem Conferências Diocesanas e depois uma Nacional para preparar a participação no Terceiro Sínodo de Bispos. Nessas Conferências, falou-se com liberdade e se informou com amplitude.
10. Ora bem, precisamente porque estou convencido de que todos, católicos e não católicos, têm verdadeiro direito a ser informados; e porque sei que a verdade nos fará livres e fará muito e grandíssimo bem, dou à publicidade a documentação que lerás neste pobre e simples folheto.
11. Com toda verdade, dou o testemunho de que procedo assim estando seguro de que é adversa a respeito a opinião de meu senhor

bispo. Quem sabe a reverência e o carinho que lhe professo calculará até onde chega esta convicção íntima, que me obrigou a causar-lhe essa funda pena.

12. Nestas páginas, verás todo o alcance que tem, a meu leal saber e entender, o matrimônio dos sacerdotes, tema que foi tratado desde pontos de vista errados e de um modo tal que desorienta e perturba a consciência dos bons. Nunca, que eu saiba, se enfocou para o positivo e luminoso, antes bem se torceu, por uma ou outra razão, o ângulo verdadeiro que tem, e nem de longe se tratou a transcendental revelação que estourou durante o Vaticano II, quando o Pe. Congar lançou estas ideias como sugestões.
13. Diz-se que o imortal Pontífice (Pio XII), ao receber a petição de vários sacerdotes que alegavam o de São Paulo: 'É melhor que o homem se case e não se queime', escreveu com grandíssima indignação, ao pé daquele documento: *'Urantur'* (Que se queimem!).
14. Não creio que a anedota seja histórica em um homem tão equilibrado; mas sim serviu para levar por esse leito o problema do celibato sacerdotal, a dispensa, simples tábua de salvação para quem não pôde observar o voto.
15. Este humilde folhetinho quer orientar os bons, a gente simples de nosso povo, que desgraçadamente ignora a verdade e é a que mais se desconcerta com este aspecto negativo, falso de toda falsidade, até nauseabundo, com que se apresentou até hoje o matrimônio dos sacerdotes. Se com meus grandes sofrimentos se lograr sequer que se plantee o problema como é devido, os darei por muito bem empregados. Ponho meu testemunho nas mãos da Virgemzinha, para que Ela tire todo o bem que tão ardente e sinceramente desejo."

Eis aqui um prólogo verdadeiramente revelador, que diante da consciência católica e sacerdotal nos está dizendo a desorientação profunda e perniciosa que a chamada liberdade de testemunho, inaugurada no Vaticano II, causou nos sacerdotes e nos fiéis. A queda de um sacerdote – fato humano e infelizmente possível – na Igreja de Deus sempre se

guardou com reserva, não por hipocrisia, nem por encobrimento, mas pela obrigação que existe, em consciência, em primeiro lugar de evitar todo o dano, até onde seja possível, do mal que, nos fiéis e até nos próprios sacerdotes, pode causar esse fato que, por mais doloroso que seja, não deixa de ter uma malícia e uma gravidade incalculáveis; e, em segundo lugar, para não contribuir com a difamação para aumentar a desgraça do infeliz sacerdote que se resolveu a romper definitivamente com seus mais sagrados compromissos com Deus e com la Igreja.

Essa abertura do Concílio, da qual fala o Mons. ou, melhor dizendo, o ex-monsenhor, porque ser monsenhor é um título honorífico que não imprime caráter, como o sacerdócio; essa abertura, digo, de falar e comentar e exagerar e deformar as coisas mais delicadas, que não só a prudência, mas a própria consciência obrigam a guardar em segredo, não é nenhum progresso; antes, é uma das características mais inquietantes do Concílio Pastoral de João XXIII e Paulo VI. O servir-se dos meios de comunicação, o querer pôr amplificadores para levar ao último rincão do mundo não a verdade evangélica, não a mensagem de Cristo, mas as ideologias revolucionárias e inconformistas daqueles que se sentem capazes de emendar a plana ao próprio Cristo e aos ensinamentos seculares do Magistério, não é um progresso, não é uma orientação, mas um escândalo, no rigoroso sentido que esta palavra tem na moral católica e na própria moral da lei natural.

O mais escandaloso do passo dado por Antonio Quintanar, ao decidir casar-se com uma ex-freira e ao fazer essa participação a seus paroquianos, a toda a sua diocese e a todo o país é, sem dúvida, um verdadeiro "sinal dos tempos" agitados e turbulentos, empenhados em fazer uma nova "REFORMA" na Igreja de Deus. Assim pensou Lutero; assim pensaram todos os heresiarcas, todos os cismáticos e todos os reformadores. O que impressiona, a ponto de nos fazer tremer, é a circular secreta do Bispo Rovalo Azcue, na qual comove nossa consciência católica, ao louvar a sinceridade, ao nos dar sua implícita aprovação do documento do Pároco de Tlaltenango; na qual anuncia seu próximo casamento de "aggiornamento", de "apostolado e pastoral moderna". O ex-bispo de Zacatecas dá todo o seu respaldo moral a este sacerdote infiel, a quem

apresenta quase como um santo, como um homem de uma grande maturidade e espiritualidade!

Embora interessante, por sua análise sintomática, não vou reproduzir todo o documento, mas selecionarei as partes principais, para nos darmos conta da apologia que este clérigo faz da própria infidelidade a seu sacerdócio, como uma nova forma do apostolado e da pastoral dos tempos futuros. Antonio Quintanar se nos apresenta como um visionário que se adianta a seu tempo e que antecipa o sacerdócio do amanhã.

8.1. CARTA DE ANTONIO QUINTANAR AOS SEUS ANTIGOS PAROQUIANOS

"Vocês, meus queridos tlaltenanguitos, são como a alma de minha própria alma, pelo carinho que nos uniu durante quase meio século: eu fui para vocês a forja, o amigo, o papai e a mamãe; amo-os com todo o vulcão de amor que é meu coração, e vocês me querem como só Deus sabe. Assim que para vocês são estas confidências em momentos decisivos para mim, porque vocês têm o direito de conhecer todo o esforço que tive que fazer para tomar a transcendental decisão que estou prestes a realizar. Isto formou, a princípio, uma espantosa tortura íntima e hoje, em plena calma, é para mim um caminho doloroso, mas cheio de paz.

Eu sei que muitos, não vocês que me conheceram a fundo, julgarão como tragédia o que eu chamaria de epopeia, não fosse demasiada vaidade. Julgo-o assim pelo ideal que a isso me moveu e porque tive de vencer obstáculos enormes para tomá-la; eu sopesei todas as dificuldades com que tropeçaria ao começar, depois dos sessenta anos, uma vida que se começa normalmente passados os vinte anos. E sei que irei sem a bagagem necessária para empreender esse caminho: venci, entre outros, o fantasma da pobreza e das dificuldades de uma vida para a qual não estou preparado.

Só meu Pai Deus pode compreender o que me fez sofrer o medo, quase pavor, do 'escândalo'. As manifestações de respeito, veneração e

carinho para comigo foram extraordinárias por parte de vocês. Pois bem, tremi apavorado só de pensar: 'Tudo isto se converterá em desprezo e todos vão se sentir decepcionados comigo. Vão dizer: Como íamos imaginar semelhante coisa no padre Quintanar?' E era tão viva em mim a imaginação destas e de outras ideias torturantes, que eu tremia e sofria até o indizível. Sobretudo, passavam diante de mim os rostos de muitíssimos de vocês, a quem devo favores especiais e para quem guardo um carinho imenso... Como sofri só de pensar que me separaria deles para sempre! Mas o que mais me doía era ver que se sentiriam desiludidos, talvez até enganados por mim, já que talvez me julgassem um hipócrita. A única coisa que me ajudou nesses pavorosos momentos foi isto: ofereci à Virgemzinha esse meu Calvário para que se apresse o momento em que a Igreja de Deus retorne aos primeiros anos e tenha sacerdotes tanto casados como celibatários.

Rogo ao céu que oriente a todos vocês para que alcancem a compreender tudo de bom que há nesta minha resolução. Eu lhes asseguro, diante de Deus que nos há de julgar, que para mim teria sido mais fácil continuar exercendo como até agora, se eu me tivesse guiado unicamente por esse enorme medo, esse pavor diante do espectro do 'escândalo'.

Acreditem, não senti raiva de vocês por pensarem e agirem assim; parece-me até o mais natural que vocês unam o celibato ao sacerdócio. Dezesseis séculos de educação nesse sentido imprimiram uma marca indelével no Povo de Deus.

Foi aquela eleição tão plena de alegria (a do meu sacerdócio), que ainda a recordo com efusões de gozo que ainda perduram. Que saborosas recordações me arranca 'o passo adiante' que dei ao receber o subdiaconado, 'com o qual fazia meu voto de castidade', como tantas vezes lhes expliquei! E dou graças à Moreninha (a Virgem de Guadalupe) porque Ela me ajudou a cumprir fidelissimamente aquele voto que fiz com toda a resolução da alma.

Meu Pai Deus sabe que não minto. E eu julgo, diante do Senhor que me há de julgar, que jamais violei esse voto sacratíssimo e grande acima

de toda ponderação. Ainda mais: desde menino guardei a castidade. Nem sequer me atrevo a destacar o especial da graça recebida do Senhor por mediação da Virgemzinha, em minha infância e juventude, para não desvirtuar no mínimo a obra de meu bom Pai Deus.

Vocês sabem como me entreguei, em corpo e alma, a servi-los em tudo o que podia. A maior e melhor parte de minha vida fica entre vocês. E devo agradecer-lhes que, assim como eu me entreguei como seu pai, seu pastor e seu amigo, assim vocês me deram as grandes consolações de minha vida sacerdotal como filhos bons e submissos, ardentes colaboradores e grandes amigos. Eu penso, e aqui quero me dirigir especialmente aos homens casados, que muito influiu nessa absoluta entrega de vocês o saberem quão respeitoso eu era com suas esposas e suas filhas.

Por isso, quero agora dizê-lo diante de meu Pai Deus e diante dos homens, que nunca os defraudei nisso. Não é, pois, a questão sexual o que me moveu, e estou seguro de que, se, tomada esta decisão, eu quisesse continuar vivendo em celibato, poderia fazê-lo, com a graça de Deus, nas mesmas condições que até hoje.

Nosso Senhor Jesus Cristo trouxe à terra o celibato como um grande carisma, que sua Igreja sempre terá; mas não o impôs a seus Apóstolos. Ainda mais, escolheu-os casados em sua imensa maioria e, como primeiro Papa, a São Pedro, de quem expressamente diz o Evangelho que era casado. São Paulo diz que ‘não tem preceito do Senhor acerca da Virgindade’; mas a aconselha como o melhor meio de se entregar totalmente ao apostolado e pede que, tratando-se de um bispo, caso seja casado, o seja uma só vez. Assim que, a princípio, não se exigiu, nem para os bispos, o viver como celibatários.

Pouco a pouco, foi-se impondo na prática o conselho de São Paulo e, na Igreja Ocidental, tornou-se lei há 16 séculos; com o rigor de hoje, há 800 anos. Sempre houve dispensas; mas não se lhes dava a publicidade que hoje se costuma dar, já que certas publicações fazem fonte de

escândalo o matrimônio dos sacerdotes e o apresentam como se se tratasse de perversão sacerdotal; alguns tratam o fato com mofa cruel e insensata.

O cinema trata com insistência o tema e, embora tenha começado a fazê-lo desaconselhadamente, começa já a orientar-se – ao menos em parte – pelos legítimos caminhos. A mesma coisa acontece com o jornalismo: publicações tão sérias como 'INFORMAÇÕES CATÓLICAS INTERNACIONAIS' tocam o tema com notável maturidade e, aqui no México, o jornalismo mais sensato e sério faz o mesmo.

O grande moralista alemão, Padre Bernard Häring, mestre no Alfonsiano, que é a única faculdade de Roma que confere o Doutorado em moral, diz: 'É urgentíssimo, por exemplo, ordenar sacerdotes casados na América Latina... Tomem o problema do celibato, do qual todo o mundo fala. O cardeal Marty fez bem em falar dele no contexto da missão do sacerdote, porque não é um problema isolado... A LEI DO CELIBATO É A QUE PODE DESAPARECER, SEGUNDO AS SITUAÇÕES LOCAIS, QUANDO O CELIBATO IMPOSTO COMO LEI CONTRADIZ O TESTEMUNHO PARA O REINO, COMO SUCEDE NA AMÉRICA LATINA. ENTÃO A LEI É MÁ E DEVE SER MUDADA'.

Mons. Parrilla Bonilla, jesuíta, Bispo Titular de Ucres, em Porto Rico, declarou: 'O celibato não é um dogma, nem uma regra universal na Igreja... trata-se de uma disciplina que pode mudar e que NUMEROSOS SACERDOTES CREEM, EM CONSCIÊNCIA, QUE DEVE SER MUDADA EM TODO O MUNDO... DO PONTO DE VISTA PASTORAL, HÁ NUMEROSAS RAZÕES EM FAVOR DE UM CLERO CASADO EM CERTAS CIRCUNSTÂNCIAS'. (I.C.I. Nº 348, pág. 32, nov. 1969).

Pelo que acabo de lhes dizer, verão que o celibato é uma lei da Igreja, não de Nosso Senhor Jesus Cristo. É como a lei que tínhamos antes para comungar: estar em jejum desde a meia-noite. Assim como a Igreja já mudou essa lei e agora podemos comungar uma hora depois de ter comido, a mesma coisa pode acontecer com o celibato: que haja sacerdotes celibatários e casados.

Pois bem, assim como agora já ‘ninguém se sente mal’ por comungar depois de uma hora de ter comido, chegará o dia em que veremos ‘sacerdotes celibatários e casados com a mesma naturalidade com que os viram os fiéis dos primeiros quatro séculos do cristianismo’. E, quando a Santa Mãe Igreja puser nos altares um sacerdote casado, estará todo o mundo em plena tranquilidade e rirão então do ‘escândalo’ que hoje nos produz este fato.

Vocês, como camponeses que são em sua imensa maioria, compreendem como Santo Isidoro Lavrador e sua esposa Santa Maria de la Cabeza foram grandes santos e, por isso mesmo, estão nos altares. E eram casados. Entenderão, pois, que se um lavrador, sendo casado, pôde ascender aos altares, por que não o poderá um sacerdote?

Talvez alguém diga: ‘É que aquele que quer passar do celibato ao matrimônio pôs a mão no arado e voltou atrás’, como diz Nosso Senhor Jesus Cristo. Isso seria pensar conforme um conceito de vocação já superado. Segundo as correntes atuais, uma mudança de rumo é natural e poderá haver sacerdotes que, já desde sua ordenação, determinem que se consagrarão ao ministério por algum tempo: vinte anos, quinze, etc.

Da mesma maneira, nada há que se oponha a que, no diálogo constante do sacerdote com Deus, este lhe peça uma realização tal que, de acordo com as exigências dos tempos, haja uma nova entrega para o serviço do próximo, dentro do matrimônio, a qual bem poderia ser mais árdua e exigir maiores sacrifícios, como me acontece a mim agora.

Mas devo lhes dizer a verdade completa, porque é pior dizer uma meia-verdade do que lançar um erro. Como se costuma dizer: ‘Quem quiser saber o que é uma meia-verdade, que comece o Credo por Pôncio Pilatos’. Com efeito, resultaria que Pôncio Pilatos foi crucificado, morto e sepultado... Por isto devo lhes dizer minha verdade toda inteira, completíssima. Se não fosse por isto que lhes vou dizer, não teria tido forças para enfrentar este problema tão transcendental, nem teria podido afrontar o pavor do escândalo de que falei antes.

A razão fundamental que me impulsionou é meu amor à Igreja: eu estou plenamente convencido de que os sacerdotes casados serão parte da solução para os gravíssimos problemas que um mundo superindustrializado apresentará à Igreja e que, se casos como este meu se multiplicassem, precipitariam o momento de uma mudança na estrutura, forjada há dezesseis séculos, isto é, decidirá a Santa Mãe Igreja a ter as duas classes de sacerdócio.

Mas eu não seria plenamente sincero se não lhes dissesse que em minha determinação influenciaram dois elementos: um humano, muito pessoal, e outro, o bem da Igreja, do qual falei antes. O elemento humano a que quero me referir é o de que a felicidade que gozei no exercício de meu sacerdócio poderei continuar a desfrutá-la plenamente no matrimônio. Sem este elemento, o de ser feliz, não teria iniciado meu caminho por esta determinação; mas, ao mesmo tempo, não o teria podido prosseguir se não visse nela algo que beneficiará a Igreja. Mas que fique bem claro que este elemento, o bem da Igreja, foi o que definitivamente me impulsionou a tomar esta determinação, custe o que puder me custar.

Quando o Lic. Adolfo López Mateos foi a Tlaltenango em sua viagem como candidato à presidência, pronunciei um discurso no qual expressava minha convicção de que era tolice que nós, mexicanos, andássemos divididos por questões políticas do século passado. Eu lhe disse: 'Quando o senhor já não escutar o alegre repicar de nossos sinos, lembre-se de que deixa aqui um povo onde não há esquerdas nem direitas, mas mexicanos que, unidos, lutam pelo progresso de sua pátria'... – Muito bem!, exclamou ele, com lágrimas nos olhos!

Desatou-se então contra mim o escândalo mais duro. Fui chamado de Lutero, Calvino, traidor, etc. Meu bispo escreveu-me cartas sumamente enérgicas, condenando-me. Mas chegou João, o Bom, que convocou à união todos os homens de boa vontade, recebendo os chefes comunistas, etc. E eu bendizia a Deus, que aceitasse meu escândalo de outrora e minhas penas, que foram tão acerbas, para o triunfo do bem e de sua Igreja. Queira Ele conceder-me agora uma coisa parecida: que aceite meus

martírios pelo escândalo de hoje, e dê à sua Igreja muito em breve o duplo sacerdócio, que será parte de seu triunfo.

Alguém dirá com sarcasmo: ‘E para isso era necessário que o padre Quintanar se casasse?’ Tratemos de ver isto com serenidade. Quem está convencido da necessidade deste duplo sacerdócio precisa estar resolvido a enfrentar as maiorias com fatos, carregando assim as consequências dolorosíssimas de sua convicção. E quando se está seguro de que Deus o quer, a graça do Senhor ajudará a superar todas as dificuldades. Um grande teólogo me disse: ‘A Igreja mudará; mas se se repetirem casos como o seu, mudará mais depressa’. Outro eminente psicólogo e dirigente de pastoral me disse: ‘O seu é uma verdadeira vocação... rara, estranha e até extraordinária... o dedo de Deus está ali... seus próprios detratores de hoje dirão algum dia: adiantou-se a seu tempo’.

Eu pensei: Quando se publicar minha decisão, alguns dirão: ‘Dele era de quem menos esperávamos semelhante barbaridade’. Mas chegará a calma e a verdade se imporá, como sempre.

Caminhante, não há caminho: o caminho se faz ao andar. Este cantar de tão profundo sentido heroico é uma dura realidade para os pioneiros desta revolução. Deixamos tudo para empreender um caminho que se faz ao andar, um verdadeiro Calvário por causa da incompreensão, do desprezo... e até da compaixão! dos nossos. Ao andar este novo caminho, nossas pegadas deixarão rastros de sangue, que, unido ao do Verbo Encarnado, farão uma senda de luz; porque assim foi sempre: quem quer romper moldes deve crucificar-se... Também Jesus fez seu caminho ao andar.

Todos vocês sabem que sempre vivi pobre: tudo destinava à Paróquia ou ao Colégio. Meus companheiros se deram perfeita conta de que eu vivi sempre à base do que vocês me davam, porque o arrecadado não alcançava para solver os gastos da Paróquia. Tudo dedicava aos gastos da Paróquia ou do Colégio. Hoje, pois, deverei enfrentar a vida com muita confiança na Providência; pois as economias que me propus fazer nos últimos meses são exíguas. Mas isso não me amedronta: estou disposto a

tudo, com a graça de Deus, porque penso que sigo o destino que o espírito (sic) me traçou.

Sempre se tratou este assunto como mais uma defecção. Os de critério mais amplo o julgam uma retificação. Pois bem, eu estou palpando uma coisa mais alta, estou a saboreando nestes momentos: a continuação de minhas relações filiais com Deus, pois tudo o que no momento presente consagro a planejar e preparar meu matrimônio de nenhuma maneira me afastou da união com Deus. Em comprovação, faço-lhes esta confidência. Todos vocês sabem o carinho que sempre tive à Santíssima Virgem. Pois bem, desde há tempos Ela tem me levado como que pela mão a um íntimo gozo do Mistério Pascal: enche-me a alma ver como o Verbo de Deus se fez homem e me faz membro seu. E precisamente por isso sou eu verdadeiro filho da Virgemzinha. E sinto profundamente o amor do Verbo ao Divino Pai e a nós, os homens.

Quando celebrava a Santa Missa, muitas vezes não podia continuar senão em meio a dulcíssimas lágrimas, por causa do gozo espiritual que experimentava ao palpar o Mistério do Amor na Eucaristia... Minha resolução de contrair o santo matrimônio não me tira nada disto, antes, a convicção íntima de que Ele me chamava a uma vocação rara, extraordinária e cheia de martírios, ao mesmo tempo que se manifestava soberanamente humano comigo, me fazia explodir em gratidão ao Senhor a cada momento.

Opino, por isso mesmo, que se algum dia a Santa Mãe Igreja deixar de pôr o celibato como necessariamente unido ao sacerdócio, os sacerdotes casados poderão ser tão santos ou mais que os que observam o celibato, já que a santidade, em último termo, não é prerrogativa de um grupo determinado ou de um gênero de vida, mas depende da correspondência à graça de Deus.”

O padre Antonio Quintanar apoia sua nova ideologia, sua vocação evolutiva, não só nos "conselhos" que recebeu de homens eminentes, como seu venerado Prelado, o ex-bispo de Zacatecas, Rovalo Azcue, que, por sua extraordinária ciência e experiência, teve que renunciar, deixar seu bispado, talvez não apenas para retificar sua ciência teológica e suas inexperiências no governo da diocese, mas também para publicá-las na leitura conscienciosa de "publicações sérias", como "INFORMAÇÕES CATÓLICAS INTERNACIONAIS", o "aparato" informativo montado pela juderia internacional como uma trincheira de vanguarda, que pulveriza, durante estes tempos de "evolução eclesial", a Igreja Católica, lançando por terra e desacreditando todas as legítimas defesas da Igreja tradicional e difundindo, por todo o mundo católico, especialmente o mundo clerical, as ideias mais revolucionárias e anticatólicas que os inimigos emboscados, como franco-atiradores, lançam constantemente contra toda a doutrina imutável da Sagrada Escritura, da Tradição e do Magistério autêntico e infalível da Igreja de vinte séculos. Não nos espanta, pois, ler seus desvarios teológicos, ascéticos, morais e disciplinares de que está infestado o escrito de Antonio Quintanar, com o qual quer justificar sua traição ao sacerdócio e suas bodas outonais, já que ele é um monsenhor bastante velho para andar brincando com coisas tão sagradas.

O Pe. Quintanar ia se casar com uma freira, a Superiora do Colégio; era obrigado que, nesta carta, justificação de seu extravio, dissesse algo de suas relações com as freiras:

"Todos vocês me são testemunhas do afeto sincero com que tratei as Madrezinhas. Por que pude fazê-lo assim? Penso que se deveu a que, se com a mulher em geral fui respeitoso, com elas o fui de uma maneira especialíssima. Quero que o saibam agora as tlaltenanguenses que estão no convento. Continuarei a querê-las como anjos, como irmãs segundo a carne, como filhas prediletas. Saibam que sigo na fé de tudo o que lhes pregava: tenho em altíssima estima sua virgindade, carisma sublime que o Verbo Encarnado trouxe à terra e que o povo de Deus sempre terá.

Isso mesmo sinto por meus 'meninos' do Colégio, que são sacerdotes ou missionários, assim como os que se preparam no seminário:

serão para mim algo sacratíssimo. Quero dizer-lhes algo que, nestes momentos, me brota do mais íntimo da alma: Nunca – mas nunca! – traiam o Senhor com uma vida dupla!; sejam sempre dignos ministros de Deus pela castidade. Minha experiência, tanto pessoal como alheia, convenceu-me de que a observância do voto não somente é possível, mas chega a ser relativamente fácil, se se observam as regras que marca a ascética cristã.

A princípio, falo do tremendo que foi a luta; mas creiam-me que o que digo não é senão uma pálida imagem do quão renhida foi a batalha que tive de travar: de verdade que experimentei angústias de morte; mas as superei, graças a Deus, porque de fato vi a moção do Espírito. Desde o momento em que me convenci disso, uma paz muito funda me ficou no fundo da alma, embora as mais horrendas tempestades me açoitassem com o espectro do escândalo, etc. Sei que muitos rirão ao ler o anterior; mas já digo minha verdade com pleníssima sinceridade…

Só Deus e sua bendita Mãe sabem como me arranco do meio de vocês com as dilacerações de uma alma feita em pedaços, porque meu carinho por todos vocês é sem medida. E sei que jamais nos voltaremos a ver; mas, se algum dia nos encontrarmos, os receberei com o carinho de sempre e com minha fronte muito erguida, porque não fiz nada indigno, mas segui com muito autêntica lealdade o chamado de meu Pai Deus. Reconheço-lhes o direito de julgar com plena liberdade os raciocínios que expus: aceitem-nos; rejeitem-nos; reconheço-lhes, repito, esse direito. Mas a ninguém – nem a vocês, meus ‘tlaltenanguitos’, nem aos que não me trataram – concedo o direito de me qualificar como mentiroso; não a vocês, porque os longos anos que passei a seu lado foram – graças à Virgemzinha que assim mo alcançou de Deus – um constante testemunho de meu proceder abertamente leal; não aos que não me conhecem, precisamente por isso, porque não me conhecem. Com pleno direito, pois, posso exigir que se respeite minha verdade, ainda que dela se discorde.

Talvez tenham notado que nos últimos meses que estive entre vocês, eu dava a bênção da Missa recalcando as últimas palavras, que já não estão no ritual: ‘A bênção de Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo,

desça sobre vocês E PERMANEÇA PARA SEMPRE'. Como eu sabia que ia deixar de exercer o sagrado ministério, ao dizer essas palavras, quis expressar um desejo imenso de que minhas últimas bênçãos os alcançassem PARA SEMPRE. Minha despedida, pois, os deixa repletos de bênçãos por minhas mãos sacerdotais e com a intenção de que alcancem os filhos de seus filhos, até a terceira e quarta geração... e para sempre!

Pe. Antonio Quintanar"

O que pensar, depois de ter lido essa carta pastoral de um sacerdote, pároco, monsenhor, que, por uma nova, rara e sacrílega vocação, deixa o altar, tira os hábitos e se une, jubiloso, extaticamente, em núpcias pós-conciliares, com uma ex-freira, a quem ele, em seu caráter de confessor e pároco, teve que tratar frequentemente e insinuar-se prudentemente, para lhe fazer sentir o fado do "espírito" (assim, com minúscula), o mesmo espírito maligno que inspira a Sérgio VII suas inovadoras e contínuas reformas, em Cuernavaca e na Igreja universal? O padre Quintanar – continua sendo padre, apesar de ter pendurado os hábitos – passou um doloroso calvário antes de se decidir a seguir essa nova vocação, cujo fim, assim o diz ele mesmo, é fazer triunfar na Igreja a ideia luminosa do celibato opcional, que estabeleça canonicamente o duplo sacerdócio, que tanto urge: o sacerdócio de casados, que será o de primeira classe, porque é o mais humano, o mais adaptado às exigências do mundo moderno; e o sacerdócio de segunda, o dos anormais, que, aspirando ao altar, não queiram beijos, nem queiram associar a seu ministério as ternuras de uma mulher, quase sacerdotisa, que compartilhe o ministério de tratar bem a seu apostólico marido, levando-lhe a fofoca da paróquia.

Tirando-lhe toda a aparência de espiritualidade de povo ignorante com que encobre seu desígnio o monsenhor de Tlaltenango, sua carta sentimental não tem corpo de doutrina, carece de verdade, é um novo agravante a sua defecção, que quer fazer prosélitos e que será, sem dúvida, ocasião de escândalo não só para os sacerdotes jovens, já doutrinados nos seminários pós-conciliares, mas para os próprios fiéis que pensem catolicamente e não se deixem enganar por essa nova ideologia, que diz renovar os tempos apostólicos, mas o que pretende é destruir a verdadeira

Igreja. Esta é uma autêntica demolição da Igreja, da qual tanto se lamentava o Papa Montini; este é um desses abismos que estamos cavando, em vez de preenchê-los.

Não pretendo fazer lenha da árvore caída. Conheço Antonio Quintanar de longa data, sei que há outros pontos discutidos ou discutíveis em sua vida, mas estou seguro de que, nesta ocasião, ele foi vítima dos maus conselhos que lhe deram, inclusive alguns bispos. A campanha de Méndez Arceo, o funesto bispo de Cuernavaca, buscando assinaturas de bispos e sacerdotes para justificar suas pretensões do celibato opcional e, de passagem, seus deslizes pessoais, não foi estéril; e o exemplo dos numerosos jesuítas que se casaram também não deixou de produzir seus abundantes frutos. Se os jesuítas o fazem, por algo será!

E desta caótica, vergonhosa e tristíssima situação na Igreja; desta sangria constante de sacerdotes e freiras que abandonam sua verdadeira vocação a partir do Vaticano II, quem tem a maior responsabilidade? Quem são os que discutiram e permitiram discutir tema tão delicado e tão tentador às Conferências Episcopais, aos bispos, aos religiosos, aos párocos e simples sacerdotes? São as hierarquias da Igreja, em uma atitude de tolerância ou de aberta atividade; é Paulo VI, que, depois de sua Encíclica sobre o "Celibato Sacerdotal", na qual parecia que definitivamente fechava a porta da Igreja com sua autoridade suprema ao celibato opcional, continuou facilitando as "dispensas" a esses pobres sacerdotes que, tentados pela concupiscência da carne, se deixaram arrastar pelo inimigo para legalizar suas relações carnais com suas pobres vítimas. É Paulo VI que, no último Sínodo, voltou a permitir que se discutisse este tema candente do celibato eclesiástico. A resposta fina dos Padres Sinodais foi: "Por agora, não; mais adiante, quem sabe?"

Sejamos lógicos: queixam-se da escassez de sacerdotes, por um lado; e, por outro, facilitam, quase convidam os sacerdotes fiéis a que se reduzam ao estado laical. Dada a fragilidade humana; dado o estado de natureza caída que pelo pecado original temos, é fácil supor que, ao passo que vamos, teremos que aceitar o clero casado, com mulher e filhos, ou ficaremos sem sacerdotes. Porque os sacerdotes que não estão de acordo,

os que se queixam, os que escrevem contra estes sacrílegos desacatos, estão expostos a "excomunhões de Sua Eminência" ou dos que seguem os exemplos de sua Eminência e têm um chanceler tão decidido como Reynoso Cervantes.

O "aggiornamento", o "ecumenismo", o "diálogo", todas essas novidades conciliares serviram eficacíssimamente a essa sangria de sacerdotes casados, que cresce de dia em dia. A autodemolição é eficacíssima. E, enquanto isso, o Papa Montini chora; mas estas lágrimas não convencem a Cícero! E, em último termo, a Igreja de Cristo, a verdadeira Igreja fundada pelo Filho de Deus, terminará por se converter em uma de tantas "seitas" protestantes, unida ao Concílio Mundial das Igrejas, como eles gostariam.

8.2. ESTE TRABALHO DESTRUTIVO DO SACERDÓCIO COMEÇA JÁ NOS ORGANISMOS DA JUVENTUDE

Vou reproduzir aqui o questionário de um "curso de humanidade" que nos organismos católicos se tem feito recentemente, cujas perguntas estão dizendo para onde vão os novos educadores:

"O número 2: 'O amor nos liberta'. O sexo, um ídolo? Do egoísmo ao amor. A liberdade nasce do amor – O que penso ou o que sei desse tabu chamado 'sexo'? Para refletir em equipe: Os muitos amores são indício de um verdadeiro amor? O amor se conta por quantidade, como as crianças contam suas bolinhas de gude ou os colecionadores seus selos postais? Quem age desta forma aprende realmente a amar? Por quê? Como você relaciona o fato de que hoje haja no mundo tanta falta de amor, justamente com uma profusão incalculável de namoricos? Neste caso, esse determinado modo de agir de nossa geração é para nós um exemplo? Os que não aprenderam a amar podem nos ensinar a amar? Que dose de amor-próprio, de vaidade, há nestes falsos amores? O amor-próprio e a vaidade são o caminho para encontrar o verdadeiro amor? Qual é o caminho justo para chegar a ele? Que consequências práticas acarretam

estes falsos amores? Estes são os temas do 'diálogo' construtivo entre rapazes e moças. Vem agora o trabalho escrito: Em meu caderno escreverei o resultado destas reflexões:

Que alcance e que desvantagens encontro nesse negócio chamado tráfico de mulheres? O que opino ou qual é minha reação diante daqueles que fazem do corpo um instrumento de compra e venda? Considero que para demonstrar a fortaleza física é necessário utilizar o exibicionismo ou as relações sexuais?...''

Até aqui, como exemplo, a nova pedagogia dos colégios católicos, das organizações juvenis que se dizem católicas, mas que, na realidade, são centros nos quais periga, com a fé, a moral dos jovens de ambos os sexos. E tudo isto, sabem ou devem saber nossos veneráveis prelados; e, como o mal é universal e se estendeu como lepra por todos os países, temos que nos fazer esta pergunta: Por que o Papa, por que as Congregações da Cúria não reprimem essa crescente e sistemática corrupção da juventude? Antigamente, as instruções de Roma neste ponto da assim chamada "Educação Sexual", o parto das parteiras, como a chamou o agora Licenciado Armando Chavez Camacho, em uma Conferência que teve em Puebla de los Angeles, já que a ideia de ministrar essa educação coletiva sobre tema tão delicado havia nascido em um congresso de parteiras, celebrado nesta capital, eram instruções severas e rigorosas, que desaconselhavam tratar em público, e ainda mais com minúcias indevidas, temas tão escabrosos. Podemos esperar que as vocações ao sacerdócio e à vida religiosa se multipliquem, quando nas escolas católicas, nas organizações católicas, se fala hoje com tanta vulgaridade e leviandade de assuntos tão perigosos? Não se pode brincar com fogo; não se pode pôr em perigo o pudor, a decência, a castidade preciosa das crianças e dos jovens.

8.3. A NOVA MISSA, PONTO CENTRAL DA CONTROVÉRSIA ENTRE CATÓLICOS E ACUSAÇÃO PRINCIPAL CONTRA O PAPA MONTINI

Vou transcrever agora a tradução que da Revista "ITINERAIRES" (fev. 1971) fez o R.P. Hervé Le Lay de um livro de Louis Salleron sobre a NOVA MISSA, outro ponto crucial da crise sacerdotal, imposta pelo Papa Montini, apesar dos milhões de queixas que de toda a Igreja chegaram a Roma contra essa destruição fundamental de nossa fé católica:

"Nós não assistimos nem ao ressurgir de uma Missa nova, nem ao final de uma Missa antiquada. Assistimos ao eclipse de uma Missa eterna. Todos se calam e se calam sobre algo que é essencial para todo católico: a saber, a Santa Missa. Idiotizados ou maquiavélicos, falam de qualquer coisa, seja por inconsciência ou conscientemente. A maior mudança que jamais se introduziu na religião católica, seja que se a aprove ou se a desaprove, sobre tal acontecimento extraordinário, Salleron é o primeiro e único que até o presente (na França) escreveu um livro.

Anormalidade máxima

Os que quiseram a nova Missa, os que a fabricaram, os que a impuseram, os que a adotaram – brevemente, todos os que, entusiastas ou resignados, são partidários – por que se calam agora? Estão silenciosos como se considerassem vã toda tentativa de justificação, como se tivessem vergonha.

Dever-se-ia supor que têm uma grande quantidade de razões sólidas e prementes. Para inventar, para impor, para aceitar uma mudança tão formidável, são necessários motivos muito grandes e imperiosos. Por que esses motivos permanecem ocultos? O Papa Paulo VI mencionou alguns, em rápida alusão, em duas breves alocuções; passou completamente em silêncio o motivo "ecumênico", do qual será difícil admitir que não tenha desempenhado um papel muito importante; depois não voltou a falar mais deles, como se a transformação da Missa católica tivesse sido um episódio completamente passageiro e secundário, um pormenor quase anedótico, muito menos importante, em todo caso, que os problemas temporais e mundanos, humanistas e democráticos, aos quais, por outro lado, ele costuma consagrar tantas palavras, gestos, esforços... Esse silêncio do Papa, esse desinteresse aparente, esses visos de distração ou de indiferença

são, por certo, uma anormalidade em alto grau. Paulo VI fala quase todos os dias e toca todos os assuntos, mas nada da reforma da Missa. Se refletirmos, esta atitude anormal do pontífice justifica, pelo menos, nossa inquietude.

Os outros, os produtores e partidários da nova Missa, imitaram o silêncio do Papa. Parece como se a reforma da Missa fosse um assunto demasiado secreto em sua verdadeira natureza, em suas razões profundas, em seus reais motivos, para que seus produtores pudessem aceitar um debate público, por via de argumentação e de respostas às objeções. Esperava-se deles que demonstrassem que a nova Missa de Paulo VI é superior à antiga Missa católica; que eles expusessem, com provas em seu apoio, que a antiga Missa da Igreja era insuficiente, supérflua ou antiquada; que demonstrassem teologicamente que as "novas preces eucarísticas" com todo direito poderiam substituir o Cânon romano. Mas nada; carência total. E não é este motivo suficiente de suspeita?

Os promotores da Missa reformada, se por alguma obscura razão não queriam tomar a iniciativa de um debate público, pelo menos deveriam aceitá-lo e responder às objeções que lhes fossem propostas.

No verão de 1969, o *Courrier de Rome*, por iniciativa e sob a responsabilidade do Pe. Raimundo Dulac, foi o primeiro a refutar a missa reformada.

No ano de 1969, os Cardeais Ottaviani e Bacci apresentaram a Paulo VI o "Breve Exame Crítico", escrito pelos melhores teólogos, canonistas e párocos de Roma.

Pouco depois, a "Declaração" do Pe. Calmel, O.P., breve, densa, definitiva.

Por último, a declaração do M.L.P. Guérard des Lauriers, na qual publicamente reivindica a responsabilidade pessoal de ter sido um dos principais teólogos (sem dúvida, deve-se dizer o principal) que havia trabalhado no "Breve Exame Crítico".

Estas explicações doutrinais, ninguém as refutou. E agora aparece em cena Louis Salleron. Ninguém, como ele, expôs tão claramente a subversão da

Liturgia sob seu duplo aspecto de sua natureza intrínseca e de suas consequências universais.

A verdadeira situação

Louis Salleron, no começo de sua obra (‘A Nova Missa’), recorda qual é a situação legal. O Decreto Romano mais recente sobre a Nova Missa é o de 26 de março de 1970, que figura à frente da nova edição (reformada) do *Missale Romanum*. De tal Decreto resulta, de maneira irrefutável, que, de agora em diante, temos:

1. A Missa tradicional, chamada de São Pio V, que é a Missa normal, em latim.
2. A nova Missa, que está permitido dizer em latim.
3. A nova Missa, que poderá ser dita em língua vulgar tão logo a Conferência Episcopal tenha fixado a data de entrada em vigor, depois que a tradução tenha sido devidamente aprovada pela Santa Sé.

Os católicos de boa vontade terão advertido que, na prática, está se fazendo todo o contrário do que o Decreto diz. Já não se pode dizer que a nova missa está apenas permitida, mas, ao contrário, por um verdadeiro abuso de autoridade, foi imposta, mesmo em data anterior ao Decreto. Abuso de autoridade perpetrado e universalizado pela ‘hierarquia paralela’, estabelecida na Igreja, aprovada tácita ou explicitamente pela Hierarquia legítima.

Em contrapartida, a Missa, legalmente normal, que é a Missa de São Pio V celebrada em latim, está, de fato, quase proibida por uma odiosa tirania.

Poder-se-á dizer, se se quiser, que é agradável, oportuno, moderno que tudo isto aconteça assim. Mas, se se pretende que tudo isto se faz por obediência, falta-se por completo à verdade.

Por certo que é verdadeira desobediência às leis da Igreja que a hierarquia atual, que também está moralmente submetida às mesmas, proíba a Missa católica legal, normal, e imponha como obrigatória uma nova Missa, que somente está permitida pela legislação em vigor.

A força principal do livro de Salleron

A força principal do livro está em sua nitidez absoluta sobre o essencial. O pensamento de Salleron é firme, sem vacilações. A nova missa é má, é detestável, é danosa. É a desintegração da religião católica. 'Em que momento se afasta do culto católico para entrar no 'vudu'? Só Deus o sabe. Mas certamente se está mais perto da magia do que da missa.' (p. 173).

Que o art. 7 (e muitos outros) da 'Institutio Generalis' tenha sido retificado, em nada muda o novo rito. O Breve Exame Crítico apresentado a Paulo VI pelos Cardeais Ottaviani e Bacci não vai apenas contra a *Institutio Generalis*, mas contra o próprio 'Novo Ordo Missae' como tal.

A intenção dos redatores da nova missa está claramente expressa na 'Institutio Generalis', que não é senão a exposição dos motivos do 'Ordo Missae'. Eles queriam fazer uma missa ecumênica, aceitável para os protestantes, e deram da Missa uma definição que coincidia com a da ceia luterana. A definição da Missa foi posteriormente modificada, mas o texto mesmo da Missa permaneceu tal qual.

Diz Salleron: 'Isto não é o *Novus Ordo Missae* que substitui o antigo, isto é uma missa completamente nova, variada até o infinito, que substitui a Missa em um devir sem limites.' E o Pe. Calmel, O.P., acrescenta: 'Na realidade, este *Ordo Missae* não existe, o que existe é uma revolução litúrgica universal e permanente.'

A nova Missa é para uma nova fé

Um verdadeiro debate sobre as reformas da MISSA os obrigaria a declarar suas ocultas intenções, que já de alguma maneira deixaram entrever na *Institutio Generalis*. 'Tudo isso', dir-se-á, 'não impede que a nova missa tenha sido adotada em toda parte...' 'E os fiéis a receberam muito bem'. Responde Salleron: 'Exato, passando por alto certo mal-estar geral que vai crescendo em toda parte – mas nossa observação não concerne à aceitação ou à rejeição da nova Missa, mas se refere ao fato de que a missa é aceita

como uma novidade e que, em consequência, tende a fomentar uma nova fé, que não é a fé tradicional, a fé católica.'

A estatística da aceitação ou rejeição da nova Missa é, sem dúvida, importante para medir as dimensões da catástrofe. A missa nova é a história do novo catecismo, e o novo catecismo é o de outra religião.

Ainda que o mundo inteiro, por qualquer razão, tivesse aceitado a nova missa, isso em nada atenuaria o fato de que essa nova missa está tendenciosamente orientada para uma nova fé que, por ser nova precisamente, já não é a fé católica. Uma fé com avanços 'evolutivos' está em harmonia com uma liturgia evolutiva. A liturgia se tornou evolutiva. Mas, por acaso, já não o era? Não, não o era, porque obedecia à lei do desenvolvimento, não da evolução. Não se trata de uma nuance entre noções afins, trata-se de uma diferença total. Uma criança que se torna homem obedece à lei do desenvolvimento. Um macaco que se transforma em homem (se isso acontecesse) obedeceria às leis da evolução.[2]

O que inspira secretamente a reforma da Missa é uma mudança de religião e de fé: A Missa, desde suas origens até nossos dias, se desenvolveu e, mais ou menos, ficou fixada desde o século V. As mudanças verificadas

---

[2] Parece-me de suma importância insistir nessa ideia luminosa, que vem derrubar o "castelo de cartas" com que os inovadores progressistas quiseram não só defender sua nova religião, mas também suas incessantes 'mudanças', a metamorfose radical que, a todo custo, decidiram impor à Igreja, fundada pelo Filho de Deus há dois mil anos.

Alegam, com efeito, que é preciso combater até exterminá-lo, o imobilismo dogmático, moral, litúrgico e disciplinar de uma Igreja envelhecida, cuja "mensagem" carece de interesse para um mundo dinâmico, que se transforma em constante "evolução".

Há uma confusão em dois princípios básicos: quer-se confundir a ideia de "desenvolvimento", crescimento, com a ideia de "evolução, de mudança"; estas ideias são, entre si, antagônicas, irreconciliavelmente opostas. No desenvolvimento há identidade; na evolução há diversidade.

A Igreja, já o havia dito Cristo em diversas ocasiões de seu Evangelho, progride, cresce, se desenvolve "até chegar *in mensuram aetatis plenitudinem Christi*, até que todos cheguemos à unidade da fé e do (pleno) conhecimento do Filho de Deus, ao estado de varão perfeito, alcançando a estatura própria do Cristo total, para que já não sejamos meninos flutuantes e levados à deriva por todo vento de doutrinas, ao capricho da malícia humana, da astúcia que conduz enganosamente ao erro". (Efésios, IV, 13-14).

A Igreja, no decurso de sua história secular, cresceu, desenvolveu-se, progrediu; mas nunca evoluiu. Se evoluísse, já não seria a Igreja de Cristo, mas sim a Igreja do Papa Montini.

agora são apresentadas por Paulo VI como manifestações de desenvolvimento, mas são, na realidade, tratadas pelos inovadores, com a anuência de Paulo VI, como um fenômeno de evolução, anunciador de novas mudanças. Para terminar, diz Salleron que ele se sente feliz por ter provas de que um certo número de sacerdotes continua a dizer a Missa de São Pio V, o que constitui uma garantia de voltar, cedo ou tarde, à Missa de sempre.

Jean Madiran termina seu editorial: Suponhamos que este ano ou no próximo tivéssemos, de repente, à frente da Igreja, um São Pio V ou um São Pio X, ou, se se quiser, um São Pio XIII, como governaria uma Igreja que sistematicamente se tornou ingovernável devido à EVOLUÇÃO do Vaticano II? A desordem fundamental e universal que se introduziu na Igreja, depois de dez anos, mas cujas raízes remontam muito mais além, não poderá ser anulada de um só golpe ou por um simples decreto.

Será necessária uma autoridade legítima, unida a uma santidade autêntica e apoiadas ambas por alguns milagres de primeira ordem.

Quanto à nova Missa, se de nós dependesse, jamais teríamos permitido que se estabelecesse universalmente o uso exclusivo de uma liturgia vernácula, que contradiz toda a tradição e toda a pedagogia da Igreja, à margem da Constituição Apostólica 'Veterum Sapientia', promulgada por João XXIII, e à margem da constituição conciliar sobre a liturgia, promulgada por Paulo VI. E no dia em que a autoridade legítima na Igreja empreender a restauração da fé, dos sacramentos e da liturgia, nós não hesitaremos em reclamar, o quanto antes, a antiga Missa em latim, obrigatória para o mundo inteiro. Será naturalmente necessário fazer algumas concessões, e não haverá inconveniente em fazê-las no que se refere à parte da Missa chamada ante-Missa ou Missa dos catecúmenos. Mas será necessário restaurar universalmente a integridade daquela parte da Missa que se chama 'missa dos fiéis', com o ofertório e o Cânon Romano integralmente em latim na Igreja Latina.

Bem sabemos que os sacerdotes que na atualidade se atêm firmemente a esse 'mínimo' são perseguidos, desprezados ou, no melhor dos casos, no

máximo tolerados. E saberemos que o dia desejado da restauração da fé começou quando os bispos, ou um bispo, pelo menos, em Roma ou em qualquer outra parte, proclamar em voz alta e oficialmente aquilo mesmo que declara Salleron em seu livro: 'Sentimo-nos felizes ao ver que ainda certo número de sacerdotes continuam a dizer a Missa de São Pio V', ainda que seja na Igreja das Catacumbas."

Em meio às grandes verdades que deixamos consignadas no artigo anterior, a mais importante, a que tem maiores consequências na ordem dogmática, é, sem dúvida, a que afirma – com sobeja razão – que a "nova missa" é para uma nova fé. Esta é a reprovação mais grave que se pode e se deve fazer ao Papa Montini: com suas reformas, com suas dialéticas, com seu incompreensível governo, ele estabeleceu, pelo menos tentou estabelecer, uma NOVA RELIGIÃO, que já não é a religião católica, a única religião fundada por Cristo com o estabelecimento de sua única e verdadeira Igreja, que é UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA.

É Vossa Reverendíssima um sacerdote? Então, tome o Denzinger (coleção de documentos pontifícios ou conciliares que são de fé divina ou fé católica, desde São Pedro até nossos dias); abra qualquer página, desde o princípio até Pio XII; eu o desafio a que, com esta leitura, Vossa Reverendíssima se veria obrigado a confessar, com pena, a patente contradição entre a antiga fé, a de dois mil anos, e a nova religião que nos impuseram os dois últimos Papas e seu Concílio. O Pe. Le Lay nos diz: "Já sublinhei neste boletim como as inovações litúrgicas propostas e insolentemente aplaudidas pelo Congresso Litúrgico modernista de Assis, presidido pelo Cardeal Lercaro, em 1956, foram condenadas e rechaçadas detalhadamente por Sua Santidade o Papa Pio XII, em sua Alocução aos Congressistas, em 22 de setembro de 1956. Todas essas inovações propostas, aplaudidas e depois condenadas então, impuseram-se hoje na Igreja Católica, por um Concílio Pastoral que abriu a porta, e por João B. Montini, que pôs toda a sua autoridade, legítima ou ilegítima, para levar adiante a 'autodemolição' da Igreja."

"Também comparei – diz o Pe. Le Lay – essas inovações da nova missa com as do sínodo jansenista de Pistoia, condenadas pelo Papa Pio

VI, em 28 de agosto de 1794, na Constituição ‘Auctorem Fidei’.” Vou reproduzir mais uma vez algumas proposições condenadas nesse sínodo:

D. 1528. A proposição do sínodo pela qual a participação da vítima é parte essencial ao sacrifício, acrescenta que não condena, no entanto, como ilícitas aquelas missas em que os assistentes não comungam sacramentalmente, em razão de que estes participam, embora menos perfeitamente, da mesma vítima, recebendo-a em espírito, enquanto insinua que falta algo à essência do Sacrifício que se realiza sem assistente algum, ou com assistentes que nem sacramental nem espiritualmente participem da vítima, e como se devessem ser condenadas como ilícitas aquelas missas em que, comungando somente o sacerdote, não assista ninguém que comungue sacramental ou espiritualmente, é falsa, errônea, suspeita de heresia e tem sabor dela.

D. 1529. A doutrina do sínodo, pela parte em que, propondo-se a ensinar a doutrina da fé sobre o rito da consagração, postas de lado as questões escolásticas acerca do modo como Cristo está na Eucaristia, das quais exorta que se abstenham os párocos ao exercerem o cargo de ensinar, e proponham estes dois pontos apenas: 1) que Cristo, depois da Consagração, está verdadeira, real e substancialmente sob as espécies; 2) que cessa então toda a substância do pão e do vinho, restando apenas as espécies; omite inteiramente fazer menção alguma da transubstanciação, isto é, da conversão de toda a substância do pão no Corpo, e de toda a substância do vinho no Sangue, que o Concílio Tridentino definiu como artigo de fé e está contida na solene profissão de fé: enquanto que, por semelhante, imprudente e suspeita omissão, se subtrai o conhecimento tanto de um artigo que pertence à fé, como de uma voz consagrada pela Igreja para defender sua profissão contra as heresias, e tende assim a introduzir o esquecimento dela, como se se tratasse de uma questão meramente escolástica, é perniciosa, derrogatória da exposição da verdade católica acerca do dogma da transubstanciação e favorecedora dos hereges.

D. 1531. A proposição do sínodo que enuncia ser conveniência para a ordem dos divinos ofícios e pelo antigo costume que em cada templo não haja senão um só altar, e que lhe apraz em grande maneira restituir aquele

costume antiquíssimo, é piedosa e, de muitos séculos para cá, vigente e aprovada pela Igreja, particularmente a latina. É temerária, favorecedora da heresia.

D. 1533. A proposição do Sínodo pela qual manifesta desejar que se removam as causas pelas quais, em parte, se introduziu o esquecimento dos princípios que tocam à ordem da liturgia, devolvendo-a a maior simplicidade dos ritos, expondo-a em língua vulgar e pronunciando-a em voz alta – como se a ordem vigente da liturgia, recebida e aprovada pela Igreja, procedesse em parte do esquecimento dos princípios pelos quais ela deve se reger – é temerária, ofensiva aos ouvidos piedosos, injuriosa contra a Igreja e favorecedora das injúrias dos hereges contra ela.

D. 1566. A proposição que afirma que seria contra a prática apostólica e os conselhos de Deus se não se procurassem ao povo modos mais fáceis de unir sua voz à voz de toda a Igreja – entendida como a introdução da língua vulgar nas preces litúrgicas – é falsa, temerária, perturbadora da ordem prescrita para a celebração dos mistérios e facilmente causadora de maiores males."

8.4. UM ARTIGO REVELADOR DA CIVILTÀ CATTOLICA

15 de julho de 1972. – Ano 123. Nº 2930.

Um dos aspectos, talvez dos mais graves, da crise atual da Igreja, é a diminuição, em muitos cristãos, e até mesmo em sacerdotes e religiosos, do amor à Igreja e da confiança na Igreja. Não podemos, certamente, dizer que estes cristãos não amem a Igreja nem tenham confiança na Igreja; mas não amam "esta" Igreja e não têm confiança em "esta" Igreja. Seu amor e sua confiança estão colocados na Igreja ideal, na Igreja de Cristo e do Evangelho, mas não na Igreja histórica, na Igreja de Paulo VI. Esta Igreja os tem desanimados, irritados e desiludidos.

Na realidade, o momento atual é, para muitos cristãos, um momento de desalento, de irritação e de desilusão. Estes sentimentos são comuns, embora diversamente motivados, tanto nos "conservadores" como nos "progressistas", mas não deixam de se difundir, mesmo sob as aparências de auspiciar uma verdadeira e profunda renovação da Igreja, na fidelidade ao desígnio de Cristo e aos "Sinais dos Tempos", lidos e interpretados à luz do Evangelho.

Os "conservadores" estão desalentados, porque lhes parece que na Igreja de hoje tudo está em destruição e que as forças da desagregação são de tal maneira poderosas que toda oposição é vã e não há mais nada a fazer senão retirar-se para a oração e constituir grupos "silenciosos" de "fidelíssimos"; estão irritados, porque lhes parece que os que na Igreja têm maior responsabilidade – o Papa e os bispos – não intervêm com a necessária severidade e dureza, deixando falar livremente até mesmo os teólogos mais exagerados e os críticos mais violentos da Igreja, sem os obrigar a calar com a fulminação das penas canônicas; estão desiludidos, porque os frutos que o Concílio deu não são aqueles que se podiam esperar: pelo "aggiornamento" sobreveio uma "ruína".

Por sua vez, os "progressistas" estão desanimados, porque lhes parece que a Igreja de hoje se mostra totalmente surda aos reclamos da história e da vida, e tão incapaz de responder aos "Sinais dos Tempos", que a causa do cristianismo no mundo está irremediavelmente perdida; e têm a impressão de que "esta" Igreja perdeu definitivamente o progresso da história e que não resta outra coisa a fazer senão construir pacientemente "outra" Igreja, pondo em jogo as "comunidades de base"; estão irritados pelo modo como hoje é governada a Igreja, que lhes parece ambíguo, incerto e até hipócrita, inspirado mais pelo temor do novo e pelo desalento que produziu a derrocada de tantas estruturas do passado, do que pela coragem e pela audácia cristã, a qual conta mais com a potência criadora do Espírito do que com a prudência humana, levada ao compromisso e a nos determos à metade do propósito concebido; estão desiludidos, porque pensam que ao Concílio não se seguiu a "primavera" da Igreja, prometida por João XXIII, mas um longo e pesado "outono", no qual se tenta pôr em naftalina o melhor e o mais novo do Concílio, para voltar às formas de pensamento e

de governo “pré-conciliares”, nas quais as esperanças que haviam nascido com o Concílio caíram, uma após outra, como folhas secas, arrastadas pelo vendaval.

Mas, também naqueles que não estão de acordo com as posições radicais dos progressistas e deploram a carência neles de um autêntico espírito de comunhão eclesial, vão se difundindo o desalento e a desilusão por certas atitudes e tomadas de posição oficiais que, a seu parecer, denotam um negativismo mental, falta de inspiração, temores injustificados do novo, desconfiança para com os experimentos que não são, portanto, uma ruptura total com o passado, e para com as pessoas de provada ortodoxia e de fidelidade à Igreja, mas sensíveis aos desejos de renovação que saem da “base” e, particularmente, dos jovens, desejosos de transmitir às novas gerações o patrimônio da fé sem traições, mas também com uma linguagem e uma forma que eles possam compreender e aceitar.

Neste particular momento histórico, todos os cristãos têm, por isso, necessidade de reencontrar a confiança na Igreja e de se renovarem em seu amor por Ela. Agora perguntamos: isto é possível? Há, na Igreja de hoje, elementos capazes de levantar o ânimo à confiança e à esperança?

Em dois recentes discursos – em 21 de junho, por ocasião do nono aniversário de sua eleição como pontífice, e em 23 de junho, por ocasião das felicitações por seu onomástico da parte dos cardeais da Cúria – Paulo VI, sem se esquecer de recordar os fatos negativos que hoje angustiam a Igreja, produzindo efeitos muito penosos e desgraçadamente perigosos para a Igreja: confusão e sofrimentos das consciências, enfraquecimento religioso, deserções dolorosas no campo da vida consagrada e da fidelidade e indissolubilidade do matrimônio, empobrecimento do ecumenismo, insuficiência das barreiras morais contra as correntes devastadoras do hedonismo, pôs simplesmente à luz o que há de positivo na Igreja de hoje, abrindo assim a esperança às almas.

Antes de tudo, pôs em relevo o fundamento da esperança cristã, que é a presença de Cristo na Igreja, a qual faz com que a Igreja continue “a missão que ele lhe confiou, indicando ao mundo que n’Ele somente se

encontra a paz, a justiça, a remissão dos pecados". "Esta presença de Cristo, segundo sua promessa – disse o Papa –, esta continuidade do testemunho construtivo e veraz da Igreja nos deve dar a esperança e a confiança. Não obstante tudo (tudo de mau mencionado pelo Papa), estamos no bom caminho, porque seguimos a Cristo e encontramos n'Ele a força para continuar na grande luta a fim de dar ao mundo sua mensagem. As forças, às vezes, faltam e os resultados parecem desproporcionados a nossos esforços; mas nem por isto Nos sentimos desalentados." Queremos recordar, a este propósito, o valor teológico – e não puramente sentimental – da confissão feita por Paulo VI, em 21 de junho, quando recordou "uma nota pessoal", escrita por ocasião de sua eleição ao pontificado:

"Ademais, o Senhor Nos chamou a este serviço não porque tenhamos algumas aptidões ou porque sejamos Nós quem governamos ou salvaremos a Igreja em suas presentes dificuldades, mas para que soframos algo pela Igreja, e assim apareça claro que Ele, e não os homens, é quem guia e salva a Igreja."

Por esta confissão, Paulo VI nos oferece duas verdades teológicas: A primeira é que a autoridade na Igreja implica sempre uma participação, mais ou menos grande, mais ou menos dolorosa, na Cruz de Cristo: Aquele que, na Igreja, é chamado a governar, é chamado a sofrer pela Igreja. Por isto Jesus, depois de ter dado a Pedro o poder de apascentar sua grei, predisse-lhe sua morte na cruz: "Em verdade, te digo, tu mesmo te cingias e ias aonde querias. Mas, quando fores velho, estenderás os braços, e outro te cingirá e te levará aonde não queres." (João XXI, 18). Por que se maravilhar, então, de que o Papa mostre, às vezes, sinais de sofrimento? Não conviria melhor respeitar seu "misterioso" destino, sem querer ver, como fazem certos órgãos da imprensa, em seu sofrimento, seu desalento e sua desilusão? Na realidade, não está desanimado, nem desiludido: apenas leva sua pesada cruz e, se, às vezes, como Cristo, ele cai sob seu peso, cabe aos filhos da Igreja ajudá-lo, como Simão Cireneu ajudou a Cristo.

A segunda verdade teológica é que se deve evitar exagerar o lugar dos homens da Igreja, mesmo que seja do próprio Papa, a quem a fé pura reconhece os carismas do Primado e da Infalibilidade: não são os homens

que guiam e salvam a Igreja, mas Cristo. E, como não a salvam, assim não podem destruí-la, nem derrubá-la, ainda que queiram. Isto não significa que a ação do homem seja indiferente para a Igreja, nem para o bem, nem para o mal. Os homens, com efeito, são cooperadores de Cristo e seus instrumentos; mas é claro que não pode ser indiferente para o êxito de uma empresa que o cooperador seja capaz e o instrumento seja inteligente. De fato, a Igreja ressente a ação dos homens: sua inteligência, sua sensibilidade, seu empenho ou, ao contrário, sua torpeza ou escassez mental, sua preguiça deixam suas marcas na Igreja. Mas, sobretudo, deixam sinais inequívocos sua santidade ou seus pecados. Mas estas marcas não são – nem no bem, nem no mal – decisivas para a existência e o florescimento da Igreja e para sua fundamental fidelidade à sua missão. O que para a Igreja é decisivo é a presença de Cristo n'Ela. Por isso, justamente, disse Paulo VI:

"Nem nossa mão fraca e inexperiente tem o timão da barca de Pedro, mas a mão invisível, porém forte e amorosa, do Senhor Jesus." E, por isto, acrescenta depois: "Quiséramos, assim, que também em vós, como em toda a Igreja turbada talvez pela debilidade que a aflige, tivesse prevalecido o sentido evangélico de fé e de confiança, pedido por Cristo aos que O seguem, e não tivésseis medo, nem desconfiança que torna triste a coragem e a alegria do agir cristão."

A presença viva e ativa de Cristo na Igreja, que atua no dom do Espírito Santo, faz com que a Igreja "seja viva", seja "ativa", seja sempre "jovem". É verdade que muitos católicos não se dão conta disto: o velho costume da crítica sistemática e apriorística à Igreja institucional, o complexo de inferioridade e autodemolição que se estendeu no mundo católico e que se empenha em ver todo o mal na Igreja Católica e todo o bem fora d'Ela, não permite a muitos católicos ver o que Paulo VI chama "os sinais de esperança que já podem ser vistos na Igreja". E, sem dúvida, estes sinais são fruto da presença viva de Cristo e da ação de seu Espírito na Igreja de hoje.

“Quantos cristãos – diz Paulo VI – sentem uma intensa necessidade de oração e de união com Deus! Quantas almas generosas buscam um estilo de vida mais evangélico, nutrido na contemplação, vivido no amor fraterno! Quantos sacerdotes, religiosos e religiosas, apóstolos leigos dão seu testemunho ao Senhor com uma abnegação e fidelidade que é, certamente, fruto do Espírito Santo! A preocupação pela justiça no mundo atormenta muitíssimas almas! ESPECIALMENTE ENTRE OS JOVENS, e os impulsiona a se dedicarem corajosa e desinteressadamente à elevação e ao melhoramento dos povos, ao cuidado espiritual e material dos irmãos! Um maior sentido de pobreza, à imitação de Cristo e da Igreja Apostólica, está hoje vivo na consciência eclesial e impele a muitos, como a nossos solícitos missionários, ao heroísmo. Uma abertura maior aos valores positivos do mundo, admiravelmente alentada na Constituição Apostólica ‘Gaudium et Spes’, torna a Igreja de hoje aberta e disposta a todos os setores da vida social, cultural, espiritual da humanidade, que vai buscando a si mesma. A Igreja é perita em humanidade.”

Prossegue o Papa, sublinhando o espetáculo que o Episcopado mundial oferece ao responder sempre melhor às urgentes necessidades do mundo, com o afloramento de novos órgãos de ação pastoral e o florescimento de novas formas de apostolado laical.

“Cresce – observa o Papa em particular – o sentido social e a caridade operante. Efetivamente, é todo um florescimento de iniciativas pela catequese, pela ação social, pelo cuidado dos pobres, pela assistência espiritual aos operários, a irradiação cristã entre os meios de comunicação social; um renovado espírito missionário que une entre si as diversas Igrejas locais, sem esquecer o proeminente sustento das obras missionais pontifícias, um transbordamento de generosidade e de dedicação infiltra sempre maiores grupos do clero e do laicado. Nestas obras, os bispos do mundo inteiro estão na primeira linha e se sentem intimamente unidos à Santa Sé que os sustenta. O Sínodo do outono passado foi uma prova muito conspícua desta mútua colaboração, na solução de urgentes e delicados problemas internos – como o sacerdócio ministerial – e externos à Igreja – como a justiça no mundo.”

Depois de ter sublinhado as iniciativas da Sé Apostólica "para ir ao encontro das exigências do mundo" – pouco antes havia ele sublinhado as dificuldades que a Igreja encontra ao exercitar seu ofício "profético", que não é só de anunciar a verdade e a justiça, mas de deplorar, denunciar, condenar as culpas e os delitos cometidos contra a justiça e a verdade – Paulo VI concluiu:

"Todos estes elementos, embora selecionados entre muitos e apenas mencionados, são um sinal indubitável da vitalidade da Igreja; e não é uma vã complacência, cremos, insistir, mas simplesmente pôr diante dos olhos o mistério da fé, sem o qual o cristão perderia sua identidade e a confiança na Igreja."

Não abandonou, pois, o Senhor a sua Igreja; nela não se extinguiu seu espírito. Tomar consciência deste fato é hoje de suma importância. Porque há muitos tentados a abandonar a Igreja "institucional" e a tomar sua própria distância d'Ela, convencidos de que só assim podem ser fiéis a Jesus Cristo. Mas esta é uma terrível e desastrosa ilusão, que fez muitas vítimas no passado, condenando-as à esterilidade; porque, os que por serem fiéis a Jesus abandonaram a Igreja, talvez acabaram por abandonar também a Cristo. Mas a maioria destes se consumiu em esforços espiritualmente estéreis, acabando na desilusão e no isolamento, como os restos de um naufrágio, agitados pela ondulação. Afastados da "velha" Igreja, para serem parte da Igreja "nova", quase "inventada" por eles, em sua constituição, em seus dogmas, em seus costumes, no Direito, acabaram por se encontrar sozinhos, em pequenos grupos, encerrados todos eles em si mesmos, sem fazer outra coisa senão criticar, raivosa e lamentavelmente, a "velha" Igreja, sem terminar por pôr em prática nenhum dos propósitos de renovação cristã e eclesial pelos quais eles haviam abandonado a Igreja.

Na realidade, para o cristão, a Igreja – a grande e velha Igreja, que Santo Agostinho chamava de Católica, em oposição à "pequena e nova" Igreja de Donato, a *"pars Donati"* – é sua casa espiritual, a pátria de sua alma, a mãe de sua fé: fora da "Católica", ele está sem Cristo e sem seu Espírito. Por isso, a fidelidade a Cristo é o mesmo que a fidelidade à Igreja.

Mas não a uma Igreja como deveria ser, mas à Igreja como historicamente é. Porque "a Igreja como deveria ser" não existe e não pode existir enquanto a Igreja viver na História. A Igreja perfeita, sem mácula, sem ruga, só existe na eternidade. Isto não significa, no entanto, que o cristão deva se resignar ao "mal" na Igreja e não fazer nada para tirar de seu rosto as manchas e as rugas. Todos devemos nos empenhar na renovação da Igreja e devemos trabalhar, cada um segundo suas possibilidades, para que seja sempre mais fiel aos desígnios, em realizar o desígnio de Cristo sobre Ela, como está indicado no Evangelho. É esta uma emulação de estímulo a uma maior fidelidade ao Evangelho que deve provocar as impugnações ou críticas à Igreja: a impugnação é um fenômeno que sempre existiu e que não deve ser considerado *a priori* como uma rebelião à Igreja ou como um sinal de um amor menor para com Ela; mas, antes, como uma expressão de um amor sincero, embora, alguma vez, ferido, à Igreja. É sinal do "zelo" de que falava São Paulo, para que a Igreja se apresente diante de Cristo "como uma virgem pura" (II Cor. XI, 2): com a condição – é evidente – que esta crítica se faça com caridade – a caridade é "paciente e benigna, não pensa mal, não se recreia na iniquidade" – e com espírito "filial", não com aspereza e dureza impiedosa, nem com o ânimo de quem se sente alheio à Igreja ou de quem se sente "puro", não envolvido nesta infidelidade e não se sentindo partícipe de seus males. É próprio dos fariseus criticar a Igreja de fora, sem se fazerem partícipes, antes de tudo, da própria impugnação que eles fazem contra a Igreja; porque isso é ver o cisco no olho alheio e não a trave que trazem atravessada. O pecado e a infidelidade da Igreja é pecado de todos os cristãos; e aquele que se sente com direito ou, talvez, com o dever de acusar a Igreja, deve acusar-se também, por isso mesmo, no "feixe".

Assim, há muitas coisas na Igreja de hoje que devem ser mudadas, posta a salvo, evidentemente, a substância de sua divina constituição. A Igreja deve, portanto, estar sempre "atenta", antes de tudo, à palavra de Deus; sempre pronta e disposta a se deixar julgar por esta palavra e desejosa de se conformar a ela, mas também à palavra dos homens, daqueles que entre os homens são seus filhos, aos quais o Espírito Santo concede o carisma da doutrina e da profecia, mas também à palavra dos homens não cristãos e

não crentes, porque a palavra destes incrédulos pode ser para la Igreja um "Sinal dos tempos".

Mais ainda, o cristão não deve esquecer que a Igreja está sempre muito longe do ideal evangélico que deve buscar sempre: por isto, o cristão não deve se desalentar, nem se entregar à desconfiança, à atividade preguiçosa e à infidelidade à Igreja; mas deve ter paciência e caridade, saber se conservar confiado e sereno, insistir na oração pela Igreja e por aqueles que têm hoje a tremenda responsabilidade de governá-la. A isto convidava Paulo VI, ao terminar seu discurso aos cardeais, em 23 de junho, com as seguintes palavras:

"A lentidão, os erros, as provas são inerentes ao mistério da cruz e da Redenção de Cristo. Só a certeza de estar fazendo a obra de Deus deve nos sustentar. Só ela nos dará a serenidade indispensável para poder levar adiante nossa própria missão. Todos os dias é necessário começar de novo. Depois do Concílio Ecumênico, não se trata de destruir, de acusar, mas de nos pormos todos a trabalhar por melhorar, por sanar, por plantar, por renovar, por construir, no autêntico sentido da unidade da fé, do culto, da caridade, da obediência e da colaboração.

Todas as obras da Igreja vêm de Deus e a Ele devem nos conduzir. Podemos transformar a estrutura, mas não o espírito, que é necessário inspirar nela: este espírito é um dom de Deus. Se as tensões são inevitáveis, a comunhão da fé, o estar aderidos à Tradição viva, a fidelidade ao ensinamento do Magistério serão sempre a garantia indispensável da unidade e, ao mesmo tempo, o único caminho no qual possamos conservar e aumentar a esperança na Igreja."

8.5. NOSSO COMENTÁRIO A ESTE ARTIGO ANÔNIMO DE CLARA INSPIRAÇÃO DE PAULO VI

A *Civiltà Cattolica* nos ofereceu um artigo sensacional, cujo título é, em si mesmo, uma "confissão de parte", uma denúncia e uma imagem trágica da realidade espantosa que estamos vivendo na Igreja montiniana

pós-conciliar. O artigo não tem assinatura. Três símbolos emblemáticos e cabalísticos fecham o escrito, em vez de uma assinatura. Dizem que o próprio Papa João B. Montini é seu autor anônimo. O que nós podemos assegurar, sem temor de nos equivocarmos, é que as ideias, o estilo, a terminologia são comuns aos de Paulo VI. É uma defesa, uma apologia, uma hábil imposição, com seus argumentos teológicos — não muito usados pelo atual pontífice — de seu glorioso pontificado.

O título do artigo, como disse, é sensacional; é uma afirmação categórica que não saberíamos se catalogar como uma declaração do Magistério ordinário da Igreja ou se, na mente do pontífice ou de seu anônimo apologista, é uma definição dogmática do Magistério extraordinário, dotada da prerrogativa da infalibilidade. A matéria aqui exposta e discutida é tão grave que, a nosso humilde juízo, bem valeria a pena uma definição *ex cathedra* que nos assegurasse indefectivelmente que há duas ou mais Igrejas, mas que "esta", a de Paulo VI, a que hoje está vivendo historicamente o "povo de Deus", apesar da crise espantosa que estamos vendo, é a verdadeira, a única Igreja, fundada pelo Filho de Deus, mas *"aggiornata"*, *"ecumenizada"* e reformada por João XXIII, Paulo VI e seu Concílio.

Esperança e confiança em "esta" Igreja. E por que esta consigna? A lógica nos leva a deduções fáceis e inegáveis que, para maior clareza, trataremos de expor e analisar a seguir:

1. Há, pelo menos, duas Igrejas distintas: a "velha", a dos dois mil anos, a de todos os Papas e Concílios, e a Igreja Montiniana. Entre ambas há incompatibilidade, há evolução; não há desenvolvimento, não há continuidade. Se devo ter esperança e confiança em "esta" Igreja, é porque já não tenho nem esperança, nem confiança na "velha" Igreja, fundada por Cristo, mas em "esta" Igreja de João XXIII, de Paulo VI e seu Concílio.
2. Entre estas duas Igrejas, todos temos que selecionar, escolher, decidir-nos por uma delas; e de nossa eleição depende, queiramo-lo ou não, nossa eterna salvação.

3. O “cisma” já existe na Igreja. Não o provocamos nós que nos aderimos à fé tradicional, à fé católica, à fé apostólica, a que remonta até às próprias fontes de nossa religião, de onde brota pura e cristalina a divina revelação, que a Igreja preservou, *MATER ET MAGISTRA* (Mãe e Mestra), de uma maneira incorrupta, segundo as promessas infalíveis de Cristo, que nos disse: “Eu estarei convosco, todos os dias, até a consumação dos séculos” (Mateus XXVIII, 20). O cisma foi provocado por “esta” Igreja, a Igreja de Paulo VI, que rompeu a tradição apostólica e que abusou do poder jurisdicional que crê ter, para realizar eficazmente a “autodemolição” da Igreja e fazer uma Igreja sincrética, digna de sentar-se no Concílio Mundial das Igrejas.
4. Paulo VI, negando a Igreja estática do passado, para estabelecer uma Igreja histórica e dinâmica, uma Igreja evolutiva, uma Igreja de circunstâncias e de conveniências, uma Igreja associada ao comunismo, à maçonaria e ao sionismo, hipotecando e lastimosamente dilapidando toda a nossa límpida e cristalina herança católica, quer – é natural! – defender “esta” sua Igreja com as mesmas prerrogativas, embora não com a mesma doutrina, que Cristo deu à SUA Igreja, não a “esta” Igreja, que é negação do mais santo, do mais sublime de nossa tradição; que é confusão; que é dialética; que é a religião homocêntrica que quer substituir a religião teocêntrica, na qual só Deus é o Senhor e o Dono.
5. A Igreja “Ideal”, apesar das misérias humanas, sim, existe e existiu e existirá sempre. Essa é a única Igreja do Evangelho eterno, a que Cristo fundou com visão e poder infinito, não para acomodar sua obra a um mundo em constante mudança, mas para que o “mundo histórico” se acomodasse ou procurasse se acomodar sempre aos ensinamentos imutáveis de sua doutrina e à divina instituição da estrutura da Igreja por Ele fundada; porque Ele, e somente Ele – não Paulo VI, nem João XXIII, nem o Vaticano II – é o “Caminho, a Verdade e a Vida dos homens” (João XIV, 6).
6. O “desalento”, a “irritação” e a “desilusão” que o Papa Montini nos atribui – e com razão! – não é contra “aquela” Igreja, a “velha” Igreja, a de Cristo, a que entranhadamente amamos, como a Mãe

solícita e generosa; a que nos deu a vida sobrenatural; a que nos leva ao Céu; aquela pela qual sofremos, trabalhamos, vivemos e padecemos difamações e injustiças, mas contra "esta" Igreja, a pós-conciliar, a montiniana, a que destruiu nossa liturgia, adulterou nossos dogmas, destruiu nossas sapientíssimas leis, facilitou o reino do pecado, a que fez aliança com a iniquidade.

7. Não cremos – por favor! – que nosso desalento, nossa justa irritação e a desilusão que, dizem, nos invade, possa se comparar ao desalento, irritação e desilusão que os "progressistas" dizem ter com a Igreja reformada do Papa Montini. Nossos sentimentos são verdadeiros, são profundos, são atuais, enquanto os deles, os que seguem e proclamam "esta" Igreja, são espúrios, enganosos, aparentes, que buscam tão somente acelerar a "autodemolição" e cavar abismos mais fundos para neles sepultar a autêntica Igreja de Cristo.
8. Não, mil vezes não; não fazemos parte, nem nunca fizemos parte, nem queremos nem podemos fazer parte dessa "falsa direita", desse insincero grupo dos "silenciosos" de Debray, de Daniélou, da "Irmandade Sacerdotal Espanhola", dos que querem fazer "a síntese" entre a "tese" e a "antítese", entre a Igreja fundada por Cristo e a Igreja fundada pelos dois últimos papas e o Vaticano II.
9. Tampouco cremos ser "os fidelíssimos", dos quais fala o anônimo escritor do artigo da *Civiltà Cattolica*. De sobra conhecemos nossas infidelidades, nossas misérias, nossos próprios pecados, que choramos, que sempre choramos na sinceridade de nossa consciência e na presença de Deus, nosso Criador, nosso Senhor e Dono, Aquele que há de nos julgar no fim de nossa vida. Do fundo de nossa pequenez, clamamos constantemente com o Real Profeta: *"Miserere mei, Deus"...* Amamos de coração a nosso Deus três vezes Santo, mas caímos, por desgraça, nas infidelidades de nossas próprias culpas. Mas, não obstante nossa humana debilidade, nossa miséria, na fé, na doutrina, no Evangelho, não fomos infiéis; não aceitamos, nem aceitaremos nunca – mesmo que nos venham maiores sofrimentos –, com a graça de Deus, essa "nova economia" do Evangelho, do Papa Montini, que não é a da "Justiça do Reino dos

Céus", mas essa utópica, ilusória, demagógica e falsa "justiça social", proclamada na *POPULORUM PROGRESSIO*, no Congresso Eucarístico Internacional de Bogotá e nos célebres "documentos" de Medellín.

10. Paulo VI faz uma confissão em seu discurso de 21 de junho: "O Senhor o chamou ao pontificado, não por suas aptidões pessoais, nem para governar e salvar a Igreja, mas para que sofresse algo por sua Igreja". Pressuposta – claro está – a sinceridade indubitável desta confissão, Paulo VI se sente uma vítima pela saúde da Igreja. Está chamado a sofrer, não a governar, nem a salvar a Igreja. Agora nos explicamos o desgoverno que palpamos na Santa Igreja. Desde o momento em que João B. Montini aceitou a eleição que dele fizeram os cardeais – pressuposta essa eleição limpa e inobjetável – ele aceitou o governo da Igreja; ele pôs sobre seus ombros a tremenda responsabilidade de apaziguar a furiosa tempestade que seu ilustre predecessor, o Papa João, o Bom, havia levantado no mundo católico; mas Paulo VI, sem levar em conta a consciência que tinha de sua inaptidão e, talvez, de sua indignidade para o alto posto que lhe era oferecido com a eleição canônica; sem pensar nas terríveis complicações que, naqueles momentos, necessariamente implicava o governo da Igreja e a salvação da Igreja, só pensou que sua aceitação lhe dava a oportunidade, por ele talvez ardentemente buscada, de "sofrer algo pela Igreja".

11. Não sei se esta sua disposição pessoal ao sacrifício, pequeno ou grande, pela Igreja, seja bastante para justificar a aceitação ao pontificado de João B. Montini, pressuposta a sinceridade do reconhecimento que ele nos faz de sua inaptidão, talvez de sua indignidade, para poder pronunciar o "SIM" necessário antes de se sentar na "cátedra" de Pedro. A razão que nos dá o Papa Montini para justificar sua aceitação definitiva, *nimis probat, ergo nihil probat* (prova demais, logo não prova nada). "Assim aparecerá claro que Ele (Cristo), e não os homens, é quem guia e salva a Igreja". Com este pressuposto, qualquer católico, e até não católico, pode se atrever a assumir as sumas responsabilidades na Igreja, ainda que se tenha plena consciência da própria inaptidão e indignidade. Mas

vejamos as verdades teológicas que o escritor anônimo do artigo encontra nesta "confissão" de João B. Montini no dia de sua eleição ao Sumo Pontificado.

12. "A autoridade na Igreja implica sempre uma participação, mais ou menos grande, mais ou menos dolorosa, na Cruz de Cristo". Esta proposição teológica é ambígua, é tendenciosa. Não é a autoridade, mas o reto uso da autoridade, com o gravíssimo sentido das tremendas responsabilidades que o homem no poder assume, o que origina os sofrimentos inevitáveis no desempenho da função de mando, na entrega completa ao bem comum e individual dos súditos. De si, em igualdade de circunstâncias, talvez tenha mais que sofrer quem obedece do que quem manda. O supremo sacrifício o faz o homem ao sujeitar seu próprio juízo, sua própria vontade e suas próprias ações à vontade, nem sempre reta nem objetiva, daquele que abusa do poder que lhe confiaram. O poder facilmente embriaga e cega; e, nestas circunstâncias, pode o pontífice esquecer-se daquela grande verdade teológica – esta, sim, sem subterfúgios nem possíveis desvios – de que "o Papa pode tudo *in aedificationem Corporis Christi*, mas o Papa – mesmo que seja verdadeiro Papa – não pode nada *in destructionem Corporis Christi*."

A prova anexa, as palavras de Cristo a São Pedro, também provam demais. É certo que nelas o Divino Mestre anuncia a Simão Pedro a morte que o esperava; mas dificilmente poderiam os exegetas nos demonstrar que estas palavras têm também sua aplicação, mesmo que analógica, para o caso de todos os Romanos Pontífices. A história, desde já, nos demonstra que nem todos os Papas morreram fisicamente crucificados. A crucifixão moral, não só os Papas, mas também nós, os mais humildes membros do Corpo de Cristo, temos que sofrê-la, temos que completar, como diz São Paulo, o que falta à Paixão de Cristo, isto é, temos que provar o cálice amargo dessa Paixão, porque não há de ser o discípulo mais que seu Mestre, nem o servo mais que seu Senhor. Isso que o escritor chama de "misterioso destino do Papa" é o destino, em maior ou menor grau, de todos os discípulos de Cristo, segundo aquelas suas divinas palavras:

“Quem quiser vir após Mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me” (Mt. XVI, 24).

Eu não nego que Paulo VI tenha sofrido; mas afirmo, sem temor de me equivocar, que somos muitos os que sofremos tanto quanto ele, se não mais que ele, e por causa dele. Acaso não é uma indizível tragédia para nossa fé católica contemplar essa autodemolição acelerada da Igreja? Acaso não passamos noites inteiras em pranto, em desolação, recordando a “Oração no Horto” de Jesus Cristo, ao ver a liberdade com que hoje procedem, dentro do rebanho, os mais ferozes lobos, fazendo estragos na grei de Cristo?

Não é muito difícil supor que a reforma empreendida pelos dois últimos papas na Igreja teria que lhes acarretar enormes dificuldades, apesar da lenta e prolongada preparação com que os inimigos foram infiltrando a Igreja, especialmente o clero, para poder realizar, desde dentro, o assalto da fortaleza e a aquisição do poder. Mas Paulo VI é um homem decidido; não se intimida diante das dificuldades, mas, pelo contrário, parece que uma força misteriosa, que não é nem pode ser de Deus, o impele constantemente a levar adiante, até o fim, seu programa reformista e destruidor.

> 13) A segunda verdade teológica, que o Papa Montini ou o escritor anônimo, inspirado pelo Papa Montini, encontram na “confissão” do pontífice, é a seguinte: “deve-se evitar exagerar o lugar dos homens na Igreja, ainda que seja o próprio Papa, em quem a fé pura reconhece os carismas do Primado e da infalibilidade; não são os homens que guiam e salvam a Igreja, mas Cristo”. Esta verdade teológica também tem suas distinções. Evidentemente, há muitos católicos que exageram o papel dos homens da Igreja, sejam estes bispos, seja o próprio Papa. Essa exageração é o que chamamos de “papolatria”, ou seja, o culto indevido ao Vigário de Cristo, que leva muitos católicos ignorantes, interesseiros ou fanáticos à falsa convicção de que o Papa ou os bispos, pelo posto que têm, pela assistência divina, são impecáveis e sempre e em tudo infalíveis. O autor do artigo reconhece, pois, como verdade teológica, a

> exageração com que muitos católicos olham para os homens constituídos em dignidade na Igreja, como se tudo o que fazem, tudo o que dizem, fosse a expressão da verdade de Deus ou da vontade de Deus. Retirado o carisma da infalibilidade, tal como foi definido pelo Vaticano I, o Papa pode se equivocar, mesmo em coisas de fé, como já explicamos. É verdade, como diz o autor anônimo do artigo, que, como não a salvam, "não podem destruí-la nem derrubá-la, ainda que queiram". Esta, sim, é promessa de Cristo: "as portas do inferno não prevalecerão contra a Igreja" (Mt XVI, 18). Mas, embora esteja a salvo a permanência e a inerrância da Igreja, pelas expressas palavras e promessas de Cristo, isto não significa que os homens que regem a Igreja, quando, como humanos, são infiéis a Deus, à assistência divina, não causem dano, muito dano, não à Igreja, mas aos membros da Igreja. Os homens, é certo, são cooperadores de Cristo, são seus representantes, são seus lugar-tenentes na terra; mas, como humanos, podem ser "maus cooperadores, maus representantes, maus administradores da fazenda do Senhor".

Sua santidade ou seus pecados deixam marcas inequívocas, diz o articulista, na Igreja de Deus, mas não decisivas. Ao que eu acrescento: estas marcas não são decisivas, porque Deus está no meio; mas, quantas vezes são necessários anos e até séculos para remediar o dano que fez nos fiéis, no clero, no próprio episcopado, a má administração, o mau governo de um mau papa!

"O que para a Igreja é decisivo é a presença de Cristo n'Ela". Estas palavras nos levam ao equívoco de sempre: a confundir a Igreja como instituição divina, permanente e indestrutível no tempo e na eternidade, e a Igreja como "o povo de Deus", isto é, os homens que fazem parte dela. Sim, é Cristo quem guia, salva e governa sua Igreja, de uma maneira invisível para os olhos humanos; é Cristo, que tudo dispõe ou permite, segundo seus desígnios inescrutáveis, quem com "mão forte e amorosa" tem o timão da barca de Pedro; mas isso não impede que a ação humana faça com que o vendaval estremeça a frágil barquinha, até nos fazer, muitas vezes, sentir nos horrores de um naufrágio. Nossa confiança no

poder de Cristo é inabalável; mas nosso sobressalto diante do que vimos e ouvimos nestes últimos anos pós-conciliares é para nos fazer clamar do fundo da alma: "Senhor, salva-nos, porque perecemos".

A Igreja, a instituição divina, está "viva", "ativa", "jovem"; mas a Igreja, que o autor chama de "institucional", essa está passando pela mais terrível crise de sua história. Os sinais de esperança que nos dá o Papa Montini em seu discurso não são verdadeiros, não é esta a realidade que estamos presenciando. Como pode haver intensa necessidade de oração, quando falta a fé, quando se suprimiram as devoções, que eram o manjar que alimentava a piedade, a vida sobrenatural? Como há de haver mais união com Deus, quando nas próprias comunidades de vida contemplativa há um empenho, uma consigna superior, que trata de suprimir sua vida de oração e de íntima união com Deus, como algo já antiquado, como algo que não se cota na Igreja dinâmica que querem nos impor?

Não podia faltar em um discurso de Paulo VI, ao querer cobrir as chagas atuais dos homens da Igreja, aquilo que constituiu a alma de seu pontificado. Para ele, aí está uma das provas mais impressionantes da vitalidade de seu pontificado: "A preocupação com a justiça no mundo atormenta muitíssimas almas, especialmente entre os jovens". Nunca se falou tanto da justiça e nunca houve no mundo mais injustiça. Mas, como já dissemos repetidas vezes: este não é o problema da Igreja; esta não é sua missão divina; isto é favorecer a violência, aumentar nos jovens uma inquietude que nunca teria existido neles se não lhes tivesse sido inculcada com uma doutrina não evangélica, mas totalmente anti-evangélica. É, por acaso, a juventude inexperiente, despreparada e desequilibrada que vai resolver os gravíssimos problemas que afligem o mundo, que põem em tensão os povos e as classes sociais? Querem nos tornar evangélicos o marxismo e o maoísmo, como a única saída que nos resta para nos salvarmos de uma guerra nuclear, como se o fim, por nobilíssimo e urgente que fosse, pudesse justificar o que é "intrinsecamente mau", como disse Pio XI. Esse maior espírito de pobreza que, segundo diz Paulo VI, está mais vivo na consciência eclesial, está, na realidade, combatido pelos vultosos gastos da Igreja pós-conciliar.

Mas, onde encontramos um desvio maior no discurso montiniano é quando nos diz, como uma prova de seu magnífico pontificado: "UMA ABERTURA MAIOR AOS VALORES POSITIVOS DO MUNDO", admiravelmente alentada na Constituição Apostólica "GAUDIUM ET SPES". De todos os documentos pastorais do Vaticano II, este é, sem dúvida, o mais confuso, o mais equívoco, o mais tendencioso. Em um recente escrito do Pe. Antonio Brambila, no qual parece que começa a abrir os olhos – se é que em seu jogo dialético, que ora gira para a esquerda, ora para a direita, não nos esteja dando gato por lebre –, o autorizado escritor assinala as falhas do Concílio Pastoral, reconhecendo, embora tarde, que não é possível que haja um Concílio Pastoral; que o verdadeiro Concílio, como órgão extraordinário e supremo do Magistério da Igreja, tem que se apoiar no dogma, proteger o dogma e condenar as heresias com o "anátema" salvífico, que separa irreconciliavelmente a verdade do erro. O Pe. Brambila nos faz ver agora que o Vaticano II não quis nem definir, nem condenar nada, contentando-se em abrir a janela para que entrasse ar fresco e renovador, e nos dando apenas diretrizes pastorais que nos levaram por caminhos tão variados, até às heresias disfarçadas de teologia moderna e liberal de Hans Küng. Menos mal, mais vale tarde do que nunca!

14) "Cresce – observa o Papa – o sentido social e a caridade operante". Não sei se o assim chamado, na linguagem moderna, "sentido social" pode se identificar, na economia do Evangelho – ao menos na antiga economia do Evangelho – com a "caridade operante", isto é, a caridade sobrenatural, a lei do Evangelho; porque, na "nova economia do Evangelho", na de Paulo VI, já vejo que sim, se identificam. O que sei é que esse "florescimento de iniciativas pela catequese", do qual fala o Papa Montini, é, na realidade, a destruição da catequese. Eliminaram-se os velhos catecismos, nos quais se nutriu por séculos a fé católica; nossos filhos e jovens crescem sem nenhuma instrução religiosa e, o que é pior, a pouca instrução religiosa que, mesmo nos assim chamados colégios e escolas católicos se ministra, é uma instrução carregada, saturada de erros do neomodernismo reinante. Este é um dos mais graves aspectos da crise atual: não só a falta de instrução religiosa, de práticas de vida cristã na

infância e na juventude, nessa idade decisiva e perigosa da vida, mas as ideias tortas, falsas, cheias de veneno, que com incrível liberdade se ministram nos centros educativos católicos; assim se explicam os terríveis fracassos que em jovens de famílias exemplares vimos, a difusão das drogas, a perda da virilidade ou da feminilidade nos jovens de ambos os sexos. Todos esses religiosos e religiosas, dedicados ao ensino, corrompidos eles pelo "progressismo", converteram-se em ativíssimos corruptores de seus educandos.

15) É uma "psicose" a que padece Paulo VI sobre o problema social e humano, sobre o qual constantemente nos está falando; sobre a irradiação dos meios de comunicação; sobre toda essa atividade desconcertada e desconcertante, que afasta os grandes grupos católicos do que é essencial na vida católica, para lançá-los a uma atividade equivocada e perigosa, que compromete a própria vida da Igreja nos diversos países. Aí temos o caso doloroso e ridículo da Espanha, que, por seguir as consignas do pontífice, rompeu sua unidade espiritual, a única unidade verdadeira que existia na Espanha. Como na América Latina, onde clandestinamente a subversão segue, fomentando a inconformidade, prometendo um paraíso irrealizável aqui na terra, fazendo com que a própria obra missionária dos apóstolos modernos esteja impregnada de tendências filomarxistas e de violência revolucionária. E, à frente disso, e seguindo suas consignas de Roma, vão os jesuítas, os da nova onda, os que definitivamente desconheceram a obra de Santo Inácio de Loyola. Não é birra, não é ressentimento o que me move a atacar essa "nova Companhia" – ai, Jesus, que Companhia! – mas precisamente a indignação que em mim causa essa imensa traição àquela que eu continuo considerando como minha mãe, já que dela recebi toda a minha formação espiritual e intelectual.

16) Paulo VI se gloria, e põe como prova de seu glorioso pontificado, o sínodo passado: "uma prova muito conspícua", diz, "desta mútua colaboração entre os bispos do mundo inteiro e o laicado com a Santa Sé", "na solução de urgentes e delicados problemas internos – como o sacerdócio ministerial – e externos à

Igreja, como a justiça no mundo". Resolve-se, na verdade, algum destes dois urgentes e delicados problemas? Urgiu-se aos sacerdotes o cumprimento de seus deveres essenciais à sua ordenação e consagração a Deus, no sério trabalho de sua própria santificação, no estudo dedicado das ciências eclesiásticas, no recolhimento, na vida interior, na união com Deus? Deu-se aos sacerdotes o meio insubstituível para esta própria santificação, devolvendo-lhes a celebração tradicional e santíssima do Santo Sacrifício da Missa, no qual o bom sacerdote encontra o meio mais precioso para se unir com Cristo, Sacerdote e Vítima, no fiel desempenho de sua vida sacerdotal? Nada disso! Voltou-se a insistir na conveniência do celibato opcional, na ordenação de homens casados. Não parecia senão que as heréticas ideias de Hans Küng, expostas em seu último livro, "POR QUE OS SACERDOTES?", foram defendidas vigorosamente por alguns dos padres sinodais:

– "Não se pode sustentar historicamente a sucessão direta e exclusiva dos bispos dos Apóstolos".

– "O número dos sete sacramentos é um produto da história... Não há a menor evidência de que a ordem sagrada tenha sido instituída por Cristo".

– "A Ordenação não é uma investidura sagrada que (o sacerdote) recebe como um... caráter, que o distingue dos leigos".

– "A celebração Eucarística não é um sacrifício... O ministério dos sacramentos (deve estar) subordinado ao ministério da palavra".

–"Os sacerdotes de tempo integral devem ser eliminados, como prejudiciais para os sacerdotes e onerosos para os fiéis".

Há uma tendência manifesta, como em vários de meus livros anteriores demonstrei, que trata de anular, eliminar o sacerdócio hierárquico da Igreja. No último sínodo e na preparação que para ele fizeram as Conferências Episcopais, dão-se as provas evidentes, para quem queira estudar a fundo um problema tão grave; sobretudo, os sacerdotes

que amamos nossa santa vocação, os que estamos convencidos pelas palavras do próprio Cristo de que "não somos nós que O elegemos a Ele, mas é Ele quem nos convidou a nós", sentimos na alma essa perigosa virada que, com ciência e consciência da hierarquia, está se levando a cabo já na própria formação ou deformação dos seminários, começando, sem dúvida, pela em outros tempos gloriosa Universidade Gregoriana, na qual tantos e tão preclaros cardeais, bispos e sábios sacerdotes receberam sua formação sacerdotal, sob todos os aspectos, digníssima e frutífera.

O que se resolveu no sínodo sobre os desvios sacerdotais, que multiplicam as deserções e fazem com que os clérigos tratem de dissimular seu estado clerical, até no carnaval ridículo de suas vestimentas mundanas e provocativas? Urgiram-se as antigas prescrições canônicas que proibiam aos sacerdotes e até aos seminaristas assistir a espetáculos e diversões não só impróprias e indignas de seu ministério, mas escandalosas e pecaminosas? É preciso esse estado patológico ou falsário para nos fazer crer que esses sínodos fizeram algum bem à Igreja.

Quanto ao outro ponto que se tratou no sínodo e ao qual o pontífice faz menção em seu discurso, a justiça no mundo, não foi senão a repetição das aventuras de Bogotá e da Conferência do CELAM em Medellín e seus famosos documentos, que para os clérigos do Terceiro Mundo e para os jesuítas da nova onda e para todos esses sacerdotes intoxicados pela "justiça social" continua sendo a nova religião, a nova mentalidade, a nova economia do Evangelho.

17) O escritor anônimo do artigo nos diz logo, como gloriosa conclusão do raciocínio de Paulo VI: "Não abandonou, pois, o Senhor a sua Igreja; n'Ela não se extinguiu seu espírito. Tomar consciência deste fato é hoje de suma importância". Como católicos, estamos certamente convencidos de que Deus não abandonou, nem abandonará jamais a sua Igreja. Mas não podemos seguir com o equívoco do que o escritor quer nos expressar pela palavra Igreja: o povo de Deus ou a Instituição divina de Jesus Cristo? Porque, se é o primeiro sentido, é certo que nem todo o "povo de Deus" está contaminado deste mal epidêmico do "progressismo"; somos muitos os que, pela misericórdia de Deus, conservamos a fé

tradicional, a fé apostólica, a fé de nossos pais; mas se se trata do segundo sentido, da instituição divina de Cristo para perpetuar neste mundo sua obra redentora, temos que dizer, com fé divina, que Cristo nem abandonou, nem abandonará nunca a sua Igreja, destinada a perdurar até a consumação dos séculos, e formada pela Igreja triunfante, a Igreja purgante e a Igreja militante. Que o Senhor nos conserve n'Ela eternamente! Devemos insistir: uma coisa é "esta" Igreja, a montiniana, a pós-conciliar, que esteve sempre longe da Verdade Revelada; e outra coisa é a Igreja instituição, a de dois mil anos, a de todos os Papas e todos os Concílios.

18. Quais são os frutos do Concílio? É preciso fechar os olhos à realidade para poder falar de "frutos", quando só vemos a abominação do Santuário, a traição dos "operários da Vinha", a infamante corrupção dos seminários, o despojo e a ruína espiritual e até econômica das dioceses, em outros tempos mais florescentes em seletas e numerosíssimas vocações de santos, sábios e abnegadíssimos sacerdotes, como a Arquidiocese de Morelia, de Zamora e de Zacatecas – para não citar senão algumas entre nós – e que agora são terras áridas desoladas e ruínas impressionantes de uma grandeza já passada, pelas quais passou, como cavaleiro do Apocalipse, a fúria renovadora da Igreja pós-conciliar. Descansem em paz, em seus túmulos de ignomínia, os pastores comprometidos e traidores, que não souberam cuidar da herança do Senhor, enquanto os que ainda têm em suas mãos o poder e o seguem empregando nesta obra destruidora vão receber o merecido castigo de sua covardia, de sua traição, de seu perverso compromisso, no tribunal de Deus, onde não há desculpas nem conluios. Pode continuar escandalizando a gente simples o poderoso chanceler que, sem consciência alguma, calunia, difama, destrói e corrompe os próprios ungidos do Senhor. *"Haec est hora vestra et potestas tenebrarum"*, esta é a vossa hora, a hora do poder das trevas.

19. Estamos irritados, sim. Como não estar, se temos fé, se não claudicamos, se vemos a profanação feita lei, o sacrilégio louvado como um ressurgimento da vida cristã? Estamos irritados porque a cumplicidade, a indolência e as incríveis audácias da hierarquia converteram a santidade de nossos templos em espetáculos que recordam as bacanais pagãs ou as

procacidades dos centros noturnos ou dos prostíbulos. Em nome do "aggiornamento" e do "ecumenismo", está-se protestantizando e judaizando a Igreja; estão-se pondo as iníquas mãos sobre os Livros Santos e sobre nossos catecismos, para nos dar uma versão alterada da doutrina eterna que nos deixou intocável o Divino Mestre. Não, já não há penas canônicas para os apóstatas, para os hereges, para os clérigos concubinários, para os que dão seu nome às lojas maçônicas, para os que favorecem o comunismo e o socialismo, para os que trocam o sagrado cálice pela metralhadora, em ânsias de "autenticidade" e de "compromisso". Estes são agora, para os intoxicados, os heróis e os santos da Igreja. Agora, os "excomungados", os "suspensos" somos nós que tivemos a coragem, a fé e a fidelidade suficiente para lhes gritar, sem temores absurdos, o *"non possumus"*, o "não podemos" da consciência. Não, não queremos as canonjias, as chancelarias, as abomináveis liberdades com que hoje premiam os "amos" a seus servis e covardes aduladores.

Estamos irritados porque, ao retirar as censuras canônicas para os autênticos delinquentes da palavra e dos fatos, o Papa e os bispos deixaram que a subversão triunfasse e que a heresia, a apostasia e a corrupção moral lograssem alcançar sua espúria cidadania na Igreja Católica.

Bem pode nos apresentar o Pe. Arrupe, o fabuloso Geral dos jesuítas da nova onda, a Teilhard de Chardin como modelo dos filhos de Santo Inácio, como o homem providencial para atrair com suas obras os incrédulos à Igreja. Atenção! A poesia é agora a roupagem vistosa da diabólica apostasia. E pode ainda mais o "alter ego" de Paulo VI; pode nos dizer que a obra de José Porfirio Miranda y de la Parra é inócua, é ortodoxa, é edificante, embora expressamente renegue o "Deus Criador de todo o Universo, que o Ocidente opressor adorou e adora". Sua paternidade que, segundo contam, um dia perdeu a fé, que depois recobrou em Lourdes, voltou a renegar de seu batismo e de seu sacerdócio.

20. E, no entanto, não estamos desiludidos, como nos diz o Papa Montini; a ilusão do cristão não se perde, ainda que o Papa resolva visitar Moscou e Pequim, ainda que o Vaticano se converta no ponto central de

convergência dos antigos inimigos da Igreja, onde, como um exemplo, Tito, o Tirano e verdugo da Iugoslávia, foi recebido com as máximas honras, outorgadas tão somente aos reis legítimos e aos autênticos representantes da autoridade. Não estamos desiludidos, embora vejamos a atividade política de uma decidida esquerda que, com sua autoridade suprema e sacerdotal, excita nos jovens o ardor incontenível da guerra, dos ódios, do sangue, das tragédias nacionais, que afundam os povos na fome, sem migalhas de pão, na escravidão, sem esperança alguma de liberdade. Sua paternidade, fiel ao quarto voto dos professos da Companhia, cumpriu sua missão em Cuba e no Chile, embora tenha fracassado ante a indômita resistência do Brasil e da Bolívia, de El Salvador e de outros povos irmãos, que seguiram firmes em sua fé católica, mas livres da escravidão que o Vaticano quis lhes impor pelos obedientíssimos filhos do Pe. Arrupe. Os católicos temos uma ilusão ultraterrena e, para o tempo curto da vida presente, só desejamos romper as cadeias da escravidão para gozar a liberdade dos filhos de Deus. A hierarquia – dizemo-lo com imensa amargura – claudicou, está vencida, só lhe restam forças para golpear sem escrúpulo, sem misericórdia alguma, os filhos fiéis que consumiram tudo na vida pelo serviço de Deus e da Igreja.

Porque esta é a verdade – embora nos doa confessá-la – algumas das mais altas hierarquias, por convicção, por compromisso ou por incrível e irresponsável debilidade, foram peças importantíssimas no complicado jogo de xadrez que estão jogando no mundo as mãos misteriosas e secretas de sionistas filomaçons e filocomunistas. Não nos dói, nem nos estranha, nem nos irrita a suavidade indizível com que os detratores da fé são recebidos, tolerados e até encomiasticamente mencionados nas correspondências das Sagradas Congregações da atual Cúria Romana e nas ocasionais alusões que o próprio Papa Montini faz de seus escritos, de suas palavras e de suas obras. Todo este movimento é necessário para dar xeque ao rei ou, se possível, pôr um duplo ataque ao rei e à rainha, obtendo assim um evidente enfraquecimento que lhes assegure o triunfo apetecido, o mate ao rei.

As queixas contra os progressistas, que expõe o dialético escritor do artigo da *Civiltà Cattolica*, não são senão queixas táticas, para dar a

impressão aos leitores de objetividade, de equilíbrio, de sincero anseio de remediar uma situação tão angustiante que torna quase impossível a solução correta. É preciso transigir em algo; não é possível seguir as pretensões daqueles radicais tradicionalistas, empenhados em manter incólume o sagrado depósito da Divina Revelação. Estamos na "história", não estamos na "eternidade". A Igreja em que vivemos não é a Igreja "ideal", que só pode existir na outra vida; aqui estamos em uma Igreja histórica, que tem sobre si todos os pecados da humanidade e deve, por isso mesmo, buscar uma adaptação benévola e condescendente com este mundo dinâmico e corrompido das minissaias, da liberdade do sexo, do amor livre e sem barreiras.

Os "progressistas" – pensa o papa – creem que a Igreja já perdeu definitivamente o ritmo acelerado da história; apesar de suas grandes concessões, a Igreja não foi suficientemente generosa para satisfazer as exigências de uma humanidade que não reconhece nem aceita outra lei senão suas paixões insaciáveis, nem outra autoridade que não seja aquela que queira institucionalizar a violência, para que o homem salve sua própria autenticidade, sem ser jamais joguete dos que se dizem autoridade e representantes de Deus.

Por isso, buscam pacientemente, com ciência e consciência das hierarquias, construir "outra" Igreja, não "esta" Igreja histórica de Paulo VI, nem a "velha" Igreja, antiquada e caduca de todos os Papas e todos os concílios, mas sua "nova" Igreja, último modelo, com as "comunidades de base", que impunemente pululam em toda parte, acelerando o processo demolitivo que facilite depois o estabelecimento – já o dissemos – da Igreja da fraternidade universal, sem dogmas, sem moral, sem liturgia e sem disciplina, em um governo mundial que nos escravize sem possível libertação

21. O que resta da Igreja de nossa infância, de nossa juventude, de nossa idade adulta, depois desta derrocada, desta autodemolição que vimos e o próprio Paulo deplorou em suas audiências? Nunca cremos na "nova primavera", nem no "novo Pentecostes" que nos anunciou João XXIII. Os "Sinais dos tempos" não eram de otimismo, mas, pelo contrário, de um

negro, muito negro pessimismo. Os inimigos "colegiados" ou em Conferências Episcopais ou nos demolidores ativíssimos chamados "os peritos" destruíram a ciência sagrada de nossos Santos Padres, Doutores e teólogos da Igreja, da "velha Igreja milenar", para nos impor a nova teologia, *made in Germany*, da unidade ecumênica com todas as heresias e com uma ostentosa apostasia.

Não é necessário pôr em naftalina os erros manifestos de um Concílio, cuja finalidade era o ecumenismo claudicante, o *aggiornamento* traiçoeiro, a assim chamada liberdade religiosa. O Vaticano II, com os dois pontificados que o fizeram, devem ser sepultados no abismo e esquecidos. As esperanças que tiveram os destruidores da Igreja foram caindo e continuarão caindo como folhas secas, arrastadas pelo vento do subjetivismo, do fenomenismo, do positivismo, do idealismo, do existencialismo, do historicismo, do relativismo, do modernismo, que pretenderam deselenizar a Igreja e pôr em dia a ciência sagrada. Com um léxico novo, a imensa literatura pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar, à qual se deve acrescentar as audiências, as encíclicas e os outros documentos dos dois últimos papas, quiseram fazer esquecer a linguagem inconfundível da Igreja pré-conciliar. O "progressismo" espera cantar triunfante sua vitória quando não restar da Igreja do passado nem dogmas, nem liturgia, nem moral, nem disciplina; nem templos, nem cerimônias, nem hierarquias, que só têm sentido em uma fé que, para eles, morreu. Rezemos, doloridos, o último "réquiem" por uma religião que, por vinte séculos, enganou a humanidade com as esperanças de um futuro incerto.

O que para nós faz falta, nestes momentos supremos de martírio, de prova, de indizíveis torturas espirituais, é renovar nosso amor, nossa inseparável adesão, nossa confiança inabalável na "velha Igreja". Santa e única Igreja de Cristo, à qual consagramos nossa vida; pela qual estamos dispostos a prolongar nosso Calvário e nossa mais impressionante agonia! Santa Igreja de nossos pais, em cujos braços amorosos entregaram suas almas ao Senhor! Santa Igreja de nosso batismo, de nossas confissões, humilhantes, sim, mas regeneradoras, com as quais pudemos alcançar o perdão de nossas culpas! Santa Igreja daquelas santas alegrias de nossa Primeira Comunhão, de tantas Comunhões, nas quais recebemos a Cristo,

recordamos a história de sua Sagrada Paixão e Morte, a alma se encheu de graças e nos foi dado um penhor de nossa eterna felicidade! Santa Igreja de Cristo, na qual um dia, o maior e mais sublime dia de nossa vida, ficamos indissoluvelmente unidos ao Sacerdócio de Cristo e recebemos aqueles poderes divinos: o poder do magistério, o poder da jurisdição e o poder do sacerdócio, para podermos nos associar com o Divino Redentor na obra salvífica! Santa Igreja de Cristo, na qual deixamos todas as nossas forças em longos anos de serviço, para a salvação das almas e a glória de Deus! Santa Igreja de Cristo, na qual, ao terminar eu minha jornada, poderei entregar confiantemente, nos braços de Maria, minha Mãe, minha doce e piedosíssima Mãe, meu espírito cansado na batalha, mas não vencido! Igreja de Jesus, eu te amo; eu sou teu; eu quero ser teu – assim o peço humildemente e com todas as minhas forças – no tempo e na eternidade.

Acaso o cardeal, arcebispo primaz, sofreu em seu palácio, em seus frequentes banquetes, em suas viagens contínuas, nos afagos de seus aduladores, a imensa amargura que, com uma difamação tão clamorosa, tão infamante e tão injusta, submergiu na dor mais indizível minha alma contristada, à imitação de Cristo? Este foi o prêmio com que Miguel Darío Miranda y Gómez pagou não só meus serviços de cinquenta anos, mais de cinquenta anos, no trabalho pela Igreja e pelas almas, mas os serviços das santas gerações de meus antepassados: arcebispos, bispos, cônegos e santos sacerdotes, que foram salpicados com o sangue de meu coração, ferido e humilhado por Cristo, por sua Igreja, pela fé de meu batismo e de meu sacerdócio.

Este é o triunfo de Sua Eminência, este é o resultado de suas calúnias e difamações; este é o grande êxito do chanceler Reynoso, que espera como prêmio o bispado. Mas eu não mudo, porque não posso mudar; preferiria a morte a trair a Cristo ou à sua Igreja. Diante do tribunal de Deus nos veremos, e então saberemos quem teve a razão.

Pode Luis Reynoso continuar a desabafar sua paixão de fera, escrevendo novas circulares, nas quais diga: “O fanatismo pseudotradicionalista: Injúrias, calúnias e insultos: Joaquín Sáenz y

Arriaga contra a verdade, a justiça e o equilíbrio: Miguel Cardeal Miranda, Arcebispo Primaz do México"... O servilismo, a adulação e a baixeza mais repugnante, servindo bombons a Sua Eminência Reverendíssima, com a esperança de subir de posto, de monsenhor a bispo.

8.6. O CARDEAL JEAN DANIÉLOU, S.J.

Neste comentário ao artigo publicado pela Revista "La Civiltà Cattolica" dos jesuítas de Roma, citei como falsa direita, como inspirador e pai do grupo suspeito dos "silenciosos", o cardeal Jean Daniélou, S.J., um dos personagens mais enigmáticos da atividade religiosa de Paulo VI. Eu considero Daniélou como um verdadeiro perigo para a Igreja do amanhã, como um dos possíveis candidatos a substituir o Papa Montini e a seguir sua funesta política. Já, em algum de meus livros anteriores, reproduzi um artigo de Daniélou, publicado pela revista "EN CE TEMPS-LÀ", publicação semanal editada em Bruxelas (65, rue de Hennin), *le journal de la Bible*, intitulado: "O pecado original: a idolatria", no qual Sua Eminência se afasta certamente da tradição católica e dos ensinamentos do Concílio de Trento. Carlos Sacheri, em "A Igreja Clandestina", diz que dito cardeal, antes de receber a púrpura, foi um escritor que mais se situava entre os cultores da "nova teologia", cuja paternidade da catástrofe religiosa que hoje padecemos é inegável, tanto que Eugenio Vegas Latapie, em seu excelente trabalho "O modernismo, depois da Pascendi" (edição Speiro, Madrid 1968, pág. 21), transcrevendo a enumeração que faz Andrés Avelino Esteban Romero em "Repercussões que teve a Encíclica Humani Generis e comentários que suscitou" (XI Semana Espanhola de Teologia, edit. Conselho Superior de Investigações Científicas, Madrid 1952), diz: "Por trás do impessoalismo das denúncias e condenações contidas na Humani Generis existem nomes reais de autores e obras, que Pio XII deliberadamente não quis mencionar. Desses autores, os comentaristas daquele tempo assinalaram como os mais destacados os Padres de Lubac, Daniélou, Bouillard, Balthasar, Fressard, Chenu, Congar, Dubarle, Adam e Teilhard de Chardin". Jesuítas e dominicanos eram os que estavam à frente da clandestina subversão, como

catedráticos das casas de estudos de suas casas de formação, os quais foram depostos de suas cátedras e admoestados prudentemente pela mesma Encíclica Humani Generis de Pio XII.

Que saibamos, o cardeal nunca se retratou de seus escritos anteriores. Na atualidade, de maneira alguma pode ser considerado como um defensor sincero da tradição, embora bem saibamos sua atitude ambígua, com a qual desorientou e enganou muitos sinceros lutadores da verdade católica. Jean Daniélou é, sem dúvida, um dos mais hábeis e fiéis instrumentos da obra reformista de Paulo VI.

Para podermos nos dar conta da crise espiritual e doutrinal pela qual estamos passando e na qual o Pe. Daniélou interveio manifestamente em tempos anteriores, vamos citar alguns parágrafos da carta que o M.R.P. Geral da Companhia de Jesus, Jean-Baptiste Janssens, S.J., dirigiu à universal Companhia, em 11 de fevereiro de 1951, sobre a aplicação da Encíclica "Humani Generis", publicada por Sua Santidade o Papa Pio XII, em 12 de agosto de 1950, sobre as falsas opiniões contra os próprios fundamentos da doutrina católica:

"Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, Pax Christi,

A encíclica *Humani Generis*, que o Soberano Pontífice publicou no verão passado, refere-se principalmente a um movimento de ideias muito complexo, no qual muitos dos Nossos tomaram parte e alguns deles (entre os quais estava Daniélou) desempenharam um papel preponderante. A coisa não admite dúvida para qualquer um que compare o documento pontifício com as discussões filosóficas e teológicas destes últimos anos. Aliás, eu não ignorava que o Santo Padre se propunha a intervir nestes debates. (Veja-se Mem. S.J., vol. VIII, pág. 385-385).

Por esta razão, por me ter parecido inconveniente antecipar-me a S. Santidade, não pude dar explicação doutrinal alguma ao tomar as medidas disciplinares pelas quais separei do ensino muitos dos professores (entre os quais estava Daniélou) no fim do ano acadêmico passado.

Estas medidas, sei-o bem, afetaram operários fervorosos, dotados de um talento indiscutível. Era inevitável que essas medidas fossem ressentidas não somente pelos principais interessados, mas também por muitos outros ao redor deles. Eu participei, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, desse vosso sofrimento. Como vosso pai que sou, poderia não participar dele? Mas, depois de muita oração, reflexão e conselho, vi-me obrigado a tomar essas medidas, assim como outras que as precederam e outras que, talvez, terei ainda que tomar. Se não tivesse procedido desta maneira, teria faltado ao meu dever de zelar eficazmente pela segurança da doutrina da Companhia. Dou-me certamente conta de sua excepcional gravidade, mas uma advertência tão séria como uma encíclica "sobre algumas falsas opiniões que ameaçam destruir os fundamentos da fé católica" nos testifica a presença de uma situação igualmente grave. Devemos aceitar, com espírito de fé, esta advertência do Vigário de N.S. Jesus Cristo.

Desta aceitação quero falar-vos agora. Porque a Encíclica impõe normas que se referem a nosso pensamento, a nosso ensinamento e a nossos escritos; e estas normas devem ser um remédio para os que, mais ou menos, foram ganhos por opiniões perigosas ou errôneas. Mas a presença do remédio não é ainda a cura. Um movimento de ideias como este, do qual tratamos, não se detém sem um muito humilde e muito filial esforço de seus defensores. A história da Igreja nos ensina também quão difícil é esse esforço e como, muitas vezes, o ensinamento do Magistério não pôde reprimir, senão lentamente e com dificuldade, os desvios doutrinais que queria eliminar. E não estou falando dos numerosos casos em que o Magistério chocou-se com a negação decidida a se submeter. Não falo destes casos, porque sei que nenhum de vós pensará em opor ao Papa tal resistência. A única atitude que nos convém é, sem dúvida, a de nos submetermos perfeitamente. Mas, entre a rebeldia deliberada à submissão e a perfeita obediência, há lugar para posições intermédias, nas quais facilmente se pode ultrapassar a norma imposta, se não se têm ideias claras na matéria. Por isto, julgo meu dever, Reverendos Padres e caríssimos Irmãos, dissipar, tanto quanto possível, todas as possíveis obscuridades, a fim de vos precaver contra tal tentação.

Porque é custoso reconhecer que se está enganado, quando não se pôde chegar, senão por meio de acaloradas controvérsias, ao convencimento da solidez de suas posições ideológicas e da debilidade das posições de seus adversários. A isto se deve acrescentar que as opiniões adotadas estão, com frequência, relacionadas com certas maneiras de abordar ou de tratar os problemas, às quais se está habituado, de tal maneira que terminaram por se converter, de certo modo, em uma parte da própria personalidade, da qual não facilmente podemos nos desprender. Enfim, em tais circunstâncias, não faltam amigos que, faltos de penetração ou de firmeza, sublinham aquelas razões que podem pôr em jogo desfavorável a própria intervenção da autoridade, tocando apenas nos aspectos essenciais.

Aonde se chega então? Chega-se, sem ter clara consciência, a querer conciliar as coisas inconciliáveis: reconhece-se, por uma parte, toda a submissão que é necessária e, por outra, sustentam-se essas ideias contrárias ao juízo do Magistério, que lhe são tão caras. E por esse caminho se chega a submeter os textos do Magistério a uma exegese que desvirtua o sentido do mesmo, seja aplicando-lhe distinções arbitrárias, seja fazendo-se surdos às exigências do Magistério, seja, enfim, atribuindo à autoridade a intenção de censurar essas opiniões como se tivessem um sentido mais avançado do que, na realidade, têm. Estas mesmas opiniões (as deles), menos severamente julgadas, poderiam, talvez, ser permitidas.

Todos sabemos que os textos não expressam seu verdadeiro sentido senão àqueles que estão dispostos a reconhecê-lo, qualquer que este seja, e que tal sentido fica, pelo contrário, oculto àqueles que, em seu interior, querem dar-lhes uma interpretação conforme a seus preconceitos. A Encíclica "Humani Generis" deve ser interpretada segundo as regras aprovadas que os melhores teólogos aplicam a esta classe de documentos. No entanto, não seria suficiente uma aplicação técnica destas regras; requer-se, ademais, investigar o próprio texto em seu sentido mais íntimo, se assim podemos dizer, em possibilidade e disponibilidade de um confronto com ele. Aqui devemos notar que não se podem ter nem opiniões diretamente opostas à Encíclica, nem tampouco aquelas que indiretamente se oponham a ela, em contradição com as conclusões que o documento papal visivelmente defende.

Se insisto nestas distinções, é porque a natureza humana está sempre inclinada a se enganar, a persuadir-se de que está obedecendo plenamente, quando, na realidade, está buscando uma evasiva. E se vos estou falando com inteira franqueza – como vos tereis, sem dúvida, dado conta – é porque uma série de fatos me ensinaram que tal insistência é oportuna e necessária. Muitos de vós tendes necessidade de que vosso Superior e pai vos instrua. Alguns pareceis muito preocupados com vossa própria defesa; mas, quando o Papa fala, é outra a preocupação que deveria vos dominar. Estais, porventura, enganados e sonhando? Há uma maneira de se defender que poderia parecer como um desmentido dado pelo súdito ao Romano Pontífice. Por duas vezes, pelo menos, o Sumo Pontífice deu a entender claramente que alguns "dos doutores católicos" não souberam se guardar dos erros que Ele assinala em sua Encíclica. (A.A.S., vol. XXXXII, pág. 564, 577). Pretenderão, não obstante, alguns que sua Encíclica se refere tão somente às posições extremadas ou aduzirão as opiniões de certos teólogos como se estas não estivessem expressamente contidas na Encíclica, ou dirão que ela se refere exclusivamente às deformações, sustentadas por alguns discípulos, das ideias ensinadas por seus mestres? Nós, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, não podemos admitir que nossas reações frente à Encíclica deem a impressão, por pequena que esta seja, de uma triste contenda do fato e do direito. É doloroso chegar a posteriores precisões; no entanto, eu devo fazê-las, buscando o bem daqueles a quem estas possam causar maior pena.

A Encíclica se opõe ao relativismo teológico: não tão somente a um relativismo que pudesse ser considerado como extremo, que recorda o que sustentam os protestantes liberais e que está descartado de uma maneira indireta pelo teor de toda a Encíclica, mas também a um relativismo mais moderado, que o Papa aponta expressamente, cuja descrição encontramos nestas palavras da Encíclica:

'Os mistérios da fé não podem nunca ser expressos – como se pretende – por noções adequadamente verdadeiras, mas somente por noções aproximadas, que podem sempre mudar; que indicam, em certa medida, a verdade, mas sujeita a sofrer necessariamente uma deformação. Portanto – continua a Encíclica – não pensam que é absurdo, mas necessário, que a

teologia se acomode às diversas filosofias que, no transcurso dos tempos, possam surgir e das quais ela usa como instrumentos; é necessário que mude as antigas noções pelas modernas, de sorte que, de diversas maneiras, mesmo sob certo aspecto opostas, mas que, como dizem, valem o mesmo, nos dê aos homens as verdades divinas'. (A.A.S. pág. 566).

A lealdade para com este ensinamento do Santo Padre nos impõe o dever de não admitir que o que é absoluto e imutável, contido no desenvolvimento da teologia, seja tão somente um absoluto de afirmação e não de conteúdo; ou que as coisas invariáveis da teologia – mistérios revelados e as coisas conexas da razão – não possam ser concebidas especificamente em noções invariáveis, como elas são, mas que necessariamente devam se expressar nas concepções contingentes que as expressam, posto que mudam as próprias afirmações eternas; ou, enfim, que uma verdade imutável não possa se manter quando o espírito humano evoluiu, graças a uma evolução simultânea e proporcional que querem expressar. Não será preciso, depois de ter distinguido na Revelação, por uma parte, todo o dogma, a saber, a realidade de Cristo, alcançada por uma percepção totalmente concreta e viva, e, por outra parte, o andaime conceitual do tesouro assim possuído, buscar outra expressão, como se nossos conceitos devessem ser revisados constantemente para se adaptarem à verdade normativa dos mistérios ou como se eles não expressassem parcialmente a verdade divina senão com a condição de serem referidos a todo o dogma, alcançado segundo um modo superior de conhecimento.

Paralelamente, para não nos afastarmos do ensinamento do Chefe da Igreja sobre o valor da razão no campo da filosofia, é preciso nos guardarmos de falar como se a ideia de uma doutrina filosófica, capaz de integrar em si as aquisições eternas de todas as outras filosofias, implicasse uma contradição e como se a expressão mais completa da verdade filosófica devesse necessariamente encontrar-se em uma série de doutrinas que fossem entre si complementares e convergentes, apesar de suas diferenças, inclusive de suas oposições sistemáticas. Totalmente contrário é a linguagem da Encíclica. Ela pede que se mantenha 'a possibilidade de uma metafísica absolutamente verdadeira'; ela censura a

opinião segundo a qual as realidades, sobretudo as realidades transcendentes, tivessem sua expressão mais apropriada nas doutrinas díspares que necessariamente se complementam, embora se oponham, por outra parte, umas às outras.

A Encíclica fala de duas provas: a da existência de Deus e a do fato da revelação. No que toca à primeira, pede-nos, entre outras coisas, sustentar que, "sem os auxílios da Divina Revelação e da graça, somente por nossas luzes naturais e pelos argumentos que nos dão as coisas criadas, a razão humana pode demonstrar a existência de um Deus pessoal" (A.A.S., vol. cit. pág. 570 e 573). Para não nos opormos a este ensinamento ou reduzir seu sentido abusivamente, é preciso admitir que a existência de um Deus verdadeiro pode ser a conclusão lógica de um raciocínio verdadeiro. Nega-se, pois, que, no domínio da razão, a verdadeira prova da existência de Deus deva consistir em demonstrar a necessidade na qual o homem se encontra de conhecer livremente a Deus pela fé, sob pena de não responder ao chamado essencial de seu querer. Admitir-se-á igualmente que toda prova da existência de Deus não é, por necessidade, no sentido de Santo Anselmo, uma inteligência da fé, um esforço para poder juntar, por via de raciocínio, a afirmação prévia da fé. Não se sustentará que toda prova da existência de Deus é sempre um fato criticável, posto que o andaime dialético pelo qual se pode alcançar, frequentemente antiquado, é, em todo caso, sempre inadequado ao movimento do espírito que busca e quer traduzir o que para ele seria a verdadeira prova. Enfim, cuidar-se-á de não enervar, por outro desvio, a prova natural da existência do verdadeiro Deus, ao negar a nossos conceitos o poder de nos representar a Deus de uma maneira verdadeira. Não se dirá, pois, que, por razão do caráter deficiente de nossos conceitos, a afirmação de Deus é impotente para justificar nenhuma das formas particulares em que se funda, a ponto de o espírito não poder evitar o escolho do ateísmo sem voltar a cair na idolatria, até que o dom sobrenatural da vida de caridade dê à afirmação de Deus um conteúdo espiritual apropriado.

No que toca à prova do fato da Revelação, a Encíclica adverte que, graças aos sinais exteriores dados por Deus, 'a origem divina da religião

cristã pode ser demonstrada com certeza, também pela só luz natural da razão'. Se se lê esta passagem, referindo-se às tendências atuais do pensamento teológico, vê-se que o Santo Padre dá o apoio de sua autoridade a uma tese clássica, que a maior parte dos teólogos mantém contra certas opiniões novas. Nem impede que pensemos que, de fato, a graça ilumina sempre a razão, mesmo no caso em que ela se encaminhe ao conhecimento do próprio fato da Revelação. Se a luz natural da razão possui, absolutamente falando, o poder para distinguir as provas da Revelação, é, no entanto, legítimo crer que, em concreto, o exercício deste poder pode ser, mais ou menos, impedido pelo acúmulo das dificuldades. Deve-se admitir que a certeza da qual a Encíclica fala é uma certeza propriamente dita; mas esta não requer necessariamente um motivo que exclua a possibilidade de qualquer dúvida; basta que exclua a possibilidade de uma dúvida prudente. Depois da Encíclica, não se pode sustentar ainda que só o aspecto interior de Deus permite discernir com certeza a significação dos fatos divinos que autenticam a Revelação. Não podemos nos contentar em admitir que, aos olhos da razão, a Revelação se apresenta como um enigma que devemos decifrar, do qual não é possível evadir-se; mas se sustentará que, independentemente do auxílio da luz da graça, a razão humana tem, por força absoluta, capacidade para provar com certeza o próprio fato da Revelação.

> Meu predecessor, o Pe. Ledóchowski, promulgou, há uns trinta anos, uma proibição, que está em vigor, e que proíbe aos Nossos sustentar uma teoria da fé que contenha, entre outras coisas, a tese à qual a Encíclica se refere. Alguns parece que pensavam que esta tese não caía sob dita proibição, senão tão somente na medida em que ela estivesse comprometida dentro do contexto da teoria incriminada. Mas, qualquer que tenha sido então o valor desta opinião, o texto da Encíclica do Papa não deixa mais campo a nenhuma interpretação deste gênero. Doravante, os Nossos se cuidarão de manter esta tese, em qualquer contexto em que se ponha.

Mas, ademais, a Encíclica condena, em termos gerais, a todos aqueles "que pretendem *rationali indoli credibilitatis fidei christianae iniuriam inferunt*", atacar a índole racional da credibilidade, própria da fé

cristã. O que se podia afirmar antes, sustentando a tese, ficou descartado pela Encíclica, a saber, a necessidade absoluta de uma iluminação sobrenatural para provar o fato da Revelação; mas essa afirmação se podia e se pode fazer de muito diversas maneiras, especialmente negando o valor de certas provas apologéticas muito importantes. Eu não sei se o Santo Padre teve em conta tal negação, mas é meu dever assinalar este escolho, que vós todos deveis evitar. Não é justo, nem legítimo, dizer que não há meio de fundar uma prova apologética verdadeiramente sólida da Ressurreição de Jesus Cristo com o testemunho dos documentos históricos que nos referem a mais antiga pregação apostólica, a aparição e o sepulcro vazio.

(NOTA: O Decreto *Lamentabili* condena a seguinte proposição:
'Resurrectio Salvatoris non est proprie factum ordinis historici, sed factum ordinis mere supernaturalis, nec demonstratum, nec demonstrabile, quod conscientia christiana sensim ex aliis derivavit': a Ressurreição do Salvador não é propriamente um fato de ordem histórica, mas um fato meramente sobrenatural, que nem foi, nem pode ser demonstrado, mas que a consciência cristã formou a partir de outros caminhos.)

Se não se pudesse provar esta Ressurreição, apoiando-nos tão somente na autoridade dos livros do Novo Testamento, considerados simplesmente como documentos históricos, não se poderia demonstrar que Jesus se apresentou como o Messias e o Filho de Deus, no sentido próprio, nem que Ele confirmou esse testemunho que deu de sua pessoa com seus milagres e sua Ressurreição. Não se pode dizer, de uma maneira conforme ao pensamento católico, que, depois de ter mostrado como Jesus quis realizar, no quadro de uma vida humana, uma obediência total a Deus, o historiador não pode ir mais adiante e que, no que se refere à resposta que se deve dar à óbvia pergunta que nasce dessa realidade humana da vida de Cristo, a saber: QUEM É, POIS, ESTE HOMEM?, o historiador deve ceder a palavra ao crente ou ao incrédulo. A Encíclica 'PROVIDENTISSIMUS' fala em termos totalmente distintos: *Quoniam vero divinum et infalibile Magisterium Ecclesiae, in auctoritate etiam Sacrae Scripturae consistit, huius propterea fides saltem humana asserenda in primis vindicanda est: quibus ex libris, tanquam ex*

antiquitatis probatissimis testibus, Christi Domini divinitas et legatio, Ecclesiae hierarchicae institutio, primatus Petro et successoribus eius collatus, in tuto apertoque collocentur: Dado que o Magistério divino e infalível da Igreja se funda também na autoridade da Sagrada Escritura, deve ser defendida a fé nesses livros santos, ao menos a humana, a qual havemos de proclamar, porque com esses livros, como com as testemunhas mais antigas e autorizadas, demonstramos a divindade e a legação de Cristo N.S., a fundação da Igreja Hierárquica e a colação do Primado a Pedro e a seus sucessores.

Há na Encíclica um ensinamento sobre a liberdade com que Deus fez a criação: 'Pretendem – diz o Santo Padre – que a criação do mundo foi necessária, porque procede da liberalidade do amor divino' (que é necessário); e faz notar o Papa que esta doutrina não está de acordo com a doutrina dogmática do Vaticano (Primeiro). Trata-se aqui da criação em geral; a forma particular que a criação seguiu, segundo os planos primitivos. O Soberano Pontífice nos recorda que a criação, obra certamente do amor soberanamente liberal de Deus, procede também de uma livre eleição deste amor infinito de Deus. A negação desta livre eleição equivaleria a afirmar que Deus procedeu, não com liberdade, mas com necessidade, à criação. Negada a liberdade de Deus na obra criadora, haverá que se recorrer então, com belas palavras, a uma liberdade transcendente, com a qual Deus teria criado o universo; mas, de todos os modos, esta liberdade deveria ser concebida como uma necessidade, pela qual Deus não teria podido deixar de criar o universo. Depois do qual, se poderá, talvez, falar ainda da contingência da criatura, para expressar que nenhum ser, fora de Deus, tem em si a razão suficiente de sua existência, mas não certamente para expressar que Deus teria podido deixar de criar o universo. Manter-se-ia, neste caso, a necessidade com que, segundo esta tese, Deus teve que criar o universo; o que é precisamente o que a Encíclica rechaça. Seria ainda mais grave usar uma linguagem que não somente supusesse a necessidade da criação, mas que atacasse, se não a própria personalidade de Deus, ao menos sua transcendência absoluta. Tive que fazer esta advertência, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, porque, por desgraça, circularam certos escritos que tratam das relações

entre Deus e o mundo nos termos mais equívocos. A imagem de Deus, que naturalmente suscitam no espírito, deforma gravemente nossa fé, os traços que Deus nos dá essa fé. Não insisto mais sobre este ponto, porque não creio que estas ideias tenham encontrado um verdadeiro eco entre os Nossos.

O Santo Padre nos fala também da criação imediata da alma humana. Ele toca esta verdade à maneira de parêntese, mas nos termos mais precisos. Com efeito, nos diz: 'a fé católica nos manda sustentar que as almas dos homens são imediatamente criadas por Deus' (Veja-se, nesta passagem da Encíclica, a distinção essencial entre a matéria e o espírito) (A.A.S., p. 570). Isto significa a criação imediata por Deus da alma humana: a causa eficiente da alma é só Deus; de tal maneira que a alma não é o termo da transformação de algo pré-existente (*non ex aliquo*), mas um ser que Deus com sua Onipotência tira do nada. Claramente vai contra esta verdade quem diz que o tecido do universo é o espírito-matéria e que o universo é a matéria que evolui no espírito; quem explica que a unidade do mundo é a elevação a um estado sempre mais espiritual de uma consciência, a princípio pluralizada e materializada; quem vê no homem simplesmente o estado mais elevado que nós conhecemos do desenvolvimento do espírito sobre a terra. É claro que não basta, para tornar aceitáveis estas ideias, dizer que o aparecimento da pessoa humana marca um ponto crítico e uma mudança de estado. Ainda que se acrescente que esta mudança só representa um passo da evolução, no qual não se rechaça, portanto, a doutrina da criação imediata da alma. Porque uma mudança brusca e mesmo específica, que se dá no curso de uma evolução, não basta para definir uma criação imediata.

'Alguns – observa a Encíclica – corrompem o caráter de dom gratuito (a gratuidade), próprio da ordem sobrenatural, quando presumem dizer que Deus não pode criar seres dotados de inteligência sem os ordenar e chamar à visão beatífica'. (A.A.S. p. 570). Qual é a transcendência desta afirmação? Deve-se dizer, conforme uma regra de interpretação geralmente admitida, que o Papa ordena que nos adiramos à proposição contraditória à que ele condena. Devemos reconhecer, pois, que teria sido possível para Deus criar seres espirituais sem os destinar à visão beatífica.

Explica Sua Santidade por que ele manda que se sustente, como verdade indiscutível, esta possibilidade: se a negamos, comprometeremos o caráter de dom gratuito (de gratuidade), que é próprio de toda a ordem sobrenatural. O que, em outras palavras, é dizer: a noção tradicional do caráter completamente gratuito da ordem sobrenatural implica que Deus teria podido criar seres espirituais sem os convidar à visão beatífica, como de fato Ele o fez conosco. Assim, pois, doravante, não se poderá sustentar a tese segundo a qual a criatura espiritual não teria podido existir sem ser elevada à ordem sobrenatural e à visão beatífica. Essa tese, reprovada pelo Papa, é a filosofia; ou que esta tese, excogitada para salvar o caráter de dom gratuito do sobrenatural, é impotente para cumprir este papel; ou que ela está privada de significação, depois de ter compreendido que o espírito deve ir do real ao possível e não inversamente; ou, ainda mais, que, segundo esta tese, o destino sobrenatural seria, ao mesmo tempo, essencial ao homem e gratuito para ele. Nós, doravante, não sustentaremos senão os dois pontos de vista que podem nos explicar o caráter de dom gratuito da visão beatífica: um, que implicaria o recurso da possibilidade de uma ordem na qual Deus não destinasse a criatura inteligente a esta visão; e o outro, que excluiria tal recurso, ao mesmo tempo que o tornaria supérfluo. Enfim, aceitaremos plenamente que Deus teria podido criar o homem sem o destinar à beatitude sobrenatural; nós não diremos, pois, que tal afirmação é somente legítima como uma maneira antropomórfica de expressar a suprema ‘gratuidade’ de um dom que Deus não poderia se abster de oferecer ao homem depois de o ter criado.

O Papa se condói de que, ‘sem levar em conta as definições do Concílio de Trento, se trate agora de desviar o sentido do pecado original’. Estas palavras devem nos bastar, como deveria ter bastado anteriormente a doutrina do Concílio de Trento, para impedir que se imaginasse um pecado que não fosse o resultado de uma falta cometida, mas que seria uma oposição inata à caridade, um mal necessário da criação humana, comprometida na matéria em que vive e chamada a participar da vida divina. Com efeito, o Concílio de Trento expressamente ensina que o pecado original tem sua origem na prevaricação de Adão (Conc. Trid. sess. 5, c. 2). E como poderíamos evitar fazer a Deus responsável por um

pecado que, independentemente de toda falta cometida, seria uma condição inata da criatura humana? Não se corrige suficientemente tal opinião dizendo que ela não é senão uma explicação parcial; e que somente trata de explicar o estado incompleto de uma tara original, que deve sua terminação à intervenção de uma falta realmente cometida. Esta correção resulta totalmente insuficiente por diversas razões; em particular, porque o Concílio de Trento nos ensina: primeiramente, que antes de sua queda, Adão havia sido criado e constituído por Deus 'na santidade e na justiça'; e, em segundo lugar, que a concupiscência, que conduz à transgressão, teve, em primeiro lugar, sua origem nessa queda (Trid. sess. 5, c. 5).

O dogma do pecado original está relacionado com a questão da origem monogenética ou poligenética do homem, assunto sobre o qual a Encíclica contém uma importante declaração. Por monogenismo os teólogos entendem a propagação da humanidade inteira a partir de um único casal; e por poligenismo, a propagação do gênero humano partindo de uma base mais extensa, isto é, de diversos casais humanos. O Santo Padre não admite que o poligenismo (entendido certamente como o explicamos) possa ser objeto de livre discussão, como pôde ser, dentro de seus justos limites, o evolucionismo estendido até a própria origem do corpo humano. Ele explica sua firme posição nestes termos: 'Mas, quando se trata do poligenismo, os filhos da Igreja não gozam da mesma liberdade, porque os fiéis cristãos não podem abraçar a teoria de que, depois de Adão, houve na terra verdadeiros homens não procedentes do mesmo protoparente por geração natural, ou bem de que Adão significa o conjunto de muitos primeiros pais; pois não se vê claro como tal sentença possa se compaginar com quanto as fontes da verdade revelada e os documentos do Magistério da Igreja ensinam sobre o pecado original, que procede de um só pecado, em verdade cometido por um só Adão, individual e moralmente, e que, transmitido a todos os homens pela geração, é inerente a cada um deles como seu próprio'. (Rom. V, 12-19; Trid. sess. 5, can. 1-4). Vê-se claro que o Sumo Pontífice não quis se pronunciar sobre a antiga hipótese dos 'pré-adamitas', contanto que eles tivessem formado uma família humana que existiu antes do aparecimento

da nossa; mas, com esta reserva, proíbe admitir o poligenismo. E dá a razão desta proibição: porque tal sentença 'não pode se compaginar com quanto as fontes da verdade revelada e os documentos do Magistério da Igreja ensinam sobre o pecado original, que procede de um pecado, em verdade cometido por um só Adão e que, transmitido a todos os homens, é inerente a cada um deles como seu próprio'. Em outras palavras, é claro que o poligenismo não é compatível com as exigências de nossa fé. Um católico não pode pôr em discussão o monogenismo da humanidade. Todos nós manteremos que o mistério do pecado original implica o fato da existência de um primeiro homem, Adão, cabeça individual da humanidade, assim como de Cristo, o segundo Adão, que veio a nos libertar da ruína na qual nos havia posto o primeiro Adão, tronco de toda a humanidade.

A propósito do pecado original, o Papa indica como se corrompeu também a noção do pecado em geral (*Unaque simul pervertitur notio peccati in universum prout est Dei offensa, itemque satisfactionis a Christo pro nobis exhibitae*): e se corrompe ao mesmo tempo a noção do pecado em geral, enquanto é uma ofensa feita a Deus, assim como a da satisfação feita por nós por Cristo. Segundo uma exposição muito recentemente publicada, embora se continue dizendo que o pecado é uma ofensa que o homem faz a Deus, tendo em consideração a atitude do pecador, que faz quanto está em seu poder para ultrajar a Deus, não obstante, o pecado não ofenderia a Deus de maneira que fizesse o pecador contrair uma dívida de reparação, face a face, com a justiça divina. Assim, Deus não teria por que submeter o perdão da humanidade culpada à condição de que Cristo oferecesse a sua Divina Majestade a justa reparação da ofensa do pecado. Teríamos que renunciar a ver, na satisfação de Nosso Divino Salvador, uma homenagem destinada a reparar, aos olhos da justiça divina, a ofensa feita a Deus pelo pecado. A Encíclica nos põe de sobreaviso contra tal opinião e nos exorta a não deformar nem a noção tradicional do pecado, nem a da satisfação redentora oferecida por Cristo. É, pois, necessário sustentar, em conformidade com a Tradição, que o pecado de tal maneira ofende a Deus que nos impõe o encargo de uma dívida de reparação para com Ele, e que nosso Divino Salvador nos tornou

Deus propício ao redimir nossas ofensas pela homenagem de sua obediência até a morte.

Eu devo falar-vos também, meus Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, dos mistérios da presença real e da transubstanciação. A Encíclica nos diz: *'Nec desunt qui contendant transsubstantiationis doctrinam, utpote antiquata notione philosophica substantiae innixam, ita emendandam esse ut realis Christi praesentia in Sanctissima Eucharistia ad quemdam symbolismum reducatur, quatenus consecratae species, non nisi signa efficacia sint spiritualis praesentiae Christi eiusque intimae coniunctionis cum fidelibus membris in corpore Mystico'*: Nem faltam os que pretendam que a doutrina da transubstanciação, por se apoiar em uma antiquada noção filosófica da substância, deva ser de tal maneira corrigida que a presença real de Cristo na Santíssima Eucaristia seja reduzida a um certo simbolismo, enquanto as espécies consagradas não são outra coisa senão sinais eficazes da presença espiritual de Cristo e de sua íntima união com os membros fiéis de seu corpo Místico. Nestas páginas, nas quais eu não quero ver senão UM ensaio precipitado, que não deveriam ter sido jamais escritas, nem deveriam tampouco ter circulado, encontram-se as seguintes considerações, todas, desde já, concernentes à presença eucarística. Há aqui, dizem, uma presença real, porque a consagração eucarística é a oferenda do Sacrifício da Cruz; mais preciso, porque nela está a oferenda eficaz, que faz da divina vítima o espírito vivificante da humanidade regenerada. A presença eucarística – dizem ademais – não deve ser concebida como uma relação direta ou indireta ao lugar; a eucaristia nos dá uma presença melhor: ela faz com que Cristo esteja espiritualmente presente na humanidade; graças a ela, nós estamos, nós somos mais próximos de Cristo, nós podemos pedir-lhe e contar com sua ajuda. E acrescentam que não é preciso preocupar-se em resolver o seguinte dilema: ou Cristo está presente no lugar, ainda que não localmente, ou bem não está senão metaforicamente presente, enquanto a hóstia nos faz pensar em sua presença universal na humanidade. Porque há – dizem – um terceiro termo no dilema: a hóstia consagrada, que não é necessário separar do rito que a consagra, não faz somente pensar na presença real de Cristo na humanidade, ela se converte em um sinal eficaz.

Examinemos, depois, o sujeito da conversão eucarística. A palavra 'transubstanciação' teria o inconveniente de se referir a uma concepção inadmissível dos escolásticos. Para eles – explicam – sendo a realidade da coisa a substância na qual subsistem os acidentes, a coisa não pode mudar realmente a não ser que mude a substância: daí a ideia da transubstanciação. Mas hoje em dia, depois de nos termos acostumado a distinguir os diferentes graus da reflexão, sabemos que cada coisa tem um sentido e, por assim dizer, um ser científico, e um sentido e um ser religioso. Esta segunda significação a definirá em sua verdadeira realidade. Por isto – dizem – que, em virtude do rito da consagração, o pão e o vinho se converteram no símbolo eficaz do Sacrifício de Cristo e de sua presença espiritual na humanidade; seu ser religioso mudou totalmente. Pela força criadora, o pão e o vinho sofreram a mais profunda transformação; mudanças que estão ao nível do ser que constitui sua verdadeira realidade. Isto é o que poderíamos designar como transubstanciação. É claro que a Encíclica proíbe sustentar tal opinião. Como poderíamos sustentá-la, se não está de acordo com a fé católica?

Com profunda pena devo reconhecer, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, que alguns dos Nossos, em lugar de se oporem resolutamente a tal concepção, nela se inspiraram. Fizeram, eu sei, suas modificações e suas correções a esta doutrina, mas, no entanto, sustentaram a ideia de que a transubstanciação deve ser definida, ou pode ser definida, como uma mudança de sentido e de função do pão e do vinho (isso que eles chamam de transfinalização). Ao fazer isto, não podiam se vangloriar de estar renovando uma antiga tradição agostiniana, apesar de os teólogos medievais terem expressamente dito que, em certa época, se havia falado da 'carne espiritual' para designar a eucaristia, mas em um sentido totalmente objetivo, que seria inverso às concepções de Santo Agostinho; apesar do que se disse também do turbilhão histórico originado em torno das ideias de Berengário (dez. 1058), depois do qual, na teologia eucarística, à dialética do sinal e da coisa, havia respondido a noção da substância; apesar, enfim, do que se havia acrescentado sobre o realismo sacramental que, desde então, só secundariamente foi considerado como um simbolismo, a fé na presença real começou a ser protegida, durante

uma longa série de séculos, por uma teologia sacramental que foi se desenvolvendo e organizando devidamente. Não podemos agora substituir uma nova representação do mistério eucarístico à que sancionou o Concílio de Trento. Devemos afirmar que as manifestações sensíveis (os acidentes eucarísticos) do pão e do vinho são a expressão de uma substância (ou de um conglomerado substancial) de um objeto existente, ao qual se atribuem; e que esta substância, por uma transformação total, se converte no próprio Corpo e Sangue de Cristo. Devemos sustentar igualmente que, em virtude da transformação da substância do pão e do vinho na substância do Corpo e Sangue de Jesus Cristo, a humanidade de Jesus está contida sob as espécies sacramentais, e que essa sacratíssima humanidade, em sua própria realidade, está presente sobre nossos altares, embora oculta sob os acidentes eucarísticos. Sem dúvida, durante longos séculos, o mistério eucarístico não havia sido formulado de uma maneira tão explícita e precisa. Mas, como nos diz a Encíclica, o são método teológico proíbe fazer valer contra as expressões explícitas da Tradição mais recente as expressões ainda não precisas da Tradição mais antiga ou da Escritura. Isto equivaleria a não apreciar o papel que têm a Igreja e sua Tradição para interpretar e explorar as riquezas do dom revelado.

O Soberano Pontífice não fala tão somente do Corpo de Jesus, presente na Eucaristia, mas faz também menção do Corpo Místico do Senhor. Recorda, embora não a diga expressamente, o ensinamento que ele havia dado na Encíclica ‘Mystici Corporis Christi’, da identidade da Igreja Católica Romana com o Corpo Místico. ‘Alguns não se creem ligados – diz – pela doutrina ensinada há poucos anos em nossa Encíclica, e apoiada nas fontes da Revelação, a saber, que o Corpo Místico de Cristo e a Igreja Católica Romana são a mesma e única coisa’. Se não se compreendeu em conjunto este ensinamento do Papa, não deveria, ao menos, compreender-se sua recordação? Não será, pois, necessário continuar discutindo a realidade de que a Igreja visível seja verdadeiramente coextensiva ao Corpo Místico de Cristo aqui na terra, nem significar que ela é, embora inadequadamente, distinta dele. Que não se insista em dizer que o Corpo Místico é a realidade invisível da graça, da qual a Igreja é o sinal eficaz; e que teria por consequência, entre a Igreja visível hierárquica

e o Corpo Místico, uma distinção e uma continuidade como a que se dá entre um sinal e a coisa por ele significada. Porque o Chefe da Igreja não fala de tal distinção, nem de tal continuidade, mas de uma real identidade: a Igreja é una, visível em um aspecto e invisível em outro, e, portanto, não é realmente distinta do Corpo Místico de Cristo.

Uma passagem importante da Encíclica trata da filosofia escolástica (*philosophia nostris scholis tradita*). O Papa não sublinha tão somente, seja o que for que ele pareça dizer, o valor do realismo moderno aos olhos do qual as leis do espírito ou os primeiros princípios são também as leis do ser, segundo o qual é possível um conhecimento do mundo e de um conjunto de verdades absolutas, mediante signos conceituais. Este realismo moderado é uma posição comum a muitas filosofias, entre as quais algumas se opõem abertamente à nossa filosofia perene. Do mesmo modo, o Santo Padre se preocupa em sublinhar outras coisas ainda. Faz notar que a filosofia escolástica contém numerosos pontos que tocam, ao menos indiretamente, a questões da fé e da moral, que não podem ser postas em discussão. Entre estes pontos – precisa Sua Santidade – é necessário assinalar, em primeiro lugar, os princípios desta filosofia e seus principais acertos. É certo que ele aprova que se aperfeiçoe e se enriqueça a filosofia escolástica; e admite como útil confrontar a escolástica com outros grandes sistemas; no entanto, o Papa não admite que se a transtorne, que se introduzam nela falsos princípios ou que se a estime como uma construção grandiosa, mas já fora de tempo e antiquada. Recorda-nos também que o valor privilegiado de nossa filosofia cristã não lhe vem tão somente da sabedoria humana, mas também da Revelação, tomada por nossos grandes doutores como norma diretriz de suas investigações. Pede que nos esforcemos em contribuir para o progresso do pensamento filosófico, não opondo constantemente à nossa filosofia as teses novas às que foram devidamente estabelecidas, mas, sobretudo, acrescentando novas verdades à verdade já conhecida e, antes de tudo, corrigindo os erros que se puderam introduzir nas doutrinas do passado. No que toca ao tomismo, enfim, ele nos recorda a prescrição do Direito Canônico, em virtude da qual os futuros sacerdotes devem ser formados nas disciplinas filosóficas, ‘segundo o método, a doutrina e os princípios do Doutor

Angélico'. Louva o valor, ao mesmo tempo pedagógico e altamente científico, da doutrina de Santo Tomás, sua perfeita harmonia com a verdade revelada, a eficácia com que assegura os fundamentos racionais da fé e sua aptidão para inspirar uma investigação filosófica sanamente progressiva.

O Sumo Pontífice toma depois a defesa da filosofia escolástica contra seus detratores."

Permita-se-me aqui citar textualmente as palavras de Pio XII, deixando de lado a carta do Pe. Janssens:

"Por isso é muito deplorável que hoje em dia alguns desprezem uma filosofia que a Igreja aceitou e que, imprudentemente, a apelidam de antiquada por sua forma racionalística – assim dizem – pelo processo psicológico. Pregam que esta nossa filosofia defende erroneamente a possibilidade de uma metafísica absolutamente verdadeira, enquanto eles sustentam, pelo contrário, que as verdades, principalmente as que se completam mutuamente, embora de certo modo sejam opostas entre si. Por isso, concedem que a filosofia ensinada em nossas escolas, com sua lúcida exposição e solução dos problemas, com sua exata precisão de conceitos e com suas claras distinções, pode ser útil como preparação para o estudo da teologia escolástica, como se adaptou perfeitamente à mentalidade do medievo; mas afirmam que não é um método filosófico que responda já à cultura e às necessidades modernas. Acrescentam, ademais, que a filosofia perene não é senão a filosofia das essências imutáveis, enquanto a mente moderna há de considerar a existência dos seres singulares e a vida em sua contínua evolução. E, enquanto desprezam esta filosofia, ensaiam outras, antigas ou modernas, orientais ou ocidentais, de tal modo que parecem insinuar que qualquer filosofia ou doutrina opinável, acrescentando-lhe – se fosse mister – algumas correções ou complementos, pode conciliar-se com o dogma católico. Mas nenhum católico pode duvidar de quão falso seja tudo isso, principalmente quando se trata de sistemas como o imanentismo, o idealismo, o materialismo, seja histórico, seja dialético, ou também o existencialismo, tanto se defende o ateísmo como se impugna o valor do raciocínio no campo metafísico."

Continuemos agora com a carta do Pe. Geral dos jesuítas.

"Pio XII rechaça, pois, todos os ataques que se lhe opuseram a seu modo de expressão, que consideram antiquado, e a seu método, que alguns tacharam de racionalismo. Louva, em contrapartida, o Papa, sua preocupação com a clareza na maneira de expor os problemas e resolvê-los, sua precisão na explicação das noções e a nitidez de suas distinções. Aprova o manter a possibilidade de uma metafísica absolutamente verdadeira e não admite que se lhe acuse de ser uma filosofia de essências imutáveis unicamente, incapaz de se enfocar, como é necessário hoje, para a existência individual e o movimento incessante da vida. Defende-a igualmente contra a censura de professar um intelectualismo unilateral e descreve com elogio sua concepção de sua decisão de ter um lugar na investigação da verdade. Rechaça a ideia de que, não importa qual seja, qualquer doutrina filosófica, completada ou corrigida em certos aspectos, possa estar de acordo com o dogma, como o está a filosofia escolástica. Em particular, ele nega tal possibilidade a certas formas da filosofia contemporânea, que ele enumera. Nesta enumeração, anoto a menção do idealismo (notando que a filosofia hegeliana é seguramente idealista) e a do existencialismo, não somente o ateu, mas ainda o que admite a religião, embora negue o valor do raciocínio da metafísica.

Se alguns dos Nossos se formaram uma mentalidade filosófica que lhes tornou antipáticos o método ou as grandes teses dos melhores doutores escolásticos e, particularmente, de Santo Tomás de Aquino; se deixaram de ver o meio para estudar com fruto os problemas filosóficos de nossos dias à luz da antiga filosofia e em verdadeira continuidade com ela, não poderão, sem uma grande deslealdade e um confronto ao Soberano Pontífice, pretender continuar ensinando a filosofia, sobretudo aos futuros sacerdotes. Seus Superiores não poderão, sem faltar a seu dever, confiar-lhes um cargo que não poderá ser exercido como se deve. Compreendo perfeitamente que, apesar de uma vontade sincera de obedecer, não se pode mudar de mentalidade de um dia para outro; mas, de maneira alguma, posso aprovar que se queira ensinar a filosofia, se este ensino não pode ser feito segundo as normas dadas pelo Papa.

As normas que se referem à 'philosophia perennis' estão precedidas na Encíclica por aquelas que se referem à teologia escolástica. Falando desta última, o Sumo Pontífice qualifica de extrema imprudência o fato de rechaçar, de descuidar ou de não ter estima por '*Tot ac tanta, quae pluries saeculari labore a viris non communi ingenii ac sanctitatis, invigilante sacro Magisterio, nec sine Sancti Spiritus lumine et ductu, ad accuratius in dies fidei veritates exprimendas, mente concepta, expressa ac perpolita sunt*', tantas e tão grandes coisas que frequentemente, com um trabalho secular, foram concebidas, expressas e aquilatadas por varões de não comum engenho e santidade, sob a vigilância do Sagrado Magistério e não sem a luz e a direção do Espírito Santo. 'O menosprezo – diz ademais o Papa – da terminologia e das noções que os teólogos acostumaram usar conduz naturalmente a privar de consistência a teologia especulativa, a qual julgam desprovida de toda certeza, pelo fato de estar apoiada no raciocínio teológico'. Um professor de dogma não levaria em conta, como convém, estas advertências se ele descuidasse em seu ensino da teologia escolástica ou se mostrasse pouca estima para com ela. Se impedisse que sua mentalidade se inspirasse nos ensinamentos e pontos de vista da Encíclica sobre a teologia, não poderia permanecer em seu posto; ele mesmo, por necessidade, deveria apresentar sua renúncia a seu cargo. Bem entendidas as coisas, o Santo Padre não quer que uma intemperante especulação invada a teologia dogmática, com detrimento da teologia positiva. 'As ciências sagradas – observa – encontram sempre um rejuvenescimento no estudo das fontes da Revelação, enquanto, pelo contrário, a experiência nos demonstra que uma especulação que descuide da ulterior inquirição do sagrado depósito da Revelação se torna estéril'. O recorrer, pois, constantemente à Bíblia e à Tradição é necessário à teologia especulativa; mas isto não significa que devamos fazer deste recurso uma arma contra a herança da escolástica, a qual a Encíclica tanto estima e louva. Se se quer fazer uma aproximação mais estreita dos vínculos entre a teologia e a Sagrada Escritura, não será, como se disse, para buscar liberá-la de contribuições estranhas que, sem viciá-la fundamentalmente, a teriam, no entanto, colocado, com frequência, fora das categorias escriturísticas fundamentais.

E isto me leva a dizer uma palavra sobre o método de interpretação da Bíblia, porque a Encíclica toca a questão, atualmente muito discutida, da exegese espiritual e simbólica. Não pretende, evidentemente, excluir esta exegese, que pode se demonstrar com a autoridade mesma da Escritura e da Tradição; nem pretende desalentar os esforços por lhe dar um maior valor, nem trata de evitar essas tentativas, ricas em promessas. Mas a Encíclica desaprova as exageros manifestos. Não admite que se fale como se a exegese literal devesse 'ceder o passo à exegese que chamam simbólica e espiritual', como se, graças a esta mudança de método, 'os livros do Antigo Testamento, que até agora haviam sido na Igreja como uma fonte fechada, se abrissem doravante a todos'. Já a Encíclica 'DIVINO AFFLANTE SPIRITU' havia sublinhado que 'o intérprete da Bíblia deve, antes de tudo, esforçar-se em discernir e precisar o sentido literal das palavras bíblicas', conduzindo, ademais, de passagem, a busca para a doutrina moral e religiosa contida nas Sagradas Escrituras.

Não se fala de acordo com as Encíclicas 'DIVINO AFFLANTE SPIRITU' e 'HUMANI GENERIS' quando se afirma, sem mais explicação, que o fim da exegese do Antigo Testamento é explicar o simbolismo que une entre si os acontecimentos históricos sucessivos; mais ainda, que este fim é explicar a linguagem inteligível da história, isto é, de estabelecer, pela presença dos mesmos símbolos, de um certo estilo e de certos termos, as correspondências que unem entre si, no curso dos séculos, os acontecimentos e as instituições. Apesar da grande aceitação que as interpretações simbólicas tiveram entre os Padres da Igreja, não se pode dizer com justiça que a tarefa que se propõe a exegese da Escritura é a de descobrir os 'sacramentos' contidos nela. Estas exageros apresentam um perigo, porque o fim da exegese é o de explorar todo o sentido divino da Escritura. Se, pois, se afirma, sem mais nem menos, que o fim da exegese dos livros do Antigo Testamento é o de descobrir seu sentido espiritual ou simbólico, não é como dizer que o sentido literal destas obras não fosse o sentido divino? E se se pretende que Cristo é o único objeto do Antigo Testamento, não é dar a impressão de um menosprezo ao sentido literal desses livros? Um escrito foi publicado no qual se distingue o sentido humano e literal da Bíblia de seu sentido divino e religioso: este

está contido – diz o autor – como uma filigrana naquele. Mas a Encíclica reprova os que falam de um sentido humano na Bíblia, sob o qual estaria escondido o sentido divino, o único que eles têm por infalível. Nós devemos admitir que o sentido divino e infalível da Bíblia abrange certamente todo o seu sentido humano e literal.

A mesma tese sugere que a inerrância escriturística se estende somente àquilo que, na Bíblia, é dito por Deus, isto é, os ensinamentos religiosos, e que o resto não é senão um veículo da verdade, sobre o qual não poderia se levantar a questão da verdade ou do erro. Mas, o Santo Padre, recordando a doutrina das Encíclicas 'PROVIDENTISSIMUS DEUS', 'SPIRITUS PARACLITUS' e 'DIVINO AFFLANTE SPIRITU', rechaça a opinião segundo a qual 'a imunidade dos Livros Santos contra o erro consiste somente no que nos ensinam sobre Deus e sobre as coisas morais e religiosas'.

Resta-me falar-vos, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, de certas opiniões que se referem a nosso fim último. A Encíclica não faz alusão a este ponto; mas nem sempre se teve a prudência necessária nesta matéria, e é meu dever chamar também sobre isto vossa atenção. Em primeiro lugar, foi dito que a ressurreição da carne, da qual fala o nosso 'CREDO', é uma realidade coextensiva a toda a sucessão dos acontecimentos deste mundo, uma realidade que não é necessário situar em um lugar em vez de outro; que, se for ligada a cada indivíduo, deveria então ocorrer no momento da morte; se se trata de toda a humanidade, deve então ser colocada no fim dos tempos. Não é este o lugar para citar uma longa série de textos da Escritura, dos Santos Padres e do Magistério, aos quais esta opinião claramente se opõe. Basta-me assinalar a passagem da recente Constituição 'MUNIFICENTISSIMUS DEUS', da qual me faço eco: 'No entanto, segundo uma lei geral, Deus não quer dar aos justos a plena vitória sobre a morte antes que chegue o fim dos tempos. Por isso, mesmo os corpos dos próprios justos estão sujeitos à dissolução depois da morte, e será somente no último dos dias que eles se unirão cada um à sua alma gloriosa. Não obstante, Deus quis que a Bem-aventurada Virgem Maria estivesse isenta desta lei geral.'

Um segundo ponto se refere à natureza dos corpos gloriosos de Cristo e dos eleitos, acerca do qual se falou de uma maneira gravemente repreensível. Fala-se desfavoravelmente da concepção, embora tradicional, de Santo Agostinho, segundo a qual o corpo glorioso é um organismo individual, composto de membros distintos, que têm uma localização particular. Declarou-se que o Corpo glorioso de Cristo não podia ocupar nenhum lugar particular, nem em nosso mundo experimental, nem, muito menos, fora deste mundo, no céu; que o Corpo de Cristo ressuscitado escapa às categorias de lugar e que sua Carne gloriosa, liberada das limitações do espaço, impregna, de certo modo, a humanidade, como a presença divina. No entanto, é claro que recusar aos corpos gloriosos tudo aquilo que é próprio de um organismo e de uma localização particular é concebê-lo de tal maneira que não conserva nenhum dos traços distintos da noção que todos temos de um corpo humano e, sobretudo, de um corpo vivo. E isto é inaceitável. Porque a Igreja nos manda crer na realidade dos corpos ressuscitados, e por 'corpo' ela entende a noção comum do corpo humano. Assim, por exemplo, na definição (contra os Albigenses e os Cátaros) do IV Concílio de Latrão, ensina que os eleitos e os réprobos 'ressuscitarão com seus próprios corpos, que agora têm'. Certo que a Igreja admite que os corpos ressuscitados se encontram em um estado novo, mas nem por isso nos dá a entender que a noção comum do corpo humano, da qual se trata, deva estar despojada de todos os seus traços característicos. Se se vangloriam de aceitar o ensinamento da Igreja e a mensagem da fé sobre a ressurreição dos corpos, mas abandonando todos os traços distintivos da noção comum do corpo humano, isto é, de um corpo vivo, vê-se claramente que é grande sua ilusão. Advirto aqui que uma concepção muito espiritualizada da ressurreição gloriosa pode nos levar a tomar posições singularmente temerárias com relação às aparições de Cristo ressuscitado. Apesar da maneira com que os evangelistas nos referem as aparições de Jesus a seus discípulos, pretende-se que estas não podem ser uma manifestação exterior do Corpo de Cristo, mas que devemos entendê-las como a consequência, nas faculdades sensíveis, de uma manifestação interior espiritual do Senhor ressuscitado.

Um terceiro ponto se refere al dogma do inferno eterno. Chegou a mim o eco de uma opinião emitida por alguns, segundo a qual poderíamos, com fundamento, dar por certo que o Castigo eterno com que Deus ameaça os pecadores não seria infligido realmente a nenhum deles; porque a providência misericordiosa de Deus não poderia deixar de conduzir a todos à conversão e à salvação. Mas, como poderemos julgar que as ameaças de um Deus de infinita Majestade não possam ter um caráter tão temível? Atrever-nos-íamos a suprimir, na descrição que o Divino Mestre faz do juízo final, a sentença de condenação lançada contra os malvados? Se tal opinião se difundisse, se tiraria dos fiéis a crença salutar dos castigos divinos. E, a propósito disto, devo também pô-los de sobreaviso contra outra opinião, que obteria os mesmos resultados. Nada nos autoriza a supor que a misericórdia divina regularmente dê, na hora da morte, uma luz e uma força espiritual tal que os pecadores não possam deixar de se converter sem grande dificuldade. Se assim fosse, o Divino Salvador não teria multiplicado suas advertências para que não fôssemos surpreendidos pela chegada imprevista do Juiz Eterno.

Estou seguro, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, de que não há entre vós nenhum que sustente todo este conjunto de opiniões que condenei nesta carta. Algumas haviam começado a se difundir; outras tiveram menos êxito. A maioria de vós não aceitastes nem umas nem outras. Tendes vos dado conta, porque assim o deixei entender, que certas de minhas observações visavam menos a teses formuladas sem ambiguidade do que a posições que poderiam ser mal interpretadas por declarações feitas ambiguamente. Não falei de todos os pontos tocados pela Encíclica ‘HUMANI GENERIS’. Muitos desses pontos se referem a opiniões que, até onde eu sei, não se encontram em nenhum da Companhia. Por isto, ordeno aos Nossos que se conformem, em suas palavras e em seus escritos, aos juízos que, sobre questões doutrinais, formulei na presente carta. Não farão nenhuma propaganda, nem pública nem privada, nem na Companhia nem fora dela; nem sustentarão nenhuma das opiniões desaprovadas, nem atacarão tampouco as que foram propostas para que sejam por todos seguidas.

Sei muito bem, meus Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, que jamais nenhum de meus predecessores promulgou, em matéria doutrinal, prescrições tão extensas. Mas nenhum deles se viu em circunstâncias como estas, nas quais uma Encíclica papal tivesse reprovado tantas opiniões perigosas ou errôneas, que ameaçam estender o contágio dentro da Companhia. E a maior parte de minhas prescrições não fez senão explicar os ensinamentos do Santo Padre, em si ou em suas imediatas consequências, para assegurar a submissão que se lhe deve.

Depois das graves medidas que tomei no curso dos meses precedentes, às quais fiz alusão ao começar esta carta, eu teria querido escrever-vos para vos consolar e encorajar, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos. Não pude fazê-lo. Em consciência, tive que vos enviar uma carta que necessariamente aviva e aprofunda as feridas. Eu espero, no entanto, que sabereis interpretar a intenção benevolente e paternal que anima minha severidade. Quisera dizer-vos, como São Paulo a seus queridos coríntios: 'Não vos escrevo estas linhas para vos envergonhar, mas vos admoesto como a filhos queridos'. Ainda uma advertência dolorosa. Compreendo bem que a crise atual tem que ser muito dura para uma parte notável dos Nossos: para um grupo de mestres, para seus amigos, para um grupo não pequeno de jovens sacerdotes e escolares. Mas era meu dever ajudar a conjurar, a qualquer custo, um mal que vos ameaça e que é mais grave que vosso sofrimento. Este mal seria o de deixar que, sem combatê-lo, subsistisse essa discrepância entre o pensamento de um grupo dos Nossos e as normas doutrinais da Santa Igreja. Essa discrepância não deixaria de sobrevir, mais ou menos conscientemente, apesar do esforço que se fizesse para não a reconhecer, e envenenaria a alma. Tal mal, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, nenhum de vós quereria que se estabelecesse em si, nenhum desejaria comunicar a outros, nenhum poderia infligi-lo à Companhia. Deveis também pensar na reputação da Companhia.

Vós oporeis a este mal a vontade inabalável de obedecer à Encíclica, sem permitir nada que possa parecer uma resistência ou uma negação a obedecê-la. Colocar-vos-eis deliberadamente e manter-vos-eis na seguinte disposição: empenhar-vos-eis em não aderir às opiniões anteriores, na

maneira de tratar certas passagens da Encíclica, como se buscásseis dificuldades para lhe opor, mas, pelo contrário, fareis ressaltar suas opiniões, para tomar como pontos de partida os ensinamentos do Papa, segundo as exigências pelas quais as posições anteriores devem ser abandonadas ou devem ser guardadas. Tal atitude exige espírito de fé e de humildade, mas está cheia de verdadeira grandeza e merece todo o nosso respeito. Se os que, entre vós, se sentem dolorosamente feridos pelas advertências do Santo Padre souberem aproveitá-las e guardá-las, o Senhor poderá tirar da crise atual grandes bens. Sem dúvida alguma que Ele quer fazê-lo, mas é necessária vossa cooperação, que com a ajuda da graça seguramente lhe dareis. Procurai também ter em vosso coração o seguir com grande fidelidade as prescrições de nosso Instituto no que toca à doutrina da Companhia. Não quereria sobrecarregar-vos; mas, como não notar que, se todos os nossos professores e escritores se tivessem nelas inspirado, não nos encontraríamos agora na situação que deploramos! É verdade que o caminho no qual a filosofia e a teologia se ensinam, nos quais se enfrentam os problemas novos e difíceis, está cheio de perigos. Esta não é, no entanto, uma razão para se subtrair a um trabalho que se impõe. Vós o abraçastes e não duvido que continuareis a abraçá-lo. Mas esta deve ser uma razão para empreender esta tarefa com os olhos fixos nas normas nas quais a Companhia consignou os frutos de sua longa experiência. Seguindo o que nos diz Santo Inácio, que nos ordena que, em nossas faculdades, se ensine ‘a doutrina mais segura, que goza na Igreja de mais autoridade’, o governo da Companhia insistiu sempre na segurança e solidez da doutrina. A esta insistência deve responder, em cada um dos filhos da Companhia, o empenho de fazer com que seu pensamento, sua pregação, seu ensino e seus escritos sejam caracterizados por esta segurança e esta solidez, como um certo ar de família. Vós tendes o sentimento fundado, meus Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos.

Tendes o fundado sentimento, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, de que o trabalho intelectual de vossas Províncias está muito longe de preencher sequer o déficit que vós tendes que desenvolver em vossas faculdades filosóficas e teológicas, assim como em vossas casas de escritores, com os valores convenientes. Estais legitimamente orgulhosos

de vossas revistas e de um grande número de obras importantes publicadas em vossa Assistência. Entre os valores que desenvolvestes e dos quais a Companhia vos está agradecida, mencionarei eu mesmo: a vontade eficaz de dar a vosso trabalho uma alta qualidade científica e literária; a preocupação de responder às necessidades da hora presente e ao chamado das almas de hoje em dia, a elaboração de uma teologia viva, cuidadosa de estar em contato com a Sagrada Escritura e com os escritos dos Padres. Não deveis renunciar a estes valores, mas continuareis a desenvolvê-los em uníssono com uma aceitação perfeita da Encíclica 'HUMANI GENERIS'. Desenvolvê-los-eis assim, com grande humildade e modéstia, preocupando-vos menos em estar pensando, renovando ou reformando, do que em guardar, aprofundar e, na medida de vossas forças, corrigir e aperfeiçoar. Sem os exageros do integrismo, deveis procurar que vossos juízos e vossas palavras se inspirem franca e filialmente no 'sentire cum Ecclesia' (sentir com a Igreja). Até em vosso trabalho de investigação, procurareis estar em plena consonância com a Igreja e vos guardareis de um esoterismo que vos ponha fora da grande corrente de filosofia e teologia que ela aprova. Guardareis em vós, como uma expressão pura de vosso espírito eclesial, um sentimento de grande veneração não somente para com a pessoa do Vigário de Cristo N.S., mas também pelo ensinamento, as ordens e as diretrizes que, direta ou indiretamente, emanam dele. A Encíclica insiste, em diversas ocasiões, sobre a submissão a todos os atos da Santa Sé. Devemos fazer um ponto de honra não permitir, a este respeito, nenhuma tergiversação, nenhuma atitude menos nítida, já que pertencemos a uma milícia espiritual que seu fundador quis ligar com os vínculos mais estreitos ao Vigário de Cristo. Mas, sobretudo, faremos desta submissão um assunto de fidelidade ao Divino Rei, a quem estamos consagrados a seu serviço e ao da Igreja, sua Esposa, no Romano Pontífice, seu Vigário na terra. É necessário, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, que a crise doutrinal que começou entre vós não tenha oportunidade de se desenvolver, mas que dê lugar a uma retificação incontestável e unânime. Esta será uma obra comum: uns colaborarão nela com sua oração e sua verdadeira caridade; os outros a realizarão à força de oração e de valerosa submissão. Não sois vós os únicos interessados; a Companhia e a Igreja também o estão, não somente porque se trata de vós,

membros para elas muito queridos, mas também porque Deus quer cumular-vos de dons que assegurem a vosso pensamento uma grande irradiação. A Igreja e a Companhia esperam muito de vós. Quanto a mim, Reverendos Padres e Caríssimos Irmãos, os sacrifícios que eu devo demandar de vós e que confiantemente espero de vossa generosidade me unem a vós de uma maneira especial. Com instância muito particular eu peço ao Divino Salvador por vós. Que Ele vos conceda suas graças proporcionais à dificuldade da crise, da qual Ele quer que saiais vencedores: indissoluvelmente aderidos à palavra de sua Igreja e de seu Vigário, pelos vínculos com que esta prova vos fará seguramente mais queridos a Ele.

Recomendo-me em vossos santos sacrifícios e orações.

Roma, 11 de fevereiro de 1951.

Vosso servo em N.S. Jesus Cristo,

Jean-Baptiste Janssens,
Prepósito Geral da Companhia de Jesus."

Eis aqui uma carta, um documento importantíssimo, que tem um valor indiscutível para poder interpretar devidamente a crise da Igreja – não com insultos, nem ataques de loucura ou de cinismo sem escrúpulos, como os de Reynoso e os servidores incondicionais ou pagos que o estão servindo, como Luis Ochoa Mancera – mas com fatos, com documentos inegáveis, que nos estão demonstrando que a crise atual não nasceu no Concílio Vaticano II, onde, por assim dizer, se coagulou, se desenvolveu, se arraigou nas próprias entranhas da Igreja, mas que existia anteriormente, trabalhando de uma maneira oculta e silenciosa, envenenando a mente dos futuros sacerdotes da Igreja. As desordens de hoje encontram sua causa latente, mas já em plena atividade, há apenas uns vinte anos. A continuidade é evidente.

Quem ler serenamente este valioso documento do Prepósito Geral da Companhia de Jesus e o comparar com a Encíclica de Pio XII, a "HUMANI GENERIS", que lhe deu origem, não poderá deixar de ver que o atual progressismo, os desvios fundamentais da Igreja pós-conciliar e montiniana, a decomposição interna da Companhia de Jesus não são senão a consequência lógica e inevitável de uma verdadeira e internacional conspiração, feita partido, feita ideologia, feita dinâmica, que, dentro da Igreja, foi habilmente preparada e introduzida por numerosas infiltrações, escolhidas, selecionadas, habilissimamente dirigidas, na obscuridade dos conventos ou casas religiosas, nos seminários, no clero regular e secular, nas próprias hierarquias, que prepararam e estão levando adiante a crise atual, que deixa à deriva a nave de Pedro.

E confirmo aqui o que já havia indicado abertamente em meu livro anterior "A NOVA IGREJA MONTINIANA": nesta secreta subversão, eu culpo, em primeiro termo, os jesuítas – não a todos, mas a muitos, especialmente aos que estão agora em postos de governo – de serem os principais responsáveis por esta catástrofe, como o foram de muitas outras em tempos passados. Não sem razão, Paulo VI, o homem que, desde jovem ou desde menino, os inimigos escolheram e prepararam cuidadosamente para o salto final da fortaleza, encontrou, ao subir ao trono pontifício, no Pe. Arrupe e em seus dóceis filhos, os jesuítas da 'nova onda', os colaboradores mais hábeis, dinâmicos e preparados para a realização de sua missão histórica: a super-reforma da Igreja de Cristo.

Há para mim uma interrogação que, desde aqueles tempos conciliares, se planteou em minha consciência de modo urgente e imperioso, ao tomar conhecimento da inesperada nomeação do atual Prepósito Geral da Companhia de Jesus, o M.R.P. Pedro Arrupe, S.J.: Por que os votos dos Padres Provinciais e dos eleitores se acumularam para eleger como sucessor de Santo Inácio um espanhol, um desconhecido missionário do Japão? Certo que o Pe. Arrupe fazia suas viagens periódicas para recolher esmolas para suas obras missionárias. Por ocasião de uma destas viagens, tive o prazer de conhecê-lo, tratá-lo e dar minha pequena ajuda na coleta frutuosa que fez em Puebla. Mas as Províncias Espanholas e, por concomitância, as ibero-americanas, não gozam de

grande prestígio entre seus irmãos de outros países. Porque, em primeiro lugar, embora Iñigo de Loyola tenha conseguido reunir para a fundação da nova ordem vários espanhóis de nascimento (não de raça); embora o próprio Iñigo de Loyola tenha nascido em Guipúzcoa (quaisquer que tenham sido seus antecedentes familiares), não se pode afirmar historicamente que a Companhia de Jesus tenha nascido na Espanha, nem que tenha em sua estruturação traços caracteristicamente espanhóis. A nova e reformadora obra inaciana, fundada em Paris, teve, desde suas origens, um caráter peculiaríssimo: o Instituto de Santo Inácio centrou suas forças na própria Companhia, sem levar em conta as nacionalidades que naquela época se iam fundando na Europa e, de certo modo, supeditando a própria religião à Ordem e a seus interesses, seu prestígio, sua difusão e influência entre os prelados, os reis, os que de algum modo pudessem favorecer o programa ambicioso de Iñigo de Loyola: A MAIOR GLÓRIA DE DEUS.

Não sei se me equivoco, mas suspeito que essa eleição obedeceu a uma consigna superior, a uma indicação de João B. Montini, que, no jogo de seu xadrez mundial, necessitava dessa peça para pôr em jogo os exércitos subordinados da Companhia de Jesus.

Mas agora não estamos falando do Pe. Arrupe, mas de uma Carta que seu antecessor imediato no supremo posto de Prepósito Geral, o M.R.P. Jean B. Janssens, escreveu à "Assistência" da França, por ocasião da publicação da "HUMANI GENERIS" de Pio XII. O documento é, como já disse, de suma importância porque é revelador; porque, em sua complicada dialética, aparece o estilo próprio do governo da Companhia, que, se, em um dado momento, sacrifica um ou vários de seus filhos quando assim o exigem as circunstâncias ou a Maior Glória de Deus, deixa habilmente a porta entreaberta para refazer o que temporariamente havia sido destruído e seguir adiante no programa preconcebido. Se o Pe. Janssens, obedecendo a ordens superiores, viu-se na penosa necessidade de tirar de suas cátedras os pioneiros da "nova teologia", seu sucessor, o Pe. Arrupe, poucos dias após sua nomeação como Superior supremo da Ordem, na primeira entrevista que, desde a novíssima assessoria de imprensa instalada pela Companhia na casa geral, teve a satisfação de

restituir ao exemplar jesuíta, Pe. Pierre Teilhard de Chardin, seu prestígio, que, em má hora, lhe havia tirado a odiosa Sagrada Congregação do Santo Ofício. Os mesmos teólogos que o Santo Padre Pio XII havia severamente admoestado, nada menos que com uma Encíclica memorável, voltavam agora, graças aos "Sinais dos Tempos", a ocupar suas cátedras, a publicar seus livros com o "imprimatur" canônico e a ser nomeados os sábios "peritos" do Vaticano II. Comecemos, pois, por estudar os pontos capitais da Carta do Pe. Janssens:

(1). Dá-nos, em primeiro lugar, uma breve síntese do documento papal ao qual vai se referir, nas imediatas referências da Encíclica à Companhia de Jesus: "A Encíclica se refere", diz o Pe. Geral, "a um movimento de ideias muito complexo", "no qual muitos dos Nossos tomaram parte e alguns deles desempenharam um papel preponderante". Não deixa de chamar a atenção o ambíguo e confuso adjetivo com que o Pe. Janssens especifica e define o neomodernismo e suas numerosas e inegáveis heresias: "Movimento de ideias muito complexo". Pelo visto, a juízo do Pe. Geral, o Papa não teve nem a ciência, nem a visão, nem a assistência divina necessária para desenredar o novelo e separar o trigo do joio. Podemos chamar de "movimento complexo" a esse conjunto de gravíssimos erros que pretendem destruir toda a doutrina católica e as próprias bases de toda religião?

(2). Admite o Pe. Janssens que, nesse "movimento", vários jesuítas (não poucos, por certo) haviam tomado parte e "alguns, parte preponderante". Por isso, por disciplina, não por motivos ideológicos, ele se vira obrigado a separar do ensino muitos professores de teologia e filosofia, "operários fervorosos, dotados de um talento indiscutível". Estas palavras do Superior Geral da Companhia são simplesmente incompreensíveis, absurdas e inadmissíveis; porque, no fundo, estão acusando o Papa, estão defendendo e aceitando os gravíssimos erros condenados pelo Sumo Pontífice e pelos quais ele obrigou o Pe. Geral a separar de suas cátedras tão exímios professores, "dotados de um talento indiscutível". Se fosse tão "indiscutível" seu talento, o Papa não teve a prudência nem a caridade necessária para tirar desses privilegiados jesuítas

o ensino da ciência dogmática da Igreja. É um talento "indiscutível" o que se põe a serviço da heresia?

(3). O Pe. Geral participou do sofrimento dos afetados por suas disposições disciplinares, que ele não teria imposto se o Santo Padre, talvez não tão inteirado, talvez não tão compreensivo, não tivesse visto na "nova teologia" "algumas falsas opiniões que ameaçam destruir os próprios fundamentos da fé católica".

(4). Tenha ou não tenha razão o Papa, os jesuítas devem aceitar, com espírito de fé, estas advertências do Vigário de N.S. Jesus Cristo. Mas eu penso que a "HUMANI GENERIS" não é tão somente uma advertência, mas um documento do Supremo Magistério que, cumprindo seus altíssimos deveres, condena concretamente os erros que destroem a integridade da fé e os próprios fundamentos de toda religião. A Encíclica impõe uma completa aceitação dos jesuítas afetados por ela, em seu pensamento, em seus ensinamentos, em seus escritos. É possível essa mudança profunda quando estão arraigadas as convicções contrárias, quando, por longos anos, se haviam ministrado nas aulas e defendido nos escritos, por tantos membros da Companhia de Jesus, as teses expressamente condenadas pela "HUMANI GENERIS"? O próprio Pe. Janssens admite que "a presença do remédio – que a Encíclica oferece – não é ainda a cura". Se a história da Igreja nos ensina que "o ensinamento do Magistério não pôde reprimir, senão lentamente e com dificuldade, os desvios doutrinais que queria eliminar, com quanta maior razão se arraigarão e difundirão esses desvios quando cala a voz do Magistério, quando as censuras e anátemas da Igreja foram suprimidas para todos os hereges, não para os que defendem a fé tradicional de vinte séculos!

(5). "A única atitude que nos convém – diz o Pe. Geral a seus filhos – é, sem dúvida, a de nos submetermos perfeitamente". "Entre a rebeldia deliberada e a perfeita obediência, há lugar para posições intermédias, nas quais facilmente se pode ultrapassar a norma imposta". A meu modo de ver, esta advertência pode ser tendenciosa; pode sugerir aos dóceis jesuítas possíveis escapatórias que, dando tempo ao tempo, façam com que essas ideias, condenadas por Pio XII, ressurjam de novo e se imponham na

consciência católica. Assim, na realidade, ocorreu; e os então postergados se impuseram nos pontificados de João XXIII, Paulo VI e no Concílio Pastoral Vaticano II. O caso de Teilhard e Daniélou são sintomáticos, são eloquentes, são reveladores.

Entre o "sim" e o "não", entre o ser e o não ser, não há termos médios; e mais quando se trata das doutrinas da fé. Pode-se simular uma perfeita obediência, como o fez Teilhard, mas essa "pausa" no drama não é uma retratação, nem uma afirmação da verdade. Esta é tão somente um ardil jesuíta para iludir a ameaça pontifícia que já pesava sobre a Ordem.

(6). "Aonde se chega então?", pergunta o Prepósito Geral. "Chega-se, sem ter clara consciência, a querer conciliar as coisas inconciliáveis". "Por esse caminho", continua o Pe. Janssens, "chega-se a submeter os textos do Magistério a uma exegese que desvirtua o sentido do mesmo; a aplicar-lhe distinções arbitrárias; a fazer-se surdo às exigências do Magistério; a atribuir-lhe à autoridade a intenção de dar a essas opiniões um sentido mais avançado do que, na realidade, têm". Todos estes subterfúgios são o "NÃO" decidido à Encíclica. E devemos notar que os ditos e escritos dos neomodernistas da Companhia haviam sido estudados minuciosamente pelos mais seletos teólogos da equipe do Santo Ofício. A Encíclica, por outra parte, não admite interpretações aproximadas e falazes, e deve – como diz o Pe. Geral – "ter uma interpretação segundo as regras aprovadas que os melhores teólogos aplicam a esta classe de documentos".

(7). Admite o Pe. Janssens a possibilidade de uma falsa atitude, dada a propensão da natureza humana a se enganar, a persuadir-se de que está obedecendo plenamente, quando, na realidade, está buscando uma evasiva. Uma série de fatos lhe haviam ensinado a sua Paternidade que tal insistência é oportuna e necessária. Muitos dos jesuítas afetados pela Encíclica buscavam sua defesa, em vez de oferecer sua absoluta e completa submissão. Mas esta defesa não era oportuna; era preciso dar, como já disse, tempo ao tempo; deixar que o Papa morresse, para impor depois, em um Concílio Pastoral, a reforma total da doutrina, da moral, da liturgia e da disciplina da Igreja.

(8). Porque o ponto central e decisivo da "HUMANI GENERIS" é a condenação que Sua Santidade faz do assim chamado "relativismo teológico"; não tão somente do relativismo extremo dos protestantes liberais, mas do relativismo moderado. Em geral, chama-se relativismo a doutrina que nega à verdade um caráter absoluto. Mas, para não nos enganarmos acerca do verdadeiro ponto de vista em que se colocam as teorias relativistas, hoje tão em voga, será bom notar, desde já, que a palavra "relativo", que entra aqui em jogo, não se toma em seu sentido original: "o que é elemento de uma relação" ou o que não é de todo absoluto, mas que pode ou deve ser concebido em relação com outros. O mais ordinário é tomar a palavra no sentido derivado de "variável", não constante, não imutável, e ainda se extrema esta significação, fazendo do que não é de todo e com todos os aspectos absoluto, uma simples e mera variabilidade. O fundamento para esta acepção não deixa de ser real em parte, já que o ser inteiramente absoluto é também absolutamente imutável; e todo ser finito diz algum respeito a outros; mas a extensão absoluta e sem termos médios destes caracteres às denominações de "absoluto" e "relativo", além de ser uma flagrante falta ao método relativista, é ocasião de frequentes e muito lamentáveis confusões em questões de suma transcendência; e, desde já, é sensível a facilidade com que se passa de uma a outra destas significações, sem motivo suficiente, com positivo detrimento da investigação filosófica, que se move assim no campo da vagueza e indecisão.

Como já disse antes, a reforma projetada pelo progressismo e todos os seus sequazes exigia deitar por terra o muro do absoluto e imutável de nossos dogmas e dar aos documentos intangíveis do Magistério um valor instável e relativo. "Os mistérios da fé não podem nunca ser expressos por noções adequadamente verdadeiras, mas só por noções aproximadas, que podem sempre mudar, que indicam em certa medida a verdade, mas sujeita a sofrer necessariamente uma deformação". Aqui temos já a picareta poderosa para levar a termo a "autodemolição" da Igreja. Admitida essa instabilidade, essa variável significação da Verdade Revelada, a doutrina evangélica está sujeita constantemente a novas e, talvez, opostas

significações. Os golpes mais certeiros estavam dirigidos contra as definições dogmáticas do Vaticano I e do Concílio de Trento.

Este relativismo teológico é uma consequência lógica do "aggiornamento" e do "ecumenismo". Para tornar compreensíveis os mistérios da fé ao mundo frívolo, mundano e irreflexivo de nossos dias, era necessário – pensavam eles – expressá-los na linguagem das filosofias contemporâneas, como se as coisas invariáveis da teologia – um absoluto de afirmação e de conteúdo – necessariamente devessem se expressar nas concepções contingentes. "Uma verdade imutável não pode se manter quando o espírito humano evoluiu, graças a uma evolução simultânea e proporcional que quer se expressar". Por outra parte, o movimento "ecumênico", nota característica dos dois últimos Papas e seu Concílio: a suspirada união de todas as religiões não podia alcançar seus objetivos senão dando esta flexibilidade, essa possibilidade de mudança aos mistérios da fé, que até agora havíamos sustentado como algo absoluto e imutável.

(9). "Paralelamente, para não nos afastarmos do ensinamento do Chefe da Igreja – prossegue o Pe. Janssens – sobre o valor da razão no campo da filosofia, devemos nos guardar de falar como se a ideia de uma doutrina filosófica capaz de integrar em si as aquisições eternas de todas as outras filosofias implicasse uma contradição e como se a expressão mais completa da verdade filosófica devesse necessariamente se encontrar em uma série de doutrinas entre si complementares e convergentes, apesar de suas diferenças, inclusive de suas oposições sistemáticas". Eis aqui o relativismo na ordem filosófica. A verdade não existe; a verdade é a soma das verdades complementares e convergentes, inclusive de oposições sistemáticas; a verdade tem sua expressão mais apropriada nas doutrinas díspares, que necessariamente se complementam, embora se oponham umas às outras.

Contra esta variante constante da verdade, a Encíclica se pronuncia, defendendo a possibilidade de uma metafísica absolutamente verdadeira.

(10). Se não existisse esta metafísica absolutamente verdadeira, se nossa inteligência não tivesse os princípios absolutos e evidentes para estabelecer com eles o andaime firme de nossos mais seguros e progressivos raciocínios, a verdade seria simplesmente inacessível para nós. Nem a existência de Deus, nem o fato histórico da Revelação Divina, nem as provas apodíticas da Verdade Revelada estariam nunca ao alcance de nossas faculdades naturais e, por isso mesmo, as credenciais da credibilidade de nossa fé católica não poderiam estar em nosso poder para oferecer a Deus o *"obsequium rationabile"*, de que fala São Paulo, da humilde e rendida aceitação dos mistérios que Ele nos revelou e que correspondem à origem divina da religião cristã.

Existem, sem dúvida, domínios comuns à religião e à filosofia: são principalmente os problemas morais e metafísicos; daqui a necessidade de aplicar um critério de distinção formal entre o conteúdo de ambos. No entanto, a verdadeira filosofia não pode entrar em conflito com a religião; nem as verdades suprarracionais podem ser demonstradas à maneira das leis científicas, nem a razão carece de força para chegar naturalmente à existência de Deus, à espiritualidade da alma, à criação do mundo, ao fato histórico da Divina Revelação e às provas irrecusáveis e fidedignas que confirmam e provam a verdade dos testemunhos claros de Jesus Cristo e dos demais portadores da mensagem divina. Naqueles problemas que são do domínio comum da religião e da filosofia, ambas se complementam; a religião não pode nem deve se converter em filosofia, e, paralelamente, a filosofia não pode suprir a religião. Explica a religião por que há problemas na filosofia que necessitam de uma confirmação além da experiência e da reflexão individual; a filosofia, por sua vez, descobre as razões e etapas do desenvolvimento das ideias religiosas; a esta finalidade responde a psicologia, a história e a filosofia da religião. Devemos, no entanto, notar que neste campo, além dos limites ainda muito vagos e imprecisos que costumam caracterizar estes estudos, há o grandíssimo perigo de incorrer em gravíssimos erros ao querer racionalizar nossa fé à tênue luz da inteligência humana.

Historicamente, encontramos épocas e povos nos quais, por sua cultura especial, a filosofia aparece anulada pelo interesse prático e pelas

crenças religiosas. Assim ocorre em quase todos os países do antigo Oriente. O último período da filosofia grega está também caracterizado pelo predomínio dos problemas religiosos. A filosofia patrística se propôs como principal missão utilizar a filosofia pagã na fundamentação e defesa do cristianismo. Mas não devemos esquecer que nessa filosofia pagã estão os fundamentos de nossa civilização e de nossa cultura, já que essa filosofia supõe escalar os mais altos cumes do pensamento humano. A Idade Média continua a obra dos Santos Padres. Sabemos quão árdua foi, naqueles tempos, a polêmica em torno do problema das relações entre a filosofia e a teologia. A escolástica ensaiou todas as fórmulas, chegando à distinção dos domínios: o do saber, pelos meios naturais do conhecimento, e o da fé, pela autoridade divina; e esta diferença de base justifica o aforismo *"Philosophia, ancilla Theologiae"*, a filosofia é a serva da teologia, porque, além de a teologia nos ensinar verdades sobrenaturais que estão acima das capacidades de nossos conhecimentos naturais, a filosofia, guiada pela luz da Divina Revelação, da Sagrada Escritura, da Tradição e do Magistério, procura aprofundar nos recônditos sentidos da Verdade Revelada. Nenhum filósofo conseguiu unir entre si ambos os conhecimentos com o acerto de Santo Tomás de Aquino, que afirma que a fé pressupõe o conhecimento natural e que a revelação confirma e robustece as verdades demonstradas pela razão humana. Filosofia e Teologia se distinguem por seu objeto e por seu método, considerando que a filosofia serve para demonstrar certas verdades preliminares à fé, para esclarecer por analogia certos ensinamentos dogmáticos e para combater os ensinamentos contrários à religião.

As condições políticas e culturais com que começa a época moderna favorecem a separação da religião e da filosofia. Um número considerável de pensadores continua aceitando as fórmulas antigas, mas o movimento naturalista chamado do "Humanismo" (engendro monstruoso das lojas e das seitas) continua a obra da contraposição, que culmina na Enciclopédia, até chegar aos incríveis desvios do neomodernismo e do relativismo teológico. O século XIX se caracteriza por uma posição agnóstica do problema religioso, dedicando os teólogos seu labor a combater todas as derivações do racionalismo religioso e da incredulidade positivista. No

século XX, depois da morte de São Pio X, e mesmo antes dela, os erros da falsa filosofia haviam conseguido se infiltrar na Igreja. E foi Maritain, o amigo de Paulo VI, o inimigo mais potente, que, simulando catolicismo, ensinou a destruição do catolicismo, ao querer emancipar a religião da vida, quem, em grande parte, colaborou para esta revolução em que nos encontramos.

O problema metafísico é o problema mais essencial e característico da filosofia: "filosofia primeira" a chamou Aristóteles, que a definia como ciência do ser enquanto ser, e dos princípios e causas últimas do ser, em oposição à filosofia segunda, ou física. Objeto da filosofia primeira é o ser imutável. Esta denominação, hoje pouco usada, corresponde à acepção da metafísica, oposta à fenomenologia, como a investigação sobre a essência, a origem e a finalidade se opõe à que versa sobre os fatos ou fenômenos naturais, suas leis e causas próximas. Por isso, em sua Encíclica, Pio XII exige, como ponto de partida para todo conhecimento humano e como base de nossos próprios conhecimentos religiosos, a metafísica, absoluta e imutável, como a verdade em que se funda.

(11). É, pois, ponto essencial da fé cristã a índole racional de sua credibilidade, sobre a qual ela se funda. Provada a existência de Deus, o Ser necessário; provada a contingência e a criação de tudo quanto existe fora de Deus; provada a imortalidade e a espiritualidade da alma humana; provado o fato histórico da Divina Revelação e as provas irrecusáveis que o demonstram, o homem, obra de Deus, dependente por sua essência de Deus no ser e no agir, recebe humildemente, com certeza absoluta, essas verdades reveladas como verdades ditas por Deus, que não pode se enganar, nem nos enganar.

Em ponto tão delicado, convém ter as ideias muito claras para não confundir os motivos de credibilidade com a própria fé com que nós aceitamos como verdades reveladas por Deus os mistérios de nossa religião. Os motivos de credibilidade são verdades ao alcance de nossas faculdades humanas cognoscitivas. É falsa, como diz a Encíclica, "essa necessidade absoluta de uma iluminação sobrenatural para provar o fato da Revelação". A "apologética" não está superada, como disse há tempo

Mons. Vázquez Corona, em seu regresso de Roma, durante os dias do Concílio. Temos argumentos evidentes e abundantes para provar todas essas verdades que formam a Credibilidade de nossa fé católica. Que mais quereriam os inimigos do que, fazendo-lhes o jogo, lhes déssemos o gosto de nos declararmos vencidos, impotentes, para continuar dando esta batalha pela verdade e pela fé! Provada e assentada a credibilidade da Divina Revelação, então, sim, humildes, reconhecemos o que Deus nos ensina, o que está acima de nossa capacidade cognoscitiva. Por isso, nossa fé é um obséquio que, em nossa pequenez, oferecemos a Deus, mas é um obséquio racional.

Em um artigo do Dr. Antonio Brambila, aparecido no "Sol de México" em 18 de agosto de 1972, lemos com assombro estas palavras reveladoras, uma das viradas para a direita com que de vez em quando nos surpreende o conhecido autor daquele outro artigo: "Os patos atirando nas espingardas": "O caso de Hans Küng, ao qual fizemos referência na segunda-feira passada, é simplesmente um caso concreto, dentro de uma situação geral da Igreja, depois do Concílio Vaticano II. A situação se expressa bastante bem, creio eu, se dissermos que um dos efeitos do Concílio foi o de ter se substituído, até agora, o Magistério pelo diálogo". Tarde veio o Dr. Brambila a reconhecer o mal que tanto o escandalizou em meus escritos anteriores: indiscutivelmente, aí está o mal de fundo. O Magistério calou-se; deixou que os inimigos emboscados falassem livremente e pregassem as mesmas heresias que, em tempos anteriores, quando o Magistério cumpria sua missão primordial, quando o Santo Ofício velava solícito pela incolumidade da doutrina recebida, haviam sido condenadas explicitamente, como o estamos vendo nesta maravilhosa Encíclica de Pio XII.

Quando defendemos a fé, quando, apoiados na Escritura, na Tradição, nos documentos do Magistério, usamos nossa inteligência, à luz dessa divina revelação, para combater os sofismas e erros que, a título de "aggiornamento", de "ecumenismo", de "diálogo", se multiplicaram pelo mundo como fruto dessa amplitude com que João, o Bom, quis que tratássemos os inimigos de Deus e da Igreja, estamos cumprindo com um

imperativo de nossa consciência católica e sacerdotal, defendendo a fé que recebemos como o mais precioso tesoro da vida.

Não é possível nos determos agora em analisar todos os gravíssimos erros que a "HUMANI GENERIS" assinala e que comenta a Carta do Prepósito Geral dos Jesuítas à Assistência da França. Cremos mais pertinente citar agora o discurso que Pio XII pronunciou em 10 de setembro de 1957 aos 185 jesuítas reunidos com seu Prepósito Geral, o M.R.P. Janssens, por motivo da Congregação Geral.

CAPÍTULO 9

PIO XII FALA DA COMPANHIA DE JESUS

"Com um coração paterno e jubiloso, Nós, queridos filhos, vos recebemos a vós, que representais diante de Nós a toda a Companhia de Jesus; e anelamos para vossos trabalhos as melhores bênçãos do Autor de todo bem e de seu Espírito de Amor.

Vossa Companhia, da qual vosso Pai e Legislador apresentou a fórmula e o sumário da Regra à aprovação de nossos predecessores Paulo III e Júlio III, foi instituída para combater 'por Deus e sob o estandarte da Cruz' e servir 'somente ao Senhor e à Igreja, sua Esposa, sob o Pontífice Romano, Vigário de Cristo sobre a terra'. Por isso, vosso Fundador quis que, aos três votos ordinários da vida religiosa, vós estivésseis ligados por um voto especial de obediência ao Sumo Pontífice; e, nas célebres regras 'para ter o espírito da Igreja', acrescentadas ao pequeno livro de seus Exercícios, ele vos recomenda, antes de tudo, que, 'deposto todo juízo, devemos ter ânimo preparado e pronto para obedecer em tudo à verdadeira Esposa de Cristo N.S., que é a Nossa Santa Mãe, a Igreja ortodoxa, católica, hierárquica'; e a antiga versão que Vosso Padre Inácio usava pessoalmente acrescentava: 'que é a Igreja Romana'.

Entre as ações dignas de memória de vossos antigos padres, dos quais, com justo título, vos sentis orgulhosos e aos quais procurais imitar, sobressai, sem dúvida, como uma característica, o fato de que vossa Companhia, em uma adesão muito íntima à Cátedra de Pedro, se esforçou sempre por guardar intacta, ensinar, defender e promover a doutrina proposta pelo Pontífice desta Sé, à qual 'todas as Igrejas, isto é, todos os fiéis que a elas pertencem, devem se dirigir, por causa de sua preeminência', sem tolerar em nada que se assentem as novidades perigosas e insuficientemente fundadas. Não é menor título de honra para

vós o tender, em matéria de disciplina eclesiástica, à perfeita obediência de execução, de vontade e de juízo para com a Sé Apostólica, que 'indubitavelmente contribui para uma mais segura direção do Espírito Santo' (Form. Inst. Societ. Iesu).

Este honroso título, merecido pela retidão e pela fidelidade na obediência devida ao Vigário de Cristo, que ninguém ousaria negar-vos, aqui e ali não se dá agora, em alguns de vós, por certo orgulho de um livre exame, mais próprio de uma mentalidade heterodoxa que católica, a qual, por segui-la, alguns de vós não hesitaram em avocar ao tribunal de seu próprio juízo os mesmos ensinamentos da Sé Apostólica. Não se pode mais tolerar a cumplicidade com certos espíritos, segundo os quais as regras da ação e do esforço por obter a salvação eterna devem ser deduzidas daquilo que se faz, em vez daquilo que deve ser feito. Ainda mais, não se deve deixar pensar e fazer a seu bel-prazer aqueles a quem a disciplina eclesiástica parece uma coisa antiquada, um vão formalismo, dizem eles, do qual é preciso eximir-se facilmente para servir à verdade. Se, com efeito, esta mentalidade, tomada dos meios incrédulos, se difundisse livremente em vossas fileiras, não se encontrariam rapidamente, entre vós, filhos indignos, infiéis a vosso Padre Inácio, a quem seria preciso separar, o quanto antes, do corpo de vossa Companhia?

A obediência absolutamente perfeita é o princípio, o sinal distintivo dos que combatem por Deus em vossa Companhia. Vosso próprio Fundador ousou dizer a este respeito: 'Em outras religiões, podemos sofrer que nos façam vantagem em jejuns e vigílias e outras asperezas que, segundo seu Instituto, cada uma santamente observa; mas na pureza e perfeição da obediência, com a resignação verdadeira de vossas vontades e abnegação de vossos juízos, muito desejo... que se assinalem os que, nesta Companhia, servem a Deus N.S.'. Quão desejada foi sempre à Igreja a obediência pronta e total aos Superiores religiosos, a fiel observância da disciplina regular, a humilde submissão, que alcança o juízo, com respeito àqueles que o Vigário de Cristo quis que vos governem, segundo vosso Instituto, tão frequente e solenemente aprovado por Nossos predecessores! Ela está, com efeito, de acordo com o sentido católico desta virtude, sancionado, com aprovação da Sé Apostólica, pela tradição contínua das

antigas e veneráveis famílias religiosas, e da qual Santo Inácio vos deixou a descrição na célebre 'Carta sobre a Virtude da Obediência'. É um erro, totalmente afastado da verdade do pensamento, que a doutrina desta Carta deva ser, doravante, abandonada e que seja necessário substituir agora a obediência hierárquica e religiosa por uma certa igualdade, segundo a qual o inferior deve discutir com o Superior sobre o que convém fazer, até que um e outro cheguem a um acordo.

Contra o espírito de orgulho e de independência, dos quais tantos são tentados em nossa época, é necessário que conserveis vós intacta a virtude verdadeira da obediência, que vos torna amáveis a Deus e aos homens: a virtude da completa abnegação, pela qual vos mostrais dignos discípulos d'Aquele que 'se fez obediente até a morte' (Fil. II, 8). Será digno de Cristo, seu Rei e Senhor, aquele que, fugindo da austeridade da vida religiosa, quisesse viver esta vida religiosa como se fosse um leigo, que busca a seu bel-prazer o que lhe é útil, o que lhe agrada, o que lhe convém? Aqueles que pretendem, com o vão pretexto de viver doravante uma vida liberada de formalismos, evadir a disciplina religiosa, devem saber que contrariam os votos e os sentimentos desta Sé Apostólica e que estão enganados quando apelam à lei da caridade para encobrir uma falsa liberdade, livre do gozo da obediência. Que caridade é essa que descuida do beneplácito de Deus N.S., que eles vieram buscar na vida religiosa?

É a severa disciplina a honra e a força de vossa Ordem, a que deveis vós conservar, prontos e disponíveis para os combates do Senhor e o apostolado moderno.

Um grande dever incumbe, a este respeito, a todos os Superiores de vossa Ordem, seja ao Prepósito Geral, seja ao Provincial ou Superior local. Devem saber 'mandar com modéstia e discrição' (Reg. Prov.); sim, com discrição e modéstia, como convém aos pastores das almas, revestidos de bondade, de doçura e de caridade de Cristo N.S.; mas 'mandar', mesmo com firmeza, quando for necessário, 'misturando, segundo as circunstâncias, a severidade à bondade, como quem tem que dar conta a Deus das almas de seus súditos e de seu progresso na aquisição da virtude'. É verdade que vossas Regras, segundo a sábia prescrição do

Fundador, não obrigam sob pena de pecado; no entanto, os Superiores estão obrigados a fazê-las observar, e eles não estariam livres de falta se, de sua parte, deixassem descuidar, no todo ou em parte, a disciplina religiosa. À semelhança de um bom pai, que eles manifestem a seus súditos a confiança que é devida aos filhos, mas que, ao mesmo tempo, velem solícitos sobre seus filhos, como um bom pai está obrigado a fazê-lo, e que não lhes permitam desviar-se pouco a pouco do caminho da fidelidade.

Vosso Instituto descreve sabiamente este ofício dos Superiores, sobretudo dos Superiores locais, no que concerne às horas de saídas dos súditos das casas religiosas, suas relações com os estranhos, ao envio e recepção de suas cartas, a suas viagens, ao uso ou administração do dinheiro e ao cuidado que devem ter para que todos cumpram fielmente os exercícios de piedade, que são como a alma da fé, da observância regular e do apostolado. Essas Regras excelentes de nada servem se aqueles a quem cabe vigiar sua execução não cumprem seu cargo com firmeza e constância.

'Vós sois o sal da terra' (Mt. V, 13): que a pureza de doutrina, o vigor da disciplina, unidos à austeridade da vida, vos guardem do contágio do mundo e, fazendo de vós dignos discípulos d'Aquele que por sua Cruz nos resgatou.

Ele mesmo vos advertiu: 'Quem não toma sua cruz e não vem após mim não pode ser meu discípulo' (Lc. XIV, 27). Daí que vosso padre Inácio vos exorte a 'aceitar e anelar, com todas as forças possíveis, o que Cristo N.S. amou e abraçou'; e 'para melhor chegar a este grau de perfeição, tão precioso na vida espiritual, que cada um trabalhe, com todo o empenho de que é possível, em buscar no Senhor Nosso sua maior abnegação e contínua mortificação, em todas as coisas possíveis'. Portanto, na busca de novidades que hoje tanto preocupa os espíritos, é de se temer que o primeiro princípio de toda a vida religiosa e apostólica, a saber, a união do instrumento com Deus, não venha a parecer tão claro e que 'nossa confiança esteja fundada', antes de tudo, 'nos meios naturais

que dispõem o instrumento a ser útil ao próximo, em contraposição à economia da graça na qual vivemos'.

A fomentar esta vida crucificada com Cristo deve concorrer, em primeiro lugar, a fiel observância da pobreza, que tão em seu coração teve vosso Fundador, e não tão somente a pobreza que exclui o uso independente das coisas temporais, mas daquela, sobretudo, à qual esta dependência está também ordenada, a saber, o uso muito moderado das coisas temporais, junto com a privação de muitas comodidades que os que vivem no mundo podem legitimamente buscar.

Seguramente vós empregareis, para a maior glória de Deus, com aprovação de vossos Superiores, os meios que tornem vosso trabalho apostólico mais eficaz; mas, ao mesmo tempo, vos privareis espontaneamente de muitas coisas que não são, de maneira alguma, necessárias a vosso fim, mas que afagam e aprazem à natureza. Assim o fareis para que os fiéis vejam em vós os discípulos de Cristo pobre e reservem, pode ser, esmolas mais abundantes a fins úteis à saúde das almas, em lugar de prodigar esse dinheiro aos prazeres fáceis. Não é conveniente, pois, que os religiosos se permitam férias fora das casas de vossa Ordem, a não ser que mediem razões extraordinárias; nem que empreendam viagens agradáveis, sem dúvida, mas custosas. Que eles possuam para seu uso pessoal e exclusivo qualquer instrumento de trabalho, em lugar de deixá-los ao uso e serviço de todos, como o pede a natureza do estado religioso. Quanto ao supérfluo, suprimi, com simplicidade e coragem, por amor à pobreza e para buscar esta mortificação contínua em todas as coisas, que é própria de vosso Instituto. Deve considerar-se como tal o uso do tabaco, tão comum em nossa época, em qualquer de seus usos. Sendo religiosos, tomai a peito, segundo o espírito de vosso Fundador, o suprimir entre vós esse uso. Que os religiosos não preguem tão somente com palavras, mas também com o exemplo, o espírito de penitência, sem a qual ninguém pode esperar com fundamento a salvação eterna.

Todas estas recomendações que Nós vos fazemos, embora não estejam de acordo com a natureza e pareçam, pelo contrário, difíceis e

excessivas, tornar-se-ão não só possíveis, mas fáceis e agradáveis no Senhor, se permanecerdes fiéis à vida de oração que vos pedia vosso Pai e Legislador. E vossos exercícios de piedade estarão animados pelo fervor íntimo da caridade, se fordes fiéis à oração mental prolongada, tal como as Regras aprovadas de vossa Ordem o prescrevem para cada dia. Os sacerdotes que se consagram a seu trabalho apostólico devem, antes de tudo, vivificar sua ação por uma consideração mais profunda das coisas de Deus e por um amor de caridade mais ardente para com Deus e para com Nosso Senhor Jesus Cristo; e Nós sabemos, pelos preceitos dos santos, que esta caridade se nutre, sobretudo, pela oração mental. Vossa Ordem se desviaria muito, certamente, do espírito que em vós queria vosso Pai e Legislador, se não permanecerdes fiéis à formação recebida nos Exercícios Espirituais.

Nenhum de vós reprovaria ou rejeitaria qualquer novidade pela única razão de que é algo novo; supondo, no entanto, que seja algo útil à saúde e perfeição de suas almas e às de seu próximo, no que consiste o fim de vossa Companhia. Pelo contrário, é conforme ao espírito de S. Inácio, como é tradicional entre vós, o dedicar-vos com todo o coração a todas as empresas novas que o bem da Igreja pede e que a Santa Sé recomenda, sem temor algum ao esforço de adaptação. Mas deveis, ao mesmo tempo, conservar e defender contra todos os esforços do mundo e do demônio, as tradições cuja sabedoria emana seja do Evangelho, seja da natureza humana caída. Tal é a ascese religiosa, que vosso Fundador aprendeu e imitou das Ordens antigas.

Entre os pontos substanciais de primeira ordem de vosso Instituto, que não podem ser modificados pela própria Congregação Geral, mas unicamente pela Sé Apostólica, posto que, aprovados em forma específica pela Carta Apostólica *Regimini Militantis Ecclesiae* de 27 de setembro de 1540, dada por nosso predecessor Paulo III, se diz assim: ‘A forma de governo da Companhia é monárquica, definida pelas decisões de um só Superior’. E esta Sé Apostólica, sabendo bem que a autoridade do Geral é como o eixo sobre o qual repousa a força e a santidade de vossa Ordem, longe de pensar que haja necessidade de conceder a mudança deste ponto, qualquer que seja o espírito da época atual, quer, pelo contrário, que esta

autoridade plena e monárquica, que só depende da autoridade suprema da Santa Sé, permaneça invariável, salvando inteiramente a forma monárquica, embora aliviando oportunamente o peso deste cargo.

'Em uma palavra, aplicados todos com constância a não descuidar em nada tudo aquilo com que possais alcançar a perfeição, com a graça divina, na inteira observância de todas as Constituições e da regra própria de vosso Instituto'. Atribui-se a Nosso predecessor de piedosa memória Clemente XIII estas palavras, que, se não são literalmente as mesmas, o são, pelo menos, em seu sentido, e expressam certamente seu pensamento, quando se lhe pediu que deixasse vossa Ordem mudar o Instituto, fundado por Santo Inácio: 'Que sejam como são ou que não sejam'. Este é também Nosso pensamento: que os jesuítas sejam como os formaram os Exercícios Espirituais e suas Constituições o desejam. Outros, na Igreja, sob a direção da hierarquia, buscam louvavelmente a Deus por um caminho em vários pontos diferente: para vós, vosso instituto é 'o caminho para Deus'. A regra de vida, tantas vezes aprovada pela Santa Sé, as obras de apostolado que a Santa Sé vos encomendou particularmente, eis aí vosso programa, em colaboração fraterna com os outros obreiros da Vinha do Senhor; que todos, sob a direção da Santa Sé e dos bispos, trabalhem pelo advento do Reino de Deus.

Em penhor da luz do Espírito Santo sobre os trabalhos de vossa Congregação e de uma efusão da graça divina sobre todos e cada um dos membros de vossa Companhia, com o afeto de um coração paterno, Nós vos damos a Bênção Apostólica.

Assim termina esse memorável discurso do grande Pontífice, sete anos depois da publicação da "HUMANI GENERIS" e da seguinte carta do Prepósito Geral aos Padres e Irmãos da Assistência da França sobre os graves erros doutrinais que se haviam introduzido e difundido na Companhia (pelo menos em certas Províncias dela), precursores da atual revolução que estamos presenciando na Igreja de Deus. A culpabilidade dos jesuítas nesta tragédia da Igreja é indiscutível. Porque, embora concedamos que não todos, mas alguns dos membros da Ordem foram os autores e promotores desse neomodernismo que nos invade; embora

admitamos que muitos, muitíssimos dos verdadeiros filhos da Companhia estiveram e estão alertas e lutaram denodadamente contra a heresia, é indubitável – e este discurso de Pio XII à Congregação Geral, reunida em Roma, sob o Generalato do Pe. Janssens, assim o confirma com evidência – que da parte dos Superiores não houve a necessária vigilância, nem a devida energia, sobretudo depois da Encíclica, para frear, a todo custo, essas doutrinas inovadoras que na Companhia começaram a ser apadrinhadas por muitos dos professores e alunos, inclusive na própria Universidade Gregoriana.

O Papa faz um chamado a todos os filhos da Companhia, representados ali por 185 professos e o Prepósito Geral, recordando-lhes os pontos essenciais que, segundo os mais importantes documentos da Santa Sé e da própria Companhia, constituem ou devem constituir a própria essência do Instituto Inaciano: "A Companhia havia sido fundada para lutar por Deus, sob o estandarte da Cruz" e "para servir ao Senhor e à Igreja sua Esposa, sob o Romano Pontífice, Vigário de Cristo na Terra", "com ânimo aparelhado e pronto para obedecer em tudo à verdadeira esposa de Cristo N.S., que é a nossa Santa Mãe, a Igreja ortodoxa, católica, hierárquica, romana". Por isso, os professos estão ligados com um quarto voto à obediência ao Sumo Pontífice. E, com insistência palpável, Sua Santidade chama a atenção para os pontos salientes da obediência que, segundo Santo Inácio, deve ser a nota distintiva de seus filhos. Por que essa insistência, por que esse recordar desses pontos vitais da Companhia aos membros dessa Congregação Geral? É evidente que o Papa encaminhava seu raciocínio e suas específicas advertências a fazer uma solene advertência aos jesuítas sobre a solapada rebeldia com que haviam sido recebidas por muitos jesuítas as severíssimas condenações de sua Encíclica. Pio XII quis fustigar "o espírito de orgulho e de independência" que, por desgraça, havia arrastado tantos jesuítas a seguir as novidades, precursoras da atual crise que abalou os próprios alicerces da Igreja.

Reprova o Sumo Pontífice o espírito mundano que insensivelmente se havia infiltrado em muitos membros da Ordem: o descuido e o abandono das práticas de piedade, do espírito de pobreza, da devida observância regular, da falta de mortificação, do uso imoderado do tabaco,

etc., etc. Seria injusto dizer que estas misérias se davam em todos os membros da Ordem, nesses tempos em que Pio XII pronunciou este discurso; mas seria hipocrisia negar que estes males já estavam então se difundindo alarmantemente entre muitos filhos da Companhia. Na atualidade, as novas juventudes da Companhia de Jesus não só perderam o espírito, mas, com o pretexto do "aggiornamento", do "diálogo", da "mudança das estruturas" e de todas as novidades, diabólicas novidades, que inventaram para romper as santas tradições de seu próprio Instituto, traíram tudo o que há de mais santo e mais nobre na Ordem Inaciana e chegaram a perder totalmente a fé, em muitos casos, como o de Enrique Maza, o de Pardinas, o de Guinea, o de Guzmán e de tantos outros, que não só deixaram de ser filhos de Santo Inácio, mas filhos verdadeiros da Igreja, apesar de não estarem "excomungados".

A alusão que Sua Santidade faz à frase de Clemente XIII é sintomática: "Que os jesuítas sejam o que devem ser ou que melhor não existam". Assim é, na verdade: *corruptio optimi pessima*, a corrupção do melhor é o pior. Quando os jesuítas perdem o espírito, quando, rompendo com suas Constituições, com as coisas substanciais de seu Instituto, se entregam a reformar a obra de seu Fundador e a buscar, por novos caminhos, a maior glória de Deus, em perfeita harmonia com suas comodidades e prazeres, quando abandonam os próprios Exercícios Espirituais ou os reformam segundo seu próprio juízo, não devemos nos espantar que de dia em dia aumentem as deserções, se multipliquem os escândalos e os jesuítas fiéis se vejam marginalizados, desprezados, esquecidos por esses falsos filhos da Companhia, que não têm senão um remédio: que sejam expulsos da Ordem. Muito em breve se cumprirá o segundo centenário da expulsão dos jesuítas da Espanha e suas Colônias e da supressão em toda a Igreja da Ordem pelo Papa Clemente XIV. Não serão semelhantes estas circunstâncias para uma nova supressão, para salvar a Igreja, às circunstâncias que obrigaram Carlos III a expulsá-los da Espanha e seus domínios e a Clemente XIV a suprimir a ordem em todo o mundo?

9.1. TAMBÉM PAULO VI FAZ SÉRIAS ADVERTÊNCIAS AOS JESUÍTAS

Ao terminar os trabalhos da 31ª Congregação Geral da Companhia, em 16 de novembro de 1966, Paulo VI recebeu os Padres congregados e concelebrou a Missa, na Capela Sistina, com o Prepósito Geral e cinco outros Padres, representantes de todos os diversos continentes. Depois da Missa, o Papa falou, em latim, aos Padres da Congregação. Vamos nos permitir copiar agora esse discurso, que é indubitavelmente uma nova e severa advertência do Papa Montini, cujo alcance – para dizê-lo com franqueza – me é difícil compreender; mas que, não obstante, é em si uma prova inequívoca da decomposição ideológica que se estava desenvolvendo na Companhia de Santo Inácio. Eis aqui o discurso:

"Nós quisemos concelebrar e participar convosco do Sacrifício eucarístico, antes que empreendais o caminho de regresso, cada um a seu lugar, ao terminar os trabalhos de vossa Congregação Geral, e que de Roma, centro da unidade católica, vós vos dissemineis sobre toda a face da terra. Teríamos querido saudar-vos, a todos e a cada um, confortar-vos, animar-vos, abençoar-vos, a cada uma de vossas pessoas, a toda a vossa Companhia, a todas as múltiplas obras que vós animais e servis para a glória de Deus na Santa Igreja; teríamos querido renovar em vossos espíritos, de forma, de certo modo, sensível e solene, o sentido do mandato apostólico que qualifica e fortifica vossa missão, como se ela vos tivesse sido conferida e renovada por vosso bem-aventurado Padre Inácio, soldado fidelíssimo da Igreja, ou, melhor ainda, como se o próprio Cristo, de quem Nós, indigna embora verdadeiramente, temos o lugar aqui na terra, aqui na Santa Sé, vo-la confirmasse, misteriosamente vos acompanhasse e desse sua grandeza a essa vossa missão.

Por isso, Nós escolhemos este lugar, sagrado e temível, pela beleza, pela força, mas especialmente pela significação de suas imagens, e lugar venerável entre todos pela voz de nossa oração, muito humilde, mas pontifical, que aqui se expressa, condensando não somente os louvores e os gemidos de nosso espírito, mas os clamorosos e imensos gemidos e louvores de toda a Igreja, desde os extremos da terra, e até mesmo da

humanidade inteira que tem em nosso ministério um homem que é seu intérprete diante do Deus soberano, e lhe transmite o oráculo do Altíssimo. Escolhemos este lugar onde, como sabeis, o destino da Igreja foi buscado e fixado, em certas horas históricas, dominadas, no entanto, como devemos crê-lo, não pela vontade dos homens, mas pela assistência oculta e amante do Espírito Santo.

Aqui, invocaremos hoje a esse mesmo Espírito para terminar esta cerimônia religiosa, em favor da Santa Igreja, representada e resumida de alguma maneira em nosso ofício apostólico e por vós, por vós, membros, Superiores e responsáveis de vossa e Nossa Companhia de Jesus.

E esta comum invocação ao Espírito Santo quer, de certo modo, selar os importantes e temíveis momentos que vivestes ao submeter todo o vosso corpo e sua atividade a um severo exame, como que para concluir, por ocasião do Concílio Vaticano II, recentemente celebrado, quatro séculos de vossa história, e para inaugurar, de certo modo, com uma nova consciência e com novas resoluções, um novo período de vossa vida religiosa e militante.

"Esta reunião, Irmãos e Filhos muito queridos, terá deste modo um sentido histórico particular, no qual Nós a vós e vós a Nós manifestamos a determinação de levar adiante, nas circunstâncias atuais, a recíproca definição da relação que existe, que deve existir, entre a Companhia de Jesus e a Santa Igreja, a qual Nós, por mandato divino, temos o ofício pastoral de conduzir e a qualidade de representá-la principalmente.

Que relação é esta? A vós e a Nós cabe responder à pergunta, que se desdobra assim:

1. Quereis, filhos de Inácio, soldados da Companhia de Jesus, ser ainda hoje, e amanhã, e sempre, o que fostes, desde vossa fundação até hoje, para a Santa Igreja e para Nossa Sé Apostólica? Esta pergunta que Nós vos fazemos não teria razão de ser se não tivessem chegado a Nossos ouvidos novas e rumores concernentes à vossa Companhia – e, aliás, também a outras famílias religiosas – assunto sobre o qual

não podemos Nós dissimular nossa admiração e, por alguns deles, nossa dor.

Que estranhas e sinistras sugestões puderam fazer pensar a certos setores da nova maneira de opinar de vossa vasta Companhia a pergunta sobre se a Companhia deve continuar a existir tal como o santo que a concebeu e fundou a deixou escrita nas regras tão sábias e tão firmes, tal como uma tradição secular, amadurecida por uma cuidadosa experiência, recomendada pelas mais autorizadas aprovações, modelada pela glória de Deus, pela defesa da Igreja, com admiração do mundo? É, por acaso, possível que também se introduza no espírito de alguns de vós o princípio da historicidade absoluta de todas as coisas humanas, engendradas pelo tempo e devoradas inexoravelmente pelo tempo, como se não existisse no catolicismo um carisma de verdade permanente e estabilidade invencível, do qual a pedra da Sé Apostólica é o símbolo e o fundamento? Poderá parecer ao ardor apostólico, do qual está animada toda a Companhia, que para dar uma maior eficácia à vossa atividade seja necessário renunciar a um grande número de hábitos espirituais, ascéticos, disciplinares, que não seriam mais uma ajuda, mas um freio a uma expressão mais livre e mais pessoal de vosso zelo? Pareceria então que a austera e viril Obediência, que sempre caracterizou vossa Companhia e que fez, ao mesmo tempo, sua estrutura sempre evangélica, exemplar e formidável, deveria ser afrouxada, porque se opõe à personalidade e é um obstáculo à agilidade de ação; esquecer-se-ia o que Cristo, a Igreja e vossa própria escola espiritual magnificamente ensinaram sobre a prática desta virtude. Ter-se-ia que chegar a estes extremos para chegar a crer que não é necessário impor mais à sua alma "o exercício espiritual", isto é, a prática assídua e intensa da oração, a humilde e ardente disciplina da vida interior, do exame de consciência, da conversa íntima com Cristo, como se bastasse a ação exterior para manter o espírito desimpedido, forte e livre, e para assegurar a própria união com Deus; e como se esta riqueza de indústrias espirituais conviesse tão somente aos monges e não fosse antes necessária como armadura indispensável ao soldado de Cristo. Pudessem ainda alguns se iludir de que, para espalhar o Evangelho de Cristo, fosse necessário fazer suas as costumes do mundo, sua mentalidade, seu caráter profano;

compartilhar os juízos naturalistas que caracterizam o mundo moderno, esquecendo ainda mais que, se o arauto de Cristo tem o dever apostólico de se aproximar dos homens aos quais pretende levar a mensagem de Cristo, não pode pretender uma assimilação que faria a espada perder seu fio e o apóstolo sua virtude original.

Nuvens no céu, que as conclusões de vossa Congregação Geral em grande parte dissiparam! Soubemos, com grande alegria, que vós mesmos, firmes na retidão que sempre animou vossas vontades, depois de um amplo e sincero exame de vossa experiência, decidistes permanecer fiéis na linha de vossas Constituições fundamentais, sem abandonar vossa tradição, que sempre esteve em vós atuante e viva; destes a vossas regras as modificações acidentais, às quais "a renovação da vida religiosa", proposta pelo Concílio, não só vos autoriza, mas vos convida. Não quisestes levar nenhuma modificação substancial à lei santa que vos fez religiosos e jesuítas, mas, pelo contrário, quisestes pôr um remédio a tudo o que, no tempo passado, vos havia enfraquecido e um suplemento de força, em vista das provas que o porvir vos prepara; de modo que, em meio a tantos resultados alcançados em laboriosas discussões, o essencial foi assegurar não somente ao corpo, mas ao espírito de vossa Companhia uma conservação verdadeira e um progresso positivo. E nesta matéria Nós vos exortamos calorosamente a conservar no futuro a primazia da oração em vossa vida, sem vos afastardes das sábias ordenanças recebidas: de lá virá a vós a graça divina, como uma água viva que nos chega pelos humildes canais da oração, da busca interior, de vossa união com Deus, especialmente pelo canal da liturgia, na qual o religioso encontrará inspiração e energia para sua própria santificação sobrenatural; onde o apóstolo encontrará o impulso, a direção, a força, a sabedoria, a perseverança na luta contra o demônio e o mundo; de onde tirará o amor para amar as almas em vista de sua salvação eterna, para construir, ao lado de outros obreiros, com igual encargo e responsabilidade, o edifício Místico, a Igreja. Regozijai-vos, pois, meus muito queridos Filhos. Este é o Caminho, antigo e novo da economia cristã; é o molde no qual se forma o verdadeiro religioso, ao mesmo tempo discípulo de Cristo, apóstolo em sua Igreja, mestre de seus irmãos, sejam fiéis ou estranhos. Regozijai-vos.

Que nossa satisfação, melhor, nossa união convosco vos conforte e vos siga.

Por isto apoiamos vossas deliberações particulares sobre a formação de vossos escolares, sobre a obediência ao Magistério e à autoridade da Igreja; sobre os princípios da perfeição religiosa; sobre as leis que devem orientar vossa ação apostólica e vossa cooperação pastoral; sobre a interpretação exata e a aplicação positiva dos decretos conciliares, etc., como outras tantas respostas às nossas demandas: sim, sim; os filhos de Inácio, que se orgulham do nome de jesuítas, são hoje ainda fiéis a si mesmos e à Igreja. Eles estão prestes e fortes. Novas armas substituem em suas mãos aquelas que já estão usadas e são menos eficazes; mas têm, ao mesmo tempo, o espírito de obediência, de abnegação e de conquista espiritual.

> 2. E agora vamos tratar da segunda demanda, que quer precisar a relação de vossa Companhia com a Sé Apostólica. De vossos próprios lábios, de certo modo, Nós recebemos esta segunda demanda: Pode a Igreja, pode o sucessor de Pedro considerar ainda a Companhia como sua milícia particular e mais fiel? Como família religiosa, que fez seu fim específico não tanto de cultivar tal ou qual virtude evangélica, quanto de defender e ajudar a própria Santa Igreja, a própria Sé Apostólica? Merece ainda a benevolência, a proteção, a confiança que sempre se lhe teve? Pode a Igreja, pela boca daquele que vos fala, estimar ainda necessário, estimar-se ela honrada pelo serviço militante da Companhia? É ela ainda hoje valiosa e apta à obra imensa do apostolado moderno, acrescido em extensão e qualidade?

Eis aqui, filhos muito queridos, Nossa resposta: Sim. Nós vos conservamos toda a Nossa confiança! E, por conseguinte, Nosso mandato para a obra apostólica que vos confiamos: Nosso afeto, Nosso reconhecimento, nossa bênção.

Nesta ocasião solene e histórica, vós Nos confirmastes vossa identidade com a instituição que, nos tempos da restauração do Concílio

de Trento, esteve a serviço da Santa Igreja Católica; identidade que reforçastes com novas resoluções. Por isto, é mais fácil e mais agradável para Nós repetir-vos agora as palavras e atitudes de nossos predecessores, nas atuais circunstâncias diferentes, mas orientadas também a uma restauração da vida da Igreja, sob as diretivas do Concílio Ecumênico Vaticano II; e de poder assegurar-vos que, enquanto vossa Companhia se aplique a buscar sua própria excelência na sã doutrina, se oferecerá como um instrumento mais eficaz para a defesa e difusão da fé católica e da Sé Apostólica, e, unidos certamente com a Igreja inteira, a amarão grandemente.

Se continuais a ser o que até agora fostes, nossa estima e nossa confiança não poderão nunca vos faltar. E a tereis também do Povo de Deus. Qual é o princípio secreto que dispõe a uma difusão tão grande, a tão extraordinária prosperidade a vossa Companhia, senão vossa particular formação espiritual e vossa estrutura canônica? Se esta formação e esta estrutura permanecem as mesmas ou parecidas, produzirão um florescimento cada vez mais novo de virtudes e de obras. Pode ser vã a esperança de vos ver crescer progressivamente e de que permaneçais sempre eficazes na evangelização e na formação da sociedade moderna? Não são vossa melhor apologia e o que dá maior confiança em vosso apostolado vosso exemplo particular de vida evangélica e religiosa, vossa história, vossa organização?

Não é nesta solicitude espiritual, moral, eclesial, que se funda nossa confiança em vosso trabalho, melhor dito, em vossa colaboração?

Permiti que, ao termo desta reunião, Nós vos digamos que esperamos muito de vós. A Igreja necessita de vossa ajuda; Ela está gozosa, ela se orgulha ao receber em vós a seus filhos leais e devotos. A Igreja aceita a oferenda de vosso trabalho e de vossa própria vida; Ela vos chama; Ela vos compromete, hoje mais que nunca, a vós que sois os soldados de Cristo, para os difíceis e santos combates em favor de seu nome.

Não vos dais acaso conta do muito que a fé necessita hoje de vós, de vossa defesa? Não vedes como ela exige uma adesão aberta, enunciados preciosos, pregações assíduas, testemunhos amantes e generosos? Nós temos confiança em vós, valorosos testemunhos da única e verdadeira fé.

Não pensais que alguns felizes aproximamentos, algumas delicadas discussões, algumas aberturas ditadas pela caridade, o ecumenismo de nosso tempo, distinguem o servidor e o apóstolo da Santa Igreja Católica? Quem melhor que vós pode consagrar seus estudos e trabalhos a fim de que os irmãos, ainda separados de nós, nos compreendam, nos escutem e levem conosco a glória, a alegria, o serviço do mistério da unidade em Cristo Jesus?

E para difundir os princípios cristãos no mundo moderno, descrito pela Constituição Pastoral 'Gaudium et Spes', não se encontrarão entre vós hábeis, prudentes e eminentes especialistas? Não será ainda um instrumento muito eficaz o culto propagado por vós ao Sagrado Coração, que contribuirá a esta renovação espiritual e moral do mundo atual, pedida pelo Concílio Vaticano, e que vos capacite para cumprir copiosamente a missão que vos foi confiada de lutar contra o ateísmo?

Não vos consagrareis com novo ardor à educação da juventude, nas escolas secundárias e nas universidades – assim eclesiásticas como civis – trabalho este que foi para vós um título de glória e uma fonte de numerosos méritos?

Não percais de vista que tantas almas de jovens que vos são confiadas podem um dia prestar à Igreja e à sociedade preciosos serviços, se eles recebem uma boa formação.

E as missões! As missões, nas quais tantos de vossos irmãos trabalham admiravelmente, gastando suas forças e fazendo com seu sacrifício que resplandeça como uma luz de salvação o nome de Cristo, não vos foram confiadas por esta Sé Apostólica, como em outro tempo a Francisco Xavier, com a segurança de ter em vós os mais seguros propagadores da fé, os mais audazes, os mais cheios desta caridade que vossa vida interior torna inesgotável, reconfortante e inefável?

E o mundo! Este mundo que tem dupla face, que nos descobre o Evangelio, o mundo que junta em si todas as oposições à luz e à graça, e o mundo da imensa família humana, pela qual o Pai enviou seu Filho e pela qual o Filho se imolou a si mesmo; este mundo de hoje, tão poderoso e tão fraco, tão hostil e tão aberto, este mundo não será para vós como para Nós uma vocação que nos faz sentir nossa debilidade, ao mesmo tempo que nos exalta?

E não é esta a hora, sob o olhar de Cristo, na qual o mundo de que nós falamos, que se agita, que nos empurra, por assim dizer, a lhe dizer: Vinde! Vinde!; vós formais parte dos que têm necessidade de Cristo. Vinde; esta é a hora!

Sim, esta é a hora, meus queridos filhos. Ide cheios de confiança e de ardor. Cristo vos escolhe, a Igreja vos envia, o Papa vos abençoa."

Assim termina o dramático discurso de Paulo VI aos Padres da 31ª Congregação Geral, que, como o Pontífice adverte, significa o término de um passado de quatro séculos e o princípio incerto de um novo caminho que, por mais que o Papa Montini afirme o contrário, já não é a senda traçada por Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus do Pe. Arrupe, mesmo que conte com todas as bênçãos, com toda a confiança, com todo o beneplácito de Paulo VI, é a negação manifesta do espírito inaciano, das Constituições, das Regras, da tradição e das gloriosas costumes da em outros tempos ínclita Companhia de Jesus; da qual agora temos que dizer, com profunda dor: Ai, Jesus, que Companhia!

O discurso de João B. Montini deu ocasião a diversos comentários: uns, favoráveis; outros, abertamente desfavoráveis aos jesuítas. "L'Homme nouveau", no número de 4 de dezembro de 1966, escreve: "Tudo começou em 18 de novembro. 'PARIS-PRESSE' publica em seis colunas a notícia: 'O PAPA RECORDA AOS JESUÍTAS SEU PASSADO E ACRESCENTA SUA SEVERA ADVERTÊNCIA, LEVANDO EM CONTA CERTOS ELEMENTOS 'AVANÇADOS' DA COMPANHIA QUE QUEREM SE LIVRAR DE SEU VOTO ESPECIAL DE OBEDIÊNCIA AO SUMO PONTÍFICE'."

"Certos jesuítas querem ainda desmilitarizar sua Ordem, alegando que a Companhia é simplesmente sinônimo de 'sociedade' e que Inácio de Loyola não era um homem de espada, senão por acidente. – Ao dirigir-se à reunião da Companhia, na presença de seu Geral, o Pe. Arrupe, o Papa, na severa advertência de ontem (Paulo VI falou de 'sugestões sinistras'), não fez, afinal de contas, senão recordar-lhes sua dupla vocação de inovação na Igreja, mas de aliança a seu soberano. A lição parece poder simplificar-se nestas palavras: 'somos homens situados nas fronteiras, que olham ao mesmo tempo para o passado e para o futuro; e isto é, algumas vezes, perigoso'."

Julgando nós, à distância, este discurso e comparando-o com o de Pio XII antes citado e comentado, cremos que, deixando de lado "as sinistras sugestões" de que fala Paulo VI, o discurso de Pio XII é totalmente oposto, na forma e no fundo, na expressão e na intenção, ao discurso triunfalista do Papa Montini. Na realidade, a única advertência que, velada, embora energicamente, fez nesta ocasião Paulo VI aos jesuítas, estava dirigida aos "inconformados", aos arcaicos, aos já marginalizados jesuítas que, justamente feridos pela derrocada interna da benemérita Ordem Inaciana, à qual eles, como eu, amamos como mãe, pretenderam separar-se das novas correntes e reformas demolidoras que, "convidados, alentados e autorizados" pelo Vaticano II, fizeram os jesuítas da "nova onda", capitaneados por seu audaz Geral, o M.R.P. Pedro Arrupe, para seguirem eles, fiéis a seu Fundador, às Constituições, às santas tradições recebidas, pelo caminho seguro pelo qual tantos dos antigos filhos da Companhia alcançaram a santidade e até a glória dos altares.

Paulo VI, o homem minucioso, calculador e "perito em humanidade", como ele mesmo se qualificou em seu discurso na ONU, dispôs o lugar e as cerimônias que haviam de impressionar mais profundamente os veneráveis Padres congregados e dispô-los melhor a receber, com docilidade inaciana, suas consignas, cuja significação e alcance só o Pe. Arrupe podia conhecer. O lugar: a Capela Sistina, lugar sagrado e temível pela beleza, pela força, mas especialmente pela significação de suas imagens; lugar "venerável entre todos pela voz de SUA oração, muito humilde, mas pontifical". "Escolhemos este lugar

onde, como sabeis, o destino da Igreja se buscou e se fixou em certas horas históricas".

O Pontífice dá a esta reunião "um sentido histórico particular": era o compromisso solene que João B. Montini queria obter do Pe. Arrupe, de todos os Provinciais, Assistentes e eleitores da Companhia de Jesus, isto é, de todos os jesuítas, que, por obediência, teriam que seguir as secretas consignas que emanassem de Roma. Agora me parece ver nesta reunião e em todas as suas circunstâncias uma nova explicação ou confirmação do ativismo com que os jesuítas da nova onda e seu Prepósito Geral seguiram e seguem a política de franca esquerda de Paulo VI. Sem esta explicação, eu não creio que possa existir outra explicação do novo apostolado e da nova pastoral dos novos jesuítas, como tampouco teríamos interpretação satisfatória do imobilismo, das secretas consignas, da nova teologia, moral e direito da imensa maioria de nossas hierarquias no mundo inteiro.

A pergunta de Paulo VI a seus dóceis filhos e colaboradores era incisiva: "Quereis, filhos de Inácio, soldados da Companhia de Jesus, ser ainda, e amanhã, e sempre, o que fostes, desde vossa fundação até o dia de hoje, para a Santa Igreja e para Nossa Sé Apostólica?" O que podiam responder os jesuítas reunidos – talvez todos já da nova onda – responder em sua consciência a tão terminante pergunta de João B. Montini, que se proclamava uma e outra vez o legítimo Papa, Vigário de Cristo na terra? Talvez, ao ouvir essa pergunta, na mente, no coração desses reformadores e reformados jesuítas, ressoaria, como um eco longínquo do triunfalismo já passado, aquele hino glorioso com que os antigos jesuítas cantavam as gestas de seu Pai e Fundador: "Fundador sois, Inácio, e Geral – da Companhia real – que Jesus com seu nome distinguiu..." "... A legião de Loyola... sem temor arvora a Cruz por perdão".

Outra pergunta, a mais importante, faz-lhes Paulo VI aos jesuítas reunidos a seu redor: "Que estranhas e sinistras sugestões puderam fazer pensar, a certos setores da nova maneira de opinar de vossa Companhia, a pergunta de se a Companhia deve continuar a existir tal como o santo que a concebeu e fundou a deixou escrita nas regras tão sábias e tão firmes; tal como uma tradição secular, amadurecida por uma cuidadosa experiência,

recomendada pelas mais autorizadas aprovações, modelada pela glória de Deus, pela defesa da Igreja, com admiração do mundo?" "É por acaso possível que também se introduza no espírito de alguns de vós o princípio da historicidade absoluta de todas as coisas humanas, engendradas pelo tempo e devoradas inexoravelmente pelo tempo, como se não existisse no catolicismo um carisma de verdade permanente, do qual a pedra da Sé Apostólica é símbolo e fundamento?" O problema está posto; a dialética é manifesta. É o Papa Montini, o Papa das mudanças contínuas e profundas na Igreja, que agora pergunta, admirado, aos jesuítas, que já haviam feito mudanças também profundas em sua Ordem, se estavam dominados pelo espírito da historicidade absoluta. A quem era dirigida esta pergunta, a quem essas advertências tão graves? Quem eram os jesuítas que abrigavam essas "estranhas e sinistras sugestões"? Se julgarmos pelo que vimos, pelo que depois se seguiu, temos que concluir com evidência que essas palavras de Paulo VI estavam dirigidas, em seu estilo dialético, aos bons e santos jesuítas que, ao olharem o sinistro de sua amada Companhia, a tragédia vivente de seus noviciados vazios, de suas casas de formação dizimadas e decadentes, a deserção crescente dos sacerdotes que se aproveitam das facilidades para a redução ao estado laical e ao matrimônio, buscavam uma separação coletiva dessa reformada Companhia, para viverem eles, como haviam vivido sempre na observância fiel de suas Constituições e suas Regras, o Instituto fundado por Santo Inácio, sem reformas, sem experiências, sem falsas pobrezas que encobrem dispêndios não só desnecessários, mas totalmente contrários à própria essência da vida religiosa: os jesuítas de automóvel, os jesuítas de cabaré, os jesuítas de baile, os jesuítas de liberdades, de minicomunidades, de guerrilhas, de motins, de direção ativa da subversão.

"Nuvens no céu – acrescenta Paulo VI – que as conclusões de vossa Congregação Geral, em grande parte, dissiparam!" Nuvens no céu, negras e ameaçadoras, que, entre contínuos relâmpagos e aterradores trovões, estão agora acompanhando e agravando a tremenda tempestade que põe em perigo a própria existência da Companhia de Jesus! Todas as seguintes recomendações do Pontífice caíram no vazio; eram palavras para cobrir com o velho, com o glorioso da obra inaciana, a Companhia arrupiana, que

se comprometia nada menos que a festejar no mundo a socialização, o comunismo, na vivente interpretação da POPULORUM PROGRESSIO.

Duas demandas faz Paulo VI aos jesuítas: a primeira, que já comentamos, refere-se aos problemas internos que na própria Companhia haviam surgido, com as mudanças espetaculares que o "aggiornamento" e a reforma já haviam provocado e que muitos dos fiéis filhos de Santo Inácio os haviam induzido a pedir a divisão da Ordem, como já dissemos, em dois distintos organismos: a Companhia da observância total às Constituições e às Regras, às tradições; e a nova Companhia, a reformada, a que o Pe. Arrupe havia fundado.

A segunda demanda, que o Pontífice faz aos novos jesuítas, é mais direta: "Pode a Igreja, pode o sucessor de Pedro considerar ainda a Companhia como sua milícia particular mais fiel?" É uma demanda que encerra um "mandato apostólico", cuja obediência será recompensada pelo afeto, pelo reconhecimento, pela bênção do Papa Montini. Assim como nos tempos do Concílio de Trento foi a Companhia que levantou a "contrarreforma"; assim agora, depois do Vaticano II – o Concílio da pastoral, do ecumenismo, do aggiornamento, do diálogo – há de ser a Companhia a que desmonte essa contrarreforma, para estabelecer as diretrizes do passado Concílio. Paulo VI põe sua confiança no trabalho, melhor dito, na colaboração dos reformados filhos de Santo Inácio. "Nesta ocasião, solene e histórica, vós Nos haveis confirmado vossa identidade com a Instituição que, nos tempos da restauração do Concílio de Trento, esteve a serviço da Santa Igreja Católica".

Ao falar do papel importantíssimo que, segundo esses pactos secretos, a Companhia deve desempenhar "para difundir os princípios cristãos no mundo moderno, descritos pela Constituição Pastoral 'Gaudium et Spes'", Paulo VI faz esta distinção, que é conveniente ter em conta: "Este mundo, que tem duas faces, que nos descobre o Evangelho: o mundo que junta em si todas as oposições à luz e à graça, e o mundo da imensa família humana". Esta distinção é tão importante como a que havemos de fazer ao falar da Igreja: a instituição divina de Cristo, para nos aplicar os frutos salvíficos de sua Redenção; e a Igreja, o povo de Deus, os

membros fiéis da Igreja militante; e os possíveis membros da desejada união de todos os homens sob a única fé, o único batismo, o único regime da única Igreja de Cristo.

Sim, tem razão o Papa Montini: essa reunião, esse discurso, constituem uma ocasião solene ou, pelo menos, histórica; é o pacto de total colaboração dos jesuítas da nova onda aos planos sociopolíticos e socioeconômicos das forças de esquerda, que foram o único programa pontifical de Paulo VI.

9.2. UM ARTIGO DO PE. DR. ANTONIO BRAMBILA

Com o título sugestivo de "VERDADES E DIRETRIZES", publicado na edição matutina de "EL SOL DE MÉXICO" de 16 de agosto de 1972, nosso bom amigo (?), o Pe. Dr. Antonio Brambila, publicou o seguinte artigo, que nos vamos permitir comentar depois, já que – assim me parece – tem alguma vinculação com as ideias e comentários expostos mais acima:

"O caso do teólogo suíço Hans Küng, ao qual fiz referência na segunda-feira passada, é simplesmente um caso concreto dentro de uma situação geral da Igreja depois do Concílio Vaticano II. A situação se expressa bastante bem, creio eu, se dissermos que um dos efeitos do Concílio foi o de ter se substituído até agora o Magistério pelo Diálogo. E o mal que há nisso é que não se dialoga bem senão entre iguais, e um mestre não será jamais igual a seus discípulos; pois se lhes é igual, se não sabe mais que eles nem tem maior autoridade que eles, não é digno de ser seu mestre. Esta substituição teve lugar depois do Concílio, pois a partir dele não houve nenhuma condenação de erros. Não são os mestres, mas os simples fiéis que denunciam as heresias, mas não podem fazê-lo com uma autoridade da qual carecem; e o mal-estar é evidente e profundo.

Isso se deve, creio eu, à natureza pastoral, meramente pastoral e não dogmática, do Vaticano II. Assim o quis João XXIII, assim foi. Os Concílios anteriores definiram verdades e condenaram erros. O Vaticano II

não fez nada disto, mas se limitou a ‘marcar diretrizes’ pastorais em ordem à renovação da Igreja e da Futura Unidade dos Cristãos. ‘Concílio de diretrizes’, o chamou o grande (?) teólogo Karl Rahner em um precioso livrinho publicado logo após o Concílio.

Uma verdade é uma verdade. Não muda. É o que é, e quando se crê na autoridade da Igreja para definir verdades, quando a Igreja define, cessam as contendas e todos inclinamos a cabeça, possuidores em comum de uma segurança superior às nossas evidências pessoais.

Mas uma diretriz não é necessariamente uma verdade absoluta. Marcar uma diretriz é marcar uma direção, é marcar uma finalidade para que todos tendamos a ela pelos melhores meios. Quando me dão a diretriz de que vá a Nuevo Laredo, não me dizem se o faço a pé, de automóvel ou no lombo de um elefante. O Concílio nos deu a diretriz do diálogo. Coisa muito boa e santa, pois muito tempo e energia se perdem em agitações e brigas, quando, falando razoavelmente, as coisas poderiam ser arranjadas melhor. Diálogo de superiores com súditos, diálogo de irmãos com irmãos, de católicos com não católicos, de cristãos com não cristãos, de teístas com ateus. Um mundo encantador no qual todos dialogamos.

Mas uma coisa o Concílio não fez: prover-nos de tudo o necessário para dialogar com fruto. A diretriz a marcou, mas a eleição dos meios e lugares, e dos critérios, deixou-a à apreciação geral. E como cada cabeça é um mundo, resultou o que tinha que resultar: a Torre de Babel em que estamos, lamentável, mas previsível.

O Concílio nunca disse, por exemplo, que a heresia já não exista; nem que a heresia seja tão boa e saudável como a ortodoxia; nem que a Igreja deva deixar passar as heresias entre seus filhos sem as denunciar. João XXIII foi quem disse, como quem dá uma diretriz, que mais esperava ele do diálogo fraterno do que das condenações secas, e ISTO não foi uma definição dogmática, mas uma apreciação pessoal de um Papa santo e pastoral. Não tínhamos nada a dizer, embora desde então houve muitos que tiveram suas apreensões.

O Concílio disse simplesmente que a Unidade dos cristãos não se alcançará nunca se passarmos o tempo atirando-nos pedradas, coisa clara e evidente. Estimulou-nos ao diálogo, e estamos dialogando. Mas isto era uma diretriz. Marcou-se-nos uma finalidade, mas marcar uma finalidade é coisa distinta de consegui-la. Todos nos lançamos com entusiasmo atrás da finalidade, mas os meios os tirávamos de nossa cabeça, e não há direito de endossar ao Concílio muitos erros que houve, tanto na interpretação ideal da diretriz, quanto nos meios usados para conseguir as finalidades. E isto se dá em todos os níveis, desde o Papa abaixo.

O Papa Paulo, por exemplo, estimou – e isto não tem valor dogmático – que convinha experimentar seriamente o sugerido pelo Papa João e se propôs a não condenar nem heresias, nem hereges. Com a esperança de que haveria outros meios para chegar, com a ajuda do Espírito Santo, aos fins desejados.

O resultado foi a desorientação, a incerteza, o que as ovelhas negras, como Hans Küng, andem misturadas com as brancas, o que qualquer sacerdote semidestruído nos exames de Teologia critique em um livro irreverente uma Igreja que nunca compreendeu, que os católicos estejam lendo sistematicamente livros protestantes, nos quais sua fé sai cambaleando.

Já não há condenação de livros; o Santo Ofício mudou de nome e quase de funções. Antes era um cão que ladrava e que de quando em quando mordia os de casa, mas prestava um serviço; agora não o presta, e personagens como Hans Küng ou Ivan Illich decidem livremente se se apresentam ou não em Roma para dar conta de suas afirmações escandalosas. E foi uma revolta de muitos contra a Igreja, uma acusação a ela de todos os pecados do mundo, sem que haja maneira de pôr um pouco de ordem em tudo isto. A Autoridade está em crise, como o está, correspondentemente, a obediência e a docilidade. E o Papa pode se queixar um dia, das varandas de seu apartamento vaticano, de que a Igreja parece estar metida em uma empresa de "autodemolição".

A razão? Que com a melhor das intenções, o Concílio não quis definir verdades nem condenar erros, mas simplesmente marcar diretrizes, como disse Rahner. Ninguém pode acusar ninguém de não ter buscado, segundo seus meios e critérios, essas finalidades que o Concílio marcou. Mas todos podemos nos queixar, à distância que percorremos, de uma falta de coordenação nos esforços, de uma espécie de anarquia na eleição de meios. Os fins são claros, os meios não o são. O Concílio não quis ser dogmático, mas prático, pastoral; e há oito ou dez anos, quando o Concílio estava atuando, podíamos ter sobre essa ideia original uma apreciação otimista e eufórica. Agora, a oito anos de distância do encerramento do Concílio, quando já fizeram seu caminho os experimentos, há já algum motivo para se perguntar se o Concílio não teria sido muito mais prático se tivesse consentido em ser mais dogmático.

A Unidade dos cristãos está tão longe como sempre. Como que é um enorme milagre que só Deus pode fazer. Mas, enquanto isso, os católicos, embora ganhássemos certamente no terreno da participação dos fiéis na Liturgia – coisa que por si só merecia um Concílio – nos debilitamos em quase todo o resto; perdemos segurança doutrinal, perdemos confiança em nossos guias, e muitos de nós, com a ideia subjetiva de renovar la Igreja, não estamos fazendo senão tentativas de demoli-la.

Eu penso que não se pode seguir por muito tempo por este caminho. Está bem fazer experimentos novos, mas com o olhar sempre fixo nos resultados que se vão produzindo. E chega um momento em que um experimento determinado deve ser dado por feito; e se os resultados são negativos, deve ser trocado por outro. Uma verdade dogmática é infalivelmente verdadeira. Uma diretriz, ainda que seja conciliar, não goza desse carisma. Não terá já chegado o tempo de "apreciar" os resultados? Porque, se concordamos que são maus e que se devem ao modo como se marcaram as diretrizes, parece que deve haver alguma mudança no que estamos fazendo, ou não?"

O Pe. Brambila é desconcertante, como já indiquei em outra parte; tanto se inclina para a esquerda como dá uma virada, ainda que seja pela metade, para a direita. Desta vez, se pôs à minha frente; e não vou perder a

ocasião para tirar o suco de seu equilibrado artigo em "EL SOL DE MÉXICO". A seu juízo, eu sou um "sacerdote semidestruído nos exames de Teologia" que "critico em um livro irreverente uma Igreja que nunca compreendi". É fácil atacar sem nomear o atacado, e menos ainda sem aduzir as provas do ataque. Esqueceu o sábio jornalista daquele famoso artigo, escrito por ele por ocasião de meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA" e da "excomunhão" de Sua Eminência Reverendíssima Dom Miguel Darío Miranda y Gómez, no qual me atacava impiedosamente, apesar da amizade que me professa; de onde agora eu deduzo que "o livro irreverente" foi meu livro, e "o sacerdote semidestruído nos exames de Teologia" sou eu. Gostaria, no entanto, que, vasculhando os arquivos da Companhia, nosso preclaro teólogo demonstrasse minhas "destruições" nos exames de filosofia, teologia ou qualquer outra matéria. E, se não quiser se incomodar, eu, sim, posso demonstrar-lhe com documentos que, não por favor, mas por justiça, me deram meus ex-irmãos e que atestam que minha ciência teológica e filosófica e em Direito Canônico não estão tão destruídas como ele pensa. Mas vamos ao seu artigo:

1. Confessa o Dr. Brambila que o caso de Hans Küng é tão somente "um caso concreto dentro de uma situação geral da Igreja depois do Concílio Vaticano II". A confissão de Antonio, embora tardia, é sincera. Em um dos primeiros livros que publiquei nesta já prolongadíssima contenda: "O ANTISEMITISMO E O CONCÍLIO ECUMÊNICO E O QUE É O PROGRESSISMO", permiti-me atacar o teólogo suíço da Universidade de Tübingen, Hans Küng, com grande escândalo da Sagrada Mitra, protestos do chanceler Luisito e alguma repreensão do Dr. Brambila. Então eu escrevi: "Se Küng se jacta de ser franco, não permitirei que ele me leve vantagem em sua franqueza. É necessário chamar o pão de pão e o vinho de vinho. É imperioso desmascarar a heresia que faz alarde de raciocínios teológicos. É vital para o futuro da Igreja que sejam descobertos os lobos revestidos com pele de ovelha. Porque, para começar com um alarde de franqueza, eu considero tudo o que Küng escreveu não só como algo escandaloso, *'piis auribus offensivo'*,

> mas em muitas proposições abertamente herético, destruidor e perverso. Com a doutrina do teólogo alemão, todo o catolicismo se abala, se racha, se destrói. O *'Nihil obstat'* e o *'Imprimatur'* que antecedem e avalizam os livros do teólogo do Reno não mudam a doutrina intrínseca que o autor ensina e que pretende que seja aceita pelo Concílio".

Agora, depois dos incidentes que se seguiram, é muito fácil atacar a Küng, como o faz Antonio Brambila; bom teria sido que desde aqueles tempos nosso Doutor teológico tivesse saído à liça. É como os que atacam com fúria o bispo de Cuernavaca, depois de se terem escandalizado com meu livro que abriu o fogo: "CUERNAVACA E O PROGRESSISMO RELIGIOSO NO MÉXICO".

2) "...um dos efeitos do Concílio foi o de ter se substituído até agora o Magistério pelo Diálogo". Frase preciosa, que aplaudo com toda a minha alma! Esta é, em síntese, a grande tragédia do Vaticano II: "ter querido substituir o Magistério pelo Diálogo". Nossos veneráveis Padres Conciliares quiseram emendar a plana ao próprio Cristo. Ele havia dito: "Ide e ensinai". "Pregai o Evangelho a toda criatura". Eles disseram: "Ide e dialogai". E, como adverte Antonio, dialoga-se entre iguais, não entre mestres e discípulos. Esta foi uma claudicação fundamental dos dirigentes do Concílio e, em especial, de Paulo VI e seu ilustre antecessor, João, o Bom. O Magistério vivo, autêntico e infalível da Igreja ficou reduzido a um amoroso diálogo entre iguais. Este era o passo necessário para instalar na Igreja a revolução projetada, habilmente preparada por vários séculos.

3) Outra frase de Brambila digna de louvor: "Isso se deve, creio eu, à natureza pastoral, meramente pastoral, não dogmática, do Vaticano II". Um Concílio Pastoral! Que absurdo! Tenho em minhas mãos um "DICIONÁRIO DOS TEXTOS CONCILIARES" (Vaticano II), em dois tomos, luxuosamente encadernado. Busquei e rebusquei a significação que o dito Concílio deu a esta tão manuseada palavra PASTORAL; e não a encontrei. Eis aqui uma das características desse Concílio Pastoral, fonte inesgotável de confusão: o não fazer um *"status quaestionis"*, o não expor bem os problemas inovadores que queria nos impor, o não dizer o que

entendiam por “pastoral”, por “diálogo”, por “aggiornamento”, por “ecumenismo”, por tantas outras coisas que exigiam uma precisa e essencial definição dos termos, antes de poder aceitar, negar ou distinguir com precisão o problema inovador levantado pelo Concílio. Ademais, a pastoral é algo contingente, movediço, circunstancial. Uma é a pastoral com os índios e outra a pastoral com os profissionais ou universitários. A pastoral varia segundo as circunstâncias de tempos, de lugares e de pessoas. O grande erro esteve em suprimir o dogma, em fazer da pastoral um dogma, em querer abrir as portas com o diálogo pastoral à heresia, que se infiltrava por toda parte.

A Unidade da Igreja, como diz Antonio, não se pode alcançar com claudicações, com compromissos, com entreguismos, mas só se alcançará por um grandíssimo milagre da Onipotência Divina. Nossa atual pastoral e nosso diálogo tão somente conseguiram que os “separados” zombem de nós e nos lancem em rosto que, por fim, acabamos por reconhecer que Lutero, Calvino e todos os hereges do passado tinham razão e que nós vivíamos submersos em um fanatismo absurdo, em um quietismo paralisante; havíamos perdido o dinamismo da vida.

4) O Vaticano II se limitou a nos dar diretrizes... Mas uma diretriz não é necessariamente uma verdade absoluta. A mudança foi certeira: a imobilidade da verdade revelada ficou flutuante, instável, convertida em uma mera diretriz de diálogo, de ecumenismo, de *aggiornamento*. Dialoga-se sobre frivolidades, não sobre os ensinamentos de Cristo, nem sobre temas dos quais pende nossa eterna salvação. Como nos provermos dos meios necessários para dialogar com fruto? O diálogo em temas tão vitais necessariamente se converte na nova Babel ou em um comício de “justiça social”.

5) João e Paulo, como quem dá uma diretriz, disseram que mais se podia conseguir com o diálogo fraterno do que com condenações secas, e que convinha experimentar seriamente esta sugestão. E nos lançamos ao experimento – como se a Igreja necessitasse de experimentos – para cumprir sua missão sobre a terra; e os resultados foram e são funestos: “é a desorientação, a incerteza, o fato de as ovelhas negras, como Hans Küng

ou Ivan Illich, andarem misturadas com as brancas e decidirem livremente se se apresentam ou não em Roma para dar conta de suas afirmações escandalosas. E foi uma revolta de muitos contra a Igreja, uma acusação a ela de todos os pecados do mundo". Assim é, na verdade. Não foi Paulo VI quem, ao abrir a segunda sessão do borrascoso Concílio, pediu publicamente perdão, em nome de nossa Igreja, aos "separados", como se nossa Igreja fosse a responsável por todos os cismas e todas as heresias?

"O Concílio de diretrizes", como o chamou o grande herege Rahner, em um nefasto livro, fez-nos perder a única direção que Cristo nos deu, quando nos disse: "EU SOU O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA". A única diretriz nos deu Cristo quando nos assinalou sua doutrina imutável, infalível, divina e acrescentou: "QUEM CRER SERÁ SALVO, QUEM NÃO CRER SERÁ CONDENADO".

6) Não se necessitavam dez anos para nos darmos conta de que havíamos perdido a rota, de que a autodemolição da Igreja havia começado: os mariachis da missa pan-americana de Cuernavaca nos fizeram ver que a monstruosa derrocada da Catedral, as mãos, a estrela de Davi e todo esse teatro de Méndez Arceo eram os prelúdios do Calvário do Corpo Místico de Cristo.

Eu, como Antonio Brambila, penso que "não se pode seguir por muito tempo por este caminho". A fé está se perdendo! A profanação sacrílega em nossos templos, que para nós são a casa de Deus, já é intolerável! A pregação socializante, que quer trocar a Justiça do Reino dos Céus pela assim chamada "justiça social", longe de nos trazer a prometida paz, a harmonia da fraternidade humana, tem aumentado e multiplicado a barbárie espantosa das guerras, das guerrilhas, dos sequestros, das piratarias, dos ódios entre todos. A divisão é a característica desta época pós-conciliar: divisão entre os fiéis, entre os bispos e cardeais, nas famílias religiosas, nas comunidades sociais, na própria intimidade de nossos lares cristãos.

E quem é o responsável, Antonio Brambila, por esta autodemolição interna da Igreja, por essa destruição da vida religiosa, por essa

insegurança nas próprias verdades dogmáticas de nossa religião sacrossanta, que, por desgraça, se espalha com pavorosa rapidez? O Concílio Vaticano II, o das diretrizes, como diz seu amigo Rahner (Que amiguinhos você tem, Antonio!)? Ou foi João XXIII, que teve a Inspiração do Concílio? Ou é Paulo VI, que com a tenacidade que o caracteriza, se empenhou em "experimentar seriamente" o sugerido por João, o Bom? Eu lhe recordo, Sr. Doutor, que o que é causa da causa é causa do causado; e também lhe sugiro que pense que "os teólogos destroçados", como V.S. me chama, podem ter algum conhecimento teológico que V.S. ignora.

9.3. OUTRO ARTIGO DO DR. ANTONIO BRAMBILA COM UMA GUINADA À ESQUERDA

Na segunda-feira, 11 de dezembro deste ano do Senhor de 1972, apareceu em "EL SOL DE MÉXICO" um novo artigo do Dr. Brambila, desconcertante como todos os seus, no qual, dando uma virada para a esquerda, trata de defender um indefensável "MOTU PROPRIO" do Papa Montini, no qual graciosamente se permite "que os protestantes se aproximem, em determinadas condições, para receber o Sacramento da Sagrada Comunhão". Remando desta vez para a esquerda, Antonio pretende conservar sua posição dialética de equilíbrio e ficar, desta maneira, em perfeita harmonia com tírios e troianos, ainda que seja com sofismas e claudicações em pontos fundamentais de nossa fé católica.

O Direito Canônico (cânon 731) diz expressamente, no parágrafo 2: "Está proibido administrar os Sacramentos da Igreja aos hereges ou cismáticos, ainda que estejam de boa fé no erro e os peçam, a não ser que antes, abandonados seus erros, tenham se reconciliado com a Igreja". O Direito Canônico, claro está, não é um livro doutrinal, mas meramente disciplinar, mas é preciso ter sempre em conta que a disciplina da Igreja não é arbitrária, que está ordenada à preservação da fé e dos bons costumes e que, por isso mesmo, tem sempre uma base estável e doutrinal.

A Igreja proíbe repetidamente manter comunicação com os acatólicos nas coisas sagradas. Assim, por exemplo, no cânon 1258, lemos: "não é lícito aos fiéis assistir ativamente, ou tomar parte, de qualquer modo que seja, nas funções religiosas dos acatólicos". No cânon 1325, parágrafo 2: "Se alguém, depois de ter recebido o batismo, conservando o nome de cristão, nega pertinazmente alguma das verdades que devem ser cridas com fé divina e católica ou a põe em dúvida, é herege; se abandona por completo a fé cristã, é apóstata; finalmente, se se recusa a se submeter ao Sumo Pontífice ou se nega a comungar com os membros que lhe estão submetidos, é cismático". E no parágrafo terceiro: "Sem licença da Santa Sé ou, se o caso urge, do Ordinário local, guardar-se-ão os católicos de ter disputas ou conferências, sobretudo públicas, com os acatólicos". Ao falar dos "Sacramentos", declara a Igreja, de forma geral, que não se lhes devem administrar enquanto permanecerem em seu erro.

E as razões para esta proibição geral e categórica parecem ser as seguintes: 1ª. – A necessidade de evitar a profanação consequente ao fato de se oferecerem coisas tão santas a pessoas tão indignas. "Não deis", diz o próprio Jesus Cristo, "as coisas santas aos cães, nem lanceis as margaridas aos porcos" (Mt. VII, 6). A "boa fé" não muda a objetividade das coisas; a boa fé, embora seja requisito necessário, não justifica, nem faz do herege ou do apóstata, nem do cismático, subjetivamente membros do Corpo Místico de Cristo, com todos os direitos que a filiação divina dá aos fiéis. Desde já, como consta no cânon 87, "pelo batismo, o homem se constitui pessoa na Igreja de Cristo, com todos os direitos e obrigações dos cristãos, a não ser que, no tocante aos direitos, obste algum óbice que impeça o vínculo da comunhão eclesiástica ou uma censura infligida pela Igreja". A heresia, pois, é um óbice para participar dos direitos da comunidade eclesial. Brambila, seguindo Paulo VI, supõe, sem prová-lo, que os que nasceram em uma religião acatólica estão isentos de toda responsabilidade do pecado de heresia; estão de boa fé e, portanto, estão com a disposição necessária para receber a Sagrada Comunhão. Não opina assim o Pe. Lobo: "O óbice à participação dos Sacramentos existe nos hereges, apóstatas e cismáticos, enquanto permanecerem no erro; tanto se

estão de boa como de má fé, encontram-se na condição geral de ‘separados da Igreja’ e privados de seus bens, já que o legislador não faz nenhuma distinção entre ambas as situações, apesar de conhecer perfeitamente a diferença teológica que existe entre os que erram material e formalmente. O meio assinalado pela Igreja para recuperar esses direitos ou adquiri-los, se nunca os haviam obtido, não pode ser mais simples, ao mesmo tempo que mais lógico: ‘abandonar os erros e reconciliar-se com a Igreja’. O primeiro destes requisitos não inclui necessariamente o segundo, mas este supõe aquele.”

Nunca se podem dar condicionalmente a extrema-unção e a absolvição aos cismáticos, hereges e apóstatas, sem a prévia retratação, quando estão em perigo de morte e se acham privados dos sentidos exteriores? Apoiando-se no texto canônico e nas repetidas declarações do Santo Ofício, opina o Pe. Alonso Lobo da seguinte forma:

1. Tratando-se de apóstatas, hereges ou cismáticos que não se achem gravemente enfermos, é necessário que se reconciliem previamente de maneira expressa com a Igreja, antes de se lhes administrar os Sacramentos. É necessário, acrescento para maior clareza, que façam um ato explícito de fé de todos os dogmas de nossa fé católica. Um só que neguem impediria a lícita administração dos Sacramentos.
2. Quando estão em perigo de morte por enfermidade e conservam o uso da razão, continuam obrigados a rechaçar externamente seus erros e reconciliar-se com a Igreja; mas bastará que o façam da melhor maneira que puderem, inclusive implicitamente.
3. Se chegaram a perder o uso dos sentidos, poder-se-ia administrar-lhes condicionalmente a absolvição e a extrema-unção quando, por conjeturas, se deduz que semelhantes moribundos estariam dispostos a abandonar seus erros. No entanto, quantas vezes a presunção estiver contra eles, devido a que permaneceram obstinadamente impenitentes até o último momento, deve-se-lhes negar os Sacramentos.

Nos dois primeiros casos, posto que há retratação externa, a colação do Sacramento se faz de forma absoluta; no terceiro, só é lícita de forma condicional.

Mas Brambila não disse a última palavra, que contradiz essa doutrina certa que, nas aulas mais prestigiadas da teologia católica, sempre se havia ensinado. Ele, que crê possuir a teologia, porque, na realidade, a possui, embora com suas lacunas e seus crassos erros, vai contestar aos que cremos possuir e não possuímos essa ciência extra-humana do Doutor Dom Antonio, que, quando se zanga, puxa pela lapela e diz grosserias aos pobres mortais que não alcançaram sua ciência. O que diz o Doutor michoacano? "Mas há gente que não sabe distinguir, por falta de formação teológica adequada, entre o que se pode e o que não se pode sem lesar a fé católica". Se houve má formação, Dom Antonio, culpe os jesuítas, que foram também seus mestres; culpe tantos autores dos de maior renome na ciência teológica e na ciência jurídica da Igreja; e, finalmente, culpe-se também a si mesmo, porque nada cega tanto os homens como a presunção e a soberba. Padre Brambila, V.S. não é o único que sabe teologia; nem é sua teologia chestertoniana a verdadeira teologia da Igreja de Deus. Aqui não se trata de opiniões pessoais; aqui se trata de coisas fundamentais na verdade teológica. Cremos no Papa enquanto o Papa não contradiz os ensinamentos imutáveis do *"Depositum Fidei"* e a doutrina definida nos Concílios como dogmas de fé ou pelos Sumos Pontífices, em perfeita harmonia com a Sagrada Escritura e a Tradição. Não podemos admitir uma teologia para Pio IX, Pio X, Bento XV, Pio XII, e outra teologia para os dois últimos Papas e seu Concílio Pastoral. Eu estou seguro de que V.S. mesmo diria o mesmo se estivéssemos ainda nos tempos de Pio XII ou nos tempos mais remotos dos apóstolos; mas as conveniências e as prebendas fazem muitos homens pensar de modo distinto ao que lhes dita a consciência. Seu catolicismo, Dom Antonio, não é um verdadeiro catolicismo, porque se afasta, em pontos fundamentais, como é o que V.S. trata em seu artigo, do que a Igreja sempre e em toda parte ensinou e o que o Concílio de Trento definiu, e o que o próprio Apóstolo São Paulo nos ensinou ao falar-nos dos mistérios eucarísticos e das disposições necessárias para receber menos indignamente o Corpo e o Sangue de

Cristo. *"QUI ENIM MANDUCAT ET BIBIT INDIGNE IUDICIUM SIBI MANDUCAT ET BIBIT"*.

Dom Antonio nos diz outra barbaridade: "Os modernos protestantes estão em posturas teológicas de heresia, certamente, mas não têm a mentalidade do herege". Eu entendo por ter a mentalidade do herege o negar um só dogma de nossa fé católica, muito mais se se negam vários; e, portanto, a mentalidade e a postura dos "separados" é a de hereges, com culpa ou sem culpa. *De internis non iudicat Ecclesia*. Isso de que os filhos de católicos saiam mecanicamente católicos não é uma barbaridade, mas uma heresia. Pois V.S. não sabe, senhor de "EL SOL DE MÉXICO", que no batismo, juntamente com a graça santificante, a nova natureza, recebemos também essas virtudes infusas pelas quais obramos as obras conducentes à nossa salvação, das quais a primeira é a virtude teologal da fé? Os filhos dos católicos nascem católicos não automaticamente, mas porque, por um desígnio inescrutável da Providência, no qual está envolvido o mistério da predestinação, ao nascerem no seio de uma família católica, tiveram a graça batismal, que os "separados" podem não ter e, se a têm, podem perder, com culpa ou sem culpa; para o caso é o mesmo. Não têm a fé católica e, apesar de suas falsas súplicas para serem recebidos ao banquete divino, não têm as disposições que eles mesmos sabem ser necessárias para receber a Cristo na Divina Eucaristia. Se fosse sincero seu desejo, por que não se convertem? Por que não aceitam humildes os ensinamentos infalíveis da Igreja?

"Semen est verbum Dei", a semente é a palavra de Deus; mas nem toda cai em terra fértil; parte cai no caminho e é pisoteada pelos transeuntes; parte cai entre os espinhos, que afogam seu crescimento, e parte, entre as pedras, e logo seca porque não tem umidade.

Espero, Dom Antonio, que V.S. não volte a me declarar "automaticamente excomungado" para comprazer a Sua Eminência e salvar assim sua ciência teológica.

Agora, vou lhe fazer uma pergunta: Cairia em Cisma aquele que não aceitasse os ensinamentos de um antipapa, ou de um papa que caiu em heresia?

9.4. BRAMBILA NÃO É VERDADEIRO CATÓLICO, MAS SIM VERDADEIRO "PAPÓLATRA"

Em um segundo artigo, que apareceu em "EL SOL DE MÉXICO", na sexta-feira, 15 de dezembro de 1972, Antonio Brambila nos impingiu um segundo artigo, no qual, como sempre, fazendo alarde de sua teologia chestertoniana, insiste em defender a concessão dada por Paulo VI aos protestantes para que, sem retratação alguma, sem reconciliação alguma com a Igreja, possam se aproximar, "em circunstâncias especiais", para receber, como os simples fiéis, a Sagrada Comunhão. A condição dos protestantes, neste ponto, é agora melhor que a dos simples católicos: os "separados" não têm necessidade de se confessar, como os católicos, quando há consciência de pecado mortal, antes de comungar. Nada disto menciona o famoso "Motu Proprio".

Mas, em contrapartida, Antonio, o grande teólogo de "EL SOL DE MÉXICO" (o jornal que eliminou de suas colunas os magníficos artigos do Lic. René Capistrán Garza, por ser ortodoxo, e admitiu Antonio, por ser heterodoxo), nos faz uma distinção equívoca, sofística, indigna de seu claro talento e de sua superabundante ciência teológica. Não é o mesmo fé teologal que crença religiosa. Como vai ser o mesmo, Dr. Brambila! Tem crenças religiosas o budista, o idólatra e até, embora pareça paradoxal, o próprio ateu. Como vamos negar este privilégio aos hereges, cismáticos ou apóstatas? Não podemos, no entanto, dizer que nem os budistas, nem os idólatras, nem os "separados" (pelo menos, não podemos dizê-lo destes últimos com certeza) têm o dom precioso e sobrenatural da fé que V.S. e eu, pela misericórdia do Senhor, recebemos no santo batismo; essa fé da qual V.S. se crê não só possuidor, mas administrador, e que V.S., com muita caridade, pensa que eu perdi.

Sim, Dr. Brambila, Vossa Senhoria, que me nega o dom precioso da fé, pode ser que tenha menos fé do que eu tenho. A minha não está hipotecada, nem tem preço. Espero confessar a mesma fé que professaram meus antepassados, sem me deixar arrastar nem pelo servilismo, nem por essas correntes do protestantismo liberal que, com o título de "progresso científico", estão protestantizando e judaizando a fé de muitos.

Estamos falando da fé objetiva, não do ato de fé do verdadeiro crente. A fé objetiva é o "DEPOSITUM FIDEI", é a Verdade Revelada. Para sermos católicos (os únicos verdadeiros cristãos que eu conheço), é preciso admitir, como verdades reveladas por Deus e precisamente porque Deus as revelou, todas e cada uma das verdades que Deus nos revelou e que o Magistério vivo, autêntico e infalível da Igreja nos ensinou. Basta a negação de uma só verdade revelada, definida pelo Magistério infalível, para que percamos o dom sobrenatural da fé, a virtude teologal infusa que no santo batismo recebemos. Com culpa pessoal ou sem culpa pessoal – isto já é outra coisa, que nem V.S. nem eu poderemos nunca definir –, o certo é que os "separados" não gozam da graça sobrenatural da fé, a menos que, justificados em um verdadeiro batismo, não tenham depois, ao chegar ao uso da razão, ao se darem conta de suas crenças religiosas, negado com obstinação qualquer verdade definida pelo Magistério da Igreja.

"A fé crença", diz nosso Doutor, "está só no entendimento; a fé virtude se produz e reside na vontade livre". Pergunto, Antonio: pode haver um ato de fé sem o objeto dessa fé? Posso eu crer sem saber, ao menos de um modo implícito, o que objetivamente creio? O católico batizado, em virtude da fé infusa, ainda que seja um ignorante, contanto que conheça e aceite as verdades essenciais para a salvação, tem em suas crenças, implicitamente, todas as suas crenças católicas; enquanto o "separado", embora subjetivamente pense ter fé, não a tem, ao excluir ele conscientemente uma das verdades reveladas e definidas como tal pelo Magistério. Poderá estar de boa fé (aqui a palavra tem outro sentido), isto é, não pensará estar enganado; mas o fato de ele não pensar que o está não faz com que não o esteja. É como o cego que não vê, porque não tem olhos para ver.

Brambila nos fala da “fé dos demônios”; no que diz outra barbaridade. Segundo nos diz São Paulo, no céu já não teremos fé nem esperança, porque veremos a Deus e possuiremos a Deus; no céu só resta a caridade. Assim, os demônios não creem, porque eternamente terão diante de si o rosto irado de um Deus ofendido, porque terão diante de si os terríveis suplícios do inferno. Quem vê já não crê, e quem não crê não pode ter fé.

Muito informados estão os “separados”, sobretudo agora com o “diálogo”, da verdade da fé católica; se, com boa fé, pedissem a Eucaristia, o lógico seria a retratação de seus erros e a reconciliação com a verdadeira e única Igreja de Jesus Cristo.

CAPÍTULO 10

JOÃO B. MONTINI E SEU PROGRAMA SOCIOECONÔMICO E SOCIOPOLÍTICO

Vamos a fundo; vamos descobrir os motores secretos da política revolucionária do Papa Montini, em quem recai a tremenda responsabilidade da autodemolição da Igreja. Ninguém teria podido levar a cabo esta empresa inaudita se o Pontífice tivesse cumprido seu dever, se "o Santo Ofício não tivesse mudado de nome e de funções", se tivesse continuado a ladrar e até a morder quando necessário, se à heresia se tivesse continuado a chamar heresia, se as censuras tivessem sido fulminadas contra esses chanceleres que reservadamente aconselham e autorizam, em nome de sua Eminência, as mais procazes profanações dos templos; se, em uma palavra, não tivesse se espalhado a subversão em nome do Vaticano II e do espírito pós-conciliar. Não com discursos piedosos ditos de sua varanda ou na nova sala de audiências, ricamente construída, mas com Encíclicas definitivas e com penas canônicas se detém o avanço da subversão. Sobretudo, quando foram os dois últimos Pontífices e suas Encíclicas e seu Concílio Pastoral os que, sem dúvida alguma, abriram as comportas às águas impetuosas que o Magistério da Igreja vinha reprimindo, apesar das secretas garantias que aos reformistas dava a carta paternal do Pe. Jean-Baptiste Janssens.

A eleição do Patriarca de Veneza como sucessor de Pio XII encheu de surpresa o mundo inteiro. Um velho de cerca de oitenta anos, um canceroso, um homem de não muita ciência, um político complacente que autorizava a simulação de batismos para salvar caritativamente os judeus perseguidos por Hitler, um amigo dos grandes luminares do grande Oriente da maçonaria francesa, ia ocupar o trono, depois daquele Papa

retilíneo, daquele santo e daquele sábio que, com sua retidão assombrosa, com sua santidade inconfundível e com sua ciência vasta, profunda, luminosa, havia levado às consciências a paz e a esperança, depois da segunda e sangrenta guerra mundial.

Em quatro anos de governo e apesar de sua crescente enfermidade, o Papa bom teve tempo de sobra para escrever duas encíclicas que fizeram estremecer o mundo e convocar, com inspiração divina, segundo disse, um Concílio que sacudiu, em seu próprio fundamento, o duas vezes milenar edifício da Igreja de Cristo.

Não podemos nos deter em estudar essas encíclicas, que o mundo irreligioso e anticatólico chamou de "magistrais", de João XXIII. Há, no entanto, uma passagem da "PACEM IN TERRIS" que queremos citar aqui, porque teve uma influência enorme na política e no pensamento do Vaticano II, de Paulo VI e dos documentos de Medellín. Em seu "infinito" amor pela humanidade, um amor que tudo abarca, que a tudo se atreve, o Papa João escreve: "Não se deverá, no entanto, confundir jamais o erro com quem erra, mesmo quando se trate de erros ou de um conhecimento inadequado da verdade no campo religioso-moral. Quem erra é sempre e, sobretudo, um ser humano, e conserva, em cada caso, sua dignidade de pessoa, e deve ser sempre tratado como corresponde a tamanha dignidade."

Com estas palavras, ao que parece tão cheias de bondade e de visão humana, o papa bom veio a suprimir todo o direito penal, não só da Igreja, mas dos próprios governos, e a condenar, de passagem, a enérgica atitude com que a Igreja sempre se havia enfrentado com os hereges e com a heresia. Há aqui um enorme sofisma, que devemos esclarecer: uma coisa é a tolerância com as pessoas, e outra distinta é a tolerância com as ideias; a primeira pode ser louvável, pode ser boa, pode ser uma manifestação externa da caridade sobrenatural interna; mas a segunda, a tolerância nas ideias, nunca pode ser aceita, porque é claudicação, é compromisso, é traição à verdade. Ora bem, quando a obstinação dos que erram de tal maneira se identifica com o erro que não só não é possível separá-los dele, mas que se convertem em difusores ativos do erro e da subversão, em

elementos perigosos para a própria sociedade, então a intransigência é necessária, dolorosamente necessária, porque acima do bem particular está sempre o bem comum; e a tolerância, nestes casos, é manifesta e prejudicial cumplicidade.

João XXIII, dessa sua inspirada frase sobre a "suprema" dignidade da pessoa humana, tira logo as consequências no campo muito mais vasto da política: "Deve também ter-se em conta que não se podem nem mesmo identificar falsas doutrinas filosóficas sobre a natureza, a origem e o destino do universo e do homem com movimentos históricos, com fins econômicos, sociais, culturais e políticos, mesmo no caso de que estes movimentos tenham sido originados por aquelas doutrinas e das mesmas tenham extraído ou extraiam delas sua inspiração. Já que as doutrinas, uma vez elaboradas e definidas, permanecem sempre as mesmas, enquanto os referidos movimentos, ao atuarem sobre as situações incessantemente mutáveis, não podem evitar sofrer suas influências e, portanto, não podem deixar de estar sujeitas a transformações igualmente profundas. Ademais, quem pode afirmar que nesses movimentos, na medida em que são conformes aos ditames da reta razão e se fazem representantes das justas aspirações da pessoa humana, não existem elementos positivos e merecedores de aprovação?"

Esta encíclica, expressão clara da doutrina da Enciclopédia, não foi escrita por João, o bom. Sua saúde estava demasiado quebrantada para pensar e coordenar ideias tão complexas e tão alheias ao estilo tradicional do Magistério. O pôr "a dignidade da pessoa humana" como critério supremo de verdade e de moralidade é emancipar o homem, criatura e posse de Deus, do domínio que o Criador tem sobre sua criatura, e é antepor as conveniências pessoais à ordem estabelecida pela Sabedoria, a Bondade e o Poder Infinito do próprio Deus. A distinção feita por João XXIII entre "ideias filosóficas" e "movimentos ou partidos políticos" que sobre elas se baseiam é de uma importância tão essencial como a distinção que antes havia feito entre o erro e quem erra. Com esta distinção, ficam a salvo o liberalismo, o socialismo, o materialismo e, de um modo particular, o marxismo, tão duramente condenados antes pela Igreja Católica e pela voz do Magistério.

O Papa Roncalli, com a esperança de que essas ideias, anticatólicas e antissociais, evoluíssem depois nos partidos aos quais haviam dado origem, quis estabelecer essa fantasmagórica distinção para entabular o diálogo com o próprio comunismo, intrinsecamente perverso, autor da escravidão que hoje domina tantos povos. O Papa João queria nos dizer: se bem que o marxismo, o liberalismo e o socialismo se basearam em premissas filosóficas equivocadas (pelo menos do ponto de vista católico), podem evoluir, de fato evoluíram, até poder oferecer um acordo, uma mútua compreensão, uma coexistência pacífica e construtiva. Não só se pode permitir – com essa concepção tolerante e benfeitora – mas também se pode colaborar com o comunismo, segundo o pensamento do Núncio de Cuba.

Poderá chegar um dia em que o comunismo deixe, na verdade, de perseguir a religião para empreender o caminho do liberalismo, tanto na política como na economia? Que pouco sabe de comunismo quem assim pensa! Ou ignora, ou se faz de ignorante, para sustentar uma tese imposta e comprometida. O caso da Iugoslávia, que adormece os incautos, é tão somente uma tática, habilmente excogitada por um judeu, que antes matou, destruiu, impôs escravidão, e agora parece um estadista que, com visão muito clara, quer solucionar os problemas da Europa e do mundo. Paulo VI é seu amigo e admirador.

A "POPULORUM PROGRESSIO" é um documento fortemente inspirado no pensamento do progressismo francês, no qual se destacam o cardeal Gabriel-Marie Garrone, os teólogos Lebret, Chenu, de Lubac e, sobretudo, Jacques Maritain. O espírito do documento montiniano é decididamente socialista. A "POPULORUM PROGRESSIO" abrange numerosos temas: da paz mundial às Nações Unidas, do enorme aumento da população à assistência que se deve dar aos países subdesenvolvidos, das missões ao ensino, da emigração aos problemas raciais.

Este é o documento que inspira, explica e aguilhoa a política, os ensinamentos, as viagens, os pactos, as recepções palacianas de Paulo VI. João B. Montini é o homem da "POPULORUM PROGRESSIO", e a América Latina, o campo de experimentação e de cultivo desta política

não libertadora, mas socializante e progressivamente escravizadora. Embora o Papa Montini afirme, uma e mil vezes, que nem seu predecessor, nem o Concílio, nem ele mesmo mudaram a doutrina de base, os ensinamentos milenares e apostólicos da Igreja, é indubitável que há um abismo entre a "velha" Igreja de Cristo e "esta" Igreja histórica dos dois últimos papas e seu Concílio.

Antes de tudo, o conceito de "propriedade privada", como direito inalienável, sancionado pelas leis divinas, naturais e humanas – conceito firmemente estabelecido por Leão XIII – foi transformado por Paulo VI. A este propósito, nos diz na "POPULORUM PROGRESSIO": "O recente Concílio o recordou: 'Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da Criação devem afluir igualmente às mãos de todos, segundo a regra da justiça, que é inseparável da caridade'."

"Os demais direitos, de qualquer gênero, incluídos o da propriedade e o do livre comércio, estariam subordinados a ela: não devem, portanto, estorvar, mas, ao contrário, facilitar sua realização, e é um dever social, grave e urgente, restituí-los à sua finalidade originária". Paulo VI cita, como prova, uma passagem de Santo Ambrósio, que diz: "Não é de tua propriedade aquilo de que fazes doação ao pobre; não fazes senão devolver-lhe o que lhe pertence. Já que o que foi dado em comum para o uso de todos é o que tu te aproprias. A terra foi dada a todos, e não somente aos ricos". E comenta o pontífice: "É como dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicionado e absoluto. Ninguém está autorizado a reservar para seu uso exclusivo aquilo que ultrapassa suas necessidades, quando os demais carecem do necessário... O bem comum exige, pois, às vezes, a expropriação se, por causa de sua extensão, de sua exígua ou nula exploração, da miséria que dela se deriva para as populações, do dano considerável acarretado aos interesses do país, certas posses representam um obstáculo para a propriedade coletiva."

Esta é, sem rodeios, a postura que certamente mais se aproxima da do marxismo do que da doutrina tradicional da Igreja. Paulo VI não alude

sequer à necessidade, por parte do Estado, de manter sob controle as massas, proposta expressamente por Leão XIII. Essa sua doutrina é demagógica; aproxima-se muito da "égalité", da "igualdade" da Revolução Francesa. "Dão-se certamente situações cuja injustiça clama ao céu. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem em um estado de dependência tal que lhes impede qualquer classe de iniciativa e responsabilidade, e igualmente toda possibilidade de promoção cultural e de participação na vida social e política, é grande a tentação de rechaçar com a violência tamanhas injúrias à dignidade humana. E, no entanto, sabemos que a insurreição revolucionária – salvo no caso de uma tirania evidente e prolongada que atentasse gravemente contra os direitos fundamentais da pessoa e danificasse de modo perigoso o bem comum do país – é fonte de novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas. Não se pode combater um mal real ao preço de um mal ainda maior."

Eis aqui um caso típico da dialética montiniana: A desigualdade é um mal; a propriedade privada é apoderar-se do que pertence a todos. É grande a tentação à violência; logo, em casos excepcionais, em casos de uma tirania evidente e prolongada, a violência é lícita; nestes casos excepcionais, o povo tem direito a se levantar contra o governo, se o governo se transformou em uma ditadura perigosa e impiedosa. É o mesmo que dizem os comunistas e seus aliados, os progressistas: "Contra a violência institucionalizada, não resta mais recurso que a violência das armas". E isto é também o que cautelosamente dizem os documentos de Medellín e o que, com maior crueza, proclamam os guerrilheiros e os "padres e jesuítas" comprometidos na revolução. Diante da reação justificada dos governos, que souberam captar a ameaça que implicava para a paz, o progresso e a estabilidade social, todas as hierarquias mudaram o sentido da consigna solapada de Paulo VI. Mudança de estruturas, sim; resistência também; mas sem violência! Mas o que está escrito, escrito está. Quem vai pronunciar o veredicto de que um governo se converteu em uma tirania evidente e prolongada? Francisco Franco leva mais de vinte e cinco anos no poder; para muitos, seu governo, fruto de uma insurreição armada, foi e continua sendo uma evidente e prolongada

tirania. Outros, em contrapartida, diante dos tangíveis progressos materiais que a Espanha alcançou neste tempo, diante dos perigos de novos conflitos com a mudança, preferem seguir neste estado indefinido de um Caudilho que não é rei, nem é presidente, nem é governo estável. Deus dirá o que vier! O que já vimos é que a Espanha superou sua pobreza.

"Violência organizada" chamam os comunistas a toda lei, todo governo, toda organização social ou econômica que não responda ao programa de Marx, que impeça os atos terroristas, a violência destrutiva das armas. Em contrapartida, quando o terrorismo se apodera do poder, então não é violência o paredão; não é violência o despojo coletivo; não é violência a tirania que sem piedade sufoca os patriotas que buscam a liberdade de seus países dominados por uma tirania internacional e prepotente.

O maior perigo que eu vejo para nosso país e para todos os países de nossa América Latina é o de que as autoridades civis se deixem adormecer pelo canto das sereias que, em nome de Cristo e do Evangelho, em nome de caridade e de justiça social, estão fazendo o jogo do comunismo internacional; estão preparando o caminho de sua dominação continental. Para o progressismo, é tirania o governo de El Salvador e do Brasil e do Paraguai e da Bolívia e de todos os demais países que, diante do perigo, reagiram virilmente, expulsando do país esses secretos emissários do Vaticano, esses padres estrangeiros que estão fazendo a lavagem cerebral nas inconscientes multidões que enchem nossos templos e, com mariachis, com jazz, com bailes e com assembleias, participam agora melhor dos serviços litúrgicos e escutam homilias que emulam os comícios políticos do partido comunista e nos apresentam um falso Cristo revolucionário e guerrilheiro.

Paulo VI lança um violento, quase virulento ataque contra o "capitalismo", que aos ouvidos dos latino-americanos soa como uma condenação do "imperialismo americano": "Necessária para o crescimento econômico e o progresso humano, a introdução da indústria é, ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento... Mas sobre estas novas condições da sociedade se instaurou, desgraçadamente, um sistema que

considera o lucro como motivo essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos meios de produção como um direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Dito liberalismo conduzia à ditadura, justamente denunciada por Pio XI como geradora do imperialismo do dinheiro... Nunca se condenarão bastante tais abusos, recordando mais uma vez, somente, que a economia está a serviço do homem. Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, de tantas injustiças e lutas fratricidas, cujos efeitos ainda perduram, seria errôneo atribuir à industrialização mesma males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanha. É preciso, pelo contrário, e por dívida de justiça, reconhecer a contribuição insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial à obra do desenvolvimento".

Aqui, de novo, estamos em plena dialética: "necessária para o crescimento econômico e o progresso humano... a indústria é, ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento"; mas a indústria acumula capitais que escravizam... Logo, é preciso socializar os meios de produção. Os industriais, a iniciativa privada, reconhecendo a função social do capital e as prestações devidas aos trabalhadores, reguladas há tempo pela devida e conveniente intervenção do Estado, observam, neste ponto, que sem o incentivo do benefício, sem a acumulação de capital garantida pela propriedade privada, sem o estímulo igualmente potente da livre concorrência (dentro da lei e da consciência), a civilização ocidental não teria alcançado jamais a extraordinária prosperidade e a capacidade tecnológica sem as quais nem os países subdesenvolvidos poderiam ser ajudados, nem se poderia lutar contra a fome, a pobreza e as enfermidades que invadem o mundo.

Quem ajudou os países vencidos, depois da guerra, a sair de sua tremenda pobreza, da fome que padeceram como consequência da tragédia? E teriam podido os Estados Unidos ajudar os vencidos se não tivessem tido essa prosperidade econômica? Não quero com isto defender as mãos ocultas que exploraram não só os povos da Europa, da América Latina, mas o próprio povo americano. O Vaticano sabe perfeitamente a

quem me refiro, porque o Vaticano também está supeditado, hoje mais que nunca, a esse poder oculto.

Em resumo, a "POPULORUM PROGRESSIO", que para o progressismo é a nova economia do Evangelho, o modo de aplicar a nossos tempos a redenção de Cristo, definitivamente não é uma doutrina coerente com a tradição, com as normas imutáveis da Igreja de Cristo. A atividade política de João B. Montini, o papa Paulo VI do Concílio, representou na Igreja uma verdadeira revolução, cujos resultados ainda não acabamos de ver. Evidentemente que o Vaticano não confessa as muito íntimas e muito secretas relações que mantém com os poderes invisíveis que o aconselham, o apoiam e lhe cobrem, como dizemos, as costas. Mas cego está quem se empenhe em negar as relações que o Papa Montini manteve e continua mantendo com os elementos que, descarada ou publicamente, estão provocando a instável, variante e perigosa situação do mundo inteiro.

Não ignoro que esta atividade de projeção mundial, de manifesta tendência socializante, teve seus momentos de aparente calma, de reação, de quase, quase diríamos, um "dar marcha à ré"; mas esta tática é demasiado conhecida para poder nos tranquilizar. Quem seguiu com cuidado todo o processo demolidor, inaugurado pelo pontificado de João XXIII, seguido depois e feito reforma por Paulo VI e o Vaticano II, sabe muito bem que esse processo teve suas pausas, mas seguiu invariável sua reforma, sua "mudança de estruturas", seu "socialismo", seu "aggiornamento", seu "ecumenismo".

Há no mundo um enxame de ativistas que estenderam uma rede por todo o mundo, que de uma maneira ou de outra tratam de nos imbuir das ideias dissolventes que avançam incontenéveis. Aos que nos opomos, nos chamam de extremistas, nos dizem loucos ou nos "excomungam", crendo que, por bem ou por mal, vão nos dobrar. A outros, assustam, e, embora em sua consciência sintam que as coisas não andam bem, que as reformas não fizeram senão nos deformar, que não pode ser coisa de Deus tanta heresia, tanto materialismo, tanta imoralidade, preferem não opinar e se tranquilizam dizendo que obedecem, que, no fim, Deus intervirá. Mas, aos

mais, os tentáculos poderosos da subversão os sujeitam, os trituram, os convencem. E isto em nível local, estadual, nacional; na paróquia, o mesmo que nos escritórios da Mitra; nos colégios, nas escolas, em todas as atividades religiosas; o mesmo na cidade que até na mais pobre aldeia, aonde chegam os novos padres, os alunos dos jesuítas, pregando inconformidade, falando de violência e, se for preciso, treinando ou aliciando os novos guerrilheiros.

Porque, no México, há guerrilhas; há gente que se prepara para a subversão, para os atos terroristas, para o assalto definitivo com que esperam se apoderar do poder, depois de deitar por terra as legítimas autoridades, que algumas vezes parecem ignorar ou querer ignorar, para não alarmar a gente, o que na realidade está acontecendo. E todo este ativismo vem de muito alto; é, como já indiquei, de projeção internacional; e conta com as bênçãos dos padres e da hierarquia que, como os bispos de Ciudad Juárez, de Chihuahua, o ex-bispo de Zacatecas, o de San Cristóbal de las Casas, para não mencionar o cabeçilha principal, o que fez escola, Dom Sergio VII, o de Cuernavaca, já falou claro, muito claro, para podermos duvidar de suas intenções. E isto Roma sabe, o Vaticano conhece, Paulo VI não ignora, quem, nos momentos de crise, sabe salvar seus amigos, como o fez várias vezes com Méndez Arceo e o fez recentemente na Espanha com o cardeal primaz de Madri.

10.1. A CHAVE DO ENIGMA: O CONCÍLIO PASTORAL VATICANO II

O mundo crê que João XXIII, o papa bom, foi quem congregou o Concílio Pastoral Vaticano II. A verdade é, como nos diz Léon de Poncins em seu livro "O JUDAÍSMO NO VATICANO", que numerosas organizações e personalidades judaicas há tempo pretendiam introduzir na Igreja as reformas propostas e realizadas no Concílio, com a intenção de "modificar sua atitude e seu ensinamento acerca do judaísmo". Foram estes judeus que, dentro e fora da Igreja, impulsionaram as incríveis reformas propostas e realizadas nesse lamentável Concílio, e os que, com satânica e não dissimulada satisfação, agora fazem alarde de terem sido

eles os que planejaram, convocaram e dirigiram o Vaticano II. Em particular, o judeu francês Jules Isaac, representante do judaísmo internacional, foi quem, com seus escritos e com suas secretas audiências no Vaticano, patrocinadas por seu irmão de sangue e membro ativo da conspiração, o tristemente célebre cardeal Augustin Bea, S.J., impulsionou o fraco e comprometido papa Roncalli a essa aventura reformista, que eficazmente realizou a "autodemolição" da Igreja de Cristo.

10.1.1. TRÊS TENTATIVAS JUDAICAS PARA DESTRUIR O CRISTIANISMO

O judaísmo, religião, seita e atividade de intriga permanente, tem estado em luta constante contra Jesus Cristo, o Filho de Deus Vivo, o Messias prometido; mas, sem dúvida, há já cinco séculos que sua infiltração, seus ataques e seus êxitos têm sido para eles mais espetaculares, mais descarados, e, para nós, mais amargos, mais funestos, mais lamentáveis.

O escritor e historiador judeu Joshua Jehouda, em seu livro "L'ANTISEMITISME, MIROIR DU MONDE" (O Antissemitismo, espelho do Mundo), gaba-se descaradamente de que nos últimos séculos o judaísmo fez três poderosas tentativas para "retificar o Cristianismo"; três tentativas "dirigidas a purgar a consciência cristã"; três tentativas para "corrigir, sufocar e paralisar os efeitos da teologia cristã"; e três brechas foram abertas na fortaleza da Igreja. São três vitórias importantes, conseguidas em sua luta contra a cristandade por seus mortais inimigos, os judeus.

1. O Renascimento (a razão e a ciência contra a fé);
2. A Reforma (50 anos depois do Renascimento; revolta contra a Igreja);
3. A revolução de 1789 (que os judeus comunistas continuam até nossos dias).

A esses intentos, deve-se acrescentar depois outros três:

1. O Modernismo, propagado na Igreja pelas infiltrações dos marranos;
2. As falsas filosofias como a de Marx, Nietzsche, Voltaire, Freud, Pierre Teilhard de Chardin;
3. O Vaticano II, a grande conspiração judaica, sob a direção do judeu infiltrado João B. Montini.

Jehouda admite que o judaísmo, a cabala e o Talmude são a raiz de todos os ataques sofridos pela Igreja Católica, na fortaleza da Cristandade. E conclui: "A reforma assinala a revolução contra a Igreja Católica, que é também uma revolução contra a religião de Israel".

Lord Sieff, Vice-Presidente do Congresso Mundial Judaico, em seu artigo "The Meaning of Survival" (O sentido da sobrevivência), escreve: "Não é acidental que os judeus tenham sido os precursores e os dirigentes de muitas revoluções do pensamento e do espírito".

Há cem anos, os judeus infiltrados tentaram alterar a doutrina tradicional na Igreja Católica, durante o Concílio Vaticano I (1870). Durante esse Concílio, os "marranos" renovaram seus antigos intentos para obrigar a Igreja a exonerar os judeus do crime do deicídio e aceitar depois as relações amistosas judaico-cristãs. Em uma hábil manobra, tentaram influenciar os Padres congregados para que assinassem "um postulado em favor dos judeus". Falou-se primeiro de um requerimento para converter os israelitas, mas depois se acrescentaram afirmações que estavam em aberta contradição com as doutrinas que a Santa Igreja ensinou a este respeito.

O fato de os Padres do Vaticano I consentirem nessa intriga judaica teria significado colocar a Igreja em uma manifesta contradição consigo mesma, o que teria posto em dúvida sua origem divina, que era o objetivo do complô judaico no Vaticano I, e que, sem dúvida, foi também o objetivo de sua incansável atividade no Vaticano II. Em seu livro já citado, "O Judaísmo e o Vaticano", Poncins apresenta numerosas e terríveis calúnias, lançadas por judeus contra a Igreja Católica e a Cristandade. Um dos canais principais dessas mentiras tendenciosas foi Jules Isaac. Nossos leitores podem recordar o que sobre este personagem e suas atividades em

Roma, diante de João XXIII, escrevi em dois de meus livros anteriores: “COM CRISTO OU CONTRA CRISTO” e “A NOVA IGREJA MONTINIANA”, onde recordo o artigo de Joseph Roddy, na revista hebraica “LOOK”: “HOW THE JEWS CHANGED CATHOLIC THINKING” (Como os judeus mudaram o pensamento católico). Isaac escreveu dois livros gravemente ofensivos a todos os cristãos: “Jesus e Israel” (1946) e “Gênese do Antissemitismo” (1948), nos quais, iradamente, censura os ensinamentos cristãos e exige a “purificação” e a “emenda” da doutrina bimilenar de nossa fé católica. Nenhum desses livros mereceu ser levado em conta durante o reinado de Pio XII. Era necessário um papa inescrupuloso e fácil para que o escritor lograsse, com a ajuda de Bea, impor seu pensamento tanto na liturgia como na famosa “Declaração” do Vaticano II. A mão de João B. Montini estava, de cima, dirigindo todo o processo, cujos resultados conciliares vieram a adulterar realmente o pensamento católico, a história da Igreja e as próprias Sagradas Escrituras.

Fora da Igreja, Isaac é tido como o principal teórico e promotor da campanha empreendida contra a doutrina tradicional da Igreja. No entanto, o mal vinha de muito tempo atrás, graças aos vultosos empréstimos, com juros muito altos, que os banqueiros judeus fizeram muitas vezes tanto à Câmara Apostólica como a Cardeais, Bispos e outros membros da alta hierarquia. Graças a estes empréstimos, os judeus chegaram a escalar postos importantes até mesmo na Sé Apostólica. Assim, por exemplo, Sisto V teve como conselheiro nas finanças um judeu português que havia fugido de Portugal por temor ao tribunal da Inquisição. Em tempo mais recente, nos empréstimos contraídos pelo Vaticano, a novidade consistiu em recorrer aos grandes bancos que operavam fora dos Estados Pontifícios e, em particular, aos Rothschild de Paris. Citaremos aqui, tomados do livro de Corrado Pallenberg, “As finanças do Vaticano”, os empréstimos que o banco Rothschild fez ao Vaticano de 1831 a 1846:

FECHA Y NOMBRE DEL PRESTAMISTA	VALOR NOMINAL	PRECIO DE EMISION	COMISION	SUMA RECIBIDA
15-12-1831 los Rothschild de Paris	3.000.000	65 %		1.860.000
108-1832 los Rothschild de París	3.000.000	75,5 %	2 %	2.115.000
15-9-1833 los Rothschild de París	3.000.000	82,5 %	2 %	2.400.000
15-3-1837 los Rothchild de París	1.000.000	95 %	3 %	925.000
3-8-1837 los Rohschild de París	2.000.000	95 %	3 %	1.850.000
20-1-1846 los Torlonia de Roma y los Parodi de Génova	2.000.000	95 %	2 %	1.860.000
Total de escudos	14.000.000			11.010.000

Além dos compromissos econômicos que, indiscutivelmente, punham o Vaticano em uma situação desvantajosa em relação aos judeus. Situação, por outro lado, que eles souberam habilmente aproveitar para entrar e se inteirar de muitas coisas que favoreciam sua cautelosa ingerência na Corte Papal — duas décadas antes de Isaac começar seu nefasto trabalho, já havia na Igreja uma associação, sob o nome de "Amigos de Israel", à qual pertenciam cardeais e bispos. Foi dissolvida pelo Papa Pio XI, em 1928. Entre os motivos de condenação, a Comissão do Santo Ofício aduziu a falsidade de que "o povo judeu não era o responsável pela morte do Filho de Deus feito Homem", porque essa afirmação contradizia o testemunho dos Evangelhos e o ensinamento tradicional da Igreja. Trinta anos mais tarde, a associação surgiu novamente com mais vigor, alcançando o apoio de numerosos clérigos. Em 1947, Jules Isaac conseguiu unir-se, em sua empresa diabólica, a Label Katz, presidente da B'nai B'rith, e a Nahum Goldmann, presidente do

Congresso Mundial Judaico. A eles se agregaram depois Edmond Fleg, Sammy Lattes e o Grande Rabino Kaplan.

A tese de Isaac, energicamente rechaçada por Pio XII, foi, como antes dissemos, acolhida por João XXIII. Com o apoio de seu íntimo amigo João B. Montini, do cardeal Bea e do rabino Abraham Heschel de Nova York, professor de ética e misticismo judaicos no Seminário Teológico Judaico da América, que serviu como conselheiro à Comissão do Concílio Vaticano II nos preparativos de 1960 e sugeriu a declaração conciliar que afirma que Jesus não sofreu a morte por causa dos judeus. É o mesmo Heschel que, com sua esposa, foi fotografado em junho de 1971 com suas mãos descansando no braço da poltrona em que outro judeu estava sentado, Paulo VI, simbolizando e celebrando assim a vitória judaica sobre a Igreja Católica. Comentando esta excepcional e significativa fotografia, um sacerdote amigo de Heschel disse: "Isto parece a maneira com que o papa quis expressar simbolicamente seus próprios sentimentos em relação ao povo hebreu em geral e, em particular, em relação ao Rabino e à Sra. Heschel".

É impossível falar dos desígnios judaicos fora da Igreja sem tocar necessariamente nas traições dos "marranos" (falsos cristãos) dentro da Igreja, que secretamente trabalham, com a ignorância dos verdadeiros cristãos, contra a Igreja de Cristo, à qual têm ódio de morte. Dentro, pois, da Igreja, sob a direção do cardeal Augustin Bea, S.J., e de seu inspirador e decidido colega João B. Montini, lograram apoderar-se dos postos de comando para tramar, a partir deles, a destruição da Igreja. Outros judeus infiltrados por esses anos foram Henri Marrou, o Pe. DANIÉLOU, o Abbé Viellard do Secretariado Episcopal, o Pe. Calixto Lopinot e o Pe. Demann; Jacques Madaule e Jacques Nantet; e também uma freira da Congregação de Dom Bosco e o cardeal Liénart, para nomear apenas alguns poucos.

Há uma base sólida para dizer que a evidência é ampla, e as provas, incontestáveis, para demonstrar que a juderia mundial, ajudada pelos muitos infiltrados na Igreja, preparou cuidadosamente esta campanha internacional contra a Igreja Católica, que culminou no trágico Concílio Vaticano II, verdadeira conspiração contra a Igreja. O que foi que Isaac

pediu e alcançou do Vaticano II? 1) A condenação e supressão de toda discriminação racial, religiosa e nacional com relação aos judeus. 2) A modificação ou supressão das orações litúrgicas relacionadas com os judeus, especialmente as da Sexta-feira Santa. 3) Declarar que os judeus não são responsáveis, nem mesmo coletivamente, pela morte de Jesus, que deve pesar sobre toda a humanidade. 4) Anular as passagens do Evangelho, especialmente a de São Mateus, a quem Isaac designa como um embusteiro e um corruptor da verdade, quando relata a história crucial da Paixão. 5) Declarar que a Igreja foi sempre culpada desse estado de guerra latente que, por dois mil anos, subsistiu entre judeus e cristãos e o resto do mundo. 6) A promessa de que a Igreja modificará definitivamente sua atitude para um espírito de humildade, contrição e perdão em relação aos judeus, e que fará todo esforço possível para reparar os danos que ela lhes causou no passado, retificando e purificando seu ensinamento tradicional, segundo os pontos assinalados por Jules Isaac.

Os pontos principais que, segundo Isaac, deviam ser mudados no Evangelho e que, com tática dialética, a Igreja montiniana permitiu que circulassem, apesar das alocuções turísticas que de sua varanda faz a cada oito dias Paulo VI, são os seguintes: 1) "A Sagrada Bíblia, a Palavra de Deus, é atacada e chamada de 'um mito', uma 'metáfora'. A própria existência de Deus é posta em dúvida e os dogmas mais sagrados, dotados do carisma da infalibilidade, são silenciados, mutilados ou negados mais ou menos descaradamente." 2) Os quatro Evangelhos são desacreditados; os evangelistas são chamados de mistificadores ou embusteiros. É preciso abandonar o que a Igreja ensinou por dois mil anos e substituir os ensinamentos de Cristo pelas doutrinas talmúdicas e cabalísticas dos judeus. 3) Os Padres da Igreja, que, com coragem e êxito, combateram as heresias que, já desde a Igreja primitiva, os judaizantes introduziram, são violentamente atacados por Isaac. São João Crisóstomo é um "teólogo desvairado" e "um insolente panfletista". "Santo Agostinho falsifica os fatos", São Gregório Magno "inventou a loucura de um povo carnal". Com semelhante sanha, ataca também Jules Isaac a São Jerônimo, Santo Efrém, São Gregório Nisseno, Santo Ambrósio, Santo Hilário de Poitiers, Santo Epifânio (que era de sangue judeu), São Cirilo de Jerusalém e muitos

outros, alguns mártires da fé, que por instigação e intriga dos próprios judeus foram sacrificados por Cristo. 4) Nega-se a divindade de Jesus Cristo, assim como a Virgindade e a Imaculada Conceição de Maria. Isaac pretende que os católicos ensinam que um homem (Cristo) se fez Deus. Todos sabemos que a doutrina católica nos diz o contrário: que o Verbo, a Segunda Pessoa da Augusta Trindade, sem deixar de ser Deus, se fez homem. (Nem um bispo se levantou para protestar e corrigir esta falsa concepção da Trindade de Deus e da Encarnação do Verbo). 5) Depois do Vaticano II, seguindo as insinuações de Isaac, o próprio conceito de um Deus transcendente, uno em essência e trino em pessoas, é negado e substituído por um Deus ambíguo, em constante evolução, um deus que está em estado de vir a ser, de um Messias que tem que vir. "O povo de Deus" é, no fundo, uma nação que espera, espera, espera, sempre está esperando". 6) Põe-se em dúvida a Paixão de Cristo. Aqui o judeu, culpado do crime do deicídio, estremece com um temor próprio apenas dos judeus, e desmascara seu ódio e sua reação violenta contra Cristo e a Cristandade.

10.2. A GRANDE CONSPIRAÇÃO

A atividade secreta e aberta de Isaac e dos outros judeus a ele associados, embora tivesse tido resultados surpreendentes durante o governo do papa da transição, João, o Bom, não podia obter o pronto êxito que o judaísmo internacional buscava em seu programa messiânico de eliminar a Igreja Católica para a fácil realização de seu governo mundial e de sua religião cripto-satânica da fraternidade universal. Se seu antagonismo implacável devia produzir resultados de maior proporção na mentalidade católica, no culto e na própria moral e disciplina da Igreja, era necessário que encontrassem algo maior, mais decisivo, mais "revolucionário". A juderia, através da maçonaria, já havia obtido sua "NOVA ERA", a sociedade de consumo, a inconformidade e as consequentes guerrilhas, atos terroristas, sequestros, imoralidade crescente e legalização dos atos mais contrários à própria natureza humana, no mundo secular. Como podia infiltrar a Igreja para realizar, desde dentro, a

autodemolição da obra de Cristo? As demandas de Isaac haviam sido decididamente rechaçadas por Pio XII, um Papa vertical, que soube compreender que aceder a essas demandas teria significado a mais negra traição a Cristo e a sua Igreja; o abandonar o cristianismo para abraçar o judaísmo; mas foram depois simbolicamente aceitas por João XXIII e pelo "marrano" de todas as suas confianças, o judeu Agustín Bea, S.J., a quem se encomendou os projetos para a execução do plano a seguir.

O cardeal Bea compreendeu bem e soube levar a cabo seu papel de mensageiro, de intermediário entre os judeus já infiltrados na Igreja e os judeus que estavam fora da Igreja. Talvez ele mesmo não tenha chegado a compreender as imensas oportunidades que, enfim, haviam sido abertas aos inimigos da Igreja. Mas seu amigo e associado João B. Montini, estudante do Conselho Mundial das Igrejas, membro, ademais, da Cúria Romana, viu e compreendeu todo o panorama que se oferecia aos eternos inimigos da Igreja: "Um Concílio, sim, um Concílio Ecumênico, mas um Concílio não dogmático, mas exclusivamente pastoral", este era o caminho maravilhoso que, em seu candor, o papa bom acolheu como "uma inspiração" do Espírito, para dar à Igreja uma "nova primavera", um "novo Pentecostes", que lograria, enfim, a ansiada finalidade da união de todos os cristãos e, por que não?, dos muçulmanos, dos budistas, dos judeus. Uma humanidade unida, um ecumenismo perfeito, um "aggiornamento" flexível, condescendente e variável, segundo a "evolução inevitável do mundo". Os propósitos de Isaac serviram de um catalisador, capaz de transformar a fértil mente de Montini, que viu com visão profética os blocos que haveriam de servir na edificação do templo da compreensão, inspirado pelo judaísmo, que haveria de substituir a já caduca e vencida Cristandade.

O instrumento eficacíssimo, indispensável, era para o substituto da Secretaria de Estado, um "concílio", mas um concílio que rompesse os moldes de todos os anteriores concílios, um concílio democrático, no qual a revolução ficasse instalada nas próprias entranhas da Igreja. Um concílio dialético, de tese e antítese, que desse ao pontífice, predestinado para o caso, o poder único de fazer as sínteses transformadoras e demolidoras da "velha" Igreja Católica. O Vaticano II foi a culminação de toda a vida e

trabalho de João B. Montini. Havia tempo que se falava de um Concílio, porque a subversão, enquistada na Igreja, buscava a maneira de destruir os dois últimos Concílios, o de Trento e o Vaticano I, dois baluartes invencíveis que definem, protegem e concretizam os principais mistérios de nossa fé católica, os fundamentais dogmas de nossa religião. Mas os Sumos Pontífices que, depois de Pio IX, governaram a Igreja, se opuseram sempre, em especial Pio XII, à celebração desse Concílio que, dadas as definições sobre o Romano Pontífice, feitas dogmaticamente pelo Primeiro Concílio Vaticano, resultava não só perigoso, mas inútil. A ideia da "colegialidade episcopal", como a defendiam os inconformados, que consideravam o Primado e o carisma da "infalibilidade didática" pontifícia como uma usurpação da Santa Sé, como uma inovação contrária à Igreja Apostólica, somente com um Concílio podia se impor. Como indiquei antes, para levar adiante este programa destruidor, era necessário mudar e adulterar os próprios dogmas, em um ambiente democrático, no qual as maiorias conciliares se impusessem aparentemente ao pontífice, que estava de acordo e que pacientemente vinha preparando, com sua influência, suas sugestões, suas imposições, os membros do corpo cardinalício e os bispos da subversão.

Para conhecer a fundo este homem funesto, que eficazmente levou adiante a demolição da Igreja, é necessário conhecer seus antecedentes familiares e pessoais, antes de subir ao trono de São Pedro. Judeu, por ambos os lados, pelo pai e pela mãe, João B. Montini, falso cristão, pertenceu, desde muito jovem, aos antros mais escuros dos "Iluminados" judaico-maçons, membros da satânica Cabala, "iniciados" secretamente no próprio Vaticano, durante o reinado de Leão XIII, pelo cardeal criptojudeu Rampolla, "o prelado do olho do mal". Uma das provas mais fortes da prática do ocultismo de Montini pode ser colhida em um livro do Pe. T.F. O'Boyle, S.J., um tradutor do Secretariado Vaticano para a unidade cristã, quando este estava sob a direção de Agustín Bea. O Pe. O'Boyle implica em suas palavras um tremendo encargo contra Paulo VI:

"Quando nós falamos da 'mística' de Paulo VI, não queremos significar um misticismo espiritual, como o de Santa Teresa de Ávila ou São João da Cruz, tampouco nos referimos a seu estilo literário ou a sua

terminologia, embora seja inclinado a usar frases de um italiano não vulgar, como ‘imenso e misterioso desígnio’, ‘arcano concílio’, ‘excelsos fins’, ‘o mistério de um tempo novo’, ‘conselho inescrutável’...”

Frases são estas que parecem tomadas da linguagem simbólica e ocultista da maçonaria e do judaísmo. É indubitável que, como diz Antonio Brambila, depois de dez anos que transcorreram desde a iniciação do Vaticano II, estamos já em posse de dados suficientes e manifestos para poder qualificar essa reunião desastrosa e esse pontífice, que manteve em permanente mudança todas as estruturas, todos os dogmas, toda a liturgia, toda a moral, toda a disciplina da Igreja, com uma habilidade indiscutível, mas não a suficiente para evitar que todos os verdadeiros católicos se deem conta da armadilha mortal que lhes puseram. Já sabemos, por suas ações, por seus discursos, suas encíclicas e pelos péssimos frutos do Vaticano II, o que significa precisamente o “misticismo” de Paulo VI. É ele quem, acima de todos, deve ser considerado como o autor, inspirador e executor infatigável dessa “autodemolição” que significa e é o Vaticano II. É ele quem levou à prática os ocultos planos da Sinagoga de Satanás e das lojas maçônicas.

Por isso, o interesse que demonstra pela juventude, até mesmo pelos hippies, em cujas inexperientes mãos quer pôr os destinos da Igreja, para levar adiante e assegurar assim sua atual vitória. Desde os primeiros anos de seu sacerdócio, João B. Montini ocupou postos importantes nos negócios da Igreja, que lhe deram a oportunidade para trabalhar secretamente pelos interesses do judaísmo, sua verdadeira nacionalidade e religião. Muito conhecidas são na Itália as ocultas relações de Mons. Montini e do Arcebispo Montini com os dirigentes do comunismo e da maçonaria da Itália; e os arquivos vaticanos seguramente terão anotadas as cordiais recepções que Paulo VI deu em seu palácio aos chefes do comunismo internacional, das lojas mais secretas e perigosas e aos dirigentes do sionismo mundial.

É João B. Montini o homem que deve ser considerado como o dirigente intelectual e o executor habilíssimo, que pôde levar, em umas poucas e tumultuosas sessões do Concílio Vaticano II, a confusão mais

espantosa ao seio mesmo da Igreja, reservando-se a ação do pós-concílio, para fazer ele mesmo, com seus Motus Proprios, seus Sínodos democráticos e sua atividade dirigente, a fusão progressiva da Igreja com seus mortais inimigos. Há no Sacro Colégio, na atualidade, 13 cardeais de origem judaica, entre os quais estão os que contam com o maior apoio e confiança de Paulo VI, os possíveis papáveis. O Motu Proprio pelo qual eliminou do futuro Conclave os anciãos cardeais que, apesar de seus méritos, de sua ciência, de sua virtude e da clareza de sua mente, foram eliminados pela previdente mão do papa Montini, afastou os possíveis obstáculos.

"Tudo o que vem acontecendo na Igreja", escreve na revista espanhola "¿QUÉ PASA?" Aurelio Roca, "é uma consequência lógica das táticas da 'aproximação ao mundo' e da 'renovação das estruturas com adaptação aos 'SINAIS DOS TEMPOS'. Bastou que se pusesse em circulação uma deformada interpretação do 'pacifismo' – fundamentando-a nas inovações do último Concílio – e se exercessem umas pressões bem orquestradas dentro de certos setores vaticanos, que gozam de todas as imunidades, para que Paulo VI se decidisse a dissolver, sem nostalgia, a Guarda Nobre, a Guarda Palatina e a Gendarmaria pontifícia, salvando-se desta dissolução um contingente da Guarda Suíça muito minguado em seus efetivos, exercendo funções estritamente cerimoniais. As dissolvidas Guardas Palatina e Guarda Pontifícia tinham a seu cargo a manutenção da ordem pública em todo o território e, sobretudo, a cuidadosa vigilância do incalculável tesouro artístico, religioso e documental que no Vaticano se foi acumulando na qualidade de patrimônio da Igreja Universal, o que equivale a dizer, de todos os católicos. Os últimos relatórios – publicados nos últimos anos do glorioso pontificado de Pio XII – que faziam referência a um período não muito extenso, assinalavam que a hoje dissolvida Gendarmaria Pontifícia havia evitado 527 roubos e frustrou 211 tentativas de atentados perpetrados por anarquistas, loucos ou revolucionários de toda laia e plumagem, possuídos de uma acusada vocação iconoclasta, os quais, mediante múltiplos procedimentos, haviam tentado danificar, destruir ou roubar obras escultóricas, pictóricas, documentais ou murais da Basílica de São Pedro,

da Capela Sistina, da Biblioteca Vaticana ou outras dependências da sede pontifícia."

O selvagem atentado, perpetrado pelo húngaro Laszlo Toth contra a célebre escultura de Michelangelo, "A Pietà", não é senão a consequência lógica de ter enviado a Nova York essa preciosa escultura para diversão do turismo, e da lenta mas segura autodemolição que leva a cabo o pontífice infiltrado João B. MONTINI.

Citei este incidente, porque é revelador, porque é simbólico: para mim, o atentado à "Pietà" de Michelangelo não é senão uma representação tangível do que o Vaticano II e os dois últimos pontífices fizeram e estão fazendo na Igreja. Porque ninguém pode sequer suspeitar o significado, a utilidade e o terrível perigo de um Concílio, influenciado e controlado pelos judeus. Seu significado, sua conveniência, sua grave ameaça estavam no assalto massivo contra a Igreja, por um concílio desconcertante e democrático, que reviveu de um modo ou de outro todas as antigas heresias, a título de "aggiornamento", de "ecumenismo", de "diálogo", de progresso, para destruir assim insensivelmente nossos dogmas, nossa moral, nossa liturgia e a disciplina da Igreja tradicional e apostólica. A debilidade e o pouco êxito, com que os antigos infiltrados na Igreja (a infiltração judaizante tem sido um mal, desde os tempos apostólicos, para destruir a obra de Cristo) haviam tentado realizar seus perversos desígnios, fracassaram, porque seus ataques haviam se concentrado em um dogma, em uma religião; haviam sido inspirados por pequenas ambições, de estreita projeção. Pretendiam tão somente semear a dúvida ou a heresia contra uma verdade de nossa fé, principalmente contra a divindade de Cristo e a Virgindade de Maria Santíssima. O plano montiniano foi grandioso, sem dúvida, já que estava massivamente dirigido contra todas as verdades da fé, em escala mundial, apoiado por um concílio e por um Papa, encaminhado, sobretudo, à tangível destruição das quatro notas características da verdadeira e única Igreja de Jesus Cristo.

Tudo favoreceu a realização deste plano diabólico: a facilidade de comunicações, a rapidez para escrever e para imprimir a ingente literatura pré-conciliar e conciliar, na qual o veneno se difundiu por todo o mundo,

as múltiplas infiltrações que, em todos os níveis, eclesiais e laicais, se dedicaram à satânica tarefa de desorientar, a título de obediência, de veneração a nossos hierarcas e ao papa, os católicos, que firmes na fé, sabiam descobrir e denunciar essas falsas direitas, mais nocivas, mais desorientadoras, que os próprios inimigos descarados. A infiltração trabalhou e trabalha em grande escala, bem financiada, bem aconselhada e bem disfarçada de submissão filial, de "ecumenismo", de "Muro" das lamentações, de "GUIA", com sua ambição continental. Ah, os Abascal, os Salmeron, os Plata, os Octavios, os Avilés, os Alvarez Icaza, os Quiroga e tantos outros, como hoje vemos, que, por defender Paulo VI, traíram a Cristo e a sua Igreja!

Onde está a **UNIDADE** da Igreja? Não existe na doutrina; não se dá nos Sacramentos, na liturgia; não na moral de circunstâncias, na moral subjetiva; não existe sequer na disciplina. Os bispos, com sua colegialidade e sua corresponsabilidade, minaram a autoridade papal; o próprio Montini com o falaz engano da Igreja dos pobres, da volta à pureza das fontes, buscava na realidade o processo de desintegração, planejado nos antros do judaísmo, da maçonaria, do comunismo. Há divisão em toda parte, até no lar cristão, que havia sido a fortaleza de nossas santas tradições.

Onde está a **SANTIDADE** da Igreja? Hoje nada é pecado; nos púlpitos gritam esses padres traidores que o único pecado é o pecado comunitário. No resto, tudo é permitido, tudo é lícito, contanto que se faça com amor. As comunidades religiosas, salvo poucas e honrosas exceções, estão em plena decadência, em um estado agônico, em franca decomposição ideológica e moral, como o vimos na tremenda condenação do caso do Seminário de Montezuma; como o denuncia a opinião pública, que, com razão, se escandaliza ao ver os religiosos nos lugares proibidos, não digo já aos religiosos, mas a qualquer católico de moral e decência. Agora o santo é julgado como anormal e como louco, como um doente mental, que deve ser internado em uma clínica psiquiátrica.

A **CATOLICIDADE** da Igreja foi substituída por "esse ecumenismo", invenção satânica, que paralisou as verdadeiras conversões,

que multiplicou as apostasias, que está fazendo tremendos e irreparáveis estragos na fé de muitíssimos bons católicos. O mandato do Divino Mestre "Ide e pregai", "Ide e evangelizai", foi trocado pelo mandato montiniano: "Ide e dialogai"; e o diálogo nefando nos levou a equiparar a Igreja com as seitas, com as religiões pagãs, até levar Paulo VI a sentar-se no CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS, ao lado dos hereges, apóstatas e carentes de toda verdadeira religião, para pronunciar um discurso lamentável, absurdo, injurioso para a VERDADE REVELADA, vergonhoso para a Igreja fundada pelo Filho de Deus.

E a **APOSTOLICIDADE**? Rompeu-se o fio permanente da tradição apostólica; já ninguém aceita nem leva em conta os escritos dos Padres e Doutores da Igreja; já a voz do Magistério dos Papas e Concílios anteriores perdeu para esses inovadores o carisma da infalibilidade, da imutabilidade, da universalidade. A Igreja Católica começou, para esses falsos irmãos, com João XXIII, com Paulo VI e com o Vaticano II. O que há uns vinte anos condenou Pio XII é o que agora Montini aceita, difunde, defende, embora em seus discursos, de vez em quando, se lamente, reprove ou pareça reprovar, e até finja um pranto de dor, diante da subversão triunfante na Igreja. Ele e somente ele é o culpado.

Não houve oposição nenhuma; as vozes que no Concílio se levantaram valorosas para protestar e lutar contra o assalto à fortaleza, foram logo caladas: a uns, com o pretexto absurdo e diabólico da idade, foram-lhes arrancadas suas Sés; a outros, convenceram-nos dolosamente com promoções indevidas ao cardinalato; e os que seguiram dando a batalha se encontraram bloqueados pela incompreensão, pelas calúnias, pela difamação, pela pobreza (esta sim verdadeira, não de nome, como a dos progressistas, os de carro, de diversões e de mulher). A imprensa católica caiu em suas mãos, para não mencionar a imprensa comercial e profana, como a "rede De García Valseca" em nossa pátria, à qual a voz melosa e traiçoeira de um jesuíta, o Pe. Escalada, obrigou o coronel, sob pena da "excomunhão" e da condenação eterna, a despedir ou silenciar os defensores da ortodoxia. É verdadeiramente descarada essa entrega da maioria dos jornais e revistas, que nas mãos da judiaria ou de seus satélites, fecharam suas portas ao defensor da verdade, para abri-las ao das

“Sumas y Restus”, o duplamente traidor, da Espanha e do México, aos GENARITOS, aos Ochoa Mancera, aos Moya García, aos Mugsnburg.

Este mundial e massivo assalto; esse êxito inquestionável da subversão surpreendeu os próprios inimigos, que nunca haviam sonhado com um triunfo tão completo, tão rápido e tão universal. E são os bispos, são os cardeais os grandes culpados. Porque, embora a infiltração já fosse muito grande e João XXIII soube selecionar os que a “máfia” havia escolhido para ocupar os postos cardinalícios vagos, assim como os episcopados e postos de comando; no entanto, não podemos negar que muitos dos Padres conciliares foram ao Concílio com boa e sã doutrina, com a preparação necessária para se darem conta do verdadeiro objetivo do Concílio Pastoral. A ação avassaladora dos “peritos”, a lavagem cerebral que se fez nos grupos episcopais e, sobretudo, as diretrizes do Concílio (lembremos a frase de Rahner) fizeram com que, com aparências de uma absurda e inadmissível democracia, Montini e sua equipe levassem adiante com rapidez assombrosa o plano habilmente preconcebido não tanto pelo judaísmo, mas por seu aliado o satanismo mesmo.

Nenhum Concílio, planejado em segredo, com o propósito de destruir a Igreja, pode ser um Concílio verdadeiro, no qual o Espírito Santo ensine aos homens a verdade. Devemos escolher: ou o Concílio de Trento, o Vaticano I e todos os outros Concílios que os precederam foram verdadeiros Concílios, dirigidos pelo Espírito Santo, e nesse caso não podemos estar de acordo com o Vaticano II, o Concílio Pastoral de Montini; ou este Concílio não é a obra de Deus, mas a obra dos inimigos de Deus. Porque, nem o “aggiornamento”, nem o “ecumenismo”, nem o “povo de Deus”, nem a “colegialidade”, nem o “diálogo”, nem a “liberdade religiosa”, nem a “exoneração dos judeus” é a voz da Igreja de vinte séculos.

Mas, há uma prova mais decisiva: “o pluralismo religioso”, a nova armadilha, excogitada por Maritain e por Montini, como a solução prática para o estabelecimento dessa unidade na desigualdade de crenças, de ritos, de moral, de disciplina, de religiões. Enquanto os católicos continuavam fazendo conversões, uma equipe de sacerdotes, como o Pe. John Hardin,

S.J., percorriam os países e davam conferências a sacerdotes, a seminaristas e a leigos, para convencer a todos de que, diante do perigo nuclear, a paz estava acima de tudo; que para alcançar esta imperiosa paz, era necessário interromper o trabalho de fazer proselitismo católico, para deixar o campo aberto ao "pluralismo", no qual todas as religiões podiam conviver pacificamente na mais estupenda irmandade. Era o pacto secreto que os católicos haviam feito com seus inimigos mortais: os protestantes, judeus e até com os próprios maçons e comunistas.

Não mais apostolado de conversões; devia cessar o proselitismo dos católicos; não o de seus inimigos. Uma nova linguagem veio substituir a linguagem da tradição católica. Começaram-se a ouvir frases blasfemas, como a última expressão da verdade católica. "Somos uma sociedade pluralista", com autoridade quase dogmática, declarou o Pe. John Courtney Murray, S.J. Com a interpretação do judeu que dominava em Roma, a paz para Roma significou a paz com os judeus. Não é a paz de Deus a que João B. Montini jamais buscou, mas a paz do homem, na escravidão do socialismo. O que agora devemos admitir, nós católicos, é que Satanás e Cristo podem andar de braços dados, e entrar e sair juntos no Vaticano. O Pe. Courtney já morreu, como morreram muitos desses ativistas do Concílio, que fizeram na Igreja esse trabalho satânico. Já foram julgados por Deus! Mas não morreu sua escola, nem sua seita. O Cardeal John Wright, Secretário da Congregação do Clero, na primavera de 1971, em uma entrevista que concedeu a um Padre Dominicano, editor da Priest Magazine, disse: "Dificilmente pode já surpreender a nenhum dos que me seguem o conceber o 'pluralismo religioso' como parte da tradição católica".

Vem aqui muito oportunamente uma crítica publicada na Espanha contra um desses falsos profetas, anunciados de antemão pela Sagrada Escritura, que, por desgraça, é um membro da Hierarquia, dos que lentamente estão sendo selecionados para levar adiante o plano destrutivo da Igreja:

"A HERESIA DA TRADIÇÃO? – Falou um dignitário da Igreja. O fato de uma pessoa assim falar nos obriga a escutar com a maior atenção,

porque nós, os católicos, que nos prezamos de sê-lo, vamos formando mentalmente uma espécie de fichário teológico-moral, para saber de quem podemos nos fiar, para receber a verdadeira doutrina e quem pode agora nos repartir o pão da verdade na fé e na moral."

Bem; falou uma Hierarquia. Santo Deus, o que ele disse! Que Ele lhe perdoe os disparates, mais ou menos proféticos, mas tremendos, que proferiu. Supomos que ao ter recebido, com a consagração episcopal, a plenitude do sacerdócio e os SETE, sim, SETE Dons do Espírito Santo, tenha ascendido às alturas místicas próprias de especiais graças celestiais e, no entanto, ou melhor dizendo, por isso nos deixou perplexos. Nós, os refratários à droga da "maturidade pós-conciliar", conservamos o senso comum e umas migalhas de teologia, que nos ajudam e sustentam nesta luta contra o poder das trevas; apoiando-nos em ambas as coisas, vamos agora expor os motivos de nosso assombro e perplexidade. O caso é que, nesta Babel de heresias consentidas (Por quem, senão por Paulo VI?), de ataques aos dogmas sagrados da religião católica, de "Nihil obstat", "Imprimi potest" e "IMPRIMATUR" inexplicáveis em publicações de manifesto erro herético, de pastores que consentem propaganda abertamente ofensiva à moral e à fé católica, e em plena publicação, tristemente famosa do famoso documento dos 33, uma dignidade da Igreja se dirigiu a nós, os fiéis À TRADIÇÃO DA FÉ E DOS DOGMAS, taxando-nos de nada menos que hereges e de Igreja paralela (não; não se refere ao DOC nem às comunidades de base, nem aos subterrâneos da Igreja; é a nós, senhores, é a nós...!). E o fez precisamente por ocasião de falar dos dois dogmas atacados no documento citado: A ENCARNAÇÃO DE CRISTO E A SANTÍSSIMA TRINDADE. Quem diria! Em vez de se dirigir aos verdadeiros hereges, àqueles que os bispos de todo o mundo, encabeçados por graves advertências e admoestações de Roma, apontaram, desautorizando-os e condenando suas doutrinas, voltou-se irado contra nós e, como digo, nos taxou de HEREGES e o fez com estas incríveis palavras: "É quase como que para falar da heresia da Tradição". O disparate é monumental, porque é impossível que exista uma heresia da Tradição, como é impossível que se dê uma heresia da verdade. Todos sabemos que, para que haja heresia, são necessárias estas duas coisas:

1. A negação ou o ataque a um dogma da fé católica e
2. A pertinácia em sustentar o erro, depois de ser advertido.

Pois bem, como se pode sustentar que os defensores da SANTA E INTANGÍVEL TRADIÇÃO, pela qual a Igreja Católica tem transmitido a fé e os dogmas, durante vinte séculos, tenhamos incorrido em heresia precisamente por defender – e estar dispostos a fazê-lo, até chegar à entrega de nossa própria vida – TODOS OS DOGMAS, que recebemos de nossa Mãe a Igreja Católica...?

Em que se fundamenta o Sr. Bispo ao dizer isto? ... Mas saiba ele e todos que não vamos ceder porque É PRECISO OBEDECER A DEUS ANTES QUE AOS HOMENS, e quando uma hierarquia não fala em união com todos os bispos e em COMUNHÃO COM O LEGÍTIMO PAPA, ainda que nos diga que está falando desta forma, não temos obrigação de obedecer-lhe e, mais ainda, em ocasiões, pecaríamos inclusive ao obedecer-lhe.

CAPÍTULO 11

PODE HAVER UM PAPA ILEGÍTIMO?

Estamos chegando ao cerne da questão. Depois de minhas afirmações anteriores, todos podem me perguntar: O senhor acredita ser possível que Juan B. Montini seja um papa ilegítimo, um antipapa? Para responder a esta pergunta, basta apenas enumerar a não pequena lista dos antipapas, isto é, daqueles que, sem o serem, agiram como se sua eleição tivesse sido, *de jure et de facto*, uma eleição legítima. O dicionário de Trivoux menciona 28 antipapas; Hergenröther, 29; o Abade Villemont reconhece 32; e outros, 35 ou 36.

O primeiro antipapa é Novaciano, nomeado por alguns bispos, no ano de 251; seguiram-se a este Félix II (355-365); Ursicino (366-367); Eulálio (418-419); Lourenço (498-501); Pascoal (687); Teodoro, no mesmo ano; Teofilacto, em 757; Constantino, em 767; Filipe, em 768; Zósimo, em 824; Anastácio, em 855; Sérgio, em 891; Cristóvão, em 904; Frâncone, com o nome de Bonifácio VII, em 974; Filagato, chamado João XVI, em 997; Gregório, em 1012; João, que tomou o nome de Silvestre III, em 1044; João, bispo de Velletri, com o nome de Bento X, em 1058; Cádalo, chamado Honório II (1061-1072); Gilberto, chamado Clemente III (1080-1100); Teodorico, em 1100; Alerico, em 1102; Maginulfo, em 1105; Maurício Bourdin, chamado Gregório VIII, em 1118; Pedro de Leão (judeu), com o nome de Anacleto II (1130-1138); Gregório Conti, com o de Vítor IV, em 1138; Otaviano, chamado Vítor V, em 1159; Guy de Créme, denominado Pascoal III (1164-1168); João, abade de Sturen, chamado Calisto III (1168-1177); Laudo Sittino, chamado Inocêncio III (1178-1180); Pedro de Corbières, chamado Nicolau V (1328-1330); Roberto de Genebra (20 de setembro de 1378 - 16 de setembro de 1394), sob o nome de Clemente VII, em oposição a Urbano VI; Pedro de Luna, chamado Bento XIII, em 1419; Gil Muñoz, cônego da Igreja Catedral de

Barcelona, chamado Clemente VIII, em 1424; Amadeu de Saboia (Novembro de 1439 a Abril de 1449), com o nome de Félix V.

Não seria, pois, uma heresia nem um cisma supor que na Igreja de Deus possa haver, como de fato houve e há agora mesmo dois antipapas sem contar Montini. O problema grave que, diante das tremendas anormalidades, diante dos numerosíssimos erros que hoje circulam, diante dos nefandos sacrilégios que, com o nome da "nova missa" hoje se toleram em toda parte, é saber se Juan B. Montini é ou não um Papa legítimo, o Vigário de Cristo, o sucessor de Pedro, o Pastor Supremo da Igreja, ou é, antes, um impostor, um antipapa. Já antes indicamos que, ao que parece, pelo que até agora sabemos, sua eleição foi canonicamente válida e como tal foi reconhecida, ao menos por algum tempo, se não por todos, por uma imensa maioria dos cardeais e membros da hierarquia. Embora também tenhamos notado que a conformidade nunca foi plena, que houve muitos que tremeram ao saber da eleição de Montini, e que esse descontentamento, essa inconformidade tem crescido, em toda parte, diante da evidência dos fatos e ditos ambíguos, dialéticos, desconcertantes de Paulo VI. Não sentimos a segurança de ter um fundamento inabalável, mas sim variável, circunstancial, movediço; o descontentamento e a divisão na Igreja têm crescido até nos impor como uma obrigação suprema da consciência o vir a público, para lutar por Cristo, por sua Igreja, pelas almas, por minha própria alma.

Pensam alguns que falar ou escrever desta maneira é combater a Igreja e suas instituições; que há exagero, más interpretações; que são ressentimentos, que é loucura. Eu penso que o silêncio é traição, é conivência; é facilitar a demolição, é injuriar a Cristo e à Igreja por comprazer aos homens, que enfrentaram a verdade, a verdade eterna, a Verdade Revelada. A loucura, penso eu, não está em lançar o "EU ACUSO", mas em dar ocasião e sobejos motivos para justificar nossos ataques, no cumprimento de um imperativo sagrado da consciência.

Vou me permitir aqui – fazendo um parêntese – voltar a um tema já antes tratado, mas que, por seu paralelismo e atualidade na presente subversão, merece ser de novo mencionado. À carta "confidencial", que o

Pe. Rafael Chávez Calderón escreveu e mandou às pessoas combinadas, segundo acordo prévio com seus companheiros, que com ele visitaram o Seminário de Montezuma, a cargo dos jesuítas, o R.P. Enrique Gutiérrez Martín del Campo, S.J., Prepósito Provincial da Província Mexicana da Companhia de Jesus, escreveu esta resposta verdadeiramente assombrosa, que, antes de reproduzir, merece um comentário. São curiosos esses superiores, que não sentem escrúpulos para difamar seus súditos, para chegar a outros extremos mais indevidos, quando querem arruinar um de seus inimigos, reais ou imaginários, e não consentem que ninguém diga algo que possa desvanecer essa auréola, verdadeira ou falsa, com que eles envolveram sua obra apostólica. É pecado que um súdito diga a verdade, quando esta ofende uma reputação de sua atividade, de seus juízos contraditórios com a própria letra de suas Constituições, mas não é pecado, quando para se defenderem ou justificarem o que é injustificável, eles recorrem à difamação e à calúnia, apoiando-se no poder enorme que têm e do qual certamente abusam. Não esqueço o que o tio do Pe. Gutiérrez, diante do governador de Guanajuato, me disse publicamente para me desprestigiar, abusando de sua autoridade, esquecido dos benefícios que havia recebido de minha própria família e da velha amizade que lá em nossa juventude nos havia unido. Eu pude responder então o que agora respondo: Excelência; é preferível estar "louco", como Vossa Excelência me diz, a estar dominado pela embriaguez. Mas, voltemos à carta do R. P. Provincial:

PROVÍNCIA MEXICANA,
DA COMPANHIA DE JESUS.
Séneca 310, México 5.

R.P. Rafael Chávez Calderón.
Las Fuentes 17.
México 22, D.F.

Muito estimado Pe. Chávez Calderón:

O senhor pode compreender, sem dúvida, a pena e a tristeza com que chegou até mim a comunicação mimeografada que o senhor fez circular entre antigos mestres e ex-alunos do seminário de Montezuma, sobre um testemunho que os senhores querem dar acerca da situação atual de nosso Seminário, de nossos mestres jesuítas e dos seminaristas. Tenha a segurança de que a Companhia de Jesus vai iniciar uma investigação sumamente séria sobre todas as acusações e testemunhos que o senhor se serve em apresentar, que vai recorrer à Comissão de Seminários da Conferência Episcopal Mexicana para que faça uma investigação de tudo o que foi afirmado pelo senhor, e que inclusive, se fosse necessário ou conveniente, não duvidaríamos em que este assunto fosse levado às mais altas autoridades da Igreja. A Companhia de Jesus está disposta a reconhecer os erros que porventura tenhamos cometido, nossas imprudências e nossas falhas, e a aceitar qualquer tipo de pena que nos queira ser infligida pela autoridade competente. Mas, sinceramente, foi para mim uma fonte de surpresa e de maior tristeza que um grupo de sacerdotes (80), ex-alunos de Montezuma, se esteja permitindo difamar (supondo que tudo o que foi asseverado pelos senhores seja absolutamente certo e não tenha senão a interpretação que os senhores lhe dão), não somente os jesuítas que trabalham em dito seminário, mas também cerca de 300 seminaristas. É para mim incompreensível como de boca em boca vai correndo o conjunto de acusações que os senhores fazem e as anedotas sentenciosas que os senhores vão apresentando, e como vai correndo de mão em mão o escrito mimeografado pelo senhor. Não seria de se estranhar que este escrito vá parar na imprensa ou em algum dos folhetins, que se empenham em dividir a Igreja e em difamar o clero. Não se trata simplesmente da fama dos jesuítas, mas, o que é para mim mais doloroso, da fama dos seminaristas, em suas próprias dioceses, diante de suas próprias famílias. Os senhores tinham todo o direito de recorrer a todas as autoridades competentes para que se pusesse um fim a qualquer tipo de desmandos ou erros dos jesuítas como educadores do Seminário de Montezuma ou dos seminaristas que serão depois os sacerdotes futuros de algumas dioceses. Mas temo que não exista nenhum direito de difamar ninguém, nem para estender para além daqueles que tenham sido testemunhas, fatos e apreciações que vão menoscabar seriamente a fama

não de um ou dois indivíduos, não daqueles que concretamente tenham cometido faltas graves, mas de toda uma instituição e de toda uma geração de seminaristas. Termino indicando a estranheza que causa saber que no ano letivo que acaba de passar e em outros anteriores, a Comissão de Seminários da CEM e outros grupos de Bispos passaram em Montezuma cerca de uma semana cada grupo e não notaram toda a corrupção que o senhor insinua. É, pois, tão objetivo o que o senhor diz? Não posso senão discordar dolorosamente dos meios que foram tentados, que não levam a remediar os problemas, mas a aumentar os males.

Enrique Gutiérrez, S. J. (assinado).
Prepósito Provincial da Província do México.

C.C. para o Exmo. Sr. Ernesto Corropio, presidente da Conf. Episc. Méx.
Exmo. Sr. Carlos Martini, Delegado Apostólico no México
Exmo. Sr. Esaúl Robles, Presidente da Comissão de Seminários.
R.P. Pedro Arrupe, Geral da Companhia de Jesus.
R.P. J. ANTONIO OROZCO, Reitor do Seminário de Montezuma.

Este documento, em vez de retificar as coisas, as ratifica; sim, ainda que o Pe. Gutiérrez Martin del Campo nos ameace com recorrer a todas as autoridades da Igreja; ainda que jogue em cima de mim Enrique Maza, Reynoso, Sua Eminência Reverendíssima, devo dizer que sua carta o está denunciando: perdeu o equilíbrio e pretende com uma fraseologia de trovão, abafar uma denúncia, comprovada por oitenta sacerdotes, que precisamente, por serem ex-alunos de Montezuma, são mais verazes e estão mais em possibilidade de conhecer as coisas como são, não como Suas Reverências as querem apresentar. O que surpreende é que só agora Sua Reverência se dê conta dessa bancarrota lastimosa da em outros tempos santa, muito santa Companhia de Jesus. O mal é geral; o mal foi denunciado pelos próprios filhos fiéis de Santo Inácio. Eu posso jurar a Sua Reverência que o Pe. Joaquín Cordero, de santa memória, verdadeiro jesuíta, que foi meu superior e, depois de minha saída da Companhia, foi meu diretor espiritual, muitas vezes se lamentou e chorou comigo pela

decadência acelerada da, em outros tempos, gloriosa Companhia de Jesus. O mal não está somente em Montezuma; o mal está em toda parte. Se Vossa Reverência soubesse o que se diz em toda parte acerca do "aggiornamento" dos jesuítas! Já sabemos que o poder do senhor é muito grande; mas, com veladas ou abertas ameaças não vai conseguir que o passado não tenha passado. "Pau dado, diz o refrão, nem Deus o tira".

Queixa-se Vossa Reverência da difamação e faz uma distinção com a qual não estou de acordo: "...Apreciações que vão menoscabar seriamente a fama não de um ou de dois indivíduos, mas de toda uma instituição e de toda uma geração de seminaristas". Eu opino que é tão mau difamar um indivíduo como difamar uma instituição; e pode ser que seja mais grave a falta quando é a instituição que difama e perverte o indivíduo. Quantos de seus filhos ou irmãos, R.P., não se cansaram de difundir por toda parte minha suposta loucura, meus defeitos certos ou falsos! Em minhas mãos estava minha defesa; mas não quis confundir, como V.R. parece fazer, o homem com a instituição. Erros são do tempo e não da Espanha, Pe. Provincial! Por outra parte, eu penso que antes de se queixar V.R. com tantas Excelências, deveria ter chamado os acusadores, ter um diálogo com eles e ver as provas que eles apresentassem, para remediar, como é sua obrigação, tão graves males, que estão prejudicando gravemente a fé e a moral dos seminaristas. Nessas condições, é mil vezes melhor fechar os seminários do que enviar jovens para que percam a fé, a moral, a alma.

Sugere o Pe. Gutiérrez Martín del Campo que, em casos semelhantes, se pode recorrer a todas as autoridades competentes. Mas, eu pergunto, sem ânimo de apontar para ninguém: Quem são, nesta crise de autoridade, as autoridades competentes? Tampouco prova nada o fato de que tenham passado por Montezuma vários Bispos e o Pe. Vice-provincial e os dois Delegados. O diabo sabe a quem aparece. É evidente que, para receber o Arcebispo de Santa Fé, os R.R. Padres vestiram seus trajes de *clergyman*, que ordinariamente já não usam, por serem antiquados, como o subdiaconado. Padre Provincial, já é tempo de refletir sobre tanta mudança e sobre essa nova atividade a que seus súditos se têm dedicado. A Companhia foi grande quando se ajustou ao proêmio das Constituições,

buscando a Suma Sapiência e Bondade de Deus Nosso Senhor, que "é a que há de reger e governar esta mínima Companhia de Jesus..."

E para terminar com este assunto, vou reproduzir aqui outra carta aos sacerdotes, ex-alunos de Montezuma, da VIII geração, com data de 1 de julho de 1972:

1. Você recebeu duas cartas: uma, a relação breve dos dias da visita a Montezuma, para sua despedida. A outra é a CONFIDENCIAL. Pedimos que fizesse bom uso dela. O primeiro bom uso é que a **ESTUDE** conscienciosamente para que **AVALIE** os **DADOS: OBJETIVOS, COMPROVÁVEIS E DEMONSTRÁVEIS**. HÁ MUITOS MAIS: O PROBLEMA É DE ANOS. De tuas reflexões podes prever o que vai acontecer em Tula: porque os MESMOS diretores dessa "transformação" e os MESMOS alunos "transformados" vêm para o novo seminário.
2. Estão chegando cartas pedindo que todos os dados sejam enviados a quem tem a responsabilidade da "continuação" de Montezuma. São cartas de nossos próprios companheiros e também de nossos Mestres Jesuítas. A voz diferente é a do atual Provincial S.J. Aqui tens cópia de sua carta e a contestação.
3. A carta confidencial provocou atitudes diversas entre nós. Apegado a meu papel de porta-voz, falo-te com o respeito de sempre: VOCÊ É OU NÃO É?

   a) O silenciador mudo: "que problema há aqui? é grave, é leve? quem sabe!"

   R) Está em conflito toda uma instituição para FORMAR VERDADEIROS SACERDOTES! É GRAVE!

   b) O incrédulo: "Não pode ser! Pura corrupção! puras coisas negativas! Exageros!"

   R) Ali estão OS FATOS CERTOS; chame-os como quiser. Por isso HÁ QUE ESTUDAR.

   c) O fofoqueiro: fizeste puros comentários mórbidos, trazendo e levando...

   R) Já NÃO comentes SEM FAZER ALGO A SERVIÇO de teu Seminário e do Clero Nacional.

d) O que só fica no "tomara que": “Tomara que as coisas mudem! tomara que passe isto! e logo!”
R) Nós mesmos, os humanos, cozinhamos problemas e, na Lei ordinária, nós mesmos temos que lhes dar a solução, à base de reta intenção, com sincera humildade.
e) O que se esquiva: “Deus o permite!” “Ele arrumará tudo!” “Peçam a Deus”.
R) Se tu cooperas com Ele, se TU TRABALHAS E SOFRES COM ELE, assim será. Nem Ele sozinho; nem tu sozinho.
f) O fatalista: “Assim tem que acontecer”, “Coisas dos tempos”, “para que levantar poeira” “o que vamos conseguir? Nos queimar e que nos calem a boca...”
R) Esta é a forma evasiva... para encobrir nossa covardia, a passividade, a imobilidade.
g) O desorientado: “conservadores”, “pré-conciliares”, “retrógrados”; mudemos tudo, o bom já virá, não tenham medo, liberemo-nos, *et ita in infinitum*.
R) Pensar, sentir, obrar COMO o Primeiro Sacerdote, N.S. Jesus Cristo... é o que queremos. Mas com a TOTALIDADE E A INTEGRIDADE FRONTAL... COM TODA A VIDA EM JOGO... Com toda a fidelidade em progresso ardente, com todo o sacrifício pessoal. *In veritate!* Solidamente guiados por nossos Bispos e pelo PAPA. Ideo:

I. Aqui tens este documento: “*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*”. Tem a CORAGEM de lê-lo completo e APROFUNDÁ-LO, até que possas, com base nele, analisar os fatos de Montezuma e o que se espera em TULA. Anima-te, CUSTA ESTUDAR A FUNDO, MAS É URGENTE.

II. A UNIDADE que temos sustentado e a UNIFICAÇÃO maior que buscamos para o bem de NOSSA MISSÃO COMUM, encontra, nesta circunstância penosa, uma oportunidade valiosíssima para uma ação UNITIVA maior, sempre A SERVIÇO DE DEUS E DE SUA IGREJA.

III. Se te parece, façamos uma síntese de atitudes e sugestões. (As tuas nos urgem).

A. O que NÃO devemos fazer:

- DESTRUIR UMA OBRA para a formação dos que DEUS chama, como nos chamou a nós mesmos.
- ATACAR, agredir pessoas: nem jesuítas, nem alunos.
- CONDENAR POR CONDENAR, CRITICAR POR CRITICAR.
- PASSAR DADOS a quem calunie, desprestigie a Igreja.

B. O QUE DEVEMOS FAZER:

- AGIR para AGIR RETAMENTE: trata-se das OBRAS DE DEUS.
- INFORMAR para uma INVESTIGAÇÃO EXAUSTIVA.
- GUARDAR fiel docilidade a nossos Bispos.
- Contribuir com nossas ideias: escreve; propõe o que é teu.

CONCLUSÕES:

1. Tua palavra VALE e se utiliza para o bem: tens segurança disso.
2. Pedem que a informação seja enviada a todos os Ex-Montezumenses. Dize se é bom.

NOTA BENE:
A. TUDO o que foi falado sobre os fatos de Montezuma passou ao Pe. Emigdio Villarreal, o novo Pdte. da UGESM.
B. Compreendemos seu conflito: somos uma seção de Montezuma; mas nossa posição é de lealdade unitária.

Antes de transcrever a resposta do Pe. Rafael Chávez Calderón ao Pe. Provincial, Gutiérrez Martín del Campo, S.J., permito-me fazer algumas observações importantes, como um breve comentário à carta anterior. Desde logo, no fundamental, estou de acordo: esta luta não tem fins nem causas personalistas, mas sim os altíssimos interesses da glória de Deus. Nada pode ser colocado acima desta nobilíssima causa. Este é um problema de fé; este é um problema divino, do qual, por nenhum motivo (nem mesmo por uma “excomunhão”) podemos nos alhear. A divulgação

destes abusos – chamemo-lo assim – é necessária; é descobrir o mal para curá-lo. Continuar calando, quando os destruidores da Igreja não se pejam de dizer suas heresias, nem de profanar o mais sagrado, como é a Divina Eucaristia, como são a Virgindade e a Imaculada Conceição da Virgem Santíssima, a infalibilidade e o Primado dos legítimos sucessores de Pedro; quando se nega a confissão auricular e se continuam a dar absolvições coletivas; a própria divindade de Cristo está em dúvida. Quando os pastores dormem, os cães devem ladrar, para salvar as ovelhas!

Padres, meus irmãos no sacerdócio, as chamas infernais envolvem o Santuário, a casa de Deus. Reflitam, perante vossa consciência, sobre os terríveis sacrilégios que dessacralizaram nosso sacerdócio e, o que é imensamente mais terrível, eliminaram o SACRIFÍCIO de nossos altares, a transubstanciação, a Presença real de Jesus Cristo na Eucaristia e buscaram a maneira de fazer prevalecer a assim chamada "liturgia da palavra", sobre a liturgia sacrificial e sacramental, na qual o homem cumpre seus deveres essenciais para com Deus e, por Cristo, em Cristo e com Cristo, nosso Divino Mediador, alcançamos as graças necessárias para nossa eterna salvação. Este é um clamor universal! Esta é uma crise espantosa pela qual está passando nossa própria Igreja!

A atitude do Pe. Provincial não é muito coerente com seus gravíssimos deveres de defender, antes dos interesses da Companhia, os altíssimos interesses da glória de Deus, a fé tradicional, a fé que juramos em nossa profissão de fé tridentina e no juramento antimodernista, imposto por São Pio X, ainda que eliminado pelo atual pontífice, precisamente nos momentos mais terríveis, quando a contra-Igreja se lançava à tomada da fortaleza, impondo seus erros sobre o que recentemente o grande Pontífice Pio XII havia condenado em suas Encíclicas *HUMANI GENERIS*, *MYSTICI CORPORIS* e a *MEDIATOR DEI*. Caíram as legítimas defesas; os pastores cruzaram os braços e adotaram uma política incompreensível e inadmissível em seu governo. Os homens de virtude e de experiência foram eliminados para dar esses postos de governo a jovens inexperientes, amantes da vida fácil e das componendas, que lhes facilitassem sua ascensão na carreira eclesial, único objetivo de sua atividade e única ambição de sua vida sacerdotal.

Escandalizam-se com nossos ataques àqueles que, perante nossa consciência católica, consideramos inimigos de Deus, de Cristo, da Igreja; mas eles não se medem para insultar, caluniar e destruir, se pudessem, aos que nos obstinamos na fé de nosso batismo e de nosso eterno sacerdócio. Oh, se todos os sacerdotes nos tivéssemos unido, se tivéssemos recordado a doutrina que nos ensinaram durante os longos anos de nossa formação eclesiástica, se não tivéssemos capitulado, para entrar em conluios com o erro e a iniquidade, certamente a Igreja teria encontrado em nós seus verdadeiros defensores, segundo os mais sagrados compromissos de nosso ministério!

Mas, transcrevamos agora a resposta serena do Pe. Rafael Chávez Calderón ao R.P. Prepósito Provincial da Província Mexicana da Companhia de Jesus.

Tlalpan, 6 de Julho de 1972.

R.P. Provincial:

1. Imediatamente foi enviada cópia de sua carta – 18 de junho de 1972 – a todos os Ex-Alunos que visitaram Montezuma para a despedida.
2. Foi remetida também essa cópia a todos os de minha geração (37-45-70), que previamente haviam recebido a carta confidencial.
3. Antes que sua carta chegasse a nossas mãos, já havíamos mandado a mesma informação confidencial aos Senhores Bispos, a quem correspondem esses dados.
4. Ainda não nos dirigimos aos Bispos Norte-americanos, que têm intervenção em nosso Seminário.
5. Com nossa informação, rogamos que se abra uma investigação exaustiva.
6. A verdade, inquirida pelas autoridades competentes, é o que desejamos.
7. E, nas obras de Deus, Ele mesmo proverá.

DIANTE DE DEUS FAZEMOS CONSTAR:

1. Que não temos o propósito de bloquear uma instituição para a extensão do Reino de Deus.
2. Que ninguém, jamais, pensou em publicar nada em nenhum meio de comunicação. Tomamos o assunto sob a mais estrita reserva.
3. Que até o momento, a ninguém, que possa fazer mau uso, foi confiado nenhum dado. No caso de que algo chegue a mãos ardilosas, isso formalmente fica fora de nossa intenção.
4. Esta resposta comum enviada ao senhor foi copiada para que chegue juntamente com sua carta a cada um dos informados.
5. Que Deus nos ajude para podermos praticar a verdade, a justiça E a caridade, para nos conservarmos como um só Corpo em um mesmo espírito.

Seu servo,

Pe. Rafael Chávez Calderón.

Las Fuentes 17.
México (22) (Tlalpan), D.F.

Contrasta a carta do Pe. Chávez, em sua tranquila resposta, com a carta ameaçadora do Pe. Provincial. Aqui se reflete a segurança que a verdade e a retidão da consciência proporcionam, quando se busca a Deus, sem temer as violentas reações dos homens. O que esses sacerdotes, formados pelos antigos Padres da Companhia, pedem é que "se abra uma investigação exaustiva"; o que pedem a Deus é sua ajuda "para poder praticar la verdade, a justiça e a caridade, para nos conservarmos como um só Corpo em um mesmo Espírito".

Toda esta documentação veio a minhas mãos por distintos canais, que não é o caso mencionar; mas minhas mãos, espero eu, não sejam ardilosas. Se torno pública esta situação, dolorosa sim, mas também irritante, é porque penso que guardá-la em silêncio é cumplicidade; é impedir que se aplique o remédio. Além disso – e esta para mim é a razão mais importante – todo este "affair" é uma comprovação de minhas

denúncias anteriores. Na presente "demolição da Igreja" são as hierarquias as mais culpadas. Dão-nos a impressão de que não somente não querem aplicar o remédio, mas que tratam de acobertar os males gravíssimos que, sob pretexto de progresso, de "aggiornamento", de "ecumenismo", estão destruindo não a Igreja, mas inumeráveis almas que, por sua culpa, estão perdendo a fé.

11.1. JOÃO B. MONTINI, O ARTÍFICE DA DESTRUIÇÃO

Mas, voltemos ao caso do Papa Montini, à pergunta levantada perante a consciência católica por seus ditos e seus feitos, que provocaram esta "autodemolição da Igreja". Nas páginas anteriores deste livro, fiz notar a influência que o judaísmo, graças às suas operações bancárias, conseguiu ter não apenas no governo dos diversos países, mas no próprio seio da Igreja de Cristo. Dizem, e não sem razão, que o dinheiro é a chave que abre todas as portas; e, por desgraça nossa, essa chave está nas mãos da judiaria internacional.

A Administração do Patrimônio da Santa Sé é o resultado da união, realizada por Paulo VI em maio de 1968, da Administração dos Bens da Santa Sé e da Administração especial. Para que o leitor possa compreender melhor a situação, explicaremos – seguindo Corrado Pallenberg – quais foram as respectivas tarefas destas duas Administrações, antes da reforma de Paulo VI. A Administração dos Bens da Santa Sé, em teoria, deveria ter sido a mais rica de todas, dado o incomensurável valor da Basílica de São Pedro, da colunata de Bernini, do conjunto de magníficos palácios que formam esta cidade única. Quem poderia ou ousaria colocar uma etiqueta com o preço sobre a "Pietà" de Michelangelo, ou sobre o "Juízo Final da Sistina" ou sobre os aluguéis de apartamentos e negócios que o Vaticano possui na Itália e especialmente em Roma?

A Administração especial foi criada por Pio XI, em 7 de janeiro de 1929, com a principal tarefa de administrar o capital de 1.550 milhões de liras, que Mussolini havia pago à Santa Sé, segundo os termos da Concordata. Desde então até 1958, este fundo especial foi administrado

pessoalmente por um leigo, Bernardino Nogara, que foi depois Vice-presidente do Banco Comercial Italiano. Sob sua sagaz direção, devido aos bons investimentos realizados na Itália e no estrangeiro, a Administração Especial havia conseguido aumentar notavelmente a soma inicial recebida do Governo Italiano. Depois do engenheiro Nogara, a Administração especial foi dirigida por outro leigo, o suíço marquês Henri de Maillardoz, ex-diretor do Crédit Suisse, nomeado Secretário-Geral, e por Mons. Sergio Guerri, hoje cardeal da Santa Igreja.

Mas quais são os vínculos entre o Vaticano e o mundo das finanças internacionais? Este é o tema sobre o qual muito se escreveu e, com frequência, apenas com indicações e referências vagas. Na verdade, é difícil dizê-lo, dado o segredo com que se efetuam estas transações. Limitando-nos ao campo da Administração especial, mencionaremos os Rothschild de Paris e de Londres, o Crédit Suisse na pessoa de Maillardoz, o Banco Hambros de Londres, o Banco J.P. Morgan de Nova York, e, por último, mas não menos importante, a Bankers Trust Company de Nova York. Um de seus vice-presidentes, Andrew P. Maloney, é o conselheiro para os Assuntos Econômicos e Sociais da Representação da Santa Sé nas Nações Unidas. A Bankers Trust Company tem sucursal em Roma, na rua Bissolati 76, da qual é diretor o conde Sebastián Bommartini. Foi dito que, para manter o tradicional máximo segredo, cada vez que a Santa Sé decide comprar ou vender títulos em Wall Street, um funcionário da Administração Especial telefona diretamente para a Bankers Trust Company em Nova York, sem passar pelo escritório de Roma.

Paulo VI, em maio de 1968, reuniu estas duas administrações-chave, dando à nova entidade o nome de Administração do Patrimônio da Santa Sé. O cardeal francês Jean Villot, que, segundo dizem, é também de origem hebraica, o atual Secretário de Estado, é o presidente e o cardeal Guerri o vice-presidente. Esta Administração do Patrimônio foi dividida em duas seções: ordinária e extraordinária, que correspondem, respectivamente, à ex-Administração dos Bens da Santa Sé e à que foi a Administração especial.

Mas quais são as perspectivas para as quais se orientam as finanças da Santa Sé? Continuarão em um campo de ação fundamentalmente italiano, com a maioria dos investimentos feitos na Itália, manejados por altos prelados italianos, por príncipes, marqueses, condes, barões e por parentes ou protegidos de Papas italianos? O segredo continuará sendo a regra? "A estas perguntas, diz Corrado Pallenberg, minha resposta é: NÃO. Não me arriscarei, certamente, a profetizar quando e como isto terá lugar, mas simplesmente a notar que uma mudança está no ar, e que, em parte, já está ocorrendo... As mudanças não acontecem unicamente no topo. É a Igreja Católica inteira que está atravessando, sob o impulso do Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João, um período de profunda transformação. Está se tornando, diz Pallenberg, menos dogmática, menos autoritária, menos hierárquica, mais aberta a novas ideias e ao debate, mais consciente da importância dos leigos e dos meios de comunicação social, e, em certo sentido, mais democrática".

"Do semicisma dos holandeses no campo teológico ao episódio do Isolotto de Florença, da clamorosa tomada de posição do cardeal belga Suenens contra a Cúria Romana, contra a eleição do Papa por parte dos cardeais e não dos bispos, e contra os Núncios como representantes diplomáticos do poder temporal, da reforma da liturgia à substituição do latim pelas línguas modernas, da revisão do Santoral ao movimento em favor do casamento dos sacerdotes, da recusa de muitos católicos em aceitar o magistério do Papa sobre o controle da natalidade a tantíssimas outras coisas de dissenso, há toda uma revolução em curso na Igreja Católica em todos os níveis. Uma revolução em parte conduzida de cima, e em parte estimulada ou desejada de baixo. É um sopro de reforma que, se não propriamente protestante, poderá ser definido como evangélico, diz Pallenberg"; mas que eu diria ser judaizante.

"Outra das grandes tendências gerais é a progressiva internacionalização da Cúria Romana, com o consequente declínio da influência italiana". Indiscutivelmente, esta internacionalização, aparentemente benéfica, teve, tem e terá seus péssimos resultados no governo da Igreja. É, por certo, uma tática judaica, que, ao mesmo tempo que enfraquece a defesa, favorece sua ação, encobre suas pérfidas

intenções e multiplica com seus lucros seu poder dominador. O atual Secretário de Estado é o cardeal francês Jean Villot, que exerce também um certo controle sobre a Administração do Patrimônio da Santa Sé, sobre o Instituto para as Obras de Religião e sobre o Governo do Estado da Cidade do Vaticano. Como Secretário do Instituto para as Obras de Religião, o Papa nomeou Mons. Paul Marcinkus, um americano de 48 anos, altíssimo e robusto, grande jogador de golfe, poliglota, profundo conhecedor da América Latina e que se distinguiu particularmente na organização das viagens do Papa ao estrangeiro. Outro americano, Mons. Raymond Etteldorf, tornou-se secretário da Prefeitura para os assuntos econômicos. E um terceiro americano, o cardeal John Joseph Wright, ex-bispo de Pittsburg, foi colocado à frente da Congregação do Clero, que trata também de questões financeiras.

Os Rothschild, que já desde 1813 emprestavam dinheiro à Santa Sé, no mês de junho de 1969, compraram do Vaticano, por meio da Paribas Transcompany, de Luxemburgo, controlada pela potente Banque de Paris et des Pays Bas, que por sua vez pertence ao ramo francês da família Rothschild, um grande pacote de ações da Inmobiliaria. A operação foi precedida por uma incursão no campo da Inmobiliaria por parte do financista Michele Sindona, que opera ativamente no campo imobiliário, desde seu quartel-general de Milão. O advogado Sindona mantém fortes contatos internacionais e é presidente da Keyes fraitana, Rotostar, Merx, Tyndaris, Mediterranean Holiday, Phillips Carbon Balck Italiana, administrador do legado da Chesebrough Ponds Italiana, faz parte do conselho de administração da Remington Rand Italiana, da Reeves, da SNIA-Viscosa e é dirigente da Vickers. Recentemente, Sindona adquiriu da Assicurazioni Generali um pacote de ações da Inmobiliaria, que representa 3,5% de seu capital, o que lhe valeu a nomeação para o Conselho de Administração em 14 de junho de 1969. Sindona se encontra em estreito contato com o Hambro's Bank, de Londres, e com o Continental Bank of Illinois, cujo ex-presidente, David Kennedy, é, atualmente, Secretário do Tesouro do Presidente Nixon. O Continental Bank of Illinois tem uma forte participação, junto com o Vaticano, na Banca Privata Finanziaria que Sindona controla. Um detalhe talvez

significativo é que Mons. Marcinkus, a nova Eminência Parda do Instituto para as Obras de Religião, nasceu em Cicero, em Illinois. E, já que estamos no terreno das coincidências, podemos recordar que o presidente da República Francesa, Georges Pompidou, trabalhou, durante muitos anos, no banco privado dos Rothschild. Mas qual é a porcentagem das ações da Inmobiliaria atualmente controlada pelos Rothschild? Embora nenhum número oficial tenha sido divulgado, pode-se tentar deduzi-lo. Antes da venda das ações à Paribas, o Vaticano possuía 15%. Pouco depois da venda, o porta-voz oficial da Santa Sé, Mons. Vailaino, disse em uma conferência de imprensa que a participação do Vaticano em ações da Inmobiliaria era de cerca de 5%. Isto significa que 10% foram vendidos aos Rothschild.

Também recentemente, o Vaticano vendeu 20% das ações da Condotte d'Acqua à Bastogi, e 5% ao Banque de Paris et des Pays Bas, o qual já tinha uma importante participação nesta sociedade que era controlada pelo Vaticano. Ao Vaticano restariam 12,5%; mas, segundo informações recolhidas em meios financeiros, também este pacote teria sido vendido aos Rothschild.

À parte os dois episódios da Inmobiliaria e da Condotte d'Acqua, nos meios financeiros tem-se a impressão bastante difundida de que o Vaticano se prepara, em geral, para reduzir seus investimentos na Itália. Se esta tendência fosse confirmada pelos fatos, quais poderiam ser as causas? Penso que um coquetel composto de três ingredientes pode oferecer uma explicação válida:

1. Querendo ser cínicos, existem hoje no mundo, e, sobretudo, para uma entidade como o Vaticano que não tem dificuldade alguma na transferência de valores, muitas maneiras mais vantajosas e mais seguras de fazer o capital render. Por exemplo, enquanto as ações da Inmobiliaria têm um rendimento de 3,97%, a Italcementi apenas 1,68%, e as Assicurazioni Generali escassos 0,72%, pode-se facilmente obter 1,89% abrindo uma conta pessoal na Suíça. Sem falar dos Fundos de Investimento e das excelentes oportunidades que

oferecem países em rápido desenvolvimento como o Japão, Áustria, África do Sul, a Alemanha Federal e os próprios Estados Unidos.

2. Querendo ser idealistas, o Vaticano poderia compreender também que estar envolvido na construção de hotéis de luxo, de bairros residenciais para os ricos, na venda da "pílula" às italianas e de artigos sanitários aos comunistas húngaros não corresponde à imagem que os católicos de todo o mundo gostariam de ter de sua Igreja. É preciso notar, ademais, que, cada vez com maior frequência, a imprensa, tanto italiana como estrangeira, se pôs a esquadrinhar os aspectos pouco conhecidos da Santa Sé e que a revelação da vastidão e da profundidade da penetração das finanças vaticanas na Itália, com suas consequentes perturbações políticas, suscitou reações desfavoráveis. Investimentos menos importantes e mais espalhados por muitos outros países motivariam certamente menos polêmicas.
3. Voltando a ser cínicos, o fato de que o Vaticano não tenha conseguido a isenção do pagamento do imposto "cedular" poderia ter influenciado também na decisão de dirigir sua atenção para outra parte.

A estas diversas hipóteses, é preciso acrescentar uma interrogação que evidentemente se depreende desta informação: Que papel pôde ter desempenhado nestas transações a influência manifesta dos bancos judeus e a personalidade de Paulo VI e suas secretas relações com o sionismo, com o comunismo e com a maçonaria? Uma vez mais, a incógnita do Papa Montini volta a pedir uma resposta à pergunta já francamente levantada antes: É JUAN B. MONTINI um verdadeiro Papa ou é um infiltrado que paulatinamente, habilmente, com a ajuda do judaísmo internacional e seus múltiplos bancos, está insensivelmente destruindo o potencial econômico da Santa Sé, do Patrimônio da Igreja, sem o qual a própria ação espiritual sofreria diminuição e grave detrimento? Porque, é preciso ter em conta que esse Patrimônio, esses bens, não são propriedade pessoal do Papa, nem dos cardeais ou dos demais elementos da Cúria, mas são bens de que a Igreja necessita, que seus filhos lhe deram para poder desenvolver sua própria obra salvífica em todas as nações. Desgraçadamente, a Igreja, não

enquanto sociedade invisível, mas como sociedade também visível e humana, necessita desses bens materiais. Uma Igreja de mendigos seria uma Igreja paralisada, impotente.

O que mais chama a atenção, nesses informes que nos dá Corrado Pallenberg, é, sem dúvida, a intervenção prepotente dos judeus e, sobretudo, dos Rothschild no manejo dos bens da Igreja. Esta foi a brecha segura que os hebreus abrem sempre com êxito em sua ambição milenar para dominar o mundo e para destruir a obra de Cristo. Iriam perder a oportunidade única que lhes dava seu amigo, seu irmão, Juan B. Montini? Esta pergunta nos leva de novo a estudar a eleição de um Papa, segundo a teologia e o Direito Canônico. Já vimos que, na Igreja, houve muitos antipapas e que, portanto, não é contra a fé duvidar da legitimidade de um Papa, sobretudo, quando, como agora, há graves e múltiplas razões para fundar essa dúvida.

Para proceder com ordem, distingamos duas questões, que já antes indicamos: 1ª Era Juan B. Montini um sujeito elegível, à morte de João XXIII? 2ª Se não era elegível, foi sua eleição válida, ainda que se tenham cumprido em sua eleição todas as regras canônicas? 3ª Suposta uma eleição válida, pôde ter perdido depois, por culpa própria, seus direitos, seus poderes, seu próprio papel de Papa legítimo?

11.1.1. O QUE É NECESSÁRIO PARA A LEGÍTIMA ELEIÇÃO DE UM PAPA?

É elegível como Papa qualquer um que não seja incapaz, por direito divino, natural ou positivo, para este supremo ofício e dignidade. Em consequência, bastará que seja: 1º varão; 2º batizado; 3º católico; e 4º com o uso da razão necessário para aceitar a eleição e exercer sua jurisdição. São, portanto, incapazes: 1º as mulheres. É uma fábula indigna a da suposta Papisa Joana, inventada pelos protestantes e que, até entre eles, caiu em descrédito; 2º os infiéis ou não batizados; 3º os hereges ou

cismáticos e os que foram legitimamente excomungados; 4º os loucos, os menores de idade, sem que se tenha fixado a idade necessária.

Não é necessário, portanto, que seja clérigo. A razão disso é que fundamentalmente se trata de um cargo de jurisdição, a qual pode, em princípio, ser exercida por um leigo, ainda que fosse casado. Tampouco é preciso que seja cardeal, pois embora no Decreto de Graciano se exija esta condição, estes cânones são de autenticidade duvidosa, e mesmo que não o fossem, estariam ab-rogados, como diz Vecchiotti, por costume em contrário, já que muitos, como Eugênio II, Gregório X, Celestino V e Urbano VI foram eleitos sem ser cardeais, ainda que desde Urbano VI, em diante, a eleição sempre tenha recaído sobre um cardeal, atendendo a seu conhecimento do estado da Igreja, a ser o cardinalato a mais alta dignidade de jurisdição, depois da do Papa, e a que são elevados a ela tendo em conta as especiais condições que a pessoa reúne para o governo da Igreja, pelo qual já Nicolau II dispôs no Concílio de Latrão que se eleja um indivíduo da Igreja distinta da de Roma somente no caso de não haver idôneo nesta. Finalmente, tampouco é preciso que seja italiano, tendo sido eleitos muitos Papas que não o eram, se bem que desde Adriano VI todos o tenham sido. É preciso recordar que todos os cardeais são, *ipso facto*, membros do clero de Roma.

Pressupostas estas noções gerais, voltamos a perguntar: era Juan B. Montini um sujeito elegível, à morte de João XXIII? Para responder a esta pergunta, seria necessário fazer várias investigações, que reconheço não estarem a meu alcance. No entanto, seus antecedentes genealógicos nos dão muito o que pensar, sobretudo, se temos em conta, *a posteriori*, todos os interrogantes que a assombrosa metamorfose que em nossa religião foi feita pela "nova economia do Evangelho", a "nova mentalidade", as "novas estruturas" realizadas por João XXIII, o Vaticano II e Juan B. Montini, o verdadeiro autor intelectual, o hábil instrumento do judaísmo internacional, para a realização de seus desígnios messiânicos, levantou perante nossa consciência católica. Somente colocados neste ângulo da história poderemos encontrar os traços inconfundíveis da invisível mão judaica que provocou esta "autodemolição" da Igreja.

“O povo hebreu, escreve o Prof. Ricardo C. Albanes, se nos apresenta em todas as idades da História como uma nação singularíssima, quer se estude sua excepcional e rara ideologia, quer tão somente se medite um pouco acerca da enorme transcendência histórica e social que teria que implicar o fato insólito de que Israel conviva entre as nações ao cabo de uma dispersão bimilenar. A maioria dos povos e das raças, que tiveram contato com o povo hebreu, há muitos séculos desapareceram do cenário histórico... Não cabe dúvida, pois, que na longa caravana da História, vemos desfilar uma plêiade de raças e nações que, em diversas idades, tiveram contato importante com Israel: fenícios, partos, elamitas, antigos gregos, macedônios, sírios, e até ostrogodos e visigodos, ou seja, toda uma pletora de povos, que há muito tempo desapareceram definitivamente da arena da História”.

“Não é, no entanto, a sobrevivência de Israel, ao cabo de três mil anos, a que mais nos admira, pois existem outros povos antiquíssimos, como os chineses e os hindus, mas sim que tenha podido se realizar, apesar de dois mil anos de dispersão por toda a terra...”

“Um estudo reflexivo nos fará concluir que existem na raça judaica características orgânicas, ideológicas e até políticas, que asseguraram e asseguram sua coesão nacional: orgânicas, porque se descobrem, no caráter e no temperamento hebreus, traços tão singulares como profundos, última raiz de seus instintos e afeições ancestrais, cujo estudo formaria um importante capítulo de uma obra destinada à psicologia das grandes raças; ideológicas, porque a mais ligeira análise da religião mosaica basta para nos demonstrar a maneira como preenche não só a vida mística do judeu crente, mas também a poderosa influência que exerceu nas instituições, nas tradições, nos costumes, nos anseios e até nos ódios deste povo, cobrindo, portanto, de forma totalitária, a cultura e os sentimentos judeus; e políticas, porque uma raça que permaneceu milenarmente unida através da diáspora, não pode senão levar em seu interior, os vínculos emanados de uma forte autoridade comum”. Eis aí o “messianismo” de Israel.

Na realidade, este processo histórico, estas características excepcionais do povo hebreu têm sua única explicação na eleição e nos

destinos divinos, que o próprio Deus deu aos descendentes de seu servo Abraão, em ordem à preservação da divina tradição e à preparação do advento do Messias. O povo de Israel é um povo messiânico, e esta é a raiz e a explicação de suas características peculiares, de sua permanência milenar e de seus destinos transcendentes; mas esta é também a explicação e a causa de seus desvios, de suas tragédias e do influxo funesto que teve como povo no mundo inteiro. O problema judaico não é um dos problemas; é o problema fundamental do mundo e a chave para nos explicarmos a confusão, o caos, a revolução tremenda, que dentro e fora da Igreja está abalando nossa civilização, nossa cultura, nosso bem-estar e a tranquilidade na ordem do mundo inteiro.

"Traços inconfundíveis, que remontam aos albores da nacionalidade judaica, formam a psicologia peculiar deste povo, como são os seguintes: a proibição mosaica de casar-se com estrangeiros penetrou tão profundamente na alma israelita a ponto de que alguns escritores judeus, como Kadmi-Cohen, opinam que originou uma repugnância congênita no hebreu pela mulher ou pelo homem que não pertencem a sua raça; o imperativo da Sepher Thora de não emprestar com usura ao irmão judeu e a permissão expressa de explorar dessa forma o estrangeiro (Deuteronômio, XXIII, 19-20), influenciou notoriamente na dispersão voluntária dos judeus no mundo antigo, como o comprovam as ricas colônias israelitas em Susa, em Alexandria, em Antioquia, em Roma e em outros empórios comerciais daquela idade; o desapego à terra, que os fez gostar muito mais do comércio que da agricultura, agravado pelas perseguições sofridas, que não lhes permitiam se afeiçoar demasiado ao torrão, levou o judeu moderno a difundir uma série de teorias dissolventes da propriedade privada da terra, solapando assim a base milenar da vida social das raças não judias; o acatamento ancestral à autoridade emanada da raça e a eterna rebeldia contra a potestade estrangeira, produziu, ao final, a geração de revolucionários judeus, como Lasalle, Marx, Lenin, Trotsky, Bela-Kuhn e cem nomes mais."

"Esta psicologia *sui generis*, último fundamento da grande coesão racial de Israel, nos dá a explicação de um dos fatos mais surpreendentes da História Universal: a sobrevivência judaica, não obstante dois mil anos

de dispersão e apesar das numerosas perseguições padecidas. Raça de simples pastores nos remotos séculos dos patriarcas; de mercadores ou usurários, médicos e advogados, filósofos e cabalistas na idade média; de banqueiros e revolucionários internacionais na idade moderna, Israel foi sempre o povo misterioso, que iluminou com os fulgores de grandiosa epopeia [ou de sua satânica soberba] todas as idades da História. Eterno estrangeiro entre as nações, o povo judeu foi em todas as épocas uma fonte inesgotável de rebeldia no meio da humanidade, e, por isso mesmo, um signo perene de interrogação para teólogos e historiadores".

Eis aqui, a meu humilde sentir, uma imagem, uma explicação e uma clara prova das origens semitas de Juan B. Montini, em quem parece ter-se concentrado toda essa luta milenar do messianismo materialista judaico contra o messianismo divino. O Papa Montini é um judeu, um judeu em toda a amplitude e misterioso sentido da palavra: pensa como judeu, age como judeu e como judeu está levando adiante esses projetos que querem levar a feliz termo o sonho indefectível de Israel, afastado de Cristo, identificando-se a si mesmo com o Messias prometido: o domínio universal do mundo e das consciências, um governo mundial, uma religião mundial, uma humanidade aos pés e a serviço de Israel.

Se não existissem outros argumentos, bastaria estudar a fisionomia física, a psicologia, a linguagem do Papa Montini, para nos comprovar que sua pessoa humana e sua personalidade religiosa e pública têm todas as características da raça inconfundível do povo messiânico. Mas, há outros argumentos de caráter histórico que nos revelam que nossas observações sobre a personalidade pública e privada do Papa Montini são uma prova apodítica de que Juan B. Montini não só é um judeu, que age de acordo com os dirigentes judeus, mas que, na hora atual, é o porta-bandeira do judaísmo internacional, em seus desígnios de um materialismo messiânico, que insensivelmente tem preparado o triunfo de sua raça sobre o resto da humanidade, especialmente sobre a Igreja Católica, Apostólica e Romana. Sua primeira viagem a Israel; sua viagem à ONU, sua viagem a Genebra, sua viagem à América Latina, para não citar senão estas, tinham uma finalidade eminentemente política, e seus múltiplos discursos nessas viagens são uma campanha de caráter francamente político. Para melhor

captar este juízo sintético sobre a missão e a obra de Montini, parece-me oportuno, reproduzir aqui o que o Prof. Albanes nos diz acerca do messianismo rabínico moderno:

Ao despontar a idade contemporânea, o povo de Israel levava vários milênios em paciente espera do Messias prometido, pois, tendo negado esse caráter a Jesus, com maior razão o negou aos impostores que pretenderam usurpar esse nome, tais como Bar Kokhba, Theudas, David Alroy, Sereno, Moisés de Creta e Sabbatai Zevi. Esta perpétua esperança, sempre defraudada, unida à filosofia irreligiosa do século XVIII, que carcomia a sociedade cristã, devia necessariamente refluir sobre Israel. A intelectualidade judaica do final de dito século já perdia a fé nos textos que anunciavam um Messias pessoal, pelo que não é nada estranho que tenha brotado no próprio seio do talmudismo uma verdadeira reforma religiosa, portadora de uma nova concepção messiânica, e a qual devia refluir sobre a cultura e a política de Israel, cujo movimento internacional se compreende, sob o nome de "neo-hebraísmo".

Moses ben Mendel (1729-1786), nascido em Dessau, Alemanha, foi o terceiro Moisés para o povo judeu, já que retocaria a obra de Maimônides, o segundo Moisés. Mendel, que logo germanizou seu nome, trocando-o por Mendelssohn, grande talmudista e filósofo moderno, é o pai desse movimento renovador, que se denomina "Haskalah", o racionalismo hebreu engendrado nas brumas da Alemanha.

Mendelssohn estudou matemática com Israel Moses, um mestre de escola da Galícia; aprendeu latim com Rich, um médico judeu de Praga; trabalhou como copista a serviço do rabino Frankel, que lhe ensinou a filosofia de Locke, e, enfim, aos 19 anos, Samuel Gumpertz o familiarizou com as línguas modernas e a filosofia de Leibnitz. Foi entusiasta propagandista na Alemanha das ideias anárquicas de Jean-Jacques Rousseau, contidas no célebre "Discurso sobre a Origem da Desigualdade

entre os Homens"; adquiriu fortuna em sociedade com o manufatureiro judeu Bernhard, enriquecendo-se ainda mais ao casar-se com a bela filha do rico judeu Hugemheim, para quem foi uma honra o matrimônio com tão distinguido mestre.

A filosofia racionalista transformou Mendelssohn em um agnóstico oculto por trás das formas da religião judaica, a qual observava para não romper com a Sinagoga, a fim de poder realizar a reforma religiosa, cultural e política de sua raça. Ajudado por judeus ricos como Friedlander e Daniel Itzik, Mendelssohn fundou a escola dos "Haskalah", em cujas aulas educou de forma moderna a juventude israelita, mostrando-lhe as novas orientações do neo-hebraísmo.

No campo religioso, Mendelssohn rompeu com a velha ortodoxia rabínica, proclamando que Israel não deve mais esperar um Messias poderoso que venha realizar o sonhado triunfo mundial da raça, mas que é o próprio povo quem deve lutar para implantar o reinado da justiça social e lançar-se com armas modernas à conquista da terra prometida. Estando o povo judeu espalhado por todos os âmbitos do mundo, o que lhe facilita seu domínio, Mendelssohn ridicularizou o velho sonho rabínico do retorno à Palestina, resumindo seu pensamento a respeito, nesta frase lapidar: "Se nós restabelecêssemos na Palestina o reinado de Israel, eu pediria no mesmo instante que me enviassem como embaixador do mesmo a Paris".

No campo cultural, Mendelssohn combateu os preconceitos milenares que faziam com que os judeus considerassem o estudo da filosofia e das ciências ocidentais como o primeiro passo para sua conversão ao cristianismo; fez-lhes ver as enormes vantagens que obteriam ao se modernizarem e se adaptarem às formas externas da vida dos cristãos, o que faria estes crerem na possibilidade de realizar a assimilação de Israel, permitindo em troca uma mais rápida judaização da sociedade.

No campo político, Mendelssohn ensinava aos "maskilim", os métodos que deviam adotar para realizar uma melhor penetração na sociedade cristã, não só no campo econômico, mas também no científico, governamental e até religioso; mas, ao mesmo tempo, demonstrava aos

judeus reformados a necessidade de conservar intacta sua origem racial, sua cultura hebraica e a obediência às autoridades supremas de Israel.

A própria *Jewish Encyclopedia*, em seu artigo "Haskalah", expressa que o êxito extraordinário que teve Moisés Mendelssohn, fez descobrir um mundo de possibilidades desconhecidas, até então, onde os judeus instruídos poderiam exercer sua influência. E, com efeito, o novo método de penetração na sociedade não judia, proclamado pelo "maskilismo", devia começar a dar seus frutos a Israel no mesmo século XVIII, pois a Revolução Francesa e suas repetições no século seguinte, provocadas por eles, lhes trouxeram grandes vantagens.

Viena se transformou no centro do "neo-hebraísmo", que sustentam os "maskilim", Naftali Hartwig Wessely, Nachman Krochmal, Günzburg e uma plêiade de insignes literatos que irradiam com paixão por todas as judiarias da Europa as novas ideias; mas como o "neo-messianismo" da escola rompia abertamente com a concepção tradicional do Messias, encontrou também a ortodoxia rabínica preclaros defensores, como S. D. Luzzatto nas comunidades judaicas da Itália, Smolenskin, Ben-Yehuda e outros nas da Rússia.

O grande rabino e teólogo moderno Michel Weill, comentando aquela importante passagem do Deuteronômio (XXX, 1-9), em que Moisés vaticina a grandeza de Israel, ensina: "Nesta profecia não há nenhuma menção direta nem indireta de um Messias pessoal... Nenhum vestígio de um rei, príncipe ou sacerdote qualquer, encarregado desta missão reparadora. Moisés não conhece, ou ao menos não anuncia o Messias pessoal. Prediz uma regeneração, um renascimento nacional... Este messianismo se resume em uma restauração moral e religiosa." (*Le Judaisme*, por Michel Weill, edic. A. Frank, Paris 1869).

O rabino Kaufmann Kohler (1843-1904), uma das sumidades que assistiram à Conferência Rabínica de Pittsburg em 1885, conseguiu que nela se sancionasse sua teoria acerca do Messias, a qual formula nestes termos em sua "Teologia Sistemática do Judaísmo": "Todos os porta-vozes do Judaísmo reformado protestaram unanimemente contra a conservação

na liturgia e na doutrina das passagens relativas à crença de um Messias pessoal. Insistem com afinco, pelo contrário, na crença em uma época messiânica que compreende o conhecimento universal de Deus e o amor à humanidade, ideal que guarda relação estreita com a missão do povo judeu. Conforme as belas expressões que o segundo Isaías consagra ao doloroso servo de Deus, o título de Messias se reserva, de hoje em diante, para o próprio povo de Israel: Israel, o Messias paciente, se converterá nos últimos tempos, no Messias vencedor e coroado dos povos".

O rabi Samuel Hirsch (1815-1889) em sua obra "A Reforma do Judaísmo" expressa: "Não é, pois, o Judaísmo um Credo... A Bíblia, para o Judaísmo, não é mais que um livro de história; não contém regra alguma de vida, nem código dogmático, mas uma história e unicamente uma história... O Judaísmo está em perfeita harmonia com o espírito da época. O que, nestes tempos, se quer fundar sobre os princípios da razão, os judeus o sentem como uma necessidade religiosa".

No Boletim Católico da Questão de Israel, publicação trimestral dos Padres Missionários de Sião, no número correspondente ao mês de novembro de 1933, no artigo intitulado "As etapas de uma conversão", uma judia batizada conta que um dia formulou ao Grande Rabino esta pergunta: "O que é o Messias? Por um momento pareceu confuso, respondendo depois: o Messias é o tempo da justiça, o regime da liberdade e da fraternidade. Esse regime começou com a Revolução Francesa".

O rabino Auscher definia o Messias: "o Messias é a perfectibilidade indefinida da humanidade". Por sua parte, o rabino Schumann em uma conferência que publicou a "Jüdische Pressezentrale" (Central da Imprensa Judaica) de Zurique, número de 24 de março de 1933, ensina que o Messias "é o próprio judeu, aquele que está chamado a fazer reinar no mundo uma era de justiça".

Também entre os escritores judeus ateus, prevalece a mesma concepção "neo-messiânica".

O judeu Alfred Nossig em seu livro "Integrales Judentum" (O Judaísmo Integral) escreve: "A comunidade judaica é mais que um povo,

no sentido moderno político da palavra; é a depositária de uma missão historicamente mundial, e até diria CÓSMICA, que lhe foi confiada por seus fundadores Noé e Abraão, Jacó e Moisés... A concepção primordial de nossos antepassados, foi fundar não uma tribo, mas uma ORDEM MUNDIAL, que guie a humanidade em seu desenvolvimento... Este é o verdadeiro e único sentido da eleição dos hebreus como povo escolhido. Não são chamados para ter glória exterior nem domínio material, mas para cumprir com esse dever cósmico mais pesado e mais severo, que consiste em trabalhar no progresso ou desenvolvimento espiritual e moral da humanidade. Eis a fórmula de nossa história: *Gesta naturae per Judaeos*". (As gestas ou proezas da natureza por meio dos judeus)... "Se os povos querem progredir de verdade, devem despojar-se do temor medieval dos judeus e dos preconceitos reacionários que têm contra eles; devem reconhecer o que são na realidade, os precursores mais sinceros do desenvolvimento da humanidade. HOJE, A SALVAÇÃO DO JUDAÍSMO EXIGE QUE RECONHEÇAMOS O PROGRAMA DO SOCIALISMO ABERTAMENTE DIANTE DO MUNDO. E a salvação da humanidade, nos séculos vindouros, depende da vitória desse programa". Os sofismas desta linguagem são evidentes: Se a missão de Israel como povo escolhido não se cimenta já em Deus, mas em Noé e demais patriarcas judeus, qual é o título deles para impor à humanidade a guia espiritual dos judeus? Desde quando os judeus deixaram de ser desinteressados para adquirir vantagens materiais?; mas, em troca, é precisa a confissão de que eles são os propulsores do socialismo e do comunismo.

O distinguido literato judeu Henri Barbusse, reconhecido ateu e fervente comunista francês, e que morreu há poucos anos no paraíso soviético, em seu livro "JESUS...", adotando um estilo bíblico, formula da seguinte maneira o "neomessianismo internacional" de Israel: "Capítulo Primeiro. – 18 E agora, nós estamos também em uma hora grave de nosso drama comum, 19 Por toda parte hoje a grande notícia se escuta, 20 Os dias se aproximam, O velho mundo vai morrer. 21 E dizem que é o fim dos tempos e a hora da REVOLUÇÃO, e que vai brilhar, nos crepúsculos da terra, o arco-íris da justiça, 22 E levantando a cabeça, veem a consolação de Israel. 23 Porque o Eterno rugirá de Sião e o Deus de justiça fará cair os

reinos da terra, cuja glória é o demônio e haverá uma grande diminuição sobre a terra. Isto nos foi anunciado por vozes de anjos. 26 Os reinos virão por terra. Os que dominam as nações, as farão uivar. Os céus passarão, E todas as ilhas fugirão, e não se encontrarão as montanhas. Será um dia de exasperação e de angústia, em que se enegrecerá o sol, em que os cavalos e os infantes se tropeçarão no céu e nas altas nuvens. Porque nesse dia a terra devolverá seu depósito de mortos, e os infernos pagarão o que devem. 27 E O HERÓI DA REVOLUÇÃO INAUGURARÁ UMA NOVA ERA, NA QUAL ISRAEL SERÁ ELEVADO ACIMA DAS ÁGUIAS. E as estrelas brilharão sete vezes mais sobre os justos, e o Eterno fará conosco um tratado de felicidade. 28 Tal é o sonho que faz nosso povo... 43 O grande abismo de meus pais grita em mim... Capítulo vinte e sete 39 Porque Israel é o povo eleito, O universo foi dado aos judeus por Deus, que lhes falou desde os cumes do Sinai por meio de um porta-voz... 34 Nós, Zelotes, Kenaítas, Nazarenos herdeiros da promessa. 35 Obteremos pelos últimos mil anos do mundo, que justamente vão começar, o êxito dos judeus contra o usurpador de Roma (o Papa), o monstro de sete cabeças, contra César, Pôncio Pilatos e Antipas o dragão vermelho, que tem a cara e o cabelo vermelho de Esaú o indômito e que tem os dez chifres da Decápole".

O espírito ateu e revolucionário, que invade o setor mais importante dos filhos de Israel, foi o resultado necessário da degradação em que veio caindo, século após século, o judaísmo, desde o dia em que negou a Jesus Cristo, segundo opina Jacques Maritain, que escreve: "Um povo essencialmente messiânico, como o povo judeu, desempenhará um papel fatalmente subversivo, desde o momento em que rejeitou o verdadeiro Messias. Não o digo no sentido de um plano preconcebido, mas em razão de uma necessidade metafísica, que faz com que a esperança messiânica e a paixão pela justiça absoluta, quando descem do plano sobrenatural e são aplicadas em falso, se tornem o fermento mais ativo da revolução".

E, enquanto chega o dia em que o herói máximo da Revolução de que nos fala Barbusse, inaugure a nova era do reinado mundial da raça de Davi, os judeus prosseguem cantando em suas sinagogas por ocasião do "Rosh Hashaná" (ano novo israelita) o salmo 47 de Davi, que conservam

desta maneira: “Batei palmas e aclamai a Deus com júbilo, porque Jeová, o altíssimo e terrível, submeterá todas as nações e as lançará a vossos pés”.

Depois destas citações, se considerarmos, ainda que superficialmente, a temática de todos os discursos montinianos, de suas principais Encíclicas, e, sobretudo, se tivermos em conta a continuidade de sua política, durante os dez anos de seu pontificado, temos que dizer, que convir em que em sua pessoa e em seu programa reformista se veem inconfundivelmente precisos os traços característicos do “neo-hebraísmo” de Mendelssohn, essa modernização, essa aparente convivência, essa adaptação às formas externas, para insensivelmente fazer a transformação completa, a mais rápida judaização da sociedade e da Igreja. Não concordam por acaso as palavras de Juan B. Montini, sua pregação central, com as palavras com as quais o rabino Auscher definia o Messias: “o Messias é a perfectibilidade indefinida da humanidade”? Não é sua convicção íntima, manifestada com fatos eloquentes, que nos está dizendo que é “o próprio judeu aquele que está destinado a fazer reinar no mundo uma era da justiça universal”, essa “justiça social”, que é o expoente dominante de Juan B. Montini? Paulo VI está convencido de que hoje a salvação da Igreja (do Judaísmo) exige que reconheçamos o programa DO SOCIALISMO, abertamente, à face do mundo. “A salvação da humanidade, nos tempos vindouros, depende da vitória desse programa”. A revolução já está instalada na Igreja; E O HERÓI DA REVOLUÇÃO INAUGURARÁ UMA NOVA ERA, NA QUAL ISRAEL SERÁ ELEVADO ACIMA DAS ÁGUIAS. Que os leitores recordem o que escreveu o apóstata Abbé Roca, sobre essa revolução levada a cabo na Igreja pelos próprios eclesiásticos.

Não é possível estudar aqui, ainda que fosse em síntese, os múltiplos discursos, alocuções, encíclicas, *Motu Proprios* e demais documentos de Paulo VI. Seria necessário escrever vários livros. Mas creio ser de capital importância, como uma prova da tese que sustento neste livro, fazer alguns

comentários sobre a quinta encíclica de Paulo VI, a que ele mais leva em seu coração, a que compendia seu pensamento pastoral, a que assinalou as diretrizes para fazer as "profundas e audazes mudanças", que hão de reformar a humanidade inteira e assegurar assim a paz e a prosperidade de todos os povos. Refiro-me à *POPULORUM PROGRESSIO*. Esse documento pontifício comoveu, sem dúvida, o mundo inteiro. Em qualquer interpretação que se dê às palavras papais, não podemos deixar de advertir que a linguagem, a argumentação, o conteúdo, o próprio estilo literário da encíclica, as citações de autores que faz, vêm a romper a tradicional maneira de falar e de escrever do Magistério ordinário e extraordinário da Igreja. O documento não somente não concerne diretamente à nossa doutrina católica, mas diz mais respeito a muitos problemas e valores humanos, envolvidos na transformação socioeconômica e sociopolítica da sociedade civil, cuja apresentação e solução caem no âmbito dos poderes constitucionais dos Estados.

A primeira observação, que obviamente ocorre, é sobre a "oportunidade" da encíclica. Estamos em momentos gravíssimos, nos quais a confusão ideológica parece desmoronar o próprio edifício de nossa fé católica. Pululam por toda parte erros pestíferos, que atacam os dogmas mais fundamentais de nossa religião, a título de seguir "o espírito do Concílio Vaticano II". Em nome do progresso, foram sendo aceitas as posições heréticas e as doutrinas demolidoras dos reformadores protestantes mais liberais, mais incrédulos, até chegar a afirmar publicamente um cardeal, um Legado Papal, o Chefe do Secretariado "Pela Unidade das Igrejas", que Lutero e seus sequazes tinham razão ao ter provocado essa revolução religiosa, que se chama a REFORMA e que veio a dividir a Cristandade no século XVI. E, no entanto, o Papa Montini não freou, com a autoridade suprema e a palavra infalível de um verdadeiro Papa, essa subversão em marcha, para tranquilizar a ondulação enfurecida, para reafirmar nossas posições imutáveis, para recordar ao mundo a doutrina invariável da Divina Revelação, que foi adulterada pelo relativismo filosófico e teológico, pelo materialismo, o evolucionismo, o positivismo, o idealismo, o neopanteísmo, o historicismo, o

existencialismo e todas essas correntes envenenadas, que, há tempos, estão combatendo nossa fé católica.

A fé é a raiz de nossa justificação. Sem a fé é impossível agradar a Deus; sem a fé é impossível alcançar, nem pessoal nem coletivamente, os frutos salvíficos de nossa salvação por Jesus Cristo. Como se pode pregar a caridade cristã, o desprendimento, a renúncia dos bens materiais, e esperar uma resposta generosa desse mundo que não crê, desse mundo que não espera, nem pensa em outra vida melhor, de um mundo que deixou de lado a Deus e a Cristo, para levantar o bezerro de ouro e dançar outra vez em torno dele, como o ídolo deste novo paganismo?

Se é premente, se é lancinante a fome dos povos "subdesenvolvidos", dos povos "cativos", de tantos pobres que carecem do necessário para a vida física; é mais, imensamente mais trágica, mais dolorosa, mais urgente, para os que cremos, a fome espiritual de tantos povos, que perderam totalmente a fé. Só os homens que "têm por Deus o ventre" podem antepor a fome do corpo à fome do espírito. Na hierarquia dos valores permanentes da vida, o espírito está sobre o corpo, o eterno sobre o temporal, a justiça de Deus sobre a "justiça social" dos homens. "Buscai, nos diz Cristo, o Reino de Deus e sua Justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo". O documento, do qual falamos, não fala da justiça do Reino de Deus, mas da justiça social do reino efêmero dos homens.

Diante da gravidade da situação, a Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício, enviou um importante documento a todos os bispos do mundo, no qual S. E. o Cardeal Ottaviani lhes advertia sobre os perigos que a fé católica corria com os postulados e as doutrinas do "progressismo mundial". O Pe. R.C. Chartier, O.P., diretor da revista dominicana "SIGNES DU TEMPS", escreveu em um editorial do número de novembro de 1966: "A Conferência Episcopal Francesa não aceitou completamente o documento do Cardeal Ottaviani, do qual deplora o 'aspecto negativo' e o 'caráter lastimável'". (*La Conférence épiscopale Française n'a pas accepté telle quelle la présentation du Cardinal Ottaviani, dont elle a déploré "l'aspect négatif" et le "caractère*

pénible"). Para o jesuíta Pe. Rouquette, tão grave documento não tem outra finalidade e importância que uma pesquisa. (*La lettre de la Congrégation pour la Doctrine de la Foi, il s'agit simplement d'une enquête. ETUDES, nov. 1966, p. 575 e ss.*). Enfim, o CORREO CATALAN de 15 de dezembro de 1966, p. 20, escreve: "Como se sabe, o Prefeito do citado dicastério interrogou os bispos sobre possíveis erros doutrinais, abusos na interpretação dos ensinamentos conciliares e opiniões estranhas e audazes... Alguns Episcopados não deixaram de ressaltar que o tom ou a abordagem formal de algumas questões... ainda transpirava a velha mentalidade do Santo Ofício, não superada ainda em alguns dos altos dirigentes do dicastério encarregado de velar pelos assuntos relativos à doutrina da fé. O Santo Padre examina com profunda atenção as respostas que vão chegando dos diversos episcopados..."

Esta carta do cardeal Ottaviani revela a existência de gravíssimos erros, que ultrapassam os limites da simples opinião ou da hipótese (*il résulte qu'il s'agit de jugements que dépassant facilement les limites de la simple opinion ou de l'hypothèse*) e que parecem afetar, de certo modo, o dogma e os fundamentos da fé (*semblent affecter d'une certaine manière le dogme lui même et les fondements de la foi*).

O mal é, pois, enorme. Não podemos negá-lo, se algum valor tem esse importantíssimo documento, emanado da mais importante e imprescindível Congregação da Cúria Romana. O Catolicismo se funda sobre uma doutrina certa, imutável e infalível, e a missão principal que tem a Igreja Hierárquica, e em especial o Papa, é a de preservar incorrupto o depósito da Divina Revelação. Chamai como quiserdes ao Santo Ofício, mas este tem que existir, enquanto existir a Igreja, enquanto PEDRO garantir a unidade, a estabilidade e a indefectibilidade da obra fundada pelo Filho de Deus. As suscetibilidades humanas não são razão para que a Igreja descuide ou dissimule sua missão transcendente: a salvação e santificação das almas, no ensinamento permanente e imutável da doutrina de Jesus Cristo. O dilema levantado perante os crentes é uma disjuntiva sem meio-termo: ou salvamos a doutrina de Cristo, a obra divina, ou salvamos a autoridade comprometida e duvidosa dos homens. E nesta

disjuntiva não é possível vacilar em nossa escolha. Queremos e devemos aderir à Verdade eterna do Senhor.

A insistência de Paulo VI em querer resolver de uma maneira preponderantemente econômica, uniforme, radical e pronta, o complicado e heterogêneo problema social de todos os povos é certamente sintomática, é contraproducente e dá a impressão de que o Papa Montini, comprometido com os planos da "máfia" judaica, da maçonaria e do comunismo, sacrificou seus altíssimos deveres perante os interesses e projetos que lhe foram impostos, dos quais não pode, ainda que queira, já se esquivar.

A luta comunista, embora tenha variado em suas táticas, longe de diminuir sua intensidade e sua extensão; longe de ter mudado seu objetivo final, intensifica habilissimamente sua guerra de conquista, que tende de uma maneira invariável a estabelecer, em todo o mundo, em todos os povos subdesenvolvidos e desenvolvidos, a intolerável tirania dessa nova escravidão, cruel e desumana. Naturalmente, esta atividade demolidora atua de modo muito distinto nos povos ricos e já materialmente maduros, do que nos povos pobres ou ainda não suficientemente homogeneizados, aos quais foi posto o título especificativo e deprimente de povos "subdesenvolvidos". Entre estes povos, desde logo estão o México e todos os povos da América Latina. Esta é a inspiração da *POPULORUM PROGRESSIO*, dos famosos Documentos de Medellín e da atividade pastoral de nossos prelados.

Muito haveria que dizer sobre esta denominação e classificação, que têm evidentemente um sentido e uma origem comunizante, tendendo a criar em nós um complexo de inferioridade e dependência. No entanto, há povos materialmente ricos e desenvolvidos que espiritualmente são povos famintos e decadentes; enquanto que, pelo contrário, há povos pobres, que têm, em sua pobreza material, um rico cabedal de vida cristã, de valores espirituais e culturais, que compensam com muito sua escassez de bens materiais. Este pedagógico fenômeno se pode comprovar nas próprias comunidades religiosas: enquanto há nelas pobreza e espírito de pobreza, há espírito, há observância regular e virtudes sólidas da vida cristã; mas

tudo isto se perde, quando a abundância dos bens materiais e a cobiça de aumentá-los apaga nas almas a vida interior.

O comunismo explora a pobreza dos povos "subdesenvolvidos" para justificar sua demagógica propaganda e suas secretas e funestas infiltrações, com as quais vai gestando a luta de classes, as guerrilhas, os ódios internacionais e as revoluções sangrentas, pelas quais consegue apoderar-se do poder, e estabelecer, por fim, sua odiosa tirania sobre os povos escravizados.

É um fenômeno curioso e inegável: há mais comunismo nos povos ricos do que nos povos pobres; como há mais comunismo nas classes mais cultas do que nas classes ignorantes e menos preparadas. Há mais comunismo na Itália, na França, nos Estados Unidos, do que nos povos da América Latina, apesar da promoção intensa que os padres estrangeiros e os bispos, seguindo as diretrizes de Roma, têm espalhado por toda parte. Nos povos ricos, a infecção é interna; alastra-se insensível e progressivamente e vai se estabilizando em leis e "estruturas sociais", que, destruindo os direitos dos indivíduos e paralisando a iniciativa privada, impõe, ao fim, o estatismo insaciável que não é senão o socialismo e a escravidão do comunismo. Nos povos subdesenvolvidos da América Latina, o comunismo foi importado de fora, com dirigentes estrangeiros e com dinheiro, muito dinheiro, também estrangeiro.

E, no entanto, apesar de sermos povos subdesenvolvidos; apesar de as infiltrações terem invadido as esferas oficiais; apesar da "pastoral das guerrilhas"; apesar da liberdade que tem a subversão e das restrições que têm as defesas legítimas; apesar das facilidades que se brindam à "esquerda comunistoide" em todos os meios de comunicação social e das dificuldades que se opõem à "direita", em todas essas fontes de informação e propaganda, podemos dizer que os "subdesenvolvidos povos da América Latina" têm travado a batalha com mais vigor e com mais êxito do que esses povos enriquecidos e poderosos, que, em um gesto de compaixão humana, querem agora estruturar nossas instituições políticas e sociais.

Não obstante as tangíveis desigualdades sociais, consequência inevitável das desigualdades individuais e étnicas, o comunismo não brotou espontaneamente em nossos povos latino-americanos, nem encontrou neles o terreno propício para se enraizar e crescer. Kerensky o disse: "O caráter independente e a idiossincrasia dos ibero-americanos estão tornando impossível – e o farão no futuro – a penetração comunista no Continente". Os casos trágicos de Cuba e Chile, os casos lamentáveis do comunismo oficial e descarado, comprovam uma vez mais a experimentada verdade de outra afirmação do mesmo Kerensky: "Não é possível estabelecer um regime comunista sem terror". Seria, no entanto, grave erro e uma falta de visão estratégica pensar que nosso caráter independente e nossa idiossincrasia são um preservativo seguro e uma barreira intransponível contra os perigos que o comunismo encerra.

Há, em nossos dias, graças à pastoral de conjunto do progressismo, um engano lamentável e comum, no qual incorreram até as inteligências superiores. O comunismo, dizem, já passou para a história. Nem na Rússia, nem na própria China há um comunismo verdadeiro. Estamos superando essas crises passadas, e o mundo tende para uma nova estabilidade. É indubitável que nos cinquenta e tantos anos que têm de vida a tirania e a expansão comunista, estas tiveram diversas adaptações, segundo as circunstâncias o exigiram. Não estamos mais nos tempos das frentes populares, nem dos expurgos de Stalin. Mas, não obstante essas modificações sucessivas de tática, o comunismo – já o dissemos antes – não perdeu, mas antes aumentou sua periculosidade na realização progressiva de seus programas conquistadores. A recente expulsão da China Nacionalista da ONU, para dar entrada à China Comunista nessa assembleia, é uma prova decisiva para comprovar a influência da "máfia", em todos esses movimentos de implantação do comunismo.

O que busca o comunismo? Depois das experiências passadas, já ninguém fala em estabelecer a ditadura do proletariado. Fala-se antes de um mundo novo, de um humanismo integral, de uma humanidade homogeneizada, na qual todos os povos e todos os indivíduos possam gozar igualmente os bens deste mundo. Para a realização destes belos ideais é necessário que o indivíduo se sacrifique pela coletividade e que,

no concerto harmônico dos povos, todos tenham iguais direitos, iguais bens, iguais responsabilidades. Impõe-se uma nova estruturação do mundo, na qual todas as forças convirjam para desterrar a fome, as doenças e as desigualdades sociais e raciais. Somente o judaísmo gozará o privilégio do domínio mundial.

Um programa tal, não poderia ser levado a cabo com as velhas normas do direito. O próprio conceito da propriedade privada, especialmente a dos meios de produção, está antiquado e é necessário eliminá-lo ou, pelo menos, reduzir seu alcance e conteúdo. A evolução dos tempos implica também a evolução dos conceitos. O problema social é um problema econômico e o problema econômico só se resolve com dinheiro, com bens materiais. Daí a urgente necessidade da socialização progressiva de todas as fontes de produção, para evitar que as riquezas caiam em umas poucas mãos.

Na dialética comunista, todos os problemas do mundo gravitam sobre a economia dos indivíduos e dos povos. A luta permanente dos interesses materiais, que engendra as estruturas sociais, as modifica, as suprime ou as muda, é o fator dinâmico de incalculáveis potencialidades, que põe em movimento ascendente a humanidade. Para o comunismo tudo é economia, tudo é a luta para eliminar as desigualdades sociais.

A *POPULORUM PROGRESSIO*, em todo o seu conteúdo, faz repousar também o progresso dos povos, o futuro de um mundo, que necessariamente tem que ser melhor que o passado, "no desenvolvimento integral do homem e no desenvolvimento solidário da humanidade"; mas, como se depreende de todo o documento, este desenvolvimento, este progresso integral e solidário, não olha para o céu, mas para a terra; não está encaminhado ao fim último do homem e aos destinos transcendentes da humanidade, mas ao nosso bem-estar temporal nesta vida efêmera e perecível. Em outras palavras, Paulo VI aceita, de certo modo, a utópica finalidade do comunismo ao querer converter este mundo no sonhado paraíso, onde os homens "livres da miséria", participantes "ainda mais nas responsabilidades", "fora de toda opressão" e "ao abrigo de situações que ofendam sua dignidade de homens", "mais instruídos", "possam

acrescentar à liberdade política, um crescimento autônomo e digno, social não menos que econômico".

Por isso o Papa Montini criou "uma Comissão Pontifícia, encarregada de suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da função que os tempos atuais pedem a cada um para promover o progresso dos povos mais pobres, favorecer a justiça social entre as nações, oferecer aos que se encontram menos desenvolvidos uma ajuda tal que lhes permita prover, eles mesmos e para si mesmos, a seu progresso".

Contrastam as palavras e o programa de Paulo VI com o modo de falar e de pensar de outros Pontífices. Já Leão XIII, em sua Encíclica "*QUOD APOSTOLICI MUNERIS*", escreveu: "Contudo, ainda que os socialistas, abusando do próprio Evangelho, para enganar mais facilmente os incautos, costumem forçá-lo, adaptando-o a suas intenções, é tão grande a diferença entre seus perversos dogmas e a puríssima doutrina de Cristo, que não pode ser maior. Porque, que participação pode haver da justiça com a iniquidade, ou que consórcio da luz com as trevas? (II Cor. VI, 14). Eles seguramente não cessam de vociferar, como insinuamos, que todos os homens são entre si, por natureza, iguais; e, portanto, sustentam que não se deve nem honra e reverência à majestade, nem às leis, a não ser talvez às sancionadas por eles mesmos a seu arbítrio". "Pelo contrário, segundo os ensinamentos evangélicos, a igualdade dos homens consiste em que todos, por lhes ter cabido em sorte a mesma natureza, são chamados à mesma altíssima dignidade de filhos de Deus, e, ao mesmo tempo em que, decretado para todos um mesmo fim, cada um há de ser julgado segundo a mesma lei para conseguir, conforme seus méritos, ou o castigo ou a recompensa. Mas a desigualdade do direito e do poder se derivam do mesmo autor da natureza, de quem toda paternidade toma seu nome no céu e na terra. (Ef. III, 15)".

Pio XII, em uma alocução aos trabalhadores da "FIAT", em 31 de outubro de 1948, dizia: "A Igreja não promete aquela igualdade absoluta, que outros proclamam, porque sabe que a convivência humana produz sempre e necessariamente toda uma escala de gradações e diferenças, nas

qualidades físicas e intelectuais, nas disposições e tendências interiores, nas ocupações e responsabilidades".

Supostas, pois, estas inevitáveis desigualdades humanas, individuais e coletivas, que foram previstas e dispostas pelo Criador, o assim chamado problema social, a mais equitativa distribuição das riquezas, a solução para os problemas econômicos das diversas coletividades humanas e seu progresso material, é muito complexo e exige diversas soluções, segundo as diversas circunstâncias de cada povo. A solução do socialismo (seja este radical ou moderado) não é senão um monstruoso engano que, prometendo a igualdade, aumenta a desigualdade, na mais desumana escravidão. Eliminação da propriedade privada, da iniciativa privada, da livre e saudável concorrência, dos direitos do homem, apregoados até há pouco pela Constituição de todos os países do mundo livre para fundir os indivíduos e as sociedades em uma massa coletiva, em um Leviatã universal. As fontes de produção nas mãos do Estado, do grupo dirigente, do partido único, com seus imensos e ramificados tentáculos burocráticos, para escravizar as multidões, impotentes para poder recuperar sua liberdade; porque sem o direito legítimo da propriedade privada, a liberdade é um mito.

A *POPULORUM PROGRESSIO* é, por isto, a virada completa da política vaticana para o socialismo. Qualquer observador, que tenha seguido cuidadosamente os acontecimentos e os documentos do Vaticano, depois da morte de Sua Santidade Pio XII, não pode deixar de reconhecer a manifesta virada da Hierarquia Católica para o que, em linguagem demagógica, chamaríamos as correntes de esquerda. Já antes da morte do Papa Pacelli se escutavam críticas mordazes contra a pessoa e os feitos desse preclaríssimo Pontífice. Chamavam-no de Papa intransigente, centralista, antissemita; condenavam-no por ter falado demasiado, por ter querido doutrinar sobre todos os problemas; lançavam-lhe em rosto o ter freado o progresso intelectual e científico da Igreja. Em uma palavra, faziam-no aparecer como o Papa "inadaptado" e pouco compreensivo, que vivia e falava em um mundo já passado, em uma ideologia já "superada". Estas acusações contra o Papa, feitas não pelos declarados inimigos da Igreja, mas pelos infiltrados que preparavam a revolução e, entre os quais,

devemos contar, sem dúvida, Juan B. Montini, o substituto da Secretaria de Estado, a quem, em um ato de generosidade, Pio XII promoveu ao arcebispado de Milão, para tirá-lo da Secretaria de Estado, eram as vozes do "progressismo", que buscava a todo custo a tomada do poder, para implantar assim a revolução na Igreja.

Quando foi eleito seu sucessor João XXIII, todos creram que era o papa da transição, o homem bom que desataria as amarras, com que Pio XII havia querido sujetar o progressismo. Mas as duas Encíclicas do Papa Roncalli, a "*MATER ET MAGISTRA*" e, sobretudo, a "*PACEM IN TERRIS*" e a convocação inesperada do Concílio, vieram a assinalar a esperada virada da Igreja, que, no *aggiornamento* com o progressismo e no ecumenismo com todas as religiões, vinha a inaugurar a autodemolição da Igreja, a mudança radical das estruturas da obra de Cristo e a adaptação da doutrina evangélica ao mundo inquieto, materialista e revolucionário de nossos dias. É evidente, como já fiz notar em meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA", que ocorreu uma mudança radical entre a atitude definida, precisa e contundente de Pio X, Pio XI e Pio XII e o abrandamento desconcertante e destrutivo de João XXIII e Paulo VI; entre a tônica dogmática do Concílio de Trento e do Vaticano I, e a tônica pastoral, flexível, incerta, confusionista do Vaticano II.

Há poucos dias os órgãos da grande imprensa nos informavam de umas declarações do inquieto e inquietante arcebispo de Recife (Brasil), Dom Hélder Câmara, cuja réplica temos no México, no revolucionário bispo de Cuernavaca, que quer montar um dos quatro cavalos do Apocalipse, Dom Sergio VII. "É muito difícil para mim – respondeu à pergunta que lhe fizeram: o que é a 'SUA' Igreja, o que faz, como a 'SUA' Igreja tem multidões cativas, para quê, por quê? sobre a fortuna vaticana – distinguir entre Igreja ou Igreja. Para mim – especificou – há uma Igreja única. Como é natural, dentro desta mesma Igreja, há grupos de colorações diferentes, o que me parece muito válido. Seria terrível que porque alguém é cristão fosse obrigado a pensar da mesma maneira em tudo. Parece-me muito válido que seja plural. Se há pluralismo fora da Igreja, por que não admitir pluralismo dentro da Igreja?"

Em outras palavras e sem distinção alguma, o "pluralismo" na ordem religiosa, dentro da Igreja, é tão válido, tão justo, tão aceitável, como o "pluralismo" ideológico, que no mundo das ideias, das atitudes e dos partidos possa ocorrer. A unidade da Igreja é, pois, um mito, uma utopia e, o que é mais grave, uma imposição intolerável. Dentro da Igreja, a juízo de Dom Hélder, cabem muito bem a doutrina evangélica e as doutrinas de Marx, Lenin ou Mao. Por isso critica os guardiões da ordem e o sistema de empresas multinacionais: "Estavam de tal maneira preocupados em manter essa ordem social que não foram capazes de descobrir que (a chamada ordem social) era uma muito grande desordem social. Que por trás da chamada ordem social havia – e há – injustiças gravíssimas; uma situação sub-humana no meio rural e também em certos distritos das grandes cidades. São problemas que vêm do que chamamos aqui de colonialismo interno, porque em todas as regiões de matérias-primas havia – e há – grupos privilegiados e pessoas do país, cuja riqueza era – e é – agravada pela conexão entre os privilegiados daqui e as macroempresas multinacionais. Vemos como os antigos 'trusts' são mais ou menos ingênuos frente a esses conglomerados econômicos, que já não se apresentam como estrangeiros, porque sempre encontram alguns do país que se prestam a oferecer firmas nacionais..."

"...E você encontra também alguns do país entre os diretores, há empregados do país e há aproveitamento das matérias-primas do país. Apenas o dinheiro vai em ziguezague para as empresas de lucro, esquivando-se dos pobres do país".

Dom Hélder, como Sergio VII, como Talamás, como Ruiz, o de San Cristóbal, como todos esses economistas improvisados, confundem lastimosamente os fatores da produção com os elementos da produção já no comércio. Creem que guardar a ordem social é injusto, é nocivo, é um empecilho para o progresso dos povos. Este é o colonialismo interno contra o qual a *POPULORUM PROGRESSIO* de Paulo VI se pronunciou.

"E o que faz a Igreja, o que fazia enquanto isso ocorre?", perguntaram ao arcebispo. Eis aqui sua resposta que é uma injusta, uma infame recriminação contra a Igreja apostólica do passado, à qual Helder,

como Méndez Arceo, como Juan B. Montini, tornam culpada de todos os crimes, de todas as injustiças do passado: “Como a urgência era manter a ordem social, então a Igreja era prestigiada e distinguida pelos governos, que, junto com os privilegiados, sentiam o apoio de nossa pregação. Hoje, como é de consciência denunciar as injustiças, a vida sub-humana de milhões de pessoas, hoje somos subversivos e comunistas”. “Eu lhe direi: todos na Igreja estamos de acordo em que os textos do Vaticano II, Medellín, Upsala, Beirute – para falar somente dos textos católicos – são válidos e praticáveis, mas o problema é como aplicá-los. Mas seria terrível, por outra parte, que em questões abertas de interpretação, se impusesse um modelo único”.

Parece incrível que tais palavras tenham sido pronunciadas por um arcebispo católico! No entanto, não nos estranha ler isto, quando de sobra conhecemos a ideologia, a subversiva pastoral e a atividade incansável do arcebispo de Recife. O que nos surpreende é que, depois de tanto escândalo, siga ainda ocupando seu posto à frente de uma arquidiocese, pela graça de seu amigo e protetor Juan B. Montini. É o caso de Dom Sergio, embora este esteja agravado por alguns deslizes de outra ordem.

Para Dom Hélder, a Igreja do passado, comprometida em guardar a ordem social, buscava o prestígio, as distinções dos poderosos, à custa da pobreza e da miséria dos fracos. Essa cumplicidade terminou, graças ao Vaticano II, à *Populorum Progressio*, aos documentos de Medellín. Por fim, a Igreja começou a ter consciência. Como diz o subtítulo do jornal, os bispos passaram de “elogiados” a “subversivos”.

“E agora...? O que a Igreja faz? A quem ajuda? Como?”, perguntaram a Dom Hélder os jornalistas. Ao que o arcebispo contestou: “É terrível ver que as consequências não caem diretamente sobre a gente. Caem comumente (no meu caso) sobre aqueles que trabalham comigo. Então é terrível que um pai, por exemplo, que com valor denuncia – denuncia coisas muito sérias, bruscamente – sabe, não ignora, que por isso seus filhos vão sofrer. É terrível de verdade”. Não deixa de compreender o arcebispo que seu trabalho demagógico e subversivo, enganando a gente despreparada, ocasiona graves resultados para os que, com violência,

buscam na subversão, nos motins de rua, no sequestro, nas guerrilhas, nos atos terroristas, a solução para essa violência institucionalizada, como ele a chama, dos governos que tratam de guardar a ordem social; porque, segundo ele, a ordem social só favorece os ricos, a gente de ordem, não os viciosos, os preguiçosos, os ladrões, os que querem ficar ricos da noite para o dia, a qualquer custo.

"O senhor diz, prosseguiram interrogando os jornalistas, que a violência-mãe é a institucional, a dos governos. Qual a segue? – Com habilidade inegável, os jornalistas levam o prelado ao terreno escorregadio e comprometedor, no qual o arcebispo, sem se assustar, vai nos dizer claramente seu pensamento revolucionário: "A dos oprimidos, a dos jovens, que, no lugar dos oprimidos, ou, em nome dos oprimidos, tomam posições e protestam e organizam revoltas. Essa é a violência número dois. E os governos, quando os oprimidos chegam à rua, ganham a rua, sentem-se no direito e na obrigação de salvaguardar a ordem, a segurança, de invocar a segurança nacional, e prendem presos políticos".

Aqui temos já a voz provocativa, insolente, descarada da revolução, nos lábios de um arcebispo e em nome do Evangelho. Para Dom Hélder é um direito sagrado que os de baixo têm para se lançar à rua, para apedrejar suas casas, queimar seus automóveis, atentar contra a vida e contra a ordem pública. O fim nobilíssimo da liberação justifica todos os meios. Se estas palavras tivessem sido ditas há séculos, Dom Hélder teria sido processado justamente pela Inquisição; porque essas palavras não só são subversivas, são anticatólicas, antievangélicas. Do contrário, a doutrina de Cristo seria a doutrina da subversão, do crime, da pilhagem. O que pede Câmara aos governos nesses dias de violência de rua? O que opina que deve fazer a polícia, o exército, os governos? Pôr-se a declamar uma elegia sobre as ruínas, como Nero no incêndio de Roma?

"Tendo presos políticos, prossegue o prelado, esses governos se sentem com o direito e a obrigação de obter informação, que julgam talvez decisiva para a segurança nacional e então chegam até a tortura. E me parece que falar de torturas é chegar a um capítulo nefando, tremendo. Mas, ainda assim, me parece mais importante falar da raiz do problema,

que são as injustiças, que são as consequências da opressão que pesa sobre o mundo".

Dom Hélder Câmara, como todos os participantes da subversão, não tolera a ideia de "presos políticos". Já, em meu livro "A NOVA IGREJA MONTINIANA", comentei este ponto e aderi plenamente à sábia e precisa distinção feita pelo ex-Presidente do México, Lic. Gustavo Díaz Ordaz, sobre este ponto: "não é o mesmo 'presos políticos' que 'políticos presos'". Ninguém foi encarcerado por ter tais ou quais ideias políticas, por mais errôneas que estas sejam; mas o fato de ser político militante não é um foro para atentar impunemente contra a ordem comum, nem contra os direitos legítimos dos cidadãos. Dom Hélder vê o argueiro no olho de seu vizinho e não vê a trave que traz atravessada no seu. Toda repressão resulta odiosa para a subversão, que gostaria de ter uma absoluta liberdade para fazer suas violências e atentados, sem que as autoridades interviessem, para fazer guardar a Constituição.

Como doem a Dom Hélder as torturas, com as quais os governos, com todo o direito e legítima obrigação, tratam de obter a necessária informação, que seguramente é decisiva para a segurança nacional! Em suas viagens mundiais o arcebisipo de Recife pretendeu desacreditar e acusar seu governo por essas torturas com as que se pressionou os "políticos presos", para que descobrissem todo o complô contra a pátria e contra os pacíficos cidadãos. Até o Vaticano, por seu supremo tribunal, chamado "Justiça e Paz", se permitiu lançar acusações contra um Estado Soberano, apoiando-se nas loucuras de um bispo, que abandonou seu trabalho apostólico, para entregar-se à subversão!

Menos mal, se o caso do arcebispo de Recife fosse o único no mundo e especialmente na América Latina; mas desgraçadamente, como já indicamos, já são muitos os Hélderes em nossa América Latina e em nosso México, que, inspirados pela *POPULORUM PROGRESSIO* e os famosos Documentos de Medellín e pelo enxame de agitadores de batina, que nos enviam de Roma, e que em público e em privado, fomentam e financiam a subversão com o dinheiro da Igreja e do povo. Assim se diz que o bispo de San Cristóbal em Chiapas vendeu algumas das joias preciosas que havia

nos templos, para ajudar cristãmente os guerrilheiros da Guatemala e do México.

11.2. ALGUNS PONTOS CRÍTICOS DA POPULORUM PROGRESSIO

O Papa apresenta o tema da Colonização e do Colonialismo, e os problemas que os povos recém-emancipados têm: "Os povos chegados recentemente à independência nacional – diz o Pontífice – sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, social não menos que econômico, a fim de assegurar a seus cidadãos seu pleno desenvolvimento humano e ocupar o posto que lhes corresponde no concerto das nações".

Muito se falou acerca deste tema; e, desde logo, o Comunismo Internacional, com seus aliados a maçonaria e o judaísmo, tomaram-no como bandeira para justificação de sua obra subversiva. A justiça ou injustiça da colonização dos povos é tema de polêmica para muitos. O direito internacional de alguns anos atrás justificava e tinha como legítima esta colonização externa, em determinadas circunstâncias e com objetivos transcendentalmente benéficos. Agora, em troca, são muitos, especialmente os de ideias avançadas e comunistoides, que condenam como injustas as guerras de conquista e como latrocínio e escravidão intolerável as colônias que as potências estrangeiras possuíam. E nos apresentam quadros apocalípticos, nos quais os colonizadores desumanos, de entranhas duras e de cobiça insaciável, espoliavam e fustigavam os naturais, como a vis escravos e seres inferiores.

Não pretendo aprofundar no problema, no qual, por certo, a Igreja teve importantíssimo e por demais benéfico papel; mas, no que toca a nossos povos da América Latina, penso que o balanço histórico da obra da Espanha é certamente positivo e digno de toda nossa admiração e gratidão. A espada e a cruz estiveram sempre unidas, e ao lado do conquistador esteve sempre o apóstolo, aquele que trazia em seus lábios e em sua ação a

redenção de Cristo. A Espanha nos deu seu sangue, sua língua, sua religião e sua cultura, e pela Espanha nossos povos foram incorporados à civilização cristã do Ocidente.

O indigenismo, com o qual muitos querem obscurecer a obra da Espanha, é tão absurdo como ainda sentir saudades do homem das cavernas, dos sangrentos sacrifícios humanos ou das guerras entre as tribos aborígenes, que ensanguentavam constantemente o solo virgem de nossa América. A obra civilizadora da Colônia Espanhola na América Latina é em verdade prodigiosa e denegri-la é tão injusto e tão absurdo como negar o mais precioso que nosso Continente tem. Mas, os católicos, menos que ninguém – e o Papa com menor razão – temos motivo para desnaturalizar essa epopeia grandiosa, na qual a fé tradicional da Espanha católica fez florescer as rosas simbólicas nas rochas desoladas do Tepeyac.

Eu não posso compreender como é possível que haja católicos e sacerdotes que reneguem desse passado glorioso de nossos povos latino-americanos e, aceitando as leis da "máfia", queiram afogar, em um mar de obscurantismo e de ignomínia, as gestas gloriosas de nossos antepassados. Admito que nem tudo foi limpo, nem glorioso; houve misérias humanas que empanaram em ocasiões essas gestas maravilhosas, sem paralelo nem precedente na história do mundo. Mas, volto a dizê-lo, no balanço histórico da conquista e da época colonial da Ibero-América, o positivo, o verdadeiramente construtivo e civilizador excede e sobrepuja em muito as humanas deficiências. Os colonizadores espanhóis, nestas regiões abandonadas de nossos povos, não somente aportaram sua ciência e sua técnica, deixando preciosos frutos de sua presença, mas forjaram as "estruturas" de nossa nacionalidade, na doutrina evangélica; e essas estruturas ainda permanecem e não apenas fizeram retroceder a ignorância e a enfermidade, estabeleceram comunicações benéficas e melhoraram as condições de vida de nossos indígenas, mas os encaminharam pelo caminho da salvação eterna e da civilização temporal.

O caso de outros colonialismos pode ser e de fato foi e é distinto. O Papa não distingue. Sua tese é universal, e se alguma distinção encontramos em suas palavras, é a que assinala aos povos "chegados

recentemente a sua independência nacional", entre os quais podem se contar os novos estados emancipados do colonialismo das potências europeias.

"Certamente é preciso reconhecer – diz Paulo VI – que as potências coloniais com frequência perseguiram seu próprio interesse". Não, digo eu; não com frequência, mas sempre. Nenhum povo altruisticamente se lançaria a uma obra tão gigantesca, perigosa e prolongada, como é a conquista e a colonização de regiões tão vastas e de povos submersos na barbárie, se não tivesse o estímulo dos bens materiais, que enriqueceram os conquistadores e colonizadores e aumentaram o poder e a glória do país.

Emancipados já desse colonialismo, esses povos "sentem – diz Paulo VI – a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, social não menos que econômico, a fim de assegurar a seus cidadãos seu pleno desenvolvimento humano e ocupar o posto que lhes corresponde no concerto das nações". É lógico e é alentador que esses novos povos sintam realmente essa necessidade. A emancipação política seria inútil e talvez gravemente prejudicial, se os povos emancipados não tratassem de superar constantemente a situação em que ficaram ao conseguir sua independência. Mas essa é SUA obra, não a obra de todos os povos e, menos ainda, a obra da Igreja. Assim como seria inadmissível qualquer intromissão política, que viesse a impedir, como dizem agora, a autodeterminação dos povos; assim também seria absurdo impor a outros países a carga onerosa de manter esses povos economicamente e fomentar seu desenvolvimento agrícola, industrial e comercial. Aqui não falamos de conselhos ou de convênios, mas de preceitos. Enquanto os filhos são menores de idade e estão em período de formação, dependem de seus pais; mas, quando já maduros, se emancipam deles, sua melhoria, sua superação, seus êxitos ou seus fracassos dependem exclusivamente deles. O problema de fundo é se a emancipação foi ou não prematura; se foi uma emancipação voluntária ou uma emancipação imposta, fomentada com fins nefastos, para estabelecer sobre esses povos outro novo colonialismo, uma verdadeira escravidão, no vastíssimo império do Comunismo Internacional.

Apresenta depois o pontífice outro gravíssimo tema, que parece referi-lo especialmente aos países da América Latina, ao falar sobre as desigualdades sociais: "A viva inquietude que se apoderou das classes pobres, nos países que se vão industrializando, se apodera agora daqueles nos quais a economia é quase exclusivamente agrária". "Os camponeses adquirem também a consciência de sua miséria não merecida. A isto se acrescenta o escândalo das disparidades ferinas não só no gozo dos bens, mas também no exercício do poder". E, finalmente, faz-se clara alusão ao problema agrário, um dos problemas mais discutidos da América Latina. Impossível entrar agora no estudo destes problemas, cujo conteúdo escapa ao tema deste livro. Mas, a simples leitura da encíclica nos deixa ver a tendência demagógica que a anima e que tanta agitação e tão graves danos tem ocasionado em todos os países da América Latina. O Papa Montini com sua *POPULORUM PROGRESSIO* e seus discursos na Colômbia veio a provocar reações perigosas, que estamos palpando e cujos resultados não podemos prever. Eis aqui outro parágrafo incendiário:

"O choque – diz Paulo VI – entre as civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial, rompe as estruturas, que não se adaptam às novas condições. Sua estrutura, muitas vezes rígida, era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, e os velhos se apegam a ela, enquanto que os jovens a rejeitam, como um obstáculo inútil, para se voltarem avidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações se agrava assim com um trágico dilema: ou conservar instituições e crenças ancestrais e renunciar ao progresso, ou abrir-se às técnicas e civilizações que vêm de fora, mas rechaçando as tradições do passado com toda a sua riqueza humana. De fato, os apoios morais, espirituais e religiosos do passado cedem com muita frequência, sem que, por isso mesmo, esteja assegurada a inserção no mundo novo. Neste desenvolvimento, a tentação se faz tão violenta que ameaça arrastar para os messianismos promissores, mas forjadores de ilusões. Quem não vê os perigos que há nisso de reações populares violentas, de agitações insurrecionais e de deslizamento para as ideias totalitárias?"

Se restringimos o choque das civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial aos povos subdesenvolvidos, aos povos

recentemente emancipados do colonialismo, o problema já é em si grave, pois estabelece uma ruptura entre as gerações mais velhas e os jovens, como o próprio Paulo VI o adverte; mas o problema tem maior amplitude, abarcando todos os povos. É necessário precisar, desde logo, os dois conceitos, que o pontífice opõe entre si, para ver o alcance que o conflito tem ou pode ter: o conceito de civilização tradicional e o de civilização industrial. A civilização tradicional parece que se funda nos valores superiores do espírito; enquanto que a civilização industrial parece que antepõe aos valores permanentes do espírito as vantagens preponderantemente materiais, que a técnica e a indústria moderna oferecem ao homem. Muitos desses povos, carentes da verdade transcendente, tinham uma civilização – se assim podemos chamá-la – rudimentar, instável, que facilmente podia desmoronar-se pelos fulgores deslumbrantes da indústria, porque seus valores espirituais não tinham uma base inabalável. As crenças milenares do Japão sucumbiram ante os pavorosos resplendores da bomba atômica.

Em contrapartida, o choque da civilização cristã (na qual já estavam enxertados todos os povos da América Latina) com a civilização industrial materialista, que quer converter a vida presente no paraíso perdido, é um choque artificialmente provocado de enormes consequências. As tradições do passado, inspiradas e vivificadas pela doutrina do Evangelho eterno, têm certamente uma enorme riqueza humana, entendendo o homem como ele é: ser finito, contingente e em dependência constante e essencial de Deus; mas tem, sobretudo, uma inesgotável, vivificadora e eternamente duradoura riqueza divina, que une e sintetiza o tempo com a eternidade, a Deus e ao homem, o céu e a terra.

Não há, não pode haver oposição verdadeira entre a civilização cristã e a civilização industrial, sempre que se conserve firme a hierarquia dos valores da vida. A fé não se opõe, nem se pode opor ao verdadeiro progresso, a esse progresso integral que se busca. Os apoios morais, espirituais e religiosos do passado não cedem, quando, em seu progresso, o homem não quer romper a unidade e a harmonia da obra divina. A crise do mundo de nossos dias está precisamente em querer mudar as estruturas do passado, firmemente cimentadas na verdade eterna, para apoiar o futuro do

mundo na contingência das coisas do tempo e na imanência cega de um humanismo sem Deus e sem último destino. Estamos empenhados em fazer com nossas mãos um novo mundo; e queremos começar desde seu fundamento. Este é o fim do progressismo e do Papa Montini. Mas, não é tão fácil eliminar o que por séculos a razão e a fé haviam arraigado no coração do homem. Não, não há perigo dessas desviações para messianismos materialistas, quando nos aderimos ao Messianismo Divino.

Tem razão o "perito", citado mais adiante por Paulo VI, quando diz: "nós não aceitamos a separação da economia do humano; o desenvolvimento, da civilização em que está inscrito. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada agrupamento de homens, até a humanidade inteira"; mas esse pensamento está incompleto e poderia ter um sentido equívoco e até blasfemo, se, em nossa concepção integral do homem, eliminarmos os vínculos essenciais que o unem com seu Criador, Senhor e Dono, nos esquecermos de seus destinos ultraterrenos. Por isso o pontífice acrescenta logo que a criatura espiritual está obrigada a orientar espontaneamente sua vida para Deus e que por sua união com Cristo (seu cristianismo vivido) "tem o caminho aberto para um humanismo transcendental, que lhe dá sua maior plenitude". Mas, esse progresso não se funda nos bens materiais, que a técnica e a indústria podem lhe dar, mas no legítimo uso e na renúncia generosa, voluntária ou obrigatória, que desses bens faça em sua busca de Deus.

Há uma frase de São Paulo, que incidentalmente o Papa Montini cita, nesta sua famosa encíclica, que pode ter um sentido falso e demagógico: "Aquele que não quer trabalhar, que não coma". Estas palavras são aduzidas por Paulo VI ao falar das obrigações sociais dos indivíduos: "Cada um dos homens é membro da sociedade e pertence à humanidade inteira... Todos os homens são chamados a este desenvolvimento pleno". Na Encíclica "*QUADRAGESIMO ANNO*" (Nº 25), Pio XI já havia refutado a interpretação distorcida que o Papa Montini dá a essas palavras de São Paulo: "E não se deve esquecer aqui quão inepta e infundada é a apelação de alguns às palavras do Apóstolo: 'Se alguém não quer trabalhar, tampouco coma', porque o Apóstolo se refere aos que, podendo e devendo trabalhar, se abstêm de fazê-lo,

admoestando-nos que devemos aproveitar com diligência o tempo e as forças corporais e espirituais, sem sobrecarregar os demais, enquanto nos pudermos prover por nós mesmos. Mas que o trabalho físico seja o único título para receber o alimento ou os ganhos, isso o Apóstolo nunca ensinou".

Ao assinalar Paulo VI a ambivalência do progresso humano, com relação ao indivíduo e com relação à coletividade, depois de assinalar os perigos que a ambição desordenada pode ocasionar e depois de assinalar a meta para a qual deve se encaminhar o novo progresso, o pontífice apresenta o problema crucial da propriedade privada: "A Bíblia, desde suas primeiras páginas, nos ensina que a criação inteira é para o homem, que tem que aplicar seu esforço inteligente para valorizá-la e, mediante seu trabalho, aperfeiçoá-la, por assim dizer, pondo-a a seu serviço. Se a terra foi feita para procurar a cada um os meios de subsistência e os instrumentos de seu progresso, todo homem tem o direito de encontrar nela o que necessita. O recente Concílio o recordou: 'Deus destinou a terra, e tudo o que nela se contém, para uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens criados devem chegar a todos em sua medida justa, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade'".

Aqui está o problema, aqui a demagogia: Se a terra e todos os meios de subsistência são de todos os homens, como é possível então que exista a propriedade privada? "Todos os demais direitos – continua Paulo VI – sejam quais forem, compreendidos os de propriedade e livre comércio, estão subordinados a ele; não devem estorvar, antes, pelo contrário, facilitar sua realização; e é um dever social, grave e urgente, fazê-los voltar a sua finalidade primeira".

Pois bem, como nunca todos os homens, nem todos os povos terão, na medida de suas exigências e aspirações, os bens materiais que necessitam ou creem necessitar, seguir-se-ia que o direito de propriedade privada, sua aplicação legal, justa e humana, seriam flutuantes, ilusórios, totalmente inseguros. Leão XIII diz que "a propriedade privada é um direito natural" e que, nisto, o homem se diferencia do bruto. "O homem, ao abarcar com sua inteligência coisas inumeráveis, ao unir e encadear

também as futuras com as presentes, e ao ser dono de suas ações é – ele mesmo – quem, sob a lei eterna e sob a providência universal de Deus, governa a si mesmo, com a providência de seu arbítrio; por isso, em seu poder está o escolher o que julgar mais conveniente para seu próprio bem, não só no momento presente, mas também para o futuro. De onde se segue que no homem há de existir não só o domínio dos frutos da terra, mas também a propriedade da própria terra... As exigências de cada homem têm, por assim dizer, uma sucessão de retornos perpétuos, de tal modo que, satisfeitas hoje, tornam amanhã a aparecer imperiosas. Logo, a natureza teve que dar ao homem o direito a bens estáveis e perpétuos, que correspondem à perpetuidade do socorro de que necessita. E semelhantes bens unicamente a terra pode fornecer com sua inesgotável fecundidade".

"O fato de que Deus tenha dado a terra a toda a linhagem humana não se opõe, de modo algum, ao direito da propriedade privada. Ao dizer que Deus concedeu em comum a terra à linhagem humana, não quer dizer que todos os homens tenham indistintamente dito domínio, mas que, ao não ter assinalado a nenhum, em particular, sua parte própria, deixou dita delimitação à própria atividade dos homens e à legislação de cada povo. De resto, a terra, ainda que esteja dividida entre particulares, continua servindo ao benefício de todos, pois não há ninguém no mundo que dela não receba seu sustento. Aqueles que carecem de capital, o suprem com seu trabalho; e assim pode-se afirmar com verdade que o meio de se prover do necessário se encontra no trabalho empregado ou em trabalhar a própria terra ou no exercício de alguma atividade, cujo salário, em último termo, se tira dos múltiplos frutos da terra ou se permuta por eles".

"Com razão, pois – prossegue Leão XIII –, toda a linhagem humana, sem se importar com uns poucos contraditores, atenta apenas à lei da natureza, nesta mesma lei encontra o fundamento da divisão dos bens e, pela prática de todos os tempos, consagrou a propriedade privada como muito conforme à natureza humana, assim como à pacífica e tranquila convivência social. E as leis civis, que, quando são justas, derivam da mesma lei natural sua própria faculdade e eficácia, confirmam tal direito e o asseguram com a proteção de sua pública autoridade. Tudo isso se acha sancionado pela própria lei divina, que proíbe estritamente até o simples

desejo do alheio. 'Não desejarás a mulher de teu próximo; nem a casa, nem o campo, nem a serva, nem o boi, nem o asno, nem outra coisa qualquer de todas as que lhe pertencem'".

Seria um erro interpretar as palavras de Leão XIII, dizendo que o trabalho próprio é o único título da propriedade. A este propósito diz Pio XI, em sua Encíclica "*QUADRAGESIMO ANNO*": "Violam esta lei (a lei da justiça social) não só a classe dos ricos quando, livres de cuidados, na abundância de sua fortuna, pensam que a justa ordem das coisas está em que tudo renda para eles e nada chegue ao operário, mas também a classe dos proletários, quando, veementemente enfurecidos pela violação da justiça e excessivamente dispostos a reclamar, por qualquer meio, o único direito que eles reconhecem, o SEU, tudo querem para si, por ser produto de suas mãos; por isto e não por outra causa, impugnam e pretendem abolir a propriedade, assim como os juros e rendas, que não sejam adquiridos mediante o trabalho, sem respeitar a que classe pertencem ou que ofício desempenham, na convivência humana".

Há uma frase da encíclica de Paulo VI que, analisando-a friamente, parece que vem a destruir o conceito tradicional da propriedade privada. Não fala o pontífice da função social da propriedade privada e dos deveres que esta função implica, mas da própria propriedade: "Não há nenhuma razão, diz, para reservar-se o uso exclusivo do que supera a própria necessidade, quando aos demais lhes falta o necessário". "Em uma palavra, acrescenta, o direito de propriedade não deve jamais ser exercido com detrimento da utilidade comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos".

Estas palavras do Papa Montini são evidentemente demagógicas; podem dar lugar a que se pense que ninguém tem direito ao supérfluo, enquanto houver alguém que careça do necessário. Interpretando assim o documento, creio que o direito de propriedade não só fica minimizado e comprometido, mas, na realidade, negado. Porque o relativismo destes dois conceitos: "supérfluo" e "necessário" é tão variável, como os critérios, as exigências e as próprias ambições dos homens. Um direito verdadeiro não pode estar sujeito a este relativismo, a esta variante

interpretação, a essas ambições humanas, aumentadas pela demagogia de um pontífice, que, a serviço da "máfia", quer destruir a ordem constituída.

Detive-me em fazer estes comentários sobre a "*POPULORUM PROGRESSIO*", porque estou convencido de que este é o programa do pontificado, legítimo ou ilegítimo, de Juan B. Montini. É uma encíclica, qualificada pelos próprios anticatólicos como "marxismo requentado", que tem sido a inspiração contínua de Paulo VI e de sua prodigiosa atividade. É curioso notar que tanto na América Latina, como no Oriente Médio, como nas Filipinas, depois da visita do pontífice, eclodiram surtos de comunismo violento e destruidor. A dialética montiniana o nega; mas os fatos são demasiado eloquentes, sobretudo, se temos em conta a atividade assombrosa desse enxame de propagandistas, que há tempos percorrem os países, incitando o povo à inconformidade, ao protesto, à violência; e valendo-se em sua agitação dos grupos de jovens, especialmente estudantes, que, por sua inexperiência, por sua irresponsabilidade, pelo ardor e a mística que lhes infundiram, são elementos valiosíssimos para as guerrilhas, para os sequestros, para os atos terroristas, para os motins de rua. E é muito de se notar, como um dado revelador de prova contundente, o fato inegável de que esta subversão, este ativismo, esta ideologia marxista, leninista, maoísta, encontrou nas Universidades e Colégios Católicos, no México, como nos Estados Unidos, como na Espanha, como em outros muitos países, magníficos colaboradores. Desses centros, especialmente dos jesuítas, saíram, nos graves conflitos estudantis, os dirigentes e os "tolos úteis". Ignora isto o pontífice? E se o sabe, por que o tolera? O que dizem os Núncios, os Delegados Apostólicos? O que opinam as Conferências Episcopais? E os Ordinários, que explicação dão a esses atos subversivos, nos quais seus clérigos tomam parte importantíssima?

11.3. PAULO VI RECEBE UM GRUPO DE HIPPIES

Em uma audiência concedida pelo pontífice, em 16 de abril de 1971, a vários grupos de jovens, dirigiu-lhes os seguintes discursos, que reproduzimos aqui, tomados do *Osservatore Romano* de 17 do mesmo mês

e ano: “Esta manhã, sexta-feira 16 de abril, o Santo Padre recebeu dois grupos de jovens, na Sala Clementina. Um destes grupos era integrado pelos participantes na ‘manifestação internacional em favor da paz’, ‘uma cor ao mundo’, patrocinada pela Comissão Diocesana da Pastoral do Turismo, que teve lugar ontem à tarde no Auditório do Palácio Pio”. O grupo era conduzido por Mons. Poletti, Vice-regente de Roma, por Don Luigi Di Liegro e pelos organizadores do espetáculo, Dott. Frasciolo e Maestro Pagano. Paulo VI falou assim aos jovens reunidos: “É sempre um prazer para Nós receber jovens, especialmente se vêm de longe e se, como vós o fazeis, dedicam seu talento artístico a uma boa causa, como é a de difundir em seus coetâneos, através da música e do canto, o sentimento da esperança, do são otimismo, o calor da fraternidade, humana e cristã”.

“Damos-vos, portanto, Nossa cordial saudação, e vos manifestamos Nossa satisfação, cheia de estima e afeto pelo intento que vos guiou, para ilustrar, com os meios a vosso alcance, o tema por Nós sugerido para a jornada da paz de 1971, e saudamos convosco a Comissão Diocesana pelo Turismo, com seu digno Presidente Mons. Poletti, que organizou, como cada ano, a manifestação musical, na qual vós participastes aqui em Roma. É uma boa semente semeada, que, sem dúvida, não deixará de frutificar nas gerações juvenis”.

“Nós, na verdade, não estamos capacitados para apreciar vossas formas artísticas, nem para valorizar aquelas formas estéticas, nas quais sensivelmente, sem dúvida alguma, expressais vossa personalidade. Mas estamos atentos a certos valores, que vós andais buscando: a espontaneidade, a sinceridade, a liberação de certos vínculos formais e convencionais, a necessidade de ser, de vos identificar, de viver, e de interpretar as exigências do próprio tempo. Próprio, ademais, por aquele mandato por Nós dado, irmão entre irmãos, não podemos deixar de apreciar profundamente alguns valores humanos de grande mérito, nos quais se inspira esta manifestação da qual vós tomastes parte: a paz no mundo, a fraternidade entre os homens, a renovação moral e espiritual, que supera o conformismo, a vulgaridade, a vida cômoda, que hoje perturba e desagrada a uma grande parte da juventude e a faz reagir, às vezes, de forma insólita e violenta”.

“Pensamos que nesta busca interior, vós advertireis a necessidade de Deus, de quem vem o mais grande e o mais verdadeiro que há no coração humano; é por Ele por quem temos a vida, o movimento, o ser, como diz São Paulo (Atos XVII, 28) e n'Ele estamos também submersos totalmente. Quando se busca dar uma impressão sã, reta e moral na própria maneira de viver, não pode então deixar de aflorar, mesmo nas formas menos pensadas, uma referência religiosa, uma certa presença do sagrado, em uma palavra, o sentido de Deus, que nos ama e que nos manda amar aos irmãos”.

“Nós vos auguramos sinceramente que alcanceis estas metas luminosas do espírito e que não vos deixeis dominar pelas modas efêmeras da tirania dos sentidos, da obscuridade da vida gregária, em vez de ajudar aos demais com o instrumento da arte, a se enobrecerem, a se elevarem, para se tornarem mais humanos e cristãos”.

“Enquanto isso, vos alentamos com Nossa paterna benevolência, enquanto de coração invocamos sobre todos vós a abundante efusão da Bênção Divina”.

A seguir, o pontífice se dirigiu em inglês aos visitantes de fala inglesa: “É para Nós uma real satisfação ter a visita de jovens, quando eles vêm de muitas diversas partes do mundo. Nós sabemos que vós estais interessados em promover a irmandade e a paz entre os homens e que buscais uma renovação moral e espiritual. Estes objetivos são grandes e preciosos e, ao buscá-los, Nós estamos seguros de que vós sentireis a necessidade de Deus e que encontrareis a presença d'Aquele Um, em quem ‘vivemos, nos movemos e somos’. (Atos XVII, 28).”

“Repetindo a mensagem do Concílio Vaticano à juventude, Nós vos encorajamos ‘a abrir vosso coração à imensidão do mundo, para escutar as súplicas de vossos irmãos, para vos pordes a seu serviço, com esse vigor e energia da juventude’. Pedimos que Deus vos abençoe a todos e vos dê a alegria e a paz a vosso coração”.

O segundo grupo era formado por estudantes do Canadá, que estudavam, na Suíça, no Neuchâtel College, cursos de língua francesa. Os

jovens e as jovens canadenses estavam acompanhados por seus professores. O papa lhes falou assim: "Nós estamos felizes de receber também esta manhã os estudantes do Neuchâtel Junior College, que terminam na Suíça seus estudos de língua francesa e vieram a Roma nestas festas pascais. Queridos amigos, apraz-nos expressar-vos a estima que Nós temos por vosso querido país, cheio de vitalidade, orgulhoso ao mesmo tempo de suas tradições e de seu moderno desenvolvimento. Estimulamo-vos a pôr a vosso serviço a competência e a cultura, que vos foi dado adquirir, para estabelecer um clima cada vez mais fraterno e aberto às necessidades materiais e espirituais de todos os homens. Depois do contato com as fontes da vida cristã em Roma, depois de visitar os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo, vós vos arraigareis na busca de um humanismo integral e de uma fé profunda. Que Cristo Salvador, que é o Senhor de todos nós, com a pujança de sua Ressurreição, ponha em vós o Espírito de paz e de amor, para a glória de Deus Pai. Sobre vós e sobre todos os que vos são queridos, Nós imploramos sua fecunda bênção".

Estes discursos montinianos, que, à primeira vista, parecem de um Papa legítimo, são, no entanto, uma prova a mais de que Paulo VI não age como um Papa legítimo. Desde logo, surpreende que grupos de jovens católicos, dirigidos e alentados por um Monsenhor, participem em uma marcha internacional de marcado aspecto comunista. Porque estes movimentos pacifistas não são senão uma hábil tática comunista, para desarmar as legítimas e necessárias defesas dos povos livres; é um infiltrar na mente dos jovens, em nome de uma internacional, a resistência a toda luta, ainda que esta tenha por objeto defender a pátria e as mais sagradas liberdades do mundo livre. A renovação moral e espiritual, que pede o pontífice, é a que "supere o conformismo, a vulgaridade, a vida cômoda, que hoje perturba e desagrada a uma grande parte da juventude, e a faz reagir, às vezes, de forma insólita e violenta".

Não são estas palavras uma velada aceitação dessa desorientação, dessa inconformidade das juventudes modernas, manifestadas nas formas mais absurdas e perniciosas? Não é uma discreta justificação desse desmoronamento moral e religioso, que está minando a juventude internacional? Poderá acaso, com músicas exóticas e estridentes, que Paulo

VI chama de instrumentos de arte; poderá, digo, essa juventude desorientada, envenenada, drogada e corrompida, como todos os que tomam parte nesses movimentos teledirigidos, ajudar os outros, a se mobilizarem, a se fazerem mais homens, mais Cristãos? Qual é a justificação, para o Papa Montini, dessa vida estranha que levam esses jovens de gangues? "O dedicar seu talento artístico a uma boa causa, como é a de infundir em seus coetâneos, por meio da música e do canto, o sentido da esperança, o são otimismo, o calor de fraternidade humana e cristã".

Este é o "humanismo integral" de Juan B. Montini. Ali cifra ele suas esperanças para um mundo melhor, uma humanidade mais humana. Paulo VI se reconhece incapacitado para apreciar essas formas artísticas, nas quais os jovens modernos, os *hippies*, expressam sensivelmente sua personalidade; mas pensa que esta é uma busca de Deus; uma busca, que dá uma impressão sã, reta e moral do próprio viver, que necessariamente tem que aflorar, mesmo nas formas menos pensadas, em uma referência religiosa. Essa referência nada tem a ver, diremos nós, com o Evangelho, com a mística cristã, nem com a ascética austera, que sacrifica o temporal pelo eterno. Esse "sentido de Deus", vago, impreciso, parece mais um sentido de um deus imanente, não um Deus transcendente, de quem dependemos no ser e no agir, e a quem temos que nos sujeitar totalmente. Para mim, esses movimentos da juventude atual são sintomas gravíssimos de uma decadência moral e religiosa, um ambiente apropriado para as "comunidades de base" e para o culto mesmo do Satanismo, no qual a juventude se sente perdida, sem norte, sem fé, sem sentido de sua própria existência.

Promover a fraternidade, promover a paz, sem um ajustamento de nossas vidas pessoais à doutrina imutável e eterna do Evangelho não significa, nem pode significar outra coisa que perder a base da ordem e implantar o desarranjo moral e religioso, que pode culminar ou em um Cristo revolução e violência, ou em um Cristo cósmico e evolutivo, ou em qualquer outra religião subjetiva e variante

11.4. OUTRO DISCURSO DE PAULO VI VERDADEIRAMENTE REVELADOR

Genebra, Suíça, 10 de junho de 1969 (AP.) – Texto oficial em espanhol, emitido pelo Vaticano, das palavras do papa Paulo VI, hoje, perante o CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS, em Genebra:

"Senhor Secretário-Geral; queridos irmãos em Cristo:

Muito apreciamos vossas palavras de boas-vindas e rendemos graças a Deus por nos ter concedido fazer uma visita de fraternidade cristã ao Centro do Conselho Ecumênico de Igrejas. O que é, com efeito, este Conselho senão um movimento maravilhoso de cristãos, de 'filhos de Deus que estavam dispersos' (João XI, 52) e que agora se encontram, buscando uma recomposição na unidade? E qual é o significado de nossa vinda aqui, no limiar de vossa casa, senão o de uma obediência ao impulso secreto que qualifica, por preceito e misericórdia de Cristo, nosso ministério e nossa missão? Feliz encontro, em verdade, momento profético, aurora de um dia futuro e ansiado depois de séculos!

Eis-nos aqui entre vós. Nosso nome é Pedro. A Escritura nos diz o sentido que Cristo quis atribuir a este nome, os deveres que nos impõe: as responsabilidades do apóstolo e de seus sucessores. Deixai-nos recordar também outros nomes que o Senhor quis dar a Pedro, para significar outros tantos carismas. Pedro é pescador de homens. Pedro é pastor. No que a Nós concerne, estamos convencidos de que o Senhor Nos deu, sem mérito algum de nossa parte, um ministério de comunhão. Certamente não Nos concedeu este carisma para nos isolarmos de vós, nem para excluir entre nós a compreensão, a colaboração, a irmandade, a recomposição na unidade, mas para nos deixar o preceito e o dom do amor, na verdade e na humildade (Ef. IV, 15; João XIII, 34). E o nome que tomamos, o de Paulo, indica bastante a orientação que quisemos dar a nosso ministério apostólico.

Gesto de fraternidade – Situastes o encontro desta tarde na história de nossas relações; também Nós vemos neste gesto um sinal manifesto da

fraternidade cristã, que existe entre todos os batizados e, portanto, entre as Igrejas membros do Conselho ecumênico e a Igreja Católica. A atual comunhão entre as igrejas e comunidades cristãs não é, ai!, senão imperfeita; mas, como todos cremos, é o Pai das Misericórdias, quem, por seu Espírito, nos conduz e inspira. Ele guia a todos os Cristãos na busca da plenitude da unidade que Cristo quer para sua Igreja, una e única, a fim de que ela possa refletir melhor a união inefável do Pai e do Filho (Cf. João XVII, 21) e cumprir melhor sua missão neste mundo, cujo Senhor é Jesus. 'A fim de que o mundo creia' (ibidem).

É o desejo supremo de Cristo, é a exigência profunda da humanidade crente por Ele redimida, o que põe em nossa alma uma tensão constante de humildade e de pesar pelas divisões, que há entre os discípulos de Cristo; de desejo e de esperança para restabelecer a unidade entre todos os cristãos; de oração e de reflexão sobre o mistério da Igreja, comprometida para si mesma e para o mundo a refletir e a testemunhar a revelação feita por Deus Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo. Vós compreendeis que esta tensão alcança em Nós, agora e aqui, um alto grau de emoção que, longe de nos turvar, contribui para tornar mais lúcida que nunca nossa consciência.

Mencionastes a visita, que fez a este Centro, em fevereiro de 1965, o querido cardeal Bea e a criação de um grupo misto de trabalho. Após a criação desta equipe, seguimos com interesse sua atividade e desejamos dizer, sem vacilação, o quanto apreciamos o desenvolvimento de tais relações entre a Igreja Católica e o Conselho Ecumênico, dois organismos muito diversos por sua natureza, mas cuja colaboração se afirmou frutuosa.

Participação de católicos – De comum acordo com nosso Secretariado para a unidade, foram convidadas personalidades católicas competentes para participar em vossa atividade por títulos diversos. A reflexão teológica sobre a unidade da Igreja, a busca de uma melhor compreensão do significado do culto cristão, a formação profunda do laicato, a tomada de consciência de nossas responsabilidades comuns e a coordenação de nossos esforços pelo desenvolvimento social e econômico

e pela paz entre as nações são alguns exemplos em que esta colaboração começou a ter consistência. Consideraram-se, assim mesmo, as possibilidades de uma aproximação cristã comum perante o fenômeno da incredulidade, perante as tensões entre as gerações, perante as relações com as religiões não cristãs.

Estas relações testemunham nosso desejo de ver progredir as iniciativas atuais, conforme nossas possibilidades em homens e recursos o permitirem. Um desenvolvimento semelhante supõe que em nível local o povo cristão esteja preparado para o diálogo e a colaboração ecumênica. Não é por isto que, na Igreja Católica, se confiou a promoção do esforço ecumênico aos cuidados diligentes e à prudente direção dos bispos (Cf. *Oecumenismus* Nº 4), segundo as normas estabelecidas pelo Concílio Vaticano e precisadas no Diretório Ecumênico?

Na verdade, nossa primeira preocupação é a qualidade desta cooperação multiforme mais que a simples multiplicação das atividades. 'Não há verdadeiro ecumenismo, diz o Decreto Conciliar, sem conversão interior. Porque da renovação da alma (cf. Ef. IV, 24), da renúncia a si mesmo e de uma livre efusão da caridade partem e amadurecem os desejos de unidade' (*De Oecum*, Nº 7). A fidelidade a Cristo e a sua palavra, a humildade frente à obra de seu Espírito em nós, o serviço de todos e de cada um, são, com efeito, as virtudes que darão à nossa reflexão e ao nosso trabalho sua qualidade cristã. Só então a cooperação de todos os cristãos expressará com vivacidade a união que já os vincula entre si e exporá a mais plena luz o rosto de Cristo servo (Cf. ibidem Nº 12).

Implicações teológicas – Em virtude desta crescente colaboração em tão numerosos setores de interesse comum, formula-se às vezes a pergunta: a Igreja Católica deve se tornar membro do Conselho Ecumênico? O que poderíamos neste momento responder? Com toda franqueza fraterna, Nós não consideramos que a questão da participação da Igreja Católica no Conselho Ecumênico esteja madura a ponto de que se possa ou se deva dar uma resposta positiva. A questão fica ainda no terreno da hipótese. Esta comporta sérias implicações teológicas e pastorais, exige, por consequência, estudos profundos e entra em um

caminho que a honestidade obriga a reconhecer que poderia ser longo e difícil. Mas isto não impede que vos asseguremos que olhamos para vós com grande respeito e profundo afeto. A vontade que Nos anima e o princípio que Nos dirige nos induzirão sempre a prosseguir, com plenitude de esperança e de realismo pastoral, a unidade querida por Cristo.

Senhor Secretário-Geral: rogamos ao Senhor que nos faça progredir em nosso esforço de cumprir ao mesmo tempo nossa vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Deixai-nos terminar com as mesmas palavras de Jesus, que serão nossa conclusão e nossa oração: 'Que todos sejam um, como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti, que também eles sejam um em Nós, a fim de que o mundo creia que Tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que Tu me deste a fim de que eles sejam um, como Nós somos um: Eu neles e Tu em Mim, para que sejam consumados na unidade e conheça o mundo que Tu me enviaste e amaste a estes como Tu me amaste... Eu lhes dei a conhecer teu nome, e lho farei conhecer, para que o amor com que Tu me amaste, esteja neles e Eu neles' (João XVII, 21-23, 26)."

Esta visita do Papa Montini ao CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS e seu discurso pronunciado, nessa ocasião, diante daquele grupo de hereges e cismáticos e apóstatas, que, sem o serem, se chamam Arcebispos e bispos e Pastores, é, sem dúvida, um dos pontos mais discutidos e discutíveis do pontificado do Papa Montini, assim como também é uma tremenda interrogação sobre o Concílio Pastoral Vaticano II. Para poder julgar, como convém, esta visita e este discurso ecumênico de Paulo VI, necessitamos recordar aqui a doutrina conciliar sobre o "Ecumenismo", um dos pontos mais obscuros, mais perigosos e mais comprometedores do Vaticano II. Começaremos por dar uma definição de "ecumênico", palavra que vem do grego *oikoumenikos*, universal, derivada de *oikos*, *oikouméne*, casa, terra habitada. Aplica-se aos Concílios, quando são universais. O Patriarca cismático de Constantinopla aplicava a si este qualificativo, cujo sentido podia ser triplo:

1. Em significado de jurisdição, que deram a São Leão os sacerdotes e diáconos de Alexandria no Concílio de Calcedônia.

2. Que aquele que o usa é o único bispo soberano, olhando para os outros bispos, como vigários ou súditos seus, em cujo sentido, diz São Gregório Magno, que o título de Patriarca ecumênico é uma blasfêmia contra o Evangelio e contra os Concílios, já que a dignidade de bispo corresponde a todos os bispos por igual, como de instituição divina.
3. Em sentido de autoridade, que se estende não a todo o mundo, mas a uma grande parte dele; no qual o aplicaram e aplicam os Patriarcas de Constantinopla, com relação a todo o Oriente. A origem deste título se acha na equiparação política feita por Constantino entre Roma e Constantinopla, quando transferiu para esta a capital do Império. Daqui tomaram pé os bispos dela, sobretudo depois da divisão do Império, para figurarem que deviam ter em todo o Oriente a mesma jurisdição que os pontífices romanos, deixando a estes a do Ocidente, confundindo a ordem política com a religiosa.

Desde logo, o Concílio I de Constantinopla (381) só declarou que o bispo de Constantinopla teria as prerrogativas de honra depois do Romano Pontífice, por ser Constantinopla como uma nova Roma. Isto, se bem que não negava a supremacia do Papa, afirmava a do Patriarca de Constantinopla sobre os de Alexandria e Antioquia, que reclamaram contra ela e foi bem cedo causa de maiores males, contribuindo para a separação de ambas as Igrejas. No Concílio de Calcedônia chamou-se ao Papa Patriarca Ecumênico da grande Roma (título que os Papas nunca aceitaram) e que os Patriarcas de Constantinopla se apropriaram.

Não é este o sentido do "ecumenismo" do Vaticano II. Na realidade, a catolicidade da Igreja encerra em si tudo o que de ortodoxo possamos dar ao ecumenismo; é a vital irradiação da Igreja fundada por Cristo para pregar o Evangelho "a toda criatura", e ensinar a todos tudo o que Cristo quis nos ensinar. O assim chamado "movimento ecumênico" tem sua origem recente nas seitas protestantes, que se chamam cristãs, ainda que entre si difiram fundamentalmente em pontos capitais de seu CREDO, para estabelecer entre elas uma aparente união, que deu origem ao assim chamado CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS. Essa unidade não é de

crenças, não é de ritos, não é de jurisdição; é simplesmente uma unidade externa de humana fraternidade.

O Concílio afirma que repugna à vontade de Cristo e escandaliza o mundo a divisão entre os cristãos. Sim, é verdade; um dos grandes anseios do Coração de Cristo era o da unidade, "*ut omnes unum sint*", que todos sejam um; mas, na realização desta unidade, entra em jogo a liberdade humana. "Promover a restauração da unidade entre todos os cristãos é um dos fins principais que se propôs o sacrossanto Concílio Vaticano II, posto que única é a Igreja fundada por Cristo Senhor, ainda quando são muitas as Comunhões cristãs, que se apresentam aos homens como a herança de Cristo. Os discípulos do Senhor pensam de modo distinto e seguem caminhos distintos, como se o próprio Cristo estivesse dividido (I Cor. I, 13). Divisão que abertamente repugna à vontade de Cristo e é pedra de escândalo para a causa da difusão do Evangelho".

O fato, denunciado pelo Concílio, é real, é inegável; mas pode-se remediar? Porventura é a Igreja Católica a responsável por esta divisão, por este joio, que com o trigo cresce na herdade de Deus? O movimento "ecumenista", como já advertimos, não nasceu da Igreja Católica; é um movimento das seitas separadas, heréticas e cismáticas, que o Concílio Vaticano II, não sei se de boa fé ou com torcida intenção dos "peritos", quis aproveitar em seu muito notável e legítimo anseio de buscar a verdadeira unidade da Igreja. E começo por dizer que a verdadeira unidade que buscamos sempre existiu, existe e existirá, na verdadeira e única Igreja fundada por Jesus Cristo; que nosso movimento de autêntica catolicidade deve ser buscado unicamente na conversão sincera dos "separados", não nas transações claudicantes, nem no entreguismo, que é traição e que busca, sobre a integridade e imutabilidade de nossos dogmas, a aparente unificação de nossa Igreja com as seitas que agora se congregaram neste assim chamado "CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS". Diz o Concílio: "Contudo, o Senhor, que sábia e pacientemente prossegue sua vontade de graça para conosco, os pecadores, em nossos dias, começou a infundir, com maior abundância nos cristãos separados entre si, a compunção de espírito e o anseio de união. Esta graça chegou a muitas almas dispersas por todo o mundo, e inclusive entre nossos irmãos

separados surgiu, pelo impulso do Espírito Santo, um movimento dirigido a restaurar a unidade de todos os cristãos. Neste movimento de unidade, chamado ecumênico, participam os que invocam o Deus Trino e confessam a Jesus como Senhor e Salvador, e isto o fazem não só individualmente e em separado, mas também reunidos em assembleias, nas quais ouviram o Evangelho e às quais cada grupo chama Igreja sua e de Deus. Quase todos, no entanto, ainda que de modo diverso, suspiram por uma Igreja de Deus única e visível, que seja verdadeiramente universal e enviada a todo o mundo, para que o mundo se converta ao Evangelho e se salve para a glória de Deus" (*Unitatis redintegratio*, I, 1).

Não conheço os motivos em que o Concílio funda essa extraordinária afirmação que nos quer dar a entender que esse assim chamado "movimento ecumênico" é obra do Espírito Santo; como tampouco vejo a inaudita expressão com que Paulo VI qualifica sua visita em Genebra ao Conselho Mundial das Igrejas, colocando nossa Igreja, a verdadeira e Única Igreja fundada por Jesus Cristo, a única que tem as quatro notas características, que a distinguem dos ramos secos arrancados do tronco, ao nível dessas assim chamadas Igrejas cristãs, muitas das quais já não creem nem na divindade de Jesus Cristo, nem na própria existência de Deus. Existe por acaso uma verdadeira fraternidade cristã "entre as igrejas membros do Conselho Ecumênico e a Igreja Católica"?

Menciona, em seu discurso, Paulo VI, a visita anterior que o cardeal Bea, o instrumento habilíssimo do judaísmo para destruir a postura monolítica da Igreja, fez ao Conselho Mundial das Igrejas em 1965 e o "grupo misto" de trabalho, que ele estabeleceu com elementos católicos nessa organização protestante; e acrescenta: "após a criação desta equipe, seguimos com interesse sua atividade e desejamos dizer, sem vacilação, o quanto apreciamos o desenvolvimento de tais relações entre a Igreja Católica e o Conselho Ecumênico, dois organismos muito diversos por sua natureza, mas cuja colaboração se afirmou frutuosa".

É possível uma verdadeira colaboração entre a luz e as trevas, entre a verdade e o erro? Ou podemos admitir que se pode ser cristão pela metade, mutilando, silenciando ou negando os dogmas imutáveis de nossa fé

católica? Quais frutos o papa Montini insinua ou assinala que se seguiram desta ecumênica união? "A reflexão teológica sobre a unidade da Igreja, a busca de uma melhor compreensão do culto cristão, a formação profunda do laicato, a tomada de consciência de nossas responsabilidades comuns e a coordenação de nossos esforços pelo desenvolvimento social e econômico e pela paz entre as nações". Necessitava a Igreja refletir sobre a unidade da Igreja? Podia encontrar novas luzes para a compreensão de seu culto nessas seitas, que negam a realidade do Santo Sacrifício do Altar, a transubstanciação, a presença real? Muito temo que essas reflexões tenham inspirado a eliminação da Divina Eucaristia, o centro, como diz Pio XII, na "*MEDIATOR DEI*", de nossa sacrossanta religião.

Não podia faltar nesta colaboração "o desenvolvimento social e econômico", que é a alma do pontificado montiniano. A virada para o socialismo e o comunismo, antes que o Vaticano a desse, quase todas as seitas protestantes já a haviam dado. A paz, para Juan B. Montini, não vem de Deus, como diz São Paulo, nem é atributo de Deus, nem é o mesmo Deus que mora em nós, mas o estabelecimento dos três pontos da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

E o que pensar dessa que Paulo VI chama "a formação profunda do laicato"? Alguns o levaram muito a sério e se creem, como diria Don Luis Vega Monroy, "pontífices mínimos" da Igreja, como os Abascal ou Abashol, os Avilés, os Alvarez Icaza. Esse movimento tem tangivelmente duas finalidades: a de dessacralizar e eliminar o sacerdócio hierárquico; e a de aumentar a confusão no povo católico.

E já para terminar seu discurso, Juan B. Montini faz esta franca e descarada pergunta: "Deve (a Igreja Católica) se fazer membro do Conselho Ecumênico?" E, com ingenuidade desconcertante, acrescenta o pontífice: "O que poderíamos neste momento responder? Nós não consideramos que a questão da participação – eu diria antes, identificação – da Igreja Católica no Conselho Ecumênico esteja madura a ponto de que se possa ou se deva dar uma resposta positiva. A questão fica ainda no terreno da hipótese. Ela comporta sérias implicações teológicas e pastorais".

O simples levantamento do problema e a ambígua resposta que Paulo VI lhe dá são, na verdade, não digo sintomáticas, mas eloquentemente demonstrativas da aceitação, em princípio, do movimento ecumênico protestante, que é um sincretismo religioso, ou é, melhor dizendo, a religião da irreligião. Claro que a questão não está madura, nem estará, enquanto durar a verdadeira Igreja de Cristo, ainda que os Willebrands e os infiltrados clamem pela "participação ecumênica"! O "ecumenismo", no sentido que se lhe dá agora, é a negação não só da religião católica, mas de toda religião.

CAPÍTULO 12

PAULO VI SEGUE ADIANTE COM SEU PROGRAMA REFORMISTA

Para evitar que me acusem de inventar ou exagerar, quando exponho os constantes incidentes desta "autodemolição da Igreja", que estamos presenciando, vou citar aqui o cônego da Catedral do México, o refugiado espanhol, Don Ramón de Ertze Garamendi, não em suas "SUMAS Y RESTAS", mas em "REFLEXÃO DOMINICAL" (Excelsior, domingo, 24 de setembro de 1972):

"Fiel à sua tarefa de renovação da Igreja, o papa Paulo VI publicou, na quarta-feira, 13 de setembro, uma carta apostólica que modifica as disposições relativas a uma parte da Ordem Sacerdotal. Deixando intacto o que toca a bispos, presbíteros e diáconos, ocupou-se dos graus inferiores, que não entram propriamente no sacramento da Ordem e que, por conseguinte, podem ser conferidos aos leigos cristãos. Outro ponto importante se refere ao subdiaconado, que não tinha nas Igrejas orientais a relevância que na latina.

A primeira disposição suprimiu a tonsura ou cerimônia na qual, entre outros elementos, com o corte de cabelo, se entrava a fazer parte do clero. Daqui em diante, só serão clérigos os que tiverem recebido o diaconado.

Em segundo lugar, determina-se que as até agora chamadas ordens menores: ostiariado, exorcistado, leitorado e acolitado desapareçam como ritos de ordenação dos clérigos.

Em terceiro termo, ficam suprimidos o ostiariado e o exorcistado. Subsistem o leitorado e o acolitado, mas não mais reservados aos candidatos do sacramento da Ordem e, portanto, podendo ser confiados a seculares. Não são ordens, mas ministérios, isto é, funções necessárias na

vida da igreja, não inerentes ao poder da Ordem, embora de caráter sagrado.

Quarto, as funções desempenhadas até agora pelo subdiaconado podem ser confiadas ao leitor e ao acólito. Deixa, por conseguinte, de existir, na Igreja Latina, a ordem maior do subdiaconado.

Ao leitor corresponde, como diz seu nome, ler a palavra de Deus na assembleia litúrgica. Proclamará as leituras da Bíblia, mas não o Evangelho, na missa e nas demais celebrações sagradas. Quando faltar o salmista, recitará o Salmo interleccional. Anunciará as intenções da oração universal dos fiéis, quando não houver à disposição diácono ou cantor. Dirigirá o canto e a participação do povo fiel. Instruirá os fiéis para receberem dignamente os sacramentos.

Quanto ao acólito, sua função é cuidar do serviço do altar, assistir ao diácono e ao sacerdote, nas funções litúrgicas, principalmente na celebração da missa. Distribuirá como ministro extraordinário a comunhão, quando faltarem o presbítero e o diácono, ou estiverem impossibilitados de dá-la, ou em caso de grande afluência de fiéis. Nas mesmas circunstâncias poderá expor publicamente a Eucaristia. Cuidará da instrução dos fiéis que participam das funções do altar.

As condições requeridas para ser admitidos aos ministérios de leitor e de acólito são: petição livre por parte do aspirante, idade conveniente e dotes peculiares, firme vontade de servir fielmente a Deus e ao povo cristão.

Quanto aos candidatos ao diaconado e ao presbiterado, precisa-se que possam ser aceitos os que deem mostras de verdadeira vocação e, estando adornados de bons costumes e livres de defeitos psíquicos e físicos, desejem dedicar sua vida ao serviço da Igreja, para a glória de Deus e o bem das almas. O compromisso público da obrigação do celibato fica vinculado ao diaconado. Seguem em pé, assim mesmo, as demais obrigações que para o diaconado já estão estabelecidas.

Como diz o documento pontifício, as novas disposições servem para que ‘apareça melhor a diferença entre clérigos e seculares, entre o que é próprio e está reservado aos clérigos e o que pode ser confiado aos seculares cristãos’.

Por outra parte, a diminuição massiva de sacerdotes e de vocações sacerdotais levanta um problema temível: como assegurar, para o serviço do Evangelho e o bem comum da Igreja, a permanência ativa de funções assumidas até agora pelo clero? Uma solução é confiar cargos aos seculares. Já se está aplicando. Em muitos lugares, os leigos distribuem a comunhão, sobem ao púlpito, ocupam-se da preparação para o matrimônio... Transferem-se a eles ‘funções sagradas’, que se criam estritamente reservadas a clérigos ordenados. A carta apostólica do papa Paulo VI vem a fazer aberturas por esse caminho. Há também uma atitude ecumênica, enquanto se tomam em consideração tradições de outros ritos cristãos. Por último, oferece-se aos leigos uma nova oportunidade para o exercício de suas responsabilidades na Igreja.”

Ninguém pode duvidar da autenticidade da citação, pois é do “porta-voz oficial”, por muito tempo, autorizado pelo chanceler Reynoso, da Mitra Metropolitana da Arquidiocese do México. O conteúdo da citação é simplesmente pavoroso. Um novo golpe nas velhas estruturas da Igreja, que prossegue o processo da autodemolição. Encurtam-se as distâncias; suprimem-se as distinções que separavam os clérigos dos leigos. Só restam agora como Ordens Sacras o diaconado, o presbiterado e o episcopado; as ordens menores, das quais se suprimem duas, já não têm o caráter de uma ordem, mas uma imprecisa autorização que pode ser conferida aos leigos cristãos. Não são ordens, mas “ministérios”, não inerentes ao poder de ordem, embora de caráter sagrado.

“SAGRADO”, diz, embora pareça uma zombaria, agora que estamos vivendo a “dessacralização” do que, até antes do Vaticano II, considerávamos na Igreja como “sagrado”. Estes leitores, estes acólitos, segundo diz o prebendado das duas traições, serão ministros sagrados, enquanto os sacerdotes perderam há tempos sua sacralidade, apesar da graça sublime de seu sacerdócio. Pelo visto, este ministério sagrado, que

me parece semelhante ao dos protestantes, destes clérigos, que não são clérigos, será na Igreja, com o tempo, a única coisa sagrada que reste em pé.

Ertze de Garamendi não cita, em sua "Reflexão Dominical", outra parte do documento papal muito importante, já que diz a nova posição das mulheres na igreja montiniana. Permito-me copiar o telex da A.P., tomado de *Ultimas Noticias* (quinta-feira, 14 de setembro de 1972):

> **NO MINISTÉRIO RELIGIOSO, APENAS HOMENS: PAULO VI**
>
> **Cidade do Vaticano, 14 de setembro (AP)** – O Papa Paulo VI reiterou hoje a proibição de que as mulheres desempenhem o ministério católico romano. Também reafirmou as regras do celibato para diáconos e sacerdotes. Em um 'Motu Proprio' – decreto de próprio punho – o Papa autorizou a extensão de funções clericais menores – leitura da Bíblia e serviço do altar – a católicos leigos, contanto que sejam homens.
>
> A decisão papal não impede, de fato, que as mulheres possam efetuar leituras da Bíblia ou realizar determinados serviços do altar, mas as proíbe de receber investidura formal de um bispo.
>
> O decreto contra as mulheres no ministério sacerdotal constitui um revés para muitos elementos da Igreja, desde cardeais até freiras, que têm defendido um papel para a mulher na Igreja, acorde com o princípio moderno da igualdade dos sexos. O Papa disse ter adotado sua decisão, depois de 'ter levado em conta os pontos de vista' de bispos de todo o mundo.
>
> No entanto, não executou a recomendação do Sínodo de Bispos de 1971, que recomendou ao Vaticano o estabelecimento de uma comissão especial para buscar formas de enaltecer o papel da mulher na Igreja e na sociedade em geral, para o bem da justiça.

> Mediante este decreto, o Papa nega às mulheres católicas o reconhecimento ministerial formal do que têm estado fazendo desde o Concílio Ecumênico de 1962-1965.
>
> Entre outras medidas de reordenação das ordens menores do clero, o Papa removeu por 'obsoletos' os cargos de porteiro, exorcista e subdiácono, retendo os de leitor e acólito.
>
> Para estes dois últimos suprimiu a tonsura, pequena raspagem da cabeça em forma circular.
>
> Os decretos do Papa entram em vigor no primeiro de janeiro do ano que vem..."

A simples leitura destas disposições papais causa pena. Pensar que os bispos e o papa andam buscando a forma de enaltecer na Igreja o papel da mulher, é pensar que nossos prelados, possuídos de uma autossuficiência ilimitada e independente, se creem capacitados para corrigir o próprio Cristo, mudando as estruturas fundamentais e essenciais da igreja por Ele fundada. Mesmo permitir que as mulheres, sem "investidura formal de um bispo", possam efetuar leituras da Bíblia ou realizar determinados serviços do altar, como a distribuição da Sagrada Comunhão, é uma deformação, totalmente contrária à tradição, da própria instituição de Cristo. Em nenhuma parte da Escritura, nem da tradição, lemos que a mulher ocupasse um posto ativo nos serviços ministeriais, que o Senhor reservou, em seus desígnios inescrutáveis, aos varões, não às mulheres.

Em que vai consistir essa "investidura formal dos bispos" aos leitores e acólitos? Não se trata de uma ordem menor, já que os assim investidos não formam parte do clero, mas permanecem como seculares ordinários. Nesta reforma geral, tudo já resulta "obsoleto" na Igreja de Deus; a mesma razão que teve Paulo VI para abolir o subdiaconado e as ordens menores, poderia ser alegada para a supressão de todas as ordens. Toda esta contínua mudança fundamentou o Grande Oriente da França, quando, em tom ameaçador, escreve em "HUMANISME", nº de dezembro de 1969: "É preciso ressaltar que, se as estruturas tradicionais

desmoronarem, todo o resto cairá com elas. A Igreja não previu uma 'contestação' de tal envergadura; não está – de modo algum – melhor preparada para receber e assimilar esse espírito revolucionário, do que estava o Antigo Regime frente ao movimento das 'Luzes', em 1789. Não é o patíbulo o que espera o Papa; É A PROLIFERAÇÃO DE IGREJAS LOCAIS, ORGANIZANDO-SE DEMOCRATICAMENTE, derrubando as barreiras entre clérigos e seculares, criando seu próprio dogma, vivendo uma completa independência em relação a Roma". Já em 10 de abril de 1933 o mesmo Grande Oriente havia escrito: "É preciso decidirmo-nos a pensar, a crer, a afirmar que o que nos une na maçonaria é uma religião integral, total, universal, à qual deve se subordinar daqui em diante toda outra religião sobre a terra".

12.1. A DIALÉTICA MONTINIANA, CAUSA DA CONFUSÃO REINANTE

É indubitável que o Papa Montini tem uma habilidade extraordinária para desorientar as pessoas mais bem-intencionadas, sinceras e famintas de luz e de verdade. Para julgar Paulo VI, é necessário conhecer tudo o que fala, ler tudo o que escreve e, sobretudo, ter muito presente, com dados fidedignos, tudo o que faz. O segredo de sua atuação tão prolongada, sem que tenha surgido um protesto da hierarquia ou, pelo menos, de alguma parte dela, é essa dualidade em sua pessoa e em seus feitos e ditos. Eis aqui, por exemplo, algumas palavras suas, que poderiam desorientar a muitos.

Em sua recente viagem a Veneza, disse, perante as ordens religiosas:

> "Mas a tradição é, ademais, portadora de muitos valores. Basta pensar nos que se referem à disciplina eclesiástica, ao culto e à piedade cristã, à espiritualidade e ao ascetismo... Não é passividade reconhecer e apreciar os valores da tradição, mas uma atitude positiva, crítica e livre..." "Que patrimônio mais rico e mais precioso, aquele que corre o perigo de ser minado ou dispersado por certa mentalidade conformista, iconoclasta,

mundana e dessacralizante! É fácil tirar, suprimir, mas não o é tanto o substituir, quando se busca e se quer de verdade não uma substituição qualquer, mas uma substituição de autêntico valor".

Quem, ao ler essas palavras, poderia pensar que quem assim fala é o mesmo Papa Montini, que destroçou a tradição plurissecular da Igreja? Quem se atreveria a crer que é o mesmo pontífice que no coração de nossa catolicidade, na Eucaristia Sacrifício, Sacramento e Presença Real, não só dessacralizou, mas destruiu a verdade católica? E, no entanto, é ele, é ele mesmo, que, ao chegar a Udine, foi recebido pelos membros do Partido Comunista, alinhados ao longo da rua, por onde passou a comitiva papal, portando cartazes e faixas com legendas de boas-vindas e exortações a um diálogo entre cristãos e marxistas, para o bem da comunidade. Na Praça Primeiro de Maio, Paulo VI disse:

"Falamos para firmar as igrejas locais. Seria uma sorte tristíssima para elas perder o sentido da catolicidade do único povo de Deus, e ceder à tentação do separatismo, da autossuficiência, do pluralismo arbitrário, do cisma, esquecendo que para gozar da autêntica plenitude do espírito de Cristo, é necessário estar organicamente inserido no corpo de Cristo".

O Papa vê o perigo da desintegração da Igreja, dessas igrejas locais, proliferadas por todo o mundo, que, segundo o Grande Oriente da França, há de ser o patíbulo que o espera. Quando a autoridade perdeu seu sentido transcendente, quando se enalteceu o "homem" e os valores terrestres, equiparando-os aos valores sobrenaturais e divinos da graça, a autoridade está em crise; não podemos mais ter uma base inabalável para cimentar sobre ela nossa fé, nossa obediência católica, que se funda em Deus e não nas palavras variantes dos homens, ainda que quem nos fale se apresente dizendo "SOU PEDRO".

"As igrejas locais, diz Paulo VI, não constituem entidades diversas, mas ramos de um mesmo tronco, sarmentos da mesma videira, porções de uma só Igreja Unida... E denunciou uma áspera crítica preconcebida e feroz contra a Igreja, à qual se

acusa de estar em decadência e de ter membros medíocres... E mais que medíocres, acrescentou LE MONDE na versão que deu do discurso do pontífice."

"Muito grave deve ser a situação da Igreja – comenta o EXCELSIOR – no mundo, pois não obstante o 18º Congresso Eucarístico Italiano ter sido celebrado com grande fervor, e que à chegada do Papa centenas de milhares o aclamaram estrondosamente, seus temas não foram de alegria e confiança, mas neles predominaram suas intensas preocupações sobre as possibilidades de um cisma, suas amarguras pelas tendências dessacralizantes com prejuízo da casta sacerdotal, e seu desgosto ante as ásperas críticas à Igreja tida por decadente e a seus membros 'mais que medíocres'".

"Nestas circunstâncias é óbvio que a renúncia do pontífice a seu cargo seria de todo inoportuna. Um novo Papa poderia, como João XXIII, deixar livre a torrente renovadora e suas consequências escapam a todo cálculo. Ou bem a refrearia com maior energia e talvez provocasse os cismas, que tanto angustiam Paulo VI. Também poderia seguir a atitude de 'prudente indefinição', que segue o atual pontífice, e, neste caso, a mudança seria desnecessária e inútil. É preferível que seja a morte natural, cujo momento está reservado a Deus, a que determine a hora da mudança."

O "EXCELSIOR" reconhece a gravidade da situação presente e indiretamente confessa que o responsável por esta confusão é o próprio papa Montini, ao apresentar a disjuntiva da renúncia ou da não renúncia. O novo Papa pode seguir o caminho dos pontífices anteriores, deixando livre a torrente renovadora. As consequências desta libertinagem escapam a todo cálculo, diz o EXCELSIOR. Se o novo Papa for um Papa, se cumprir com seu dever de ser o fundamento, o princípio de unidade, de estabilidade e de coesão da Igreja, então pode, diz o jornalista, "vir o cisma". Mas, eu digo: o cisma já está dentro; a "nova economia do Evangelho", a "nova mentalidade", a religião do *aggiornamento*, do ecumenismo, do diálogo, não é a religião da Igreja de dois mil anos. Adiar a cura de tão graves doenças não as remedeia, as agrava. E prossegue o EXCELSIOR:

“Os observadores advertem que são muitos os indícios de que diminuiu o controle do Papa sobre a burocracia do Vaticano, e que os prelados tradicionalistas cresceram em seu predomínio. E, em apoio de sua tese, aludem ao recente incidente entre a Congregação do Clero e o cardeal espanhol Vicente Enrique Tarancón de Madri. O cardeal John Joseph Wright, prefeito de tal Congregação, distribuiu instruções secretas aos prelados e sacerdotes espanhóis, instando-os a desconhecer a decisão da Conferência Episcopal da Espanha a respeito de que a Igreja desse país deixará de servir como amanuense ou apoio ao regime do Gen. Francisco Franco. E, quando com justa indignação o cardeal Vicente Enrique Tarancón recorreu ao Papa, surpreendeu-se ao encontrar que este nada sabia das instruções emitidas pela congregação, e lhe deu uma carta para anulá-las.

Nós nos resistimos a interpretar este incidente como um indício da perda do domínio papal sobre os funcionários do Vaticano. Isto seria sumamente desvantajoso para Paulo VI e daria razão aos que criticam a Igreja por seus membros medíocres.

Inclinamo-nos antes a interpretá-lo como um signo da política de ‘indefinição prudente’. Não cremos que o cardeal John Joseph Wright tenha atuado às costas e na ignorância papal. Se assim tivesse sido, o congruente seria que o pontífice o tivesse destituído, ou ao menos o repreendido seriamente. E lembre-se que, pouco tempo depois deste incidente, Paulo VI fez um cálido elogio deste mesmo funcionário, no qual louvou seu desinteresse em servir à Santa Sé, pois para isso havia abandonado uma das dioceses mais belas e opulentas dos Estados Unidos.

É claro que no incidente com o cardeal Tarancón, deixou-se a uma autoridade inferior a definição adversa para que, no caso oferecido, a suprema tivesse a oportunidade de corrigir. Se o Papa não tivesse sido pressionado com a energia do prelado espanhol, teria mantido seu silêncio e jamais se definiria a favor ou contra as decisões da Conferência Episcopal Espanhola.

> Como não se definiu a respeito da interpretação que da 'HUMANAE VITAE' deu o mesmo cardeal John Joseph Wright, pela qual o uso de anticoncepcionais já é moralmente lícito, se se tem bom pretexto para empregá-los.
>
> Igualmente, não faz muito tempo, o Pe. Enrique Maza, S.J., em um fascinante artigo, nos dava conta do costume em algumas dioceses dos Estados Unidos, pelo qual os divorciados e novamente casados têm livre acesso aos sacramentos, com o qual praticamente se derruba a antiga intransigência da Igreja a respeito da dissolução do vínculo matrimonial, cuja principal consequência era declarar inábeis os casados pela segunda vez (não tendo morrido seu legítimo cônjuge) a participar dos sacramentos, pois se considerava que viviam em pecado. E, sobre esta mentalidade (que por certo aplaudimos por se fundar no espírito de caridade que deveria imperar na Igreja), nada disse o Sumo Pontífice, seja em sua aprovação ou em sua reprovação.
>
> Indefinição que, se há de ser superada, só Paulo VI deverá fazê-lo, o que constitui uma razão a mais para que não renuncie."

"Indefinição prudente" chama o jornalista à política de Juan B. Montini: um pêndulo que oscila entre a torrente renovadora de imprevisíveis consequências e o cisma ameaçador daqueles que, acostumados já a fazer e dizer o que bem entendem, não tolerariam a repressão de uma autoridade suprema, que, cumprindo com seu dever, fizesse valer seus direitos. É esta a missão de um legítimo sucessor de PEDRO? Foi esta a missão que Cristo deu a seu Vigário na terra? O comentarista do EXCELSIOR se resiste a pensar que o incidente do cardeal Vicente Enrique Tarancón seja um indício da perda de autoridade no governo de Paulo VI. Não; eu tampouco creio que seja uma perda de autoridade, mas um abuso de autoridade, que, com habilidade sobre-humana, está levando à prática, valendo-se do já muito conhecido método do jogo duplo, um programa verdadeiramente demolidor. Este

único argumento seria bastante para duvidar da legitimidade do Papa Montini.

Se o cardeal Wright não atuou às costas de Paulo VI, a atitude do pontífice ante a reação violenta do cardeal Tarancón deveria ter sido o respaldo, sereno e prudente, do pontífice às disposições dadas pelo Secretário da Sagrada Congregação do Clero, já que este havia procedido de acordo com ele. Paulo VI queria atuar por terceira pessoa, aparentando ignorância do assunto, para deixar aberta a porta, e poder assim tirar de si toda a responsabilidade, em caso de um protesto do Presidente da Conferência Episcopal Espanhola. Tem razão o jornalista do Excelsior: "deixou-se a uma autoridade inferior (o cardeal Wright) a definição adversa, para que, no caso oferecido, a suprema (autoridade) tivesse a oportunidade de corrigir" (não; não corrigir, mas retratar-se).

E a observação que, a seguir, acrescenta o jornalista do EXCELSIOR, é ainda mais eloquente e mais probatória: "Se o papa não tivesse sido pressionado com a energia do prelado espanhol, teria mantido seu silêncio e jamais se definiria a favor ou contra as decisões da Conferência Episcopal Espanhola". Se esta hipótese é a verdadeira, teríamos que reconhecer, com toda a dor da alma, que o Papa Montini é uma pessoa inescrupulosa que, quando o caso o requer, simula ignorância, para dar o golpe demolidor, por algum de seus incondicionais subalternos. Por isso, observa o jornalista, "Paulo VI fez um cálido elogio deste mesmo funcionário (o cardeal Wright) no qual louvou seu desinteresse em servir à Santa Sé, pois, para isso, havia abandonado uma das dioceses mais belas e opulentas dos Estados Unidos". E confirma ainda mais sua hipótese, que já resulta tese, com outro exemplo do Papa Montini, com relação ao mesmo Secretário da Congregação do Clero: "Como não se definiu (Paulo VI) a respeito da interpretação que da 'Humanae Vitae' deu o mesmo cardeal John Joseph Wright, pela qual o uso de anticoncepcionais já é moralmente lícito, se se tem um bom pretexto para empregá-los". Se a hipótese for verdadeira, teríamos que concluir que para Juan B. Montini o fim justifica os meios, por piores que estes sejam.

12.2. UM NOVO "AGGIORNAMENTO" DA IGREJA

Cada dia nos encontramos com uma novidade, com uma nova mudança espetacular na Igreja de Deus. O pontífice nos disse, há poucos dias, em Veneza: "Mas a tradição é ademais portadora de muitos valores. Basta pensar nos que se referem à disciplina eclesiástica, ao culto e à piedade cristã"; e hoje, lemos no diário do México "EL UNIVERSAL":

> **(United Press International) CIDADE DO VATICANO, 28 de setembro.** – O Papa Paulo VI está preparando uma das maiores reformas de seus nove anos de reinado pontifício, consistente em uma mudança no milenar sistema do conclave, mediante o qual são eleitos os pontífices.
>
> Fontes do Vaticano disseram que as modificações provavelmente contemplam o estabelecimento de um congresso que se encarregará de designar os novos cardeais e uma reestruturação do gabinete do Papa no início do próximo ano.
>
> O pontífice de 75 anos vem trabalhando na reforma – que foi submetida a várias mudanças – em sua residência de verão de Castelgandolfo, disseram essas fontes.
>
> Pouco se sabe acerca da mesma, exceto que o Papa aparentemente deseja conceder a alguns bispos e cardeais participação no processo de eleição de seu sucessor.
>
> O pontífice estaria considerando também a possibilidade de incluir leigos no processo de seleção.
>
> Fontes da Santa Sé disseram que provavelmente o papa incluirá deliberações da hierarquia episcopal no conclave, elevando para 200 o número de eleitores. Em muitos casos, a hierarquia destas Conferências é formada por cardeais.
>
> As fontes expressaram, ao mesmo tempo, que o papa está considerando a possibilidade de transferir o conclave da Capela

> Sistina para o moderno salão construído para a celebração do Sínodo Internacional de Bispos que teve lugar no ano passado.
>
> A assembleia não continuaria sendo estritamente um 'conclave'. Sempre, nestas ocasiões e seguindo a tradição desde o ano de 1216, os cardeais permaneceram fechados e isolados para evitar serem influenciados pelo resto dos religiosos. Aos cardeais foi confiada a eleição do papa em 1179."

Não resta dúvida, esta "reforma" é a mais sensacional e a de maiores consequências para o futuro da Igreja, de todas as inumeráveis que Juan B. Montini já fez. Há tempos que se falava em Roma deste projeto montiniano, que, nas circunstâncias atuais e dadas as reformas precedentes, vem não só a garantir a "autodemolição" que o Papa Montini fez da Igreja, mas também a assegurar a continuação dessa obra, que, humanamente falando, vai levando a Igreja à sua destruição, para preparar o advento da igreja universal da fraternidade, no governo mundial da "máfia sionista".

Progressivamente, Juan B. Montini, depois de ter tirado sua tiara papal e de a ter posto em leilão público na feira de Nova York; depois de ter estabelecido essas "Conferências Episcopais", como um corpo não meramente consultivo, mas deliberativo, legislativo, e até executivo, das igrejas locais, das quais falava o Grande Oriente da França; depois de ter concedido graciosamente todas as faculdades, que o antigo direito sabiamente tinha reservadas ao Romano Pontífice, à Sede Apostólica, aos bispos do mundo inteiro; depois de ter estabelecido os sínodos estáveis, que converteram a Igreja em uma igreja parlamentar e democrática, agora nos anuncia – porque esses rumores são anúncios velados – a mudança radical da eleição pontifícia, com a qual garante e assegura a eleição futura do sucessor que siga as mesmas diretrizes de seu governo autodemolidor.

12.3. A PROVA DA ILEGITIMIDADE DE PAULO VI

Tudo o que até aqui foi dito e escrito em todo o mundo acerca do governo funesto de Paulo VI são argumentos inequívocos, que

comprometem a legitimidade de seu pontificado. Um Papa verdadeiramente católico não se teria atrevido a fazer mudanças tão profundas, tão radicais, tão contínuas nas estruturas da Igreja, especialmente naquilo que constitui o coração, o centro mesmo de nossa sacrossanta religião, como é a Eucaristia. Todas essas reformas litúrgicas não tenderam a nos tornar mais tangível a sacralidade de tão tremendos e sublimes mistérios, compêndio de todas as maravilhas que Deus fez ao homem, mas, pelo contrário, todas essas contínuas mudanças foram encaminhadas a "dessacralizar" o mais santo, a converter os atos litúrgicos em verdadeiras profanações, em execráveis e abomináveis sacrilégios.

Já falei da inaudita reforma – chamemo-la assim – que há poucas semanas se fez, na diocese de Louisiana, nos Estados Unidos, em perfeita negação das leis, não mudadas e imutáveis, da Igreja sobre o Matrimônio. Segundo essa novidade "permite-se aos divorciados e novamente casados receber os sacramentos, se eles com 'boa consciência' têm razão para pensar que seu primeiro matrimônio foi inválido".

A Sociedade Canadense de Direito Canônico, nesta mesma linha, está urgindo os bispos para que acelerem as decisões dos tribunais encarregados de julgar os assuntos relacionados com o matrimônio e para que aceitem o conceito da "boa consciência", para que os divorciados e novamente casados possam livremente se aproximar para receber os sacramentos. É um assunto "pastoral", e com esta fórmula tudo é agora lícito para os "progressistas". E os bispos se calam; e o Pontífice continua fazendo suas alocuções ortodoxas, enquanto permite que continuem a desmoronar-se os ensinamentos tradicionais e apostólicos da Igreja Católica.

Mas, o ponto culminante da autodemolição da Igreja, o ponto básico que separa o verdadeiro tradicionalismo do progressismo e das falsas direitas, é, já o indicamos muitas vezes, em perfeita harmonia com os grandes teólogos da resistência católica contra a autodemolição da Igreja, o do *NOVUS ORDO*, o da missa protestantizada e até judaizada, que, por desgraça, foi imposta pelas Conferências Episcopais, fiéis instrumentos das diretrizes demolidoras de Paulo VI. Em sua magnífica obra "O

GRANDE SACRILÉGIO" (*THE GREAT SACRILEGE*), o Pe. James F. Wathen, O.S.J., prova os seguintes pontos:

1. Que o "Novus Ordo" não se apoia na infalibilidade papal.
2. Que a Constituição Apostólica "Missale Romanum" de Paulo VI é nula e inválida.
3. Que a Constituição Apostólica "Quo Primum" do Papa São Pio V tem plena vigência.
4. Que a Missa chamada "tridentina" é a única Missa do Rito Latino.
5. Que a "Nova Missa" é nova.
6. Que a "Nova Missa" é ilegal.
7. Que a "Nova Missa" é imoral.
8. Que a "Nova Missa" não é católica.
9. Que a "Nova Missa" – se é que nós cremos no Concílio de Trento e nos documentos oficiais da Igreja – não é Missa.
10. Que a "Nova Missa" é o GRANDE SACRILÉGIO.

Apesar do muito que se disse e escreveu sobre este candente tema, devo recordar aos seculares, que sem serem teólogos, nem terem estudado teologia querem impor-nos seu critério pessoal, sem base nem fundamento algum, que a validade ou invalidade das novas missas não pode ser definida pelo juízo de leigos, mas pela autoridade do Magistério; e que, ao se declararem defensores da nova missa, estão sofrendo um anacronismo doutrinal, com um atraso de cinco séculos. O Concílio de Florença em 1442 declarou em seu Decreto para os Gregos e Armênios: "*Verum quia in suprascripto decreto Armenorum non est explicata forma verborum, quibus in consecratione corporis et sanguinis Domini sacrosancta Romana Ecclesia, Apostolorum doctrina et auctoritate firmata, semper uti consueverat, illam praesentibus duximis inserendam. In consecratione corporis hac utitur forma verborum: HOC EST ENIM CORPUS MEUM; sanguis vero: HIC EST ENIM CALIX SANGUINIS MEI, NOVI ET AETERNI TESTAMENTI, MYSTERIUM FIDEI, QUI PRO VOBIS ET PRO MULTIS EFFUNDETUR IN REMISSIONEM PECCATORUM*".

E traduzo para os que ignoram o latim: "Dado que no decreto antes dito para os armênios, não se expressou a fórmula (as palavras da

fórmula), a qual (ou as quais), na consagração do corpo e do sangue do Senhor, a sacrossanta Igreja Romana, apoiada pela doutrina e autoridade dos Apóstolos, sempre costumou usar, julgamos conveniente inseri-las aqui. Na consagração do corpo, usa-se esta fórmula (estas palavras): 'Porque este é o meu Corpo'; na do sangue: 'Porque este é o cálice do meu Sangue, do novo e eterno testamento; mistério da fé, que por vós e por muitos será derramado, em remissão dos pecados'." (Denzinger 715).

Estas palavras são de um Concílio Ecumênico, doutrinal, dogmático e, por isso mesmo, infalíveis. Sobre esta base, o Missal Romano de São Pio V ordena aos sacerdotes aderirem a esta fórmula estritamente. No capítulo intitulado "*De defectibus*" (O que concerne aos defeitos), depois de ter dado exatamente as mesmas palavras do decreto citado, o "Missale" continua: "Se alguém tira ou muda algo na fórmula da Consagração do Corpo ou do Sangue, e por esta mudança de palavras não significa a mesma coisa, que expressam estas palavras, não consagra (não realiza o Sacramento)". Segundo estas palavras definitivas, não há consagração válida do vinho (e possivelmente tampouco do pão) nessas missas modernas. E a razão é clara, para quem não queira cegar-se em sua soberba.

Uma Missa é válida e lícita, quando o sacerdote celebrante faz o que Cristo fez e com a mesma intenção que Cristo teve. É assim que aquele que usa a nova fórmula vernácula da consagração do vinho, não só não tem a intenção de Cristo, mas positivamente a exclui, incorrendo evidentemente no defeito de que fala o "Missale Romanum", que invalida, segundo vimos acima, o Sacrifício. Logo, a nova missa é inválida.

Para provar a premissa menor do silogismo, além do decreto já mencionado para os Gregos e Armênios e das razões intrínsecas em que dito Decreto se funda, temos a autoridade do Tridentino, claramente explicada no Catecismo feito e ordenado por esse Concílio, também ecumênico e também dogmático; e, pela doutrina dogmática da sessão XXII, cap. 1, Da Instituição do Sacrifício da Missa, onde claramente se expressa a intenção de Cristo ao instituir este augusto Sacrifício do Altar, distinto do Sacrifício Cruento do Calvário. Aos que se escusam no grego

da decadência para defender sua posição herética, que quer confundir, segundo as teses luteranas, o dogma da Redenção com o da Justificação por Jesus Cristo, recomendamos que voltem a recordar um pouco seu estudo do grego, para poderem apreciar essas minuciosidades (Cf. Denzinger 938 e 942).

Alguns se empenham, para defender sua tese anticatólica, em dizer que para uma válida consagração, basta dizer: "ESTE É O MEU CORPO", "ESTE É O MEU SANGUE". Supondo, não concedendo, que assim fosse, não é este o caso da nova missa, em suas fórmulas vernáculas, onde se acrescentam estas palavras que contrariam e excluem a intenção de Cristo: QUE POR VÓS E POR TODOS OS HOMENS SERÁ DERRAMADA. O futuro do verbo "será derramada" certamente se refere ao Sacrifício do Calvário, mas Cristo no Cenáculo instituiu outro verdadeiro e real sacrifício, não para nos redimir, mas para nos justificar; sacrifício que havia de durar até a consumação dos séculos, ainda que seja nas catacumbas.

E basta dizer corretamente a fórmula da consagração do Pão, para que, pelo menos, tenhamos a transubstanciação, embora não o sacrifício, já que só pela mística separação do Corpo e do Sangue está Cristo sobre o altar em estado de vítima? Eu opino que o sacerdote que, com toda intenção, aceita as fórmulas vernáculas da nova missa, está, como disse, excluindo a intenção de Cristo e, por isso mesmo, desde o princípio da consagração se coloca em uma situação em que não pode atuar em nome de Cristo, com o poder de Cristo. Não há transubstanciação; não há Sacramento.

Eis aqui a grande prova para duvidar e negar a legitimidade do papa Montini. Como pode ser legítimo um papa, que praticamente deixou a Igreja sem o Santo Sacrifício da Missa, sem o Santíssimo Sacramento do altar, sem a vida eucarística, que era a alma, a vida da Igreja? Inúteis foram as severas advertências dos Cardeais Ottaviani e Bacci; inútil o breve exame crítico, feito, sob a direção do Prefeito do Santo Ofício pelos melhores teólogos, canonistas e párocos de Roma; inúteis os milhões de telegramas e cartas que chegaram e continuam chegando ao Vaticano para

protestar por tão sacrílego atentado. Juan B. Montini, o fraco, segundo dizem, Paulo VI, se manteve inabalável em sua postura, que é destruidora não só da Eucaristia, mas da Igreja Católica. “Destruamos a Missa, dizia Lutero, e teremos destruído a Igreja”.

E assim sucedeu: as reformas litúrgicas, que tanto agradaram a Dom Sergio, o de Cuernavaca, e a todos os seus seguidores e admiradores, abriram passo a todas as heresias, a todos os escândalos, a toda esta espantosa REVOLUÇÃO na Igreja de Deus. O que ficou de pé? Esta é a grande apostasia anunciada por Daniel (cap. 8) e por São Paulo! Este é o reinado de Satanás! Depois destas palavras, minha primeira pergunta já está respondida: JOÃO BATISTA MONTINI NÃO É UM PAPA LEGÍTIMO. Foi eleito validamente? Já disse que, ao que parece, se cumpriram as formalidades canônicas para uma reta eleição. Mas, esta eleição *de jure* não é suficiente para que seja válida. Necessita-se que o eleito fosse sujeito capaz de ser eleito. Pois bem, considerando todos os adjuntos pessoais de Juan B. Montini, não creio que seja temerário chegar a dizer que, ao ser eleito, ele não tinha nossa fé; que era um infiltrado, habilmente preparado e discretamente aconselhado, para dirigir, de cima, a autodemolição da Igreja. Eu sei muito bem que ele, em seus discursos turísticos, frequentemente se lamenta e parece condenar as heresias, a imoralidade, as horrendas profanações, a desordem incrível, que estamos presenciando; mas esses lamentos não são sinceros, essa condenação não é compatível com as atrocidades que, com sua ciência e consciência, estão sendo levadas a cabo, em todo o mundo, com a colaboração de seus amigos: os judeus, os maçons e o comunismo internacional.

A última reforma, que no dia de hoje nos anuncia a grande imprensa mundial sobre a eleição de seu sucessor, é um gesto a mais que denuncia o plano preconcebido e habilmente realizado por Paulo VI. Antes de partir para a Austrália e Filipinas, onde, por pouco, perdeu a vida, quis também dar outro golpe para assegurar seu programa destruidor, eliminando de uma penada o direito que secularmente tinham todos os cardeais hábeis para assistir ao conclave e eleger seu sucessor. Pensou que ainda restavam alguns cardeais tradicionalistas, que, talvez, pudessem impedir, com uma indesejável eleição, que toda sua obra reformista ficasse paralisada pela

atitude enérgica de um verdadeiro Papa. Juan B. Montini e seu Secretário de Estado, o cardeal Villot, e Danielou e Benelli estão muito cuidadosos para não pôr a perder, na última hora, a protestantização e a judaização da Igreja.

Mas, supondo que os dados tão abundantes, que temos, para duvidar da ortodoxia de Juan B. Montini, ao tempo de sua eleição; dados, que são amplamente conhecidos não só em Roma, mas em muitas outras partes da Itália e de fora da Itália, fossem insuficientes para que a eleição de Paulo VI, canonicamente válida, *in radice* também fosse inválida; em tal caso, é mais evidente, depois do muito que já dissemos (sem esgotar, por isso, a matéria), que Paulo VI, ao continuar esse Concílio revolucionário e destruidor, ao publicar seus documentos, ao impor essa missa, que "impressionantemente se afasta da teologia católica do Concílio de Trento", e que, portanto, favorece a heresia e faz com que essa missa seja pecaminosa para os fiéis, ao não cumprir com os deveres fundamentais de um Papa, ao arrastar a Igreja a esta confusão, a este desarranjo, a esta ruína espiritual de tantas almas, especialmente de sacerdotes e religiosos, deixou de ser papa, porque deixou de ser fundamento, a rocha inabalável, caindo ele pessoalmente na heresia: uma heresia que se obstina, que não cede, que quer, em ecumênico abraço, fundir todas as religiões, enaltecendo o homem e os valores humanos, sobre Deus e os valores divinos.

Alguns de meus leitores se estremecerão ao ler estas páginas; crerão que perdi a fé e caí no cisma. Mas os que assim pensam não se lembram de que todo o respeito, toda a obediência, todo o amor filial que devemos a um legítimo Papa, segundo a doutrina da fé católica, é de todo indevido a um usurpador ou a um traidor de Cristo, que nunca foi ou já não é agora, depois de sua defecção, um legítimo Papa.

CAPÍTULO 13

O ECUMENISMO, MEIO EFICAZ PARA A AUTODEMOLIÇÃO DA IGREJA

Embora já nas páginas anteriores tenhamos falado do "ecumenismo", parece, no entanto, necessário insistir em ponto tão importante, já que o movimento ecumênico tem sido não apenas o passaporte seguro para que os "separados" se introduzam livremente na Igreja, façam nela um intenso trabalho de proselitismo, mas, sem resistência alguma, a título de exegese e teologia liberal, eliminem e destruam nossa teologia e nossa filosofia perene.

Em setembro do ano passado (1971), a Comissão Mista Anglicana-Católica redigiu um documento, uma espécie de primeiro acordo comum, que foi publicado em 30 de dezembro e constitui, segundo eles, um acontecimento histórico, porque é o primeiro acordo doutrinal entre o anglicanismo e o catolicismo, desde a separação entre Roma e Canterbury. Foi por acaso um triunfo de Roma? Foi o reconhecimento de alguns erros, que haviam arrancado esse, em outros tempos, pujante ramo do tronco duas vezes milenar da verdadeira e única Igreja de Jesus Cristo? Não; nada disso. Nem os anglicanos, nem os ortodoxos não católicos, nem nenhuma das seitas protestantes estão dispostas a buscar a "unidade", à custa do reconhecimento de seus próprios erros. O dito documento "não compromete mais que os membros da comissão mista"; é, como disse o arcebispo católico Dwyer, "um documento de teólogos". É, penso eu, o primeiro passo para o compromisso e a capitulação.

Que mais provas poderiam nos pedir os anglicanos da sinceridade com que buscamos a união com eles? Aceitamos e seguimos o mesmo caminho do reformador Thomas Cranmer, para a protestantização da Igreja: o Arcebispo de Canterbury, que gozou de todo o poder na esfera religiosa, de 1547 a 1553.

Cranmer foi sincero ao declarar suas intenções e não pretendeu nunca ocultar sua opinião, segundo a qual, o poder "da grande prostituta, isto é, a pestífera Sé de Roma" repousa "na doutrina papal da 'transubstanciação', da Presença Real da carne e sangue de Cristo, no sacramento do altar (como eles o chamam) e no sacrifício e na oblação de Cristo, feita pelo sacerdote, para salvação dos vivos e dos mortos". Os meios principais que ele usou para levar adiante seu programa destruidor foram três: a língua vernácula, a substituição do altar pela Santa Mesa e as mudanças feitas no Cânon da Missa.

Em suas ânsias de abraço ecumênico, Juan B. Montini já havia aceitado seguir, com a implantação de seu "Novus Ordo Missae", essas três substanciais mudanças do reformador anglicano: contra o definido e decretado em Trento, impôs-se o uso das línguas vernáculas, abolindo praticamente o latim; eliminaram-se ou destruíram-se os altares, para pôr em seu lugar a "mesa" e, finalmente, adulterou-se substancialmente o Cânon; até o nome de Cânon foi trocado pelo de "Orações Eucarísticas".

Parece que em Roma causou grande inquietação a enorme publicidade dada ao texto da Comissão mista, já que, apoiando-se nesse documento, os fiéis poderiam pensar que já se haviam dado as condições necessárias para a "intercomunhão entre as duas Igrejas". Na realidade, para uma pessoa bem preparada, o truque é manifesto: como pode haver intercomunhão entre duas Igrejas distintas? Não é uma intercomunhão o que devemos buscar, mas uma conversão total da Igreja anglicana e das seitas protestantes à verdadeira e única Igreja de Jesus Cristo. Aqui não se trata de ritos, mas de dogmas.

A intenção dos doze católicos e dos doze anglicanos, que formavam a comissão, era "a busca de uma compreensão mais profunda desta realidade que é a Eucaristia, mais conforme ao ensinamento da Escritura e à tradição de nossa herança comum". Por isso se evita recorrer, tanto às fórmulas do Concílio de Trento, como aos 39 artigos, nos quais a Igreja Anglicana expressou sua fé, quando se separou de Roma. Atitude e tática, na verdade, incompreensível! Como pode um católico, nem a título de estratégia, prescindir em seu diálogo de uma doutrina certa, dogmática,

infalível? Esta é, a meu modo de ver, uma prova apodítica das desviações intrínsecas que em si encerra o "movimento ecumênico", que o Vaticano II atribui à ação do Espírito Santo. Vejamos agora, como a Comissão mista define a Eucaristia:

O documento da comissão mista define a Eucaristia como o "memorial" da vida, da morte, da ressurreição de Cristo "efetuada de uma vez por todas na história". "Deus, diz o texto, deu a Eucaristia à sua Igreja como um meio, pelo qual se anuncia e se torna eficaz na Igreja a obra redentora de Cristo na Cruz. O termo memorial, tal como se compreendia na celebração pascal nos tempos de Cristo – isto é, tornar efetivamente presente um acontecimento do passado – abriu o caminho para uma melhor inteligência da relação entre o sacrifício de Cristo e a Eucaristia. Assim pois, o memorial eucarístico não é a simples recordação de um acontecimento passado ou de seu significado, mas a proclamação eficaz da obra poderosa de Deus, feita pela Igreja". Presença de Cristo, mas presença espiritual, não real!

Nesta definição, bem analisada e compreendida, vemos que a doutrina católica de Trento "impressionantemente" se desvanece, se elimina, para deixar o lugar à doutrina de Cranmer. A essência da Eucaristia, segundo a doutrina Católica, não é o memorial, mas o SACRIFÍCIO, verdadeiro e real sacrifício, repetição ou continuação incruenta do Sacrifício da Cruz, para nos aplicar os frutos redentores e para recordar a Paixão e morte do Senhor.

A celebração pascal, nos tempos de Cristo, era um memorial, ao mesmo tempo recordatório da libertação de Israel do povo egípcio, e representativo da libertação que na Cruz Cristo iria fazer da humanidade prevaricadora. A celebração pascal, em nossa Igreja, não se assimila em nada com a páscoa judaica. É, como dissemos antes, a libertação não do povo judeu, mas de toda a humanidade, pela redenção de Cristo no Calvário; e, a eucaristia, torna efetivamente presente o mesmo sacrifício do Calvário, de uma maneira incruenta e para nos aplicar os frutos salvíficos dessa Redenção, não por uma "proclamação", mas, volto de novo a dizê-lo, por uma repetição real e verdadeira do Sacrifício da Cruz.

A Comissão mista acreditou estabelecer a ponte entre a doutrina católica e a doutrina de Cranmer, dizendo que a Eucaristia não é uma simples recordação de um acontecimento passado, mas a "proclamação eficaz" da obra poderosa de Deus feita em sua Igreja. Não; a doutrina católica é totalmente oposta a esta explicação ou definição de marcado tom protestante. Na Missa não só proclamamos o Sacrifício da Cruz, nem só alcançamos por esta proclamação os frutos redentores, mas se oferece a Deus Pai um Sacrifício, a saber, o Corpo e o Sangue do Senhor, em ordem a obter o perdão dos pecados e a salvação de vivos e mortos". "O povo deve saber, dizia Cranmer, que Cristo não está física, realmente presente no sacramento, mas apenas naqueles que dignamente o recebem." "O comer e beber a carne e o sangue de Cristo, não deve ser entendido segundo o sentido ordinário, com a boca e os dentes, para comer uma coisa que está presente, mas com uma fé viva, no coração e na mente, para digerir algo que está ausente". O novo rito, que Cranmer inventou para substanciar esta crença, "a administração da Santa Ceia", não devia ter nada que se assemelhasse à "nunca suficientemente execrada Missa". E o fato de que na Missa "se oferecesse a Deus Pai um Sacrifício, a saber, o Corpo e o Sangue do Senhor, real e verdadeiramente, em ordem a obter o perdão dos pecados e a salvação de vivos e mortos" foi declarado por Cranmer como uma heresia, merecedora de morte".

Segundo o documento da Comissão mista anglicana-católica, a Eucaristia (não se aceita o nome de Missa) é o "memorial da vida, morte e ressurreição de Cristo; é um meio pelo qual se anuncia e se torna eficaz na vida da Igreja a obra redentora de Cristo na Cruz"; mas, como? Vejamos o que nos diz o documento: "A comunhão em Cristo, na Eucaristia, supõe sua presença verdadeira, eficaz e significada pelo pão e o vinho, que neste mistério, se tornam em seu corpo e em seu sangue. A presença real do corpo e do sangue de Cristo, no entanto, não pode ser compreendida senão dentro do contexto da obra redentora, pela qual se dá a si mesmo, e pela qual dá aos seus, em si mesmo, a reconciliação, a paz e a vida". "O corpo e o sangue sacramentais do Salvador se encontram presentes, como uma oferenda ao crente que espera seu regresso. Quando esta oferenda é

recebida com fé, produz um encontro vivificador...” De novo: presença espiritual, sim, mas não transubstanciação.

Tudo é aqui ambiguidade, tudo confusão, para negar a doutrina católica e para reafirmar a doutrina anglicana. Na Santa Missa (não a Ceia, não o memorial) não só se anuncia e se torna eficaz, na vida da Igreja, a obra redentora de Cristo na Cruz, o mistério da REDENÇÃO, mas se reproduz, real e verdadeiramente, de um modo incruento, o Sacrifício do Calvário. O termo “memorial” deve ser entendido, diz a Comissão, como se entendia na celebração pascal nos tempos de Cristo. Isto é, como a ceia legal, com que o povo judeu tornava, de certo modo, presente o acontecimento passado de sua libertação do Egito. Assim a “Ceia”, não a “Missa”, torna, de certo modo, presente a vida, morte e ressurreição de Cristo; não porque se repita no altar o sacrifício da Cruz, mas porque o pão e o vinho, que estão presentes sobre a mesa, significam, representam atualmente a vida, morte e ressurreição do Senhor, que são acontecimentos já passados. E não é esta Ceia uma simples recordação de um acontecimento passado, mas uma proclamação da obra poderosa de Deus, feita pela Igreja. Assim se explica a afirmação do sacerdote e a aclamação do povo, no “Novus Ordo”, depois de se ter dito a fórmula consecratória: “EIS O MISTÉRIO DA FÉ” (*ESTE ES EL SACRAMENTO DE NUESTRA FE*), diz o sacerdote; e o povo contesta: “Anunciamos a vossa morte, proclamamos a vossa ressurreição. Vinde, Senhor Jesus!” “Todas as vezes que comemos deste pão e bebemos deste cálice, anunciamos a vossa morte, Senhor, até que venhais”. “Pela vossa Cruz e ressurreição nos salvastes, Senhor!”

A comunhão em Cristo (notemos bem: não de Cristo), na Eucaristia, supõe sua presença verdadeira, eficaz e significada pelo pão e pelo vinho, que, neste mistério, se tornam em seu corpo e seu sangue. “A presença real do corpo e do sangue de Cristo, no entanto, não pode ser compreendida senão dentro do contexto da obra redentora”. Eis aqui uma evidente contradição; uma concessão feita pelos doze teólogos católicos aos doze teólogos protestantes: “A comunhão em Cristo; não o sacrifício na consagração, na transubstanciação, supõe a presença verdadeira, eficaz, significada pelo pão e pelo vinho, (que, pelo visto, estão substancialmente

no altar), apesar de o documento nos dizer que o pão e o vinho "se tornam no corpo e no sangue de Cristo"; porque "esta presença real não pode ser compreendida senão dentro do contexto da obra redentora, (não da obra Justificadora, santificadora), pela qual Cristo se dá a si mesmo, e pela qual dá aos seus, em si mesmo, a reconciliação, a paz e a vida". Presença real, mas espiritual: aí está o truque.

No meio desta confusão de termos e de conceitos, o que se vê muito claro é que a Comissão, em seu documento, aceitou a negação intransigente dos anglicanos e de todos os protestantes, acerca da "transubstanciação" eucarística, por isso lemos, depois: "O termo transubstanciação, na Igreja Católica Romana, é tomado habitualmente para indicar que Deus, atuando na Eucaristia, efetua uma mudança na realidade interna dos elementos. Este termo há de ser considerado como uma afirmação do fato da presença de Cristo e da mudança misteriosa e radical que se leva a cabo. Na teologia católica contemporânea, este termo não é compreendido como indicando a forma como essa mudança se realiza". Outra maneira de dizer que se trata da presença real, sim, mas espiritual, não física.

Nessas últimas palavras, encontramos já a negação ou dissimulação, quando menos, da transubstanciação, como a teologia dogmática, infalível e imutável do Concílio de Trento, a entende. Na Profissão de Fé Tridentina, que, segundo a Bula de Pio IV "*INIUNCTUM NOBIS*" de 13 de novembro de 1564, devíamos fazer todos os sacerdotes, encontra-se clara a teologia católica, que, segundo esses teólogos progressistas, já não é a doutrina da Igreja: "*Profiteor pariter in Missa offerri Deo verum, proprium et propitiatorium sacrificium, pro vivis et defunctis, atque in sanctissimo Eucharistiae sacramento esse vere, realiter et substantialiter corpus et sanguinem, una cum anima et divinitate Domini Nostri Iesu Christi, fierique conversionem totius substantiae panis in corpus et totius substantiae vini in sanguinem, quam conversionem catholica Ecclesia transsubstantiationem appellat. Fateor etiam sub altera tantum specie, totum atque integrum Christum verumque sacramentum sumi*". (Confesso do mesmo modo que na Missa se oferece a Deus um verdadeiro, próprio e propiciatório sacrifício, pelos vivos e pelos defuntos, e que, no Santíssimo

Sacramento da Eucaristia, está verdadeira, real e substancialmente o corpo e o sangue com a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo, e que se faz uma conversão de toda a substância do pão no corpo, e de toda a substância do vinho no sangue, a qual conversão a Igreja Católica chama transubstanciação. E confesso também que sob uma só das espécies se recebe a todo e íntegro Cristo e ao verdadeiro sacramento).

Depois destas palavras, não sei como os assim chamados teólogos católicos puderam afirmar nesse documento que "na teologia católica contemporânea – a da Igreja montiniana – este termo (transubstanciação) não é compreendido como indicando a forma como essa mudança se realiza". Eis aqui a prova inequívoca da mudança que o neomodernismo, a igreja montiniana, quis fazer nos dogmas mais importantes e sagrados de nossa fé católica. O "ecumenismo" de Bea, de Willebrands, do Vaticano II, de Juan B. Montini, é a mais negra traição à nossa fé católica; é o transbordo ideológico para as seitas protestantes.

13.1. OUTRA VEZ OS JESUÍTAS

De 2 a 12 de agosto, realizou-se em Lovaina, no escolasticado dos jesuítas flamengos, a reunião de Fé e Constituição, a mais importante comissão do Conselho Ecumênico das Igrejas. Ocupa-se das questões doutrinais, que estão no coração do ecumenismo. Seu ofício próprio foi confirmado em Lovaina, e é: "proclamar a unidade essencial da Igreja de Cristo e manifestá-la como uma necessidade para a missão e a evangelização". Mas falou-se de uma mudança de perspectiva, enquanto que a unidade das Igrejas será considerada em sua relação com a unidade da humanidade, da qual seria como o modelo e o fermento. É como passar da teologia à antropologia, de Deus ao homem. Isto pode facilitar a colaboração das Igrejas, nos campos humanitários, e a colaboração é um fator de unidade.

Isto sim que é um transbordo ideológico, que manifestamente nos está dizendo o fim do "ecumenismo montiniano"! : "é como passar da teologia à antropologia, de Deus ao homem". E, nesta atividade, estão

comprometidos os jesuítas, que graciosamente oferecem sua casa de formação, para celebrar tão incrível reunião. Também em seu escolasticado de Woodstock, Maryland, E.U.A., como já vimos, trabalhou, em maio deste ano, a Comissão Mista Anglicana-Católica, no espinhoso assunto dos ministérios.

Não sendo, por ora, factível, chegar a uma transação na ordem teológica com os "separados", era preciso buscar um acordo, na ordem antropológica, humana. Talvez esta união antropológica sirva depois para chegar a um entendimento doutrinal, no qual com certas reservas, certas mudanças, certa "nova economia do Evangelho, certa nova mentalidade" se possa chegar a um sincretismo religioso, pacífico, amigável, humano; no qual primeiro está o homem e depois, só depois, está Deus. Como seria a proposição a ser discutida, que um teólogo russo, Meyendorff, que presidia a reunião, se mostrou contrário a esta mudança de perspectiva, que já havia sido proposta e louvada na assembleia de Upsala em 1968! "É verdade que as Igrejas devem se ocupar do homem e de seu bem-estar. O desígnio do Criador compreende todos os homens e destina a Igreja para o bem dos mesmos, mesmo o material. Mas a ordem terrestre não é a tarefa específica da Igreja e sua eficiência, naquele campo, será sempre limitada. Em contrapartida, a unidade eclesial é um ideal superior e digno de ser querido por si mesmo. A dispersão dos esforços não ajuda à consecução da unidade, que deve continuar sendo o fim essencial do Conselho Ecumênico. Não convém dar pretexto a quem reprove os ecumenistas por fazerem política demais".

Esta advertência, feita por um ortodoxo russo, no escolasticado dos jesuítas de Lovaina, aos membros católicos, entre os quais, sem dúvida, estariam alguns reverendos da benemérita Companhia, é na verdade penosa. É uma reprovação a essa virada que os progressistas, guiados e apoiados pelo Papa Montini, estão empenhados em dar do sobrenatural ao natural, do Criador às criaturas, do eterno ao temporal. E, como disse o ortodoxo russo, isso é sair de nossa missão, do que Deus e a Igreja esperam de nós.

Também se discutiu em Lovaina sobre a intercomunhão, ou, como prefere dizer Max Thurian de Taizé, sobre a "hospitalidade eucarística". Esta, em suma, consiste em tomar a participação comum na comunhão eucarística como um meio para procurar a unidade cristã e promovê-la para além dos casos em que já está autorizada. Nestes casos, de fato, não se quer diretamente promover a unidade, mas procurar um auxílio espiritual a quem não o pode conseguir de outro modo. Um mês antes, nos primeiros dias de julho, o cardeal Willebrands, comentando as cartas que se enviaram ao papa Paulo VI e ao Patriarca Atenágoras, observava que mesmo entre os ortodoxos e católicos, que estão de acordo sobre a doutrina eucarística, a participação do mesmo cálice, escreve, será um ato que expressará e selará a completa reconciliação entre a Igreja Católica e a Igreja ortodoxa: será o sinal e a realização da plena comunhão. "Este será o grande dia". (L'Osservatore Romano). Enquanto isso, que cada Igreja progrida para a unidade, celebrando a Eucaristia, segundo a própria tradição. Quanto aos impacientes, jovens ou outros, é de se desejar que seu desejo da comunhão eucarística acenda neles o desejo da fé comum".

O Diretor da Comissão Fé e Constituição é o Pastor Lukas Vischer, que mantém, como seu predecessor, o Dr. O. Tomkins, bispo de Bristol, a linha da busca da unidade espiritual dos cristãos, e não apenas de uma simples federação. Para promover esta unidade, propôs a ideia de um Concílio universal, que todas as Igrejas deveriam preparar (L'Osservatore Romano, 27 de setembro de 1970). Não se trata de uma Assembleia ordinária, como as do Conselho Ecumênico, mas de um verdadeiro Concílio, isto é, da reunião dos representantes de toda a cristandade, unidos entre si a ponto de constituir uma comunhão, de deliberar juntamente e de tomar decisões aceitáveis para todos. Para a preparação, conta com a ação convergente de grupos interconfessionais, que constituirão entre si, sob o influxo do Espírito Santo, comunhões locais, que, multiplicando-se e impondo-se, darão por resultado uma comunhão universal. O excelente desta ideia consiste em orientar as atividades locais para um fim universal, concreto e atraente. Mas não faltam as dificuldades, que, ao menos, os ortodoxos e os católicos não podem deixar de opor. Em Lovaina, Meyendorff as expressou: "Um Concílio genuíno supõe a

unidade de fé já realizada ou, ao menos, como em Florença, deve ser convocado para completar tal unidade, desejada já pelas duas partes e que se apresenta como um fruto amadurecido. Quando se dará semelhante situação para todas as Igrejas cristãs? Logo, os grupos locais, se se quer evitar a anarquia e novas divisões, deverão se conformar com a ortodoxia de suas igrejas e, para isto, receber sua direção de alguma hierarquia. Não pertence à base, como se diz, o governar. Quando se procede de uma maneira contrária à instituição de Cristo, não é o Espírito Santo quem guia".

Eu não posso entender todo este movimento ecumenista, no qual todas as seitas ou as igrejas cismáticas manifestaram seu inequívoco desejo de permanecer firmes em seu próprio CREDO, deixando-se querer pela Igreja Católica, que parece a única disposta a modificar, silenciar ou eliminar seus dogmas, sua moral, sua liturgia e sua própria disciplina. Temo que por esse caminho se cumpra o que anunciava o Grande Oriente da França: "Não é o patíbulo o que espera o Papa, mas uma proliferação de igrejas locais, onde, em vez da unidade, encontraremos novas e insuspeitadas divisões."

E são os jesuítas da nova onda os que principalmente estão levando adiante este movimento ecumênico da Igreja, que veio a paralisar seu trabalho apostólico e as conversões que de dia em dia se multiplicavam antes de João XXIII, já que os "separados", vendo a instabilidade, a inconsistência, a incredulidade de suas igrejas, infiltradas por judeus, maçons e comunistas, buscavam a verdade imutável da Igreja Católica, Apostólica e Romana. Os jesuítas decididamente, apoiados e conduzidos por seu Geral, deram o primeiro passo, para arrastar após si inumeráveis religiosos e sacerdotes, cuja futura atuação é fácil já, desde agora, de prever. A grande virada da Igreja se deve principalmente à virada dos jesuítas, das forças de elite do catolicismo, como eles mesmos se sentiam e diziam ser.

"A batalha de Teilhard de Chardin apenas começou", escrevia Jacques Madaule, no dia seguinte ao célebre "MONITUM" do Santo Ofício. Os três anos, que desde então transcorreram, comprovaram

amplamente essa predição. O "MONITUM" dizia que as obras de Teilhard de Chardin "cheias de ambiguidades e de erros tão graves ofendem a doutrina católica". Os teilhardianos organizaram logo a resistência; no entanto, sendo, como pareciam ser, uns bons cristãos, não pensaram por então atacar de frente uma decisão tão grave da Santa Sé; contentaram-se, por enquanto, em tornar ineficaz o "MONITUM".

Livros, artigos, conferências, palestras no rádio e na televisão: nada se poupou para convencer o público da grandeza do pensamento teilhardiano e de sua fundamental ortodoxia; e, ao mesmo tempo, tudo o que se escrevia contra Teilhard era cuidadosamente ignorado. O silêncio é uma das armas mais poderosas que a subversão maneja; quando se trata de impedir a luz da verdade, baixa-se a cortina de ferro. Mas Jacques Madaule diz outra coisa terrível: para ele esta é uma batalha, a terceira grande batalha, que os jesuítas travam contra Roma. As duas primeiras eles as perderam: a dos ritos chineses e a do Paraguai. Veremos qual é o resultado desta sua terceira investida.

Alguns espíritos seletos não pareciam se inclinar por esta hipótese. "É verdade, perguntava ITINERAIRES em novembro de 1962, que esta é uma batalha da Companhia de Jesus, enquanto tal? É certo que a Companhia de Jesus corporativamente tem o propósito de teilhardizar a Igreja, para atacar assim a fundo a Santa Sé? A nosso modo de ver, isto não pode se sustentar. Há simplesmente algumas aparências, às vezes muito incômodas".

É necessário reconhecer que as aparências de então, longe de se dissiparem, agravaram-se, pelo contrário. Não somente os jesuítas franceses tomaram uma atitude cada vez mais combatente por Teilhard de Chardin, mas, com o tempo, sem ceder um palmo do terreno conquistado, obtiveram o que talvez nunca pensaram alcançar: a aprovação total, solene, entusiasta da mais alta autoridade de sua Ordem, o Prepósito-Geral Pedro Arrupe, S.J.

O novo Geral dos jesuítas foi eleito em 22 de maio de 1965. Dias depois, em 14 de junho, o M.R.P. PEDRO ARRUPE deu uma conferência

de imprensa. Interrogado sobre o fato de que, apesar do "MONITUM" do Santo Ofício, os publicistas e autores católicos exaltam Teilhard, sem fazer as ressalvas que se impõem, o Prepósito-Geral recém-eleito entregou à imprensa uma declaração escrita: "Se há autores que incondicionalmente louvam o Pe. Teilhard, escreveu o Pe. Arrupe, estes não estão entre os jesuítas", como o demonstram, segundo ele, as duas obras recentes dos Padres Pierre Smulders e Emile Rideau, os quais, "embora manifestem toda sua simpatia por suas ideias, não deixam de fazer as ressalvas necessárias sobre muitos pontos ambíguos ou errôneos". Segue-se um elogio de Teilhard, que não pode deixar de ser qualificado como tendencioso, tanto que "essas ressalvas necessárias" apenas têm lugar ao lado desses louvores: "é, diz o Geral, um dos grandes mestres do pensamento do mundo moderno", que oferece a nossos tempos uma mensagem, cuja riqueza não pode ser desconhecida e que, de fato, exerce uma influência muito benéfica nos meios científicos, cristãos e não cristãos; ademais, por sua profunda espiritualidade, é um verdadeiro filho de Santo Inácio, apesar das ambiguidades e erros, que nele se encontram e que "certamente ele nunca teria querido, porque ele desejava permanecer sempre absolutamente fiel aos ensinamentos da Igreja". "Seus esforços, continua o Pe. Arrupe, se situam exatamente na linha de apostolado da Companhia de Jesus".

Não há por que se admirar do grito de triunfo que brotou de todos os teilhardistas com estas declarações. Era natural; o novo Geral dos Jesuítas, o papa negro, havia tomado a defesa de seu ídolo; havia se colocado à frente dos seguidores de Teilhard; havia se declarado o mais importante e destacado expoente do novo movimento. Uma peça importantíssima estava atuando no tabuleiro. No entanto, não era, nem é tão simples, como parece, apesar de uma tomada de posição tão claramente declarada. Os jogos de engenho não são ainda realidades. O tempo o dirá!

Teilhard foi sempre um jesuíta perigoso e difícil. Por ocasião de sua morte em Nova York, no dia da Páscoa de 1955, ele era um exilado, no sentido literal da palavra. No ano anterior, havia obtido a permissão de passar o verão na França, aonde chegou no início de junho. Teve então a ideia de responder ao pequeno ensaio de Jean Rostand, "Ce que je crois", e

para fazê-lo pediu a autorização de Roma, expondo as linhas principais de seu projeto. Recebeu a resposta em 31 de julho: “Proibição de publicar e ordem de regressar logo à América”. Em 5 de agosto deixou a França para nunca mais regressar a ela.

O Pe. Teilhard de Chardin não era um jesuíta fácil para seus superiores, não porque carecesse de submissão aparente, mas porque, em matéria de religião, tinha o que Bossuet chamava de “opiniões particulares”, que ele a todo custo tratava de difundir. O afastamento era o único meio que podia impedir este jesuíta de falar e escrever aquelas elucubrações não tão apropriadas ao bom nome da Companhia. O mal estava em que a linha de conduta adotada havia tido resultados exatamente opostos aos que se pretendiam. Depois de uma nota sobre “o pecado original”, que em 1924 havia alarmado Roma, havia-se enviado Teilhard de novo à China, para que seus desvios fizessem menos escândalo. Teilhard queria permanecer na França, porque ali ele pertencia à sinarquia e a outros grupos esotéricos, e porque suas relações femininas também se encontravam ali. O sinantropo o pôs de novo em plena luz. Regressou a Paris com bastante frequência e aproveitou essas, às vezes longas, estadas na Cidade Luz, para poder assegurar ali seus contatos úteis. É verdade que, com poucas exceções, não tinha permissão para publicar senão trabalhos científicos. Alguns ensaios de filosofia e religião que, não obstante as proibições, escreveu, fê-los circular profusamente em cópias mimeografadas. No entanto, a difusão não parecia ter-se estendido o suficiente para preencher as aspirações e o programa do autor. Mas, o próprio segredo ajudava o prestígio de suas ideias, que se propagavam de boca em boca, sem que ninguém pudesse refutá-las por falta de textos. Assim veio a converter-se em um mártir, duplamente exemplar, pelas audácias de seu pensamento e por sua humildade e aparente submissão aos rigores de uma nova Inquisição.

Seus superiores acreditaram que sua morte poria um termo aos problemas, que sem cessar, durante trinta anos, se haviam originado pelo caso Teilhard. Estavam equivocados. Persuadido de que devia aparentar submissão, para prosseguir seu trabalho de proselitismo, Teilhard teve o cuidado de pôr em mãos alheias à Companhia, em mãos femininas, seus

escritos, para sua publicação póstuma. O problema do teilhardianismo, que tanto haveria de danificar as inteligências superiores, apenas começou no dia de sua morte. Agora, apoiando meus pontos de vista no Pe. David Núñez, amplamente conhecido no mundo católico, vou tratar do último capítulo deste livro.

13.2. NOSSA OBEDIÊNCIA E RESPEITO RELIGIOSO AO PAPA E AOS BISPOS

São muitos os católicos sinceros que, diante da carência do exercício de sua autoridade nas hierarquias eclesiásticas, incluindo nelas o próprio Papa, para reprimir a heresia que se alastra, aberta ou solapadamente, na Igreja, fomentando não somente a confusão, mas a defecção de muitíssimas almas, sacerdotes e fiéis, se perguntam com ansiedade se a autoridade claudicou e, unida ao inimigo, conspira, consciente ou inconscientemente, na destruição da Igreja. E, diante desta tangível crise da autoridade, todos se perguntam: até onde estamos obrigados, nós os súditos, a obedecer aos que mandam, quando eles se abstêm de mandar, quando impõem reformas que estão mudando totalmente as estruturas da Igreja, quando omitem-se diante da difusão dos mais graves e evidentes erros, quando, abusando de sua autoridade, impedem a legítima defesa da verdade, quando põem os divinos mistérios nas mãos profanas, quando toleram e respaldam essa obra nefanda de corrupção espiritual e moral dos jovens seminaristas, os futuros pastores das almas?

Porque não nos venham dizer que tudo isto sucede às costas da hierarquia; que o Papa e os bispos e os sacerdotes, que exercem o cargo de superiores ignoram o mal e são alheios à sua difusão. Não; isto é mentira. Bem sabem eles o que está ocorrendo aqui e em todos os países; bem sabem que o famoso "CATECISMO HOLANDÊS", apesar das gravíssimas denúncias que sobre ele se fizeram no Santo Ofício e em todas as partes do mundo, continua circulando e continua envenenando os seminaristas, os fiéis e muitíssimos sacerdotes. E, o mais incompreensível é que as edições tragam o "imprimatur" de nossos hierarcas; bem sabem as

satânicas profanações que, a título de experimento, estão se fazendo diariamente em nossos templos, na celebração dos mistérios sagrados. Ignora Sua Eminência o Cardeal Primaz que na igreja de Loreto, aos domingos, depois da "missa da juventude", cheia de novidades, o Pe. Luis convida os jovens (toxicômanos, membros de gangues, etc. etc.) a que se divirtam dançando na casa de Deus?

Tem a submissão e a obediência – também ao Papa – alguns limites, para além dos quais não podemos, não devemos obedecer? A pergunta é clara, é categórica; mas, antes de responder, faremos alguns esclarecimentos:

1. A obediência não é a suprema virtude da vida cristã; sobre a obediência estão as virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade. Diz a este propósito Santo Tomás: "Assim como o pecado consiste em que o homem se apegue aos bens mutáveis, com desprezo de Deus; assim o mérito dos atos virtuosos consiste em que o homem, desprezando os bens criados, se una a Deus como a seu fim. Mas, o fim é melhor que os meios a ele conducentes... aquelas virtudes, pelas quais nos unimos a Deus, isto é, as teologais, são mais excelentes que as virtudes morais (como a obediência), pelas quais se despreza algo terrestre para se unir a Deus". (Questão CIV, a. III).
2. A obediência, enquanto é virtude, enquanto é meritória, enquanto é louvável, se funda e nasce da fé, se nutre na fé e termina na caridade. Uma obediência por temor, por conveniência, por simples rotina, não é virtude, é covardia, é entreguismo, é falta de visão e de talento.
3. A obediência somente se deve ao superior LEGÍTIMO, porque só este faz as vezes de Deus, tem a autoridade de Deus, de "quem toda paternidade descende", como diz São Paulo. A um superior ilegítimo não se deve obedecer.
4. Sobre a obediência aos homens deve estar sempre a obediência a Deus, porque a autoridade dos homens se funda em Deus, representa a Deus, enquanto não se afasta, enquanto não contradiz a autoridade de Deus.
5. A autoridade de um superior humano, qualquer que esta seja, não é nunca absoluta, nem independente, nem ilimitada. A este propósito diz Santo Tomás: "o homem está submetido a Deus em absoluto,

quanto a todas as coisas, quer interiores, quer exteriores, e, portanto, em todas está obrigado a obedecer-lhe; mas os súditos não estão submetidos a seus superiores em todas as coisas, mas determinadamente, acerca de algumas, a respeito das quais os superiores são intermediários entre Deus e os súditos; mas, a respeito das outras coisas, estão submetidos imediatamente a Deus, por quem são instruídos mediante a lei natural ou a lei positiva, (a consciência).

6. Ao dar Deus a autoridade ao homem que o representa (eclesiásticos ou civis), não os livra, por isso, de sua condição humana de ignorantes e pecadores; de onde se segue que, de boa ou de má fé, os superiores possam mandar o que é em si mau, ou porque contradiz a lei de Deus, ou porque contradiz os legítimos direitos que Deus deu ao homem e que são inalienáveis, ou porque essas disposições são contrárias ao bem comum, que todo superior deve buscar em seu governo. Daqui se segue que a obediência que devemos a Deus é sempre absoluta, porque Ele nunca pode mandar o erro ou o mal; mas a obediência aos homens é sempre condicionada ao mandato que se dá e à legitimidade da autoridade humana que o dá.
7. A autoridade eclesiástica, que manda, em um caso, algo contrário à vontade de Deus, aos direitos inalienáveis que Deus nos deu ou ao bem comum, embora, nesse específico mandato, não tenha autoridade para mandar, nem por isso podemos dizer que perdeu toda a sua autoridade e para sempre. Seria um mau superior, mas nem por isso deixaria de ser superior.
8. É distinto o caso, quando o superior eclesiástico – sempre na hipótese de que tenha sido legitimamente eleito – incorre na heresia ou se afasta manifestamente da vontade de Deus, já que então perderia totalmente sua autoridade e para sempre, ainda que não fosse uma só verdade da fé a que em seu mandato negou, porque quem nega uma verdade de fé, nega toda a fé. A fé é una (Ef. IV, 5), já que todas as nossas crenças (todas e cada uma) se fundam na mesma autoridade de Deus revelante. A fé é, já o dissemos, o princípio, a raiz, o fundamento, em que se baseia toda autoridade, e assim como, tirando o fundamento, cai por terra o edifício, assim

sucede com a autoridade religiosa, quando ela mesma removeu, por sua negação a uma verdade de fé, o mesmo fundamento em que se apoiava e sustentava sua autoridade. Aquele que, com palavras ou com fatos, nega a fé, é herege e, portanto, fica fora da Igreja e, portanto, não pode ser cabeça ou autoridade na Igreja quem está fora Dela.

9. Assim como a lei, a autoridade humana está ou deve estar sempre ordenada ao bem comum da sociedade à qual rege. O bem comum da Igreja, por sua universalidade e por suas consequências, é, sem dúvida, a fé e tudo o que a ela conduz, favorece, conserva e alimenta. A fé é o bem supremo, já que dela depende essencialmente e como condição "sine qua non" a salvação de todas as almas, que formam a comunhão da Igreja: "QUEM CRER, SERÁ SALVO; QUEM NÃO CRER, SERÁ CONDENADO", (Mc. XVI, 16). Há outros bens na Igreja que não correspondem propriamente à fé, mas estão conexos com ela e devem ser guardados na devida proporção, porque são como os pilares que a sustentam e conservam em toda a sua pureza e integridade.
10. A primeira, pois, a mais grave obrigação da hierarquia e especialmente do Papa é a de ensinar essa verdadeira e única fé e vigiar para que ninguém a corrompa. Descuidar este dever ou não pôr os meios necessários para cumpri-lo é não só perder sua autoridade, mas faltar gravemente contra a fé, já que a autoridade que têm, instituída por Jesus Cristo N.S., está ordenada à conservação e difusão da Igreja, que, sem a verdadeira fé, não pode existir. Em vez de cumprirem essas hierarquias seu dever, o contradizem. Diante do erro contra a fé, uma atitude passiva da hierarquia é gravemente pecaminosa e este pecado é contra a virtude da religião. A autoridade da Igreja, como de qualquer outra autoridade, está em função de serviço, o qual consiste não em destruir, mas em administrar o tesouro da sociedade que lhes foi confiada, no caso: a fé da Igreja.
11. CORRELAÇÃO DE DIREITOS ENTRE OS SUPERIORES E OS SÚDITOS. Tenha-se em conta que os direitos e obrigações, tanto no superior como no súdito, são correlativos; de si, graves. O

primeiro implica que com a mesma força que pode o superior "EXIGIR" do súdito obediência, quando lhe ensina a verdadeira fé; pode também o súdito "EXIGIR" do superior, pois tem direito a que lhe dê essa fé junto com tudo o que a favoreça; e o previna ou corrija contra tudo o que a empane, a manche ou a extinga. E, quando, como agora, o superior conhece casos claríssimos de algum ou de alguns de seus súditos, que publicamente negam alguma verdade de fé ou a deformam, e não se esforça por corrigir o delinquente, sobretudo se é sacerdote, como, por desgraça, também estamos vendo agora, o superior comete um gravíssimo pecado de injustiça para com os demais súditos seus, porque falta à maior obrigação que para com eles tem; e peca também contra a caridade para com o mesmo delinquente, porque não lhe procura o bem que deve procurar-lhe. E se esta tolerância ao erro e ao pecado é permanente, é habitual no superior, este perde sua autoridade, porque seu proceder, que é cumplicidade, é negativo e nocivo à sociedade que preside. O não exercer a devida autoridade de uma maneira sistemática é suprimi-la, é abdicar dela; e sociedade sem autoridade vai inevitavelmente à ruína.

12. Aplicando esta sã doutrina às circunstâncias atuais, encontramo-nos com muitos bispos, cardeais e o próprio Papa, como está acontecendo agora em todo o mundo (porque o mal vem da cabeça), que por uma parte repreendem, censuram e até proíbem que se pregue integralmente a fé antiga, a fé de sempre, a fé recebida por tradição ou pelo próprio Evangelho dos Apóstolos e de Jesus Cristo; e, por outra parte, permitem que se multipliquem e se propaguem por escrito ou de palavra os erros contra a fé mais absurdos, mesmo nos próprios Seminários; autorizam as supressões de imagens e devoções do povo cristão (santas e benéficas devoções, aprovadas, recomendadas e até mandadas pela Igreja); favorecem a dissolução calando, talvez manifesta ou ocultamente alentando ou, talvez, positivamente aprovando os que a propagam; abençoam os inovadores e suas novidades, mesmo quando a experiência mostra que são perniciosas para a fé do povo; talvez trafiquem com a fé, e a falseiem ou permitam que se falseie tanto a fé, como a Palavra de

Deus, a teologia e a filosofia católicas, as verdades de direito natural, etc. etc., nesse caso, diante da evidência destas condescendências e aprovações dos erros e das heresias, cabe nos perguntarmos: está o povo católico obrigado a reconhecer nessas pessoas a autoridade legítima da Igreja? está obrigado a obedecê-los? ou, pelo contrário, não só pode desobedecer-lhes, mas resistir-lhes?

13. Em toda sociedade há um tácito quase-contrato de rigorosa justiça entre o que manda e os que obedecem, em virtude do qual cada um se obriga a respeito do outro a cumprir sua própria obrigação: o súdito a obedecer os justos mandatos do superior, respeitando e guardando com isso, praticamente, seu direito de mandar; mas também o superior se obriga a tutelar sobretudo os direitos essenciais do súdito, ainda que seja arriscando o próprio interesse e bem-estar, e, se o caso o pedir, a própria vida. E que bem e que direito mais essencial na Igreja pode haver entre súditos e superiores que a fé, para que cada um cumpra com seu dever?
14. Mas, mesmo prescindindo desta consideração e de todas as outras razões dadas e por dar, olhando o assunto do ponto de vista meramente canônico, é também de suma gravidade, pelas penas canônicas em que incorreriam os hierarcas da Igreja por abandonarem a defesa da fé. Vejamo-lo, ainda que não seja senão de passagem.

O Cânon 336 diz: “Procurarão também os bispos que se conserve a pureza da fé e dos costumes no clero e no povo”. Obrigação gravíssima, posto que concerne nada menos que ao fim ESSENCIAL da Igreja, a salvação das almas.

E o Cânon 1325 acrescenta: “Os fiéis cristãos (e *a fortiori* os bispos) estão obrigados a confessar publicamente a fé SEMPRE QUE SEU SILÊNCIO, tergiversação ou MODO DE AGIR implicar em negação simplesmente da fé, DESPREZO DA RELIGIÃO, OFENSA DE DEUS OU ESCÂNDALO DO POVO”.

Finalmente, o Cânon 2316 diz: “É suspeito de heresia aquele que espontaneamente e conscientemente ajuda DE QUALQUER MODO À PROPAGAÇÃO DA HERESIA”.

Vejamos agora a aplicação destes cânones às circunstâncias atuais. Quantos desses delitos acarreta o silêncio das Hierarquias? Porque os bispos têm obrigação gravíssima de falar quando se ataca pública e descaradamente a religião, ou seja, a fé, a moral, a liturgia (cân. 336); estão obrigados a confessar publicamente a fé sempre que SEU SILÊNCIO OU MODO DE AGIR resulte em desprezo da religião, ofensa de Deus ou escândalo do próximo (Cân. 1325, 1); são suspeitos de heresia se espontânea e conscientemente AJUDAM DE QUALQUER MODO À PROPAGAÇÃO DA HERESIA” (Cân. 2316).

E agora perguntamos: Em casos como o presente, o silêncio das autoridades religiosas e o modo de agir das mesmas não implica em DESPREZO DA RELIGIÃO, OFENSA DE DEUS E ESCÂNDALO DO POVO? Evidentíssimo! Pois, se assim é, não é UM MODO, e bem eficaz, por sinal, de PROPAGAR A HERESIA OU DEIXAR QUE SE PROPAGUE, por causa do SILÊNCIO que guardam”? Não resulta esse modo de proceder em DESPREZO DA RELIGIÃO E ESCÂNDALO DO POVO? Pelos frutos que esse escandaloso silêncio está produzindo, podemos julgá-lo.

Por isso, audazmente nos atrevemos a dizer que o principal culpado (a nosso ver: não sabemos aos olhos de Deus), o principal culpado de toda esta agitação existente na Igreja é sua Cabeça visível, é JOÃO B. MONTINI. Porque, com frequência, fala maravilhosamente, sim; mas, apesar de ter sido mais de uma vez, extremosa e incrivelmente audaz em muitas outras coisas, se não concernentes formalmente à fé propriamente dita (do qual temos razões para duvidar), sim no limite dela, para modificá-las em sentido pejorativo. No caso da Missa, eu não vejo que haja maneira de exonerar Paulo VI de uma capitulação na fé, para comprazer aos hereges e estabelecer seu sonhado “ecumenismo”.

Abusando incrivelmente de sua autoridade – que não exerce como deve e todo o são povo católico reclama a gritos – ele deixa as coisas correrem silenciosamente, como se o fizesse expressamente para que os hereges se encorajem cada vez mais, as verdades da fé, inclusive as mais fundamentais, como a existência de Deus, a divindade de Jesus Cristo, a autenticidade e divina inspiração das Sagradas Escrituras etc. etc., sejam negadas ou postas publicamente em dúvida, com gravíssimo escândalo de todo o povo verdadeiramente católico, que se acha confuso, desorientado, perplexo e derrotado e enojado de tanta lenidade ou covardia ou traição ou o que quer que seja, que Deus o sabe, sem que esses hereges sejam expulsos da Igreja, fulminando sobre eles a excomunhão, o anátema, sobretudo, sabendo, como se sabe, por confissão própria, como no caso de Teilhard, que permanecem dentro da Igreja, para demoli-la. Quem é, pois, o principal demolidor da Igreja, senão aquele que, podendo e DEVENDO, com obrigação suprema, cumprir os cânones 336, 1325 e 2316, deixa que as coisas sigam correndo, desmoronando-se e perdendo-se a fé, juntamente com as almas?

Dói-nos na alma ter que dizer estas coisas; mas as tivemos tanto tempo caladas, nada mais que pelo respeito religioso que se deve ao legítimo Vigário de Cristo, que já não podemos silenciar mais nossa consciência. PARA MIM, JOÃO B. MONTINI NÃO É UM PAPA LEGÍTIMO e esta afirmação talvez signifique a salvação da Igreja e da fé de muitas almas.

CAPÍTULO 14

O M. R. PADRE PEDRO ARRUPE, PROPÓSITO GERAL DA COMPANHIA, VISITA O MÉXICO PARA INTENSIFICAR A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

Estávamos escrevendo estas páginas, quando tivemos pela imprensa a sensacional notícia de que mais uma vez viera ao México o M.R. Pedro Arrupe, S.J., com a auréola, desta vez, da suprema autoridade do Instituto Inaciano, e acompanhado por sua equipe principal do Pe. Assistente, dos PP. Provinciais, dos escritores e demais incondicionais, que ativamente secundam Sua Paternidade, que apostólica e pastoralmente trata de remediar agravos e erros cometidos, a partir de seu fundador e de sua fundação, pelos ínclitos soldados de Inácio de Loyola.

Esta visita, para qualquer um que conheça os jesuítas ou que se ponha, ao menos, a refletir sobre viagem tão pouco usual e sobre os anúncios que a precederam, a ostensiva publicidade que se lhe deu, as declarações oficiais que, no aeroporto primeiro e em uma sala do Centro de Investigação e Ação Social, foram depois feitas aos representantes da imprensa, tem forçosamente que originar numerosas e transcendentais perguntas, cuja resposta prática necessariamente há de afetar não só o porvir e a paz social do país, mas todas as estruturas de nossos povos latino-americanos.

A que veio ao México o Prepósito-Geral dos Jesuítas? Trata-se, porventura, de atender à reforma urgente que a Companhia está exigindo,

não para arrumar os assuntos internos e externos de nossa pátria, que não corresponde nem a ele, nem aos seus, nem aos bispos, nem aos clérigos? Supostas as experiências de sua viagem e reunião no Rio de Janeiro e em Bogotá, que repercussões terá esta vinda não só em nosso país, mas em toda a América Latina? Há sinceridade em suas declarações, quando nos falava dos equívocos deploráveis, que, no passado, cometeram os R.R.PP. da Companhia de Jesus?

O jornal "EXCELSIOR" compendia, em chamativa manchete, a Conferência de Imprensa, dada pelo Pe. Geral, no Centro de Investigação e Ação Social, que os jesuítas têm nesta cidade, ao expressar literalmente a medula das extensas confidências que o Pe. Arrupe teve com os jornalistas que o rodeavam, todos ouvidos, e gravavam em fitas magnéticas suas palavras: "Se por revolução se entende uma mudança radical, é isso que queremos".

Palavras semelhantes, em outros tempos, teriam causado grande alvoroço e teriam justificado a convocação de uma extraordinária Congregação Geral dos professos da Ordem, para pedir com energia a deposição imediata do Prepósito-Geral, que não só atentava contra as coisas substanciais da Companhia, mas contra a própria ortodoxia da Igreja. Mas, agora o Pe. Arrupe é invulnerável, protegido e respaldado, como está, pelo próprio Papa, já que não está fazendo outra coisa que cumprir as palavras de ordem medulares de Paulo VI. Por isso foram inúteis os protestos que, em todas as partes, fizeram seus filhos, os melhores de seus filhos, os pobres velhos marginalizados, ignorados, menosprezados, cuja missão atual, como ele disse na Colômbia, é a de estender os trilhos, para que corram sobre eles, as impetuosas juventudes, feitas transformação, feitas atentado, atos terroristas; feitas negação e ataque descarado contra a própria doutrina imutável do Magistério da Igreja.

Qual é a "revolução" que querem os jesuítas? "É preciso matizar muito essa palavra", responde o incansável Pe. Geral. "Não uma revolução violenta, mas a transformação de pensamento, de estruturas, de investigação teológica; todas essas coisas que certamente é preciso

mudar". É natural que a astúcia do Pe. Geral e de seus conselheiros e diretores não queira confessar as coisas como são. De sobra sabe o Pe. Arrupe que no México a Constituição nos proíbe, a nós clérigos, de tomar parte em política, e que há um artigo de nossas leis que impõe a sanção de expulsar do país os padres estrangeiros que pretendam se imiscuir nos assuntos internos da nação. Por isso, ao matizar, evita a palavra "revolução" e prefere usar a palavra "transformação", "mudança". Mas isto é um ardil. Essas transformações são políticas, não religiosas exclusivamente; se se fala de mudanças na "investigação teológica" é para justificar a "teologia da morte de Deus e a teologia da revolução". Pensa o Prepósito-Geral que tais transformações são possíveis por uma pacífica evolução de pensamento, das estruturas, da investigação teológica, de todas as coisas que certamente hoje é preciso mudar? Por muita "lavagem cerebral" que nos façam, por muito silêncio que queiram nos impor, a reação tem que ser violenta, sangrenta, trágica, diante da imposição clerical dos jesuítas, que, no passado, quiseram impor o comunismo nas famosas reduções do Paraguai e que, instigados, pensam que, com sua poderosa influência, já deteriorada e desprestigiada, vão agora impulsionar nossos governantes a se lançar a uma aventura gravemente comprometedora e perigosa.

Já o indiquei antes; e permito-me repeti-lo de novo: o maior erro de nossos governantes seria associar-se com o clero político; seria deixar-se adormecer pelo canto de sereia do Pe. Arrupe, dos Méndez Arceo e de todos esses caudilhos improvisados, que querem "montar no cavalo", e que, em sua pequenez, pretendem emular as gestas de Che Guevara e de Camilo Torres. O silêncio do governo nestes casos, sua atitude passiva, seria cumplicidade, seria traição à pátria. E que não temam os chefes de Estado incorrer nas "excomunhões", nem dar a impressão ao povo de que estamos sob o rigor de uma nova perseguição religiosa. O governo não persegue a Igreja, se, no cumprimento de seus mais altos deveres, impede a subversão, protege o bem comum e defende os legítimos interesses dos particulares, garantidos pela própria Constituição, quando, com o pretexto de pastoral, de justiça social e de autenticidade evangélica, são precisamente os clérigos e os jesuítas os que solapadamente estão

semeando a desconfiança, a inconformidade, o descontentamento e a subversão em todo o país.

Mudar a teologia! A frase é incrível e atrevida. Pensam estes inquietos e revolucionários jesuítas que a ciência portentosa de nossos grandes teólogos, que eles nem sequer conhecem, já está "superada" por uma nova teologia que corresponda ao novo "pensamento", à nova religião, que o Papa Montini e seus aliados querem nos impor! O problema é, pois, religioso e político. Enquanto religioso, não nos pode ser indiferente, já que para nós a religião não é um adorno, um vestido que mudamos, segundo os gostos ou conveniências, mas é o sentido, a projeção de toda a nossa vida. Enquanto político, tampouco nos pode ser indiferente; está em jogo o tesouro de nossas liberdades, de nossos direitos, de nossa própria personalidade humana.

E os jesuítas do Pe. Arrupe são, antes de tudo, políticos. "E quando digo – são palavras do Pe. Geral – que nosso compromisso político é um compromisso político até o fundo, creio que o podemos provar". E quais são as provas? "Temos gente expulsa do Paraguai, e temos gente na prisão no Uruguai, e temos gente expulsa da Bolívia, e o bispo Bambarén esteve na prisão no Peru; esteve outro na prisão no Brasil. Nos Estados Unidos também... Seria uma longa lista de tudo o que temos que passar e sofrer; mas, isso, vamos! quando se trata de dar a cara pela justiça e por nosso Senhor, sofrer nos agrada em certo sentido..."

O padre Arrupe e seus pobres filhos são uns heróis, uns mártires da justiça social. Não dizem o porquê desses desterros, nem desses encarceramentos. Não dizem as enormes convulsões sociais, que a pregação e a ação dos jesuítas ocasionaram e impulsionaram nesses países irmãos, nos quais a firmeza e decisão de seus governantes, apesar de seu inegável catolicismo, se viram obrigados a recorrer a essas sanções extremas, quando todo outro remédio resultou estéril. Quem patrocinou as guerrilhas na Bolívia? Quem pretendeu introduzi-las no Paraguai? Quem organizou, fomentou e continua sustentando os tupamaros, senão a Companhia, seus colégios, seus ativos propagandistas? No Brasil, no Peru, na América Central, foram os jesuítas os promotores da insurreição

armada. E aqui no México, ainda que os ricos não acreditem, ainda que continuem pensando que os jesuítas são o *non plus ultra* da santidade, da ciência, do zelo apostólico; são os jesuítas os que de uma maneira ativa, mas eficaz e subversiva, estão introduzindo e preparando a nova revolução, que há de acabar com a "REVOLUÇÃO MEXICANA", não para melhorar as condições nacionais, mas para nos afundar na escravidão do comunismo. A viagem do Pe. Arrupe não busca outra finalidade.

"E a posição da Companhia de Jesus?", perguntaram ao Pe. Arrupe os jornalistas. E sua resposta foi taxativa, clara, inequívoca: "Eu diria, eu a qualificaria – disse abrindo os braços com as mãos também abertas, o Pe. Arrupe – de 'até o último radicalismo evangélico'. Queremos defender a justiça e exercer a caridade, e isto nos leva a um compromisso sério, que é um grande apostolado".

Na linguagem progressista, linguagem inspirada na dos comunistas, já que deles a aprenderam, as palavras são polivalentes. É preciso conhecer o que uma mesma palavra significa na linguagem ordinária das pessoas, segundo o sentido do dicionário, e o sentido deformado, que, com hipocrisia, querem lhe dar estes novos redentores. "Radicalismo evangélico": eis a contradição dissimulada. Não podemos associar essas palavras: ou há Evangelho ou há radicalismo; mas nunca radicalismo evangélico, no sentido inequívoco que o Geral dá a essas palavras. O que quis dizer é manifesto: "estamos dispostos a levar essa 'revolução matizada' até o radicalismo evangélico; isto é, estamos dispostos a levar até suas últimas consequências nosso programa revolucionário, sob o véu evangélico". Estes novos Quixotes querem defender a justiça – tal como eles a entendem – até o "compromisso"; mas isto, Pe. Arrupe, não é um "grande apostolado", mas uma grande subversão, como a de Camilo Torres, como a de Fidel Castro, como a do "Che" Guevara, como a de seus novos mártires, que justamente estão na prisão ou são expulsos, como inimigos perigosos do bem comum.

Cita o Prepósito-Geral, como uma prova apodítica dos magníficos resultados deste novo apostolado, que veio a destruir o que Santo Inácio havia instaurado, os frutos abundantes que nos diversos países, pelo

convencimento e conscientização de seus próprios valores, já estão sendo colhidos. Antes do Pe. Arrupe, a Companhia tinha muitas e muito florescentes missões, nas quais os verdadeiros apóstolos trabalhavam fielmente pela conversão dos infiéis, não pela "conscientização de seus próprios valores", mas pela pregação da mensagem incorrupta de Cristo. O próprio Pe. Arrupe, supõe-se, foi ou devia ter sido um desses apóstolos. É certo que a Companhia teve graves problemas por ter pretendido, em tempos passados, conscientizar em sua própria identidade, nos ritos chineses aos chineses e na mentalidade guarani aos indígenas do Paraguai. Aquilo era uma mistura dos erros mais inconcebíveis com a verdade do Evangelho de Cristo. Não penso que o atual Geral pretenda agora repetir o experimento, que tantas dores de cabeça deu a seus predecessores, até originar a expulsão e a supressão da própria Companhia de Jesus.

Esse conceito de superioridade, que o Pe. Arrupe, em uníssono com Paulo VI, qualifica de colonialismo, com o qual os missionários da Europa ou da América ou de qualquer outra região pregavam a mensagem de Cristo, deve desaparecer, porque não se deve fazer perder sua identidade aos neófitos, para que adquiram a identidade cristã. "As potências europeias ou americanas vão a um país, diz Arrupe, impor suas ideias, porque creem que, sendo superiores, fazem um favor impondo sua mentalidade a um país em vias de desenvolvimento". Estas palavras são uma repetição, quase com idênticos termos expressa, dos conceitos de Juan B. Montini, em sua *POPULORUM PROGRESSIO*. A superioridade intelectual, cultural, social, econômica e política desses povos desenvolvidos é um fenômeno inevitável, que nenhuma demagogia pode eliminar; pedir agora que as potências superiores, que os missionários não pretendam impor sua mentalidade a esses países em vias de desenvolvimento; é defender seu atraso mental, seus preconceitos, suas superstições, seus vícios; é impedir, em princípio, com o pretexto de defender sua própria identidade, o próprio desenvolvimento e progresso desses povos, que chegarão até onde suas potencialidades o consintam, não até onde a demagogia o proclame. Que entenda bem Sua Paternidade: a igualdade é um dos grandes mitos da história; que recorde as palavras de São Pio X: "É conforme à ordem estabelecida por Deus que na sociedade

humana existam governantes e governados, patrões e proletários, ricos e pobres, sábios e ignorantes, nobres e plebeus". E completando o pensamento do Santo Padre, podemos acrescentar: "É conforme à ordem estabelecida por Deus que, no mundo, existam países ricos e países pobres".

E não mudamos o pensamento do Pe. Geral, que literalmente disse: "Certamente o conceito de apostolado de missões é um conceito evangélico, mas com a mentalidade dos países desenvolvidos ou industrializados – e não falo da Igreja – há um conceito de superioridade, que se qualificou com o nome de colonialismo".

"O pior que uma pessoa pode fazer hoje é ir a um país subdesenvolvido, ou em vias de desenvolvimento, querendo impor uma ideologia ou uma mentalidade. Este homem já está perdido. Em pouco tempo estará fora desse país, porque não o aceitam, e com razão, pois cada qual tem sua idiossincrasia e o direito de desenvolver sua própria ideologia. Isto repercute em nosso trabalho apostólico no sentido de que somos filhos de nossos filhos e sem nos darmos conta podemos levar esta maneira de pensar". Estas palavras do Pe. Arrupe são um programa, detestável programa, que vem a contradizer o próprio programa evangélico. Jesus Cristo disse: "Ide e Pregai; ide e ensinai". E a pregação e o ensinamento, em sua própria essência, tendem necessariamente a mudar, a enriquecer a mentalidade e os conhecimentos dos discípulos. O missionário, necessariamente, por razão de sua própria vocação, está comprometido com Deus, não com os homens, a difundir a boa nova, a mudar a mentalidade dos neófitos, a desfazer as trevas do erro e do pecado nas quais, por séculos, viveram essas gentes pagãs, cuja identidade é precisamente o impedimento que se deve remover para a transformação radical e salvadora.

O Prepósito-Geral compreende logo seu erro e quer corrigi-lo, afundando-se mais em suas próprias elucubrações: "Eu não aplicaria jamais – e que fique bem claro que a Igreja nunca teve colonialismo. A Igreja deu às vezes essa impressão, por seus métodos educativos, por seu modo de ajudar, por seus estudos, até por seus edifícios..." Que

contradição mais manifesta! Que desorientação fundamental nos princípios! A Igreja nunca teve colonialismo, embora a Igreja tenha dado às vezes essa impressão, por seus métodos educativos... O Pe. Arrupe supõe as missões e nega as missões, ao supor que é colonialismo ou algo parecido com o colonialismo o pretender modificar, ainda que seja para cristianizar, a mentalidade dos povos pagãos. "Um missionário que vá a um país do Terceiro Mundo tem que ir para servir a esse país, subordinado às autoridades desse país, e de acordo com a mentalidade desse país. Se não o fizer assim, é melhor que não vá, porque se converte em um estorvo". Com este critério, as missões católicas não digo já que se tornam supérfluas, mas se tornam um estorvo, já que forçosamente o missionário, em seu trabalho apostólico, tem que melhorar e até, em muitos casos, contradizer os moldes de uma vida rudimentar e até antagônica aos próprios princípios da religião católica.

Se assim fala o General, como falarão os simples soldados? Depois destes breves comentários, que fizemos aos conceitos inovadores do Pe. Arrupe, haverá ainda ingênuos que continuem a crer no trabalho apostólico dos jesuítas, nestes tempos de transformação e de *aggiornamento*?

Companhia de Jesus! Ai, Jesus, que Companhia

14.1. TRÊS ATITUDES DISTINTAS FRENTE AO NEOMODERNISMO

São Gregório Magno escreveu uma frase memorável, que, nas atuais circunstâncias de heresia, de apostasia e de cisma, nos parece de uma importância capital, para esclarecer a consciência de tantos timoratos ou enganados, como hoje, consciente ou inconscientemente, estão colaborando na "SATÂNICA REVOLUÇÃO", que, de dentro, levam a cabo essa "autodemolição" da Igreja fundada por Cristo: "Se, para defender a verdade – escreve o grande Pontífice – corre-se o risco de que sobrevenha um escândalo, é preferível que venha o escândalo, a deixar de defender a verdade". E o melífluo São Bernardo, em frase de idêntico

sentido, escreve: “Aquele que, por obediência, se submete ao mal, está aderido à rebelião contra Deus e não à submissão devida a Ele”. Citemos umas palavras do divino Mestre, que confirmam as duas frases desses dois santos: “Porque é forçoso que venham escândalos (dada a fragilidade e malícia dos homens); mas, ai daquele por quem o escândalo vier! Se tua mão ou teu pé te faz tropeçar, corta-o e arroja-o para longe de ti. Mais te vale entrar na vida manco ou coxo, do que ser, com tuas duas mãos ou teus dois pés, lançado ao fogo eterno”. (Mt. XVIII, 7 e ss.).

Diante da subversão atual na Igreja – guerra satânica, total, de morte contra a religião – só são possíveis três atitudes: a da claudicação, a da submissão e a da resistência. A primeira atitude é a daqueles que já perderam a fé. Ao assumir esta atitude, os católicos (sejam simples fiéis, sejam sacerdotes, sejam bispos, ou cardeais ou seja o papa) não só se perverteram, não só abandonaram a fé tradicional, mas se converteram em “ativistas” incansáveis, em difusores e defensores das heresias modernistas. Conscientemente querem a “autodemolição” da Igreja e a ela consagram todos os seus recursos e as interpretações distorcidas que sua soberba deu à Palavra Revelada. Os “submissos”, que, por desgraça, abundam, por incapacidade mental, por conveniência ou por covardia, insistem em defender que, no bem ou no mal, na verdade ou no erro, devemos estar com o Papa e com os bispos, de tal maneira que é preferível ir para o inferno por obediência do que ir para o céu por essa que eles chamam de desobediência. A muitos destes ou lhes falta cabeça ou lhes falta ciência ou lhes faltam “calças”, para se decidirem a agir, segundo sua consciência e o dom sobrenatural da fé que no Santo Batismo recebemos. A terceira atitude, a única verdadeiramente católica, coerente, proveitosa e necessária para a vida eterna, é a que, diante dos evidentes desmoronamentos na Igreja de Deus, diante da “autodemolição”, que estamos presenciando e da qual o próprio Paulo VI deu testemunho; diante do fato inegável de que agora já há duas religiões, duas “economias” do Evangelho, duas distintas “mentalidades”, eles, com plena consciência de sua responsabilidade diante de Deus e diante dos homens, solenemente declaram: que entre a religião de vinte séculos, de todos os Papas e de todos os Concílios, e a religião do “aggiornamento”, do “ecumenismo”, a

de João XXIII, Paulo VI e seu Concílio Pastoral, estão ou estamos dispostos, inclusive à custa da vida, de todas as difamações, calúnias e afrontas, a conservar a fé de sempre, a fé de nosso batismo, a de nossa eterna salvação.

A primeira atitude é, humanamente falando, muito vantajosa: proteção e apreço dos bispos, dos párocos, dos que estão no poder; boas entradas de dinheiro, liberdade para fazer e dizer o que se queira, perspectivas lisonjeiras de futuras promoções, de dignidades e postos de comando. Estão fazendo sua carreira para chegar a Monsenhores, a chanceleres, bispos e cardeais; sobretudo agora, quando, para alcançar esses postos honoríficos, não se necessita da ortodoxia, da pureza de costumes, nem da ciência suficiente nos promovidos, mas basta tão somente uma fidelidade exemplar à nova religião. Este grupo é formado pelos traidores; os apóstatas, hereges ou cismáticos; os que não creem em nada, porque perderam o dom sobrenatural da fé. E os pecados contra a fé são pecados contra o Espírito Santo, que dificilmente são perdoados, porque a fé, quando se perde, não se recupera facilmente.

A segunda atitude é lastimável, digna de compaixão. Estão enganados; suspeitam, no entanto, que a coisa não vai bem, mas lhes falta a decisão para investigar, na verdade e sinceridade de seu coração, onde está a VERDADE REVELADA, se no Vaticano II, em João XXIII e Paulo VI ou em todos os Concílios anteriores e nos Papas legítimos da Igreja, predecessores dos dois últimos Papas. Porque há contradição evidente; há duas religiões opostas; há a Igreja das catacumbas e a igreja triunfalista de Juan B. Montini, que não é a de Cristo. A indecisão, a covardia não isentam de pecado; nem a ignorância, a não ser que esta seja invencível: mas recordemos que, nos batizados, não pode haver essa ignorância invencível nas verdades elementares para a salvação, a não ser que se tenha perdido voluntariamente o dom sobrenatural da fé, por um pecado contra a fé. Isto é o que está acontecendo, tragicamente, a fé está se perdendo sem que as pessoas se deem conta; a nova religião foi aceita com uma incrível docilidade, e, ao aceitar a nova religião, necessariamente se perde de modo progressivo, insensível e rápido, a fé. Aqui também assinalamos a incomensurável gravidade dos pecados contra a fé dos

bispos e dos sacerdotes, ainda que sejam monsenhores ou sejam cardeais, por cuja culpa – mesmo que esta seja apenas de omissão – as almas imortais estão indo para o inferno, ainda que eles digam que não há inferno.

Não resta, pois, senão a última postura racional, livre, resoluta, inabalável: a da resistência. Lutaremos, sim, lutaremos, com a graça de Deus; lutaremos até a morte; lutaremos, ainda que em sua fúria Sua Eminência ou pessoas acima de sua eminência queiram lançar sobre nós outra "excomunhão". Se isto é para o Pe. Antonio Brambila o querer eu me excomungar; para minha consciência sacerdotal e católica isto significa querer me salvar, querer morrer na fé de meus antepassados. Que ele e os que o seguem busquem realizar o impossível de unir o não-ser com o ser.

APÊNDICE A

APÊNDICE POR RENÉ CAPISTRÁN GARZA

Em declaração pública — única forma em que a liberdade doméstica de expressão me permite expressar-me com liberdade — impugnei o Decreto de Excomunhão que o senhor Cardeal Arcebispo dom Miguel Darío Miranda y Gómez, Primaz do México, ditou contra o senhor Presbítero, o doutor dom Joaquín Sáenz y Arriaga, por uma série de fatos aparentemente gravíssimos que o próprio Decreto Cardinalício enumera, sem prová-los. A referida declaração intitulou-se: "A Excomunhão do Padre Sáenz é Antijurídica e Anticanônica"; apareceu no EL UNIVERSAL, no dia 17, e no "El Heraldo de México" no dia 18. Chamo de liberdade doméstica de expressão, não à liberdade consagrada pelas leis e respeitada escrupulosamente pelo Poder Público, mas sim à liberdade condicionada e limitativa que vigora intramuros de alguns jornais oscilantes.

Na dita declaração demonstrei, de forma contundente — não desmentida, nem esclarecida, nem retificada até agora, nem pela Sagrada Mitra, nem por nenhum comentarista dos muitos que com todo o direito discordaram de meu parecer, e transcorridas já mais de duas semanas de sua aparição — duas coisas básicas: que o famoso Decreto de Excomunhão, posteriormente negado, dando-se a volta de que o próprio Sáenz y Arriaga se havia autoexcomungado e que no Decreto só se dava ao interessado notícia oficial do supracitado acontecimento, e que o dignitário excomungador excomungou fundando-se em um Cânon revogado pelo Direito Canônico Pós-conciliar — e mesmo que não tivesse sido revogado dito Cânon, como o foi — tampouco teria podido o excomungador excomungar nem o Pe. Sáenz nem a ninguém, porque por sua vez o excomungador sim havia caído no delito de heresia ao conceder

o *Imprimatur* ao livro blasfemo "Marx e a Bíblia", do Pe. Porfirio Miranda y de la Parra, S.J., sendo como é doutrina vigente da Igreja (Decretal citada de Graciano) que o excomungado perde, pelo fato de sê-lo, a potestade de excomungar. Estas duas inquestionáveis questões foram o objetivo concreto — e concretamente contido — da declaração que publiquei livremente, graças à liberdade de expressão imperante no jornal onde tive a insegura e transitória honra de escrever durante sete anos.

Como era total e indefectivelmente impossível provar a não revogação do Cânon que estabelecia anteriormente a pena de excomunhão por um católico publicar obras qualificadas de contrárias à fé, de opostas à Igreja e de impugnadoras da conduta do Pontífice, como no caso atribuiu por si e perante si o senhor Cardeal a "A Nova Igreja Montiniana", do Pe. Sáenz, e como essa revogação clara e patente a apoiei em textos precisos, incontroversos e irrecusáveis do Código Vigente, não restou aos defensores da atuação cardinalícia outro caminho que o inaudito e quase inconcebível de negar, de uma ou de outra forma, o antijurídico e anticanônico da postura do eminente prelado para eludir o arbitrário e ilegal da excomunhão, embora sem apresentar um só texto da lei que a justifique, nem exculpá-lo de SUA intervenção no *Imprimatur* SEU a "Marx e a Bíblia".

Mas, mais do que se esquivar da improcedência da excomunhão, que de si é coisa de máxima gravidade, resulta penosamente notório o denodado empenho de seus pilares na cúria para negar — passando por cima de toda lógica, do senso comum, do Direito e da verdade — que do *Imprimatur* do senhor Cardeal a "Marx e a Bíblia" não tem a menor culpa nem a menor responsabilidade o senhor Cardeal. Evidentemente que se do *Imprimatur* do senhor Cardeal a "Marx e a Bíblia" não é responsável nem de longe o senhor Cardeal, o senhor Cardeal não incorreu em heresia alguma e conserva incólume a potestade — que usa com tanto gosto — de excomungar malvados heresiarcas como o marginalizado Sáenz y Arriaga.

De entre todo o amontoado de ansiosas e ofegantes defesas que se publicaram nos jornais de ambas as coisas ilícitas — aplicar uma lei inexistente para excomungar Sáenz y Arriaga, e negar um *imprimatur*

existente que aparece impresso e assinado em cada exemplar de "Marx e a Bíblia", para exculpar e reabilitar o senhor Cardeal devolvendo-lhe a potestade excomungadora, sobressaem dois documentos de excepcional importância pela inconsistência, vacuidade e raquitismo de sua argumentação e pela qualidade também excepcional que por sua vasta cultura e categoria pessoal deve se supor em seus ilustrados autores: "Sobre uma Excomunhão", pelo Pe. Antonio Brambila, publicado no "El Sol de México" de 22 de janeiro, e a Declaração do Provincial da Companhia de Jesus, sobre o livro "Marx e a Bíblia", que apareceu em vários jornais do dia 26 do próprio mês.

O Pe. Brambila começa por nos dar uma chocante surpresa. Enquanto uma multidão de comentaristas — entre eles o inefável Moyita, do EL UNIVERSAL — têm sustentado a ferro e fogo e categoricamente, que é inexato, falso e mentiroso, que o senhor Cardeal Arcebispo tenha excomungado o Pe. Sáenz y Arriaga — mas que foi o próprio Pe. Sáenz y Arriaga quem, ao escrever seu nefando livro, se autoexcomungou, colocando-se, claro, por si mesmo e voluntariamente, fora da Igreja, tanto pelo conteúdo da obra quanto por tê-la publicado sem o devido *Imprimatur* — o estimável e reconhecidamente veraz Pe. Brambila começa seu artigo dizendo: "A excomunhão do Pe. Joaquín Sáenz y Arriaga, publicada em um Decreto do senhor Arcebispo do México datado de 18 do passado dezembro, provocou, como era de se prever, um certo alvoroço..."

Ah! Mas então houve por acaso um Decreto de excomunhão, excomunhão que ninguém havia declarado, contra o Pe. Sáenz y Arriaga, publicado e assinado em 18 de dezembro pelo senhor Arcebispo do México? Contra o parecer desautorizado de todos os que o negam, está o autorizado parecer do Pe. Brambila que o afirma. Houve uma excomunhão. Ninguém a declarou. Essa excomunhão foi publicada em um Decreto — não em um informe — do senhor Arcebispo. Qualquer um dos muitos néscios que no mundo somos, sabe que a excomunhão de um sacerdote ou de um secular, só pode ser ditada pelo Ordinário — o Ordinário, não se interprete mal — é o Bispo com jurisdição sobre o excomungado; não por este ou por aquele Bispo qualquer, por mais Ordinário que fosse, mas pelo Bispo correspondente. Excetua-se nestes

casos comuns, o caso extraordinário de uma excomunhão ditada pela Santa Sé. Claro que o que pode o Bispo, pode com muito maior soma de razão, o Papa.

Mas o Pe. Dom Antonio Brambila, além de ser veraz, não é tolo; não é ignorante. Muito pelo contrário, é inteligente e é ilustrado. E para não cair em suas próprias redes afirma que o senhor Arcebispo NÃO EXCOMUNGOU Sáenz y Arriaga, mas que "simplesmente o declarou excomungado". Por quê? É muito diferente que um Bispo excomungue alguém, a que um Bispo "declare excomungado" alguém a quem não se sabe quem excomungou. Daí a brilhante tese de que Sáenz y Arriaga não foi excomungado, nem muito menos, pelo senhor Arcebispo, mas que torpemente se autoexcomungou a si mesmo e por si mesmo, devido a seus nefandos erros, entre eles o principal, apontar o Papa como responsável por vários bispos e cardeais espalhados por todo o Orbe e até ele mesmo, encabeçarem o desvio da doutrina, tanto no religioso, consentindo confusões dogmáticas, como no político, social e cívico, dirigindo a proa da Barca de São Pedro para o "quase" vitorioso marxismo-leninismo. O senhor Arcebispo não excomungou Sáenz y Arriaga; o senhor Arcebispo somente declarou que Sáenz y Arriaga havia incorrido em excomunhão e ele, o Prelado, limita-se simplesmente a fazê-lo constar. Como o faria um notário com Mitra. É, diz o Pe. Brambila para que o entendam melhor seus leitores, uma pena "*a iure*" — estabelecida pelo próprio Direito — e não uma pena "*ab homine*", que não a impõe o Direito, mas o homem, isto é, o Bispo. Ele não sabe de nada; ele acaba de chegar. Azar de Sáenz y Arriaga que "*a iure*" incorreu em sua própria excomunhão. Mas, quem qualifica que Sáenz y Arriaga incorreu "*a iure*" em sua própria excomunhão, da qual o Arcebispo só deu fé para que a gente boa ficasse sabendo e não ousasse pô-lo em dúvida? Pois qualifica o mesmo senhor Arcebispo — que deu o *Imprimatur* a "Marx e a Bíblia" sem ler a obra blasfema e herética do Pe. Porfirio Miranda, S.J. Esta atrocidade de autorizar sem ler, não a afirmo eu. Afirma-a o R.P. Provincial da Companhia de Jesus, Enrique Gutiérrez, S.J., que textualmente diz (Novedades, 26 de janeiro, pág. 12): "Com toda sinceridade sentimos que a censura eclesiástica dada por Buena Prensa ao livro do Pe. Porfirio Miranda, tenha provocado

desorientação entre alguns leitores, e indignos ataques ao Excelentíssimo Cardeal Miguel Darío Miranda, QUE CERTAMENTE NÃO LEU DITO LIVRO ANTES DE SUA APARIÇÃO AO PÚBLICO, COMO TAMPOUCO OS CENSORES ORDINÁRIOS DA SAGRADA MITRA". Isto, nada menos que isto, o diz o Padre Provincial da Companhia de Jesus. O que havia acontecido, pois? Por que um livro que o senhor Cardeal não havia lido aparece com o *Imprimatur* do senhor Cardeal? Vai-nos explicar, afortunadamente, o solícito senhor presbítero Brambila que está, como o senhor Provincial da Companhia, tão indignado pelos indignos ataques de que está sendo objeto Sua Eminência.

O livro do Pe. Porfirio Miranda, S.J. "Marx e a Bíblia" circula com o *Imprimatur* do senhor Cardeal Arcebispo, há mais de meio ano. Há mais de meio ano, pois, que o *Imprimatur* cardinalício a um livro herético e blasfemo, serve de passaporte, causando escândalo nos fiéis, no suposto remoto de que os fiéis ainda sejam capazes de se escandalizar por algo!

Ah! Mas vocês acreditam que o *Imprimatur* do senhor Cardeal foi posto pelo senhor Cardeal? Pois Vossas Mercês estão completa e totalmente equivocados. Ele, certamente, não havia lido o livro, segundo nos informa o Padre Provincial; mas "outros" puseram o *Imprimatur*. E quem foram os temerários? Quem foram esses outros que puseram o *Imprimatur*? "Nem tampouco o puseram, acrescenta amavelmente o Pe. Brambila, 'nenhuma das autoridades secundárias que na ausência do Prelado têm capacidade de dá-lo'". O Vigário Geral da Arquidiocese "soube com algum atraso da saída do livro; de que ostentava o *Imprimatur* e de que estava cheio de graves erros. E talvez pelo atraso e porque o senhor Cardeal estava ausente, não se apressou a fazer uma retificação". Talvez tenha sido por isso. Era preferível o escândalo inevitável. Mas — acrescenta Brambila — "retornado o Cardeal, seguramente pelo cúmulo de atenções diversas e por ter passado um pouco a atualidade do assunto, tampouco lhe pareceu prudente suscitá-lo novamente". Entretanto, o livro continuava circulando com o garboso *Imprimatur*. Era preferível que com o *Imprimatur* do senhor Cardeal circulassem a blasfêmia e a heresia de que o marxismo é a autêntica expressão do cristianismo, a que o senhor Cardeal se sobrecarregasse demasiado de trabalho e "atualizasse" erros

que já há como meio ano circulavam com seu aval. Temos, pois, que o tempo, em primeiro lugar, e as ocupações, em segundo, tornam lícito deixar correr a barbaridade de que a heresia se encontra dentro do dogma católico, que é ao que equivale o *Imprimatur* em uma obra.

Em declaração pública — única forma em que a liberdade doméstica de expressão me permite expressar-me com liberdade — impugnei o Decreto de Excomunhão que o senhor Cardeal Arcebispo dom Miguel Darío Miranda y Gómez, Primaz do México, ditou contra o senhor Presbítero, o doutor dom Joaquín Sáenz y Arriaga, por uma série de fatos aparentemente gravíssimos que o próprio Decreto Cardinalício enumera, sem prová-los. A referida declaração intitulou-se: "A Excomunhão do Padre Sáenz é Antijurídica e Anticanônica"; apareceu no EL UNIVERSAL, no dia 17, e no "El Heraldo de México" no dia 18. Chamo de liberdade doméstica de expressão, não à liberdade consagrada pelas leis e respeitada escrupulosamente pelo Poder Público, mas sim à liberdade condicionada e limitativa que vigora intramuros de alguns jornais oscilantes.

Na dita declaração demonstrei, de forma contundente — não desmentida, nem esclarecida, nem retificada até agora, nem pela Sagrada Mitra, nem por nenhum comentarista dos muitos que com todo o direito discordaram de meu parecer, e transcorridas já mais de duas semanas de sua aparição — duas coisas básicas: que o famoso Decreto de Excomunhão, posteriormente negado, dando-se a volta de que o próprio Sáenz y Arriaga se havia autoexcomungado e que no Decreto só se dava ao interessado notícia oficial do supracitado acontecimento, e que o dignitário excomungador excomungou fundando-se em um Cânon revogado pelo Direito Canônico Pós-conciliar — e mesmo que não tivesse sido revogado dito Cânon, como o foi — tampouco teria podido o excomungador excomungar nem o Pe. Sáenz nem a ninguém, porque por sua vez o excomungador sim havia caído no delito de heresia ao conceder o *Imprimatur* ao livro blasfemo "Marx e a Bíblia", do Pe. Porfirio Miranda y de la Parra, S.J., sendo como é doutrina vigente da Igreja (Decretal citada de Graciano) que o excomungado perde, pelo fato de sê-lo, a potestade de excomungar. Estas duas inquestionáveis questões foram o

objetivo concreto — e concretamente contido — da declaração que publiquei livremente, graças à liberdade de expressão imperante no jornal onde tive a insegura e transitória honra de escrever durante sete anos.

Como era total e indefectivelmente impossível provar a não revogação do Cânon que estabelecia anteriormente a pena de excomunhão por um católico publicar obras qualificadas de contrárias à fé, de opostas à Igreja e de impugnadoras da conduta do Pontífice, como no caso atribuiu por si e perante si o senhor Cardeal a "A Nova Igreja Montiniana", do Pe. Sáenz, e como essa revogação clara e patente a apoiei em textos precisos, incontroversos e irrecusáveis do Código Vigente, não restou aos defensores da atuação cardinalícia outro caminho que o inaudito e quase inconcebível de negar, de uma ou de outra forma, o antijurídico e anticanônico da postura do eminente prelado para eludir o arbitrário e ilegal da excomunhão, embora sem apresentar um só texto da lei que a justifique, nem exculpá-lo de SUA intervenção no *Imprimatur* SEU a "Marx e a Bíblia".

Mas, mais do que se esquivar da improcedência da excomunhão, que de si é coisa de máxima gravidade, resulta penosamente notório o denodado empenho de seus pilares na cúria para negar — passando por cima de toda lógica, do senso comum, do Direito e da verdade — que do *Imprimatur* do senhor Cardeal a "Marx e a Bíblia" não tem a menor culpa nem a menor responsabilidade o senhor Cardeal. Evidentemente que se do *Imprimatur* do senhor Cardeal a "Marx e a Bíblia" não é responsável nem de longe o senhor Cardeal, o senhor Cardeal não incorreu em heresia alguma e conserva incólume a potestade — que usa com tanto gosto — de excomungar malvados heresiarcas como o marginalizado Sáenz y Arriaga.

De entre todo o amontoado de ansiosas e ofegantes defesas que se publicaram nos jornais de ambas as coisas ilícitas — aplicar uma lei inexistente para excomungar Sáenz y Arriaga, e negar um *imprimatur* existente que aparece impresso e assinado em cada exemplar de "Marx e a Bíblia", para exculpar e reabilitar o senhor Cardeal devolvendo-lhe a potestade excomungadora, sobressaem dois documentos de excepcional importância pela inconsistência, vacuidade e raquitismo de sua

argumentação e pela qualidade também excepcional que por sua vasta cultura e categoria pessoal deve se supor em seus ilustrados autores: "Sobre uma Excomunhão", pelo Pe. Antonio Brambila, publicado no "El Sol de México" de 22 de janeiro, e a Declaração do Provincial da Companhia de Jesus, sobre o livro "Marx e a Bíblia", que apareceu em vários jornais do dia 26 do próprio mês.

O Pe. Brambila começa por nos dar uma chocante surpresa. Enquanto uma multidão de comentaristas — entre eles o inefável Moyita, do EL UNIVERSAL — têm sustentado a ferro e fogo e categoricamente, que é inexato, falso e mentiroso, que o senhor Cardeal Arcebispo tenha excomungado o Pe. Sáenz y Arriaga — mas que foi o próprio Pe. Sáenz y Arriaga quem, ao escrever seu nefando livro, se autoexcomungou, colocando-se, claro, por si mesmo e voluntariamente, fora da Igreja, tanto pelo conteúdo da obra quanto por tê-la publicado sem o devido *Imprimatur* — o estimável e reconhecidamente veraz Pe. Brambila começa seu artigo dizendo: "A excomunhão do Pe. Joaquín Sáenz y Arriaga, publicada em um Decreto do senhor Arcebispo do México datado de 18 do passado dezembro, provocou, como era de se prever, um certo alvoroço..."

Ah! Mas então houve por acaso um Decreto de excomunhão, excomunhão que ninguém havia declarado, contra o Pe. Sáenz y Arriaga, publicado e assinado em 18 de dezembro pelo senhor Arcebispo do México? Contra o parecer desautorizado de todos os que o negam, está o autorizado parecer do Pe. Brambila que o afirma. Houve uma excomunhão. Ninguém a declarou. Essa excomunhão foi publicada em um Decreto — não em um informe — do senhor Arcebispo. Qualquer um dos muitos néscios que no mundo somos, sabe que a excomunhão de um sacerdote ou de um secular, só pode ser ditada pelo Ordinário — o Ordinário, não se interprete mal — é o Bispo com jurisdição sobre o excomungado; não por este ou por aquele Bispo qualquer, por mais Ordinário que fosse, mas pelo Bispo correspondente. Excetua-se nestes casos comuns, o caso extraordinário de uma excomunhão ditada pela Santa Sé. Claro que o que pode o Bispo, pode com muito maior soma de razão, o Papa.

Mas o Pe. Dom Antonio Brambila, além de ser veraz, não é tolo; não é ignorante. Muito pelo contrário, é inteligente e é ilustrado. E para não cair em suas próprias redes afirma que o senhor Arcebispo NÃO EXCOMUNGOU Sáenz y Arriaga, mas que "simplesmente o declarou excomungado". Por quê? É muito diferente que um Bispo excomungue alguém, a que um Bispo "declare excomungado" alguém a quem não se sabe quem excomungou. Daí a brilhante tese de que Sáenz y Arriaga não foi excomungado, nem muito menos, pelo senhor Arcebispo, mas que torpemente se autoexcomungou a si mesmo e por si mesmo, devido a seus nefandos erros, entre eles o principal, apontar o Papa como responsável por vários bispos e cardeais espalhados por todo o Orbe e até ele mesmo, encabeçarem o desvio da doutrina, tanto no religioso, consentindo confusões dogmáticas, como no político, social e cívico, dirigindo a proa da Barca de São Pedro para o "quase" vitorioso marxismo-leninismo. O senhor Arcebispo não excomungou Sáenz y Arriaga; o senhor Arcebispo somente declarou que Sáenz y Arriaga havia incorrido em excomunhão e ele, o Prelado, limita-se simplesmente a fazê-lo constar. Como o faria um notário com Mitra. É, diz o Pe. Brambila para que o entendam melhor seus leitores, uma pena "*a iure*" — estabelecida pelo próprio Direito — e não uma pena "*ab homine*", que não a impõe o Direito, mas o homem, isto é, o Bispo. Ele não sabe de nada; ele acaba de chegar. Azar de Sáenz y Arriaga que "*a iure*" incorreu em sua própria excomunhão. Mas, quem qualifica que Sáenz y Arriaga incorreu "*a iure*" em sua própria excomunhão, da qual o Arcebispo só deu fé para que a gente boa ficasse sabendo e não ousasse pô-lo em dúvida? Pois qualifica o mesmo senhor Arcebispo — que deu o *Imprimatur* a "Marx e a Bíblia" sem ler a obra blasfema e herética do Pe. Porfirio Miranda, S.J. Esta atrocidade de autorizar sem ler, não a afirmo eu. Afirma-a o R.P. Provincial da Companhia de Jesus, Enrique Gutiérrez, S.J., que textualmente diz (Novedades, 26 de janeiro, pág. 12): "Com toda sinceridade sentimos que a censura eclesiástica dada por Buena Prensa ao livro do Pe. Porfirio Miranda, tenha provocado desorientação entre alguns leitores, e indignos ataques ao Excelentíssimo Cardeal Miguel Darío Miranda, QUE CERTAMENTE NÃO LEU DITO LIBRO ANTES DE SUA APARIÇÃO AO PÚBLICO, COMO TAMPOUCO OS CENSORES ORDINÁRIOS DA SAGRADA MITRA".

Isto, nada menos que isto, o diz o Padre Provincial da Companhia de Jesus. O que havia acontecido, pois? Por que um livro que o senhor Cardeal não havia lido aparece com o *Imprimatur* do senhor Cardeal? Vai-nos explicar, afortunadamente, o solícito senhor presbítero Brambila que está, como o senhor Provincial da Companhia, tão indignado pelos indignos ataques de que está sendo objeto Sua Eminência.

O livro do Pe. Porfirio Miranda, S.J. "Marx e a Bíblia" circula com o *Imprimatur* do senhor Cardeal Arcebispo, há mais de meio ano. Há mais de meio ano, pois, que o *Imprimatur* cardinalício a um livro herético e blasfemo, serve de passaporte, causando escândalo nos fiéis, no suposto remoto de que os fiéis ainda sejam capazes de se escandalizar por algo!

Ah! Mas vocês acreditam que o *Imprimatur* do senhor Cardeal foi posto pelo senhor Cardeal? Pois Vossas Mercês estão completa e totalmente equivocados. Ele, certamente, não havia lido o livro, segundo nos informa o Padre Provincial; mas "outros" puseram o *Imprimatur*. E quem foram os temerários? Quem foram esses outros que puseram o *Imprimatur*? "Nem tampouco o puseram, acrescenta amavelmente o Pe. Brambila, 'nenhuma das autoridades secundárias que na ausência do Prelado têm capacidade de dá-lo'". O Vigário Geral da Arquidiocese "soube com algum atraso da saída do livro; de que ostentava o *Imprimatur* e de que estava cheio de graves erros. E talvez pelo atraso e porque o senhor Cardeal estava ausente, não se apressou a fazer uma retificação". Talvez tenha sido por isso. Era preferível o escândalo inevitável. Mas — acrescenta Brambila — "retornado o Cardeal, seguramente pelo cúmulo de atenções diversas e por ter passado um pouco a atualidade do assunto, tampouco lhe pareceu prudente suscitá-lo novamente". Entretanto, o livro continuava circulando com o garboso *Imprimatur*. Era preferível que com o *Imprimatur* do senhor Cardeal circulassem a blasfêmia e a heresia de que o marxismo é a autêntica expressão do cristianismo, a que o senhor Cardeal se sobrecarregasse demasiado de trabalho e "atualizasse" erros que já há como meio ano circulavam com seu aval. Temos, pois, que o tempo, em primeiro lugar, e as ocupações, em segundo, tornam lícito deixar correr a barbaridade de que a heresia se encontra dentro do dogma católico, que é ao que equivale o *Imprimatur* em uma obra.

Mas se nem o senhor Cardeal, nem as autoridades secundárias que em sua ausência poderiam tê-lo feito, puseram o *Imprimatur*, quem foi, então, o fantasma que o pôs? Porque o Pe. Brambila declara enfaticamente no artigo citado: "Consta-me que o senhor Arcebispo NÃO concedeu dito *Imprimatur*". Menos mal que depois nos esclarece que lhe consta também que sim o concedeu. Diz Brambila: "O que aconteceu com esse *Imprimatur* se chama em castelhano franco, simplesmente abuso". E aqui a sensacional revelação: "os padres jesuítas que trabalham na Editorial Buena Prensa, gozaram de tempos atrás de uma autorização para censurar eles mesmos as publicações que editam... é assunto de confiança, e até aqui os jesuítas a haviam merecido justamente... mas – acrescenta Brambila – a aprovação do Arcebispo do México não foi nem pedida, nem dada. E NÃO FOI A EDITORIAL BUENA PRENSA que editou o livro... simplesmente se cometeu o abuso de pôr o *Imprimatur* dizendo ao impressor que o pusesse. O certo é que o Arcebispo do México não aprova de maneira alguma o pernicioso livro do marxista Miranda".

Até aqui o Pe. Brambila. Mas não é lícito, natural e quase obrigatório perguntar por que, depois de meio ano de circular "o pernicioso livro", e de que muitos comentamos com assombro o pequeno abuso do *Imprimatur* cardinalício cometido pelos jesuítas, o senhor Cardeal guardou absoluto silêncio deixando correr a heresia, como doutrina conforme em tudo à ortodoxia cristã, para não "atualizar" uma questão que já, em seis meses, caía de pura velha?

Resulta, portanto, do dito, redito, afirmado, reafirmado e confirmado pelo Pe. Brambila – "El Sol de México", 22 de janeiro, pág. 4 que a aprovação do Arcebispo do México para "Marx e a Bíblia", não foi pedida nem foi dada; que foi um abuso dos reverendos padres jesuítas pôr o *Imprimatur* ao pernicioso livro e que "não foi a EDITORIAL BUENA PRENSA que o editou".

Devo ilustrar o leitor acerca do fato de que a Editorial Buena Prensa é propriedade dos reverendos padres jesuítas, que segundo o Pe. Brambila cometeram o abuso de pôr, sem permissão, o *Imprimatur* do Cardeal ao pernicioso livro. E ao Pe. Brambila lhe "parece injusto e danoso que se

acuse o Prelado de complacência com um herege de esquerda, enquanto declara excomungado outro herege que é de direita". Ao mesmo nível o herege Miranda e o "herege" Sáenz. Mas para um o Decreto declarando que estava excomungado e para o outro o *Imprimatur*, pequeno abuso não retificado por falta de tempo e elegante desdém à "atualização" de um fato com meio ano de antiguidade.

Mas não nos estendamos demasiado e desnecessariamente em pôr as coisas em seu lugar em relação ao dito pelo bom Pe. Brambila, que afinal defende o que é seu e os seus. Isso sim, com muita cortesia, grande caridade e exemplar sensatez, como quando diz que Sáenz y Arriaga faz uma afirmação "soberanamente tola" e acrescenta que o próprio Pe. Sáenz diz – o que não é certo – que "a verdadeira Igreja está formada por ele e um pequeno grupo de energúmenos", entre os quais energúmenos se encontra este energúmeno servidor de vocês que "assina ao pé", como dizia um deputado dos de antes, e outras expressões assim de caritativas e evangélicas quando ele as emprega, mas insuportavelmente ofensivas quando nós, os pobres, as usamos. Agora vou me ocupar – ou melhor, desocupar – de algumas fantásticas coisas que diz em sua declaração ("Novedades", 26 de janeiro, pág. 12) o Revdo. Pe. Enrique Gutiérrez, S.J., Provincial da Companhia de Jesus no México, em relação ao afirmado pelo cuidadoso Pe. Brambila.

Este já nos informou que a Companhia de Jesus – Buena Prensa, ou sejam os jesuítas – gozou de tempos atrás de uma autorização para censurar eles mesmos as publicações que editam... e que neste caso ABUSARAM dessa confiança, porque nem solicitaram nem obtiveram o *Imprimatur* cardinalício com que circula gloriosamente "Marx e a Bíblia".

Havia falecido o anterior Primaz, Mons. Luis María Martínez e – diz o Pe. Provincial no jornal e data indicados (Novedades, 26 de janeiro) – "em 1962 se pediu ao senhor Arcebispo Miguel Darío Miranda, a renovação dessa faculdade. Existem numerosos dados PARA PENSAR que foi outorgada. Desde essa data até o presente, Buena Prensa estendeu a censura eclesiástica em nome do senhor Arcebispo, a mais de cem livros, entre outros, em 1965, a um do mesmo Pe. Porfirio Miranda, S.J.: 'Fome e

Sede de Justiça', sem que nunca tenha havido algum esclarecimento em contrário por parte da Sagrada Mitra do México".

Como se adverte sem maior esforço intelectual "existem numerosos dados PARA PENSAR QUE FOI OUTORGADA". Mas só para pensá-lo, não para assegurá-lo nem para prová-lo, o que significa que não há CERTEZA, segurança documental de que tenha sido outorgada novamente a dita faculdade. Isso, não obstante, continua o Pe. Provincial: "Nesta CERTEZA – qual certeza se só havia numerosos dados para presumir que lha haviam outorgado? – Buena Prensa recebeu para dar a censura eclesiástica da Arquidiocese, o livro 'Marx e a Bíblia', que já tinha a aprovação da Companhia de Jesus".

Isto é uma declaração, eu diria uma confissão formal, clara, iniludível e inegável de que a Editorial Buena Prensa publicou "Marx e a Bíblia", desmentindo categoricamente a afirmação categórica do Pe. Brambila: "e não foi a Editorial Buena Prensa que editou o livro..." ("El Sol de México", 22 de janeiro, pág. quatro).

Brambila: "Não foi a Editorial Buena Prensa que publicou o livro". O Provincial da Companhia: "Nesta certeza Buena Prensa recebeu para dar a censura eclesiástica da Arquidiocese o livro 'Marx e a Bíblia', que já tinha a aprovação da Companhia de Jesus... Buena Prensa concedeu a censura baseada em que os censores da Ordem eram competentes para descobrir uma falha contra a fé..."

Em que ficamos, veraz e sereno padre Brambila? Em que ficamos, prudente e sábio Provincial da Companhia de Jesus? Pois ficamos em duas coisas; a ver quem desata esse nó, em que "Marx e a Bíblia" não foi editado por Buena Prensa, dos Padres Jesuítas; e em que "Marx e a Bíblia" sim foi editado por Buena Prensa dos Padres Jesuítas.

O recurso é altamente filosófico, teológico, cristão e evangélico, e até um pouco folclórico, para justificar que "Marx e a Bíblia" circule por dupla partida com bandeira ortodoxa, enquanto a Sáenz y Arriaga, herege, cismático, energúmeno e rebelde, se "declarou" excomungado – não se o excomungou – por travar a batalha em prol da Igreja de sempre contra a

Nova Igreja encabeçada por Paulo VI e seus Bispos e Cardeais, tipo Méndez Arceo, de Cuernavaca; Helder Camara, de Recife e Olinda; Suenens, da Bélgica; Alfrink, da Holanda; Willebrands, da Alemanha; Tarancón, da Espanha, e tantos e tantos Bispos e Cardeais mais, a quem não fizemos cardeais ou bispos nem um servidor de vocês nem os amáveis leitores. Nem tampouco os sustentamos nós em tão altas dignidades, mesmo que estejam demolindo a Igreja e demolindo o Papado, em meio à profunda preocupação que oprime e dilacera Paulo VI, que nomeou uns e sustenta a todos.

O estimável e decidido paladino pacífico e cordial, compreensivo e condescendente em toda contenda com todos os que contendem – porque esta, diga-se o que se diga, é uma contenda de muita altura, mas é uma contenda à qual o progressismo nos conduziu – senhor presbítero Brambila, publicou no "El Sol de México" na sexta-feira 28 de janeiro outra amável e serena surra que propina aos reverendos padres jesuítas na respeitável pessoa de seu Provincial no México.

Desse artigo se depreende diretamente que, tratando-se de questões clericais, é aceitável que o mandante desconheça atos de seu mandatário cometidos por este seis ou sete meses antes. Não outra coisa foi o desconhecimento que do *Imprimatur* cardinalício a "Marx e a Bíblia" faz – não o senhor Cardeal – mas o Pe. Brambila. Cuidado, Pe. Brambila, que neste mundo de arranjos, transações e entendimentos implícitos, você está atuando como mandatário e o senhor Cardeal como mandante! Um dia destes resulta – ou pode resultar – que o senhor Cardeal ignore o que você está fazendo e revalide sua confiança nos reverendos padres da Companhia, tão pouco merecedores dela, segundo você, e eu, e muitas pessoas mais.

Porque todas as suas explicações são muito convincentes, mas a espera de mais de meio ano para declarar que afinal a heresia não está dentro da ortodoxia, é algo que eu não acabo de entender bem, nem você de explicar nem bem nem mal.

Nesta espécie de recopilação de tolices em que se entrincheiram aqueles que têm olhos e não veem e têm ouvidos e não ouvem, quero assinalar o novíssimo truque daqueles que põem seus mais nobres empenhos em desconcertar esta sociedade à deriva, e desconcertá-la nada menos que em nome de Deus. Os dinamitadores das bases cristãs de uma humanidade em plena crise encontraram uma posição teórica, aparentemente respeitável e equilibrada; uma posição de altura, imune aos corpúsculos infectados de uma cultura em decadência. É a posição suicida do termo médio. É a posição que estrutura a falsa tese dos "dois" extremismos: nem progressistas, nem tradicionalistas. Que boas pessoas!

Esta aparente moderação não é mais que um vistoso disfarce de sensatez, que encobre a mais perigosa das insensatezes. São os progressistas conscientes do repúdio que começa a ser-lhes universal, os que em um esforço para eludir suas responsabilidades, simulam considerar o progressismo e o tradicionalismo como "dois" extremos iguais de sinal contrário. É preciso estar, dizem, contra todos os extremismos. Expressão que soa agradavelmente e parece construtiva. Só que não existe essa falsa equivalência neste caso. O progressismo sim é uma forma de extremismo. O tradicionalismo, que a rigor deveria chamar-se ortodoxia da ordem e do pensamento, tanto no religioso como no político e no social, longe de significar extremismo significa sentido de equilíbrio, de responsabilidade, de desenvolvimento espiritual e físico dentro de um sistema humano homogêneo, compacto e congruente.

Falar de que progressismo e tradicionalismo representam uma posição mental extremista de sinais opostos, equivale a declará-los a ambos igualmente fatais e igualmente destruidores. Os dois são, dentro desse moderno sofisma, igualmente funestos e estéreis. Isto é apenas uma manobra primária para combater a sobrevivência social desde outra forma diferente, mas falsa, de sobrevivência social. Fugir desses "dois" extremismos é cair a prumo no único dos dois que é verdadeiramente extremista: o progressismo.

No social, no político, e sobretudo no religioso, o progressismo, o extremismo, é a liberdade irresponsável, da destruição sistemática, a

desmoralização ilimitada fora e dentro da família e da pátria. A claudicação da civilização e a falsificação da cultura. É o que engendra os Tlatelolcos, os Dez de Junhos e os Poliforos chocantes. O que agora chamam maliciosa e desdenhosamente de tradicionalismo é no político e no social a reação salvadora contra toda forma sub-humana de vida, contra toda forma de regressão à barbárie, a que propugna o desenvolvimento fecundamente normal da normalidade na espécie e no espírito. E no dogmático e religioso é a fidelidade – não a petrificação – do passado vivente; a adesão a um conjunto de verdades transcendentes e indiscutíveis que constituem, em síntese, a Verdade; Verdade inerente à natureza sobrenatural e eterna do destino humano. É a ortodoxia e a verticalidade na Verdade inamovível, inabalável e irreversível sem a qual retrogradaríamos a um novo primitivismo despótico e selvagem: o comunismo materialista e ateu. O homem escolherá seu caminho: Homem ou Besta. Quando não, e isso seria o mais trágico, o Homem Besta, que é a meta feérica da falsa supercivilização desumanizada para onde nos lança como em um turbilhão a douta falsificação da fé e a temerária criação de um Deus homocêntrico. Não podemos admitir e não admitimos a armadilha pseudossociológica dos "dois" extremos reprováveis. Nunca cabe nivelamento possível entre o bem e o mal, entre a sombra e a luz. Há um só extremismo legítimo na vida: o extremismo da Verdade, o extremismo da Ordem, o extremismo da Justiça. Qualquer outro extremismo é uma fraude e uma cilada da fera agachada em cada ser humano. E só Deus é o domador dessa temível fera. Por isso, atentar contra a justiça imanente, falsificar os fatos, zombar da honradez, equiparar progressismo com autenticidade, é um crime ao qual é preciso enfrentar toda a energia do homem como um muro invulnerável à falácia, à mentira e à fraude. Ainda que a falácia, a mentira e a fraude recubram suas chagas purulentas com as vestimentas sagradas de uma fé de adereço, que não por ser de adereço, ou precisamente por ser de adereço, é uma fé satânica.

Mas deixando de parte – com indulgência parecida com a que caracteriza o Pe. Brambila em suas batalhas jornalísticas – a maior ou menor responsabilidade dos jesuítas nestas trapaças que em conjunto expuseram o Pe. Brambila e o Pe. Provincial, fica em pé, mais sólido e

mais firme que as pirâmides do Egito, este fato incontroverso: que no ano de 1962 os jesuítas editaram com o *Imprimatur* da Sagrada Mitra mais de cem livros sem que o Ordinário, isto é, o Bispo, se desse ao trabalho de lê-los. De então para cá, acrescenta o Provincial, foram muitíssimas as obras editadas nas mesmas circunstâncias, com *Imprimatur* de quem as ignorava. Quantas coisas mais, quantos erros, quantas heresias andarão por aí avalizadas e amparadas perante a consciência dos fiéis, por uma autoridade moral, a autoridade do Pastor custódio da Fé, sem que este tenha nem a mais remota ideia do dano e do estrago que nas almas dos católicos estejam se produzindo! E ainda assim parece ao Pe. Brambila "injusto e danoso" que se acuse o Prelado de complacência com um herege de esquerda, enquanto declara excomungado um herege que é de direita! Tanta filosofia para tão pouca lógica!

E, em última instância, por que não explica estes enigmas o próprio Cardeal em vez de delegar sua defesa a mandatários expostos a que lhes tirem o mandato? Não posso crer que os ratos tenham cometido a irreverência de comer a língua do dignitário.

Se bem que o Pe. Brambila com seus argumentos se sinta satisfeito e acredite ter livrado de toda mácula o senhor Cardeal, a triste realidade é bem distinta, porque supondo como supuseram ele e o Provincial dos Jesuítas que era válida a suposta autorização do Cardeal Miranda para estampar sua assinatura nos livros da Companhia, e ao não ter este protestado depois de mais de 100 vezes em que o enganaram, lógico é e ninguém pode duvidar que a responsabilidade total a tem Sua Eminência dom Miguel Darío Miranda y Gómez ao permitir o uso de sua assinatura nas publicações jesuítas, ainda que não tenha se inteirado de seu conteúdo.

Mais ainda, é Sua Eminência responsável absoluto pela publicação e difusão das heresias de outro Miranda por não ter condenado e impedido a tempo a circulação de "Marx e a Bíblia". Logo, incorreu em heresia. Logo, não pode excomungar.